

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O SOCIAL-LIBERALISMO:
uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI

RODRIGO CASTELO

Rio de Janeiro
Abril de 2011

RODRIGO CASTELO

O SOCIAL-LIBERALISMO:
uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI

Tese apresentada ao programa de pós-graduação
em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro
para a obtenção parcial do título de doutor em Serviço Social

Orientação: Prof^o Carlos Nelson Coutinho

Rio de Janeiro
2011

RODRIGO CASTELO

O SOCIAL-LIBERALISMO:
uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI

Banca examinadora:

Presidente, Prof. Carlos Nelson Coutinho

Prof^ª Virgínia Fontes

Prof. Gaudêncio Frigotto

Prof. José Paulo Netto

Prof. Mauro Luis Iasi

Rio de Janeiro
Abril de 2011

Esta tese é dedicada:

Aos meus pais queridos,
por todo o suporte ao longo da vida e
paciência com o filho rebelde

A José Ricardo Tauile (*in memoriam*),
amigo e mestre, sempre!

A Maria, Lalá e Bibi,
mulher e meninas do meu coração

AGRADECIMENTOS

Esta tese é essencialmente fruto da luta de todos os membros da Escola de Serviço Social da UFRJ. Desde 2003, me abrigo nesta escola de formação teórica e política, na qual o marxismo é ensinado e praticado como uma filosofia da práxis. Com esta tese, espero que o meu exílio se torne um passaporte para a cidadania plena e integral na ESS/UFRJ. A todos os docentes, discentes e técnico-administrativos, os meus sinceros cumprimentos.

Dentro da Escola, devo destacar a figura do mestre Carlos Nelson Coutinho, a quem devo a honra de ter sido o meu orientador no mestrado e no doutorado. Nestes anos de convivência muito agradáveis (e produtivas), aprendi a admirar ainda mais a pessoa que conhecia somente através dos papéis impressos. Além dos títulos de mestre e doutor, posso dividir com ele o título de campeão brasileiro de futebol de 2010, quando o nosso Fluminense se sagrou o melhor time da temporada.

Ainda na ESS/UFRJ, o prof. José Paulo Netto acompanhou com muito companheirismo praticamente todos os meus passos, tendo participado de todas as etapas acadêmicas da minha formação (defesa de projeto de mestrado, defesa da dissertação, qualificação de artigos no doutorado, defesa do projeto de doutorado e defesa de tese).

Fora da ESS/UFRJ, a prof^a Virgínia Fontes cumpriu um papel muito semelhante ao de Zé Paulo. Virgínia, além de ter estado presente naqueles ritos acadêmicos, também participou ativamente de inúmeras atividades do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA), do Instituto de Economia da UFRJ, do qual faço parte desde a sua fundação. Ela, assim como Zé Paulo e Carlos Nelson, deveria ganhar o título de membro honorário do LEMA.

À Mauro Luís Iasi e Gaudêncio Frigotto, membros examinadores da tese, agradeço enormemente a participação na defesa com seus valiosos comentários e por todo o suporte com sua produção teórica, que ajudou a fundamentar as minhas reflexões, em especial nos debates sobre ideologia, consciência e educação.

No LEMA, agradeço a todos os seus participantes, destacando seus membros mais antigos – Maria Malta, Bruno Borja, Pablo Bielschowsky e Marco Antonio da Rocha –, e os mais novos, como Agnaldo Fernandes, Allan Messentier, Carla Curty e Rodrigo Bonecini.

Por fim, ressalto que, sem o apoio financeiro da CAPES, a pesquisa aqui realizada não teria sido possível.

Castelo, Rodrigo

O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a
“questão social” no século XXI / Rodrigo Castelo. – Rio
de Janeiro: UFRJ/ESS, 2011.

xii, 380f.

Orientador: Carlos Nelson Coutinho

Tese (doutorado) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em
Serviço Social, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 357-379.

1. Social-liberalismo; 2. Neoliberalismo; 3. “Questão social”; 4.
Ideologia. I. Coutinho, Carlos Nelson; II. Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social; III. Título.

RESUMO

O SOCIAL-LIBERALISMO: UMA IDEOLOGIA NEOLIBERAL PARA A “QUESTÃO SOCIAL” NO SÉCULO XXI

Rodrigo Castelo

Orientador: Carlos Nelson Coutinho

A ilusão do desenvolvimento capitalista durou somente trinta anos, a chamada Era de Ouro (1945-1975). Na crise orgânica dos anos 1970, a ideologia neoliberal ganhou força e se tornou a ponta de lança da supremacia burguesa no final do século XX e início do XXI. Nos primórdios do neoliberalismo, os intelectuais ligados às classes dominantes ignoraram o debate do socialismo burguês sobre a “questão social”, reafirmando a positividade das desigualdades sociais na geração de benefícios para a sociedade como um todo e que o mercado, em algum futuro distante, acabaria com tais desigualdades. A gênese, ascensão e consolidação do neoliberalismo como poder hegemônico e ditatorial da atual fase do capitalismo é o tema central da tese.

O neoliberalismo na sua vertente “receituário-ideal” parecia o fim do socialismo burguês, não por meio da vitória ideológica comunista (ou proletária), mas por uma espécie de retrocesso ao liberalismo pré-1848. Entretanto, diante da crise conjuntural dos anos 1990, o neoliberalismo foi forçado, por conta das crises financeiras e resistências anti-sistêmicas, a rever suas posições políticas e ideológicas diante da “questão social”. Daí a criação do social-liberalismo, variante ideológica do neoliberalismo que surgiu para recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo. O resgate do socialismo burguês por parte das classes dominantes e suas configurações contemporâneas no social-liberalismo são o objeto principal da presente tese.

Palavras-chave: social-liberalismo; neoliberalismo; “questão social”; ideologia

Rio de Janeiro

Abril de 2011

ABSTRACT

THE SOCIAL-LIBERALISM: AN NEOLIBERAL IDEOLOGY FOR THE “SOCIAL QUESTION” OF XXI CENTURY

Rodrigo Castelo

Orientador: Carlos Nelson Coutinho

The illusion of capitalist development only lasted thirty years, the so-called Golden Age (1945-1975). In the organic crisis of the 1970s, neoliberal ideology gained strength and became the spearhead of the bourgeois supremacy in the late twentieth and early twenty-first century. In the early days of neoliberalism intellectuals linked to the debate of bourgeois socialism regarding “social question” were ignored by the ruling classes which were reaffirming the positive role of social inequalities in generating benefits for society as a whole and that the market in some distant future would end such inequalities. The genesis, rise and consolidation of neoliberalism as hegemonic and dictatorial power of the current phase of capitalism is the central theme of the thesis.

Neoliberalism in its aspect of "prescription-ideal" seemed to be the end of the bourgeois socialism, not by ideological victory of communist (or proletarian), but kind of a throwback to the pre-1848 liberalism. However, in the economic crisis of the 1990s, neoliberalism was forced, because of financial crises and systemic anti-resistance, to revise their political and ideological positions on the "social question". Hence the creation of social liberalism, an ideological variant of neoliberalism that has emerged to restore the neo-liberal historic bloc of small concussions suffered by capitalism. The rescue of bourgeois socialism by the ruling classes and their settings in contemporary social-liberalism are the main subject of this thesis.

Key-words: social-liberalism; neoliberalism; “social question”; ideology

Rio de Janeiro

Abril de 2011

"Mas a realidade é rica das mais bizarras combinações e é o teórico que, nesta bizzaria, deve rastrear a comprovação de sua teoria, 'traduzir' em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato"

Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere
(Caderno 3, nota 48)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I. SUPREMACIA, CRISES E REVOLUÇÕES PASSIVAS NA OBRA DE ANTONIO GRAMSCI	28
I.1. O contexto histórico: imperialismo, Estado ampliado e socialização da política	29
I.2. Supremacia, bloco histórico, ideologia e crises nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	37
I.2.1. Supremacia, hegemonia e ditadura	37
I.2.2. Bloco histórico	49
I.2.3. Ideologia e intelectuais	51
A questão da ideologia em Marx e Engels	54
Gramsci, ideologia e os intelectuais	68
A concepção positiva de ideologia	71
Os intelectuais	79
I.2.4. Crise orgânica	85
I.3. As revoluções passivas: historiografia do século XIX e reformismo-restaurador do bloco histórico capitalista no século XX	98
I.3.1. O fascismo	104
I.3.2. O americanismo-fordismo	115
I.4. A “teoria da persistência” do modo de produção capitalista	120
II. A CRISE ORGÂNICA DA LONGA DÉCADA DE 1970 E SUAS INTERPRETAÇÕES	126
II.1. A crise orgânica da longa década de 1970	126
II.1.1. A crise de hegemonia e os movimentos de Maio de 68	127
II.1.2. A crise de hegemonia no mercado mundial	135
II.1.3. A crise econômica e o desmonte do Estado do bem-estar social	144
II.2. Interpretações teóricas sobre a crise orgânica da longa década de 1970	161
II.2.1. Teorias da estabilidade hegemônica	161
II.2.2. Teorias da interdependência complexa	164
II.2.3. A roleta global	166
II.2.4. Poder & Dinheiro	171
II.2.5. Teorias do ciclo e da crise do sistema-mundo capitalista	183
II.2.6. Crise e emergência de um novo padrão de acumulação capitalista	192
II.2.6.1. David Harvey e a teoria da ordenação espaço-temporal	193
O novo imperialismo e a acumulação por espoliação	201

II.2.6.2. François Chesnais e o regime de acumulação financeirizado (RAF)	205
O regime de acumulação financeirizado	209
A superação das crises, a emergência e a sustentabilidade do RAF	214
III. A SUPREMACIA NEOLIBERAL E OS INTELLECTUAIS DO SOCIAL-LIBERALISMO	223
III.1. Gênese, ascensão e supremacia do neoliberalismo	223
III.1.1. A controvérsia do termo ‘neoliberalismo’	240
III.2. A crise conjuntural do bloco histórico neoliberal nos anos 1990 e a resposta social-liberal	246
III.2.1. Os nexos estruturais do social-liberalismo	264
III.3. A ideologia inorgânica do social-liberalismo e seus intelectuais tradicionais	276
III.3.1. Anthony Giddens e a Terceira Via	277
A Terceira Via e a estratégia neoliberal	280
A resignificação da política e a democratização da democracia	281
A reconstrução do Estado	282
Renovação da sociedade civil	284
O novo individualismo	287
III.3.2. Alain Touraine e os novos movimentos sociais	289
A democracia cultural dos novos movimentos sociais	293
Os novos movimentos sociais, os direitos culturais e a luta pela diversidade	296
III.3.3. Joseph Stiglitz e a nova agenda do desenvolvimento	302
As críticas à globalização	307
A nova agenda para o desenvolvimento e a humanização da globalização	313
III.3.4. John Williamson, Dani Rodrik e o pós-Consenso de Washington	315
III.3.5. Pierre Rosanvallon e a “nova questão social”	324
III.4. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia da pobreza	331
III.4.1. A mistificação das causas do pauperismo	341
III.4.2. Falhas de mercado e a refundação do Estado brasileiro	345
IV. INSTABILIDADE, VULNERABILIDADE, INCONTROLABILIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E... PERSISTÊNCIA DO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL? À guisa de conclusão	349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	357

INTRODUÇÃO

No tempo presente, conceitos e palavras de ordem do movimento socialista estão sendo apropriados pelo pensamento burguês contemporâneo. Termos como igualdade, voluntariado, solidariedade e até mesmo revolução estão sendo utilizados pelos intelectuais identificados com a agenda social do neoliberalismo. Os seus antigos significados, estabelecidos a partir das lutas da classe trabalhadora ao longo de dois séculos, são reconstruídos de acordo com os interesses da nova intelectualidade *radical chic* em prover uma suposta consciência crítica à burguesia e seus agentes ativos e passivos a respeito da “questão social”. Este processo de apropriação dos conceitos da tradição socialista é complexo e opera, num primeiro momento, por meio da neutralização dos conceitos progressistas, que depois passam por um processo de ressignificação conceitual, que muitas vezes se restringe a sua forma semântica.

Este processo de expropriação ideológica não deve causar espanto, pois não é uma novidade na história das ideias. Desde o início da tradição moderna de constituição da classe trabalhadora, na primeira metade do século XIX, as classes dominantes, por meio dos seus representantes teóricos, operam uma tentativa de fusão (incorporação) de ideais igualitaristas às ideologias burguesas. Isto não foi um capricho da história. Por que e como aconteceu este processo ideológico de longa data?

No biênio 1844-45, Marx e Engels escreveram separadamente sobre a “questão social”, fazendo uso do termo que mais tarde abandonariam. Nos textos *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, os jovens comunistas alemães pontuaram sobre as formas de intervenção da burguesia na “questão social”, que iam desde medidas administrativas do Estado até a filantropia empresarial, a piedade caritativa e a assistência social das Igrejas cristãs.

Em 1848, eles redigiram em conjunto um histórico das ideias socialistas e comunistas, visando estabelecer os termos críticos de superação das mesmas, tendo em vista o período histórico de ascensão e consolidação do modo de produção capitalista que trazia a imperiosa necessidade de novas formas de luta, organização e consciência para a classe trabalhadora. Na seção III do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels falaram sobre diversas modalidades do socialismo e do comunismo, como o socialismo reacionário (feudal, pequeno-burguês, alemão), o conservador ou burguês e

o crítico-utópico, diferenciando-os da ideologia do partido comunista, que depois ganharia o nome de socialismo científico, ou simplesmente, marxismo.

No trecho sobre o socialismo burguês, que levanta particular interesse na tese, os redatores do *Manifesto* anotaram que

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para garantir a existência da sociedade burguesa. Fazem parte desse grupo: economistas, filantropos, humanistas, benfeitores da classe operária, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de sociedades de abstinência, reformadores obscuros de toda espécie (...) (MARX e ENGELS, [1848] 1998, p. 35-36).

Para Marx e Engels, setores heterogêneos das classes dominantes já demonstrariam, em torno de meados do século XIX, preocupação com os resultados deletérios da expropriação dos meios de produção e da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora. Antes deste súbito surto de consciência social da burguesia, liberalismo e socialismo se posicionavam como ideologias antitéticas em relação a tudo, inclusive sobre a “questão social”, conforme escreve Norberto Bobbio (2003, p. 507-508), um dos filósofos políticos do século XX que buscou conjugar ambas as ideologias:

Não há nenhuma grande dicotomia no âmbito das ciências sociais em que o liberalismo e o socialismo não se coloquem em lados opostos. Melhor dizendo, quando o primeiro coloca-se de um lado, o segundo parece não poder deixar de situar-se do outro: primazia da esfera privada ou da esfera pública; propriedade individual ou coletiva; a burguesia como sujeito histórico dominante ou o proletariado como sujeito histórico alternativo; direita ou esquerda; visão individualista do homem ou visão organicista da sociedade; atomismo ou holismo; sociedade ou comunidade; se alguém tiver outras, é só introduzi-las. O indivíduo vem antes da sociedade, ou a sociedade antes do indivíduo? A parte vem antes do todo, ou o todo antes da parte? Concepção conflituosa da sociedade ou concepção harmônica ou harmonizadora do conjunto social?

Dos fisiocratas a David Ricardo, os economistas políticos clássicos defenderam a ideia do mercado como o espaço social de mediação entre os diversos agentes econômicos. Segundo os teóricos burgueses, o mercado seria a melhor forma de organização social para que a natureza humana, definida pela propensão dos seres humanos em trocar e acumular bens, se manifestasse na sua plenitude. A partir da conquista da liberdade econômica, os seres humanos estariam aptos a experimentar um período de plena liberdade. Para os economistas políticos, o modo de produção

capitalista, baseado nas relações mercantis, seria uma ordem natural adequada à natureza humana, e nenhuma outra mediação deveria se impor entre os seres humanos e tal organização social; de outro modo, haveria barreiras à liberdade plena da sociedade.

A partir dos escritos de Adam Smith, a economia política clássica carregou no seu ventre considerações sobre justiça social e sentimentos morais, relacionando produção do valor via o trabalho e distribuição da riqueza entre as três principais classes sociais. O mercado não seria exclusivamente um mecanismo social de alocação eficiente de recursos, mas comportaria um equilíbrio ótimo que aliaria eficiência e bem-estar social, respeitada a condição de que a mão invisível do mercado operasse livremente. O mercado, termo que carece de uma maior precisão conceitual dentro da tradição econômica tradicional (TEIXEIRA, *s/d*), seria uma instituição social e econômica de alocação de recursos caracterizada pela ausência de um mecanismo centralizador e planejador da produção, distribuição e consumo das mercadorias. De acordo com a anarquia da produção, a concorrência adquiriria um papel central e acabaria por exercer, por vias não-convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora. No curto prazo, se admitiria a existência das desigualdades sociais, mas, no longo prazo, a mão invisível do mercado geraria o bem-estar geral a partir do casamento do interesse individual egoísta com o interesse coletivo.

Não é para menos. Desde a chamada acumulação primitiva até sua consolidação com a grande indústria, o modo de produção capitalista destruiu os laços tradicionais de solidariedade das antigas sociedades rurais e forjou uma classe social pobre e miserável, em um contexto de produção abundante de riquezas: como poderia, afinal, a economia política não tratar do tema do bem-estar social se grande parte da população europeia, expropriada dos meios de produção, ficou apenas com sua força de trabalho para produzir sua subsistência, gerando a pobreza e miséria de milhares de trabalhadores?

O liberalismo clássico admitiu, todavia, modalidades específicas e limitadas de intervenção estatal na economia de livre mercado. Criado por um contrato social firmado com o objetivo de evitar a beligerância entre os indivíduos iguais e livres no estado de natureza, o Estado civil deveria garantir os direitos naturais dos seres humanos mediante a força da lei. A ação estatal promoveria, deste modo, a livre concorrência e dos fundamentos básicos da ordem capitalista, como o zelo da ordem pública, a segurança jurídica dos contratos, as liberdades individuais, enfim, os direitos civis dos cidadãos, com ênfase na defesa da propriedade privada. É o que muitos chamam de Estado mínimo.

De acordo com os principais teóricos do liberalismo clássico, dos quais se destacam John Locke e Adam Smith, os agentes econômicos – compradores e vendedores de mercadorias – estabeleceriam relações sociais perfeitamente livres, justas e iguais. Na esfera da circulação, mercadorias são trocadas por valores equivalentes, mesmo quando se trata da compra e venda do trabalho humano, isto é, da força do trabalho. O mesmo raciocínio valeria para a esfera da política. Todos os indivíduos possuiriam direitos iguais e assim deveriam ser tratados pelas leis, independentemente da classe social, da origem familiar, da raça, do gênero etc. Nenhuma forma de discriminação, positiva ou negativa, seria tolerada. A igualdade e a liberdade estariam, portanto, asseguradas pela ação do mercado e do Estado, o guardião-noturno do empreendedorismo econômico dos burgueses.

O modo de produção capitalista, analisado sob a ideologia marxista, é retratado como uma ordem social historicamente determinada em eterno movimento, fruto das contradições das lutas de classes. Apesar da infinitude de fatos e acontecimentos e do aparente caos fragmentado da realidade, a razão dialética determina, na forma de leis gerais do desenvolvimento capitalista, as tendências resultantes das múltiplas interações entre os sujeitos históricos, marcadas por dissensos e choques de interesses. Tais leis de desenvolvimento do capitalismo podem apontar, no extremo – sempre de acordo com as lutas de classes –, para o surgimento de novos modos de produção.

Na sua crítica da economia política, Karl Marx investiga os fatos históricos da transição do feudalismo para o capitalismo, e chega a conclusões muito diferentes do liberalismo. Primeiro, o capitalismo não é uma ordem natural, mas, essencialmente constituída por meio de ações sociais, históricas; segundo, o mercado não é um espaço social de oportunidades, de liberdade e igualdade dos agentes econômicos, mas uma ordem opressora, dominadora, alienante, exploradora.

O modo de produção capitalista é definido a partir das relações sociais de propriedade e produção específicas que geram um modo particular de exploração do trabalho pela classe burguesa que, por sua vez, gera uma lei geral de acumulação nunca vista na história humana: em modos de produção pré-capitalistas, a pobreza e as desigualdades sociais eram ligadas à escassez, consoante o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção associadas àquelas; já no capitalismo, adquirem uma lógica e dinâmica inéditas, associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser resultado de uma produção social, e não mais da ordem natural.

As desigualdades sociais devem ser relacionadas, ainda conforme Marx, à produção e aí se percebe que uma classe social – a burguesia – detém o monopólio legal dos meios de produção (garantido pela propriedade privada), e a outra classe – a trabalhadora –, detém somente sua força de trabalho, sendo obrigada, por meio da coerção econômica, a vender-se como uma mercadoria qualquer para ter acesso aos meios de subsistência.

Em suma, o revolucionário germânico demonstra que a igualdade e a liberdade da grande maioria dos seres humanos na ordem capitalista, marcada por profundas desigualdades entre classes sociais, é puramente formal: os trabalhadores não possuem os meios necessários ao exercício efetivo das liberdades, nem ao pleno usufruto da riqueza socialmente produzida por eles próprios. As expressões da “questão social” são, portanto, relacionadas diretamente ao modo de produção capitalista.

Desde 1830, quando a burguesia tornou-se a classe dominante na França e Inglaterra e o proletariado emergiu como um sujeito histórico politicamente organizado em torno de associações coletivas e com relativa autonomia ideológica, a concepção do mundo burguesa viveu uma fase apologética, de *destruição da razão*, pois foi obrigada a ocultar as principais contradições do modo de produção capitalista, mistificando-o como uma ordem natural, para conservar o *status quo* ameaçado pelas lutas socialistas. O caráter vulgar e apologético do liberalismo residiu precisamente no ocultamento das contradições provenientes da esfera da produção. Segundo Marx, o liberalismo, ideologia por excelência do capitalismo, limitou-se a retratar o modo de produção capitalista de forma superficial, isto é, no nível das aparências, entendidas como a circulação econômica pela economia burguesa.

No período da decadência ideológica da burguesia¹, a economia política se bifurcou em dois ramos: a economia vulgar, com seus sicofantas diligentes na defesa dos interesses das classes dominantes às custas da sua reputação científica, e a economia política do socialismo burguês, estampada no “oco sincretismo” de John Stuart Mill que objetivava harmonizar a teoria burguesa com algumas demandas da classe trabalhadora, “agora impossíveis de ignorar”.

Na história do pensamento econômico contada por Marx, John Stuart Mill foi continuamente avaliado como um pensador eclético medíocre, “com escassas e pobres pesquisas originais” (MARX [1867], 2003, p. 151). Quando surgem “elogios”, é na

¹ Sobre o conceito de decadência ideológica nas obras de Marx, ver Georg Lukács [1938] (1968).

forma do seu habitual sarcasmo: “na planura imensa, montículos de terra parecem colinas” (MARX [1867], 2003, p. 587). No mesmo ano da Primavera dos Povos, Mill publicou *Princípios de Economia Política*, uma combinação eclética entre as teorias clássicas de Smith e Ricardo com as proposições apologéticas da economia vulgar, como a teoria de Senior sobre lucro e abstinência (NAPOLEONI, 1982, p. 121). Tempos depois, o economista inglês pôs-se a escrever textos sobre o socialismo, recuando das suas antigas críticas ao movimento dos trabalhadores, colocando-se como um mediador entre o liberalismo e o socialismo (BORON, 2003b, p. 131). Porém, adverte Bobbio (2003, p. 508-509),

Que fique claro que o ensaio de Mill sobre o socialismo não é uma obra socialista. Antes de mais nada, é um estudo sobre algumas correntes do pensamento socialista, diferenciadas em escolas gradualistas, com que ele simpatizava, e revolucionárias, que ele rechaçava radicalmente. Ali se admite, todavia, que os defeitos principais do sistema vigente podem receber emendas para desfrutar das principais vantagens do comunismo, por meio de disposições compatíveis com a propriedade privada e com a competição individual.

Esta primeira versão da economia política do socialismo burguês – taxada por Marx ([1873] 2003, p. 24) de “declaração da falência da economia 'burguesa’” –, apesar de tudo, buscou preservar a “dignidade catedrática” da ciência econômica. A colocação de Marx sobre a teoria de Mill é preciosa e vale a pena questionar por que o segundo ramo visou resguardar a teoria econômica da apologética vulgar. Se não quisermos cair em um reducionismo sociológico que empobrece toda a complexidade da produção intelectual aos interesses de classe, fingindo não existir outras mediações, creio que um estudo mais detalhado deva ser feito. Esta advertência, todavia, não invalida o fato de que o inédito hasteamento da bandeira vermelha do socialismo produziu uma intimidação nas classes dominantes e um setor da ideologia burguesa passou a teorizar a “conciliação do inconciliável” por meio de uma fórmula eclética, visando cooptar parte da classe adversária por meio do atendimento pontual de suas reivindicações.

No plano das ideologias ocorreu, então, um inusitado cruzamento entre correntes até então adversárias na disputa pela hegemonia no debate sobre a “questão social”. Dentro do liberalismo, pode-se constatar um duplo movimento de assimilação dos ideais socialistas: o primeiro deles, personalizado na figura de John Stuart Mill, e que ganha prosseguimento no século XX com Bertrand Russell, J. A. Hobson, John Dewey (BORON, 2003b, p. 131) e o liberal-socialismo italiano (RÊGO, 2001; BOBBIO, 2003,

BORON 2003b, p. 142-147), é uma tentativa de incorporar determinados postulados e valores das correntes mais ordeiras e pacíficas do socialismo, um movimento de disputa hegemônica que pode ser qualificado como indo da esquerda liberal para a esquerda socialista, que encontra o seu ponto de equilíbrio no centro da arena política. Este movimento afirma a primazia dos valores liberais frente os socialistas com ênfase nas liberdades individuais, sem deixar de reconhecer os danos sociais causados pelo capitalismo aos trabalhadores. Diante disto, defendem-se reformas políticas distributivistas de curto alcance para melhorar os padrões de vida dos assalariados, mantendo-se uma postura de distanciamento e ataque aos setores mais radicalizados do movimento operário, muitas vezes influenciados pela ideologia marxista².

Deve-se ressaltar que a tomada de consciência do sofrimento causado pelas expressões da “questão social” não levou os liberais a abandonar seus antigos ideais elitistas (pelo menos até a Segunda Guerra Mundial e a emergência do Estado do bem-estar social e das teorias liberais da justiça social³), nos quais persiste a defesa anti-democrática de não-participação dos trabalhadores na política. John Stuart Mill sustentava, por exemplo, que os assistidos pelas políticas sociais do Estado e os cidadãos que não pagavam imposto de renda não poderiam votar, assim como os analfabetos. O sufrágio universal era hipoteticamente aceito, desde que observado o fim da pobreza e da falta de educação das massas num futuro indeterminado (LOSURDO, 2004, p. 31-35). Ou seja, o socialismo burguês defendido por Mill era, na verdade, essencialmente burguês, e não socialista, tendo em vista que o papel de protagonista no combate aos problemas sociais seria obra do Estado, dos proprietários e dos alfabetizados, leia-se, da burguesia letrada.

A partir do último quartil do século XIX, em uma quadra histórica na qual os trabalhadores fizeram em Paris o “assalto ao céu”, e o capital, por conta das suas contradições internas e crises econômicas, deparou-se com a exaustão do seu potencial de acumulação, a economia política clássica sofreu uma mutação, negando, eliminando

² Segundo Walquiria Leão Rêgo (2001, p. 34), a versão italiana do socialismo burguês não se mostrou avessa ao marxismo, pois tal ideologia apareceria “sempre como referência fundamental no debate liberal-socialista italiano, por mais ingênua que fosse sua compreensão do marxismo”. Norberto Bobbio (2003, p. 513) tem uma apreciação bem diferente sobre a relação do liberal-socialismo italiano e o marxismo, relação esta conflituosa e crítica, quase de repulsa: “(...) o socialismo liberal, em todas as suas formas, variações e enunciações, sempre se propõe como alternativa ao marxismo, do qual critica, no plano filosófico, o determinismo e o materialismo, ou seja, a negligência das forças morais que movem a história; no plano econômico, o coletivismo global; e no plano político, o inevitável resultado despótico do Estado materialista e coletivista”.

³ A respeito das teorias liberais da justiça social na segunda metade do século XX, ver Alex Callinicos (2007, p. 255-261).

e, contraditoriamente, conservando velhos elementos, para então transformar-se na escola marginalista (ou neoclássica) e, posteriormente, no keynesianismo, uma derivação tida por muitas como “heterodoxa” do *mainstream*, mas que manteve intacta a teoria do valor e da distribuição marginalista, bem como o método científico e os postulados morais do liberalismo.

O segundo movimento da luta hegemônica do liberalismo sobre a “questão social” limita-se a ir da direita ao centro, repudiando qualquer contato com o socialismo, isto sem falar do comunismo/marxismo. Esta movimentação cautelosa do liberalismo frente à “questão social” iniciou-se no final do século XIX com a teoria neoclássica anglo-saxã⁴ de Alfred Marshall, e teve prosseguimento no pós-Primeira Guerra com John Maynard Keynes.

Os neoclássicos inauguraram o positivismo na teoria econômica, defendendo um posicionamento ideológico neutro do teórico frente ao seu objeto. Consequentemente abandonaram as considerações éticas presentes nos economistas clássicos, e deixaram de relacionar mercado e bem-estar social: o mercado, por definição matemática – segundo os teoremas de Vilfredo Pareto – conjugaria, nos seus pontos ótimos de equilíbrio, eficiência e utilidade máxima. A inclusão dos agentes nos mercados garantiria, por si só, o bem-estar geral: pobreza e desigualdade seriam geradas pela não-inclusão no mercado, ou a falta de relações mercantis. Deste ponto de vista, a solução para a “questão social” seria o pleno desenvolvimento do mercado.

Alfred Marshall escreveu dois artigos importantes sobre a “questão social”: “O futuro da classe trabalhadora” (1873) e “As possibilidades sociais do cavalheirismo econômico” (1907). Neles, o autor predispôs-se a dar um passo um pouco maior (do tipo lilliputiano) do que tradicionalmente faz a escola neoclássica em relação à “questão social”, buscando apontar as falhas do mercado e a necessidade tanto da atuação pontual do Estado quanto da reforma moral dos indivíduos frente aos problemas sociais. Tais críticas não têm o objetivo de propor uma ordem societária alternativa, pois Marshall não deixa de reafirmar os fundamentos básicos do capitalismo, como a concorrência e a propriedade privada ao longo das suas principais obras, e atacar o socialismo como “o maior perigo no presente ao bem-estar humano” (MARSHALL apud VALADÃO,

⁴ Segundo Alex Callinicos (2007, p. 260), o utilitarismo é a base filosófica do igualitarismo inglês. Na sua opinião, “o utilitarismo define o bem que deveríamos procurar segundo a maximização do bem-estar geral, definido este como um estado de prazer mental ou (em termos do debate moderno) como a satisfação dos desejos. A igualdade de bem-estar como ideal fundamenta-se em uma concepção subjetivista da felicidade individual”.

2010, p. 12). De acordo com Laura Valadão (2010, p. 16),

De fato, Marshall vai somente até determinado ponto no que concerne à modificação do sistema vigente. Está certo que ele gostaria de ver uma melhoria na distribuição de renda, um aumento de gastos sociais, e estava disposto a lançar mão de imposto de renda progressivo, da educação pública, do planejamento urbano, e outras medidas para atingir esses fins. No entanto, não defendeu o fim da competição no mercado ou da propriedade privada, e rejeitou frontalmente as alternativas de gestão coletiva da produção.

No entre guerras mundiais, a crise orgânica do capitalismo resultou em vastos contingentes de desempregados e no aumento da pobreza absoluta e relativa. A promoção do bem-estar social por meio da liberdade econômica dos agentes mostrou-se uma falácia teórica sem comprovação empírica. Todas as hipóteses da teoria neoclássica apontavam inicialmente para uma ordem social harmônica e moralmente justa, caso os mecanismos de mercado fossem livres de qualquer intervenção externa.

A realidade insistia, teimosamente, em não se adequar aos modelos neoclássicos, evidenciando as falhas de mercado e a desigualdade entre as classes sociais. Na queda-de-braço entre teoria e realidade, perdeu a primeira: a teoria econômica tradicional, por força dos fatos e da disputa ideológica com teorias alternativas, foi obrigada a reconhecer os problemas científicos intrínsecos às suas formulações e corrigir certos pressupostos, dentre eles, o do desemprego voluntário. Por isso, John Maynard Keynes é considerado um revolucionário dentro do *mainstream* da teoria econômica.

Todo o esforço teórico de Keynes, no seu célebre livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), foi demonstrar que o postulado da lei de Say – toda a oferta gera sua própria demanda –, que tinha como efeito o pleno emprego de todos os fatores de produção, era uma exceção, e não a regra do sistema capitalista; e, caso o sistema fosse deixado a sua própria sorte, o desemprego estrutural e a miséria das massas populares poderiam se tornar a regra.

Lord Keynes rabiscou algumas linhas sobre a sua utopia que colocaria fim aos problemas sociais e a reforma moral dos indivíduos, que passariam a cultivar “(...) alguns dos princípios mais sólidos e autênticos da religião e das virtudes tradicionais” (KEYNES, [1930] 1982, p. 162). A sua versão do socialismo burguês está presente em pequenos artigos como “O fim do laissez-faire” (1926), “Possibilidades econômicas

para nossos netos” (1930) e “Os meios para a prosperidade” (1933), dentre outros⁵. Nestes textos, nota-se o alinhamento de Keynes com a concepção do mundo burguesa e a sua defesa da base econômica e jurídica do capitalismo, preservando a propriedade privada, a acumulação capitalista e o *animal spirit* dos empresários empreendedores, devendo-se provocar a lenta e gradual eutanásia dos rentistas, “sem carecer de qualquer revolução” (KEYNES, [1936] 1992, p. 287). As transformações necessárias à superação da crise capitalista iniciada em 1929 deveriam permanecer circunscritas ao nível das reformas, conduzidas pelo alto por elites letradas e racionais, longe das paixões e ideologias igualitaristas das organizações da classe trabalhadora (PEREIRA e de ALMEIDA, 2010, p. 13-14), operação político-ideológica que Gramsci qualificaria como algo bem próximo das revoluções passivas.

O marxismo é tido pelo Lorde britânico como uma doutrina baseada em um livro-texto de economia “obsoleto” e “cientificamente errôneo”. No artigo “Uma breve análise da Rússia” (1926), Keynes evidencia de forma mais clara a sua opinião sobre a ideologia marxista: "Como posso adotar um credo que, preferindo a lama aos peixes, exalta o proletariado grosseiro acima da burguesia e da *intelligentsia*, que com todas suas falhas, são o que há de melhor e carregam as sementes do que há de mais avançado nas realizações humanas?" (KEYNES apud PEREIRA e de ALMEIDA, 2010, p. 15).

Keynes critica qualquer tentativa de conciliação do Partido Liberal britânico com o marxismo e o comunismo (na época representado pelo bolchevismo), ao mesmo tempo em que defende uma aproximação do seu partido com setores moderados do Partido Trabalhista, como os socialistas e os sindicalistas. Segundo a sua avaliação, a massa de eleitores dos trabalhistas seria mal-informada, e os intelectuais da burguesia letrada, fazendo uso aberto dos seus conhecimentos, conseguiriam cooptar parte da classe trabalhadora, aumentando o campo da hegemonia dos liberais. Desta forma, as reformas sociais seriam conduzidas pacífica e ordeiramente pela união entre capitalistas, intelectuais do alto estrato filosófico e trabalhadores, todos pavimentando um caminho seguro para a consolidação tranquila do capitalismo. Como diz o próprio Keynes ([1937] 1982, p. 172-173),

É provável que as mudanças necessárias não possam ser realizadas de forma inteligente, se não forem realizadas gradualmente. Devemos prever o que nos espera e ir ao seu encontro na metade do caminho.

⁵ Para uma análise extensa da ideologia keynesiana sobre a “questão social”, ver Leandro Pereira e Rodrigo de Almeida (2010).

(...) Estou convencido de que isso pode ocorrer. Poderemos, então, manter as liberdades e a independência próprias de nosso atual sistema, e, ao mesmo tempo, eliminar gradualmente e sem dor seus principais defeitos, à medida que for diminuindo a importância da acumulação de capital e que ela assumir (assim como os benefícios que lhe são inerentes) o justo posto no interior do sistema social.

O Estado capitalista sofreu, naqueles momentos de agudização da crise orgânica, importantes alterações na sua estrutura, pois seria responsável por desempenhar funções não previstas no *script* original do Estado mínimo: planificação indicativa da economia, políticas salarial, fiscal, monetária e sociais, implementando, neste último caso, sistemas nacionais de seguridade social alicerçados no financiamento tripartite (governo, empresas e trabalhadores). A ciência econômica, considerada axiologicamente neutra pelos neoclássicos, imiscuiu-se ativamente no mundo profano da política, propondo ações práticas de regulação dos mercados e mecanismos de promoção do bem-estar social. Neste sentido, Keynes, como um dos principais ideólogos das reformas capitalistas no entre guerras, deu um passo gigante (brobdingnagano) para o avanço do socialismo burguês no século XX.

As políticas econômicas keynesianas, a expansão mundial do fordismo e o quadro institucional de *Bretton Woods*, bem como a competição com o bloco soviético, conduziram a ordem capitalista a sua era de ouro, como diria o historiador britânico Eric Hobsbawm. O bloco histórico fordista-keynesiano, ao gerar altas taxas de crescimento econômico e de produtividade do trabalho e do capital nos Trinta Anos Gloriosos, proporcionou aumentos reais dos salários e recursos fiscais que financiavam os gastos sociais crescentes, como os sistemas universais de seguridade social. Assegurou-se, assim, as bases econômicas e financeiras do *Welfare State*.

A intervenção do Estado na economia – de forma direta, como produtor e fornecedor de bens e serviços, ou indireta, através das políticas econômicas e sociais – garantiu o que os economistas chamam de círculo virtuoso keynesiano: expansão da produção, pleno emprego, aumento dos salários reais e do consumo, altas taxas de crescimento econômico e investimentos público e privado, e assim por diante. Sob o entusiasmo da era de ouro, John Kenneth Galbraith afirmou que o modo de produção capitalista estaria eliminando a exploração e as desigualdades entre classes sociais. A economia, afirmavam os teóricos burgueses, ao invés de ser uma ciência lúgubre da escassez, estaria submersa no paradigma da afluência. A conjugação harmônica entre Estado e mercado, realizada nos marcos do *Welfare State*, teria trazido, finalmente,

aquilo que a mão-invisível havia prometido, mas não cumprido: o bem-estar social. A “questão social” estaria no caminho da sua superação, não mais pelo pleno desenvolvimento do mercado e a busca do auto-interesse, mas pela conciliação do capital e do trabalho nos acordos coletivos do Estado do bem-estar. O socialismo burguês parecia prestes a declarar vitória final sobre o comunismo.

Esta ilusão do desenvolvimento durou somente trinta anos do pós-Segunda Guerra Mundial (1945-75), quando o capitalismo amargou uma nova crise orgânica. Neste período, a ideologia neoliberal ganhou força e se tornou a ponta de lança da supremacia burguesa no final do século XX. Nos primórdios do neoliberalismo, os intelectuais ligados às classes dominantes ignoraram o debate do socialismo burguês sobre a “questão social”, reafirmando a positividade das desigualdades sociais na geração de benefícios para a sociedade como um todo e que o mercado, em algum futuro distante, iria acabar com tais desigualdades. Parecia o fim do socialismo burguês, não por meio da vitória ideológica comunista (ou proletária), mas por uma espécie de retrocesso ao liberalismo pré-1848.

A gênese, ascensão e consolidação do neoliberalismo como poder hegemônico e ditatorial da atual fase do capitalismo é o nosso tema central. Em torno dele, gravitam as principais reflexões sobre o social-liberalismo, variante ideológica do neoliberalismo que surgiu para recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos diante da crise conjuntural dos anos 1990. O resgate do socialismo burguês e suas configurações contemporâneas são o objeto principal da presente tese.

Dentro da literatura sobre o cruzamento entre liberalismo e socialismo, há visões um tanto quanto ingênuas a respeito de um diálogo franco e honesto entre as duas tradições ideológicas, como se houvesse um projeto conjunto de construir um canal harmônico de comunicação, e ambas as classes representadas por tais ideologias pudessem ganhar com isto. De acordo com esta visão, não haveria uma disputa estabelecida entre liberalismo e socialismo pela direção hegemônica das sociedades, com choques e lutas entre as ideologias, mas sim uma tentativa de construção de um meio-termo no qual as duas concepções do mundo pudessem ter suas aspirações e interesses plenamente representados em uma suposta nova síntese. Marco Aurélio Nogueira (2001, p. 19-20) afirma que, para se formar uma síntese virtuosa entre as duas ideologias, seria necessário haver uma série de condições, tais como:

os interlocutores precisam estar qualificados não só por uma sólida convicção doutrinária, mas também pelo abandono de toda intolerância arrogante. No horizonte, um feixe de coisas compartilhadas, muita disposição política e uma enorme capacidade de criar vínculos ativos com forças sociais ativas, deixar-se invadir por pessoas comuns, de carne e osso. Do que se trataria efetivamente numa eventual integração: de cancelar identidades em nome de uma fusão eclética, ou de reunir identidades em nome do combate a problemas comuns e da construção do progresso? Afinal, diálogo e integração só podem existir se os interlocutores tiverem consciência plena de si: uma identidade e um patrimônio a serem preservados.

Alex Callinicos (2007, p. 263-264) também pode ser identificado como um dos autores progressistas que acreditam candidamente na possibilidade de um “diálogo genuíno entre o marxismo clássico e o liberalismo igualitário, em outras palavras: um compromisso mútuo que não implica que alguém absorva de forma imperialista o outro”. Quando os socialistas buscaram este objetivo, acabaram por renunciar ao marxismo e à revolução comunista, denominando-se como social-democratas; quando os liberais o fizeram, nos anos 1920-30 na Itália com o liberal-socialismo, o resultado prático e teórico foi um fracasso, qualificado por Norberto Bobbio (2003, p. 514) como um “animal quimérico”, e por Carlos Nelson Coutinho (2002) como um “sorvete quente”.

O objetivo principal da tese é estabelecer um marco conceitual sobre a atual hegemonia construída pela concepção do mundo burguesa sobre a “questão social”, contextualizando-a dentro da crise orgânica do capital nos anos 1970, da ofensiva neoliberal para recomposição da supremacia burguesa e da crise conjuntural capitalista dos anos 1990. Defendo uma tese oposta sobre a possibilidade de diálogos entre liberalismo e socialismo gerarem uma síntese inovadora, algo mais do que uma bizarra combinação ideológica. Ao longo deste trabalho, tentarei mostrar como o social-liberalismo opera como uma arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias, que se veem de mãos atadas (e cabeças degoladas) diante da ofensiva burguesa.

Neste sentido, deve-se destacar que a presente tese recupera, em larga medida, os trabalhos organizados por Lucia Neves (2005; 2010) em torno do neoliberalismo de terceira via. Procurarei, contudo, ir um pouco além dessas reflexões, identificando a Terceira Via como um dos ramos particulares do social-liberalismo (e não como o conjunto da estratégia burguesa de hegemonia sobre a “questão social”) e destacando com mais ênfase o conceito de supremacia (ao invés de hegemonia), pois o

neoliberalismo só conseguiu se impor como uma estratégia classista de restauração e reforma do modo de produção capitalista com o uso sistemático da força e da coerção, sem o qual não seria possível entendermos, inclusive, o seu prazo médio de duração. Além disso, deve-se considerar que dissertei sobre o objeto tendo na cabeça os debates do Serviço Social sobre a “questão social” (debates estes que transcendem, e muito, este ramo das ciências sociais aplicadas), enquanto Lucia Neves et. al. escrevem a partir (mas não somente) dos debates da pedagogia.

O primeiro capítulo é dedicado a estabelecer a base teórico-metodológica do estudo sobre o neoliberalismo e sua variante ideológica, o social-liberalismo, tributário predominantemente da tradição anglo-saxã do socialismo burguês. Para isto, destaco os *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci e seus conceitos de supremacia, bloco histórico, ideologia & intelectuais, crise orgânica e revoluções passivas (*Risorgimento*, fascismo e americanismo-fordismo), sem perder de vista a filiação gramsciana ao marxismo de Marx, Engels e Lênin e suas polêmicas com a II e III Internacionais.

O segundo capítulo disserta a respeito da crise orgânica do modo de produção capitalista no final dos anos 1960 e por toda a década de 1970, determinando o fim do bloco histórico fordista-keynesiano e a era de ouro do capitalismo. A seção II.1 destaca os elementos econômicos, políticos e culturais da última grande crise capitalista do século XX, trabalhando-os em uma perspectiva de totalidade. Logo após, na seção II.2., apresentam-se algumas das principais teorias sobre a crise, como os liberais anglo-saxões, estruturalistas latino-americanos e marxistas europeus.

No capítulo III, busca-se uma categorização teórica das ações das classes dominantes frente ao agravamento da “questão social” no final do século XX e início do XXI e as representações ideais construídas pelos seus intelectuais, e não uma definição bem comportada do social-liberalismo. Adota-se, assim, o princípio metodológico de saturação do conceito com determinações oriundas do ser social. Para isto, faz-se um estudo da história do projeto neoliberal de superação da crise orgânica dos anos 1970 e se analisam alguns dos principais representantes teóricos internacionais do social-liberalismo – Anthony Giddens, Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Dani Rodrik e Pierre Rosanvallon – bem como os nacionais – André Urani, Luiz Carlos Bresser Pereira, Ricardo Henriques, Ricardo Paes e Barros e cia.

Nas considerações finais, o objetivo é estabelecer os termos principais da controvérsia sobre a persistência ou derrocada do bloco histórico neoliberal e o papel do social-liberalismo na manutenção (cada vez mais provisória) do projeto reformista-

restaurador da burguesia no século XXI, cuidadosamente evitando cair na armadilha de fazer um debate conjuntural sobre a atual crise capitalista, embora este tema venha inevitavelmente à baila.

I. SUPREMACIA, CRISES E REVOLUÇÕES PASSIVAS NA OBRA DE ANTONIO GRAMSCI

A leitura dos apontamentos de Gramsci na prisão é uma tarefa difícil para os seus estudiosos. Diversos fatores concorrem para esta dificuldade. Primeiramente, Gramsci não tinha uma biblioteca adequada ao seu dispor no sistema penitenciário⁶, e diversas citações e referências são feitas com o recurso à sua memória, e não às fontes originais. Depois, todos os seus cadernos eram inspecionados pelos censores do regime fascista, o que o obrigava a utilizar uma linguagem cifrada, muitas vezes obscura. Em terceiro lugar, o escopo das suas reflexões é tão amplo quanto a sua cultura e inquietação, abrangendo inúmeras temáticas, como política, filosofia, história, religião, filologia, economia, folclore, diplomacia e tantas outras, além da referência a personagens da história mundial e, principalmente, italiana, que hoje são meros desconhecidos. E tudo isto, redigido em um método de exposição pouco refinado, elaborado sob a forma de notas fragmentadas, esparsas, rascunhadas, algumas aforísticas, e não de um texto contínuo e em formato final, revisado para publicação.

Por estes motivos, além da sua apropriação ligada a determinadas conjunturas políticas, a sua obra tornou-se alvo de inúmeras controvérsias, algumas amenas e pontuais, outras furiosas e intrincadas. Não cabe aqui inventariar todas as controvérsias que envolvem o seu legado, muito menos propor uma leitura definitiva da sua obra. A dificuldade maior parece ser o estabelecimento de um fio condutor para a leitura dos *Cadernos do Cárcere*. Sem isto, o leitor poderá se perder em um labirinto de notas, datas, nomes e locais, apesar de todo o excelente aparato crítico das últimas edições dos *Cadernos*.

Especialistas como Carlos Nelson Coutinho, Guido Liguori, Luciano Gruppi e Lincoln Secco elegem as temáticas da política e da hegemonia como sendo o fio condutor da obra tardia do marxista sardo. Hugues Portelli, por sua vez, escolhe a categoria bloco histórico. Já Juan Carlos Portantiero (1981, p. 43) estabelece os temas da hegemonia e da crise como uma linha vermelha que costura as observações gramscianas em uma síntese inteligível.

Seus nós problemáticos serão, então, os traços modernos da hegemonia e as características da crise nesta nova situação. Teoria da

⁶ Sobre a biblioteca do cárcere, cf. Secco (2006), capítulo V (p. 105-128).

hegemonia e teoria da crise aparecerão assim entrelaçados como temas complementares e centrais de um enfoque que privilegiará a mediação que as instituições operam na relação entre massas e classes dominantes (PORTANTIERO, 1981, p. 43).

Todos estes estudiosos constituirão nossas fontes de estudo, mas a principal referência serão os próprios *Cadernos do Cárcere*. Nossa leitura terá como perspectiva o debate de Gramsci em torno da hegemonia e da construção, reconstrução e possível dissolução do bloco histórico capitalista e suas fases, inauguradas a partir de eventos chamados de crise orgânica, nos quais se abrem inúmeras possibilidades históricas: a restauração e renovação da supremacia burguesa por meio das revoluções passivas, do cesarismo e da contrarrevolução, a revolução socialista ou até mesmo a destruição recíproca das forças em conflito.

I.1. O contexto histórico: imperialismo, Estado ampliado e socialização da política

O debate em torno do conceito de crise orgânica insere-se em um contexto histórico muito preciso. No último quartel do século XIX, como resultado das suas contradições intrínsecas e das lutas de classes, o modo de produção capitalista começa a deparar-se com transformações na sua base e na sua superestrutura. Podemos apontar três grandes mudanças que se imbricam e formam uma nova fase histórica do capitalismo, e que nos interessam para o entendimento do conceito gramsciano de crise orgânica: (1) a emergência do padrão de acumulação monopolista; (2) a participação política da classe trabalhadora por meio de organizações de massas – sindicatos e partidos políticos e; (3) a maior complexidade nas funções e no aparato institucional do Estado burguês.

Uma das melhores produções teóricas sobre as modificações no padrão de acumulação capitalista no final do século XIX e início do século XX foi realizado por Vladimir Lênin. Recorreremos à sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, não somente por se tratar de uma obra de inegável valor teórico, mas também por se tratar de uma das fontes básicas do pensamento gramsciano, em especial no que tange à teoria econômica⁷.

⁷ “Ele [Gramsci] aceita integralmente os resultados dessa crítica [da economia política], tanto os produzidos pelo próprio Marx quanto, e talvez sobretudo, os contidos nos desenvolvimentos que ela encontrou na obra de Lenin, particularmente em *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tratava-se assim, para prosseguir o trabalho crítico iniciado por Marx, de estendê-lo a novos âmbitos da totalidade

O imperialismo, segundo Lênin, baseia-se em cinco pontos centrais, a saber, (1) a concentração da produção e formação dos monopólios empresariais, (2) a concentração do setor bancário, a formação do capital financeiro e da oligarquia financeira, (3) a exportação de capital, (4) a partilha do “território econômico” pelas associações monopolistas internacionais e, por último, (5) a partilha territorial das colônias das grandes potências hegemônicas.

A partir do início do século XX, a sociedade burguesa passou por profundas mudanças estruturais, radicalizando as tendências de concentração e centralização anunciadas por Karl Marx no capítulo de *O Capital* sobre a lei geral de acumulação capitalista. A transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista foi um dos elementos-chave no entendimento do imperialismo e suas conseqüências mais diretas e imediatas para a luta do proletariado russo e mundial. A concentração e centralização de capital e formação dos monopólios não significam o fim da concorrência entre os capitalistas; pelo contrário, a fase monopolista do capitalismo é a intensificação da concorrência, a superação da livre concorrência pela concorrência monopolista, eliminando-se pequenos e médios empreendimentos, mas conservando-se o “quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida” (LENINE, [1917] 1978, p. 594). Nas palavras do próprio autor, “(...) os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (LENINE, [1917] 1978, p. 641).

A concorrência é a mola propulsora do sistema econômico, força que impele o capitalismo para o ritmo crescente de progresso técnico, a intensificação do ritmo dos processos de trabalho com o objetivo do aumento da extração da mais-valia, e a acumulação de capital e sua reprodução ampliada.

O segundo aspecto do imperialismo é a mudança do papel dos bancos nas economias modernas. No período do capitalismo concorrencial, os bancos tinham como operação fundamental a intermediação de pagamentos, fornecendo meios de pagamento, à vista ou à prazo, para as operações financeiras. Com o processo de concentração bancária e a formação de consórcios, os bancos passam a dispor de enorme quantidade de capital-dinheiro, meios de produção e fontes de matéria-prima, subordinando operações comerciais e industriais, retendo importante conhecimento da situação dos

social (...)” (COUTINHO, 1996, p. 102).

clientes, controlando a oferta de crédito, agora centralizada na mão de poucos e gigantescos bancos, o que dá poder de decisão sobre o destino de muitas empresas. O capital bancário funde-se ao capital industrial, transformando-se em capital financeiro⁸, dando origem à dominação da oligarquia financeira e ao aparecimento da figura do *rentier*. Neste ponto, fica claro que, para Lênin, o câmbio na base tem forte impacto na estrutura de classes sociais das grandes potências imperialistas.

O terceiro aspecto é a formação de excedentes econômicos nos países imperialistas e sua exportação de capital, na busca de lucros elevados em países periféricos. Neste momento, temos a “criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro” (LENINE, [1917] 1978, p. 621). Ao invés da simples exportação de mercadorias, que continua a existir e mesmo a crescer em volume físico e monetário, os principais países do capitalismo monopolista tornam-se exportadores de capital, aumentando ainda mais a dependência econômica dos países devedores, colônias ou mesmo Estados politicamente independentes.

Impulsionados pela lógica mercantil e pela saturação dos mercados internos dos seus países⁹, as associações do capitalismo monopolista (cartéis, sindicatos e trustes) buscam a realização do lucro e a reprodução ampliada do seu capital em mercados externos, exportando capital para a periferia do sistema. Desta forma, tem-se não só a partilha dos mercados internos, como do mercado mundial, agora organicamente entrelaçados (LENINE, [1917] 1978, p. 625)

O quinto e último aspecto imperialista discutido por Lênin ([1917] 1978, p. 582) é a partilha territorial do mundo pelas potências hegemônicas e colonialistas. O sistema universal de subjugação colonial é guiado pelas guerras, saques e partilha do “território econômico” conduzida por “(...) duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra e Japão)”.

Esse é o quadro impressionista das grandes transformações operadas na economia capitalista após o esgotamento das possibilidades históricas da fase concorrencial do capitalismo. Tais mudanças não se restringem à base do modo de produção capitalista. É preciso, de acordo com Gramsci, estar atento aos rebatimentos dessas transformações econômicas na esfera da política, e como a atuação das classes

⁸ Lênin ([1917] 1978, p. 610) critica a definição de Hilferding sobre o capital financeiro, e usa a definição de Bukhárin.

⁹ “Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucro; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’” (LENINE, [1917] 1978, p. 631).

corroborar ou questionar aquelas mudanças. Aliás, a sua principal preocupação recai sobre a dinâmica da política na era imperialista do capitalismo, tentando produzir uma reflexão teórica capaz de desvendar as novas determinações históricas das lutas de classe nas primeiras três décadas do século XX.

Progressivamente, desde pelo menos 1848, na Primavera dos Povos, os trabalhadores estabeleceram-se enquanto um sujeito histórico ativo e autônomo, lutando de forma consciente e coletiva pela superação do capitalismo e pela instauração de um novo modo de produção e sociabilidade, o socialismo. Desta forma, os trabalhadores passaram a agir enquanto classe (*classe-para-si*), conseguindo arrancar e conquistar importantes concessões das classes dominantes, como os direitos políticos e os primeiros benefícios sociais. Tais conquistas começam a ser materializar, de fato, no último quartel do século XIX, após os eventos da Comuna de Paris.

Com a conquista dos seus direitos políticos, a classe trabalhadora organiza-se, de forma legal e institucional, em torno de uma série de organizações coletivas, como associações profissionais, clubes recreativos, cooperativos de crédito, consumo e produção, sindicatos e partidos políticos, como o Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), considerado o primeiro partido de massa, com militantes voluntários e uma estrutura burocrática profissionalizada, dedicada exclusivamente às atividades políticas. O mundo da política, deste modo, deixa de ser um monopólio das classes proprietárias, que até então tinham desenvolvido uma série de mecanismos de exclusão da classe trabalhadora na política (LOSURDO, 2004), e passa a ter seus espaços institucionalizados ocupados pelos representantes do proletariado. Por isso Carlos Nelson Coutinho (2000 e 2006a) fala em socialização ou democratização da política.

Diante do processo de socialização da política, promovido basicamente pelo ativismo político dos trabalhadores, o Estado burguês, nas sociedades ocidentais, amplia-se para além dos seus aparelhos coercitivos de dominação – polícia, forças armadas, judiciário – e incorpora, de maneira contraditória, novos e velhos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, formando um complexo e intrincado sistema de instituições capaz de manter a ordem estabelecida por meio do consenso e da dominação ou, em outros termos, da hegemonia e da coerção.

A técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das

transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes (GRAMSCI, 2002a, p. 77-78 – C13 [1932-1934], §27).

A burguesia, assim, consegue envolver, dentro de certos limites, as conquistas dos trabalhadores e erigir um Estado ampliado capaz de resistir aos abalos mais profundos das crises econômicas nacionais e mundiais. Coutinho (1999, p. 153) pontua que

Esse sistema de mediações [as instituições da sociedade civil] (...) torna as crises revolucionárias nas sociedades ‘ocidentais’ um fenômeno bem mais complexo. Tais crises já não se manifestam imediatamente como resultado de crises econômicas, mesmo aparentemente catastróficas, e não impõem, portanto, uma solução rápida e um choque frontal; elas se articulam em vários níveis, englobando um período histórico mais ou menos longo.

A socialização da política e a ampliação do Estado burguês, que agora agrega instituições da sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia), trazem elementos inéditos que neutralizam os efeitos mais devastadores de uma crise econômica, desarmando, em certa medida, a eficácia da estratégia revolucionária da guerra de movimento nas sociedades ocidentais.

Para Gramsci, após a Primeira Guerra Mundial, especialmente na década de 1920, as classes dominantes tiveram êxito na recomposição da sua supremacia, que foi seriamente abalada pelos conflitos imperialistas. Esta recomposição ocorreu por meio da reconstituição e refuncionalização do Estado e também, deve-se acrescentar, pelas falhas na definição das táticas e estratégias da ação revolucionária do proletariado. Segundo suas interrogações no cárcere,

Como reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante, aparelho que se desagregou em razão das consequências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, por que se desagregou? Talvez porque se tenha desenvolvido uma forte vontade política antagonista? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram

privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato (GRAMSCI, 2002a, p. 264-265 – C7 [1930-1931], §80).

Em uma atitude ousada e necessária para a época, Gramsci reconheceu a derrota do movimento operário e, desta forma, pode iniciar um processo de reflexão teórica a respeito dos motivos dos fracassos revolucionários do proletariado europeu. O mesmo processo de autocrítica não foi realizado anteriormente por outras correntes teóricas e políticas do socialismo e do comunismo. O movimento operário foi palco de intensos debates teóricos e disputas na condução de táticas e estratégias políticas para a transformação social. De modo esquemático, pode-se dividir o debate em duas grandes vertentes, a reformista/revisionista da II Internacional e a revolucionária da III Internacional.

Os marxistas revisionistas da Internacional Socialista, liderados por Eduard Bernstein, dirigente do Partido Social-democrata Alemão (PSDA), acreditavam que o Estado democrático, na sua essência, era um instrumento político neutro, e a depender da correlação de suas forças internas, poderia ser usado tanto pela burguesia quanto pelos trabalhadores. Quem tivesse maior capacidade de mobilização das massas populares teria, portanto, o controle da máquina estatal. Do ponto de vista da social-democracia alemã, bastava uma crescente votação do partido nas campanhas eleitorais para ocupar postos-chave do Estado, o que o colocaria a serviço do proletariado. A transição para o socialismo seria, deste modo, morosa e gradualista, sem a necessidade de uma ruptura violenta tal qual a revolução¹⁰.

Do outro lado da trincheira do movimento operário internacional, estavam os comunistas da III Internacional. Após a morte de Lênin, Stálin vai, gradativamente, assumindo o controle político do Estado e do Partido Comunista da União Soviética, o que lhe garante o domínio sobre a Internacional Comunista (IC). Diante da crise econômica mundial de 1929 e do início da ascensão do nazi-fascismo na Europa Ocidental, Stálin manobra e articula uma nova direção política para a IC, pela qual os partidos comunistas espalhados pelo mundo deveriam romper alianças com outros

¹⁰ “A questão consiste, no fato de que Bernstein abandona o objetivo socialista – a socialização do processo produtivo e sua gestão pelos produtores associados –, substituindo-o por um progressivo melhoramento, segundo uma concepção social-reformista, das condições de vida dos operários no âmbito da ordem social existente” (FETSCHER, 1982, p. 292).

partidos e grupos sociais que não fossem ligados diretamente à classe operária, bem como adotar a estratégia revolucionária do assalto ao poder.

A linha política stalinista para a IC, traçada a partir do seu VI Congresso, tinha como pressuposto duas ideias-motrizes: a primeira era que a social-democracia era uma espécie de irmã gêmea do fascismo, o que colocaria os comunistas frontalmente contra os reformistas e, a segunda, era que a estrutura do modo de produção capitalista, vivendo uma fase moribunda, de putrefação, seria iminentemente dissolvida por uma grave crise econômica. O sério abalo dos alicerces econômicos proporcionaria, segundo a III Internacional, as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, em uma rápida transição, o destruiria para dar lugar a novas formas de organização comunista. “Na percepção da III Internacional o que se estava vivendo, enfim, era um momento de ofensiva de massas em um quadro de crise decisiva do capitalismo” (PORTANTIERO, 1981, p. 41). Em poucas palavras, a revolução comunista estava na esquina da história, e o proletariado deveria estar pronto para o assalto ao poder.

A história provaria, em 1917, que a estratégia da revolução permanente conduzida pelos bolcheviques seria vitoriosa na Rússia Czarista, abrindo uma nova etapa na história da humanidade e trazendo avanços democráticos e sociais para a classe trabalhadora. A guerra de movimento, vitoriosa em uma sociedade oriental como a antiga Rússia, mostrou-se, de acordo com os eventos políticos dos anos 1920 e 30, um fracasso na Europa Ocidental. Gramsci chega a anotar nos *Cadernos do Cárcere* que a adoção pura e simples, sem maiores mediações, da guerra de movimento pelos partidos comunistas ocidentais “só é causa de derrotas”¹¹.

¹¹ “Esta [passagem da guerra manobrada à guerra de posição também no campo político] me parece a questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente. Ela está ligada às questões levantadas por Bronstein, que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas. Só indiretamente (mediatamente) esta passagem da ciência política está ligada àquela ocorrida no campo militar, se bem que, certamente, exista uma relação, e essencial. A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das ‘posições’ hegemônicas do grupo dominante, etc. Tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação político-histórica, porque na política a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo” (GRAMSCI, 2002a, p. 255 – C6 [1930-1932], §138).

A mesma história, sempre contraditória, também demonstraria o fracasso da estratégia reformista dos revisionistas do PSDA na transição evolutiva (quase natural) do capitalismo para o socialismo, embora importantes conquistas sociais tenham sido arrancadas da burguesia pelo proletariado na Europa Ocidental ao longo de quase todo o século XX a partir do reformismo.

Ambas as correntes do movimento operário internacional perceberam aspectos substanciais da transformação operada pela burguesia no modo de produção capitalista nesta época. Bernstein, por exemplo, alertava que a polarização social entre burgueses no topo e proletariado na base, sem classes sociais intermediárias, não havia se concretizado tal qual Marx e Engels haviam descrito no *Manifesto do Partido Comunista*, pois estratos sociais médios estavam se formando e crescendo nas sociedades ocidentais, ocupando importantes espaços políticos institucionais.

Teóricos e líderes políticos da Internacional Comunista, como Lênin, Trotsky e Bukhárin, mostraram-se profundamente atentos às transformações ocorridas no padrão de acumulação capitalista, a partir dos seus estudos sobre o imperialismo e o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Além disso, tais transformações impactavam – e eram impactadas – pelas mudanças na estrutura de classes e pelos conflitos geopolíticos, que terminariam por desaguar na Primeira Grande Guerra.

Uma larga bibliografia dá conta das diferenças teóricas e políticas entre os membros da II e da III Internacionais. Não é necessário realçar e debater tais diferenças nesta tese, por demais conhecidas na tradição marxista. O interessante é anotar, conforme Portantiero (1981, p. 31), uma similitude *sui generis* entre as duas correntes: “o paradoxo era que revisionistas e revolucionários coincidiam por motivações antagônicas, nesta apreciação que ignorava a densidade das novas formas de dominação, a nova complexidade do fenômeno estatal”.

Desde pelo menos 1895, quando Engels escreve uma consagrada (e polêmica) introdução a uma nova edição do livro *A luta de classes na França*, de Karl Marx, os revolucionários intuía que uma fase histórica do capitalismo ia ficando para trás, e novos padrões de acumulação e de hegemonia iam surgindo, conservando velhos elementos e trazendo à tona novas determinações econômicas, políticas e sociais no modo de produção capitalista.

Como visto, diferentes lideranças do movimento operário internacional realçaram, segundo seus próprios interesses, perspectivas e estratégias políticas, determinados traços da passagem da fase liberal para a fase monopolista do capitalismo,

mas nenhum deles, entretanto, se preocupou atentamente ou foi capaz de revelar como se operava a recomposição da supremacia burguesa após a crise revolucionária dos anos 1910 e 1920. Segundo Portantiero (1981, p. 31),

É claro que nestas condições palíngénicas, a temática do Estado capitalista, a indagação sobre as novas características da hegemonia (criadas desde fins do século), sobre a penetração do Estado na sociedade civil mediante a construção de um “sistema de trincheiras” que protegia a dominação de um assalto súbito por parte das massas, não tinha cabimento ou aparecia como um tema de segunda importância.

A partir da nova conjuntura política dos anos 1920 e 1930 – derrotas das revoluções proletárias na Alemanha, Hungria, Itália e Áustria, ascensão do fascismo e contínua expansão do americanismo-fordista, que encontrará seu auge mundial a partir de 1945 – Gramsci terá uma postura teórica e política bem diversa daquelas duas correntes então preponderantes nos partidos socialistas e comunistas.

Surge, então, na sua obra da maturidade, um estoque categorial inovador na tradição marxista, recolhendo o que havia de melhor nas obras dos clássicos do marxismo e, também, da filosofia política burguesa, dando-lhes, evidente, novos significados a partir do método do materialismo histórico. Termos como hegemonia, sociedade civil, revolução passiva, bloco histórico e crise orgânica, dentre inúmeros outros conceitos, brotam dos *Cadernos do Cárcere* a partir do cultivo ao qual Gramsci se dedica após a detenção. O objetivo de Gramsci é criar, enquanto dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), formulações teóricas para compreender a recomposição da hegemonia burguesa, a base material-institucional dessa recomposição, os motivos das derrotas operárias e, por fim, mas não menos importante, o delineamento de uma nova estratégia revolucionária comunista.

I.2. Supremacia, bloco histórico, ideologia e crises nos *Cadernos do Cárcere*

I.2.1. Supremacia, hegemonia e ditadura

Nos seus escritos do cárcere, Gramsci anotou que o conceito de hegemonia era uma criação de Vladimir Illitch Ulianov. Segundo Gramsci, Lênin percebeu a necessidade de formular uma nova estratégia revolucionária para o movimento

revolucionário no Ocidente, enfatizando-se a guerra de posição, mas teve pouco tempo para desenvolvê-la (GRAMSCI, 2002a, p. 262 – C7 [1930-1931], §16). Assim, Gramsci vê Lênin como o teórico revolucionário que inicia uma série de reflexões sobre o tema da hegemonia.

(...) o maior teórico moderno da filosofia da práxis [Lênin] revalorizou, no terreno da luta e da organização política, em oposição às diversas tendências “economicistas”, a frente da luta cultural, e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força e como forma atual da doutrina da “revolução permanente” em 1848 (GRAMSCI, 1999, p. 306 – C10 [1932-1935], §12).

Em consonância a tese de Gramsci, pode-se lembrar uma importante obra de Lênin que trata do tema da hegemonia. O livro *Que fazer?* (1902) foi escrito num período de refluxo, de “dispersão, de desagregação, de vacilação” dos dirigentes da social-democracia russa¹². Enquanto o movimento de base, as reivindicações dos trabalhadores ganhavam corpo nas ruas e fábricas, os antigos dirigentes, como Kritchévski e Martínov, não conseguiam acompanhar, teórica (“liberdade de crítica”) e praticamente (“trabalho artesanal”), o alargamento do campo e a força de atuação que o movimento operário alcançou.

Neste período de crise e refluxo da luta operária, no qual ganhou força a fração reformista e trade-unionista do movimento socialista, Lênin dedica-se a erigir uma organização partidária revolucionária, formada por membros resolutos, profissionais de um exército regular de assalto ao poder, umbilicalmente ligados ao movimento operário através de um jornal nacional e, acima de tudo, através da consciência revolucionária da luta de classes.

Lênin enumera quatro funções primordiais do partido operário revolucionário: a organização, a agitação e a educação da classe trabalhadora e a propaganda da teoria marxista, estando todas elas agregadas em torno da luta política. Dentre estas funções, algumas delas atuam claramente no âmbito da hegemonia, na busca da construção de uma concepção de mundo proletária capaz de desafiar, no plano das ideologias, a

¹² A batalha ideológica travada por Lênin em *Que fazer?* não se restringe à social-democracia russa. Nesta obra, Lênin volta suas baterias para o ataque às posições de Bernstein e dos reformistas em geral, que pretendem transformar a social-democracia num partido democrático de reformas sociais, dissociado do materialismo histórico, da luta de classes, da ditadura do proletariado. Os discípulos de Bernstein e os reformistas remediavam as contradições irreconciliáveis entre as classes sociais com palavras e frases ocas, “proclamando que é absurda a idéia de revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classes a um trade-unionismo estreito e à luta “realista” por reformas pequenas e graduais” (LÉNINE, [1902] 1977, p. 92), movimento este chamado de “economismo”.

dominação do bloco de poder czarista/burguesa estabelecida até mesmo em uma sociedade oriental.

A luta de Lênin contra os reformistas consistia em três frentes: 1. reestabelecimento do trabalho teórico aliado à prática; 2. rebatimento das acusações da “crítica” legal e; 3. atuação energética “(...) contra a dispersão e as vacilações no movimento prático, denunciando e refutando qualquer tentativa de rebaixar, consciente ou inconscientemente, o nosso programa e a nossa tática” (LÉNINE [1902] 1977, p. 94).

Evocando a autoridade do velho Engels, Lênin destaca o resgate do trabalho teórico como um dos pontos centrais do seu plano na organização do partido revolucionário na Rússia. O objetivo era a disputa da hegemonia dentro das diferentes facções do movimento operário russo. A falta de clareza teórica impediria a abertura de caminhos estratégicos de longo prazo para o movimento revolucionário, além da própria organização de quadros no curto prazo. É desta passagem a célebre afirmação de que “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (LÉNINE [1902] 1977, p. 96-97). Lênin tinha claro para si que os erros na formulação teórica e na análise de situações concretas implicam no erro da ação política revolucionária.

Além de ajudar na superação de formas mais estreitas de atividade prática, a teoria revolucionária cumpre um papel decisivo no movimento operário: a conquista do papel de vanguarda do movimento, fracionado em diversas linhas. Somente de posse de uma teoria revolucionária, pode o partido social-democrata tomar a direção do movimento operário nas suas lutas política, econômica e cultural. Em outras palavras, os militantes comunistas precisam estudar e conhecer o modo de produção capitalista, entender as leis históricas de movimento, medir a força de cada classe na luta social e política e atuar sobre a realidade, transformando-a revolucionariamente.

Apesar das suas próprias opiniões, defende-se aqui que a formulação mais profunda do conceito de hegemonia¹³ dentro da tradição marxista deva ser creditada a ele mesmo, isto é, a Gramsci. Apesar da centralidade do conceito de hegemonia no

¹³ Segundo Luciano Gruppi ([1978] 2000, p. 1), “o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”.

edifício teórico gramsciano, existe uma intensa batalha a respeito do seu significado. Os comentadores dos escritos do comunista sardo trazem sentidos múltiplos para o conceito, sendo alguns deles uma forma de neutralizar a radicalidade das proposições teóricas e políticas de Gramsci.

Na década de 1950, Giuseppe Tamburrano e Palmiro Togliatti foram pioneiros em afirmar a importância do conceito de hegemonia na obra gramsciana¹⁴. Em 1958, numa importante conferência,

Togliatti afirmava que, entre os termos “hegemonia” e “ditadura”, “existe uma diferença, não uma substância” – uma vez que, se era verdade que a hegemonia se referia à sociedade civil e, portanto, era conceito “mais amplo”, não se devia esquecer que, para Gramsci, a diferença entre sociedade civil e sociedade política era “somente metodológica, não orgânica” (...) (LIGUORI, 2007, p. 208).

Na mesma linha interpretativa da conferência de Togliatti, temos o livro *O conceito de hegemonia em Gramsci*, de Luciano Gruppi. Para o autor, o conceito já estava presente, de alguma forma, na obra do líder russo bolchevique¹⁵. Gramsci, a luz de uma nova realidade histórica, retoma certas ideias (e práticas) de Lênin e traz novas determinações para a teoria marxista do Estado e da revolução. Desde *L'Ordine Nuovo* e dos seus estudos sobre a *Questão Meridional*, pode-se constatar a presença da noção de hegemonia nas preocupações gramscianas, que só ganhará consistência teórica e uma formulação categorial nos *Cadernos do Cárcere*.

Em Togliatti e Gruppi, os escritos gramscianos são intimamente relacionados com Lênin e, em certa medida, com a III Internacional, particularmente no tocante a gênese da formulação do conceito de hegemonia. Esta, aliás, é uma das teses centrais de Gruppi.

Há, certamente, uma grande analogia de mentalidade e de método entre Gramsci e Lênin; há em Gramsci aquele mesmo sentido da especificidade histórica própria de Lênin; há o sentido da concreticidade dos processos, da importância do sujeito histórico, do

¹⁴ Para um detalhado histórico das interpretações sobre o conceito de hegemonia nos textos gramscianos, ver Liguori, 2007, capítulo 11.

¹⁵ Anna Di Biagio (2010) faz um competente histórico dos conceitos de hegemonia e supremacia na tradição revolucionária russa e seus impactos nos textos gramscianos.

partido, da consciência de classe, da iniciativa política e da teoria revolucionária (GRUPPI, [1978] 2000, p. 66).

De formas e graus distintos, Hugues Portelli e Lincoln Secco também insistem que a divisão operada por Gramsci dos conceitos de hegemonia e ditadura (ou consenso e coerção), ou, mais precisamente entre as esferas do Estado ampliado – sociedade civil e sociedade política – são metodológicas, e não correspondem a uma separação orgânica.

Carlos Nelson Coutinho, assim como Portelli, busca sublinhar as diferenças existentes no modo como a sociedade civil e a sociedade política operam a supremacia burguesa: enquanto a primeira privilegia o uso do consenso através dos aparelhos privados de hegemonia, a segunda privilegia a coerção por meio dos aparelhos estatais coercitivos. A novidade gramsciana não reside no debate sobre hegemonia, já abordado por Lênin, mas sim na definição dos aparelhos privados de hegemonia como espaços institucionais autônomos do Estado *stricto sensu* (COUTINHO, 1999, p. 128). De todo modo, em uma importante observação, Coutinho (1999, p. 130-131, grifos originais) ressalva que Gramsci cunhou o conceito de supremacia para operar de forma dialética a unidade contraditória entre hegemonia e dominação.

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci não perde de vista o momento unitário. (...) O termo *supremacia* designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. Cabe ainda recordar que, para Gramsci, essas duas funções – ou dois feixes de funções – existem em qualquer forma de Estado (...).

Em uma chave de leitura muito próxima a de Carlos Nelson Coutinho, que valoriza em um primeiro momento as diferenças entre hegemonia e coerção para, em seguida, ressaltar o caráter unitário dos métodos de supremacia, Hugues Portelli afirma que a divisão entre sociedade civil e sociedade política

deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido do que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção,

continuar a manter de forma durável a sua dominação (PORTELLI, [1972] 2002, p. 35).

E, para concluir, nos permitimos transcrever uma longa citação de Lincoln Secco (2006, p. 43-44) que explica primorosamente a unidade existente entre hegemonia e coerção nos cadernos gramscianos:

No universo conceitual do marxismo contemporâneo, a hegemonia é geralmente entendida como a capacidade que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. Entende-se muitas vezes uma classe que é hegemônica como também dominante, ou seja, aquela que conduz toda a sociedade. A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual.

Os comentários de Togliatti, Gruppi, Coutinho, Portelli e Secco entram em rota de colisão com interpretações liberais do conceito de hegemonia. Esta linha argumentativa foi inaugurada por Norberto Bobbio nos anos 1960, quando o jurista italiano defendeu a tese de que o conceito de hegemonia, baseado na esfera da sociedade civil, dizia respeito unicamente à direção cultural, deixando de lado o momento da força, da coerção (BOBBIO, 1999, p. 67).

Esta forma de leitura prestou-se a um papel de neutralizar certos aspectos explosivos da reflexão gramsciana que, nunca é demais lembrar, estava voltada para a práxis revolucionária comunista, incluindo-se golpes armados contra as trincheiras e casamatas do Estado ampliado burguês. Autores de corte liberal passaram a defender que a conquista da hegemonia dar-se-ia, única e exclusivamente, através da disputa de ideias, que transcorreria como um debate de intelectuais numa espécie de ágora ateniense, onde todos poderiam expor livremente suas concepções de mundo, e o mais apto no uso da retórica levaria a melhor, conquistando assim a direção intelectual-moral.

A luta de classes, tão presente para Gramsci na esfera da sociedade civil, era, deste modo, reduzido à fórmula liberal da liberdade de expressão e pensamento, ou, nos

termos de Jürgen Habermas, a um agir comunicativo. Em diversas passagens dos *Cadernos*, Gramsci deixa claro que existe uma íntima ligação entre o debate das ideias e o uso da força, ou seja, hegemonia e coerção se combinam tanto na manutenção dos padrões de dominação da burguesia e sua camarilha quanto das práticas revolucionárias do proletariado e seus aliados.

Operando a dialética numa chave hegeliana, ao contrário do positivismo e kantianismo presente na II Internacional, Gramsci trabalha com duplas de conceitos que não devem ser entendidos como uma dualidade excludente um do outro, mas sim como uma unidade de contrários. Esta observação vale para diversas categorias presentes na sua obra, tais como Estado integral (sociedade civil e sociedade política), bloco histórico (base e superestrutura), revolução (guerra de manobra e guerra de posição)¹⁶ e supremacia (hegemonia e ditadura, ou consenso e coerção).

Dentro desta unidade de contrário, Gramsci acentuava, a depender do grau de abstração e análise da realidade, um ou outro termo, mas ambos funcionam por múltipla determinação, e não apenas por prevalência de um sobre o outro, tal qual afirma Bobbio (1999, p. 68).

(...) Gramsci reitera que o polo da hegemonia completa o Estado-força, não o substitui. Isso posto, pode-se também dizer que existem fases com “subordinação” da força à hegemonia, como é desejável. Mas que ela seja “permanente” parece ser só um desejo (compartilhável) (LIGUORI, 2007, p. 219).

Especificamente sobre os padrões de dominação das classes proprietárias, Gramsci trata, nos *Cadernos do Cárcere*, de quatro temas nos quais fica explícita a forma dialética como ele opera a unidade entre hegemonia e ditadura. Os temas são: opinião pública, parlamento, transformismo e Estado como educador. Neles pode-se ver que a distinção entre consenso e coerção é metodológica, pois, na realidade, as classes proprietárias se mantêm no poder enquanto classes dominantes e dirigentes fazendo uso de ambas as formas de supremacia.

Em uma sociedade ocidental, a própria produção e difusão do consenso por meio dos aparelhos privados de hegemonia necessita do auxílio – e não somente em última instância – dos aparelhos estatais de coerção, bem como o uso da coerção demanda, em

¹⁶ A respeito da unidade entre guerra de movimento e guerra de posição, recomenda-se a leitura de Alvaro Bianchi (2008, p. 199-208).

muitos casos, *a priori e/ou a posteriori*, a coordenação com os aparelhos privados de hegemonia, que acabam por influenciar e preparar a opinião pública para determinadas incursões ditatoriais do Estado no terreno da “questão social”. É o que diz Gramsci a respeito da ação do Estado na preparação da chamada opinião pública: esta constitui um ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, 2002a, p. 265 – C7 [1930-1931], §83).

No Caderno 13, na importante nota §37 sobre os padrões de dominação burguesa estabelecidos durante toda a Revolução Francesa, com destaque para a fase jacobina e de crise orgânica inaugurada com a Primeira Grande Guerra, Gramsci retoma o tema da opinião pública, articulando-o ao debate sobre o Parlamento. Nesta nota, reafirma-se o caráter consensual e voluntário da hegemonia burguesa, operada fundamentalmente pelos aparelhos privados da sociedade civil. Além disso, também se ressalta que a hegemonia burguesa combina tanto atividades propagandísticas quanto práticas (econômicas, político-jurídicas), estando presente na estrutura e na superestrutura.

Todavia, em tempos de crise orgânica, como a inaugurada no período do imperialismo, os partidos políticos monarquistas e/ou republicanos franceses que operavam dentro do Parlamento, bem como a rede midiática e as associações culturais das classes dominantes, se utilizaram de um amplo leque de medidas para a manutenção do *status quo*¹⁷, medidas estas que incluem consenso e força. A burguesia e seus aliados

¹⁷ A lista de medidas é longa, mas vale citá-la (quase) na íntegra para exemplificar como, para Gramsci, a hegemonia comporta não somente o consenso, mas também a força. Destaca-se que a lista começa com medidas de força. “Alternam-se neste processo tentativas de insurreições e repressões impiedosas; ampliação e restrições do sufrágio político; liberdade de associação e restrições ou anulações desta liberdade; liberdade no campo sindical mas não no campo político; formas diversas de sufrágio, votos por lista ou em distritos uninominais, sistema proporcional ou individual, com as várias combinações que disso resultam – sistema de duas Câmaras ou de uma só Câmara eletiva, com vários modos de eleição para cada uma delas (...) –; diferente equilíbrio dos poderes (...); diferentes atribuições do chefe de governo e do chefe do Estado; equilíbrio interno diferente dos organismos territoriais (...); diferente equilíbrio entre as forças armadas alistadas e as profissionais (polícia civil e militar), com a dependência destes corpos profissionais de um ou outro órgão estatal (...); o maior ou menor papel atribuído aos costumes ou à lei escrita, pelo que se desenvolvem formas consuetudinárias que podem, num certo ponto, ser abolidas pelas leis escritas (em alguns países, ‘parecia’ que se haviam construído regimes democráticos, mas estes se constituíram apenas formalmente, sem luta, sem sanção constitucional, e foi fácil desagregá-lo sem luta, ou quase, reconstituindo a lei escrita ou interpretando a lei escrita de modo

não pouparam esforços em se manter como o bloco de poder dominante e, para isto, lançaram mão de recursos e táticas operacionais dos aparelhos coercitivos e de hegemonia, combinando-os dentro de uma estratégia conjunta de manutenção do bloco histórico. Gramsci, aliás, associa recorrentemente o uso intensivo da coerção com o momento de crise hegemônica ou mesmo de crise orgânica de um bloco histórico.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 2002a, p. 95 – C13 [1932-1934], §37).

A hegemonia, mesmo em tempos “normais”, não prescinde do uso da força, dado que a direção intelectual-moral não contempla todos os setores da sociedade. Setores mais combativos do proletariado se recusam a aceitar a direção intelectual-moral construída pela burguesia, e se mantêm contrário à hegemonia, contestando-a por meios legais e insurrecionais. A estes setores mais aguerridos, que não renunciam aos métodos da guerra de movimentos, combinados estrategicamente com os métodos da guerra de posição, as classes proprietárias utilizam-se de uma série de medidas coercitivas, que variam desde a repressão explícita até formas mais sutis de privar o movimento operário das suas principais lideranças, como o transformismo.

Nos estudos sobre o *Risorgimento*, que serão tratados com mais vagar ao final do capítulo, Gramsci descreve como o bloco de poder dominante, que incluía as antigas aristocracias fundiárias e as novas frações da burguesia, operou a revolução passiva, responsável pela transformação do território politicamente fragmentado da península italiana, de base feudal, em um Estado-nação de base capitalista que conservava

reacionário, já que eles careciam de recursos jurídico-morais e militares); a maior ou menor discrepância entre as leis fundamentais e as normas de execução, que anulam as primeiras ou lhes dão uma interpretação restritiva; o emprego mais ou menos amplo dos decretos-leis, que tendem a substituir a legislação ordinária e a modificam em determinadas ocasiões, ‘forçando a paciência’ do Parlamento até configurar uma verdadeira ‘chantagem de guerra civil’” (GRAMSCI, 2002a, p. 94-95 – C13 [1932-1934], §37).

elementos estruturais e superestruturais da antiga ordem. Este processo foi conduzido sem a participação das massas populares, amplamente excluídas da formação da nação italiana a partir da neutralização dos partidos de base camponesa que não conseguiram formular uma concepção de mundo própria, isto é, um projeto estratégico capaz de disputar a hegemonia da sociedade italiana e atender aos interesses do seu povo, posto à margem da transformação econômica e política do país.

Esta neutralização se deu fundamentalmente pela habilidade das classes dominantes italianas em cooptar, de maneiras explícita e/ou implícita, mais ou menos violentas, as principais lideranças do Partido da Ação. Promoveu-se, assim, a decapitação das lideranças do movimento popular, eliminando a sua possibilidade de construir uma hegemonia tipicamente nacional-popular. A este tipo de cooptação, Gramsci deu o nome de transformismo, no qual coerção e consenso se entrelaçam.

(...) a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da ação dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz (...) (GRAMSCI, 2002b, p. 63 – C19 [1934-1935], § 24).

Por fim, têm-se as anotações de Gramsci sobre o Estado educador. Nelas, evidencia-se como o autor trata os seus conceitos de forma dialética. Quando discute as funções educativas do Estado, Gramsci estabelece nexos entre estrutura e superestrutura, sociedade civil e sociedade política e consenso e força. Inicialmente, o Estado ampliado burguês atua cada vez mais na definição das estruturas econômicas e também na consciência das classes fundamentais, com destaque para programas de capacitação da força de trabalho para novos processos produtivos. Esta função do Estado aparece nitidamente no período do taylorismo-fordismo.

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização (...) (GRAMSCI, 2002, p. 28 – C13 [1932-1934], §11).

O comunista italiano chama também a atenção para os pontos de contato entre a sociedade civil e a sociedade política a partir das tarefas educativas do Estado. No período em que escreve, o Estado assumia progressivamente o papel de pedagogo, construindo sistemas públicos de educação e cultura¹⁸; até então a educação era um privilégio exclusivo das classes proprietárias, seja por meio de liceus seja por meios das instituições da Igreja (LOSURDO, 2004, p. 148-159). Além disso, o Estado estabelece elos orgânicos com organizações de caráter privado no sentido de orientar a opinião pública a favor dos interesses das classes que o dominam e o dirigem, tendo em vista o consenso dos subalternos sem, entretanto, tirar a autonomia relativa das organizações de caráter voluntário. A educação, aqui entendida de forma ampla como a “pedagogia da hegemonia”, na feliz expressão de Lucia Neves, é vista como uma tarefa conjunta tanto da sociedade política dominante quanto da sociedade civil dirigente: o conformismo não é um produto natural emanado espontaneamente da sociedade civil, mas sim produto da ação consciente das classes dirigentes visando a alienação das classes subalternas (LIGUORI, 2007, p. 31). O jornalismo é igualmente apontado como uma atividade típica da sociedade civil que cada vez mais é articulada com os interesses da sociedade política burguesa (GRAMSCI, 2004, p. 229-230 – C6 [1930-1932], §65). Conforme escreve Gramsci (2002, p. 119 – C1 [1929-1930], §47),

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.

O uso alternado e complementar dos métodos coercitivos e hegemônicos varia de acordo com o grau de consenso alcançado pelo “Estado educador” e da correlação entre as classes fundamentais antagônicas (burguesia e proletariado). Múltiplas combinações entre hegemonia e ditadura podem existir na atuação do Estado ampliado para a manutenção da supremacia das classes dominantes. Como diz Portelli ([1972] 2002, p. 83),

¹⁸ Na nota 56 do Caderno 14, Gramsci (2004, p. 187-188) aponta que uma série de aparelhos de hegemonia, tais como teatros, bibliotecas, pinacotecas, museus, jardins zoológicos, hortos florestais etc., não devem ficar sob responsabilidade do setor privado, desinteressado nestes tipos de atividades dadas as suas baixas taxas de rentabilidade. Por isso, o Estado é crescentemente chamado a assumi-las sob a sua responsabilidade. Este movimento de ampliação do Estado é, portanto, feito em direção aos aparelhos privados de hegemonia, agora tornados diretamente estatais. Poderíamos, assim, chama-los de aparelhos estatais de hegemonia.

As relações entre hegemonia e ditadura são, na prática, menos esquemáticas: como a sociedade civil e a sociedade política no seio da superestrutura, a hegemonia e a ditadura não são totalmente separadas. A classe dirigente, mesmo em um sistema hegemônico, não dirige toda a sociedade, mas somente classes auxiliares e aliadas que lhe servem de base social e usa a força para com as classes opositoras: a hegemonia jamais é total e um mesmo grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante.

Em síntese, retomando uma linha de argumentação do prof. Carlos Nelson Coutinho aqui apresentada, tem-se o conceito de supremacia como uma espécie de síntese do debate gramsciano a respeito dos padrões de dominação da ordem burguesa, que operam a partir de combinações particulares entre consenso e coerção, ou hegemonia e ditadura. Tal conceito aparece uma única vez dentro de uma nota revista por Gramsci em um dos seus últimos cadernos¹⁹. Deste ponto de vista, pode-se conjecturar que o conceito aparece em uma das suas formulações mais maduras. Assim, Gramsci deixava para a posterioridade um conceito para entendermos na prática os padrões de dominação burgueses que combinam, a depender da correlação de forças dentro de uma formação econômico-social particular, hegemonia e ditadura. Nas palavras de Gramsci (2002b, p. 62-63 – C19 [1934-1935], §24),

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’.

Neste sentido, o comunista marxista polemizava teoricamente contra as unilateralidades de Croce e Gentile: enquanto o primeiro distinguia absolutamente a sociedade política da sociedade civil, em uma chave tipicamente liberal, o segundo via tais esferas da sociedade como uma coisa só, indistinguíveis entre si (GRAMSCI, 1999, p. 436-437 – C6 [1930-1932], §10). No plano prático, Gramsci buscava entender as determinações históricas do Estado ampliado burguês nas sociedades ocidentais, nas quais o Estado classista atua em comunhão com uma extensa rede de aparelhos privados de hegemonia, preservando as autonomias relativas das partes. A grande contradição,

¹⁹ O termo supremacia também figura nas notas 200 do Caderno 6 (1930-1932) e 11 do Caderno 22 (1934), mas não como um conceito bem definido.

apontava Gramsci, estava no fato de que, dentro da sociedade civil, a classe trabalhadora também havia conseguido erigir uma série de instituições contra-hegemônicas, capazes de disputar a direção intelectual-moral das sociedades ocidentais. Assim, a sociedade civil era uma autêntica arena da luta de classes, comportando a presença nada pacífica de organismos reacionários, conservadores, reformistas e revolucionários, pois, enquanto uns lutavam pela conservação do bloco histórico vigente, outros lutavam pela sua superação a partir da revolução socialista.

I.2.2. Bloco histórico

O conceito gramsciano de bloco histórico, inspirado na obra de Georges Sorel (GRAMSCI, 1999, p. 482, nota 62), tem poucas aparições nos *Cadernos do Cárcere*. Ele aparece principalmente nos cadernos de estudo da filosofia e do pensamento de Benedetto Croce, mas também na nota §23 do Caderno 13, relacionado ao conceito de crise orgânica.

Desde a publicação dos escritos carcerários, o conceito de bloco histórico foi interpretado de duas formas distintas (COUTINHO, 1999, p. 153, nota 10). Uma das mais usuais interpretações é a que julga o conceito como uma formulação acerca de aliança política entre classes sociais operadas por meio da hegemonia e do consenso, seja para a conservação da ordem vigente, seja para a transformação revolucionária. Hoje em dia, esta formulação vem sendo contestada por diversas fontes. A respeito das alianças políticas e culturais, Gramsci vale-se de conceitos como bloco social, bloco intelectual-moral, bloco ideológico.

A segunda interpretação, que nos parece a mais fiel ao espírito dos *Cadernos*, diz respeito à articulação da estrutura e da superestrutura de uma totalidade historicamente determinada, entendida pelo revolucionário sardo como uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, como a economia, política, cultura, artes etc.

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de 'bloco histórico', no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam

fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238 – C7 [1930-1931], §24).

Esta é a formulação mais recorrente nos *Cadernos*. “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999, p. 250 – C8 [1931-1932], §182). Neste mesmo sentido, temos a nota § 10 do caderno 13: “conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2002a, p. 26 – C13 [1932-1934], §10).

Sob a inspiração de Benedetto Croce, que valoriza os elementos ideológicos e culturais na conformação de uma sociedade, e utilizando-se do conceito de bloco histórico, Gramsci se colocava frontalmente contra a interpretação do marxismo como uma ciência das estruturas econômicas, que determinaria as superestruturas como um reflexo direto e mecânico da base material. Na sua concepção, o marxismo articula a estrutura e as superestruturas a partir de determinações recíprocas entre os dois momentos do ‘bloco histórico’. Recorrendo às *Teses sobre Feuerbach*, Gramsci (1999, p. 370 – C10 [1932-1935], §41) recupera a ideia marxiana da intervenção dos sujeitos na estrutura a partir das suas concepções de mundo, dos seus interesses e projetos político-ideológicos. Desta forma, elementos presentes na superestrutura são capazes de interferir na dinâmica da estrutura e conferir uma nova direção à realidade, processualidade esta que não seria determinada única e exclusivamente pelas contradições entre as relações sociais de produção e o avanço das forças produtivas.

Na nota §12 do Caderno 10 (1932-1935), o conceito de bloco histórico vem acompanhado pela primeira vez de um adjetivo, neste caso, ‘concreto’²⁰. Um pouco mais a frente, Gramsci destaca mais uma vez, na nota §13, a historicidade do conceito de bloco histórico, escrevendo que o conceito comporta não somente a unidade abstrata do “conteúdo econômico-social” (base) com a “forma ético-política” (superestrutura), mas sim como uma “reconstrução dos vários períodos históricos” (GRAMSCI, 1999, p. 308). Esta formulação historicista do conceito é importante para entender como o autor

²⁰ “O pensamento de Croce, portanto, deve pelo menos ser considerado como valor instrumental; e, assim, pode-se dizer que ele chamou energeticamente a atenção para a importância dos fatos da cultura e do pensamento no desenvolvimento da história, para a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, para o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto” (GRAMSCI, 1999, p. 306 – C10 [1932-1935], §12).

via a passagem da etapa concorrencial do capitalismo para a etapa monopolista e como, hoje, pode-se estudar a passagem da etapa fordista-keynesiana para a neoliberal.

O conceito de bloco histórico não se preocupa somente em apontar que a totalidade social é composta pela estrutura e pela superestrutura, que os elementos subjetivos têm papel importante na conformação econômica e política de uma determinada fase do modo de produção capitalista, ou mesmo de uma formação econômico-social. Gramsci busca, a partir desse conceito, estabelecer como são construídos os laços que mantêm unidos a estrutura e a superestrutura, isto é, determinar os padrões de supremacia burguesa. Como diz Portelli ([1972] 2002, p. 14),

O ponto essencial das relações estruturas-superestruturas reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade.

Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta: se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

Em suma, Gramsci define o conceito de bloco histórico como uma estrutura social que encampa uma base econômica e uma superestrutura político-ideológica. Para o seu pleno funcionamento, devem ser constituídos – e mantidos ao longo do tempo – vínculos orgânicos entre a base e a superestrutura. A construção e a manutenção desses vínculos orgânicos é tarefa de um grupo social muito particular: os intelectuais, orgânicos e tradicionais a serviço da supremacia burguesa. O substrato ideal que cimenta e solda tais vínculos são as ideologias, criadas, difundidas e organizadas por diferentes tipos de intelectuais que, para Gramsci, são definidos como organizadores e gestores do consenso, da hegemonia, sempre com alguma dose de coerção e ditadura.

I.2.3. Ideologia e intelectuais

A questão da ideologia é um dos temas mais controversos das ciências sociais. Muitas polêmicas marcam a sua trajetória. Mesmo em tempos pós-modernos que proclamam o fim das ideologias, o conceito continua em plena vigência e ainda se mostra pertinente para a análise da produção e difusão das ideias voltadas tanto para a

dominação quanto para a emancipação. Distintas correntes teóricas referem-se a ele, utilizando-o de múltiplas maneiras. De acordo com Michael Löwy (2003, p. 9-10),

existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de “ideologia”; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos.

A controvérsia em torno do conceito é forte o suficiente para gerar dissidências dentro de uma mesma tradição teórica e/ou política, como é o caso, por exemplo, do marxismo. De Marx e Engels até Mészáros e Eagleton, passando por Lênin, Gramsci, Lukács, a polêmica em torno do conceito é a regra. Cada um, de acordo com o seu tempo histórico e suas lutas políticas e ideológicas, se apropria do conceito de uma forma muito particular, que muitas vezes contradizem formulações clássicas dos fundadores do marxismo.

O conceito de ideologia não foi criado pela tradição marxista, embora tenha ganhado força para além da teoria a partir do uso que os revolucionários fizeram dele nos seus embates políticos, transportando-o para o senso comum. A primeira aparição do conceito remete ao tempo das revoluções burguesas, mais especificamente da Revolução Francesa. Em 1801, Destutt de Tracy, sob influência da Filosofia das Luzes e dos enciclopedistas, publicou o livro *Elementos de Ideologia*, no qual afirmou que o conhecimento deveria ser produzido sob o signo das percepções sensoriais dos seres humanos e ser posto a prova para uma intervenção mais qualificada no mundo. Tendo esta perspectiva prática e empirista do conhecimento, Destutt de Tracy e seu grupo filosófico se colocaram a disposição dos governantes buscando influenciá-los nas tomadas de decisão.

Napoleão Bonaparte não se sentiu confortável com esta aproximação do grupo de Destutt ao seu regime, e rapidamente taxou o seu sistema de ideias de uma “tenebrosa metafísica” (KONDER, 2002, p. 22), travando uma intensa querela para desqualificá-los e deslegitimá-los. A partir de então, “o termo *ideologia* – que havia surgido com sentido exaltadamente positivo – passou a ter acepção asperamente negativa. E essa acepção negativa, afinal, prevaleceu nas décadas seguintes” (KONDER, 2002, p. 23, grifo original).

A questão da ideologia não surgiu como algo restrito a escolástica, mas como uma forma intelectual de intervenção sobre a realidade material. Desde Napoleão, a

ideologia ficou marcada como um fenômeno negativo, mistificador, alienante. Esta tensão entre filosofia e política, todavia, não foi posta naquele momento, tendo em vista, por exemplo, o fracasso da incursão platônica no mundo da política²¹. Desde os pensadores da Grécia Antiga até Marx e Engels, a filosofia política, de uma forma ou de outra, versou sobre a construção da “boa sociedade”: a República de Platão, a Cidade de Deus de Santo Agostinho, a ilha da Utopia de Tomas Morus, o Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau, o reino da liberdade de Marx e Engels (BORON, 2003a, p. 37-38). O histórico destes autores, ao se comprometerem nos debates do seu tempo, é de muita *virtù* e pouca fortuna. Desafiando de maneira subversiva os poderes estabelecidos, muitos filósofos políticos tiveram destinos trágicos. Alguns foram mortos por defenderem seus ideais, como Sócrates e Morus, outros foram presos e/ou torturados (Maquiavel e Gramsci), escravizados (Platão), exilados (Hobbes, Marx e Engels) ou condenados ao ostracismo e à indigência (Spinoza). Ou seja, a filosofia política era uma atividade perigosa, contestadora, pois os ideólogos posicionavam-se moral e politicamente diante dos seus objetos e, em diversas ocasiões, foram punidos pelos donos do poder. “(...) A sua própria prática não pode ser indiferente diante do bem e do mal, do justo e do injusto, do verdadeiro e do falso, sejam quais forem as concepções desses temas” (BORON, 2003a, p. 38).

A tensão entre ideologia e política foi reposta no alvorecer das revoluções burguesas com distintos posicionamentos de filósofos e homens de ação franceses: no primeiro instante alguns Enciclopedistas, armados da filosofia iluminista – que havia preparado o terreno da burguesia enquanto classe dirigente na disputa pela direção intelectual-moral da sociedade feudal então em decomposição – defenderam a participação dos intelectuais na política e a necessidade da teoria na transformação social como um farol que ilumina os seres humanos nas suas ações práticas; vale frisar que, no início da revolução, os políticos acolheram de bom grado tais influências nos seus negócios. Momentos depois, os dirigentes do Império francês repeliram a presença de influências teóricas nos palácios e câmaras de decisão, até porque já havia germinado no país as primeiras ideologias socialistas²², que poderiam ter contaminado correntes de um iluminismo mais progressista, por assim dizer.

²¹ Em 387 a.C., Platão fugiu de Atenas diante da turbulência política e se exilou em Siracusa. A tirania do governo local prendeu-o e vendeu-o como um escravo (BORON, 2003a, p. 44).

²² “O conceito de ideologia, pode-se dizer, surgiu no momento histórico em que os sistemas de ideias conscientizaram-se pela primeira vez de sua própria parcialidade; e isso se deu quando essas ideias foram forçadas a deparar com formas estranhas ou alternativas de discurso. Foi com a ascensão da sociedade

A questão da ideologia em Marx e Engels

Sob tais influxos teóricos e políticos Marx e Engels entraram no debate sobre a ideologia com as suas reconhecidas veias polêmicas. Na Alemanha da primeira metade do século XIX, as principais contendas giraram em torno de questões religiosas, sobre a existência de Deus e do Espírito Absoluto e sua relação com o Estado prussiano. As críticas a Hegel foram, na opinião de Marx e Engels, uma fraseologia oca que se julgou utilizar conceitos “puros”, livres de quaisquer mediações com a realidade histórica. O ápice teriam sido alguns esclarecimentos sobre o cristianismo feitos por Ludwig Feuerbach, mas, na sua grande maioria, a filosofia alemã pós-Hegel teria se limitado a uma “charlatanice filosófica”, a um “espírito provinciano e limitado” (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 6).

Para os autores de *A Ideologia Alemã*, as apreciações dos jovens hegelianos se limitaram a questões pontuais e nunca alcançaram a totalidade da obra do antigo mestre. Além disso, o debate enveredou por um caminho estéril (e histérico), sem qualquer compromisso com o processo de mudança necessário à revolução democrático-burguesa na Alemanha, concebida pelos jovens hegelianos como algo que ocorreria exclusivamente no plano das ideias, pois eles supunham que os grilhões que prendem a humanidade teriam sido forjados exclusivamente na esfera da consciência.

Neste momento da história alemã, o debate sobre ideologia ultrapassou as fronteiras filosóficas. A vontade dos sujeitos envolvidos nesta controvérsia foi superada pela dinâmica social. Os jovens hegelianos esforçaram-se por manter as polêmicas ideológicas hermeticamente trancafiadas na Torre de Marfim dos intelectuais, mas a realidade já era outra: a filosofia encontrava-se fermentada pelos acontecimentos profanos da política e a teoria estava imiscuída com a prática, como ficou patente poucos anos mais tarde durante o ciclo da revolução burguesa de 1848-50²³.

Segundo Leandro Konder (2002, p. 30-37), a questão da ideologia surgiu na obra de Marx articulada ao debate sobre alienação a partir de meados de 1843. Estas duas questões centrais – ideologia e alienação – teriam perpassado todas as suas produções juvenis – *Crítica a filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *Introdução à crítica*

burguesa, acima de tudo, que se montou o cenário para essa ocorrência” (EAGLETON, [1996] 2007, p. 191-192).

²³ Cf. os livros *A burguesia e a contrarrevolução*, de Karl Marx ([1848] 1987) e *Lutas de classes na Alemanha*, de Karl Marx e Friedrich Engels ([1844-1850] 2010).

da filosofia do direito de Hegel, Manuscritos econômico-filosóficos, A sagrada família – até alcançar o auge em 1845-46 com a redação das *Teses sobre Feuerbach* e *A Ideologia Alemã*, continuando no futuro como eixos organizadores dos seus escritos até o final das suas vidas.

Em *A Ideologia Alemã*, redigido em parceria durante o exílio em Bruxelas nos anos de 1845-46, os dois revolucionários alemães puseram-se a sistematizar suas divergências com Bruno Bauer, Max Stirner e Ludwig Feuerbach, ao mesmo tempo em que expunham, pela primeira vez, as suas próprias concepções sobre a história – o materialismo histórico –, contrapondo-se aos empiristas e aos idealistas. Nesta obra, que só foi publicada postumamente no início do século XX, eles posicionaram-se abertamente na batalha das ideias a partir da defesa de um comunismo materialista que lutaria por uma revolução conduzida por um partido político. Tal partido atuaria em nome da massa proletária expropriada dos meios de produção e de subsistência.

Assim como havia acontecido na França revolucionária, a questão da ideologia surgiu na Alemanha intrinsecamente relacionada à luta de classes, muito embora os filósofos se auto-iludissem como tendo uma atividade apartada da práxis. Segundo os jovens hegelianos, a práxis seria construída na consciência de cada um dos indivíduos, e não uma prática social e coletiva da humanidade para garantir a sua reprodutibilidade física e espiritual.

Marx e Engels tinham uma outra perspectiva. A forma de investigação e representação intelectual usada até então pelos pensadores, incluindo-se Hegel, produzia uma falsa consciência sobre a realidade, vista como produto direto de uma consciência divina, que por vezes concede a sua graça a indivíduos especialmente escolhidos, ou de seres humanos intelectualmente superdotados. Toda a tradição idealista da filosofia clássica alemã concebia o mundo – natural e social – como produto de um grande arquiteto que o havia concebido de acordo com os seus próprios projetos e se desenvolvia por meio das contradições. A realidade que circunda o ser humano era representada, desta forma, como um produto externo aos seus interesses e utopias, sem contar com sua intervenção ativa por meio da práxis, como defendiam a dupla de filósofos comunistas.

E por que esta consciência era uma falsa consciência? Nas primeiras linhas de sua crítica a Hegel, Marx dizia que a comunidade idealizada pelo filósofo como sendo o Estado burguês pós Revolução Francesa só aparentemente era uma comunidade universal de congregação de todos os homens. Na verdade, os indivíduos reais

continuavam dilacerados pela contradição existente entre uma ação prática que os impeliam para a concorrência desigual no plano econômico e um formalismo jurídico-político que postulava uma igualdade legal entre estes mesmos agentes, tornados simétricos pela cidadania moderna no lema “todos são naturalmente cidadãos e iguais perante as leis”.

A radicalização da sua crítica se deu no momento de aprofundamento dos seus estudos sobre a economia política iniciados em 1844. Com isto, Marx, junto com Engels, passou a afirmar que o verdadeiro palco da história não era o Estado, mas sim a sociedade civil burguesa (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 33). A base do capitalismo era alicerçada em relações sociais de produção (e legitimada pela propriedade privada capitalista) que desagregam os indivíduos em partículas atomizadas no mercado, produzem e reproduzem enormes desigualdades sociais e acabam por resultar – não mecanicamente – em uma superestrutura ideológica alienadora, que busca justamente mascarar a origem histórica e os fundamentos econômicos, sociais e políticos das desigualdades, dominações e opressões. Portanto, “a ideologia nasce combinando tarefas de construção do conhecimento com a missão de dissimular as tensões e divisões que marcam a sociedade em que ela se desenvolve” (KONDER, 2002, p. 144).

O mesmo critério metodológico de apreciação das bases da alienação política dos sujeitos na sociedade burguesa também foi usado para a compreensão do fenômeno da ideologia. Se a superestrutura estatal tinha uma base material que a sustentava e explicava em boa medida as suas configurações, as superestruturas ideológicas também. Marx e Engels revolucionaram o modo de entendimento da produção e difusão das ideias, pois, pela primeira vez, essas atividades exclusivamente humanas foram relacionadas com a base material da produção dos meios de existência. Assim, eles demonstraram que o pensamento é constituído a partir da história das relações sociais, que por sua vez são reciprocamente influenciadas pelas ideias. Há, portanto, na perspectiva da totalidade dos autores, uma visível centralidade dos fenômenos estruturais (relações sociais de produção e forças produtivas) na evolução das sociedades humanas, o que nem de longe representa um determinismo econômico, pois os próprios autores salientam que as esferas das superestruturas têm uma autonomia relativa em relação à base produtiva e influenciam diretamente na arquitetura da estrutura. Vale a pena reproduzir um trecho de *A Ideologia Alemã*.

Esta concepção da história, portanto, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento da história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos) (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 35-36).

Até então os estudos sobre os produtos da consciência se propunham independentes das ações práticas e materiais dos homens e mulheres. A fantástica empresa humana de construção de filosofias, jurisdições, sistemas morais, produtos artísticos no decorrer da história teria sido fruto do esforço individual de “gênios” agraciados pela natureza, por Deus ou pelo Espírito Absoluto, forças transcendentais estas que se utilizavam dos seres humanos para cumprir os seus desígnios, tornando-os objetos dos seus desejos, o que Hegel nomearia de “astúcia da razão”.

Marx e Engels propuseram-se não somente a denunciar o caráter idealista da filosofia clássica; eles queriam ir além e, para isto, precisavam se interrogar quais eram as efetivas condições materiais que produziam este tipo de representação invertida da realidade. A única possibilidade viável para este empreendimento era estudar os diferentes modos de produção ao longo da história, tanto da produção dos meios para satisfazer necessidades básicas quanto da produção de novas necessidades, bem como dos níveis de consciência associados a esses modos de produção e classes sociais que os compõem. São estas as premissas empíricas do estudo do materialismo histórico sobre as ideologias. Conforme eles escrevem, “(...) se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 19).

E, logo em seguida, concluem na mesma página:

E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas

correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 19).

Marx e Engels conceberam um conjunto de conceitos a respeito da produção. O conceito de divisão do trabalho surgiu como uma das suas principais ferramentas teóricas. Relacionando-o com o estudo das diferentes formas de propriedade privada, o desenvolvimento das forças produtivas (outro conceito-chave), o aumento da população e das trocas (mercantis ou não), estabeleceu-se um histórico dos modos de produção desde a propriedade tribal até a propriedade capitalista, passando pela comunal e de Estado na Antiguidade e a feudal na Idade Média.

Na medida em que a história avançou, aprofundou-se a divisão social do trabalho. Cada período histórico trouxe uma etapa desta divisão, que superou a anterior conservando, contudo, elementos da antiga ordem. No período feudal, a divisão do trabalho alcançou um nível tal em que se estabeleceu a divisão entre o campo – que concentrou as atividades agrícolas – e a cidade, onde se desenvolveu embrionariamente a produção artesanal das corporações e guildas medievais, impulsionada pela pequena acumulação de capitais pessoais dos mestres artífices. Um pouco mais a frente, ainda dentro do período feudal, criou-se a divisão do trabalho entre cidades, onde umas se especializaram nas atividades comerciais e outras nas produtivas, de artesanato, manufatura e indústria, sendo as duas últimas formas de produção típicas do modo de produção capitalista.

Talvez o elemento mais importante apontado por Marx e Engels nas suas vinculações entre a base material e as superestruturas ideológicas seja a dissociação do trabalho material do intelectual na divisão social do trabalho. Antes disto, teria havido a divisão sexual do trabalho e a divisão “natural” a partir de aptidões físicas. Mas, e quando surgiu a divisão entre trabalho material e intelectual? A partir de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e da especialização do trabalho, a produção humana passou a contar com um excedente material que possibilitou a desvinculação de uma quantidade limitada de membros de uma determinada comunidade da produção direta dos valores de uso que satisfazem necessidades básicas.

Paulatinamente, o excedente produzido passou a ser apropriado privadamente pelos membros que detinham os meios de produção dos bens básicos, os meios coercitivos e os meios de produção das ideias. As classes proprietárias dominavam os meios e processos de produção da riqueza e das ideologias, e, com isto, se reafirmavam

no topo das sociedades por intermédio da coerção e do consenso, produzido sob a forma da dominação.

Estes não eram os termos de Marx e Engels, que estavam longe de sistematizarem uma teoria avançada sobre a supremacia burguesa como, por exemplo, fez Gramsci. É interessante notar, todavia, que surpreende a presença de pontuações – mesmo que ligeiras – sobre uma materialidade para a produção e difusão das ideologias (sem citar nenhuma instituição específica), bem como sobre a dinâmica contraditória que se estabelece no seio das classes dominantes entre indivíduos ligados à produção material e os ideólogos ativos. Ademais, eles esboçaram brevemente alguns rabiscos sobre o modo de operação das ideias revolucionárias, em especial após o assalto ao poder²⁴. Tais indicações dirigiam-se tanto aos atos da burguesia contra os senhores feudais como às ações revolucionárias do proletariado contra o capitalismo.

Em essência, a teorização do materialismo histórico a respeito das ideologias busca provar – lógica e historicamente – que

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX e ENGELS ([1846] 1998, p. 48, grifos originais).

No seio das classes dominantes, também se estabeleceu aquela divisão entre trabalho material e trabalho intelectual: o que Marx e Engels chamam de ideólogos ativos são os responsáveis pela teorização e elaboração da falsa consciência que as classes dominantes têm sobre o modo de funcionamento da sociedade; o outro grupo, formado pelos membros práticos da classe, dispõe de menos tempo para sistematizar as ideias dominantes porque estão relacionados à produção material com a ocupação de postos de direção, se tornando uma espécie de intelectuais receptores e passivos das teorias concebidas pelos ideólogos ativos (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 49).

Ao apontar a divisão do trabalho material e intelectual dentro das classes dominantes, Marx e Engels desobstruem uma trilha que será retomada por Gramsci: a

²⁴ “Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos” (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 50).

autonomia relativa dos intelectuais frente às classes. Eles vislumbram um vestígio da contradição que se coloca com essa divisão do trabalho, afirmando que “dentro dessa classe, essa cisão pode mesmo chegar a uma certa oposição e a uma certa hostilidade das duas partes em questão” (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 49).

O que eles dizem é que nem sempre esses dois grupos internos às classes dominantes estão de acordo a respeito dos modelos ideais e de representação da dominação ideológica. A partir daí, pode-se concluir que a dominação ideológica não é exercida de forma homogênea pelas classes proprietárias, pois distintas frações da burguesia elaboram distintos sistemas ideológicos que disputam a hegemonia, o que irá gerar pontos de fricção no interior das elites. De todo modo, Marx e Engels ([1846] 1998, p. 49) minimizam os choques internos ao bloco dominante, pois tal pluralidade ideológica da classe dos proprietários dos meios de produção não seria capaz de abalar substancialmente a estrutura (e a superestrutura) da dominação.

Com tudo isto, houve uma autonomização (sempre relativa) da consciência dos vínculos diretos da produção, o que explica a imagem que os intelectuais têm de si como um grupo social livre de determinantes relacionados à produção e às classes sociais. A partir da separação dos trabalhos material e intelectual dentro dos processos produtivos,

a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, teologia, filosofia, moral etc. (MARX e ENGELS, [1846] 1998, p. 26).

Em resumo, as formulações presentes em *A Ideologia Alemã* sustentam uma concepção negativa da ideologia, trabalhando com três elementos centrais, como conta Mauro Iasi (2007, p. 81):

- ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação;
- ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais.

Algumas descobertas epistemológicas desta fase juvenil mantiveram-se em textos da maturidade, como a relação dos produtos intelectuais com a práxis humana e o

entendimento da ideologia como forma de dominação dos donos dos meios de produção frente às classes produtivas. Contudo, os revolucionários alemães posteriormente deram novos contornos ao conceito, que ganhou matizes enriquecedoras para o entendimento dos processos de produção do conhecimento, de dominação e, é importante frisar, da insurgência. Segundo Alfredo Bosi (2010, p. 66-67, grifos originais),

a falsa consciência seria gestada no interior de uma situação objetiva de classe. Toda falsa consciência, enquanto legitima os mecanismos e os beneficiários do poder, tem o seu lugar necessariamente assegurado na história social de uma nação. As ideologias políticas nunca são postizas nem avulsas do sistema. O que não significa que as ideologias ocupem de modo exclusivo todo o espaço político e cultural em que exercem a sua hegemonia. A História comprova a possibilidade de que atores sociais diferenciados, capazes de perceber as assimetrias vigentes do próprio sistema, ajam e pensem de modo a rever as próprias condições de vida, o que dá margem à *razão prático-crítica*. Se não existisse essa faculdade de alterar com a ação ou negar com o pensamento as ideias e os valores correntes, então a própria denúncia que Marx e Engels fazem da “mistificação” seria inviável, e igualmente inviável a sua superação.

No livro *18 Brumário*, escrito seis anos após o acerto de contas com Hegel, Marx abriu o seu trabalho com uma digressão a respeito da autoridade de antigas tradições ideológicas e políticas na formulação de projetos revolucionários para os tempos que então se descortinavam após a Primavera dos Povos. Marx perguntava-se como o movimento operário poderia se livrar dos fantasmas do passado a partir da gestação de uma ideologia revolucionária adequada a sua contemporaneidade, quando as burguesias europeias retomaram o controle social depois de uma série de crises revolucionárias.

Em seguida, o autor elaborou uma análise global sobre as lutas de classes na França no período anterior a ascensão de Luís Bonaparte ao poder central. Este estudo foi uma das aplicações marxianas do materialismo histórico a uma situação concreta, capaz de revelar tanto os fatores estruturais quanto uma teoria do Estado e os níveis de consciência dos grupos sociais envolvidos na França pós-revolucionária de 1848. Na sua interpretação dos fatos políticos Marx valorizou as percepções ideológicas e a consciência que os sujeitos históricos criaram no processo revolucionário e contrarrevolucionário, concedendo a elas um estatuto que porventura não haviam desfrutado nas suas obras. Como escreve Octávio Ianni (1978, p. 4),

Ou melhor, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, esclarecendo os seus sentidos ou inculcando-lhes novas direções. Nessa linha de reflexão, verificamos como se dá a formação da consciência, em especial como a consciência de classe e a consciência social individual conjugam-se e desencontram-se na produção dos acontecimentos.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels trabalham com uma oposição antitética entre ciência e ideologia, sendo a primeira o ápice da consciência humana sobre a história e a segunda um véu que oculta a realidade. Em *18 Brumário*, ideologia e consciência não aparecem como contrários irreconciliáveis, mas sim como parte de um processo de conhecimento que comporta simultaneamente elementos mistificadores e científicos. Mas esta nova versão da sua teoria da ideologia vai além, pois reforça o que estava presente nos seus primeiros textos: o poder real que as ideias possuem de alterar o concreto, que não se move independentemente das vontades dos sujeitos. O acento da análise continua posto nos condicionantes estruturais da história, encontrados na anatomia da sociedade civil, mas abre-se conscientemente uma brecha para os elementos subjetivos na determinação dos rumos da história.

Segundo Michael Löwy (2003, p. 100-101), “é em algumas passagens do *Dezetoito Brumário* que se encontra a definição marxista mais precisa, mais concreta e mais fértil das ideologias e das visões de mundo enquanto expressão de uma classe social determinada (o conceito utilizado por Marx é o de 'superestrutura')”. A avaliação de Löwy baseia-se em um longo trecho da obra na qual se discute a relação das frações da burguesia e da pequena burguesia com seus representantes ideológicos e políticos, a autonomia relativa presente entre tais grupos e os indivíduos sociais (MARX, [1852] 1978, p. 45-48).

Mais uma vez, as ideologias são concebidas como produto social de uma classe, e não como criação de indivíduos isolados das relações sociais de produção e reprodução da vida humana (MARX, [1852] 1978, p. 45). A novidade reside que Marx aponta que existem diferentes graus dos produtos da mente humana: “impressões”, “ilusões”, “formas de pensar” e “concepções filosóficas particulares”, e tais graus parecem dispostos de maneira crescente no sentido do valor teórico de cada um dos níveis da produção ideológica.

Prosseguindo, Marx retoma uma fórmula já consagrada, a saber, de que a ideologia particular de uma determinada classe reveste-se de uma aparência universal no sentido de impor a sua dominação sem que as classes dominadas percebam que

reproduzem o ideário da sua classe adversária e, portanto, reproduzam os meios da sua própria opressão. O interessante é que Marx ([1852] 1978, p. 48, grifos originais) problematiza esta intrigante operação ideológica, dado que ele anota que “(...) não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições *especiais* para sua emancipação são as condições *gerais* sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes”. Ou seja, o ato de produção ideológica comporta uma auto-ilusão, na qual o produtor, muitas vezes, não se percebe como fabricante de uma ideologia dominante de um grupo social particular, mas sim como reproduzidor do senso comum de uma época, supondo-se um conhecimento livre de condicionantes sociais e políticos. Esta auto-ilusão é parte constituinte da produção do conhecimento e deve ser considerada nos estudos sobre os sistemas ideológicos de dominação, não figurando como uma mera aparência edificada conscientemente com o objetivo de mistificar a realidade. Cumpre, todavia, ir além das aparências, pois, como diz Marx ([1852] 1978, p. 45-46),

(...) assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade.

Difícilmente os membros ativos das classes, engajados mais diretamente nos processos produtivos, mesmo que seja nas funções de controle e direção, conseguiriam dar um sentido geral às múltiplas ações concretas da classe como um todo, que não formula uma concepção global e coerente dos seus atos e interesses. Sem o poder de abstração teórica de elementos acessórios, o ideólogo ficaria preso a uma representação caótica do concreto, que se apresenta imediatamente como uma sucessão aleatória de infinitos eventos (MARX, [1857] 1982, p. 14). A concepção ideológica do papel de uma classe na sociedade é obra de um seleto círculo de indivíduos especializados dentro da divisão social do trabalho, que se encontram – na sua maioria – relativamente distanciados dos processos produtivos. A função dos intelectuais (ou ideólogos ativos, como chamam Marx e Engels) seria justamente a de dar uma coerência ao conjunto de valores e ideais defendidos por uma classe, conjunto este que pode ser nomeado de concepção do mundo, como quer Gramsci, ou de visão (social) de mundo. Segundo Löwy (2002, p. 95),

[Marx] observa que quem cria as ideologias são as classes sociais: o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe: os escritores, os líderes políticos, etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses da classe.

Cada uma das classes sociais (e seus respectivos ideólogos) possui uma visão de mundo que serve de guia para as suas ações práticas na dinâmica social. As visões de mundo classistas são o ponto de partida relativo da produção das ideologias, ideologias estas que captam determinados fragmentos da realidade e iluminam certos aspectos sociais sem ter clareza que, muitas vezes, se esquecem de analisar o todo, ou pelo menos algumas das suas contradições fundamentais. Por isto, o trabalho do intelectual está condicionado “pelos mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática”, (MARX, [1852] 1978, p. 48) uma classe social. A este limite imposto pelos condicionamentos sociais sobre a representação ideológica da realidade, Michael Löwy (2003, p. 101) cunha o conceito de problemática, de horizonte intelectual.

Entendida desta forma mais ampla, a ideologia deixa de ter uma concepção negativa (de mistificação, de alienação) e passa a comportar níveis diferenciados de conhecimento, indo da ilusão à concepção filosófica particular. Representação de classe e valor científico não são excludentes: um autor identificado diretamente com uma classe qualquer pode fornecer uma reprodução objetiva da realidade em alguns dos seus aspectos mais importantes (LÖWY, 2003, p. 102), como foi o caso dos economistas políticos clássicos no debate sobre a teoria do valor-trabalho, conforme Marx observa no livro IV de *O capital (Teorias da mais-valia)*.

Todas as classes sociais, com suas visões de mundo, produzem um conhecimento parcial sobre a dinâmica histórica e se percebem de uma determinada forma nas lutas de classes, sendo que algumas classes, em períodos históricos especiais, lutam por construir uma ideologia com a perspectiva de totalidade para conhecer melhor a realidade. O objetivo é conhecê-la para revolucioná-la nas suas raízes mais profundas. Assim foi com a burguesia pré-1848, assim foi com o proletariado ao longo da sua

história com a teoria marxista, que, segundo Lukács ([1922] 2003, p. 105), tem na categoria da totalidade uma das suas marcas mais expressivas.

Alguns anos depois da redação dos escritos políticos sobre a França, Marx voltou a falar sobre ideologia e consciência na sua crítica da economia política. No famoso prefácio à *Contribuição a crítica da economia política* (1859), os diferentes formatos que a ideologia pode assumir (direito, religião, política, arte, filosofia) são tidos como formas de consciência que os seres humanos desenvolvem a respeito de uma época histórica e que funcionam como condutores das suas práxis. As formas ideológicas e as consciências a elas associadas intervêm, portanto, na construção efetiva da realidade, que não se move como um autômato exteriorizado dos seus criadores, por mais que alguns daqueles graus de consciência invertam a realidade e coloquem o ser humano como criatura dominada “naturalmente” pelos seus objetos. A subjetividade de indivíduos e classes sociais é de alguma forma valorizada, fato este que não passará despercebido por Lênin e Gramsci, que se farão valer desta concepção positiva da ideologia presente na teoria marxiana.

No posfácio à 2ª edição alemã de *O Capital* (1873), a teoria marxiana da ideologia enriqueceu-se com a inclusão de fatores psicológicos, morais e sócio-históricos. Após as crises econômicas e políticas do fim da primeira metade do século XIX, a economia política burguesa entrou em uma fase de decadência ideológica. Quesnay, Smith e Ricardo, além de escrúpulos morais e a vontade de modelar uma teoria científica por meio de estudos “imparciais”, escreveram em um período histórico no qual a burguesia lutava contra os interesses feudais estabelecidos e não se via ameaçada pelas “classes perigosas”; antes, tinham uma necessidade de conhecer o mais amplamente possível para destruir as raízes remanescentes da ordem feudal e estabelecer a sua supremacia de classe. O posicionamento social dos comerciantes, industriais e financistas, na época envolvidos nas revoluções burguesas, permitia que os economistas clássicos – nem sempre ligados diretamente à nova classe emergente –, conjecturassem a respeito da oposição entre lucro e salário, numa clara alusão às lutas de classes na esfera econômica. Escreve Löwy (2003, p. 109, grifos originais) que

sem dúvida alguma, estamos aqui diante de um conceito de ideologia que não tem nada a ver com a mentira, a falsificação ou a mistificação: não é a *vontade* de conhecer a verdade por parte dos clássicos que está colocada em questão, mas a *possibilidade* de conhecê-la, a partir de sua problemática e no quadro de seu horizonte de classe. Isso não impede que, no *interior* destes limites, sua busca

possa produzir conhecimentos científicos importantes: a ideologia burguesa não implica a negação de toda ciência, mas a existência de barreiras que restringem o campo de visibilidade cognitiva.

O limite à economia burguesa chegou com a crise revolucionária entre 1830-1848, quando o proletariado forjou sua consciência-para-si e ameaçou a ordem burguesa com seu projeto revolucionário socialista. Neste momento, os representantes ideológicos da burguesia abandonaram a honestidade intelectual dos clássicos e criaram a economia vulgar, que posteriormente seria recuperada pelos marginalistas (ou neoclássicos) na sua reação à economia política marxista. Como diz Marx ([1873] 2003, p. 24),

não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

A coruja de Minerva estava pronta para alçar vôo, mas desta vez para trazer o conhecimento à classe proletária. A possibilidade histórica de conceber o real como uma totalidade organicamente constituída por contradições que o impelem para uma processualidade incessante fechou-se para a burguesia e seus sicofantas, que não ficam restritos aos economistas²⁵. As classes dominantes, tendo estabelecido a sua supremacia frente aos antigos e novos adversários, limitou-se, a partir daí, a reproduzir com superficialidade os fenômenos da realidade, e não se falava mais nos seus recônditos secretos. Por isso, a teoria econômica negligenciou o reino da produção, desprezando o trabalho como fonte da riqueza humana, e passou a tratar da troca e da circulação com sua teoria do valor-utilidade e os prazeres e dores dos consumidores.

Esta sub-seção se encerra com o epistolário do velho Engels. No final da vida, retomou a questão da ideologia e do materialismo histórico com uma *mea culpa*, reconhecendo que Marx e ele haviam colocado um peso excessivo nos fatos econômicos como causas determinantes da história e não tiveram nem a oportunidade nem o tempo

²⁵ Segundo Georg Lukács ([1938] 1968), a decadência ideológica do pensamento burguês ultrapassa as fronteiras da ciência econômica, alcançando sociólogos, historiadores e literatos.

necessários para desfazer mal-entendidos que se formaram em torno do materialismo histórico²⁶.

De fato, os comunistas alemães não publicaram em vida uma obra doutrinária sobre método e dialética. Marx chegou até a esboçar o plano de um livro sobre o tema, mas este nunca se concretizou; nem mesmo o sumário resistiu à crítica roedora das ratazanas e às constantes mudanças da família Marx, que se exilava dos regimes inimigos e fugia dos credores com frequência. De todo modo, Engels teceu valiosas sugestões a seus correspondentes – Joseph Bloch, Konrad Schmidt e Heinz Starkenburg –, como a leitura do *18 Brumário* e de dois capítulos do livro I de *O Capital* (“Jornada de trabalho” e “A chamada acumulação primitiva”), trechos que encarnariam uma aplicação viva e realista da dialética nas obras de Marx, bem como a consulta aos livros *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de sua própria lavra.

Engels rebateu a acusação leviana de que o materialismo histórico afirmaria a economia como o único fator de determinação causal nos modos de produção, e que a superestrutura seria um mero reflexo da base produtiva. A estas interpretações, faltaria a dialética. Sobre o assunto, escreveu enfaticamente a Joseph Bloch em 21 de setembro de 1890:

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, *em última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o *único* determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas as lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua *forma*. Há ação e reação de todos estes fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba por se impor como uma necessidade através da infinita multidão de acidentes (...) (ENGELS, [1890a] 1977, p. 34, grifos originais).

²⁶ “Marx e eu temos em parte a culpa pelo fato de que, às vezes, os jovens escritores atribuem ao aspecto econômico maior importância do que a devida. Tivemos que enfatizar esse princípio fundamental frente a nossos adversários, que o negavam, e nem sempre tivemos tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça aos outros elementos que participam da ação recíproca” (ENGELS, [1890a] 1977, p. 36).

Neste trecho, a ideia de que a sociedade civil seria o teatro da história é reafirmada, mas a economia é posta como o fator determinante da história somente em última instância. Subsistiria na dinâmica histórica a atuação de outros fatores, inclusive das superestruturas ideológicas, que influenciariam a forma dos conflitos sociais; o conteúdo, todavia, seria dado pela economia.

Na carta escrita em 27 de outubro de 1890, Engels reapresentou a ideologia a partir da velha noção de falsa consciência, relacionada a uma base econômica pouco desenvolvida no período pré-histórico, que sofre, por sua vez, um efeito derivado da representação falsa que os seres humanos têm da natureza²⁷. Ou seja, ser e consciência, base e superestrutura se retroalimentam em um processo de ação recíproca, mas com preponderância da economia.

Anotações muito parecidas são encontradas na carta de 14 de julho de 1893 endereçada a Franz Mehring, quando o militante da causa comunista reafirmou o que havia redigido no final de 1890. “A ideologia é, de fato, um processo realizado conscientemente pelo assim chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que impulsionam esse processo permanecem desconhecidas para o pensador; de outro modo, tal processo não seria ideológico” (ENGELS, [1893] 1977, p. 42). A concepção negativa da ideologia reaparece, mas com o reforço da noção de que os fatores subjetivos (ideológicos) são relativamente decisivos na conformação dos modos de produção construídos ao longo da história. Como anotou Engels ([1893] 1977, p. 44, grifo original),

a isso está relacionada esta estúpida ideia dos ideólogos: a de que, como negamos um desenvolvimento histórico independente às diferentes esferas ideológicas que desempenham um papel na história, também lhes negamos todo *efeito histórico*. A base desta ideia é uma concepção vulgar, não dialética, da causa e do efeito como polos opostos de forma rígida; é a ignorância absoluta da ação recíproca.

Gramsci, ideologia e os intelectuais

Em meados do século XIX, desenvolveu-se uma camada média de funcionários do Estado czarista russo, responsáveis por uma série de funções burocráticas até então

²⁷ “Estas diversas representações falsas da natureza, do próprio ser humano, dos espíritos, das forças mágicas, etc., sempre têm por base um elemento econômico negativo; o incipiente desenvolvimento econômico do período pré-histórico tem como complemento, mas também como condição e até mesmo como causa, as falsas representações na natureza” (ENGELS, [1890b] 1977, p. 39).

inexistentes. Este grupo de funcionários foi intitulado de *intelligentsia*, pois era formado por indivíduos com educação formal, muito deles universitários, algo raro na Rússia daquela época, o que os distanciava das massas e lhes conferia *status*, poder e uma identidade social muito própria. Segundo José Luís Beired (1998, p. 123), “(...) aqueles homens começaram a ter autoconsciência enquanto categoria social específica, e os integrantes se identificavam entre si por acreditarem que personificavam a consciência da própria Rússia”.

O termo intelectual é uma derivação da palavra *intelligentsia*. No final do século XIX, o capitão do exército francês Dreyfuss foi condenado sumariamente sem provas por uma suposta espionagem para as forças armadas alemães. O caso Dreyfuss, como ficou conhecido o episódio, gerou uma onda de manifestações por parte de importantes figuras públicas da vida cultural francesa. Anatole France, Émile Zola e Marcel Proust, dentre outros, assinaram um documento a favor da libertação de Dreyfuss. Este documento entrou para a história como o “Manifesto dos Intelectuais”. Desta forma, o termo intelectual se consagrou na França e marcou a presença dos intelectuais na arena política do país (BEIRED, 1998, p. 124).

A conjuntura do início do século XX mudaria completamente a percepção do público a respeito da atuação dos intelectuais. Aliás, os próprios intelectuais entrariam em crise de identidade quanto as suas formas de intervenção na sociedade. A catástrofe da Primeira Guerra Mundial, com a destruição de milhões de vida e da infra-estrutura urbana e industrial dos países envolvidos no confronto, trouxe o debate sobre a barbárie capitalista. Junto a ela houve a Revolução Russa de Outubro de 1917, e o lema “Socialismo ou Barbárie” ganhou força em todo o mundo. Os intelectuais não ficaram indiferentes a ele. Era quase imperativo tomar partido na batalha das ideias, cada vez mais polarizada por conta das tensões advindas da política.

Frente ao desafio posto pela quadra histórica envolta em uma crise orgânica, os intelectuais eram desafiados a saírem da sua Torre de Marfim e abandonarem as suas antigas posições. As reações foram as mais diversas. Segundo Milton Lahuerta (1998, p. 140-146), um grupo heterogêneo de expressivos intelectuais de tradição idealista reagiu ao desafio com desconfiança e permaneceu defendendo o não-envolvimento (ou um envolvimento indireto) nas questões políticas e sociais mais urgentes. Julien Benda, no livro *A traição dos clérigos* (1927), pregou o distanciamento dos intelectuais da vida política, pois a paixão derivada das lutas políticas enebriaria os sentidos científicos. Ortega y Gasset, em *A rebelião das massas* (1930), afirmou textualmente que o

posicionamento político do intelectual, tanto na esquerda quanto na direita, o torna um “imbecil”. Karl Mannheim, em *Ideologia e Utopia* (1929), argumentou que os intelectuais são os únicos capazes de ter uma visão geral da sociedade e agrupar os principais problemas na forma de sínteses científicas, para além das particularidades das classes sociais e partidos políticos, representantes das classes e grupos sociais.

A esta lista de intelectuais feita por Lahuerta, pode-se acrescentar Max Weber. O cientista social alemão também defendeu certo grau de neutralidade do intelectual no tocante a posicionamentos políticos. Segundo Weber, os valores culturais, religiosos e políticos de um intelectual não deveriam interferir no ato de pesquisa dos cientistas sociais, mas tão somente na escolha do objeto de estudo, na definição da problemática e no direcionamento da pesquisa. Este seria o limite máximo da influência da visão de mundo do intelectual no ato da pesquisa. Para uma pesquisa isenta e livre de preconceitos, isto é, no ato da formulação das perguntas, o cientista social deveria se manter o mais longe possível do mundo da política, governado por interesses particulares, e não universais como afirma Weber (LÖWY, 2002, p. 45-55).

Em contraposição a este arquétipo de pensador neutro e imparcial, capaz de estudar a sociedade de um ponto de vista universal para além das lutas de classes, atitude típica do idealismo e do positivismo, havia um conjunto de intelectuais dispostos a se imiscuir e influenciar diretamente o rumo histórico via um posicionamento ético-político. Diante do avanço da barbárie capitalista, potencializada pelo surgimento do fascismo nos anos 1920, significativas frações da intelectualidade pequeno-burguesa aderiram aos Partidos Comunistas e radicalizaram as suas perspectivas anti-capitalistas, muitas delas marcadas pelo romantismo e uma visão trágica do mundo. O exemplo clássico disto teria sido o filósofo húngaro Georg Lukács (LÖWY, 1998).

A trajetória de Gramsci foi diversa desses intelectuais, tendo em vista a sua origem proletarizada do sul subdesenvolvido e dependente da Itália. Mas o posicionamento ético-político foi o mesmo: a adesão ao Partido Comunista para a luta pelo socialismo e de superação da barbárie capitalista.

Os intelectuais que então aderiram ao movimento operário e se filiaram aos partidos comunistas acreditavam que toda produção intelectual seria diretamente influenciada pela visão social de mundo (*Weltanschauung*) do autor, que, segundo Michael Löwy (2003, p. 13, grifos do autor), “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas,

internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado”.

Ou seja, as produções ideológicas têm uma correspondência com a consciência de classe dos intelectuais, que expressam, em maior ou menor grau, os interesses e objetivos das classes sociais. E, mais importante, isto não é, a princípio, um impeditivo para a objetividade científica, entendida como a capacidade que um investigador tem de retratar, da forma mais realista possível, determinadas esferas da realidade social composta de fatores econômicos, políticos, culturais, etc.

Diante da crise orgânica do início do século XX, constatou-se, portanto, uma cisão dos intelectuais em dois grandes grupos, correspondendo, em certo sentido, à polarização encontrada no mundo da política. Cada grupo colocou-se distintamente diante da crise: de um lado, os idealistas defenderam uma autonomia absoluta do intelectual dos conflitos políticos, devendo manter a sua neutralidade; do outro lado das trincheiras da sociedade civil, os revolucionários defenderam o engajamento explícito dos intelectuais nas problemáticas históricas do seu tempo a partir da inserção nos partidos políticos comunistas e socialistas.

As temáticas das ideologias, da produção da hegemonia e da contra-hegemonia e dos intelectuais, são centrais nas reflexões gramscianas dentro dos *Cadernos do Cárcere* e, em larga medida, o autor retomou grande parte da teoria marxiana e engelsiana sobre ideologia, em particular as suas concepções positivas contidas nos escritos da maturidade.

A concepção positiva de ideologia

Segundo Guido Liguori (2007, p. 80), as notas gramscianas relativas ao conceito de ideologia foram influenciadas por três textos de Marx e Engels: *Teses sobre Feuerbach*, *Prefácio* de 1859 e a carta engelsiana a Franz Mehring de 14 de julho de 1893. Tudo indica que Gramsci teve contato com *A Ideologia Alemã*, hoje considerado um dos textos marxianos mais valiosos sobre o tema. Uma ausência importante na lista de Liguori, e que é citado na nota 24 do Caderno 7, é *18 Brumário*, que, como discutido acima, é uma das principais obras marxianas sobre as relações entre política e ideologia, cuja importância metodológica é ressaltada por Gramsci (1999, p. 238).

Nos *Cadernos do Cárcere*, o conceito de ideologia ganha formulações negativas e pejorativas, tais como “cego fanatismo” (GRAMSCI, 1999, p. 333 – C10 [1932-

1935], parte II, §24), ou é visto como uma contraposição à ciência (GRAMSCI, 1999, p. 339 – C10 [1932-1935], parte II, §30), ou como um “sistema dogmático de verdades absolutas e eternas” (GRAMSCI, 1999, p. 206 – C11 [1932-1933], §62). Estas passagens são minoritárias no conjunto das notas sobre ideologia, e não devem ser julgadas como as teorizações mais acabadas de Gramsci sobre a questão. Em geral, polemiza-se com as correntes teóricas que interpretam o conceito de ideologia a partir de juízos de valores negativos, o que, para o autor, consistiria em um erro. Nas suas palavras,

O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil, estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237 – C7 [1930-1931], §19).

Com a leitura daquelas produções dos fundadores da filosofia da práxis, e sob inspiração de *Que fazer?*, o líder do PCI recolheu contribuições que valorizam uma concepção positiva da ideologia, isto é, que relacionam ideologia às concepções do mundo que definem a consciência coletiva das classes sociais e que reforçam a ação recíproca entre base e superestrutura, com papel decisivo dos sujeitos que ganham consciência e lutam para transformar ou conservar a realidade como um todo. Para Gramsci, a ideologia seria parte constitutiva de todos os processos de elaboração teórica e de formação da consciência de classes e grupos sociais, constituindo-se como uma realidade das superestruturas dos modos de produção, e não uma fonte de erros ou um véu mistificador da realidade exterior ao ser humano. “(...) A maior preocupação do autor dos *Cadernos do cárcere* é a de evitar que alguma construção cultural ou algum elemento da supra-estrutura sejam destacados da ideologia e concebidos como independentes dela” (KONDER, 2002, p. 105). O próprio marxismo, entendido como uma filosofia que marca época e permite ao proletariado tomar consciência da exploração e da dominação capitalistas, é incluído no rol de ideologias. Na nota 41, item XII do Caderno 10, explicita-se um pouco mais a leitura positiva que Gramsci (1999, p. 387-388) faz do conceito:

Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis. (...) Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade, a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir.

Nos textos gramscianos, ideologia vem acompanhado de uma família de conceitos, como linguagem, folclore, senso comum, bom senso, religião, filosofia e, com destaque, concepção do mundo. “Cada um deles indica um conceito que não pode se sobrepor inteiramente ao outro. Mas, ao mesmo tempo, todos estes termos estão correlacionados entre si, aparecem simultaneamente. Formam uma rede conceitual que, no seu todo, desenha a concepção gramsciana de ideologia. Ideologia, filosofia, concepção do mundo, religião, senso comum etc. podem diferir segundo o grau de consciência e de funcionalidade, mais ou menos mediatas em relação à práxis e à política” (LIGUORI, 2007, p. 91).

Com esta família de conceitos, Gramsci diferencia níveis de elaboração intelectual, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre eles, operação esta já realizada por Marx em *18 Brumário*. As diferenças entre as ideologias não dizem respeito somente a qual classe social produziu uma determinada teoria, mas também na capacidade de sintetizar meticulosamente as ideias que se apresentam de forma caótica e fragmentada para as classes sociais e seus respectivos intelectuais. Na maior parte das notas do Caderno 11 onde o conceito de filosofia é discutido, ele é teorizado como o ápice do trabalho intelectual, onde as ideias ganhariam um caráter unitário, coerente, cientificamente sistematizado, evitando composições bizarras entre variadas concepções do mundo, tanto do ponto de vista de classe quanto do tempo histórico, misturando-se ideologias pré-históricas e modernas.

No patamar inferior das produções ideológicas, estariam a linguagem, o senso comum e o folclore. Dentre estes três, Gramsci refere-se no Caderno 11 mais ao conceito de senso comum, assim descrito:

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inúmeras formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática (GRAMSCI, 1999, p. 114 – C11 [1932-1933], §13).

Um pouco mais acima da pirâmide intelectual construída por Gramsci, está a religião, que contaria com um grau de elaboração mais refinada em relação aos primeiros estratos, onde intelectuais tradicionais se dedicariam a reunir e sistematizar representações ideológicas de cunho idealista. Mesmo assim, o pensamento religioso ainda não poderia ser considerado um sistema de ideias coeso²⁸ e independente do senso comum. Na sua opinião, ela ainda recolheria elementos presentes no senso comum e, por isso, teria ligações com o patamar mais baixo do trabalho intelectual²⁹, mantendo um caráter metafísico e utópico, definido pejorativamente (GRAMSCI, 1999, p. 205 – C11 [1932-1933], §62).

Assim expostos, os níveis mais baixos de consciência e produção teórica – senso comum e religião – ganham uma concepção negativa, algo como uma falsa consciência, uma ideologia que inverteria a realidade de acordo com as premissas idealistas e os interesses de dominação das classes proprietárias dos meios de produção da riqueza e das ideologias. No topo da pirâmide intelectual, reinaria a filosofia, uma crítica teórica mais consistente e radical aos produtos ideológicos dos níveis inferiores de consciência. O seu *status* seria o de um “bom senso”, o inverso do senso comum. “A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum” (GRAMSCI, 1999, p. 96 – C11 [1932-1933], §12).

O caminho sugerido por Gramsci para os produtos da mente humana parece ser da inconsciência à consciência, do momento da aceitação conformista de uma

²⁸ “A religião e o senso comum não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual, para não falar na consciência coletiva: não podem reduzir-se à unidade e à coerência ‘livremente’, já que ‘autoritariamente’ isto poderia ocorrer, como de fato ocorreu, dentro de certos limites, no passado” (GRAMSCI, 1999, p. 96 – C11 [1932-1933], §12).

²⁹ “Os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 115 – C11 [1932-1933], §13).

concepção do mundo advinda de outra classe social à formulação crítica de uma concepção do mundo própria que retrate subjetivamente as condições práticas e objetivas dos indivíduos da classe. Isto é, do senso comum à filosofia, passando pelo folclore e a religião. De forma geral, este é o sentido geral das formulações de Gramsci a respeito da ideologia, embora, como veremos mais a frente, tais formulações não têm um caráter evolucionista tão rígido como aparenta.

No alto estrato filosófico, Gramsci aponta para uma hierarquia interna à filosofia, falando sobre “filosofias arbitrárias” e “inorgânicas”, de um lado, e “filosofia histórica” e “superior”, de outro. As filosofias arbitrárias, “voluntaristas” resultam de projetos individuais que não ganham expressão nas massas e se resumem a polêmicas muitas vezes estéreis (GRAMSCI, 1999, p. 111 – C7 [1930-1931], §19); elas giram em torno de projetos teóricos “para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua ‘historicidade’ será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento” (GRAMSCI, 1999, p. 388 – C10 [1932-1935], §41, item XII). A “filosofia ‘histórica’” seria uma expressão ideal do espírito do tempo e ganharia vida ao se sintonizar com os principais acontecimentos a partir de uma perspectiva de superação do estado de coisas, se tornando senso comum por meio de um trabalho intelectual coletivo levado a cabo por intelectuais orgânicos, de inovação e difusão da ideologia que expressa objetivamente as condições reais de vida do povo e as eleve ao nível de uma filosofia (GRAMSCI, 1999, p. 100-101 – C11 [1932-1933], §12).

De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (...) Só através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida” (GRAMSCI, 1999, p. 100 – C11 [1932-1933], §12).

Gramsci, contudo, trabalha com uma visão mais complexa – processual e contraditória – a respeito dos diferentes níveis da ideologia e da consciência. O senso comum não seria exclusivamente equiparado a um pensamento irracional e inverídico, uma consciência falsificada sobre a realidade que ilude constantemente os homens simples; nele é possível se verificar elementos de verdade (GRAMSCI, 1999, p. 118 –

C11 [1932-1933], §13), dos quais uma filosofia histórica deve iniciar o seu trabalho sistemático de crítica da realidade e de elevação cultural dos homens ativos da massa.

Em outra importante passagem, o comunista italiano interliga senso comum e bom senso, “filosofia científica” e “filosofia vulgar”, insistindo que o papel da filosofia é o de superar as inconsistências e irracionalidades presentes nas formulações cotidianas das massas populares, fornecendo, desta forma, um guia teórico sólido para as lutas práticas conscientes das classes subalternas. Gramsci, todavia, admite a possibilidade do bom senso emergir de um núcleo do senso comum, evitando-se produzir uma cisão real entre uma teoria que se pretende revolucionária e a prática dos dominados. Como diz Gramsci (1999, p. 98 – C11 [1932-1933], §12),

(...) assim se poderá perceber que tais expressões [filosofia e filosoficamente] têm um significado muito preciso, a saber, o da superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e opiniões.

O sentido dos intercâmbios entre os diferentes níveis da ideologia e da consciência não funcionaria somente de baixo para cima. Ideias produzidas na linguagem, no folclore, no senso comum e na religião figurariam na filosofia após uma completa reforma intelectual, que tem como objetivo dar um sentido único para fragmentos dispersos. Mas também existe um sentido inverso, de cima para baixo, a partir do qual sistemas filosóficos deixam suas marcas em um período histórico, tornando-se parte do senso comum de uma época. A filosofia, portanto, não seria somente o último patamar de uma elaboração intelectual, mas também estaria presente em maior ou menor grau nos níveis considerados inferiores, dependendo das configurações sociais de um determinado período, da capacidade que a classe social portadora dessa filosofia teria de criar um consenso (uma hegemonia) em torno da sua concepção do mundo.

Por isso, Gramsci trabalha com a hipótese – relativamente frequente nas suas anotações – de que dificilmente se verifica uma pureza no campo das ideologias. As diversas ideologias, produzidas por cada uma das classes sociais dentro de um modo de produção, constituiriam-se a partir de um campo de batalhas, no qual as classes e seus

intelectuais lutariam por impor a sua concepção do mundo. Neste confronto incessante pela direção intelectual-moral, as ideologias acabariam por se influenciar e, a grande maioria dos envolvidos nas contendas – com destaque para os derrotados – acabaria por absorver a ideologia vencedora, que se tornaria, por seu turno, a dominante. Na verdade, haveria um hibridismo ideológico, uma espécie de heterogeneidade compósita entre diferentes ideologias na concepção do mundo dos vencidos, gerando contradições entre o agir e o pensar das classes subalternas, que se veem relativamente desarmadas para a dimensão ideológica das lutas de classes. Assim,

(...) um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (GRAMSCI, 1999, p. 97 – C11 [1932-1933], §12).

Reconhecendo esta composição bizarra de ideologias dentro de uma concepção do mundo de uma determinada classe, caberia aos intelectuais orgânicos desta mesma classe fazer um balanço crítico da história de tal filosofia, tomando consciência da própria perspectiva intelectual. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, ‘conhecer-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise” (GRAMSCI, 1999, p. 94 – C11 [1932-1933], §12).

Com efeito, tais elucubrações não devem ser generalizadas, pois dizem respeito à concepção do mundo proletária e o papel da filosofia da práxis em romper a distância entre as elites intelectuais ligadas à classe trabalhadora e os homens simples. A autocrítica da concepção do mundo seria um dos primeiros passos para a classe trabalhadora ganhar relativa autonomia dos seus adversários nas lutas políticas. A crítica, todavia, prosseguiria com a tarefa de eliminar os elementos estrangeiros e dar sistematicidade e organicidade à concepção de mundo proletária. Todo este árduo trabalho intelectual seria desenvolvido, de acordo com Gramsci (1999, p. 104-105 – C11 [1932-1933], §12), em organizações coletivas dos trabalhadores, em particular o partido político comunista.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um dever histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 1999, p. 103-104 – C11 [1932-1933], §12).

A conformação das ideologias seria resultado, em última instância, de um complexo processo que envolve tanto questões próprias do pensamento quanto das mediações existentes entre teoria e prática, ou melhor, entre filosofia e política. As lutas de classes influenciariam a formação das ideologias, que, por sua vez, teriam um papel decisivo nas resultantes que brotam política e socialmente dos múltiplos vetores que compõem as lutas de classes e conformam modos de produção e blocos históricos. Nunca é demais reafirmar que, para Gramsci, as determinações concretas de um determinado bloco histórico devem ser procuradas tanto na base econômica quanto nas superestruturas, com destaque para o papel das ideologias e dos intelectuais para construir, manter e/ou revolucionar as pontes de ligação entre os diferentes momentos da realidade.

O conceito do valor concreto (histórico) das superestruturas na filosofia da práxis deve ser aprofundado, aproximando-o do conceito soreliano de “bloco histórico”. Se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital (GRAMSCI, 1999, p. 389 – C10 [1932-1935], parte II, §41).

Ou seja, retomando a concepção gramsciana sobre ideologia, as fraquezas e debilidades de uma concepção do mundo só se mostram quando postas a prova no campo das batalhas das ideias, uma forma de ver a ideologia muito próxima da desenvolvida por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, onde se afirma que “a questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento” (MARX, [1845] 1998, p. 100).

A sua filosofia da práxis valoriza o poder de transformação contida nas ações humanas guiadas por ideologias (concepções do mundo), sem reduzir as lutas de classes às vontades subjetivas, pois ele se coloca reiteradamente de acordo com a proposição marxiana de que o homem faz a sua própria história, mas não escolhe as condições concretas nas quais desenvolve as suas ações. Uma das funções dos intelectuais seria justamente identificar, a partir das suas concepções do mundo, em qual terreno se desenrolam as lutas de classes, quais os limites e possibilidades de atuação dos sujeitos coletivos em uma época histórica.

Os intelectuais

Em carta a sua cunhada Tatiana datada de 19 de março de 1927, isto é, logo no período inicial da sua detenção, Gramsci expôs o desejo de estudar quatro assuntos, sendo o primeiro a história dos intelectuais italianos; os outros três eram a controvérsia entre neolinguísticos e neogramáticos, o teatro de Pirandello e o romance de folhetim italiano. Entre eles, havia um eixo em comum: “o espírito popular criador, em suas diversas fases e graus de desenvolvimento, está na base deles em igual medida” (GRAMSCI, 2005, p. 129).

As anotações de Gramsci sobre os intelectuais, suas funções sociais e seus lugares institucionais de atuação, se comparadas, por exemplo, com os escritos sobre *Il Risorgimento*, o americanismo-fordismo e Maquiavel, são mais fragmentadas e curtas; elas são menos desenvolvidas e consistem, muitas vezes, em anotações de nomes de autores, livros e artigos de periódicos, tipicamente usados para memória e catalogação do preso político. Ou seja, o tema dos intelectuais, um dos mais caros a Gramsci, ficou desenvolvido aquém da sua vontade, o que não implica que se deva abandoná-lo; ao contrário, valiosas indicações a respeito dos intelectuais são encontradas nos *Cadernos*.

Qual era o interesse de Gramsci por trás dos seus estudos sobre os intelectuais e as ideologias? Segundo Gramsci, a intelectualidade do seu país, desde o Império Romano e o papado do Vaticano, mostrou-se aversa aos problemas nacionais e populares. De acordo com a configuração histórica do território italiano, os intelectuais tinham um caráter cosmopolita, voltando suas atenções para as questões europeias, palco central da atuação política das classes dominantes italianas representadas pelo Império Romano e o papado. Deixavam de lado, assim, os estudos sobre as questões locais, regionais e nacionais.

Os escritos sobre a função cosmopolita dos intelectuais italianos constituem o maior número das notas dedicadas ao tema dos intelectuais. Gramsci preocupou-se com o estudo das condições históricas que gestaram a camada intelectual dominante que se manteve sistematicamente de costas para os problemas nacionais. Para isto, ele estudou a formação do Império Romano, a formação da língua e da literatura nacionais, o surgimento da burguesia italiana e das comunas medievais e sua decadência, o Renascimento, o Humanismo, a Reforma, a Contra-Reforma, a influência da Igreja na vida nacional e *Il Risorgimento*. Como disse o marxista sardo,

A questão, a meu ver, deveria ser definida historicamente, estabelecendo-se que a Itália desempenhou, durante muitos séculos, uma função internacional-europeia. Os intelectuais e os especialistas italianos eram cosmopolitas e não italianos, não nacionais. Homens de Estado, capitães, almirantes, cientistas, navegadores italianos não tinham um caráter nacional, mas sim cosmopolita. Não vejo por que isso deva diminuir sua grandeza ou menoscabar a história italiana, que foi aquilo que foi e não a fantasia dos poetas ou a retórica dos declamadores: ter uma função europeia, eis a característica do “gênio italiano”, desde o século XV até a Revolução Francesa (GRAMSCI, 2004, p. 85 – C3 [1930], §80).

Diversas notas tratam do distanciamento dos intelectuais italianos, formados a partir de um humanismo abstrato e um cosmopolitismo falsamente universalista, dos problemas cotidianos e nacionais do povo. Os debates sempre se constituíram em monopólio de uma casta (GRAMSCI, 2004, p. 143-144 – C6 [1930-1932], §94), interessada em atender os interesses das elites do país e do estrangeiro em detrimento das camadas populares. Este distanciamento era tão evidente que se expressava em vários níveis, desde os temas tratados pela intelectualidade até a língua usada (em muitos casos o latim), uma língua erudita defendida como monopólio do conhecimento pelos eclesiásticos (GRAMSCI, 2004, p. 80 – C3 [1930], §76). Assim, a Itália ficou órfã de uma vontade nacional-popular, a única força imaterial possível de consolidar um bloco social, intelectual-moral capaz de levar a cabo uma revolução transformadora na sociedade italiana em nome do interesse das massas.

Historicamente, esta função internacional foi a causa da debilidade nacional e estatal: o desenvolvimento das capacidades não ocorreu em função das necessidades nacionais, mas das internacionais; por isso, o processo de especialização técnica dos intelectuais seguiu caminhos anormais do ponto de vista nacional, já que serviu para criar equilíbrio

de atividades e de ramos de atividades não de uma comunidade nacional, mas de uma comunidade mais ampla que queria “integrar” seus quadros nacionais, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 93-94 – C3 [1930], §118).

Neste estágio da reflexão gramsciana, surge a questão do sujeito histórico capaz de elaborar uma vontade nacional-popular direcionada à emancipação dos laços imperialistas da exploração capitalista. Em diversas passagens dos *Cadernos*, Gramsci deixou pistas da resposta à questão. Especificamente no Caderno 12, que congrega apontamentos para um grupo de ensaios para a história dos intelectuais, as notas § 1 e § 3 apontam o proletariado, em conjunto com outras classes e frações de classe, como o sujeito histórico revolucionário apto a tornar possível a formulação e concretização política de uma vontade nacional-popular emancipatória. Para isto, o bloco social contra-hegemônico deveria se organizar em torno de um partido comunista, responsável pela formação de uma camada de intelectuais com capacidades dirigentes e educativas de organização da classe trabalhadora e formação de novos consensos dentro da estratégia revolucionária. A função primordial do partido político seria

a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2004, p. 24 – C12 [1932], §1).

O intelectual de novo tipo, engajado ética e politicamente na superação da ordem burguesa, deve ser plenamente integrado à vida prática, sendo forjado nas lutas políticas dos partidos revolucionários. A sua educação deve se constituir em um misto de trabalho técnico propriamente dito com as vicissitudes do trabalho intelectual, tendo uma formação histórica, humanista e crítica. Esta foi a experiência desenvolvida por Gramsci no período do *L'Ordine Nuovo* e dos conselhos de fábrica em Turim e defendida por ele para a formação de quadros do PCI. Nos seus escritos (2004, p. 53 – C12 [1932], §3), pode-se ler que

o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica,

sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista+político).

Apesar das aparências, emanadas da divisão social do trabalho de uma sociedade capitalista, os intelectuais não configuram um grupo social com autonomia absoluta, tal qual defenderam Croce, Mannheim e Weber. Segundo Gramsci, eles possuem vínculos diretos e indiretos com as classes sociais fundamentais. As suas produções são socialmente condicionadas através das concepções do mundo. Toda classe fundamental produziria o seu próprio grupo de intelectuais, chamados por Gramsci de intelectuais orgânicos, cuja função principal seria a de criar uma consciência comum à classe social a qual se encontra relacionado, dando-lhe uma homogeneidade ideológica, uma concepção do mundo adequada aos seus interesses.

Na sua avaliação, todos os seres humanos pensam e, portanto, são intelectuais. O *homo faber* é indissociável do *homo sapiens*. Esta mesma assertativa também está presente na obra de Marx: basta lembrarmos a famosa passagem de *O Capital* na qual se afirma que o processo de trabalho humano é marcado pela capacidade teleológica dos seres humanos, que pensam, idealizam um projeto antes de executá-lo na prática. Esta seria, para Marx, a principal (mas não a única) diferença do trabalho humano para as atividades animais, aquilo que distingue o pior arquiteto da melhor abelha operária, ou o tecelão da aranha. Mas é preciso advertir: nem todos os seres humanos ocupam a função de intelectual na divisão social do trabalho, e capacidades específicas devem ser desenvolvidas por meio da educação e do trabalho.

Para um indivíduo se tornar um intelectual, deve dominar algumas ferramentas científicas, sem as quais não conseguirá elaborar uma visão sistêmica, profunda e coerente da sociedade. A capacidade de elaboração intelectual em um nível filosófico não é inato aos indivíduos: é uma habilidade desenvolvida com muito trabalho e esforço.

O intelectual é um “profissional” (*skilled*) que conhece o funcionamento de suas próprias “máquinas” especializadas; tem um seu “tirocínio” e um seu “sistema Taylor” próprios. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como seria pueril supor que todo operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. (...) A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., constitui uma “especialidade”, uma

“qualificação”, não um dado do senso comum vulgar (GRAMSCI, 2004, p. 205-206 – C24 [1934], §3).

Em uma concepção ampliada do intelectual, Gramsci entende esta figura, dentro da divisão social do trabalho, como responsável por funções organizativas no mundo da produção material e imaterial, vale dizer, da política e da cultura. No passado, em particular no período medieval, sob influência do feudalismo e da Igreja Católica, os intelectuais, chamados por Gramsci de tradicionais, teriam sido indivíduos cultos que exerceram as suas funções de forma diletante, usando e abusando de uma retórica incompreensível pela multidão e desvinculada dos interesses populares, estando sempre a serviço das classes dominantes. Tais intelectuais são um grupo social típico dos antigos regimes que sobreviveu às revoluções burguesas. Seus representantes mais evidentes são os eclesiásticos (os clérigos), mas Gramsci destaca intelectuais tradicionais laicos, como cientistas, filósofos, administradores, médicos, aristocratas togados e etc.

A percepção da autonomia absoluta dos intelectuais frente às classes sociais é particularmente forte entre os intelectuais tradicionais, que se consideram altamente qualificados e portadores de conhecimentos inestimáveis para a sociedade como um todo. Por isto, em uma atitude tipicamente corporativista (envolta em uma auto-imagem universalista), tais intelectuais colocam-se como membros de uma tradição antiga que se recusa a morrer e que deveria ser preservada a qualquer custo, mesmo quando ocorrem grandes transformações históricas.

Com as revoluções burguesas, a função social dos intelectuais mudou radicalmente. O isolamento dos intelectuais tradicionais foi questionado por todos os lados e, continuamente, passaram a ser cooptados pela concepção do mundo burguesa. Como muitos dos intelectuais modernos eram veiculados diretamente ao mundo da produção, como gerentes, administradores e engenheiros, o abismo anterior existente entre prática e teoria começou a diminuir, apesar dos esforços contrários empreendidos pelos processos tayloristas e fordistas de separação do trabalho manual e intelectual.

Vale destacar que Gramsci colocou-se contra a assertiva de que as atividades manuais, mesmo as submetidas aos mais rigorosos processos de controle e vigilância do despotismo fabril (nos quais o grau de subsunção real do trabalho ao capital é imenso), eram atividades desprovidas de uma dimensão intelectual. Todo trabalho, por mais simples, monótono e repetitivo que seja, requer algum grau de elaboração mental para

ser executado de acordo com a eficiência e produtividade exigida pelos processos capitalistas de extração de mais-valia. Por isso, diz Gramsci (2004, p. 18-19 – C12 [1932], §1),

seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Os intelectuais foram, gradativamente, assumindo papéis concretos na organização da sociedade, tanto no plano da estrutura quanto da superestrutura. A especialização do trabalho, em sociedades capitalistas mais avançadas, também alcançou o mundo das ideias, que, no presente, conta com inúmeras instituições responsáveis pela produção das ideologias, como escolas, universidades, mídias, museus, sindicatos, partidos etc. Tem-se, assim, uma enorme diversidade de intelectuais na vida moderna. A lista fornecida por Gramsci contém vários exemplos: militares, funcionários estatais, cientistas, navegadores, juristas, linguistas, editores de jornais e revistas, diplomatas, professores e toda uma vastíssima gama de trabalhadores do Estado ampliado.

Apesar da crescente inserção dos intelectuais na vida material, eles operariam suas novas funções sociais a partir das superestruturas político-ideológicas, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Gramsci identificou-os como “funcionários” das duas esferas que conformam o Estado ampliado, atuando como promotores da hegemonia via o convencimento e a coerção. Neste caso particular, os intelectuais são vistos como funcionários subalternos das classes dominantes. Como diz Gramsci nesta importante passagem (2004, p. 21 – C12 [1932], §1),

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) o consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando

e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade.

Gramsci, todavia, apontou para a contradição existente nesse grupo social. Os intelectuais não se resumem a atuar somente como funcionários subalternos das classes dominantes; a depender das suas escolhas ético-políticas, eles podem vir a ter um papel de funcionários destacados das classes subalternas, atrelando-se aos seus organismos coletivos. Os intelectuais podem atuar tanto nas trincheiras e casamatas da supremacia burguesa quanto da contestação proletária. Em linhas gerais,

(...) a análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologia fornece consciência e homogeneidade às classes que representa (BEIRED, 1998, p. 127).

I.2.4. Crise orgânica

O *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque é tido como um dos marcos principais da crise capitalista do final da década de 1920. As imagens de executivos de *Wall Street* pulando do alto dos prédios impactaram a opinião pública de tal forma que o início da Grande Depressão seria posteriormente identificado com a quinta-feira negra de 24/10/1929, e o aspecto financeiro da crise se sobressairia em relação a todos os outros, como o político e o cultural.

A Grande Depressão, todavia, deita raízes profundas que remontam a períodos passados e suas causas têm uma explicação multidimensional. O fim dos conflitos militares da Primeira Guerra Mundial significou o início de profundas transformações na ordem capitalista. Uma série de eventos históricos marcantes data desta época, constituindo um quadro rico de referências para o entendimento da Grande Depressão.

Em primeiro lugar, no plano das relações internacionais, houve a decadência da hegemonia mundial do Império Britânico. O resultado foi a ausência de um *hegemon* mundial. Com o declínio do Império Britânico, nenhum país assumiu o papel de líder mundial. Neste período, os Estados Unidos hesitaram em promover uma política externa mais ativa. No livro *The World in Depression (1929-1939)*, Charles Kindleberger (1986, p. 289) afirma que “a depressão foi tão vasta, tão profunda e tão longa porque o

sistema econômico internacional foi entregue a instabilidade pela inabilidade britânica e a falta de disposição norte-americana de assumir responsabilidades para estabilizá-lo”.

Intimamente ligado à decadência do *hegemon* britânico, está o fim do padrão ouro-libra. Ao longo de toda a década de 1930, os principais países capitalistas da América do Norte e da Europa abandonaram o padrão ouro-libra e as taxas de câmbio tornaram-se extremamente voláteis, o que impactava negativamente as trocas internacionais de mercadorias e serviços.

Em segundo lugar, o liberalismo enquanto expressão ideológica dos interesses das classes dominantes desmoronou como um frágil castelo de cartas. No plano político, os antigos valores e práticas liberais, como a suspeita do Estado absoluto, os governos constitucionais respaldados por eleições livres e os direitos civis elementares, sumiram do mapa para dar lugar aos governos autocráticos e totalitários em boa parte do mundo (HOBSBAWM, 1997, cap. 4).

No plano da economia, as primeiras medidas tomadas pelos governos dos países centrais e periféricos durante a crise, ainda sem uma teoria geral a lhes guiar o caminho, iam na direção contrária do liberalismo econômico. A estagnação dos fluxos econômicos e financeiros internacionais obrigou-os a romper com o livre-cambismo e a adotar medidas protecionistas dos seus mercados internos, estimulando a produção das indústrias nacionais em detrimento da importação de produtos estrangeiros. É justamente nesta época que os países periféricos, tais como o Brasil da Era Vargas, adotam o modelo de industrialização de substituição de importações, que encontrará nas teorias da Cepal sua representação intelectual mais qualificada.

A paz relativa experimentada pelo sistema capitalista começou a ruir no último quarto do século XIX. A expansão econômica da Alemanha, baseada no capitalismo financeiro, impulsionou este país para a corrida colonial com o objetivo de conquista de mercados consumidores externos e fontes confiáveis de matérias-primas estratégicas. Inglaterra, França, Bélgica e outros países europeus já tinham sólidas posições colonialistas e a Alemanha encontrou inúmeras barreiras para consolidar seu projeto imperialista. A guerra era uma questão de tempo, e ela eclodiu no início do século XX.

A Primeira Guerra Mundial foi o ápice do desmoronamento de todas as principais instituições da sociedade capitalista do século XIX. O capitalismo seria obrigado a reinventar as suas instituições políticas e econômicas, nacionais e internacionais. Esta tentativa, contudo, não se deu automaticamente, pois os principais

atores sociais demoraram cerca de uma década para perceber que o mundo, tal qual eles conheceram antes da guerra, não mais existia, e a simples reconstrução do mercado auto-regulável, do sistema de equilíbrio de poder, do Estado liberal e do padrão monetário mundial baseado no ouro e na libra esterlina nada mais era do que uma relíquia do passado. Aqui reside a chave para as crises do capitalismo no entre-guerras, entre elas a Grande Depressão.

Segundo Karl Polanyi, a década de 1920 foi marcada pelo signo do conservadorismo e da restauração. Diante das revoluções socialistas, os grupos sociais dominantes reagiram com uma tentativa desesperada pelo retorno ao século XIX. Todos ainda estavam presos aos fantasmas do passado, às instituições clássicas do capitalismo ocidental: livre mercado, o Estado guarda-noturno, o padrão ouro-libra e o Concerto da Europa. De uma forma ou de outra, a agenda política da Europa capitalista baseou-se na restauração destas quatro instituições, mas o centro gravitacional da política girou em torno do restabelecimento do padrão monetário internacional. “Na verdade, a essencialidade do padrão-ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais” (POLANYI, [1944] 2000, p. 42).

A causa principal da crise do entre-guerras, em geral, e da Grande Depressão, em particular, residiu, na opinião de Polanyi, no colapso do sistema monetário mundial baseado na *City* Londrina. Com a impossibilidade da sua restauração, bem como das lutas sociais contra os moinhos satânicos do capitalismo, a utopia do mercado auto-regulável ruiu, e com ele, toda a sua superestrutura institucional política nacional e internacional.

Diante da crise, as mudanças na economia não se limitaram às políticas econômicas estatais. Elas atingiram a própria base material de produção. Nos Estados Unidos, surgiam novos processos de trabalho na indústria automobilística, que mais tarde seriam sugestivamente chamados de fordismo. Sob consultoria do engenheiro Frederick Taylor, Henry Ford implementou processos de produção que intensificavam o ritmo da jornada de trabalho dos operários a partir da parcialização das tarefas, do controle do tempo das tarefas e da instalação de linhas de produção com esteiras mecânicas.

Nesta mesma época, a crença no livre-mercado, diante da recessão mundial e do desemprego estrutural involuntário, foi destruída, e das suas ruínas surgiu o planejamento econômico, então em voga nos planos quinquenais da ex-URSS. O Estado passaria a ter uma função mais presente na economia, com preocupações sociais de manutenção da ordem política não mais somente pela via da repressão, mas pela promoção de políticas keynesianas de pleno emprego e viabilização de sistemas básicos de proteção social, como previdência, saúde e assistência social, que viriam a ser o tripé da seguridade social do *Welfare State*.

Em linhas gerais, dois novos padrões de intervenção estatal na “questão social” surgiram nesta época. Nos Estados Unidos, o presidente Roosevelt capitanearia um novo contrato social da sociedade norte-americana, o chamado *New Deal*. A situação sócio-econômica dos EUA na década de 1930, sob qualquer ângulo, demonstrava uma contínua degradação: queda de 35% na produção industrial e 25% da força de trabalho desempregada (na época, mais de 12 milhões de trabalhadores).

Diante deste quadro de tragédia social, a gestão Roosevelt tomou diversas medidas no sentido de conter a crise: cartelização das indústrias para segurar os preços, controle dos preços agrícolas, programas públicos para geração de empregos e pensões para idosos e para desempregados. O fato é que a economia estadunidense só reativou com a expansão da atividade industrial decorrente dos esforços de guerra (TEIXEIRA, 1999, p. 178), mas as medidas do *New Deal* foram importantes para conter a trajetória de queda econômica, impedindo que a situação sócio-política do país desdobrasse para uma crise de hegemonia que, para Gramsci, não ocorreu (GRAMSCI, 2004, p. 165 – C8 [1931-1932], §89).

Na Alemanha, após a queda da República de Weimar e as humilhações derivadas do Tratado de Versalhes, que só fizeram exacerbar o nacionalismo teutônico, surgiu o regime fascista, liderado pelo partido nazista de Adolf Hitler. Segundo Ernest Mandel (1976), o núcleo da atuação política do regime nazi-fascista pode ser resumido em cinco pontos fundamentais: (1) regime político autoritário que recorre ao uso irrestrito da força e da coerção para reversão da crise estrutural. O seu alvo principal são as lideranças e as bases do movimento operário; (2) caráter classista do Estado e a defesa dos interesses do grande capital (principais medidas tomadas pelos Estados fascistas: economia de guerra com planejamento centralizado; concentração do capital; acumulação de capital; retomada dos lucros; congelamento dos salários); (3) mesmo operando para efetivar os interesses dos grandes capitais monopolistas, os regimes

fascistas têm como dirigentes membros de outras classes sociais que não a alta burguesia. Esta fica excluída, de forma direta, da composição do comando do poder político; (4) movimento de massas para atomizar e desmobilizar as organizações da classe trabalhadora; (5) a base social do movimento de massa fascista é a pequena burguesia, pauperizada pela crise estrutural e sem perspectivas futuras de ascensão social (nacionalismo xenófobo, anti-semitismo, retórica demagógica anticapitalista).

Surgem, desta forma, novas configurações do bloco histórico capitalista. As medidas tomadas pelas classes dominantes defendiam reformas diante da crise estrutural, reformas estas operadas tanto na estrutura quanto na superestrutura por meio das revoluções passivas do americanismo-fordismo nos Estados Unidos e do fascismo na Europa Ocidental. É neste contexto histórico que Gramsci teoriza a crise orgânica.

A crise de 1929 e a grande depressão da década de 1930 formaram um terreno fértil para as interpretações marxistas. Desde os escritos de Marx, as crises capitalistas são vistas como fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista, e não como uma deformação da sua natureza. Em *O Capital*, Marx aponta diversos elementos para as crises capitalistas: a anarquia social da produção, os movimentos do valor, a contradição forças produtivas x relações sociais de produção, o subconsumo, a superprodução e a tendência da queda da taxa de lucro (MANDEL, 1990, cap. XXV). Mas, sobretudo, a análise marxiana sobre as crises engloba outros aspectos da realidade para além das variáveis econômicas, como as políticas e sociais.

Marx não deixou uma teoria geral da crise, prevista para o sexto livro do seu projeto de crítica da economia política (ROSDOLSKY [1968] 2001, p. 29). Este foi um dos motivos para a polêmica a respeito dos múltiplos determinantes das crises no capitalismo que se formou entre seus descendentes teóricos e políticos. Segundo Elmar Altvater (1987, p. 81), surgem, em torno da década de 1920, dois paradigmas marxistas sobre a crise: “o de uma estabilidade substancial do desenvolvimento capitalista com base na organização da economia e na progressiva estatização da sociedade, e o da desestabilização da economia e da sociedade na fase da ‘crise geral do capitalismo’”. Ambos tinham nítidas imbricações com as práticas de cada grupamento político.

A figura central do primeiro paradigma é o social-democrata austríaco Rudolf Hilferding, que sustenta a tese de que a racionalização empresarial da produção, o intervencionismo do Estado na economia e o estreitamento dos vínculos do Estado com a burguesia apontam para o capitalismo organizado e, por isso, os efeitos das crises seriam amenizados e não levariam à *débâcle* final do capitalismo. O fim do capitalismo

não será resultado, portanto, de uma crise terminal espetacular, mas sim de uma estratégia reformista do proletariado organizado em torno de partidos políticos social-democratas. A transição para o socialismo seria, deste modo, pacífica, lenta e gradual, sem a necessidade de uma ruptura violenta como a revolução bolchevique.

Já o segundo paradigma marxista era defendido pela III Internacional, a Internacional Comunista (IC). A linha política da IC, traçada a partir do seu VI Congresso, tinha como pressuposto a ideia de que o modo de produção capitalista vivia uma fase moribunda, de putrefação, e o seu fim seria iminente. Uma grande crise econômica seria a ante-sala da revolução comunista e mundial. O sério abalo dos alicerces econômicos proporcionaria, segundo a III Internacional, as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, em uma rápida transição, o destruiria para dar lugar a formas comunistas de auto-organização social.

Em certa medida, Gramsci recolheu do primeiro paradigma a ideia central de que a ordem burguesa havia desenvolvido novos mecanismos econômicos e políticos de manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo que repudiou a estratégia reformista da revolução socialista. Ele colocou-se, então, frontalmente contra aquelas interpretações marxistas da crise mundial do entre-guerras e da Grande Depressão, como também fizeram Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky.

O conceito de crise orgânica encontra-se espalhado ao longo de diversos cadernos gramscianos. Para entendê-lo na sua complexidade, é necessário um paciente exercício de catalogação das notas esparsas, entendendo-o dentro do contexto histórico mencionado acima e do arcabouço teórico-político do líder do PCI. O conceito aparece pontualmente nos cadernos temáticos e miscelâneos sobre os intelectuais. Na nota 1 do Caderno 12, é citado explicitamente no debate sobre os diferentes tipos de escola (escola técnica e escola humanística/unitária) (GRAMSCI, 2004, p. 33). Já na nota 126 do Caderno 5, o conceito surge indiretamente: ao discutir a desagregação e construção de uma nova unidade nacional na França, Gramsci (2004, p. 134-135) se refere à crise orgânica e a construção de um novo bloco histórico.

Talvez o escrito mais importante sobre o tema esteja na nota 216 do Caderno 8; nesta parte dos Cadernos, a principal diferença entre crise orgânica e crise conjuntural está na maior amplitude e profundidade da primeira em relação a segunda. Ou seja, o conceito de crise orgânica não é unicamente relacionado à duração de uma crise, mas também do seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico,

abrindo-se a possibilidade do surgimento de novas formas de organização social. Vale a transcrição completa do trecho em questão:

Mas Einaudi não leva em conta que, cada vez mais, a vida econômica se concentrou em uma série de produções em grande escala e que estas estão em crise: controlar esta crise é impossível, precisamente pela sua amplitude e profundidade, que atingiram tal ponto que a quantidade torna-se qualidade, isto é, trata-se de crise *orgânica* e não mais *conjuntura* (GRAMSCI, 1999, p. 447 – C8 [1931-1932], §216, grifos originais).

As principais reflexões teórico-metodológicas de alcance mais abstrato de Gramsci a respeito das crises, entretanto, estão presentes no Caderno 13 (1932-1934), com destaque para as notas §17 (Análise das situações: relações de força), §23 (Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica) e §24.

Apesar de certas notações universais, Gramsci encaminhou em larga medida sua abordagem sobre as crises orgânicas em termos histórico-concretos, analisando dois grandes momentos do modo de produção capitalista: o processo italiano de unificação estatal, o chamado *Risorgimento*, submetido a uma comparação histórica com a Revolução Francesa, e a crise orgânica dos anos 1910-1930, com a Grande Guerra, a Revolução Russa, o fascismo e o americanismo-fordismo.

No decorrer dos *Cadernos*, Gramsci demonstra uma total aversão ao esquematismo sociológico (metafísico) que desconsidera os elementos históricos e ideológicos de uma formulação teórica. Suas críticas metodológicas posicionam-se tanto contra a tradição idealista, que concebe a realidade como produto das ideias, quanto de uma tradição do marxismo avessa aos estudos práticos sobre determinadas realidades sociais, que insiste em enquadrar a rica realidade, em constante transformação, nas citações clássicas (e sempre recorrentes) de Marx, Engels e Lênin.

O ponto de partida da sua teoria é o concreto, entendido não como uma sucessão aleatória e caótica de eventos, mas sim a partir da síntese das múltiplas determinações da realidade. Em um segundo momento, é preciso recorrer a abstração de certos elementos perturbadores da análise – o que Gramsci chamaria de “eventos conjunturais”, da “política miúda” – restringindo-se, nesta etapa da pesquisa, aos fatos orgânicos e estruturais. Por fim, recolhendo os fatos conjunturais e orgânico-estruturais, se reconstruiria idealmente a realidade a partir de uma síntese teórica na perspectiva da

totalidade. Desta forma, pode-se dizer que o conceito de crise orgânica possui, na obra de Gramsci, determinações concretas e abstratas, particularistas e universalistas.

Preciosas anotações de caráter mais abstrato sobre crises econômicas e políticas (de hegemonia, de autoridade) aparecem no volume reunido em torno dos temas Maquiavel e Estado. A nota §17 do Caderno 13 discute, sob forte influência do Prefácio à *Contribuição da crítica da economia política*, de Marx (1859), uma metodologia para o estudo das grandes transformações históricas. Para Gramsci, as categorias de estrutura e superestrutura são essenciais neste estudo. Crises de grandes proporções, intituladas de crises orgânicas, ocorrem no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro de limites impostos pela superestrutura. Rompem-se os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça se desagregar completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais³⁰.

Estes períodos de transformação social derivam de três tipos básicos de situações históricas: processo regressivo ou crise aguda; processo progressista ou de prosperidade e; estagnação das forças produtivas. O surgimento desta janela histórica proporcionada pela crise orgânica é uma das oportunidades que o movimento operário tem para acumular força e contestar o sistema vigente, abrindo efetivo espaço para a revolução social. Não se deve esquecer, todavia, que esta conjuntura histórica também abre espaço para as reações das classes dominantes, muitas vezes operadas por meio de golpes e ditaduras, como recorda Gramsci (2002a, p. 60 – C13 [1932-1934], §23): “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”. São períodos de agitação espontânea, de

³⁰ Reproduziremos parcialmente as notações de Marx sobre os períodos de convulsão e transformação social presentes no Prefácio de 1859 que inspiram a reflexão gramsciana: “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (MARX, [1859] 1982, p. 25-26).

“subversionismo esporádico e elementar” das classes subalternas, e também de relativo fortalecimento das forças repressivas e de setores das classes dominantes, como a Igreja e as altas finanças.

Mais a frente discutirei as múltiplas opções históricas confrontadas pelas classes dominantes e subalternas diante da crise orgânica. Agora interessa discutir o seguinte: havendo mais de uma saída para a crise orgânica, como, então, prever os rumos futuros? Segundo Gramsci, o dirigente político deve analisar as correlações de forças existentes na sociedade em que atua. Tal análise opera-se em três níveis: (1) nas relações de forças sociais ligadas à estrutura, isto é, análise das condições objetivas, que muitas vezes operam independentes da vontade humana; (2) nas relações das forças políticas, isto é, das condições subjetivas, do nível de consciência³¹ de cada uma das classes sociais fundamentais e subordinadas, bem como das forças internacionais que atuam nos distintos espaços nacionais; (3) nas relações das forças militares, que se desdobram em forças técnico-militares (estritamente militar) e forças político-militares (uma grande variedade de combinações entre elementos de hegemonia e ditadura, consenso e coerção).

A arena da luta de classes é ocupada por múltiplos sujeitos históricos e, em tempo das grandes crises históricas, surgem novos vetores que complexificam ainda mais o quadro político. Por isso, é necessária a análise das relações de força entre os diversos grupos sociais em disputa pela supremacia, pois somente através dela seria possível determinar teoricamente quais as saídas de uma crise orgânica. O grupo social que tiver maior êxito na análise da “conjuntura estratégica” conseguirá uma melhor preparação do teatro das lutas políticas, conquistando maior capacidade hegemônica na luta pela direção intelectual-moral, possivelmente determinando o seu projeto estratégico classista para o restante da sociedade a partir da combinação de recursos táticos de hegemonia e coerção.

O conceito gramsciano de crise orgânica deve ser entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão, a econômica e a política. Segundo Gramsci, as crises econômicas, a despeito do novo aparato institucional e ideológico do Estado ampliado, são inelimináveis do modo de produção capitalista, posto que elas resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. Elas sempre

³¹ Na nota §17 do Caderno 13, Gramsci fala em três níveis de consciência: econômico-corporativo, solidário-econômico e ético-político, na qual se estabelece efetivamente a disputa da hegemonia entre os principais grupos sociais.

surtem conjunturalmente, como em ciclos. O revolucionário sardo, todavia, desenvolve uma nova visão sobre os efeitos das crises econômicas sobre o proletariado e a potencialidade das revoluções em períodos de turbulência no capitalismo.

A tradição marxista alimenta, desde os escritos dos seus fundadores, a antiga ideia de que o advento do socialismo se daria após uma grande crise econômica do capitalismo. Em janeiro de 1848, quando finalizaram a redação do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels desenvolviam a visão de que “o capitalismo já era o modo de produção não apenas dominante mas também em fase muito avançada. (...) E desta visão resultava também – mas não obrigatoriamente – a suposição de que o capitalismo já estava suficientemente maduro para ser derrubado e substituído por um novo modo de produção – o comunismo” (MIGLIOLI, 1998, p. 104).

Gramsci aponta para a existência de questões econômicas no desenvolvimento das crises orgânicas, mas não as vê como determinantes. Ele atribui à economia um peso secundário, que não é capaz, numa sociedade ocidentalizada, de romper mecanicamente os vínculos que ligam a estrutura e a superestrutura de um bloco histórico e levar a novos arranjos societários. Isto só pode ocorrer mediante a presença de sujeitos históricos conscientes de suas concepções de mundo e organizações coletivas para a revolução.

Gramsci retira parte do peso que alguns marxistas atribuíam às crises econômicas, colocando-as como um evento catastrófico capaz de levar o capitalismo ao colapso final. Neste sentido, na nota §24 do Caderno 13, ele dirige duras críticas à Rosa Luxemburgo, que teria defendido a tese de que uma grande crise econômica do capitalismo levaria a uma ascensão espontânea das lutas populares e à revolução socialista. Segundo o autor sardo, a análise de Rosa sobre a Revolução Russa de 1905 negligencia os fatores subjetivos na deflagração dos acontecimentos. Na sua avaliação, Rosa restringe-se somente ao exame das condições econômicas e da reação espontânea das massas populares aos efeitos sócio-econômicos da crise (desemprego, pobreza, etc.). Nesta linha de argumentação, tida como um “férreo determinismo economicista”³², as crises econômicas são entendidas como uma espécie de artilharia de campo capaz de abrir passagem para o avanço das forças adversárias ao capitalismo. O proletariado não teria a necessidade de preparação prévia de quadros dirigentes capazes de liderar e

³² “Era uma forma de férreo determinismo economicista, com a agravante de que os efeitos eram concebidos como rapidíssimos no tempo e no espaço; por isso, tratava-se de um verdadeiro misticismo histórico, da expectativa de uma espécie de fulguração milagrosa” (GRAMSCI, 2002a, p. 71 – C13 [1932-1934], §23).

organizar a revolução socialista em comunhão com as massas. Esta viria quase como uma decorrência mecânica, natural da grande crise econômica capitalista.

A virulência das suas notas críticas à líder revolucionária alemã não deixam margem para dúvida: Gramsci não via uma ligação direta, automática entre crise econômica e revolução socialista. O empobrecimento das massas não se traduziria imediata e mecanicamente em revolta popular esporádica, muito menos em ato político organizado e consciente capaz de abalar as estruturas do sistema social vigente. Tais teses poderiam ter um fundo de verdade no período em que vigorou o capitalismo concorrencial mas, as novas determinações históricas do padrão de acumulação monopolista e do Estado ampliado no início do século XX desarmariam o potencial revolucionário da pauperização das massas e das crises econômicas³³:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (GRAMSCI, 2002a, p. 44 – C13 [1932-1934], §17).

É importante notar que, ao criticar as teses economicistas da III Internacional, Gramsci evita uma unilateralidade oposta, qual seja, a de eliminar o momento econômico das crises orgânicas. Queda das atividades econômicas, recessões, falências, desemprego – em suma, a crise econômica e seus múltiplos rebatimentos – fazem parte das suas reflexões e não devem ser negligenciadas: a depender das relações de força entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), a questão econômica pode ser mais ou menos decisiva. “A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (GRAMSCI, 2002a, p. 45 – C13 [1932-1934], §17). Os aspectos econômicos, assim, podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea das massas populares diante dos efeitos deletérios da crise: tudo depende das relações de força estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social.

Gramsci deixa claro que não se pode deduzir, de forma abstrata e a-histórica, um modelo determinista dos efeitos de uma crise econômica levando à *débâcle* capitalista e

³³ “Como toda crise significa uma queda do padrão de vida popular, é evidente que se faz necessária a preexistência de uma área de segurança suficiente para que a resistência ‘biológica’ e, portanto, psicológica do povo não desmonte ao primeiro choque com a nova realidade” (GRAMSCI, 2002a, p. 234 – C6 [1930-1932], §75).

ao início do socialismo. Pelo contrário, o comunista italiano levanta a hipótese que as crises econômicas também podem favorecer golpes de Estado por parte das classes dominantes. Ou seja, uma crise econômica pode fortalecer ainda mais a dominação burguesa frente ao proletariado, embora evidências factuais tenham levado diversas lideranças marxistas a pensarem o contrário.

(...) por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado (GRAMSCI, 2002a, p. 197 – C3 [1930], §48).

Um segundo aspecto da crise orgânica é o seu lado político que, segundo Gramsci, é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental, isto é, o seu conteúdo. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico-político) como uma “crise de autoridade”, ou como uma “crise de hegemonia”, explicada da seguinte forma na nota §23 do Caderno 13 (GRAMSCI, 2002a, p. 60):

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.

Na crise de hegemonia, as ideologias dominantes perdem força e os laços existentes entre governantes e governados vão se enfraquecendo. Os aparelhos privados de hegemonia, operados pelos intelectuais orgânicos e tradicionais das classes dominantes, já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção de mundo burguesa, esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura, na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes. O consenso vai, paulatinamente, se dissolvendo, e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata desta dissolução, bem como o aumento do uso da força por parte dos aparelhos estatais de coerção, sempre a mando das classes dominantes. Na crise de hegemonia, tais classes deixam de acreditar na capacidade

dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais deletérios da crise sobre a sociedade como um todo.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2002a, p. 184 – C3 [1930], §34).

Na nota 5 do Caderno 15 (1933), intitulada *Passado e Presente. A crise*, Gramsci aponta para três pontos de fundamental importância para o seu entendimento a respeito das crises capitalistas. Em primeiro lugar, o autor destaca que as crises capitalistas são um fenômeno de natureza complexa, com múltiplos efeitos e causas, de difícil definição por parte de análises deterministas e unilaterais, no qual elementos monetários, financeiros, comerciais, políticos concorrem para a emergência, mas com centralidade para os fatores produtivos (GRAMSCI, 2007, p. 318 – C5 [1933], §5). “Trata-se”, portanto, “de um processo que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se interligam e se sobrepõem. Simplificar significa desnaturar e falsear” (GRAMSCI, 2007, p. 316 – C5 [1933], §5). Em segundo lugar, a crise deve ser entendida como um processo de longa gestação, que não se inicia com os seus aspectos fenomênicos mais evidentes, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Para Gramsci (2007, p. 317 – C5 [1933], §5), “todo o após-guerra é crise, com tentativas de remedia-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais”. E, em terceiro lugar, as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, derivadas das contradições próprias de uma sociedade mercantilizada como a burguesa, o que leva a uma instabilidade inerente a este modo de produção. Por duas vezes nos *Cadernos*, Gramsci escreve que as causas das crises não estão fundadas nos planos moral, jurídico, ou mesmo político, mas sim no econômico-social (GRAMSCI, 2007, p. 305 – C6 [1930-1932], §123; 2007, p. 317 – C5 [1933], §5), o que reforça, mais uma vez, a ideia da importância dos fatores econômicos no entendimento das crises orgânicas capitalistas, e que estas não se resumem a crises de hegemonia, como é comum se encontrar na literatura dos comentaristas gramscianos.

Diante dos fenômenos mórbidos da crise orgânica, surgem inúmeras saídas históricas que, como anunciado acima, são determinadas pela correlação de forças entre

os distintos blocos de poder. Na grande crise do início do século XX, o movimento operário foi derrotado nas principais sociedades ocidentais e as saídas foram eminentemente determinadas pelos interesses das classes dominantes através das revoluções passivas do fascismo (Itália, Alemanha) e do americanismo-fordismo (Estados Unidos). Outros desfechos para uma crise orgânica são apontados por Gramsci, tais como a contrarrevolução, o bonapartismo (ou cesarismo) e, claro, a revolução socialista.

I.3. As revoluções passivas: historiografia do século XIX e reformismo-restaurador do bloco histórico capitalista no século XX

No debate sobre o conceito de revolução passiva, Gramsci utiliza-se do seu critério metodológico do historicismo absoluto. Sem descartar o uso de categorias marxistas com alto nível de abstração teórica, Gramsci apropria-se do debate sobre a revolução passiva a partir de experiências históricas concretas, isto é, da transição tardia do feudalismo para o capitalismo na Europa e da Restauração pós-napoleônica.

A principal transição histórica analisada por Gramsci é a unificação política da Itália no final do século XIX. Para isto, ele a compara em relação à Revolução Francesa, tida como uma espécie de modelo clássico de revoluções burguesas que eliminaram por completo o Antigo Regime, e que influenciou diretamente toda a história europeia, em especial após as guerras napoleônicas.

A Revolução Francesa sempre exerceu uma forte influência política e ideológica sobre os revolucionários. A radicalidade do processo político francês inaugurado em 1789, capaz de causar a morte do velho e o nascimento do novo a partir de ações revolucionárias do governo jacobino de Robespierre e Danton, foi o berço da tradição socialista, que tem em Graco Babeuf um dos seus precursores (MOLON, 2002). Depois dele, há uma sucessão de pequenos grupos revolucionários de tipo babovista, dos quais emerge a figura lendária de Auguste Blanqui, respeitada inclusive por Marx e Engels, do qual se apropriaram dos conceitos de ditadura do proletariado e de revolução permanente (TEXIER, 2005, p. 173-199).

Para Gramsci, a Revolução Francesa é marcada por um longo período de crise orgânica, que vai de 1789 até 1871. Neste longo intervalo de tempo, vários acontecimentos assinalam avanços e recuos no processo revolucionário. No final,

entretanto, a revolução foi capaz de exterminar o que havia de velho no território francês e instaurar na sua plenitude a república burguesa. O Antigo Regime foi derrotado e a burguesia emergiu como a grande vitoriosa do processo, tendo esmagado a aristocracia feudal e, momentaneamente, o proletariado emergente. Com efeito, o capitalismo era o modo de produção hegemônico na França, o que fortalecia sobremaneira a sua expansão europeia e internacional. Nas palavras de Eric Hobsbawm ([1961] 2003, p. 95),

na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução, por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa eram os jacobinos, cujo nome veio a significar “revolução radical” em toda parte.

Pode-se dizer que, na Europa, poucas burguesias tiveram ao seu favor uma correlação de forças políticas e militares capaz de proporcionar a eliminação completa do feudalismo. Até mesmo na Inglaterra, primeiro país a se tornar uma nação capitalista, operou-se um acordo entre o bloco de poder progressista (burguesia e *gentry*) e o conservador (a nobreza e o alto clero) na Revolução Gloriosa de 1688. Em muitas ocasiões, marcantes no caso de transição tardia para o capitalismo, a ordem burguesa tornou-se a ordem dominante, mas foi obrigada a estabelecer acordos com as antigas forças feudais. Temos, assim, uma relação contraditória entre revolução e restauração, entre o nascimento do novo com a conservação do velho. Esta contraditória relação entre revolução e restauração é justamente o caso da unificação estatal italiana, chamada de *Il Risorgimento*, resumida da seguinte forma por Lincoln Secco (2006, p. 51):

O centro da problemática reside, portanto, na análise do Risorgimento – movimento político-militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando da Casa de Savóia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da direita histórica. O pano de fundo da unificação, implícito em Gramsci, é a transformação econômica que permite à Itália se modernizar industrialmente, espalhar a relação assalariada de trabalho e tornar o país efetivamente capitalista. A unificação política representa o conjunto de medidas institucionais e da superestrutura que permite remover as travas regionais e feudais e os interesses

localistas que impediam a emergência da infra-estrutura capitalista. Entretanto, a Itália não seguiu a via revolucionária ou jacobina, mas uma via reformista (...).

Desta forma, Gramsci retrata a transição italiana do feudalismo para o capitalismo como uma revolução passiva ou, então, como uma revolução-restauração, na qual as novas classes dirigentes impõem seus projetos estratégicos de modernização econômica negociando a manutenção de privilégios e certos interesses políticos e econômicos das antigas classes dominantes. No caso da forma de governo, adotou-se a monarquia parlamentar, com amplo domínio da cena política por parte do Legislativo, cabendo à Casa Real um papel simbólico; já no caso do setor rural, impediu-se um processo de reforma agrária, bandeira típica de uma revolução democrático-burguesa, o que resultou na conservação da antiga estrutura latifundiária, tão prejudicial as condições de vida dos milhões de camponeses do sul do país.

O processo de revolução passiva italiano foi conduzido por acordos firmados pelo alto, pelas novas e antigas classes dominantes. As classes subalternas, em especial os camponeses, foram subtraídas de qualquer tipo de protagonismo dos acontecimentos políticos e, por isso, elas foram marginalizadas em todo o processo, não conseguindo negociar projetos do seu interesse classista. Por que isto aconteceu?

Um dos principais fatores da exclusão política dos subalternos foi a sua incapacidade de se tornar um sujeito histórico autônomo, de ter uma organização partidária formuladora de um projeto consciente de classe e livre das influências ideológicas das classes dominantes. Isto fica evidente na neutralização do Partido da Ação, uma tentativa de agrupamento dos interesses populares da região meridional do país, por parte da cooptação de suas lideranças por meio de manobras hegemônicas do Partido Moderado, representante das forças conservadoras. Conforme esclarece Lincoln Secco (2006, p. 52-53):

O resultado da Revolução Passiva é o seu caráter inacabado: não transforma integralmente as estruturas do passado e não instaura um Estado renovado que incorporaria amplas camadas sociais à cidadania; funda-se um compromisso entre a velha aristocracia e a burguesia moderada (...). A Revolução Passiva na Itália foi produto da hegemonia dos moderados no processo de unificação do país.

Com efeito, as classes dominantes italianas abdicaram em larga medida dos elementos dirigentes para a condução do processo de modernização capitalista no país. Os seus métodos de supremacia político-ideológica no período do *Risorgimento*

basearam-se fundamentalmente em medidas ditatoriais, no uso indiscriminado de coerção. A forma de hegemonia do Partido Moderado não era, portanto, nada moderada. No fundo, tratava-se de uma “ditadura sem hegemonia” exercida por Piemonte e a casa monárquica³⁴. A burguesia abriu mão não somente de criar um consenso entre as massas populares, como também de comandar diretamente a modernização (GRAMSCI, 2002b, p. 328-330 – C14 [1932-1935], §59).

De forma bastante diversa, o jacobinismo elabora uma outra gestão da supremacia burguesa que, sem dúvida, utiliza-se da força, mas usa também a hegemonia na conformação da ordem capitalista. Os interesses econômico-corporativos da burguesia rapidamente se tornaram demandas de todo o Terceiro Estado, inclusive dos camponeses, que viam com bons olhos a inclusão da reforma agrária no programa revolucionário. Assim, os jacobinos forjaram a hegemonia da cidade e do campo franceses, exercendo com propriedade a função de partido dirigente da burguesia e das massas populares. Como relata Gramsci (2002b, p. 81 – C19 [1934-1935], §24),

Se é verdade que os jacobinos “forçaram” a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna.

Apesar da centralidade nos estudos gramscianos sobre a revolução passiva, o *Risorgimento* não é a única experiência histórica estudada no período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Em algumas notas dos *Cadernos*, o conceito é utilizado no entendimento de outros processos de transição tardia ao capitalismo. Ao ampliar o uso do conceito para outras experiências históricas, Gramsci busca ir além da sua formulação original³⁵.

³⁴ “Este fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa por à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática” (GRAMSCI, 2002b, p. 329 – C14 [1932-1935], §59).

³⁵ “Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (GRAMSCI, 2002b, p. 209-210 – C4 [1930-1932], §57).

A restauração pós-napoleônica também é vista por Gramsci como um fenômeno típico da revolução passiva. Tal restauração foi um movimento histórico desencadeado pelas classes dominantes europeias para conter a participação ativa das massas populares nos processos políticos de formação dos Estados nacionais e de ruptura com a Antiga ordem. O principal temor das elites era reavivar os métodos jacobinos de revolução capitalista, responsáveis pela eliminação total dos entraves feudais à plena instauração da ordem burguesa.

Diante do medo do jacobinismo, capaz de desencadear levantes populares que poderiam fugir ao controle até mesmo da hegemonia burguesa, as classes dominantes trataram de arquitetar processos de modernização conservadora, de reformas moderadas para a transição do feudalismo para o capitalismo. Nestes casos a palavra-chave era a ditada pelos escritos de Montesquieu: moderação.

O Barão de Montesquieu via a ascensão do capitalismo e a decadência do feudalismo na França como algo irrefreável. Dada a inevitabilidade da chegada do capitalismo no continente, Montesquieu defendia uma transição moderada e relativamente pacífica na ordem social francesa, envolvendo uma negociação entre os senhores feudais e a burguesia ascendente. O resultado seria o mesmo alcançado na Inglaterra, com uma forma de governo assentada em uma monarquia constitucional, no qual o parlamento, comandado pela burguesia, seria o epicentro político da nação, ditando a direção para toda a sociedade; já a monarquia gozaria simbolicamente de alguns poderes secundários, mas manteria certos privilégios e status. A França, assim, ficaria no meio termo entre o despotismo e a república, formas extremistas e radicais de sistemas de governo que não funcionam equilibradamente como a monarquia parlamentar. Seguindo de perto a historicidade dos fatos sociais, sem lutar contra a força dos mesmos, Montesquieu defendeu uma ordem aristocrática anti-absolutista e pró-burguesa, capaz de contemplar elementos progressistas e conservadores ao mesmo tempo, e impedir drásticas mudanças sociais que eliminassem por completo os privilégios e interesses da antiga ordem política.

A restauração pós-napoleônica visava justamente estabelecer formas de governo moderadas que impedissem tanto a volta ao poder absolutista, do poder concentrado nas mãos de um único soberano, representado pelo despotismo, forma de governo típica das sociedades orientais, quanto a ascensão do povo no comando dos Estados, como foi o caso da república jacobina. “A conciliação”, observa Gramsci (1999, p. 293 – C10

[1932-1935], §6), “foi encontrada na concepção de ‘revolução-restauração, ou seja, num conservadorismo reformista temperado”.

O reformismo europeu do século XIX dizia respeito ao estabelecimento de acordos entre novas e antigas classes dominantes. Estas aceitaram pacificamente rebaixar-se de classe dirigente para classe auxiliar e subalterna dentro do bloco de poder dominante. E a burguesia ascendente passou a gozar de pleno domínio no campo econômico, mas, no campo político, ficou restringida a certos limites impostos pelos acordos firmados. Assim, a restauração pós-napoleônica

torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de “dominantes” àquela de “governativas”, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se “castas”, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas dominantes (GRAMSCI, 1999, p. 426 – C10 [1932-1935], §61).

Articuladas as negociações do bloco de poder dominante, restava uma pendência: a neutralização das mobilizações populares. Se o jacobinismo, expressão mais radical da supremacia burguesa, causava temor às classes dominantes, o comunismo, ainda um espectro a rondar a Europa, causava pânico. Ao longo do século XIX, as massas populares foram paulatinamente se constituindo como uma classe social, organizada politicamente em torno de associações, cooperativas, sindicatos e partidos, e teoricamente nas correntes socialistas, comunistas e anarquistas. A reação armou-se de precauções contra a agitação crescente das classes subalternas, atuando de forma discreta e paliativa nos atendimentos de certas demandas dos “de baixo”. Sem esta atenção às expressões mais agudas da “questão social”, o subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das classes subalternas poderia se tornar – como acabou se tornando em 1848 e 1871 – em levantes revolucionários da classe trabalhadora em nome do projeto igualitarista e libertário do comunismo. O atendimento pontual e focalizado de anseios populares, bem como a já citada combinação de recursos coercitivos e consensuais, foi parte integrante das revoluções passivas, tal qual afirma Gramsci (1999, p. 393 – C10 [1932-1935], §41):

elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes

dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”.

Ainda nos *Cadernos do Cárcere*, o conceito de revolução passiva se prestaria a mais uma ampliação do seu alcance heurístico: ele seria usado na explicação de reformas ocorridas no século XX dentro do modo de produção capitalista, que inaugurou um novo bloco histórico depois da crise orgânica dos anos 1920. É o que se verá a seguir com o fascismo e o americanismo-fordismo.

I.3.1. O fascismo

Nas suas análises sobre a conjuntura italiana da década de 1920, Gramsci sustentou, até o segundo semestre de 1926, a tese de uma nova fase da crise capitalista, mais aguda do que a anterior. Os desdobramentos da crise não seriam favoráveis aos interesses das classes dominantes, impotentes para atacar as suas causas fundamentais; somente o proletariado organizado em torno de um partido revolucionário, lutando pela revolução socialista, poderia dar uma resposta conclusiva à instabilidade política e econômica. O fascismo era tido como incapaz de solucionar os principais efeitos deletérios da crise, isto sem falar nos problemas estruturais advindos das contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

Entre 1920, apontado como o início da contrarrevolução italiana, e 1922, data da marcha sobre Roma, na qual Mussolini torna-se o chefe de governo³⁶, Gramsci escreveu inúmeros artigos de análise de conjuntura, nos quais o fascismo e o partido socialista ocupam boa parte das páginas. No texto *O povo dos macacos* (janeiro de 1921), Gramsci escreve que o “cretinismo parlamentar”, que goza de uma longa história na vida política italiana, ganha um novo impulso com o fascismo. O Parlamento teria se tornado uma instituição esvaziada de iniciativa e autonomia políticas, sendo controlado pelo Poder Executivo. Os parlamentares perderam-se em conspirações de gabinetes e corredores, atuando como vendedores de “um bazar de mexericos e de escândalos, um meio para o parasitismo” (GRAMSCI, [1921] 2004a, p. 30). Corrompido e enfraquecido na sua estrutura interna, o Parlamento tornou-se o centro da pequena política nacional, e

³⁶ Este histórico do fascismo encontra-se presente no artigo *As origens do Gabinete Mussolini*, escrito em 1922 (GRAMSCI, [1922] 2004, p. 122-126).

Gramsci aponta o fascismo como o grande responsável pelo rebaixamento e decadência da política nacional.

Logo após arruinar o Parlamento, a pequena burguesia urbana, base social do fascismo, expande a sua pequena política para o Poder Executivo durante o gabinete do governo Giolitti. Nesta etapa da tomada do poder pelos fascistas, já percebido por Gramsci desde os seus primórdios, a burguesia arruinada aliou-se com os grandes proprietários industriais e rurais, formando um bloco contrarrevolucionário de defesa da propriedade privada e de reação contra as mobilizações operárias e camponesas. Além do pacto feito entre as classes dominantes do campo e da cidade, o governo Giolitti também patrocinou o acordo de paz entre fascistas e socialistas, sem exigir o desarmamento dos grupos terroristas da direita reacionária. O resultado foi a perseguição implacável e a morte de milhares de opositores do fascismo³⁷, meses antes da marcha de Roma em 1922. Apesar dos constantes avanços políticos, o fascismo revelou “também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica” (GRAMSCI, [1921] 2004a, p. 33-34). O Estado liberal e as suas instituições – Executivo, Legislativo, polícia, magistratura – se arruinaram diante do assalto fascista, que apostava crescentemente na violência privada como forma de manutenção do *status quo*.

No dia 21 de junho de 1921, Benito Mussolini fez o seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, apresentando-se como um ex-partidário do socialismo que se colocava como o líder da reação. Na sua fala, destaca Gramsci, Mussolini evocou o blanquismo como método de ação política eficaz e contundente para tempos conturbados como aqueles vivenciados pela sociedade italiana. Daí Gramsci perguntar-se o que se seria o blanquismo fascista. No seu entendimento, esvaziado do seu conteúdo revolucionário pelos fascistas, “o blanquismo é a teoria social do golpe de mão” (GRAMSCI, [1921] 2004c, p. 69). No plano retórico o blanquismo era justificado como uma resposta à crise italiana e, no plano prático, os fascistas providenciavam o armamento de uma força de 400.000 combatentes e organizavam o partido por meio de uma hierarquia militar com o objetivo de preparar o golpe de Estado.

Mais uma vez, o fascismo é denunciado como um movimento político autoritário e truculento, que promove diversos abusos e atividades criminosas com a

³⁷ “Giolitti favoreceu o movimento fascista a fim de canalizá-lo para esta finalidade precisa [o colaboracionismo socialista]. As massas foram massacradas impunemente; as Câmaras do Trabalho, as Casas do Povo, as cooperativas foram incendiadas e saqueadas impunemente, com o objetivo de induzir líderes socialistas a refletirem melhor” (GRAMSCI, [1921] 2004d, p. 72).

cumplicidade dos órgãos estatais e seus funcionários. Restrito ao uso da força, é julgado como “uma revolução sem programa”, “condenado a não ter continuidade e desenvolvimento, a não saber articular entre si os vários golpes de mão na linha de um processo histórico” (GRAMSCI, [1921] 2004c, p. 69). Esta avaliação perdurará durante a liderança de Gramsci no PCI até a sua prisão, sendo reafirmada mais contundentemente em certos textos como, por exemplo, em *Os Arditi del Popolo*. Neste artigo, o marxista sardo é categórico em taxar o programa reacionário da pequena burguesia como “um valor puramente marginal”, como um esquema “fora de qualquer plano político abstrato, ou seja, como uma proliferação espontânea de energias reacionárias (...)” (GRAMSCI, [1921] 2004e, p. 74).

Na matéria *A crise italiana*, publicada no *L'Ordine Nuovo* em setembro de 1924, Gramsci sentencia que “o fascismo se esgota e morre precisamente por não ter cumprido nenhuma de suas promessas, por não ter realizado esperança alguma nem aliviado nenhuma miséria (GRAMSCI, [1924] 1987, p. 94); em outra passagem, a morte do fascismo é reafirmada, “porque não só não conseguiu estancar, mas, ao contrário, até contribuiu para acelerar a crise das classes médias que se iniciara no pós-guerra” (GRAMSCI, [1924] 1987, p. 94).

E como se explicava sócio-economicamente o aumento da crise na Itália? O alto grau de concentração e centralização do capital e do crédito nas mãos da grande burguesia expropriou os meios de produção da pequena e da média burguesias urbanas, que se proletarizaram vertiginosamente neste processo de monopolização da economia. Nos estratos mais baixos da pirâmide social, a situação não era melhor: a participação dos salários na renda nacional diminuía, aumentando a pobreza das classes subalternas e a desigualdade social. As políticas econômicas do Estado só contribuía para este quadro de deterioração social das camadas médias e baixas do país.

Politicamente, abriu-se uma crise de hegemonia, que ganhava contornos mais drásticos diante da crise econômica. Nas eleições de 6 de abril de 1924, vencida pelos fascistas por meio das fraudes e ameaças generalizadas, o partido governista teve uma queda dos votos nas áreas industriais, tida por Gramsci ([1924] 1987, p. 96) como o setor econômico e político dominante da nação. Em junho de 1924, a crise se agravou com o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti perpetrado pelas milícias fascistas. As massas populares, revoltadas com a situação, encontraram eco em um bloco de oposição que rapidamente se formou. Este bloco de oposição, que congregava democratas, liberais, socialistas e comunistas, retirou-se do Parlamento e reuniu-se

como uma espécie de assembleia paralela ao Legislativo oficial, sendo este um espaço crescentemente esvaziado do ponto de vista político. Como diz Gramsci ([1924] 1987, p. 98), “a crise que eclodiu no campo sentimental e moral ganhou assim um intenso caráter institucional; um Estado foi criado no Estado, um governo antifascista contra o governo fascista”.

Instalou-se uma grave crise no seio do governo fascista³⁸. A situação não era suficiente para ser considerada como uma dualidade de poderes³⁹, tendo em vista que a oposição não era dirigida pelas forças revolucionárias, nem se propunha a criar mecanismos de democracia proletária nos campos da economia e da política; mas era grave o suficiente a ponto de Gramsci considerá-la como uma possibilidade de esgotamento da reação fascista à crise capitalista.

O fato é que os comunistas não souberam aproveitar a janela histórica desta crise conjuntural do fascismo. A presença dos comunistas no bloco de oposição não durou muito. A sua saída não foi traumática, pois os revolucionários não ficaram isolados no cenário político, tendo mantido um contato direto com as bases operárias. Diante desta saída prematura e da desorganização da classe trabalhadora, ainda impactada e desarticulada com a repressão fascista, Gramsci defendeu uma tática prudente dos comunistas, chamada de reformista e democrática, na qual algumas conquistas constitucionais, dentro dos marcos legais, deveriam ser asseguradas em nome dos direitos sociais da classe trabalhadora. Segundo Gramsci ([1924] 1987, p. 105),

A situação é “democrática” porque as grandes massas trabalhadoras estão desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indiferenciado. Por isso, qualquer que possa ser o desenvolvimento imediato da crise, podemos prever somente uma melhoria na posição política da classe operária, não uma sua luta vitoriosa pelo poder. A tarefa essencial de nosso Partido consiste na conquista da maioria da classe trabalhadora; a fase que atravessamos não é a luta direta pelo poder, mas uma fase preparatória, de transição à luta pelo poder; em suma, uma fase de agitação, de propaganda, de organização.

³⁸ Segundo Gramsci ([1921] 2004f, p. 81-82), esta não foi a primeira crise nas fileiras fascistas. O aumento desmesurado da violência nos setores rurais, praticamente fora do controle da direção fascistas da sua ala urbano-parlamentar, deixou alarmados vários setores médios que antes apoiavam os fascistas. A consequência foi a perda de importantes apoios aos fascistas, como se estes não fossem capazes de conter suas próprias hordas então descontroladas. Neste momento, apareceram dissidências dentro do movimento, que ameaçou romper em duas facções muito bem definidas: a parlamentar e a intransigente.

³⁹ A respeito do conceito de dualidade de poderes, recomenda-se a leitura do artigo *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista*, de Carlos Nelson Coutinho (1996, p. 13-69).

A médio prazo, o PCI deveria iniciar um trabalho de organização e educação das massas, formando novos quadros dirigentes, e atuar diretamente nas lutas concretas dos trabalhadores, reorganizado pela base com os sindicatos classistas e os conselhos de fábrica, desarticulados desde a derrota do biênio 1919-1920. Em suma, postulava-se o PCI como a expressão coletiva da vontade política dos operários e camponeses, tornando-o uma força decisiva no direcionamento dos rumos da nação, o Príncipe moderno italiano.

Esta avaliação da superficialidade do fascismo enquanto força histórica de superação da crise capitalista também está expressa no texto *A situação italiana e as tarefas do PCI*, escrito por Gramsci, com o auxílio de Togliatti, como informe do Comitê Central ao III Congresso do Partido, realizado semi-clandestinamente em Lyon (França) em janeiro de 1926.

Nas *Teses de Lyon*, Gramsci (1926 [2004a], p. 331-337) resume bem a sua avaliação sobre o fascismo como um movimento tradicional de coerção às organizações dos trabalhadores rurais e urbanos. Sua base social ainda era formada pelas pequenas burguesias agrárias e urbanas, que governavam o país em nome da plutocracia, favorecendo um círculo diminuto de membros da alta burguesia, que enriqueciam com a espoliação da grande massa popular. Embora fosse um sólido bloco de poder das classes dominantes, o fascismo encontrava resistências dentro destas mesmas classes, como os grupos maçônicos e a União Nacional. E tais resistências se estendiam para setores mais combativos do proletariado, apesar de toda repressão e violência dirigida a tais setores. Na tese 18 bis, o último item do balanço a respeito do fascismo, anota-se que a estabilidade do regime governista era aparente, podendo ser abalada “em suas bases pela súbita irrupção de contradições econômicas e políticas que se aprofundaram sem que tal aprofundamento fosse percebido. Ao mesmo tempo, forneceu a prova de que a pequena burguesia, no atual período histórico, é incapaz de levar a cabo a luta contra a reação industrial-agrária” (GRAMSCI, [1926] 2004a, p. 337).

Por último, tem-se o informe partidário intitulado *Um exame da situação italiana*, no qual são apresentadas ricas interrogações sobre a fase do capitalismo naquele período pós-crise orgânica e a “capacidade de resistência do regime burguês”. No V Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1924, defendeu-se a tese da relativa estabilização do modo de produção capitalista e do refluxo revolucionário posterior à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Bolchevique. A sintonia de Gramsci com a tese da “estabilização relativa” é parcial. Na sua perspectiva, esta tese era válida

para os países centrais (ou ocidentais), nos quais as classes dominantes detinham maiores reservas políticas de resistência às crises econômicas, que por isso não se desdobravam automaticamente em crises políticas. Mais tarde o revolucionário italiano conceituaria tais reservas políticas como o desenvolvimento do mercado determinado, dos aparelhos privados de hegemonia e dos aparelhos estatais de coerção, com destaque para as políticas econômicas programáticas. Naqueles países ocidentais,

o aparelho estatal é muito mais resistente do que frequentemente se crê e, nos momentos de crise, consegue organizar forças fiéis ao regime, em número maior do que se poderia supor em face da profundidade da crise. Isso se refere, especialmente, aos Estados capitalistas mais importantes. Nos Estados periféricos, tais como a Itália, a Polônia, a Espanha e Portugal, as forças estatais são menos eficientes (GRAMSCI, [1926] 2004b, p. 378-279).

A Itália é tida como uma formação econômico-social periférica, com uma estrutura estatal pouco desenvolvida, com particular destaque para a debilidade dos aparelhos hegemônicos da sociedade civil em debelar os efeitos mais profundos de uma crise econômica, que poderia se desdobrar em crise de hegemonia e, no pior dos mundos para as classes dominantes, em uma crise orgânica. Esta não é a terminologia de Gramsci em 1926, mas aponta para temas que serão desenvolvidos nos *Cadernos do Cárcere*. O importante a reter nas notas de informação ao Partido é que o autor verifica a constituição de um grande estrato social médio na estrutura de classe italiana e a inclinação destas classes médias para a esquerda, fortalecendo o campo do bloco democrático e legitimando a tática de frente única operada pelo PCI na época. Para Gramsci ([1926] 2004b, p. 379-380),

a partir de 1923, inicia-se um processo molecular pelo qual os elementos mais ativos da classe média se deslocam do campo reacionário fascista para o campo das oposições aventinianas. Este processo de acelera e se cristaliza numa situação que, no período da crise Matteotti, poderia ter sido fatal para o fascismo.

O deslocamento molecular de elementos progressistas das classes médias para as fileiras da frente única progressista demonstrava a “desagregação do bloco burguês agrário fascista” (GRAMSCI, [1926] 2004b, p. 367), que perdia capacidade de direção sobre importantes setores sociais que o apoiavam até então. Em paralelo, o PCI reagruparia em torno de si as forças revolucionárias. De acordo com esta avaliação, a crise do fascismo se aprofundava, estimulando uma possível ofensiva dos adversários

políticos do regime. Esta nova conjuntura fermentou em Gramsci um otimismo que o levou a falar em uma “fase intermediária entre a preparação política e a preparação técnica da revolução”. Ou seja, a crise fascista seria tão aguda que a revolução socialista, diante do atendimento de certas condições históricas (ainda inexistentes), se colocava novamente como uma possibilidade de superação da crise capitalista em uma formação econômico-social periférica como a Itália.

Em resumo, os escritos conjunturais pré-carcerários de Antonio Gramsci reduzem o fascismo a um movimento político de reação aos levantes populares na cidade e no campo, sublevações que atingiram o auge nos anos 1919-1920 com as experiências dos Conselhos de Fábrica e as barricadas operárias em Turim. A reação se deu essencialmente como uma repressão baseada na força e na truculência, liderada por um agitador sem maiores qualificações, “apenas um presunçoso” (GRAMSCI [1921] 2004c, p. 70). A força militar do fascismo era indiscutível, tanto pela logística montada pelo partido burguês quanto pelo desarmamento do proletariado promovido no final dos levantes de 1920. E Gramsci previu que esta força militar seria usada, em algum momento próximo, para a tomada violenta do governo, previsão confirmada em outubro de 1922 com a chegada de Mussolini ao poder central.

As análises do jovem Gramsci foram, portanto, capazes de identificar corretamente as forças sociais de sustentação do fascismo, as condições sócio-econômicas que proporcionaram o apoio dos grupos dominantes e a natureza violenta dos *fasci*. Contudo, elas não anteviram a duração relativamente prolongada e o alcance das transformações operadas pelo fascismo no bloco histórico capitalista na Itália.

No final de 1926, veio a reação dentro da reação. O regime fascista baixou uma série de decretos com o intuito de reverter a situação adversa. Leis excepcionais foram decretadas e o Estado de exceção, já em vigor, ganhou renovado fôlego. Uma feroz repressão aos oposicionistas foi desencadeada, e as principais lideranças do PCI – incluindo-se Gramsci – foram aprisionadas. Decapitada a cabeça do movimento comunista, a principal força da oposição enfraqueceu-se sobremaneira, abrindo espaço para a reorganização do fascismo em um patamar político superior.

O quadro mudou radicalmente. Diante desta nova conjuntura política, Gramsci reavaliou a fragilidade do fascismo enquanto uma resposta burguesa à crise orgânica do capitalismo nos anos 1920. Encarcerado, o líder comunista italiano reelaborou o conceito de revolução passiva como uma chave heurística capaz de reproduzir

idealmente a nova fase do capitalismo nos planos nacional (Itália) e internacional (Estados Unidos). Como bem diz Franco de Felice (1978, p. 222),

A crise dos anos 20, como crise geral e orgânica, impunha à burguesia uma resposta geral, não dirigida ao passado, mas original e criadora: se a derrota operária e da sua proposta de organização da sociedade e da produção era uma condição preliminar, mesmo assim ela não constituía uma garantia suficiente para dar validade a uma resposta de direita, capaz de englobar os elementos objetivos da crise. Esta resposta só podia ser um processo no qual se entrelaçavam economia e política, sociedade e Estado.

Nos seus apontamentos carcerários, Gramsci reapreciou as suas antigas posições e rediscutiu a eficácia, a profundidade e a durabilidade do fascismo. No seu entendimento, o fascismo conseguiu estabelecer um novo bloco histórico, isto é, uma nova fase do capitalismo italiano que incluiu transformações substantivas na base econômica e na superestrutura político-ideológica. No *Risorgimento*, operou-se, sob a direção da burguesia em aliança com os antigos senhores feudais, a transição do feudalismo para o capitalismo. No fascismo, tem-se a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sob a direção da pequena burguesia – em nome das altas finanças – com a aliança com os latifundiários e as pequenas e médias burguesias rurais. Uma outra novidade do fascismo em relação ao *Risorgimento* foi a exclusão da Casa Real do bloco dominante.

De acordo com esta nova avaliação, o fascismo opera uma profunda transformação na sociedade italiana a partir de um programa típico das revoluções passivas. No plano econômico, as escalas de produção aumentaram enormemente, e as pequenas e médias empresas quebraram diante da concorrência do grande capital, que atraiu para a sua órbita crescentes fatias do mercado interno. A base material tornou-se cada vez mais oligopolizada nas mãos do capital financeiro, com a fusão do capital bancário com o capital industrial. Foi o ingresso da Itália na fase imperialista do capitalismo, com uma economia programática e um governo de massas. No Caderno 10, Gramsci costurou as ligações existentes entre fascismo e revolução passiva como projeto de mudanças estruturais na economia:

ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e

cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro (GRAMSCI, 1999, p. 299 – C10 [1932-1935], §9).

No plano político, o Estado burguês ampliou-se como uma reação ao fim da passividade das classes subalternas. A sociedade política e a sociedade civil italianas colocaram-se em um processo de reforma das suas formas de atuação e da sua institucionalidade, bem como de formação de novos quadros intelectuais dirigentes. A sociedade política dotou-se de novas instituições de intervenção na economia, controlada direta e indiretamente pelas políticas estatais, o que Gramsci chamou de mercado determinado. O objetivo foi reverter a tendência à queda da taxa de lucro do grande capital italiano, que também via na exportação de capital e na conquista militar e econômica de colônias uma saída para a crise interna. Além disso, desenvolveram-se forças paramilitares, articuladas com o Estado, de coerção e repressão aos opositores do regime.

Na sociedade civil, a principal novidade foi a formação de um partido de massa, o fascista. O primeiro partido burguês de massa começou como um conjunto de associações de combatentes da primeira Guerra Mundial de caráter pequeno-burguês, que reunia sindicalistas, republicanos, anarquistas e até mesmo socialistas (GRAMSCI, [1922] 2004, p. 125). Foram as chamadas *Fasci di Combattimento*. Na mesma época, os grandes latifundiários rurais financiaram uma milícia paramilitar, uma espécie de guarda branca para conter o avanço das organizações camponesas. Com o tempo, promoveu-se uma aliança entre estas duas forças partidárias paramilitares, que teve como consequência o surgimento do partido fascista.

Algumas interpretações viram o fascismo como uma variação do antigo cesarismo. A força da retórica do líder Mussolini levou certos comentadores políticos a enquadrá-lo como um típico líder carismático que usou tal poder para se impor como um árbitro político da nação italiana em crise. Esta impressão reforçou-se a medida que os discursos de Mussolini dirigiam-se para toda a nação, aparentemente independente das classes sociais, e adquiriam cada vez mais um tom nacionalista.

Segundo Franco de Felice (1978, p. 216-218 e 222-226), Gramsci não viu o fascismo como um fenômeno cesarista, embora reconhecia a presença de alguns elementos do cesarismo antigo na reação italiana do início do século XX. Para Gramsci, a essência do cesarismo residiria no rearranjo de forças políticas dentro do bloco de poder dominante sob a liderança de um árbitro aparentemente transclassista, que muitas

vezes utilizaria-se da força para pacificar as forças em conflito e construir um equilíbrio entre as correntes em disputa pela supremacia no bloco histórico vigente.

O fascismo, por sua vez, defrontou-se com uma série de novos desafios históricos para o modo de produção capitalista, encaminhando novas soluções para a crise orgânica. Em particular, o fascismo lidou com o fim do conformismo e da passividade política das classes subalternas, despertadas com vigor nas lutas de classes em 1848, na Primavera dos Povos, e em 1871, na Comuna de Paris. O devir da classe trabalhadora em “classe-para-si”, conformando a “questão social” em meados do século XIX e rompendo o monopólio da política, obrigou as classes dominantes a erigir novas fórmulas de direção e dominação, levando em conta justamente a agitação e a instabilidade provocadas pelas classes subalternas. É neste momento histórico que Gramsci identificou uma revolução na própria filosofia política marxista, que transita da fórmula da revolução permanente para a guerra de posição. Esta afirmação é válida também para a política burguesa, pois as classes dominantes fundaram uma infinidade de casamatas na sociedade civil, isto é, novos aparelhos privados de hegemonia tendo como objetivo a busca do consentimento das classes subalternas então sublevadas. A “questão social” deixou, assim, de ser uma questão de polícia, para ser alvo de táticas inéditas de contenção dos conflitos sociais via instituições ditatoriais e hegemônicas.

Dentre as novas casamatas da sociedade civil, o partido burguês de massa é uma novidade de destaque. Até então, os partidos políticos de quadros e militantes eram uma forma exclusiva de organização coletiva dos trabalhadores, dentre os quais se notabilizou o Partido Social-Democrata Alemão. O partido fascista foi o principal organismo edificado pela classe dominante italiana para reestabelecer o controle perdido na crise orgânica do pós-Primeira Guerra Mundial e fazer frente às organizações do proletariado operário e camponês.

De acordo com este encaminhamento dado pelas classes dominantes italianas à crise orgânica, a solução arbitral e militar do cesarismo clássico é relativamente minimizada e perde espaço. O fascismo redefiniu o bloco histórico capitalista a partir de um confronto direto e indireto, envolvendo o uso da coerção e do consenso, entre as classes fundamentais – burguesia e proletariado – e não mais somente como um rearranjo entre os grupos dominantes. A revolução passiva do fascismo foi construída pelo alto, com um acordo entre setores urbanos e rurais do grande capital e dos latifundiários, liderados pelos setores médios então social e economicamente

decadentes, mas foi obrigada a implementar ações contra “os de baixo”, que estavam mobilizados para além de um subversionismo esporádico e elementar.

Diante deste novo quadro histórico, se estabeleceu a necessidade do bloco dominante reafirmar a sua supremacia com novas instituições, ações políticas, ideologias e quadros intelectuais. O partido fascista foi então criado e acionado para atuar tanto na esfera da sociedade política – tornando-se não só o partido do governo, mas também uma força paramilitar de ameaça moral e eliminação física dos adversários –, quanto na sociedade civil, como um aparelho privado e voluntário capaz de educar as classes médias urbanas e rurais e segmentos proletários para um novo consenso, forjado, gerenciado e propagado por meio de técnicas de agitação e propaganda, pelas quais se misturam moralismo, messianismo e mitos antigos do Império Romano. O partido fascista tornou-se, portanto, uma solução capitalista totalitária, no sentido de atuar em várias esferas do ser social, desde o Estado até as consciências singulares e particulares. Como declara Franco de Felice (1978, p. 225),

(...) o elemento mais significativo ligado à análise do fenômeno totalitário é a mudança de campo que se liga a ela: dos processos de reorganização do bloco social dominante (que, como procurei demonstrar, é o ponto central do cesarismo moderno) às formas do domínio sobre o conjunto da sociedade, isto é, à redefinição das relações entre sociedade civil e política.

Em suma, a revolução passiva do fascismo italiano promoveu pelo alto uma transformação totalitária da formação econômico-social italiana. Na base do bloco histórico, o capitalismo concorrencial foi superado pelo capitalismo monopolista, ou financeiro; na superestrutura, o regime liberal ruiu e, no seu lugar, foi construído um Estado interventor e militarista governado por um partido burguês de massa, sob a liderança dos estratos médios da sociedade que atuavam em nome da alta burguesia financeira⁴⁰, conforme resume Christine Buci-Glucksmann (1978, p. 137, grifos originais):

⁴⁰ Segundo Leandro Konder (1979, p. 21), o fascismo é, em linhas gerais, “uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, anti-socialista, antioperário”.

é a *partir da e na* economia, a *partir dos e nos* aparelhos de hegemonia que se delineiam as contratendências do capitalismo, as suas “revoluções passivas”. Efetivamente, ao contrário de todos os enfoques políticos do fascismo baseados no seu aspecto totalitário, nos seus mecanismos ideológico-repressivos ou estatais, Gramsci – que também não exclui este aspecto – desenvolve todavia uma outra análise: a que já estava no centro da estratégia conciliar de 1919-20 e que se baseia nas relações entre reorganização das forças produtivas e formas da política.

I.3.2. O americanismo-fordismo

Um dos principais registos histórico-concretos a respeito das revoluções passivas no século XX e do conceito de crise orgânica encontram-se agrupados no Caderno 22, redigido em 1934, no qual o autor escreve sobre o americanismo e o fordismo. Tradicionalmente, o fordismo era (e ainda é) visto pela literatura especializada a partir do ponto de vista das transformações produtivas, isto é, da emergência de novos processos de produção e de trabalho. Reconhecendo a centralidade desta dimensão do fordismo⁴¹, Gramsci concebeu-o de uma perspectiva mais ampla⁴², alinhando-o juntamente ao americanismo, uma resposta político-cultural da burguesia estadunidense à crise orgânica que se inicia após a Primeira Guerra Mundial.

As reflexões de Gramsci sobre o americanismo-fordismo se modificaram com o passar do tempo. É preciso não perder de vista esta processualidade. No Caderno 6 (1930-1932), numa das primeiras anotações sobre o tema, o autor afirmou que o americanismo não era uma concepção de mundo (uma ideologia) pronta a se tornar um projeto ético-político da classe burguesa estadunidense, quiçá mundial; quando muito, seria uma consciência de classe no nível econômico-corporativo, a seguir as bases desenvolvidas pelas ideologias europeias (GRAMSCI, 1999, p. 437 – C6 [1930-1932], §10). Alguns anos depois, no período de redação do Caderno 22, este julgamento se modificaria substancialmente, pois o americanismo-fordismo seria visto como uma ideologia soldadora do novo bloco histórico, concebido e erguido após a longa crise

⁴¹ “Dado este quadro geral, pode-se estudar o fenômeno em seus diversos planos e aspectos: monetário, financeiro, produtivo, de comércio interno, de comércio externo, etc.; e não se pode excluir que cada um destes aspectos, em consequência da divisão internacional do trabalho e das funções, possa ter aparecido, nos diferentes países, como predominante ou como máxima manifestação. Mas o problema fundamental é o produtivo (...)” (GRAMSCI, 2007, p. 318 – C15 [1933], §5).

⁴² “Para Gramsci, a economia aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só objetos materiais, mas suas próprias relações sociais globais” (COUTINHO, 1999, p. 95).

capitalistas dos anos 1920, ou como “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (GRAMSCI, 2007, p. 266 – C22 [1934], §11).

Mesmo na redação do Caderno 22, Gramsci inicia as suas reflexões com algumas dúvidas na cabeça. Seria o americanismo-fordismo uma revolução passiva capaz de marcar época ou o início de acumulação de forças moleculares da burguesia para uma futura revolução explosiva? Seria uma estratégia burguesa apta a superar a crise orgânica dos anos 1920⁴³? Qual seria o seu real alcance e sua eficácia?

Uma série de medidas foi tomada nos planos estrutural e superestrutural para a reversão dessa crise orgânica, do qual a crise de 1929 é tida como um dos seus momentos mais agudos. A totalidade destas respostas da burguesia estadunidense à crise orgânica corresponde ao que Gramsci chamou de “americanismo-fordismo”.

Em primeiro lugar, o revolucionário italiano destaca a racionalização do trabalho e da produção operada a partir das práticas de Henry Ford na indústria automobilística e dos princípios de administração científica de Frederick Taylor. Seguindo as tendências já anunciadas na manufatura e na grande indústria, o fordismo, com o objetivo de baratear o valor da força de trabalho por meio da sua desqualificação e aumentar a produtividade do trabalho, parcializa e fragmenta o processo de trabalho em atividades simples, repetitivas e monótonas. Deste modo, o trabalhador perde, em boa medida, a dimensão complexa da sua atividade, o que faz aumentar o seu grau de alienação e, conseqüentemente, a sua perda de controle sobre o próprio processo de produção.

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais (...) (GRAMSCI, 2007, p. 266 – C22 [1934], §11).

⁴³ No Caderno 5 (1930-1932), Gramsci perguntou-se o seguinte: “(...) a depressão econômica americana e mundial não dará um golpe no prestígio do americanismo e, por conseguinte, do Rotary[?]” (GRAMSCI, 2007, p. 298 – C5 (1930-1932), §2).

No Caderno 10, nota 41, item VII, Gramsci relaciona o taylorismo e o fordismo como uma forma de reação da burguesia à tendência da queda da taxa de lucros. O aumento da produtividade do trabalho, mediante a implantação de novos métodos de organização da produção, bem como do alto investimento em maquinaria, tinha como objetivo intensificar o ritmo do trabalho e extrair de forma crescente a mais-valia com o consumo da força de trabalho (GRAMSCI, 1999, p. 380-382 – C10 [1932-1935], §41). O reino oculto da produção tinha, para Gramsci, um lugar primordial na explicação do americanismo-fordismo

Em segundo lugar, as novas configurações e funções que o Estado burguês assume na etapa monopolista do capitalismo. No plano da sociedade política, os antigos aparelhos coercitivos continuam em plena atividade: medidas de repressão são necessárias à manutenção da ordem, pois, em momentos de crise orgânica, ocorrem diversas reações políticas contrárias às mudanças em curso, tanto das classes subalternas quanto das antigas classes e frações dominantes. O Estado, contudo, começa a desenvolver um aparato novo para uma intervenção mais sistemática na economia, promovendo uma mudança do antigo individualismo econômico para a economia programática (GRAMSCI, 2007, p. 241 – C22 [1934], §1). Nessa etapa de concentração e centralização do capital, o Estado, por meio das suas políticas econômicas, tomou para si, muitas vezes contra a vontade individual de certos membros da burguesia, medidas de centralização do poder político nas suas mãos, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional. Assim, passou a proteger os mercados internos (consumidor e produtor) com medidas aduaneiras, a subsidiar setores industriais e, principalmente, a emprestar recursos monetário-financeiros em primeira e última instância para os grandes grupos capitalistas. A ampliação do Estado, todavia, não deve ser tomada como um processo de democratização; ao contrário, suas estruturas serão crescentemente apoderadas pelos rentistas, tornando-se uma instituição controlada pela plutocracia.

Daí se segue que, teoricamente, o Estado parece ter sua base político-social na ‘gente miúda’ e nos intelectuais; mas, na realidade, sua estrutura permanece plutocrática e torna-se impossível romper as ligações com o grande capital financeiro: de resto, é o próprio Estado que se torna o maior organismo plutocrático, a *holding* das grandes massas de poupança dos pequenos capitalistas (GRAMSCI, 2007, p. 278 – C22 [1934], §14).

Já no plano da sociedade civil, o Estado ampliado burguês rompe, em termos relativos, com antigas formas caritativas e filantrópicas de cunho religioso de controle social, e passa a adotar, por meio de novos aparelhos privados de hegemonia, como o *Rotary Club*, formas modernas de serviços sociais. O novo formato dos serviços sociais, muito mais integrados à etapa imperialista do capitalismo, tem como objetivo a difusão de um “novo espírito capitalista”, capaz de ultrapassar a fase selvagem do capitalismo, transformando as atividades industriais e comerciais antes em serviços sociais do que em um negócio pura e simplesmente (GRAMSCI, 2007, p. 295-296 – C5 [1930-1932], §2).

Em terceiro lugar, o “americanismo-fordismo” clama por um novo modo de vida plasticamente adaptável às novas configurações da base econômica e ao desenvolvimento das forças produtivas. Neste ponto, Gramsci fala de alguns temas considerados heterodoxos pelas tradicionais disciplinas da academia, como a necessidade de um trabalhador dócil ao regime fordista de produção. Para isto, os capitalistas contratavam diversos especialistas e técnicos para vasculhar a intimidade da vida privada dos operários, buscando enquadrá-los em novos padrões morais, familiares (reafirmação da monogamia) e mesmo sexuais (controle dos impulsos bestiais dos trabalhadores), pois suas energias deveriam ser direcionadas para um processo produtivo que requer, cada vez mais, uma maior intensidade da força do trabalho.

Por último, o líder comunista disserta sobre as transformações que o “americanismo-fordismo” operou na estrutura política das classes sociais. São três aspectos levantados pelo revolucionário em relação a este tema: para o triunfo da fração industrial da burguesia, se deve (1) retirar do poder a fração plutocrática da burguesia, que vinha dominando as sociedades capitalistas com a emergência do capital financeiro, (2) promover a destruição das antigas classes parasitárias europeias, um dos grupos sociais que mais apresentavam resistências à expansão do “americanismo-fordismo” e (3) cooptar certos setores da classe trabalhadora (a aristocracia operária) por meio do pagamento de altos salários.

De modo geral, pode-se perceber que as principais ações burguesas de implementação do americanismo-fordismo se deram por meio do uso de uma estratégia política baseada fundamentalmente em elementos consensuais e hegemônicos, como os serviços sociais do *Rotary Club*, os altos salários pagos à aristocracia operária e o novo modo de vida em termos morais, familiares e sexuais. “Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, na formas

próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço” (GRAMSCI, 2007, p. 273 – C22 [1934], §13).

Gramsci, todavia, alertou, em algumas passagens do Caderno 22 (e não exclusivamente nelas), que as classes dominantes não descartam o uso da coerção em períodos de dominação⁴⁴; coerção e consenso, nestes casos, são faces de uma mesma moeda – da supremacia burguesa – especialmente quando se trata de soldar os vínculos de um bloco histórico em momento de crise:

parece ser possível responder que o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar; mas, para isso, é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da “coerção”, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energia musculares e nervosas (GRAMSCI, 2007, p. 275 – C22 [1934], §13).

Os impactos das mudanças operadas pelo americanismo-fordismo, foram sentidos em todas as esferas do ser social, demonstrando o grau de complexidade que as estratégias das classes dominantes estadunidenses montaram diante da crise orgânica do capitalismo no término do século XIX e no prelúdio do XX. “Não é de surpreender o fato de que os industriais americanos, a começar por Ford, tenham procurado afirmar que se trata de uma nova forma de relações: eles buscam obter, além dos efeitos econômicos dos altos salários, também efeitos sociais de hegemonia espiritual, o que é normal” (GRAMSCI, 2007, p. 291 – C3 [1930], §138). Em outra passagem, Gramsci (2007, p. 266 – C22 [1934], §11) clarificou ainda mais como as medidas efetivas do americanismo e do fordismo tiveram impacto sobre a totalidade da vida social: “(...) tais atividades estavam menos desconectadas entre si do que se poderia parecer, já que os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de

⁴⁴ “Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou a ‘educação’ do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. Em todo advento de novos tipos de civilização, ou no decurso do processo de desenvolvimento, houve crises” (GRAMSCI, 2007, p. 262-263 – C22 [1934], §10).

pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”.

Gramsci, ao discutir o americanismo-fordismo, não disse respeito somente a um aspecto unilateral da realidade, como a base produtiva, mas a todo um novo conjunto de agir, pensar e sentir diante da etapa monopolista do capitalismo, que cria, a seu modo e semelhança, uma nova cultura a partir de uma revolução passiva.

Esse interesse pelo ‘modo de vida’, pela cultura no sentido antropológico do termo (conjunto de modos de vida, de sentir, de agir), mergulha suas raízes na prática ‘cultural’ do jovem Gramsci, em sua crítica ao capitalismo enquanto *civiltà* (que, quando traduzida por ‘civilização’, perde um pouco o aspecto costumes-modo de vida). Nos artigos da juventude, a noção de *civiltà*, freqüentemente ligada à de cultura, amplia consideravelmente seu sentido, posto que Gramsci freqüentemente identifica *civiltà* a *civiltà* capitalista, para melhor opô-la, posteriormente, a *civiltà* comunista. Rejeitando qualquer definição positivista da cultura como saber enciclopédico ou especializado, Gramsci pensa então na *cultura* como crítica da civilização (*civiltà*) (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 111, grifos da autora).

I.4. A “teoria da persistência” do modo de produção capitalista

Até 1926, Gramsci acreditava que a crise da civilização burguesa iria se aprofundar, pois as medidas tomadas pelas classes dominantes seriam insuficientes para debelar a crise. Este julgamento, contudo, irá se modificar ao longo dos anos seguintes, mesmo com o advento da crise econômica de 1929.

Para Gramsci, a única saída efetiva para as crises capitalistas era a revolução socialista. O problema é que, após as derrotas operárias nos anos 1910-1920, a revolução não mais se apresentava como uma alternativa imediata, pois o movimento operário internacional e seus respectivos partidos políticos nacionais encontravam-se amplamente desorganizados, sem uma estrutura de elaboração de um projeto político-ideológico necessário para a construção da capacidade dirigente da classe trabalhadora na tomada do poder. Esta falta de alternativa socialista à crise capitalista não se deve exclusivamente aos erros e incapacidade das classes subalternas e suas vanguardas ocidentais; ela inclui os descaminhos da Revolução Russa e a brutal repressão sofrida pelos socialistas, anarquistas e comunistas nos anos 1920 e 1930, com os regimes fascista, nazista, franquista e salazarista na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal,

respectivamente. Após a derrota do movimento operário no campo político-militar, novas derrotas vieram no campo estritamente político após uma intensa guerra de posição na ampliação do Estado e nas modificações da base econômica, com os partidos burgueses de massa e o mercado determinado.

À medida que a revolução socialista ia momentaneamente se ausentando como uma alternativa concreta de solução à crise orgânica dos anos 1920, os processos burgueses de revolução passiva potencializaram-se como respostas efetivas do ponto de vista de manutenção do modo de produção capitalista. Tanto o fascismo quanto o americanismo-fordismo foram aperfeiçoados ao longo das suas implementações e ganharam fôlego, quando muitos não acreditavam nas suas sobrevidas. Alvaro Bianchi (2008, p. 270-271), em sintonia com Alberto Burgio, afirma que Gramsci teria desenvolvido, com o conceito de revolução passiva, uma “teoria da persistência” do modo de produção capitalista.

Percebendo argutamente tais movimentos históricos de ampla significação para a política revolucionária dos partidos comunistas, Gramsci reviu as suas próprias avaliações sobre a permanência e eficácia das revoluções passivas feitas até o momento da sua prisão. Primeiramente, ele defendeu a tese do fascismo como uma resposta ocasional à crise, como um programa político que não “marcaria época”, segundo sua própria expressão. Na década de 1930, esta avaliação mudou. Enquanto marxista de base hegeliana, Gramsci continuou vendo o modo de produção capitalista como um sistema social vivo em pleno desenvolvimento, mas que em algum momento histórico perecerá, não a partir de uma morte natural derivada das suas próprias contradições, mas por meio da ação revolucionária de um sujeito histórico coletivo, a classe trabalhadora e seus intelectuais-coletivos, os partidos políticos comunistas. É importante destacar que a “teoria da persistência” não deve ser confundida com a hipótese do Fim da História contida nos escritos de Hegel⁴⁵, e que depois viria a ser banalizada nas obras de intelectuais de menor calibre; ela implica no estudo de reformas empreendidas pelas classes dominantes para reconstrução e revalidação de estruturas e ideologias de sustentação dos blocos históricos capitalistas, que continuam a conviver com sucessivas crises conjunturais e orgânicas.

⁴⁵ Segundo Perry Anderson (1992, p. 12), “esse desfecho [do Fim da História], argumenta Fukuyama, foi previsto por Hegel. O primeiro filósofo a transcender concepções fixas da natureza humana, sua fenomenologia das agitadas transformações do espírito resultou não na infinidade ruim de um interminável processo de mudança, mas no momento de uma culminação absoluta, em que a razão como liberdade na terra foi consumada nas instituições de um Estado liberal”.

A atenção de Gramsci voltou-se para os esforços empreendidos pelas classes dominantes em manter vivo um modo de produção que mostrava fortes indícios de declínio, barbárie, putrefação, tal qual afirmaram Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo nos seus escritos e pronunciamentos. Gramsci tomou uma postura crítica diante de tais teses da decadência final e última do capitalismo, e, a partir da categoria ‘revolução passiva’, empreendeu todo um esforço de compreensão dos mecanismos de revalidação e ressignificação das ideologias burguesas e do modo de operação do Estado ampliado, capazes de ressoldar o bloco histórico capitalista. Na opinião de Domenico Losurdo (2006, p. 176),

A revolução passiva é uma categoria da qual os *Cadernos do Cárcere* se servem para mostrar a persistente capacidade de iniciativa da burguesia, que, também, na fase histórica na qual deixou de ser uma classe propriamente revolucionária, consegue produzir transformações político-sociais bastante relevantes, conservando firmemente nas mãos o poder, a iniciativa e a hegemonia, e deixando as classes trabalhadoras em sua condição de subalternidade.

De forma alguma Gramsci dirige um elogio à burguesia, mas reconhece a capacidade dirigente e dominante que as classes proprietárias desenvolveram ao longo da sua história pela tomada do poder desde o feudalismo e que servem de aprendizado na sustentação da supremacia nas suas mãos. Pode-se recordar o reconhecimento que Marx e Engels fizeram no *Manifesto do Partido Comunista* da capacidade revolucionária que a burguesia imprimiu ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo desde a grande indústria. Em um outro período histórico e com ênfases bem distintas, Gramsci, com seus estudos sobre a revolução passiva, descreve e analisa a capacidade reformista-restauradora – e não revolucionária – que a burguesia cria para conservar o bloco histórico capitalista em diferentes formações econômico-sociais.

O conceito de revolução passiva está, portanto, intimamente ligado aos temas de transição socialista e de conservação do modo de produção capitalista, aos temas das reformas (operárias ou burguesas) e da revolução, das contra-reformas e das contrarrevoluções. Por isso, o conceito é relacionado com o prefácio de 1859 de Karl Marx, em uma passagem na qual o revolucionário alemão debate a evolução dos modos de produção, suas superações e permanências:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma

formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela de desenvolveram ainda encontram lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma “situação” ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas, especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político-militar (GRAMSCI, 2002, p. 321-322 – C15 [1933], §17).

Nesta passagem citada de memória, sem o texto original para a consulta, Gramsci não só relaciona o conceito de revolução passiva ao prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, como lhe dá uma interpretação para além do mecanicismo e do fatalismo político e econômico, posição típica do catastrofismo da III Internacional. A manutenção do modo de produção capitalista, ou a sua superação pela via da transição socialista, só podem ser plenamente entendidas mediante uma refinada análise concreta da correlação de forças (econômicas, político-militares e militares) entre as classes sociais fundamentais, com a valorização dos elementos políticos e militares, isto é, de consenso e coerção, com destaque para o último. Quando Gramsci dá este destaque para o elemento militar, aponta para a necessidade do uso da força tanto para a estabilização do bloco histórico quanto para a sua superação.

Mais uma vez, hegemonia e ditadura, guerra de posição e guerra de movimento são articuladas nas táticas de manutenção, de persistência do modo de produção capitalista, táticas estas que ganham uma plasticidade ainda maior nas reestruturações operadas pelas revoluções passivas do século XX. Conforme escreve Buci-Glucksmann (1978, p. 134, grifos originais),

não é tanto, como se escreveu, que o elemento hegemônico guerra de posição sobreponha-se ao elemento guerra de movimento-dominância, ao ponto de excluir qualquer elemento coercitivo de dominação no pensamento gramsciano de Estado (o que é falso). Muito menos se trata de que o primado da guerra de posição elimine todo momento de ruptura, de movimento. Pois Gramsci tem o cuidado de precisar que o primado *estratégico* da guerra de posição implica – a título de tática – elementos de guerra de movimento, de ruptura dos equilíbrios sócio-políticos dominantes.

A crise orgânica dos anos 1910-1930 trazia no seu bojo uma enorme contradição e Gramsci era obrigado a decifrá-la se quisesse traçar uma nova estratégia

revolucionária comunista. Nesta tarefa, fez-se o uso do famoso prefácio marxiano de 1859. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista marcou um profundo avanço das forças produtivas, caracterizado pela Segunda Revolução Industrial, pela qual a ciência, aliada à técnica, tornou-se parte essencial dos processos de trabalho capitalista. Tal avanço foi ainda mais intensificado com a introdução e posterior massificação dos processos técnicos e organizacionais tayloristas e fordistas nos setores mais dinâmicos de acumulação de capital. Assim sendo, o modo de produção capitalista não estava fadado ao desaparecimento, como poderia constatar uma leitura rasa do prefácio marxiano.

A grande questão é que, em paralelo ao desenvolvimento capitalista das forças produtivas, iniciava-se, na Rússia – um país subalterno do ponto de vista econômico e político –, a primeira experiência nacional de transição ao socialismo. Com isto, parte da humanidade colocava-se uma hercúlea tarefa cujas soluções já estavam disponíveis, embora muitas dificuldades não previstas surgiram no processo e soluções nada ortodoxas foram sendo implementadas, inclusive a adoção de métodos tayloristas e fordistas para a promoção da industrialização russa.

Ou seja, de um lado as classes dominantes, a partir dos expedientes das revoluções passivas e de todo arsenal da sua supremacia, promoviam mudanças no bloco histórico capitalista que permitiam a tal modo de produção uma (pujante) sobrevivida, contrariando as previsões catastrofistas de lideranças comunistas. De outro lado, aproveitando-se das janelas históricas abertas pelas contradições imperialistas, os bolcheviques provaram, na prática, que as condições sociais existentes no início do século XX comportavam as condições necessárias para a revolução socialista. Gramsci estava, então, diante desta complexa contradição: a marcha forçada do modo de produção capitalista, visto por muitos como um corpo social decrépito, semi-morto, e o simultâneo surgimento do projeto socialista, visto por outros como um ser social prematuro, sem condições de sobreviver numa sociedade sem um nível adequado de desenvolvimento das forças produtivas como era a Rússia arcaica.

Diante deste intrincado contexto histórico, Gramsci abandona qualquer veio de análise do tipo idealista-utópica, do que “deveria-ser”, e busca dar respostas prático-teóricas às contradições emergentes da crise orgânica do início do século XX. As reflexões gramscianas nos *Cadernos do Cárcere* são, em larga medida, um esforço de reelaboração da teoria marxista e da práxis comunista para o novo período histórico. O revés sofrido pelas forças revolucionárias nos anos 1920 impunha, de acordo com

Gramsci, a necessidade de formulação e execução de novas táticas de luta para a classe trabalhadora e novas formas de organização para os partidos comunistas.

Muitos obstáculos, contudo, estavam no caminho do reascenso das lutas de classe em favor dos trabalhadores: nas trincheiras revolucionárias, o revisionismo e a capitulação dos partidos social-democratas, o esquerdismo e o sectarismo da III Internacional, a estatolatria e a “nacionalização” da Revolução Russa; nas casamatas burguesas, a repressão, a ampliação do Estado e, destacadamente, as revoluções passivas do fascismo e do americanismo-fordismo que, na apreciação de Gramsci, não marcaram época mas permitiram uma permanência limitada – sem ser efêmera – do modo de produção capitalista. Conforme anota de Felice (1978, p. 231, grifo original),

A contradição é só aparente e de modo algum aquele juízo pode transformar-se numa avaliação reductiva dos processos que levam à revolução passiva: o não marcar época serve para determinar os limites extremos dentro dos quais aqueles processos, e a própria categoria de revolução passiva, podem evoluir, isto é, modificação e transformação de uma formação econômico-social, mas *não* sua superação, e portanto definição de relações sociais de produção novas, capazes de marcar toda uma época.

Tais previsões de durabilidade (temporária) do capitalismo derivadas dos julgamentos sobre as revoluções passivas não tiraram o otimismo da vontade de Gramsci, que afirmava, de acordo com o pessimismo da razão, a pertinência e a atualidade da revolução socialista como saída às crises orgânicas da sociabilidade do capital. Gramsci estudou a (sobre)vida do capitalismo enquanto lutava simultaneamente pela sua superação, apesar das vitórias momentâneas conquistadas pelas classes dominantes com o fascismo e o americanismo-fordismo, pelas quais o modo de produção capitalista passou por profundas metaformoses, com a introdução de novos processos produtivos e organizacionais, a ampliação do Estado, a cooptação (molecular e coletiva) de lideranças operárias e a conquista do consenso de partes significativas das classes subalternas, desarmando o potencial revolucionário da crise orgânica e preparando o terreno para o que viria a ser a Era de Ouro do capitalismo no pós-segunda guerra mundial.

II. A CRISE ORGÂNICA DA LONGA DÉCADA DE 1970 E SUAS INTERPRETAÇÕES

II.1. A crise orgânica da longa década de 1970

No volume *Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm privilegia processos sociais, políticos, econômicos e culturais de grande envergadura no estabelecimento de épocas históricas. Ao invés de seguir a cronologia fria e evolutiva dos anos, Hobsbawm estabelece os grandes marcos da história de uma maneira mais processual, de acordo com o desenrolar contraditório das lutas de classes, tido como o grande motor da história da humanidade.

Utilizando-se esse método historiográfico, afirma-se aqui que a década de 1970 se iniciou com o movimento chamado de Maio de 68, se estende pelo “outono quente” italiano em 1969 e terminou em 1980 com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos. Configurou-se, assim, o que podemos intitular de *a longa década de 1970*, uma época de transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal, ou, mais precisamente, uma época de crise orgânica do modo de produção capitalista.

O prelúdio da crise orgânica do bloco histórico fordista-keynesiano no final do século XX deu-se no plano político como uma crise de hegemonia, na qual amplos setores das classes subalternas desafiaram a supremacia burguesa. Foi um período de altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego e de aumento constante dos salários em diversos países centrais. Pelo menos do ponto de vista econômico-corporativo, certos interesses da classe trabalhadora estavam contemplados pelos acordos entre capital e trabalho que geraram o Estado de Bem-estar Social. Neste sentido, defendo que a política foi o campo no qual germinou a crise orgânica, e não a economia. Michael Löwy (2008, p. 33-34) lembra que esta

(...) era a época chamada “trinta gloriosos” (1945-1975), anos de crescimento e de prosperidade capitalista. Isso é importante para evitar a armadilha de se esperar revoltas anticapitalistas apenas – ou somente – como resultado de uma recessão ou de uma crise mais ou menos catastrófica da economia. Não há correlação direta entre os altos e baixos da bolsa e a ascensão e o declínio das lutas – ou das revoluções – anticapitalistas! Acreditar no contrário seria uma regressão ao tipo de “marxismo” economicista que predominava tanto na Segunda quanto na Terceira Internacional.

II.1.1. A crise de hegemonia e os movimentos de Maio de 1968

Um dos fatos marcantes de contestação da supremacia burguesa foi o Maio de 68. Os seus movimentos foram uma sucessão de protestos, greves, barricadas e rebeliões liderados por diferentes grupos subalternos dos quatro cantos do planeta. A Primavera de Praga, os protestos estudantis na Cidade do México, as barricadas no *Quartier Latin* na margem esquerda do Rio Sena são exemplos notórios de uma das maiores ações contestatórias à ordem estabelecida vistas na segunda metade do século XX. “O fato memorável em 1968 foi a amplitude geográfica da revolta global. Foi como se uma única faísca tivesse posto o campo todo em chamas” (ALI, 2008, p. 27).

Os movimentos de Maio de 68 não dispunham de uma direção centralizada; na verdade eram formados por uma ampla gama de grupos revolucionários e libertários. Neles figuravam anarquistas, trotskistas, maoístas, utópicos, romântico-revolucionários e um sem-número de organizações independentes, avessas aos “rótulos” então modernistas. Dentro da sua imensa pluralidade, identifica-se um programa de transformação social composto de itens de todo o espectro político-cultural: o fim da alienação no trabalho e na vida cotidiana, da opressão de gênero e raça e da destruição do meio-ambiente, a defesa da liberdade de expressão, de pensamento e de comportamento, o desarmamento nuclear, a libertação do Terceiro Mundo do jugo colonial e imperialista, os direitos humanos e muitos outros. Desta Torre de Babel constavam antigos movimentos da classe trabalhadora – operário, estudantil e negro – e organizações da Nova Esquerda, como os movimentos feministas, ambientalistas, pacifista, de gays e lésbicas etc., com predomínio das lutas particularistas.

Os novos movimentos sociais partiram de um conjunto amplo de críticas ao sistema, ora identificado com o capitalismo, ora com o modelo soviético de socialismo. No âmbito do capitalismo, discutia-se a expansão ilimitada da lei do valor desde o trabalho até o amor, passando pela arte e cultura. A desmercantilização foi uma das suas principais bandeiras de luta. Ademais, o bloco histórico fordista-keynesiano aprofundou o processo de burocratização das grandes estruturas de poder do capital: tanto os espaços da macrofísica do poder capitalista – empresas e Estado – como da microfísica – escolas, universidades, hospitais, manicômios etc. – geraram estruturas e superestruturas de dominação em todos os âmbitos da esfera da vida humana.

A estas críticas de teor anticapitalista, surgiram as críticas aos antigos movimentos anti-sistêmicos que haviam tomado o poder em alguns Estados-nação,

tanto pela via reformista quanto pela revolucionária. Segundo Immanuel Wallerstein, os movimentos de 1968 – considerados pelo autor como uma “revolução mundial” – apareceram na esteira de uma “desilusão em larga escala gerada pela performance adotada pelos movimentos anti-sistêmicos, após sua chegada ao poder, em seus seguidores populares” (WALLERSTEIN, 2005, p. 268). As antigas forças progressistas, que cobriam um arco de forças que ia dos partidos e sindicatos social-democratas até os comunistas, passando pelos movimentos de libertação nacional anti-colonialistas e antiimperialistas da África e da Ásia, não teriam cumprido parte das suas promessas, estando, de uma forma ou de outra, em dívida com a sua base social e integrados à ordem capitalista que outrora haviam se disposto a transformar radicalmente. Importantes reformas no campo dos direitos sociais foram conquistadas, e a renda do trabalho cresceu em diversos países, mas os avanços no plano econômico-corporativo seriam, de acordo com os movimentos de Maio de 68, insuficientes. Wallerstein (2005, p. 269) diz que

a conclusão dos povos do mundo sobre a performance dos clássicos movimentos anti-sistêmicos no exercício do poder foi negativa. Perderam não somente sua crença de que o futuro seria glorioso, mas também a confiança nestes movimentos; deixaram de crer que estes partidos inevitavelmente e sem sombra de dúvida os conduziram a um mundo mais igualitário.

Uma fração substancial da literatura sobre os movimentos de 1968 aborda a efervescência política daquele período sob uma ótica culturalista e subjetivista, como se os diferentes grupos tivessem se limitado a uma pauta de reivindicação moral e de contracultura. Com efeito, reconstituiu-se a memória política e cultural dos movimentos sem a presença de um dos sujeitos mais ativos e importantes: a classe trabalhadora e o movimento operário. Operários industriais e trabalhadores urbanos do setor terciário fizeram parte dos levantes, passeatas e manifestações, mobilizando bairros inteiros das cidades sublevadas. Naquele ano, a Europa registrou a sua maior greve geral; uma onda de ocupações de fábricas foi realizada pelos operários, indo de encontro as deliberações orquestradas pelas direções de sindicatos e partidos de esquerda, resgatando a melhor tradição cooperativista dos *Communards*, dos *Soviets* e dos Conselhos de Fábrica de Turim. Tais rebeliões operárias foram uma realidade tanto no centro quanto na periferia do mercado mundial: Paris, Córdoba, Osasco, Contagem⁴⁶. Contestava-se a supremacia

⁴⁶ Sobre a participação do movimento operário nas rebeliões de 1968 no Brasil, ver Mauro Aurélio

burguesa no terreno sagrado e considerado inexpugnável da produção, ao mesmo tempo também que se questionavam os métodos e o alcance das lutas conduzidas pela social-democracia⁴⁷.

Justiça seja feita aos movimentos de 1968, programas e medidas igualitaristas de corte classista estiveram presentes nos panfletos, cartazes, faixas e palavras de ordens na práxis militante das vanguardas operárias. O aumento da exploração via a introdução dos métodos fordistas de produção – que padronizaram movimentos e pensamentos, intensificaram a jornada de trabalho, aperfeiçoaram os princípios científicos da administração taylorista e aumentaram a hierarquia entre os escritórios de planejamento e direção e o chão de fábrica – foi frontalmente contestado pelos operários industriais. Não se lutou somente pelo aumento do salário, mas também contra a alienação e a subsunção real. Neste sentido, a classe trabalhadora transcendia uma pauta econômico-corporativa em direção a um projeto ético-político de construção de uma nova sociedade, contestando radicalmente a base sob a qual se sustenta o modo de produção capitalista. De acordo com Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2008, p. 38),

o que unificava essas diferenças críticas era um projeto igualitarista. Não se tratava apenas da negação dessas assimetrias, mas também da afirmação de novas práticas sociais e políticas com vistas a superação delas. O ressurgimento do internacionalismo; o desenvolvimento de formas de organização política baseadas em práticas democráticas e na ação direta; as experiências de autogestão e de controle operário; o amor livre e as políticas sexuais fazem parte da afirmação de um mesmo projeto igualitarista.

As bandeiras vermelhas do igualitarismo e do mundo do trabalho foram hasteadas em diversas partes do mundo. O que acabou prevalecendo nos movimentos de 1968, entretanto, foram os temas referentes à liberdade, historicamente relacionados ao ideário do liberalismo. Cumpre observar que o tema da liberdade não é exclusivo da filosofia política liberal (e neoliberal), embora reconheço o seu surgimento na história das ideias e da política como sendo obra das revoluções burguesas e seus representantes ideológicos e literários.

Santana (2008).

⁴⁷ “Os operários estampavam desse modo seu descontentamento com a alternativa *socialdemocrata*, predominante nos sindicatos e nos partidos, que reivindicavam a representação das forças sociais do trabalho e seguiam uma via negocial, institucional e contratualista dentro dos marcos do ‘compromisso socialdemocrático’” (ANTUNES e RIDENTI, 2008, p. 43, grifos originais).

Desde o seu início a tradição socialista disputou a hegemonia em torno dos ideais de liberdade humana. Enquanto o *Bill of Rights* (1689), documento inicial da Era dos Direitos e da liberdade burguesa, clamava pelos Lordes espirituais e temporais e membros da Câmara dos Comuns a garantir os direitos civis das liberdades dos indivíduos, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1793 conclamou o povo a cumprir na prática a finalidade máxima de uma sociedade: a felicidade geral e o gozo dos direitos naturais, entre eles a liberdade⁴⁸. Entre um e outro, um salto qualitativo enorme: enquanto o primeiro identificou a elite inglesa como agente da transformação, o segundo identificou o povo (unidade política ainda disforme), que deve estar permanentemente mobilizado para pressionar e exigir do Estado a efetivação dos direitos civis, políticos e mesmo sociais presentes na Declaração jacobina. Mas, apesar das diferenças existentes entre a Revolução Gloriosa e a fase jacobina da Revolução Francesa, ambas operavam dentro dos marcos das revoluções burguesas.

Poucos anos mais tarde, Graco Babeuf assinaria o *Manifesto dos Iguais* (1797), um chamado à luta pela efetivação da igualdade com centralidade na reforma agrária e distribuição igualitária dos frutos advindos da terra, patrimônio comum a todos os seres humanos, e não a alguns proprietários. A construção da igualdade nas relações sociais seria, para Babeuf, a pré-condição de uma sociedade humana independente e feliz. Igualdade e liberdade figuram, lado a lado, neste documento inaugural da tradição moderna do comunismo, apontando-se um peso maior do primeiro ideal (BABEU [1797] 1980).

No desenrolar das lutas libertárias e igualitárias, os socialistas utópicos defenderam o fim da opressão da mulher (Charles Fourier) e a educação como um instrumento de conscientização e emancipação, libertando crianças dos odiosos processos de produção em minas e indústrias (Robert Owen). Sob a aparência fantasiosa de criação de novas sociedades minuciosamente descritas por mentes que se consideravam brilhantes e dos seus apelos transclassistas à caridade dos ricos, escondia-se, segundo Engels ([1877] s/d), “germes geniais de ideias” que denunciaram o caráter iníquo e desumano da exploração capitalista⁴⁹.

⁴⁸ As informações sobre o *Bill of Rights* e da Declaração de 1793 foram retiradas do livro *Direitos Humanos*, de Marco Mondaini (2006), uma útil coletânea de textos políticos sobre os direitos civis, políticos e sociais.

⁴⁹ Sobre Charles Fourier e Robert Owen, recomenda-se a leitura dos seus textos originais em *Utópicos, heréticos e malditos*, volume organizado por Aloísio Teixeira (2002).

Recolhendo toda esta herança cultural do socialismo moderno e mantendo a centralidade da igualdade na construção de uma sociedade comunista, Karl Marx e Friedrich Engels também abordaram o tema da liberdade com relativa atenção. Nos seus textos juvenis sobre a questão judaica, Marx ([1843] 2010) apontou para os limites intrínsecos dos direitos civis e políticos burgueses em promover a liberdade e a emancipação plena dos seres humanos, mesmo para aqueles que tinham acesso formal e/ou real aos direitos políticos. No *Manifesto do Partido Comunista*, os camaradas alemães insistiram no caráter classista do Estado moderno, que não encarnava o estágio final da liberdade humana tal qual Hegel havia defendido algumas décadas atrás. Para eles, a liberdade humana só seria uma realidade quando a revolução proletária destruísse o Estado e quebrasse os grilhões de todas as classes, instaurando a sociedade comunista, na qual “o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX e ENGELS, [1848] 1998, p. 29).

Marx e Engels sempre foram cuidadosos ao falar sobre o comunismo: entendiam que os intelectuais ligados ao movimento operário não deviam encarnar o papel de oráculo do proletariado, prevendo o futuro e receitando fórmulas prontas para as lutas de classe contra a burguesia e seus aliados. Por isso, quase não há referências substantivas dos revolucionários alemães ao que seria o comunismo, com exceção de algumas linhas do *Manifesto Comunista* e de livros e rascunhos que não foram publicados em vida, como *A ideologia alemã*, *Grundrisse* e *Crítica ao programa de Gotha*. Nestes manuscritos eles se referiam ao comunismo como o “reino da liberdade”. Visto desta forma, a luta dos socialistas e comunistas na pré-história da humanidade teria como objetivo final, junto com a abolição das classes e do Estado, a liberdade e, porque não, o amor⁵⁰ e a felicidade, como assinalou Eleanor Marx, filha caçula do Mouro⁵¹.

Na introdução do livro *Marxismo e liberdade*, Luiz Bicca (1987, p. 10) afirma “que Marx permite uma compreensão da liberdade, que vai muito além daquela

⁵⁰ Leandro Konder (2007, p. 22) anota que Marx via o amor, apesar de todas as suas críticas a Ludwig Feuerbach com suas teorias que resvalavam para o sentimentalismo, “como um dos meios de realização do ‘homem total’, como um dos modos de o ser humano se apropriar-se universalmente do seu ser (...)”.

⁵¹ “É curioso mas acredito que muita gente não compreende o quanto a noção de felicidade é importante para os socialistas, como ela está no coração mesmo do pensamento de Marx. É ela, afinal, o grande objetivo final de nossa luta, a felicidade – não como simples busca do prazer individual – mas como auto-realização do ser humano. O direito de cada indivíduo tem de poder expressar e realizar suas capacidades, realizar-se, colocando sua humanidade no que faz, seja o que for: um objeto, uma lavoura, uma obra de arte. Que todos possam ser felizes, efetivando suas capacidades e fazendo parte de uma coletividade, um grupo que os reconhece como seus” (MARX apud SILVEIRA, 2002, p. 110).

consciência da necessidade (entendida aliás por Engels)”. Mais do que isto, Bicca aponta para a existência de uma longa tradição de autores heterodoxos do marxismo – Gramsci, Rosa Luxemburgo, Ernst Bloch, Herbert Marcuse, Jean Paul Sartre, Henri Lefebvre e outros – que teorizaram sobre a liberdade e lutaram, nas suas práxis políticas, pela construção de relações humanas mais libertárias.

Ou seja, argumento que não há uma separação maniqueísta entre liberdade e igualdade como Norberto Bobbio (2001) apresenta no seu opúsculo *Direita e esquerda*, nem muito menos uma incompatibilidade ontológica, conforme dizem os liberais e neoliberais nas suas críticas ao “totalitarismo” dos regimes comunistas. Socialistas, anarquistas e comunistas procuraram, no decurso da sua história, construir uma unidade teórica e prática dos ideais de igualdade e liberdade, mas nem sempre esta operação foi bem sucedida. Com efeito, parte dos seus esforços práticos nas experiências revolucionárias concretas foi o estabelecimento de medidas no âmbito da igualdade socioeconômica, como o fim da propriedade privada e a oferta pública de bens sociais.

Maior de 1968 representou, dentro da esquerda, uma das operações fracassadas de criar uma unidade política e cultural entre igualdade e liberdade. A fusão dos ideais igualitários com os libertários foi tensa desde o início dos protestos. Isto acabou prejudicando a unidade de luta dos diversos segmentos políticos e culturais. A ausência (deliberada) de uma direção minimamente centralizada também ajudou no processo de fragmentação das lutas sociais, que acabaram por se enfraquecer e abrir espaço para a ofensiva capitalista que estava à espreita – o neoliberalismo.

Taxar os movimentos de 1968 de abre-alas para o neoliberalismo é uma afirmação polêmica, sustentada, por exemplo, por Ellen Wood (1999, p. 9). Não trilharei este caminho, mas é forçoso reconhecer, em consonância com David Harvey (2008, p. 50) que “todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais”. Foi o que aconteceu, pelas linhas tortas das lutas de classe, com uma parte das lideranças políticas e intelectuais da geração de 68.

No rescaldo das chamas de Maio de 1968, o estruturalismo francês surgiu como a ideologia hegemônica nos principais círculos acadêmicos da Europa Ocidental (NETTO, 2010, p. 248), com rebatimentos aqui no Brasil. O marxismo saiu de cena como o pensamento filosófico insuperável do seu tempo (Jean-Paul Sartre), para dar lugar estruturalismo de Lévi-Strauss, Foucault, Lacan e Althusser, definido por Carlos Nelson Coutinho ([1972] 2010, p. 16-18) como um “racionalismo formal” que reduz a

razão a uma manipulação tecnicista de dados da realidade, abstraindo-se da dialética, do historicismo e do humanismo. Na berlinda desta nova ideologia ficaram Hegel (em detrimento de Kant, Nietzsche e Heidegger), a ideia de verdade e a história universalista (NETTO, 2010, p. 252).

A crítica do estruturalismo a correntes do modernismo e do iluminismo foram ressignificadas e reapropriadas tempos depois pela ideologia hegemônica que lhe sucederia, o pós-modernismo; por isso alguns autores identificam-no como uma espécie de ovo da serpente pós-moderna, estabelecendo vínculos entre as duas correntes de pensamento.

Logo após a breve hegemonia do estruturalismo, houve o surgimento do pós-modernismo, que se tornou a ideologia hegemônica até o final do século XX e início do XXI. Assim como os movimentos de 1968, o pós-modernismo é marcado por uma enorme heterogeneidade. O mais correto seria falar em teorias pós-modernas. De todo modo, José Paulo Netto (2010, p. 261-263) identifica alguns denominadores comuns que conformam uma unidade ao pós-modernismo: o estudo da realidade reduzido à aparência dos fenômenos; a negação do conceito de totalidade; a construção da realidade por meio dos signos e símbolos, tornando-a um simulacro; o ecletismo teórico-metodológico; o relativismo e o idealismo, em contraposição ao materialismo histórico.

A base filosófica do pós-modernismo era o novo irracionalismo, que trazia consigo uma “ética de esquerda e uma epistemologia de direita”, segundo sugestão de Lukács. Questionava-se de forma niilista os pressupostos básicos da modernidade, como a verdade, a razão, a história, o progresso e a emancipação humana. Algumas correntes radicais chegaram a afirmar que “nunca fomos modernos”, isto é, que a modernidade nunca existiu.

Contrariando essas normas do iluminismo, [o pós-modernismo] vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades (EAGLETON, 1998, p. 7).

As metanarrativas, com ênfase no socialismo e no marxismo⁵², foram desacreditadas no seu poder de interpretação e transformação da realidade, ainda mais após as mudanças vivenciadas pelo capitalismo a partir dos anos 1970. Aliás, o próprio conceito de capitalismo como uma visão ampla e integrada da exploração, dominação e opressão burguesas foi pesadamente bombardeada pelo pós-modernismo, que o substituiu pelos paradigmas de rede, rizoma, biopolítica e, recentemente, de Império & Multidão.

O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coerção sistêmica – ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotado da capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social (WOOD, 2003, p. 210).

O pós-modernismo procedeu como a ponta de lança ideológica do neoliberalismo para contra-atacar a radicalidade dos movimentos de Maio de 1968 e explorar suas contradições internas no campo das liberdades e das subjetividades. Suas teorias moldaram, sob a concepção do mundo burguesa, uma ideologia capaz de orientar práticas individualistas e de consumo articuladas às políticas de identidades multiculturais esvaziadas de qualquer transversalidade classista. Apesar da disposição crítica de muitos dos seus autores, que defendem certas posições progressistas⁵³, o pós-modernismo representou, na batalha das ideias, a ascensão de um “ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos” (WOOD, 1999, p. 13) que, segundo John Bellamy Foster (1999, p. 205), “(...) só poderia significar uma coisa: obediência total ao capitalismo”. Operou-se, assim, um “violento giro à direita”, uma defesa da “ordem burguesa em nome da ‘liberdade’, inclusive porque é ela que se mostra a mais adequada para o combate ao ‘totalitarismo’ – leia-se: ao socialismo, não só identificado como a experiência soviética, mas como derivação necessária das ideias de Marx” (NETTO, 2010, p. 253-254).

⁵² “Com *A condição pós-moderna* Lyotard anunciou o eclipse de todas as narrativas grandiosas. Aquela cuja morte ele procurava garantir acima de tudo era, claro, a do socialismo clássico. Nos textos subsequentes ele ampliaria a lista das grandes narrativas então extintas: a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista, o equilíbrio keynesiano” (ANDERSON, 1999, p. 39).

⁵³ Boaventura de Souza Santos é um representante exemplar do intelectual pós-moderno que adota, no plano teórico-metodológico, um arcabouço conservador de crítica aos postulados da razão dialética e do historicismo e, no plano político, mantém posições progressistas. Para uma crítica da sua obra, consultar José Paulo Netto (2004).

Os antigos valores do liberalismo, como a liberdade, a autonomia do indivíduo e tolerância às minorias ganharam uma nova roupagem com o pós-modernismo, arrastando para a sua zona de influência uma parcela da geração de 1968, inclusive algumas de suas lideranças mais radicais. O resultado concreto foi a decapitação dos dirigentes dos movimentos das classes subalternas, que ficaram privados de uma direção intelectual-moral capaz de barrar o avanço da decadência ideológica trazida pelo pós-modernismo, expressão teórica e cultural do neoliberalismo. Conforme David Harvey (2008, p. 52) diz, a ofensiva neoliberal necessitava

(...) da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isto, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual.

Assim sendo, o pós-modernismo foi uma ideologia sistematizada por diversos representantes ideológicos e literários do capitalismo tardio que credenciou a burguesia à posição de classe dirigente antes de (re)tomar o poder no final da década de 1970 e início de 1980. As classes proprietárias, entretanto, ainda enfrentariam outras frentes de batalha até a retomada da sua supremacia perdida durante a última crise orgânica do século XX.

II.1.2. A crise de hegemonia no mercado mundial

No período posterior à Primeira Guerra (1918-1939), as relações econômicas e financeiras internacionais experimentaram um período de instabilidade aguda, causada pelas políticas de desvalorizações cambiais competitivas das grandes nações capitalistas. Outro fator de instabilidade nas relações internacionais foi a Revolução Russa de outubro de 1917, donde emergiu uma potência política, econômica e militar capaz de fazer frente aos principais países capitalistas ocidentais e oferecer uma alternativa concreta para os países dependentes e os trabalhadores de todo o mundo.

A história, contudo, encarregou-se de mudar a posição inicial de retração dos EUA. O bombardeio japonês à Pearl Harbor foi o estopim para a escalada estadunidense

no século XX rumo ao papel de nação hegemônica no sistema capitalista ocidental, escalada esta que teve início em meados do século XIX (TEIXEIRA, 1999). Antes mesmo do final da Segunda Guerra, sob a tutela dos EUA, os aliados ocidentais já discutiam os novos rumos da economia mundial, incluindo geopoliticamente, em Yalta, a União Soviética, grande vencedora dos confrontos da Segunda Guerra.

A conferência de *Bretton Woods* foi realizada em 1944, um ano antes do final da guerra. Ali já se sabia qual lado venceria. Cabia determinar os espólios de guerra, e como o poder seria repartido. Deste encontro emergiu o padrão ouro-dólar, com a moeda estadunidense capitaneando o novo bloco histórico capitalista, o fordista-keynesiano. O objetivo foi promover a reforma do sistema internacional monetário e financeiro, um dos bastiões do sistema capitalista, como frisou Keynes desde a assinatura dos Tratados de Versalhes sobre as reparações alemãs da Primeira Guerra.

A política externa estadunidense sofreu uma alteração. Se antes os EUA voltavam-se basicamente para os seus interesses internos, com o fim da Segunda Grande Guerra, eles conduziram o processo de reconstrução da Europa e do combate ao comunismo ao redor do mundo, com a Doutrina Truman, o Plano Marshall e a ideologia do desenvolvimento⁵⁴.

O fordismo, sistema manufatureiro de produção genuinamente dos Estados Unidos, tornou-se, de 1950 em diante, o padrão industrial primeiro na Europa e, depois, em praticamente todo o mundo por meio da expansão das multinacionais estadunidenses (HYMER, 1983), inaugurando uma nova fase do imperialismo (MICHALET, 1984).

A supremacia estadunidense nas sociedades ocidentais era nítida nos planos da produção, da moeda, das armas e da ideologia. O quadro parecia completo, embora resistências anti-capitalistas surgissem em várias localidades. Assim como a Inglaterra havia sido a nau líder da ordem mundial no século XIX e início do XX, os EUA tornaram-se, no final das duas grandes guerras, a potência principal do sistema capitalista. Líder militar, industrial, tecnológico-científico, financeiro e ideológico, os

⁵⁴ A ideologia do desenvolvimento jogou um papel importante na conformação do mundo pós-guerra, muitas vezes funcionando como um anteparo às crises revolucionárias nos países dependentes. De acordo com Theotônio dos Santos (2000, p. 17), “tratava-se de demonstrar que o início do desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como ocorrera na URSS, e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista. Em livro posterior menos divulgado, Rostow defendeu a necessidade de que esse Estado desenvolvimentista fosse um Estado forte e seus trabalhos como consultor da CIA foram uma das principais referências das políticas de golpe de Estado modernizadores praticados nas décadas de 1960 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964”.

EUA moldaram o sistema institucional e econômico à sua imagem para atender as necessidades da acumulação capitalista baseada no dólar e no americanismo-fordismo.

Uma vez alçado ao centro do poder, os EUA mantiveram-se neste posto até a década de 1970, quando acontecimentos históricos diversos abalaram sua posição de liderança nas relações internacionais, baseada em instrumentos hegemônicos para os seus aliados e coercitivos para os rebeldes. Vale lembrar que os EUA, durante os anos 1940-1970, tinham a sua frente um sistema internacional marcado pela bipolaridade, onde a antiga URSS era considerada um rival à sua altura, diferentemente do século anterior, onde a Inglaterra reinou sozinha nos Setes Mares.

No início de 1960, o balanço de pagamentos dos EEUU registrou um alto déficit no seu saldo corrente. Agentes econômicos começaram a desconfiar da capacidade do governo dessa nação em manter a paridade do dólar frente ao ouro (US\$ 35.00 = 1 onça de ouro). O dólar começou a se desvalorizar nos mercados não oficiais, chegando a cotação de US\$ 135.00 para uma onça de ouro nos mercados paralelos.

A corrida especulativa contra o dólar foi, então, uma questão de tempo. Desencadeada pelas multinacionais estadunidenses baseadas na Europa, a especulação com a moeda internacional promoveu o fim da livre conversibilidade do dólar com o ouro em 1971, segundo medidas baixadas pelo presidente republicano Nixon, assim como a adoção da taxa flutuante de câmbio. Foi o fim das regras convencionadas pelo sistema de *Bretton Woods*, de taxas fixas de câmbio e livre conversibilidade das moedas nacionais frente ao ouro.

A desvalorização do dólar enfraqueceu a posição internacional dos EUA, pois os detentores da riqueza líquida deixaram de ter ativos denominados nesta moeda. O mercado mundial não podia, entretanto, ficar sem um arranjo institucional. Procurou-se uma alternativa ao antigo padrão ouro-dólar: uma cesta de moedas? remonetização do ouro? uma moeda escritural internacional? Muitas alternativas surgiram, mas nenhuma delas apontou o dólar como possível solução. Em outras palavras, nenhuma delas discutiu o dólar como base para um novo padrão monetário internacional, o que, obviamente, contrariou os interesses dos Estados Unidos.

Em 1973, eclodiu o primeiro choque do petróleo, um aumento extraordinário do preço da principal fonte energia industrial do Ocidente por intermédio da organização política dos países produtores e exportadores de petróleo, a OPEP. Este aumento foi um dos detonadores da crise e responsável, junto com outros fatores, por uma escalada inflacionária sem precedentes, que fez ruir grande parte da crença dos agentes

financeiros nas premissas keynesianas e só fez aumentar as expectativas dos EUA perderem seu posto de líder mundial. A partir daí, o Oriente Médio tornou-se uma das regiões mais cobiçadas do ponto de vista geopolítico, com forte acirramento dos conflitos sociais e bélicos, como a intervenção colonialista de Israel na Palestina, as guerras do *Yom Kippur* e Irã-Iraque, as invasões soviética no Afeganistão e israelense no Líbano e Síria e, mais tarde, as guerras no Iraque.

Por diversos ângulos que se analise a longa década de 1970, constatam-se anos conturbados para os EUA. O cenário político interno foi tenso e agitado, com a renúncia presidencial e as manifestações pelo fim da Guerra do Vietnã e do poder do complexo industrial-militar, a favor dos direitos civis dos negros, da legalização do aborto e outras questões polêmicas, muitas delas ligadas aos comportamentos dos jovens. Os *campi* universitários foram sacudidos pelas revoltas estudantis que aconteceram sob a inspiração do Maio de 68 parisiense.

No cenário externo a situação foi ainda pior. Já em 1968 a Guerra do Vietnã virou em favor dos *vietcongues* com a ofensiva do Tet. Anos depois os Estados Unidos retiraram suas tropas do Sudeste Asiático com a derrota na guerra, na qual o Vietnã do Norte unificou todo o país sob um regime socialista. Os custos da guerra foram enormes, tanto do ponto de vista financeiro quanto político, pois a capacidade dos Estados Unidos exercerem a sua supremacia no mercado mundial mostrou-se cada vez mais reduzida, apesar de todo o aumento da carga repressiva do gendarme mundial.

A derrota da maior potência imperialista no campo militar para um país pobre e de base agrária impulsionou a luta anticolonial e antiimperialista em outros elos fracos do mercado mundial. Na longa década de 1970, surgiram movimentos reformistas e revolucionários de conquista do poder. Em 1969, o capitão Kadafi derrubou a monarquia na Líbia e instaurou uma república democrática com tons de nacionalismo árabe e socialismo internacionalista. Dois anos depois, Salvador Allende foi eleito no Chile e implementou uma série de medidas típicas de uma transição socialista; em 1974, Portugal, um dos últimos países que ainda sustentava um império colonial na África, foi sacudido pela Revolução dos Cravos, que tirou do poder uma das mais longas ditaduras de toda a história da Europa moderna; em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional derrubou o regime ditatorial de Anastacio Somoza a partir de uma guerrilha rural e urbana, tendo início a Revolução Sandinista na Nicarágua, que espalhou o fervor revolucionário por toda a América Central e Caribe; e, no Oriente Médio, teve início a Revolução islâmica no Irã sob o controle dos Aiatolás mas com forte participação

popular. Isto sem contar os movimentos insurgentes e revolucionários que não obtiveram êxito imediato nas suas lutas, como os grupamentos armados na Alemanha, Itália, Palestina e América Latina. A revolução internacional, impulsionada por guerrilhas e partidos políticos institucionalizados na democracia representativa, tornou-se uma realidade em países dependentes, abalando a supremacia das potências imperialistas.

Em diversos outros países, a crise hegemônica dos Estados Unidos abriu espaço para projetos de desenvolvimento nacional com relativa autonomia frente à dominação imperialista. Nações do Oriente Médio, Leste Asiático e América Latina estabeleceram estratégias de aprofundar seus processos de industrialização, rompendo com o esquema clássico da divisão internacional do trabalho, no qual países do centro produziam manufaturados e países periféricos, mercadorias primárias.

Ernest Mandel (1990, p. 201-203) escreveu sobre a formação de grupos empresariais do capital financeiro da periferia que desenvolveram uma autonomia parcial em relação aos grandes trustes monopolistas internacionais. Este processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento – expressão de André Gunder Frank –, foi devidamente analisado por algumas teorias sociais críticas, como a Teoria Marxista da Dependência – Ruy Mauro Marini e o subimperialismo (MARINI, 1969) – e as Teorias do Sistema-Mundo, com destaque para os estudos de Giovanni Arrighi sobre as semi-periferias (ARRIGHI, 1998, p. 137-252). Nesta divisão internacional do trabalho, os Estados Unidos viram a sua competitividade industrial crescentemente diminuída, pois os custos de produção das nações dependentes eram sensivelmente mais baixo, devido a superexploração do trabalho e ausência de regulação ambiental e sindical.

Com este conjunto de fatos ocorrendo praticamente de forma simultânea, os principais arranjos institucionais, econômicos e financeiros costurados no pós-guerra ruíram, e nada surgiu até 1980 que pudesse garantir tranquilidade aos investidores internacionais. Os circuitos de acumulação capitalista haviam perdido parte da sua segurança jurídica necessária a tomadas de decisão de investimento e retorno dos seus lucros, muitos deles provenientes da periferia reformista-revolucionária, que até então cumpria docilmente a sua função de exportadora de riqueza na forma de envio de mais-valia para os países imperialistas.

Diante da ofensiva das guerras de posição e de movimento das classes subalternas na periferia do mercado mundial, que reforçou a crise orgânica do modo de produção capitalista, as potências imperialistas, com destaque para os Estados Unidos,

colocaram em prática um novo arsenal de medidas contrarrevolucionárias, incluindo-se medidas coercitivas e hegemônicas.

Do ponto de vista militar, os Estados Unidos financiaram golpes ao redor do mundo. Na América Latina, apoiaram diretamente a contrarrevolução no Chile com o golpe de Pinochet, na Nicarágua com o financiamento e treinamento dos Contra (ZIMMERMANN, 2006, p. 135) e a invasão da ilha de Granada em 1983 (ZIMMERMANN, 2006, p. 131-132). No Oriente Médio, deram todo o suporte logístico para Israel nas suas guerras contra os países árabes e islâmicos, estabelecendo na região uma espécie de protetorado avançado. Além disso, forneceram armamento para o Iraque na sua guerra contra o Irã, transformando aquele país em uma das maiores forças militares do Golfo Pérsico. Anos mais tarde, esta força militar seria usada na invasão do Kuwait, o que forçou a intervenção estadunidense para impedir o expansionismo iraquiano. Duas novas guerras ainda seriam necessárias para os Estados Unidos se estabeleceram definitivamente na região do Golfo a partir de uma nova colônia.

A teoria e os projetos de desenvolvimento econômico também figuraram no arsenal dos Estados Unidos como uma arma hegemônica de contra-ataque ao avanço do socialismo na periferia e à sua relativa e temporária decadência imperialista. Em determinadas regiões do planeta, como Europa Central e Sudeste Asiático, os Estados Unidos financiaram projetos nacionais de desenvolvimento, como na Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, países localizados em regiões de conflito armados conflagrados nas quais floresceu a revolução socialista (Alemanha Oriental e todo o Leste Europeu, China, Coreia do Norte e Vietnam). Esses são casos de desenvolvimento à convite no qual nações lograram ingressar no clube dos países centrais, ou pelo menos se tornaram intimamente associados. No rastro do desenvolvimento econômico, tais países também receberam a benção da proteção dos Estados Unidos, com a instalação de bases militares nos seus respectivos territórios.

Apesar do reconhecimento de certo grau de mobilidade dentro do sistema-mundo, por meio da estratégia que combina o desenvolvimento à convite com o protetorado militar, ressalto que casos de ascensão na hierarquia imperialista são raridades na história do capitalismo⁵⁵: o que de fato existe é uma rigidez na hierarquia

⁵⁵ Segundo Atilio Boron (2010, p. 12), “apesar dos discursos dos líderes dos países capitalistas, de seus intelectuais, propagandistas e técnicos, o fato é que, depois de pouco mais de cem anos, houve apenas um país que pode atravessar as fronteiras que dividem o desenvolvimento do subdesenvolvimento, e é esse o

entre as zonas mundiais, o que dificulta, e muito, a superação das condições de pobreza e subalternidade dos países dependentes, até porque, vale ressaltar, a riqueza política, econômica e cultura do andar de cima está intimamente ligada a pobreza do andar de baixo.

Junto às armas, a moeda e os acordos financeiros foram recursos coercitivos e hegemônicos significativos no contra-ataque estadunidense à perda relativa da sua supremacia na crise orgânica da longa década de 1970, conforme apontam Maria da Conceição Tavares ([1985] 1997) e Peter Gowan (2003).

O segundo choque do petróleo no final da década e a crise bancária sistêmica no início de 1980 levaram ao fim do mini-ciclo de crescimento da economia mundial após a recessão de 1973-1975, proporcionado no primeiro momento pelo mercado de eurodólares e, logo depois, pelos petrodólares oriundos da alta do preço do petróleo. Para muitos países começou a “década perdida”. Entretanto, a crise não afetou igualmente os países da ordem capitalista. Um deles saiu mais forte do que outros, reafirmando e aprofundando o caráter assimétrico do mercado mundial, em contraposição às teorias da globalização que advogavam as teses da convergência mundial, tal qual fizera David Ricardo com a teoria das vantagens comparativas.

Os anos 80 anunciaram tempos difíceis para as classes dominantes, mas terminaram com fatos surpreendentes, impensáveis à época até mesmo para os seus principais ideólogos ativos. A queda do socialismo real e a retomada da supremacia estadunidense na década seguinte, agora em um sistema de poder internacional unipolar, foram fatos marcantes e não deixaram dúvida: o capital havia triunfado (temporariamente) sobre o trabalho a ponto dos ideólogos do sistema anunciarem o fim do trabalho, das lutas de classes, das ideologias, do marxismo e da própria história.

Antes dessa vitória do capital ficar devidamente configurada ao longo dos ‘80, analistas apostaram na derrocada dos EUA. A crise bancária e financeira da periferia latino-americana⁵⁶ e a emergência de potências industriais como Japão e Alemanha pareciam ser sinais do fim da liderança estadunidense no cenário internacional.

Em março de 80, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve (FED), instituiu um forte controle compulsório sobre o crédito, criando um ambiente

caso excepcional da Coreia do Sul”.

⁵⁶ Com o fim da alta liquidez do mercado financeiro internacional, os países da periferia, em especial a América Latina e o Leste Europeu, tiveram sérios problemas com desequilíbrios nos seus balanços de pagamento e em honrar suas dívidas com bancos comerciais estrangeiros, na sua maior parte norte-americanos. Deste ponto, até o desencadear de uma crise bancária nos EUA, foi um pulo.

econômico recessivo, ao mesmo tempo que valorizou o dólar no mercado financeiro mundial. Se analisarmos os EUA à época com os olhos de um economista convencional, poderíamos afirmar o fim da supremacia estadunidense. Crescentes déficits comerciais e uma explosiva dívida pública interna eram sinais evidentes de uma economia doente, incapaz de se reproduzir satisfatoriamente. Todavia, um fator de extrema importância foi deixado de lado: os EUA não tinham mais restrições na área do balanço de pagamentos (TEIXEIRA, 2000).

Com os sistemas monetário e financeiro internacionais funcionando sob o comando do dólar – uma moeda estritamente fiduciária, baseada na confiança dos agentes econômicos privados e estatais –, os EUA recobriram o domínio sobre a emissão da moeda internacional para financiar qualquer que fosse o seu déficit no balanço de pagamentos, isto enquanto perdurasse a confiança dos agentes financeiros internacionais na sua moeda nacional. Desobrigado de manter uma paridade do dólar com o ouro ou qualquer outro ativo real ou intangível, os EUA poderiam financiar sem maiores problemas déficits no seu balanço de pagamentos. Assim, pode-se dizer que os anos 1980 não foram o fim da *Pax Americana*, mas apenas uma tomada de fôlego, ou um pouso suave da águia estadunidense, que planejava voos mais altos e ambiciosos.

O choque de juros promovido por Paul Volcker em 1979 tinha o objetivo de tornar os EUA um centro receptor de capitais internacionais e retomar o controle sobre a própria moeda do país. E a sua política acabou sendo bem sucedida quanto aos objetivos traçados. O país tornou-se receptor do crédito internacional, passando de credor a devedor do mundo. Dessa forma, destruiu-se o mercado de eurodólares com o direcionamento dos principais fluxos internacionais financeiros para o seu território nacional⁵⁷. Todo este movimento acompanhou a lógica dos donos do dinheiro: procurar a maior acumulação possível em circuitos seguros, onde os títulos da dívida pública dos EUA são uma espécie de *last resort*, funcionando como os ativos de segurança em última instância do modo de produção capitalista.

De forma incontestável, o dólar tornou-se a moeda de referência internacional sem sofrer qualquer ameaça significativa nos anos 1980 e 1990. A economia estadunidense, após a recessão de 1981-83, conseguiu retomar uma trajetória

⁵⁷ Outro duro golpe no mercado de eurodólares foi dado pela queda do xá iraniano. Com a invasão da embaixada norte-americana por parte de radicais ligados ao Aiatolá Khoemini, o governo deste país decidiu congelar os ativos financeiros iranianos no mundo inteiro, gerando um clima de desconfiança em todo o mundo árabe quanto à segurança dos seus depósitos internacionais. Temerosos com esta situação, os ricos países árabes fogem do euromercado para o ouro, pois o mercado de eurodólares era então considerado um mercado intangível, livre de influências políticas.

ininterrupta de crescimento, fato este que não foi acompanhado pela Europa e pelo Japão. Formou-se, assim, um quadro de assimetria crescente entre os países centrais e, entre estes e a periferia, que sofreu os maiores impactos da recessão mundial devido à crise bancária e financeira mundial do início de 1980.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento nos anos 1970 com os processos de industrialização em países da periferia foi financiado basicamente pela tomada de empréstimos externos. Naquela época os juros internacionais estavam em um patamar baixíssimo devido à alta liquidez dos mercados proporcionada pelo excesso de eurodólares e petrodólares. Com isto, os países semi-periféricos financiaram seus projetos nacionais de industrialização utilizando-se de poupança externa.

O calcanhar de Aquiles destes modelos de desenvolvimento se mostrou tardiamente. Do ponto de vista monetário, o maior problema resultou das condições de tomada do dinheiro internacional. Os empréstimos foram feitos com taxas de juros flutuantes, que não foram pré-fixadas. Com o aperto monetário promovido pelo FED, quadruplicando as taxas de juros, a dívida externa dos países da semi-periferia cresceu praticamente na mesma proporção. O pagamento da dívida se tornou inviável diante das baixas reservas internacionais dos países dependentes, o que afetou tais economias nacionais e também as imperialistas, pois seus bancos, que haviam emprestado à periferia, estavam com problemas estruturais nos seus balanços contábeis devido o término dos pagamentos externos.

Rapidamente os Estados Unidos (e outros países imperialistas) implementaram programas estatais de reestruturação dos seus sistemas bancários e financeiros, visando solucionar os prejuízos privados gerados a partir do choque de juros. A ajuda também chegaria aos países devedores da semi-periferia, mas os condicionantes dos novos empréstimos providos pelo FMI e o Banco Mundial exigiam uma série de medidas draconianas, que enquadraram os países dependentes sob uma nova ortodoxia econômica.

Os empréstimos chegaram aos países dependentes sob duras condições, e a situação econômica destes países não melhorou em absoluto: recessão, desemprego, aumento do pauperismo (absoluto e relativo) foram a tônica da “década perdida”, tudo acompanhado de altas taxas de inflação, levando-os a uma nova etapa da dependência (FURTADO, 1982; MARINI [1992] 2005, p. 223-224). Como relata André Gunder Frank (1983, p. 58),

Os países subdesenvolvidos estão destinados a desempenhar novos papéis nessa crise, através da divisão internacional do trabalho, e a crise está fadada a envolvê-los em primeiro lugar, devido as suas dificuldades com o balanço de pagamentos e seus terríveis problemas de dívidas. A incapacidade de pagar aos seus credores levou à necessidade de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, ao Clube de Paris, e aos bancos dos países industrializados em busca de assistência que, se prestada, impõe, em consequência, obrigações que exigem medidas de austeridade (...).

Desta maneira, a retomada do controle da moeda internacional por meio da principal potência imperialista promoveu um realinhamento das forças internacionais, seja entre os próprios países imperialistas, seja entre estes e os dependentes. Combinado à moeda e à dívida externa, com os programas de ajustes promovidos pelos organismos multilaterais de desenvolvimento, utilizou-se o poder das armas para estancar a crise orgânica na periferia derivada dos grupos revolucionários que derrubaram ditaduras e democracias representativas falidas. Mas ainda faltava colocar em movimento uma tática poderosa das estratégias das classes dominantes nas crises orgânicas: as revoluções tecnológicas e organizacionais, que promovem mudanças no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção na base capitalista.

II.1.3. A crise econômica e o desmonte do Estado do Bem-estar social

Segundo Ernest Mandel (1990, p. 211), a construção de um sólido método de análise das crises capitalistas passa pela capacidade do analista conhecer e distinguir os fenômenos de aparecimento da crise, seus detonadores, suas causas profundas e sua função. Para isto, o marxista belga recorre aos escritos de Marx sobre as crises, dispersos nos livros II, III e IV de *O Capital*, bem como no *Anti-Düring*, de Friedrich Engels, que contou com a revisão do seu grande companheiro.

Em tempos de fragilidade da acumulação capitalista, muitos fatos econômicos, políticos, sociais e até mesmo naturais podem deflagrar as crises. A falência de um banco sob gestão fraudulenta, a queda de um governo corrupto, a revolta social de um determinado setor da classe trabalhadora, uma praga, uma estiagem ou fortes chuvas em uma região produtora de bens agrícolas essenciais, acabam, sob determinada conjuntura, se transformando em detonadores da crise, mas decisivamente não são a sua causa.

As causas das crises capitalistas são mais profundas, advindas tanto das contradições emanadas da base material e das lutas de classe em todas as suas

dimensões, que muitas vezes se conjugam entre si, sendo difícil para o analista diferencia-las quando eclode a crise estrutural. Neste sentido, Mandel (1990, p. 213) afirma

que a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias. Ainda será necessário estabelecer um encadeamento causal mais preciso, incorporando toda uma série de mediações indispensáveis que se situam, concomitantemente, na esfera da produção e na da circulação de mercadorias e, ainda, no domínio da concorrência e no da luta de classes.

Nos textos de alguns intelectuais marxistas, dos quais incluímos Mandel (1990, p. 210-211), Harvey (1994, p. 170) e Duménil e Lévy (2003), a superacumulação de capitais (e de força de trabalho) e a lei tendencial da taxa de lucro ganham destaque na explicação das crises. Além disto, têm-se o subconsumo da classe trabalhadora, a anarquia da produção e a desproporcionalidade entre diferentes setores produtivos como fatores explicativos e estruturais das crises econômicas no modo de produção capitalista⁵⁸.

A função objetiva das crises consiste na imposição da lei do valor como reguladora da produção e distribuição da riqueza no modo de produção capitalista por meio dos determinantes sistêmicos da concorrência (MANDEL, 1990, p. 212).

Diante das constantes crises econômicas, umas passageiras e superficiais, outras profundas e prolongadas, as classes dominantes arquitetam medidas de prevenção, tendo como objetivo a retomada da supremacia político-cultural e da elevação das taxas de lucro. Mandel (1990, p. 197) descreve seis medidas prescritivas de combate às crises, todas fundamentadas em transformações na base material, tanto em relação às forças produtivas quanto às relações sociais de produção: (1) corte empresarial das atividades menos rentáveis; (2) redução da produção das mercadorias com baixa demanda; (3) introdução de técnicas produtivas mais modernas e eficientes; (4) racionalização nos processos produtivos, visando reduzir o consumo de matéria-prima, energia e economia com o capital variável; (5) o aumento da rotação do capital e; (6) intensificação do consumo da força de trabalho nas jornadas produtivas.

⁵⁸ No artigo “Uma introdução à história das teorias de crise”, Awnar Shaikh (1983) fornece um rico panorama sobre as várias escolas de pensamento que teorizaram sobre as crises capitalistas, com destaque para as controvérsias marxistas.

Em termos historicamente estabelecidos, Mandel minimiza o uso deste rol de medidas modificadoras da base material na resolução da crise orgânica dos anos 1970. Na sua avaliação, não estava em marcha naquele período uma nova revolução tecnológica, pois o grande capital não tinha estímulo econômico para realizar investimentos em capital constante de grande monta, dada a crise de superacumulação e a queda da taxa de lucro (MANDEL, 1990, p. 206).

Diferentemente de Mandel, que não identificou uma revolução tecnológica em curso na década de 1970, Gérard Duménil e Dominique Lévy destacam a importância das sucessivas transformações operadas nas relações sociais de produção e nas forças produtivas para a superação dessa crise. Segundo os economistas franceses, um conjunto de ações foi implementado pela classe burguesa para reverter a queda das taxas de acumulação e rentabilidade do capital. No âmbito da produção, operacionalizou-se uma revolução técnico-organizacional com o emprego de novas tecnologias (informática e telecomunicações, o que se chamaria nos anos 1990 de “a nova economia”) e a adoção de novas formas de gestão dos processos de trabalho, bem como de formas inéditas de propriedade e gestão dos recursos empresariais, como os fundos financeiros mútuos e de investimento (DUMÉNIL e LÉVY, 2003).

As providências para estancar a crise orgânica dos anos 1970 trouxeram mudanças substantivas na base material capitalista. Desde então, abriu-se uma controvérsia a respeito das transformações do mundo de trabalho. Uns defenderam o fim da centralidade do trabalho na conformação das sociedades pós-industriais, pós-modernas e pós-capitalistas, com a ascensão da ciência, da comunicação e da informação como elementos centrais dos novos processos produtivos. Outros deram adeus ao proletariado como classe produtiva e revolucionária.

Aqui no Brasil (e alhures), as teses do trabalho imaterial, do capitalismo cognitivo e do Império & Multidão⁵⁹ advogadas por Antonio Negri, Michael Hardt, Maurizio Lazzarato, Yann Moulier Boutang, Giuseppe Cocco e tantos outros ganharam destaque na polêmica sobre o atual estado de coisas do mundo do trabalho. Vale a pena ver algumas das suas principais ideias, que funcionarão de contraponto as teses aqui defendidas.

Segundo os teóricos do Império e da Multidão, enquanto o operariado se constituiria nos anos quentes de 1960-1970 como um agregado social de estudantes

⁵⁹ Para uma crítica contundente ao livro *Império*, de Hardt e Negri, ver Atílio Boron (2002).

universitários e secundaristas, feministas, trabalhadores precários, terceirizados e desempregados, acionando um ciclo de lutas sociais, o grande capital reagiria com o desenvolvimento de avançadas tecnologias e processos de trabalho, garantindo uma nova composição técnica do trabalho para desarticular as lutas operárias.

A reação capitalista seria um sub-produto das lutas operárias e estudantis dos anos 1970, que pregavam o fim do trabalho disciplinado, repetitivo, mecânico e massificado do fordismo. A transformação da linha de montagem moderna em processos de trabalho pós-modernos de controle e gestão da informação seria resultado não da intencionalidade do controle patronal, mas das aspirações dos trabalhadores, da auto-valorização da cultura e subjetividade do novo “operário social”, manipulador de símbolos, imagens e representações.

A produção da vida material e imaterial não estaria mais restrita aos limites determinados por muros e cercas das antigas fábricas. O “ciclo social da produção” se encontraria difuso na forma de rede por todos os poros da sociedade, em todos os corpos dos trabalhadores, intelectuais e cientistas, dispersos e unidos ao mesmo tempo na multidão. O ciclo da produção e a organização do trabalho estariam circunscritos, em última instância, pelas redes cibernéticas e telemáticas, unindo trabalhadores imateriais em uma espécie de comuna virtual ou ágora informacional.

O resultado da reação capitalista teria sido desastroso para os detentores da riqueza e dos meios de produção. Era tarde demais, pois o gênio da lâmpada havia se libertado e garantido os desejos e afetividades do novo operariado, lutando com sua potência de criação autônoma de subjetividades nas redes de comunicação. O novo operariado teria conseguido, desta forma, a reapropriação das condições produtivas e da reprodução social da vida nos seus postos de trabalho, supostamente colocando fim à alienação e subsunção do trabalho ao capital. Como dizem Lazzarato e Negri (2001, p. 31),

Nas fábricas pós-fordistas e na sociedade produtiva pós-industrial, os sujeitos produtivos se constituem, tendencialmente, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista. A cooperação social do trabalho social, na fábrica social, na atividade terciária, manifesta uma independência frente à qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização.

A autonomia do operário social seria ampla, praticamente sem limites definidos pelo capital, agora relativamente subordinado aos anseios e afetos dos trabalhadores imateriais. O trabalhador não ficaria mais exposto à subordinação das relações sociais capitalistas, ao processo de expropriação do seu tempo de trabalho. As formas de controle ainda existiriam, mas estariam fora do processo de trabalho, pois, como afirmam os teóricos do trabalho imaterial, “é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista, e não o contrário. O empreendedor, hoje, deve ocupar-se mais de reunir os elementos políticos necessários para a exploração da empresa do que as condições produtivas do processo de trabalho” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31-32). Ou seja, as formas de controle do trabalho que porventura ainda existam são gestadas fora do “reino oculto da produção”, como se o excedente precisasse fundamentalmente de elementos coercitivos para ser extraído, como acontecia antes do modo de produção capitalista.

A relação do trabalhador com a produção de mercadorias teria mudado drasticamente. O próprio desenvolvimento da grande indústria, descrito por Marx nos *Grundrisse*, iria se encarregando de reduzir o tempo de trabalho vivo necessário a criação da riqueza social. Segundo Lazzarato e Negri (2001, p. 28-29, grifos dos autores),

logo que o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho cessou e deve cessar de ser a sua medida, e portanto, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso. A *mais-valia da massa* cessou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não-trabalho dos poucos cessou de ser condição do desenvolvimento das forças gerais da mente humana.

A produção da riqueza teria deixado de ter o trabalho vivo como fonte e teria passado a depender da aplicação da ciência aos processos de produção, material ou intangível. Seria o fim da teoria do valor-trabalho marxiana declarada pelos ideólogos da “autonomia operária”. A intelectualidade de massa é o conceito que abarcaria esta independência do trabalho produtivo frente à organização capitalista (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31). O trabalho não seria mais oposto ao lazer, ao prazer, ao ócio. A alienação e o estranhamento do trabalhador frente ao produto do seu trabalho e do processo organizacional teriam desaparecido com o ciclo de lutas sociais dos anos 1960-

1970. Coisas de um passado distante, de interesse quase arqueológico: seria o fim da dialética capital-trabalho, como atesta a declaração de Antonio Negri (2002, p. 51):

(...) A classe trabalhadora terminou sua missão histórica, mas um sujeito forte permanece, é o trabalho vivo como tal. Este sujeito deve encontrar um lado de fora, ou seja, o trabalho deve distanciar-se do capital. A fase em que o capital configurou, de fato, a classe trabalhadora à sua imagem e semelhança, construindo-a em seu próprio interior e apoiando-a ao mesmo tempo em que a constituía, fase que poderíamos denominar dialética, completou-se.

Estaríamos assistindo, portanto, a um momento privilegiado da história, de emergência de um outro modo de produção: a cooperação social do trabalho imaterial. No controle da produção e reprodução do sistema estariam os trabalhadores da fábrica social e do setor de serviços, determinando as ações, o ritmo e a organização do trabalho. Aos padrões burgueses, chamados de empreendedores políticos ou “personificação do capital”, caberia adaptar-se às condições ditadas pela intelectualidade de massa.

O que se defende com a teoria do trabalho imaterial é, no fundo, o comunismo sem revolução e sem transição socialista. Haveria, assim, o florescimento de um comunismo mitológico, livre da maldição do trabalho assalariado, repelida pelos encantos mágicos dos ideólogos da “autonomia operária”. Um comunismo que nasce das entranhas do capitalismo sem as dores do parto socialista, em uma espécie de alusão ao nascimento da deusa grega da ciência e do conhecimento Palas Athena, vinda ao mundo pela ação do deus artesão, da manufatura e do trabalho Hefestus, que a arrancou da cabeça de Zeus e alivia-o das suas constantes dores. Como o herói Prometeu, os trabalhadores teriam acesso e controle ao conhecimento da Deusa Ciência, desacorrentando-se das amarras disciplinadoras das prisões fordistas e tayloristas.

Os ideólogos do trabalho imaterial indicam alguns aspectos importantes da revolução tecnológica e organizacional operada pelas forças capitalistas nos anos 1970. Suas descrições são precisas em algumas passagens, mas o seu instrumental teórico, que se pretende pós-marxista, não supera as contribuições originais de Marx; ao contrário, ficam aquém delas. E mais: as suas interpretações dos fatos mascaram o essencial, a saber, a prevalência do capital sobre o trabalho na contemporaneidade, a despeito de todas as lutas dos trabalhadores contra a exploração e alienação capitalista.

De acordo com a presente tese, as novas configurações do mundo do trabalho continuam reafirmando a supremacia do capital sobre o trabalho, do qual a centralidade da produção não desaparece e a teoria do valor-trabalho ainda deve ser considerada como um dos instrumentais teóricos mais sólidos para o desvelamento das relações sociais de produção fetichizadas e alienadas do capitalismo. A meu ver, a revolução tecnológica da automação, da robótica e da microeletrônica, bem como os novos processos de trabalho, como os pós-fordistas e os toyotistas, conformam-se como parte substantiva da estratégia burguesa de reversão da crise orgânica dos anos 1970.

O controle patronal sobre os processos de trabalho é apenas uma das facetas da supremacia burguesa, e por isto deve-se atentar para as suas medidas coercitivas e consensuais. Também na produção a burguesia faz uso indiscriminado e combinado de hegemonia e ditadura para impor sua direção intelectual-moral à classe trabalhadora. São diversos artifícios utilizados para se aumentar a extração absoluta e relativa da mais-valia, tal qual assinala David Harvey (1994, p. 119):

[O controle do trabalho envolve], em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

Esta longa citação de Harvey está em sintonia com aquilo que Marx e Gramsci assinalaram a respeito do controle social do capital sobre o trabalho, controle este que depende de coerção e consenso. Nas páginas do seu estudo sobre a acumulação primitiva, Marx dissertou sobre a brutal violência do processo de disciplinar os camponeses e os artesãos expropriados dos seus meios de produção para o ritmo e a

intensidade do trabalho nas manufaturas⁶⁰. Para isto, o Estado, amparado na legislação das *Poor Laws*, recolhia compulsoriamente “vagabundos” e andarilhos que perambulavam pelas cidades e estradas do Reino Unido e os confinavam nas *workhouses*, autênticas casas de trabalho forçado. Depois de muitas décadas de disciplina coercitiva, os trabalhadores passaram a dirigir-se voluntariamente ao mercado de trabalho, naturalizado como a única forma de sobrevivência, que consiste na mercantilização do trabalho humano.

Gramsci, não à toa citado por Harvey, quando discute o americanismo-fordismo entende o controle patronal sob uma perspectiva de totalidade, que transcende o espaço da fábrica e da produção, e que faz uso combinado da coerção e consenso para a disciplina do trabalhador em diversas esferas do ser social.

O controle patronal sobre os processos produtivos via alienação e subsunção real do trabalho ao capital nunca é absoluto e permanente. Tal controle não deve ser entendido como um estado estacionário, uma conquista definitiva do capital desde a introdução da grande indústria em meados do século XIX, na qual os novos métodos produtivos e de despotismo fabril expropriaram saberes tácitos e formais da força de trabalho. A subsunção real não tem fim no capitalismo⁶¹ por dois motivos básicos: a necessidade imperiosa do capital em se auto-valorizar crescentemente por meio da exploração da força de trabalho e a resistência persistente da classe trabalhadora contra este aumento da exploração. A subsunção real é, antes de tudo, um processo contínuo da luta de classes pela supremacia no âmbito da produção (e além) que nunca cessa no modo de produção capitalista. Como diz José Ricardo Tauile (2001, p. 79),

Isso não significa que, uma vez estabelecida a subsunção real do trabalho ao capital, ocorreria de uma vez para sempre. Não. Os conflitos do capital e trabalho pela determinação de novos patamares de produtividade (isto é, dos ritmos de trabalho e respectivos índices de porosidade) estarão sempre sendo recolocados em outros níveis,

⁶⁰ “O controle patronal foi imposto durante a Revolução Industrial através de uma guerra da burguesia contra os artesãos. Retiraram-se dos grêmios seus conhecimentos corporativos e foram domesticando os operários à exploração fabril. Esse confisco aparece descrito em *O Capital* como uma das páginas mais sangrentas e opressivas da história. As fábricas se levantaram sobre um chão crivado de crimes contra os camponeses, num ambiente de reformatórios, cárceres, roubos a camponeses, epidemias de fome, escravização de crianças e migrações forçadas. O controle patronal se impôs como um chicote e se alicerçou aprisionando os operários ao ritmo das máquinas” (KATZ, 1995, p. 13-14).

⁶¹ Segundo Claudio Katz (1995, p. 26-27), a tendência capitalista de expropriar saberes dos trabalhadores é necessariamente periódica e recorrente, na medida em que acompanha o movimento ondulatório do capital. Implica recapturas patronais cíclicas dos conhecimentos assimilados pelos operários em função dos investimentos tecnológicos.

seja por força da introdução de novas tecnologias mais produtivas, seja como resultado da implementação de novos e eventualmente complementares métodos gerenciais e/ou sistemas organizacionais. Assim, há subsunção real do trabalho ao capital e, depois, mais subsunção real, e mais, e mais...

De acordo com suas características particulares, os processos produtivos capitalistas do século XX – taylorismo, fordismo, toyotismo, pós-fordismo etc. – repõem rodadas das lutas de classes no reino oculto da produção. Tais lutas giram em torno da expropriação do conhecimento formal e tácito dos operários e trabalhadores, uma das forças produtivas decisivas para a produtividade do capital. Como os inúmeros processos de produção ocorrem sob intensa vigilância dos proprietários dos meios de produção com uma moderna parafernália eletrônica e humana, conhecimentos e saberes são retirados dos trabalhadores e incorporados às máquinas, *softwares*, métodos organizacionais e manuais de produção. Assim, os saberes operários se tornam propriedade do capital sob a forma de trabalho morto, e a burguesia usufrui de tal poder sobre o conhecimento para reforçar ainda mais o controle sobre a força de trabalho.

A revolução tecnológica da automação e da microeletrônica nos anos 1970 não apontou para o fim da alienação (Michael Piore e Charles Sabel), a colaboração de classe ou o estabelecimento de relações cooperativas entre capital e trabalho (Benjamin Coriat e José Ricardo Tauile), a realização da “ilusão socialista” no Japão (Maria da Conceição Tavares) ou, em termos mais apoloéticos, ao surgimento de um novo modo de produção, no qual prevalece a cooperação social do trabalho imaterial (Antonio Negri e cia.).

Em *Adeus ao trabalho?*, Ricardo Antunes ([1995] 2005, p. 41, grifos originais) escreve contrariamente a todos estes argumentos, afirmando que

Pelo que podemos expor e indicar (...), julgamos pertinente afirmar que a “substituição” do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista.

A revolução tecnológica contemporânea trouxe profundos impactos nas forças produtivas e nas relações sociais de produção com o objetivo de restaurar, em uma etapa superior, o controle patronal sobre a classe trabalhadora, controle este ameaçado pelas

greves, rebeliões, conselhos e ocupações operários na longa década de 1970⁶². As lutas operárias na última crise orgânica do capital tiveram um papel importante no desenrolar dos fatos, mas isto não significa, em absoluto, que os trabalhadores tenham tomado o controle da produção para si com a introdução da robótica e da microeletrônica, nem muito menos que a nova configuração da base material alivie a miséria física e espiritual da classe trabalhadora. A revolução tecnológica contemporânea constitui-se como uma das táticas do grande capital dentro da sua estratégia neoliberal em mais uma nova rodada na luta pelo aumento dos graus de alienação e subsunção real do trabalho à burguesia, reforçando ainda mais o caráter predatório do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capitalismo, que continua a consumir destrutivamente o ser humano e a natureza na sua constante busca pelo lucro.

Diante desta nova revolução tecnológica, emergiu uma base material composta de elementos inéditos nas forças produtivas e nas formas de gestão capitalista da força de trabalho articulados a velhos processos de trabalho, inclusive de tempos pré-capitalistas. Teve-se, assim, um desenvolvimento desigual e combinado da estrutura econômica com articulações entre o moderno e o arcaico. E como esta articulação se opera na prática?

Primeiramente, destacou-se a revitalização de formas pretéritas de produção das mercadorias no centro e na periferia do mercado mundial. Durante o bloco histórico fordista-keynesiano, imaginou-se que a classe trabalhadora havia alcançado um nível de organização política que asseguraria patamares razoáveis em termos histórico-morais de renda, condições de trabalho e seguridade social. A verdade é que estas condições de trabalho não se tornaram universais, mas uma realidade para uma diminuta parcela da força de trabalho na Tríade capitalista, excluindo mais de 4/5 da humanidade do chamado contrato social do *Welfare State*.

No neoliberalismo, se verifica uma brutal regressão nas configurações no mundo do trabalho com o ressurgimento de processos de trabalho artesanais, familiares, informais, autônomos, do “mercado negro” (que envolve o tráfico de pessoas), muitos

62 “O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absentismo, da fuga do trabalho, do *turnover*, da busca da condição de trabalho não-operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo ‘cuidado’ especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário” (ANTUNES, 2002, p. 42).

deles baseados em uma força de trabalho infantil, escrava, feminina e de imigrantes ilegais. Nas cadeias produtivas – diretas e indiretas – das transnacionais se constata a presença de processos de trabalhos pré-capitalistas, com níveis absurdos da exploração da força de trabalho, combinando-se mais-valia absoluta com mais-valia relativa. Muitas destas formas de trabalho não encontram qualquer tipo de proteção social ou de direitos trabalhistas, resultando no empobrecimento físico, social e psíquico dos seus trabalhadores enquanto indivíduos e classe. Segundo David Harvey (1994, p. 175),

O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles.

Dentro deste mosaico que articula novos e velhos processos de trabalho, existe um núcleo central que organiza e articula a base material em uma direção unitária de controle patronal sobre o trabalho, de retomada da alta das taxas de lucro e de resolução da crise de superprodução instaurada nos anos 1970. Estamos falando do toyotismo, um modelo de produção típico do Japão pós-guerra que se universaliza pelas cinco regiões do planeta no pós-crise de acordo com a especificidade histórica de cada uma das formações econômico-sociais⁶³.

Segundo José Ricardo Tauile (2001, p. 147-151), a história do toyotismo começa com a Guerra da Coreia. Com este conflito militar na península coreana, os Estados Unidos fizeram pedidos à indústria japonesa para o suprimento de matérias-primas, suprimentos e material bélico para as tropas combatentes. Ainda se recuperando da

⁶³ A expansão global do toyotismo, “(...) sob formas menos ‘puras’ e mais híbridas, tem sido também avassaladora. À exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, de um modo ou de outro, mais ou menos ‘adaptado’, mais ou menos (des)caracterizado, tem demonstrado enorme potencial universalizante, com consequências as mais negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada, tanto em países da Europa Ocidental, quanto no continente americano (Norte e Sul), sem falar, naturalmente, dos recentes ‘tigres asiáticos’ que se expandiram na esteira do modelo japonês” (ANTUNES, [1995] 2005, p. 38).

devastação causada por esta mesma potência imperialista, que agora combatia o avanço do comunismo na Coreia, o parque produtivo japonês iniciou um programa de reestruturação produtiva pela criação de novas formas de organização social da produção, tendo em vista a escassez de recursos previamente acumulados para realizar um alto investimento tecnológico.

As modificações se deram em torno das relações sociais de produção no chão de fábrica entre diferentes categorias profissionais, envolvendo operários, supervisores e engenheiros. Montaram-se equipes de trabalhadores polivalentes capazes de desempenhar múltiplas funções ao mesmo tempo, manipulando diferentes tipos de máquinas-ferramentas. Em certo grau, tais equipes de trabalho rompiam com a parcialização do trabalho taylorista e fordista, aumentando a cooperação social entre os trabalhadores. Do ponto de vista do controle patronal, estas equipes de trabalho operavam sob o signo dos círculos de controle de qualidade (CCQ), que estabeleciam metas de produtividade e qualidade para os diversos módulos de trabalhadores. A vigilância sobre estes trabalhadores ainda era grande, mas a novidade era que os próprios trabalhadores se auto-vigiavam para cumprir as tarefas e metas estabelecidas de cima para baixo, pois tinham previstas participações nos lucros e, quanto maior a produtividade da sua equipe, maior os ganhos financeiros. Esta tática de cooptação dos trabalhadores com “altos salários” já havia sido experimentada no americanismo-fordismo e, por isso, não foi uma novidade substancial.

De todo modo, os métodos de produção do toyotismo necessitavam de um amplo engajamento dos trabalhadores, que seriam submetidos a taxas crescentes de exploração e subsunção. A burguesia (japonesa) utilizou-se de formas hegemônicas de consenso – via altos salários, estabilidade no emprego e empregos vitalícios (para 30% da força de trabalho) – para convencer os trabalhadores a aceitarem a introdução desses métodos. Com isto, a burguesia promovia na prática a formação de uma aristocracia operária no Japão e apostava na cisão interna da classe trabalhadora, que lutaria fracionadamente contra a ofensiva patronal.

Entretanto, para se alcançar a supremacia sobre a classe trabalhadora, a burguesia lançaria mão de medidas coercitivas contra a resistência dos trabalhadores. Nos anos 1950, o combativo movimento sindical japonês resistiu contra os programas de reestruturação produtiva e promoveu inúmeras greves nas indústrias automobilísticas. Com o apoio do Estado, o empresariado demitiu trabalhadores em massa das unidades em greve e chegou mesmo a fazer um *lockout*. Com todo este

arsenal ofensivo, a burguesia quebrou a espinha dorsal do tradicional sindicalismo nacional e implementou o sindicalismo por empresa, mais afeito às negociações “cooperativas” entre capital e trabalho.

Vencida esta primeira barreira, coube uma segunda rodada de modificações nos processos de trabalho. Uma década depois, iniciou-se um amplo programa de modernização do maquinário no Japão, com a introdução de robôs e terminais de computadores acoplados às máquinas-ferramentas, que agora seriam chamadas de máquinas-ferramentas com controle numérico. A principal forma de controle sobre as máquinas não seria mais a intervenção direta do operário, mas a programação de *softwares* que alimentam de informação os terminais de computadores, estes sim no controle do manuseio e do ritmo das máquinas.

Neste estágio de desenvolvimento das forças produtivas, as máquinas ferramentas com controle numérico ganharam uma enorme flexibilidade, podendo realizar um vasto conjunto de operações industriais. De acordo com as demandas personalizadas dos mercados consumidores, tais máquinas podiam produzir, em pequenas escalas, diferentes partes de uma mesma mercadoria, ou mesmo produzir diversas mercadorias customizadas. É o que autores especializados na economia e sociologia do trabalho chamam de automação flexível, uma das características centrais do toyotismo, que confere agilidade e dinamismo à produção capitalista contemporânea, atendendo as demandas personalizadas dos consumidores, que seguem tendências da moda crescentemente determinadas pela mídia e seus aparatos de *marketing* e propaganda.

A construção de modernas redes de telecomunicações interligou em tempo real os centros produtores mundializados e os centros consumidores. Os pedidos dos compradores são enviados imediatamente para as fábricas centrais, oficinas, ateliês, casas e “cooperativas” terceirizadas e subcontratadas, que produzem uma mercadoria customizada sob a demanda dos mercados e recebem por cada peça manufaturada. Com as técnicas de produção *just-in-time*, se otimiza o uso das matérias-primas necessárias à fabricação das mercadorias e alcança-se a meta de um estoque mínimo.

Tais redes modernas de telecomunicações também são importantes para a horizontalização mundial da produção. No período fordista, as grandes fábricas concentravam verticalmente nos seus principais espaços produtivos todas as atividades necessárias à fabricação dos seus produtos. No toyotismo, há a formação de redes produtivas nas quais os oligopólios multinacionais ocupam o centro com atividades

como planejamento, concepção, pesquisa & *design*, finanças, *marketing* e propaganda, isto é, atividades intelectualizadas; e, ao seu redor, se conectam empresas terceirizadas e subcontratadas em todas as partes do planeta, produtoras de peças e partes específicas de mercadorias que são montadas na sua totalidade em algumas unidades produtivas controladas (diretamente ou indiretamente) pelas transnacionais. Desta forma, surge uma nova divisão internacional do trabalho, no qual o centro participa com atividades intelectualizadas, por assim dizer, e a periferia, com as atividades manufatureiras e de execução e montagem das mercadorias, daí o seu relativo desenvolvimento industrial no período pós-crise, como vimos anteriormente.

Em linhas gerais, os principais traços constitutivos do toyotismo são descritos da seguinte forma por Ricardo Antunes ([1995] 2005, p. 34, grifos originais):

(...) Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just-in-time*. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos.

Os impactos do desenho inédito da base material capitalista no bloco histórico neoliberal sobre a classe trabalhadora são devastadores. E por isto muitos autores contemporâneos (MANDEL, 1990; HARVEY, 1994; ANTUNES, [1995] 2005) retomam uma das teses clássicas da teoria marxista da dependência, a saber, a superexploração do trabalho (MARINI, [1973] 2005 e 2000). Atualmente, a superexploração da força de trabalho está relacionada com a introdução das técnicas mais avançadas de produção e gestão da força de trabalho que se combinam organicamente com formas antigas por meio das transnacionais, que funcionam como centros articuladores de vastas redes de produção, comunicação, finanças e consumo.

Marcante é a expansão mundial desta superexploração do trabalho que não se limita à periferia ou semi-periferia, mas se estende também aos centros imperialistas (IANNI, 2004, p. 81-83), em um processo chamado de “brasilianização” ou “terceiro-mundialização”. O neoliberalismo globaliza, assim, diversas expressões da “questão

social”, como o desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2006), a queda dos salários e o consequente aumento do pauperismo (absoluto e relativo), a perda dos direitos sociais dos trabalhadores, o aumento das enfermidades trabalhistas (com destaque para as doenças mentais), etc.

Diante do ataque capitalista, a classe trabalhadora ganha um novo modo de ser e sentir. Ricardo Antunes ([1995] 2005) fala na heteroginização, complexificação e fragmentação dessa classe em diferentes particularidades, emergindo com força as questões de gênero, raça, etnia e nacionalidade, subjetividades estas presentes nos trabalhadores e que são alvo da cultura pós-moderna, que busca mascarar as ligações existentes entre tais questões e o seu núcleo classista.

Os processos de heteroginização, complexificação e fragmentação não se dão puramente no plano das consciências e subjetividades dos trabalhadores; são fruto, antes de tudo, da subproletarização (ou lumpenização) da classe trabalhadora advinda dos distintos contratos de compra e venda da força de trabalho, muitos deles sem garantias, seguros e direitos. Fica evidente no neoliberalismo a precarização do mundo do trabalho com os trabalhos parciais, temporários, terceirizados, informais.

Fragmentada e segmentada objetiva e subjetivamente, a classe trabalhadora vê o esfacelamento das suas principais organizações econômico-corporativas e ético-políticas, como os sindicatos e partidos social-democratas e comunistas. Com o enfraquecimento político e ideológico da classe trabalhadora, os acordos do *Welfare State* firmados em países do Norte perderam a sua base de apoio e desmoronaram em um processo relativamente rápido, embora ainda hoje algumas das suas políticas sociais continuem ativas.

A crise do Estado do bem-estar social é explicada, majoritariamente, por análises que destacam seus elementos administrativos, fiscais e tributários, ou de falência do contrato social firmado pela burocracia estatal, os agentes do mercado e os sindicatos trabalhistas. É preciso reconhecer que tais dimensões estão presentes no fenômeno da crise, mas não alcançam a totalidade dos fatos. A essência da crise do Estado do bem-estar social pode ser buscada na onda longa recessiva – o ciclo B de Kondratiev – na qual o capitalismo ocidental entrou a partir do final de 1960 e início de 1970 (NETTO, 1993, p. 69-70). Nesta perspectiva, a alta do preço do petróleo, decorrente da formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a estagflação e o desemprego estrutural podem ser classificados como epifenômenos de um processo mais subterrâneo, na esfera reservada da produção, a saber, a crise de superprodução e

da queda da taxa de lucros, resultante, dentre outros fatores, do conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores.

Os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora na Europa do pós-guerra tinham como pré-condição objetiva um arranjo institucional político centralizado no *Welfare State* que, por sua vez, estava ancorado pelos recursos econômicos e financeiros disponíveis pela onda longa expansiva. O bloco histórico fordista-keynesiano, ao gerar altas taxas de crescimento econômico e de produtividade do trabalho e do capital, proporcionava aumentos reais dos salários e recursos fiscais que financiavam os gastos sociais crescentes, como os sistemas universais de seguridade social.

Cabe aqui, todavia, uma importante advertência para se evitar um viés economicista na análise sobre o neoliberalismo. Embora se tem destacado a importância da existência de uma onda longa expansiva para a concretização material dos direitos sociais, altas taxas de crescimento econômico e da produtividade total dos fatores não explicam por si só os compromissos de classes assumidos pelo Estado do bem-estar social. Na história do capitalismo, houve períodos nos quais se conjugaram crescimento econômico e produtividade crescente do trabalho sem que, com isso, se materializassem conquistas sociais do porte propiciado pelo *Welfare State*. O acúmulo de forças e o acirramento das lutas de classes em favor da classe trabalhadora arrancaram concessões das classes dominantes no pós-guerra, então preocupadas com a possibilidade efetiva de revoluções socialistas na Europa Ocidental.

Esgotada a onda longa expansiva, abriu-se a indisponibilidade de recursos econômicos e financeiros para sustentar o Estado do bem-estar social. Com a emergência da crise e o conseqüente fracasso das políticas keynesianas em oferecer medidas eficazes para debelá-la, ou mesmo atenuá-la, os neoliberais trataram de se aproveitar desta oportunidade histórica, lançando mão de uma explicação para a crise que se tornou paradigmática. Segundo Anderson (2000a, p. 10),

as raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

A explicação neoliberal para a crise fazia sombra nas contradições próprias do modo de produção capitalista, colocando a organização da classe trabalhadora como

criadora de distúrbios nos mecanismos de ajustes naturais do mercado, que apresenta falhas justamente por causa da indevida intervenção dos trabalhadores e do Estado de bem-estar social, sendo este último considerado expressão direta dos interesses operários. A explicação dos teóricos neoliberais desvia, assim, as atenções das causas centrais dos problemas sociais que surgiram no período de transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal para uma explicação absurda do ponto de vista histórico. Imputar à classe trabalhadora as causas centrais da crise sem se indagar a respeito dos movimentos próprios do capital no seu processo de auto-valorização, além das decisões tomadas pelo grande capital, é ignorar questões centrais para o entendimento das crises capitalistas.

Ao longo desta seção, a crise orgânica dos anos 1970 foi tratada sob uma perspectiva de totalidade, enfocando tanto as questões políticas e culturais quanto as econômicas. Argumentou-se que a crise de transição entre os dois blocos históricos capitalistas do século XX foi resultado conjunto de uma crise de hegemonia com uma crise de superprodução e queda da taxa de lucro. O início da crise orgânica decorreu dos Movimentos de 1968 e disputas políticas no âmbito da geopolítica de forças do Terceiro Mundo para romper com o subdesenvolvimento, a dependência e o imperialismo. Este foi o estopim da crise, que não teria se tornado estrutural, prolongada, se não houvesse a crise econômica na primeira metade da década de 1970. A crise de superprodução e de queda da taxa de lucro foi o combustível necessário para manter acesa a chama que incendiou os campos, como liricamente diz Tariq Ali. Com a confluência destas duas tensões, a crise capitalista dos anos 1970 se tornou orgânica, estrutural, dissolvendo o bloco histórico fordista-keynesiano, tido por muitos como uma fase áurea do capitalismo.

O campo das lutas de classes ficou em aberto. As apostas podiam ser feitas. Do ponto de vista político, muitas opções estavam disponíveis naquele momento e os choques foram frequentes entre os diversos projetos societários. Em sintonia com os escritos leninistas, os de cima não mais conseguiam dominar e os de baixo não mais aceitavam a dominação dos de cima, o que resultou em uma grande crise após anos de promessa ilusória de uma sociedade afluyente para todos.

Mais a frente veremos uma possível resultante histórica desses confrontos nacionais e internacionais das lutas de classes. A seguir desenharemos um mapa (não-exaustivo) de algumas das principais interpretações teóricas a respeito da última grande crise capitalista no século XX.

II.2. Interpretações teóricas sobre a crise orgânica da longa década de 1970

Diante da crise dos anos 1970, surgiram inúmeras interpretações teóricas sobre os processos econômicos, políticos, sociais e culturais que enterraram o bloco histórico fordista-keynesiano e, mais tarde, desaguaram na construção do bloco histórico neoliberal. Uma copiosa literatura, indo das concepções do mundo liberal até a marxista, tentou dar conta da explicação dos fatos, divergindo nos seus métodos, diagnósticos e prognósticos, mas convergindo em um ponto central: a profundidade e gravidade da crise capitalista, considerada por quase todos os analistas como uma crise estrutural ou, nos termos gramscianos, como uma crise orgânica.

Nesta seção do capítulo II, apresentarei a teoria da estabilidade hegemônica de Charler Kindleberger e Robert Gilpin, a teoria da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye, a roleta global de Peter Gowan, a coleção Poder & Dinheiro coordenada por Maria da Conceição Tavares, José Luís Fiori e Carlos Medeiros, as teorias do ciclo e do sistema-mundo de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, o materialismo geográfico de David Harvey e a finança mundializada de François Chesnais. Com isto, pretende-se fornecer um painel representativo de diferentes teorias que pesquisaram a respeito da crise e que exercem influências até hoje nas análises sobre a crise capitalista contemporânea.

II.2.1. Teorias da estabilidade hegemônica

Segundo José Luís Fiori (2007), o fundamento da teoria da estabilidade hegemônica pode ser encontrado na teoria realista das relações internacionais dos anos 1930. Neste período, os quatorze pontos do famoso programa de paz do presidente norte-americano Wilson Woodrow pareciam guiar a ação política na resolução dos conflitos. Considerado utópico e idealista, o programa, que incluía medidas como o livre comércio, rearranjos territoriais, a diminuição da força bélica dos países e a criação da Liga das Nações, não teve resultados práticos convincentes e os conflitos se

generalizaram de tal maneira que as crises econômica e política se estabeleceram no período do entre-guerras.

O historiador Edward Carr escreveu, do ponto de vista do realismo, um conceituado livro sobre esse período, no qual defendeu a hipótese de que um superestado, mais poderoso do ponto de vista político e militar do que os demais, seria necessário para estabelecer uma paz duradoura no sistema mundial, envolto em toda sorte de conflitos (a primeira guerra mundial, revoluções socialistas, o protecionismo econômico) (CARR, [1939] 1981).

A sua tese se baseou na teoria de Thomas Hobbes. O filósofo político, influenciado pelos acontecimentos da Revolução Inglesa, sustentou que um determinado padrão de uso da soberania seria necessário para estabelecer a ordem e a paz entre os seres humanos, impelidos pela sua natureza à competição desenfreada. Segundo Hobbes, a soberania estatal deveria ser absoluta (sem limites à ação do soberano), irrevogável (o contrato social não pode ser dissolvido) e indivisível (poder concentrado nas mãos do regente).

Para a escola realista, a deflagração do segundo conflito mundial em 1939 tria acabado com as ilusões idealistas de se conseguir a paz por meio da defesa de valores abstratos como a liberdade. Uma característica central dessa escola é a justificativa do uso da força como meio de se alcançar a paz mundial (De CASTRO, 2001, p. 16). As duas grandes guerras mundiais teriam resultado das configurações estruturais do sistema mundial, marcada pelas relações anárquicas entre os diversos Estados nacionais. Cada um destes Estados busca a conquista do poder de acordo com seus interesses nacionais racionalmente concebidos. Sem uma coordenação supranacional, que se sobreponha aos Estados individualmente considerados, a tendência aos conflitos se acentuaria e a resolução, muitas vezes, se daria por meio da guerra.

Anos mais tarde, na década de 1960, Raymond Aron defendeu uma tese semelhante, dentro do arcabouço kantiano da paz universal. “Não haverá paz mundial enquanto a humanidade não tiver se unido num Estado universal” (ARON apud FIORI, 2007, p. 103).

Já na década de 1970, sob a marca da crise econômica de 1973-74 e da agitação política de 1968 e além, surgiram escritos que recolheram as contribuições de Carr e Aron para construir o que se convencionou chamar de teoria da estabilidade hegemônica. Dois autores se destacam neste ramo da economia política internacional: Charles Kindleberger e Robert Gilpin.

Nos anos 1970, diante da crise mundial capitalista, Charles Kindleberger tentou explicar porque a crise de 1929 havia sido tão prolongada e seus efeitos sócio-econômicos tão profundos. No livro *The World in Depression (1929-1939)*, Kindleberger afirmou que “a depressão foi tão vasta, tão profunda e tão longa porque o sistema econômico internacional foi entregue a instabilidade pela inabilidade britânica e a falta de disposição norte-americana de assumir responsabilidades para estabilizá-lo (...)” (KINDLEBERGER, 1986, p. 289).

Na opinião de Kindleberger, a economia mundial só poderia operar de forma estável e equilibrada mediante a existência de uma única nação que cumprisse determinadas funções. Tal país, considerado uma liderança por seus pares, deveria fornecer um conjunto de bens públicos indispensáveis a uma infra-estrutura sólida para uma economia mundial liberal: moeda internacional, defesa do ideal livre-comércio, coordenação geral das políticas econômicas e, principalmente, fontes de empréstimos em último recurso (uma espécie de Banco Central mundial). Todas estas funções, organizadas e conduzidas conjuntamente, seriam capazes de criar um sistema econômico mundial relativamente seguro e harmonioso.

Robert Gilpin chegou a conclusões muito parecidas às de Kindleberger. “Na ausência de uma política liberal dominante, a cooperação econômica internacional fica extremamente difícil de ser alcançada ou mantida” (GILPIN apud FIORI, 2007, p. 70). Em recentes publicações, Gilpin sustenta suas antigas teses da necessidade de uma liderança econômica e política forte para manter uma ordem econômica internacional estável, capaz de propiciar um ambiente seguro para o crescimento e o investimento capitalistas. Entretanto, o autor afirma que outros elementos seriam necessários para a manutenção da ordem capitalista como, por exemplo, a proteção social para os excluídos da nova economia⁶⁴, se aproximando das posições do social-liberalismo.

A teoria da estabilidade hegemônica reafirma o postulado da teoria realista de que a força advinda de um Estado-nação política, militar e economicamente poderoso seria necessária para assegurar a estabilidade do sistema mundial. Kindleberger e

⁶⁴ “O sistema capitalista internacional não será capaz de sobreviver sem uma liderança forte e esclarecida. Esta liderança internacional deve promover a cooperação internacional para estabelecer e impor regras de regulamentação do comércio, dos investimentos estrangeiros e das questões monetárias internacionais. Mas é igualmente importante que tal liderança assegure pelo menos salvaguardas mínimas para os inevitáveis derrotados das forças de mercado e do processo de destruição criativa; aqueles que perdem precisam pelo menos acreditar que o sistema funciona com justiça. A continuidade do sistema capitalista ou de mercado estará ameaçada se o empenho de eficiência não for contrabalançado pela proteção social dos economicamente fracos e o treinamento/educação dos trabalhadores deixados para trás pela rapidez das mudanças econômicas e tecnológicas” (GILPIN, 2004, p. 14).

Gilpin, todavia, acrescentam que o consenso também é necessário para a manutenção da ordem. Inicialmente, o primeiro autor usa os conceitos de “liderança” e “primazia”, mas logo depois, o segundo passa a falar em “hegemonia”. Ou seja, a força seria um instrumento importante e eficaz para a manutenção estável do sistema capitalista mundial, desde que conjugado com outras estratégias de contenção das forças adversárias, como o consenso. Em resumo, Fiori (2007, p. 104) afirma que

Carr e Aron estavam preocupados com as guerras e Kindleberger e Gilpin com as crises econômicas, mas existe um denominador comum entre eles: a ideia de que um Estado todo-poderoso ou hegemônico seria indispensável para a obtenção da paz e da estabilidade econômica dentro do sistema-mundial.

Em termos que os aproximam da filosofia política de Thomas Hobbes, os teóricos realistas da estabilidade hegemônica, que seria melhor designada como estabilidade dominante, apelam para o uso da força concentrada em um Estado poderoso capaz de regular, como um gendarme de alcance global, as relações internacionais e trazer a paz e a segurança institucional para os investimentos capitalistas.

II.2.2. Teorias da interdependência complexa

Na interpretação das teorias da interdependência complexa, as relações internacionais sofreram um processo radical de transformação após a Segunda Guerra Mundial. O principal foi o caráter bipolar do sistema mundial: de um lado, os EUA e o bloco capitalista e, do outro, a URSS e o bloco socialista. Do conflito entre os dois blocos geopolíticos, emergiria a Guerra Fria, que só terminaria nos anos 1980-90.

Dentro do bloco capitalista, diversas medidas foram tomadas para impedir a expansão do socialismo no então chamado ocidente e para estimular o crescimento e desenvolvimento das economias centrais arrasadas pela guerra (Europa e Japão) e também das economias periféricas. Uma série de novos organismos internacionais surgiu, tais como a ONU e as agências do acordo de *Bretton Woods*. Diversos acordos de cooperação internacional foram assinados em áreas do comércio exterior (GATT), da tecnologia (INTELSAT), da paz e do meio-ambiente.

De acordo com as teses de Robert Keohane e Joseph Nye, representantes da corrente pluralista das relações internacionais, o uso da força, tal qual afirmava a teoria realista, teria perdido peso na definição das configurações do sistema mundial. No seu

lugar, acordos, regras e procedimentos consensuais ditariam os rumos da política internacional, agora baseada na cooperação não somente entre Estados, mas também com atores não-estatais, como ONGs e empresas transnacionais.

O contexto histórico do pós Segunda Guerra Mundial trouxe o aumento da complexidade nas relações internacionais. Aos assuntos tradicionais da teoria realista, como a guerra, o Estado e a segurança nacional, agregaram-se novas temáticas que seriam necessárias ao entendimento da natureza e da dinâmica do sistema mundial, como a internacionalização produtiva e financeira, os novos atores sociais e os acordos multilaterais de cooperação internacional. Haveria nos dizeres de Keohane e Nye, uma “tapeçaria de diversas relações” entre múltiplos atores sociais e instituições internacionais. “Parecia assim oportuno duvidar das teses dos realistas, segundo as quais a política internacional é movida essencialmente pelo uso da força” (De CASTRO, 2001, p. 23)⁶⁵.

Os questionamentos à teoria realista cresceram nos anos 1960 e 1970, época na qual a principal potência mundial, os EUA, dona de arsenal atômico e da maior máquina militar do mundo, foi derrotada nos campos de batalha por um país do Terceiro Mundo na Guerra do Sudeste Asiático e politicamente pelos países árabes, que conseguiram se organizar em torno de um cartel internacional e aumentar o preço do petróleo, servindo como estopim de uma crise mundial. Para os pluralistas, tais fatos teriam mostrado na prática que o uso da força não seria mais decisivo nos principais embates na ordem internacional. Em outras palavras, esferas de poder para além da coerção haviam surgido e influenciariam decisivamente as disputas na arena mundial. Por isso a teoria da interdependência complexa busca agregar novas temáticas e áreas de estudo à teoria das relações internacionais, visando dar conta das mudanças do capitalismo. Como escreve Fiori (2007, p. 70-71),

Os “pluralistas” ou “liberais”, como Joseph Nye e Robert Keohane, tinham uma visão diferente [da teoria realista] a respeito da natureza e do funcionamento desse poder supranacional. Seu diagnóstico histórico e suas propostas apontavam na direção de um poder e de

⁶⁵ A base da teoria de Keohane e Nye é construída a partir do conceito de interdependência complexa, descrito da seguinte forma por Marcus Faro de Castro (2001, p. 24): “1. A existência de ‘múltiplos canais’ de ligação entre sociedades, que vão desde interações informais entre autoridades e entre atores privados até relações interestatais formais; 2. A ‘ausência de hierarquia entre questões’, implicando um peso e conexões (*linkages*) variáveis entre questões de segurança nacional e outras (por exemplo, econômicas ou tecnológicas) e entre questões de política doméstica e de política externa, podendo tal variação gerar diferentes coalizões entre, dentro e fora de governos e burocracias; 3. A irrelevância do uso da força militar em algumas situações”.

uma legislação legitimados coletivamente e independentes de qualquer Estado nacional em particular. Estavam convencidos da perda de importância dos Estados e defendiam a possibilidade de uma ordem política e econômica mundial regulada apenas por um sistema de “regimes supranacionais” aceitos e geridos de forma coletiva ou multilateral. Como diziam, em 1977, esse sistema consistiria em uma verdadeira rede de regras, normas e procedimentos que regulariam os comportamentos coletivos e controlariam seus efeitos – mesmo na ausência de uma potência hegemônica – de maneira que seria extremamente difícil eliminá-los ou alterá-los radicalmente.

Se, na teoria realista, as questões principais das relações internacionais eram a segurança nacional e o uso do aparato militar e o Estado ocupava o papel central, na teoria pluralista, as relações internacionais são dominadas por relações de cooperação entre diversos atores sociais. No lugar do conflito e das tensões, emergiria a centralidade da harmonia e do equilíbrio.

II.2.3. A roleta global

Durante o último quartil do século XX, especialmente nos anos 1990, os EUA e sua elite empresarial promoveram uma política externa e econômica de reconquista do mercado mundial. Após a queda do comunismo e a ascensão da supremacia neoliberal, a caixa de Pandora foi aberta e os poderes imperiais libertaram-se para exercer seu controle político e econômico sobre o globo terrestre. Peter Gowan, no escrito *A roleta global*, utiliza-se da história de Goethe sobre Mefistófeles e Fausto para retratar a aposta estadunidense para a conquista do mundo: “O colapso do Bloco Soviético colocou as elites americanas diante de uma tentação faustiana. Uma porta parecia se abrir para uma perspectiva de poder cosmopolita até então inimaginável” (GOWAN, 2003, p. 12).

Segundo Gowan (2003, p. 9-10), o projeto estadunidense de dominação global atuaria em duas frentes: primeiro, visaria a mudança da situação interna dos países em favor dos credores e investidores externos do mercado financeiro internacional, em detrimento da população trabalhadora local – este seria o chamado neoliberalismo; segundo, a situação externa dos Estados seria modificada em nome da abertura comercial e financeira dos mercados nacionais aos interesses das corporações transnacionais e grupos financeiros – esta seria a globalização.

Globalização e neoliberalismo são tratados como lados opostos de uma mesma moeda, utilizada pelos EUA na aposta da roleta global. A dinâmica do jogo econômico da política internacional desenrola-se com os governos subordinados ao projeto global

dos EUA arcando com os ônus da globalização e do neoliberalismo, enquanto o governo estadunidense e sua elite gozam dos benefícios e privilégios de ocupar o posto central no novo sistema internacional de riqueza e poder.

Este sistema seria um projeto político concebido pelo governo estadunidense em conluio com suas elites, e não deve ser visto como determinado naturalmente por fatores tecnológicos. O principal método utilizado seria o *Dollar-Wall Street Regime* (DWSR), um regime monetário e financeiro internacional implementado pelo *Federal Reserve* após a ruína de *Bretton Woods*. Em *A Roleta Global*, o DWSR é apontado como a essência da globalização e a moeda como a principal arma de dominação dos Estados Unidos para retomar o controle do mercado mundial. Apesar da centralidade da moeda e das finanças na dominação mundial, Gowan não esvazia as suas análises de determinantes materiais da produção, base para acumulação de poder nas esferas financeira e militar. Nas suas palavras,

diante desse quadro, podemos ver que, contrariamente ao conselho dos atuais teóricos realistas das relações internacionais, os Estados Unidos desejaram moldar sua base militar para se adaptar aos seus esforços de país *capitalista*: o poder militar não é um fim em si mesmo. Mas também podemos ver que as grandes vantagens que os Estados Unidos poderiam obter do regime do dólar-Wall Street através de seu domínio dentro dele não são de modo nenhum uma condição suficiente para garantir o domínio americano. O domínio sobre as relações monetárias e financeiras internacionais não é tudo. É necessária uma base sólida no domínio dentro do setor produtivo da economia mundial e, na verdade, sem domínio daquela esfera o controle sobre o dinheiro e as finanças internacionais permanece definitivamente frágil (GOWAN, 2003, p. 112, grifos originais).

O fim do acordo de *Bretton Woods* foi provocado pelo governo Nixon e enterrada de vez com a política monetarista de Paul Volcker em 1979. Na década de 1960, os Estados Unidos começaram a ter sucessivos déficits na balança de pagamento e o problema, aparentemente conjuntural, tornou-se estrutural. Diversos agentes financeiros internacionais, e até mesmo outros Estados nacionais, passaram a duvidar da capacidade financeira estadunidense em bancar a paridade ouro-dólar, então estabelecida em US\$ 35 por onça de ouro: nas suas apreciações, as reservas de ouro acumuladas pelos EUA não garantiriam a conversibilidade em caso de retiradas/saques volumosos.

O déficit estrutural da balança de pagamentos dos EUA na década de 1960 tinha duas causas principais: primeiro, a exportação de capitais produtivos para a Europa,

com a instalação das suas multinacionais no Velho Mundo; segundo, o déficit fiscal e sua política expansionista de gastos, que aumentou com os gastos militares da guerra do Vietnã. Tanto a balança comercial quanto a conta capital tinham desequilíbrios econômicos que precisavam ser debelados em favor da manutenção do acordo de *Bretton Woods*.

À época, apontava-se que o governo estadunidense teria duas opções disponíveis e satisfatórias ao seu alcance: a primeira seria o ajuste econômico para controle dos déficits fiscais e da balança de pagamento; isto envolveria o corte de gastos militares, o fim da geopolítica militarista no Sudeste Asiático e a redução de importações. A segunda seria a desvalorização do dólar e a contenção do impulso especulativo dos agentes financeiros em relação à moeda nacional. Nenhuma destas soluções foi tomada, o que surpreendeu praticamente a todos. Uma ousada estratégia imperialista entrou em cena, defende Gowan.

Nixon e seus assessores econômicos acusaram o agressivo mercantilismo europeu e japonês como causas do crescente déficit estrutural do país, pois suas moedas nacionais desvalorizadas frente ao dólar seriam uma séria ameaça ao capitalismo industrial dos Estados Unidos, então em declínio. Foi nesta época que os fantasmas da Alemanha e do Japão rondaram o parque industrial envelhecido dos Estados Unidos. A hegemonia mundial estadunidense foi posta em xeque: era hora do contra-ataque.

Em 15 de agosto de 1971, Nixon colocou um ponto final no regime de *Bretton Woods* e derrubou o padrão ouro-dólar. Foi o fim de uma era. A quebra unilateral do regime monetário e financeiro internacional foi uma resposta imperialista do governo estadunidense ao desafio europeu e japonês nos mercados industriais e tecnológicos de ponta, outrora dominados por grandes corporações multinacionais dos Estados Unidos. Mas, o que se sucedeu a *Bretton Woods*?

Segundo Gowan, o novo regime monetário internacional – o DWSR – opera segundo algumas normas e padrões aceitos consensualmente pelos países participantes, mas foi criado unilateralmente pelos Estados Unidos e imposto à força à comunidade internacional (GOWAN, 2003, p. 67-69). Na falta de alternativas concretas, os participantes da arena de disputa internacional foram obrigados a aceitá-lo, embora isto não signifique que gostassem das regras. Desta forma, os EUA arbitram o preço do dólar, a moeda mundial por excelência, submetendo o restante do mundo as suas políticas econômicas internas, guiadas pelos interesses das corporações transnacionais.

As dificuldades e restrições enfrentadas pelos países para adquirir dólar não são enfrentadas pelos EUA, pelo fato da moeda corrente internacional ser emitida pelo próprio país sem nenhum tipo de lastro físico. Ora, isto coloca os EUA em uma posição de incontestável supremacia no sistema de poder internacional, pois o país não enfrenta restrições ao balanço de pagamento segundo os tradicionais manuais de macroeconomia e economia internacional. Segundo Gowan (2003, p. 53), “senhorinagem é o nome dado aos privilégios conferidos por essa posição, [que] pode ser resumido dizendo-se que os EUA não enfrentam as mesmas restrições, em relação à balança de pagamentos, que outros países enfrentam”.

A partir dessa estratégia imperialista, os Estados Unidos foram alçados a uma condição ímpar no sistema mundial. Agora, não precisariam mais fazer o “dever de casa”, como o ajuste do balanço de pagamento, a redução da dívida pública interna (e externa). “O DWSR forneceu uma rota de fuga de todas estas tarefas. E, como resultado, por todos os padrões normais da contabilidade nacional capitalista, a economia americana tinha se tornado profundamente distorcida e instável (...)” (GOWAN, 2003, p. 185).

O governo Carter ignorou as potencialidades do *Dollar-Wall Street Regime* e acabou por adotar uma estratégia de desenvolvimento industrial, ou seja, buscou combater o inimigo (Alemanha e Japão) no seu próprio terreno de batalha. Já o governo Reagan representou uma mudança de política em relação ao DSWR. O ex-ator de Hollywood entrou em cena e mudou o cenário do governo Carter. Dando continuidade à política de juros altos do Federal Reserve, Ronald Reagan e o conservadorismo republicano instauraram a centralidade do capital-dinheiro e buscaram explorar o DWSR como método de dominação global.

A política econômica republicana tinha como objetivos o controle da inflação, impedindo a desvalorização dos ativos em posse da banca, desregulamentação bancária e financeira internacional, redução dos impostos dos ricos para aumentar o volume de aplicações financeiras e o fortalecimento do dólar, apreciado frente as outras moedas.

Com o Plano Baker (Seul, 1985), o governo Reagan mudou sua postura política perante os organismos multilaterais do extinto acordo de *Bretton Woods*, que antes era de desconfiança, desprezo e isolamento, para uma reavaliação do papel institucional destas agências no plano internacional e na resolução de crises dos países periféricos, no caso particular, a crise da dívida externa dos anos 1980. Desta forma, o controle do DWSR se estendeu tanto aos países centrais quanto aos periféricos. Formou-se, então,

um consenso generalizado de que o DWSR seria uma avalanche capitalista irresistível a qual todos os países deveriam se submeter (e ser soterrados, por suposto).

O objetivo do DWSR foi colocar os Estados Unidos em primeiro lugar. Entretanto, “não havia um plano principal consistente até a década de 1990 e o governo Clinton. Em vez disso, uma visão estratégica do papel do regime em uma estratégia nacional americana surgiu gradualmente, muitas vezes em meio a crises causadas por antigas apostas que não estavam dando certo” (GOWAN, 2003, p. 73).

Na década de 1990, com o governo Clinton, o DWSR tornou-se um fato consumado. A globalização, o neoliberalismo e o Consenso de Washington varreram do mapa pequenos focos de resistências e cooptaram lideranças progressistas e social-democratas para os seus objetivos de acumulação, concentração e centralização do capital. Nasciam os primeiros sinais do Império estadunidense contemporâneo. Segundo Gowan (2003, p. 95-96), “[o DWSR] tornou-se radicalizado como um ativo programa para estabelecer um império mundial e também encontrou seu lugar bem no âmago da estratégia política da administração Clinton para a ordem mundial”.

A política neoimperialista no governo Clinton sofreu uma mudança quanto aos agentes de execução. Clinton deslocou o centro de decisões estatal sobre política externa das agências tradicionais (Conselho de Segurança Nacional, Departamentos de Estado e Defesa) para a equipe econômica formada por Robert Rubin (ex-sócio principal da Goldman Sachs), Ron Brown, Larry Summers, Mickey Benton, Laura Tyson e outros. O consenso gerado pela nova equipe era a centralidade da ação política do Estado nas áreas econômica e externa. Era chegada a hora da geoeconomia. Segundo Gowan (2003, p. 123), desenvolveu-se

uma convicção de que o sucesso de um capitalismo nacional era “dependente de um caminho” e o caminho podia ser construído por instituições modeladas por Estados. E não deveria haver contraposições estéreis dos Estados nacionais e das forças de mercado: eles deveriam trabalhar em conjunto, ajudar um ao outro, seja em tecnologia, comércio ou finanças.

A prática neomercantilista desautoriza o discurso falacioso da não-intervenção do Estado na era neoliberal. Na verdade, o que ocorreu foi exatamente o oposto. A cúpula do governo estadunidense, em conluio com *Wall Street* e os setores corporativos de alta tecnologia e de comércio exterior, utilizou-se do aparato estatal de política econômica para operacionalizar a dominação mundial via o DWSR. A globalização e o

neoliberalismo não foram, portanto, uma evolução natural do capitalismo após as revoluções tecnológicas dos anos 1970-80, mas sim uma estratégia política da alta finança e do Estado estadunidenses para retomar o controle mundial, abalado na crise dos anos 1960-70. Gowan (2003, p. 191) afirma que

O principal argumento neste ensaio tem sido de que as características principais do que veio a ser chamado de globalização têm suas origens em decisões deliberadas da administração Nixon tomadas de modo a assegurar o contínuo domínio internacional do capitalismo americano.

Este domínio internacional foi retomado, mas a um custo alto para grande parte da humanidade. O balanço do cientista social britânico sobre o DWSR determina que “as desastrosas consequências econômicas são acompanhadas de um espantoso sucesso político” (GOWAN, 2003, p. 191); do ponto de vista ideológico, o neoliberalismo teria perdido sua capacidade, já no início do século XXI, “de se apresentar como os detentores de qualquer programa de modernização para o planeta”, embora conserve uma força poderosa (GOWAN, 2003, p. 197).

Apesar de toda força política e ideológica do DWSR, ele se estabeleceu como um padrão internacional monetário e financeiro “extremamente volátil, instável e propenso a crises (...). E é nesse contexto que podemos ver a maneira pela qual os grandes fundos *hedge* americanos não são uma aberração, mas instituições financeiras no interesse nacional (profundamente distorcido) americano” (GOWAN, 2003, p. 186). Ou seja, apesar de toda a força do DWSR, que metaforicamente vem de uma entidade mítica como Mefistófeles, mas que na verdade estaria fundada no poder imperial das armas e finanças dos Estados Unidos, seria na sua essência vulnerável e instável, abrindo margem para crises profundas no próprio modo de produção capitalista. Com isto, a análise de Gowan permite sonhar a construção de uma alternativa real ao regime de poder internacional do capitalismo.

II.2.4. Poder & Dinheiro

O esquema teórico cepalino do sistema centro-periferia e a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, legítima herdeira do primeiro (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22), foram importantes marcos ideológicos da compreensão dos mecanismos mundiais de dominação. A sua influência deita raízes

profundas no pensamento crítico desta região e é sentida até os dias de hoje, como atestam os livros da coleção *Poder & Dinheiro*, uma tentativa da economia política brasileira em atualizar as teses cepalinas diante do quadro das transformações contemporâneas do capitalismo global.

Resgatando a literatura desenvolvimentista sobre centro/periferia e subdesenvolvimento, *Poder & Dinheiro* é uma iniciativa teórico-analítica que busca renovar e atualizar suas fontes primárias, oferecendo um ponto de referência para os pesquisadores interessados em desvendar a economia política internacional. A coleção constitui-se de quatro livros⁶⁶ com artigos de autores brasileiros que compartilham um núcleo básico de questionamentos e instrumentais teóricos acerca da globalização⁶⁷, permeados de considerações políticas e econômicas sobre poder, território, dinheiro e armas no sistema-mundo. O reino oculto da produção permanece oculto nas suas análises, sendo alvo de observações muito marginais nos quatro livros.

A problemática central da coleção é a seguinte: de um lado, a dimensão política das relações internacionais cuja dinâmica é ditada pela concorrência interestatal, com ênfase na perspectiva realista; de outro, desenvolve a questão econômica sob “a convicção de que a dimensão essencial e inovadora desta nova etapa da internacionalização capitalista se concentra no campo financeiro, no qual se desfizeram as fronteiras entre as moedas e os capitais, permitindo uma verdadeira universalização do capital financeiro” (TAVARES e FIORI, 1997, p. 9).

Apesar de semelhanças e afinidades com a teoria cepalina, *Poder & Dinheiro* não se prende a nenhuma ortodoxia e constitui um avanço teórico em relação aos seus mestres Raúl Prebisch e Celso Furtado. Os autores prestam uma homenagem aos clássicos do pensamento latino-americano, dialogando, criticando e incorporando-lhes novas fontes de forma bastante eclética. Partindo de alguns dos pressupostos cepalinos e superando outros, os autores dão maior destaque e profundidade aos estudos sobre geopolítica, moeda e regimes monetário-financeiros⁶⁸, em detrimento das análises do

⁶⁶ Cf. *Poder e Dinheiro: uma economia política internacional* (1997); *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999); *Polarização mundial e crescimento* (2001) e *O poder americano* (2004), todos publicados pela Editora Vozes dentro da coleção Zero à Esquerda, coordenada por Paulo Arantes e Iná Camargo Costa.

⁶⁷ Os autores de *Poder & Dinheiro* formam o núcleo heterodoxo da economia política brasileira e são, na sua grande maioria, professores dos Institutos de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

⁶⁸ “Com relação ao modelo cepalino, *Estados e Moedas* distingue-se pela importância que atribui às moedas, aos regimes monetários, ao capital financeiro e à posição de cada Estado na hierarquia e na

desenvolvimento tecnológico, que foi a tônica dos trabalhos clássicos da CEPAL.

A nova metodologia histórico-estruturalista estuda o desenvolvimento desigual das nações dentro do sistema mundial a partir de duas abordagens, a geopolítica e a geoeconomia. Enquanto a primeira analisa a competição dos Estados nacionais em torno da questão do poder e soberania, a segunda observa o comportamento de atores sociais (multinacionais, bancos, fundos de pensão, etc.) na apropriação privada da riqueza.

Os principais vetores e tendências das relações internacionais são definidas, segundo a coleção *Poder & Dinheiro*, não a partir do mercado ou do progresso tecnológico, mas do poder hegemônico ou imperial dos Estados (FIORI, 2004a). Cada vez mais o poder estaria se concentrando em determinados espaços nacionais, diminuindo o número de competidores na arena global capazes de lutar por uma posição no centro do sistema. O processo de centralização e concentração do poder estatal e capitalista não significaria, todavia, o fim dos Estados nacionais. Ao contrário, ele diria respeito à redefinição da forma e conteúdo dos Estados, suas capacidades materiais, seus graus de autoridade e uma re-hierarquização dos mesmos no sistema global; em suma, os Estados nacionais não sofrem um processo de esvaziamento absoluto da soberania, como afirmam, por exemplo, Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT e NEGRI, 2001).

A agenda de pesquisa do prof. José Luís Fiori constitui-se a partir de uma interlocução crítica com algumas correntes da economia política internacional contemporânea (realistas, pluralistas e teorias do sistema-mundo), bem como com a tradição marxista do imperialismo. A sua preocupação teórica gira em torno das origens históricas do sistema mundial moderno e seus desdobramentos futuros até a atualidade. O seu objetivo é, na verdade, conhecer as tendências de longo prazo da geopolítica.

O seu ponto de partida é a pré-história do sistema mundial moderno, encontrada nas guerras de conquista e na revolução comercial – o chamado longo século XIII. Este período marcaria o início da centralização do poder territorial e político nas mãos dos príncipes absolutistas e do poder econômico nos baús dos mercadores e banqueiros. O ápice do processo de dissolução da ordem feudal seria a formação dos Estados-economias nacionais europeus no século XVI. O entrecruzamento entre poder, moeda e território e a sinergia que daí advém explicaria a força do expansionismo dos impérios europeus e suas conquistas até meados do século XX.

competição geopolítica mundial e regional, para a compreensão das relações entre o centro e a periferia do sistema” (FIORI, 2001a, p. 25).

As teorias de Braudel e Marx não seriam capazes de explicar como se deu o salto histórico entre a economia mercantil e o capitalismo ou, em outras palavras, como os agentes privados deixaram de produzir para sua subsistência e passaram a competir de forma sistêmica pela acumulação ilimitada de riqueza, de capital. A acumulação de poder é tida histórica e logicamente como a causa fundadora do “milagre europeu”, pelo qual o comércio, os mercados e as riquezas deixariam de circular nos âmbitos locais e passariam a ocupar os circuitos mundiais, espaço por excelência do capitalismo.

A forma pela qual o sistema mundial moderno teria sido inaugurado e moldado impele de maneira sistêmica todos os soberanos a sempre buscarem a acumulação ilimitada de poder, superando a força dos seus adversários. A competição e a concorrência seriam marcas próprias e indelévels do sistema mundial moderno. O poder seria, portanto, ato e potência fundadores do sistema mundial moderno.

A formação do sistema mundial moderno partiria da acumulação e centralização do poder nas mãos dos soberanos dos Estados nacionais. A fórmula $P - P'$ resume o argumento de Fiori a respeito do nascimento e expansionismo do sistema mundial. Esta acumulação ilimitada de poder ocorreu por meio da guerra, interpretada como atos de conquista de territórios e populações adversárias. A base material do poder seria constituída por territórios e população conquistadas e mantidas por determinado soberano nas fronteiras do seu Estado e também pela capacidade de extração de excedente dos produtores por meio dos tributos, ou seja, sempre por meio da força. Nas palavras de Fiori (2004a, p. 32),

A diferença com a fórmula de Marx é que, no nosso caso, não é a força de trabalho que explica o incremento do valor inicial, é a mais-valia criada pelo poder e por sua capacidade de multiplicar-se de várias formas, mas sobretudo através da preparação das guerras e das conquistas em caso de vitória. Nesse ponto há que ter atenção porque a preparação das guerras mobiliza e multiplica recursos, enquanto que as guerras, propriamente ditas, destroem recursos e capacidade produtiva. Mas o importante é o resultado final, isto é, o aumento do poder dos vitoriosos e, como consequência, todo tipo de concessões monopólicas depois de cedida ao capital, pelo poder político.

O tripé “território, população e tributo” – e não mais o trabalho e a extração do mais-valor, como dizia Marx – forneceria a base para a contínua expansão de um Estado nacional. Para um Estado ser bem sucedido nos seus atos de conquista, deve acumular constantemente aqueles três elementos do poder soberano. Eles financiariam a

reprodução do Estado que, com o controle de recursos próprios, em especial das armas, seria capaz de expandir seus limites para além das suas fronteiras originárias.

Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político. Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não “começa pelo mercado mundial”, nem pelo “jogo das trocas”. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem de começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos (FIORI, 2007, p. 25).

Neste ponto, Fiori explicita como teria se dado a articulação entre poder, moeda e capital. Sua teoria direciona-se em uma posição contrária às teorias do valor-trabalho clássica e marxista. Desde William Petty, passando por Adam Smith e David Ricardo, a economia política clássica afirma que o trabalho é o principal fator de produção da riqueza. O grande nó da teoria do valor-trabalho foi a determinação dos valores excedentes. Afinal, como estes valores eram gerados? Marx, na trilha dos clássicos, resolveu a querela demonstrando como a exploração da força de trabalho gera a mais-valia, isto é, valores que excedem suas necessidades de reprodução social. Entretanto, para Fiori, a centralização do poder político do soberano, expresso no monopólio legal da violência, explicaria a acumulação de capital que não necessita do momento da produção (do trabalho) para a sua consecução. Nos seus escritos, o conceito de capital refere-se “ao dinheiro que se multiplica, segundo a fórmula $D-D'$, por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou por meio de outras formas de uso do poder e, nesse caso, portanto, sem a intermediação imediata da mercadoria” (FIORI, 2007, p. 24, nota 49)⁶⁹.

Os autores da coleção identificam o fim da década de 1970 e o início de 1980 como o marco inicial das transformações que compõem a atual configuração do capitalismo, quais sejam: os mercados financeiros desregulados, a globalização financeira, as diplomacias do dólar-forte e das armas e o Império USA. Eles vinculam a assimetria do crescimento econômico, a concentração financeira e política do momento atual e todo o movimento de globalização financeira às políticas de retomada da

⁶⁹ Cabe destacar que esta visão sobre a teoria do valor e do capital não goza de consenso dentro da coleção. Carlos Medeiros e Franklin Serrano, por exemplo, defendem a abordagem clássica (raffiana) do excedente, na qual os valores são resultado do mundo da produção. Em consonância com a tese fetichista do dinheiro gerar dinheiro e sustentar a acumulação capitalista defendida por José Luís Fiori, têm-se os textos de Luiz Gonzaga Belluzzo e, em certa medida, de José Carlos Braga.

hegemonia estadunidense (TAVARES, [1985] 1997), e sua posterior mutação em um hiperpoder global com fins imperiais (FIORI, 2004b).

O capitalismo, enquanto sistema-mundo, sempre manteve uma consistente estrutura hierárquica entre os países, tanto em relação ao poder político, quanto em relação às moedas. Contudo, se as relações internacionais contemporâneas atendem a especificidades históricas que diferem de tempos passados, seria preciso entender as novas determinações que se agregam às antigas. A expansão da lógica financeira de acumulação capitalista seria um dado novo da realidade contemporânea, cujo desafio é encarado pelos autores responsáveis pelos estudos geoeconômicos, em especial os professores José Carlos de Souza Braga, Luiz Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares.

Remando contra a maré do final do século passado, que insistia em levar cientistas sociais a acreditar no fim da *Pax Americana*, Maria da Conceição Tavares percebeu a problemática do fim da hegemonia estadunidense sob um ângulo diferente: a diplomacia do dólar-forte seria a arma principal dos Estados Unidos para enquadrar seus parceiros capitalistas e retomar sua hegemonia. Nisto, a sua apreciação se assemelha bastante a de Peter Gowan sobre o DWSR, escrita muitos anos depois.

Pela primeira vez, uma voz teve a ousadia de contrapor-se ao consenso de que a (suposta) perda da hegemonia estadunidense era um processo evidente e o fim da *Pax Americana* era uma questão de tempo. Incapazes de responder aos desafios industriais da Alemanha e Japão, de manter os acordos de *Bretton Woods* e exercer sua força e liderança nos campos de batalha e das lutas sociais, os Estados Unidos foram questionados no seu papel de líder mundial e os demais atores políticos e sociais não mais o viam como um “exemplo a ser seguido”.

A hegemonia estadunidense estava ameaçada. Maria da Conceição Tavares não discorda desta assertiva. Na sua opinião, o erro dos analistas foi subestimar o poder de reação imperial dos Estados Unidos sob a liderança estratégica das suas elites financeiras e militares. Disposta a alçar vôos mais altos e lutando contra sua extinção, a “Temível Águia”⁷⁰ buscou retomar o controle do mercado mundial, que estava se desintegrando, e recolocar-se, não apenas como o centro do sistema, mas no topo da hierarquia internacional, sem dividir esta posição com qualquer um dos seus parceiros.

⁷⁰ A expressão é do líder revolucionário cubano José Martí.

O controle da moeda internacional foi um dos instrumentos mais eficazes na estratégia dos Estados Unidos de dominação mundial, dado que a lógica de acumulação capitalista assumiu nova forma, a da financeirização. Aliada às hegemonias tecnológicas e militares, a hegemonia monetária teria garantido aos Estados Unidos um desequilíbrio das relações internacionais de poder e riqueza inteiramente ao seu favor.

O fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verdade, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a “única possível” (TAVARES, [1985] 1997, p. 28-29).

No encontro mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) de setembro de 1979, em Belgrado, Paul Volcker, *chairman* do *Federal Reserve* e representante dos Estados Unidos na reunião, abandonou os trabalhos e os debates sem prestar qualquer tipo de esclarecimento, gerando, inclusive, uma onda de boataria sobre o seu repentino sumiço (TEIXEIRA, 2000a, p. 7). Dias depois, o mistério foi solucionado. Volcker reapareceu e decidiu, sem consultar os demais países-membros do FMI, o aumento da taxa de juros estadunidense, o que gerou uma subsequente valorização do dólar. A partir de então, o governo dos Estados Unidos, em sintonia com os setores dominantes das finanças e das armas do país, lançou mão dos recursos disponíveis ao seu alcance e deslanchou um projeto de retomada da hegemonia – a diplomacia do dólar-forte.

A diplomacia do dólar-forte se fundaria na emergência de um novo regime internacional monetário e financeiro, intitulado por Franklin Serrano (2004) de padrão dólar-flexível. Os regimes monetários teriam o objetivo primário de estabelecer um padrão monetário internacional responsável pelo ajustamento de balanços de pagamentos entre países superavitários e deficitários nas suas contas externas. Eles fixariam regras e convenções para criar um ambiente estável e regulador dos fluxos internacionais de comércio e finanças, estimulando a cooperação e a inter-coordenação internacionais entre os países.

Os arranjos institucionais seriam garantidos por um país hegemônico, centro cíclico do sistema mundial, dono da moeda internacional e, em última instância, prestamista e garantidor da liquidez mundial. Os países e os agentes privados que

aderem aos regimes monetários internacionais teriam, por pressuposto, a confiança necessária no sistema bancário, inclusive (e principalmente) no Banco Central, do país hegemônico emissor da moeda internacional. Segundo Luiz Gonzaga Belluzzo (1997, p. 162-63), “é através do poder de financiar os negócios estrangeiros e de interpor garantias que os bancos da economia dominante impõem naturalmente moeda de sua emissão aos demais protagonistas ‘soberanos’ do mercado”.

De meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, vigorou o padrão ouro clássico, com a Inglaterra como guardiã da moeda internacional, a libra esterlina, e a City Londrina funcionando como a câmara mundial de compensação de créditos e débitos dos Estados e agentes privados. Após trinta anos de anarquia sistêmica, os Estados Unidos assinaram, em comunhão com os demais países da sua área de influência geopolítica, o acordo de *Bretton Woods*, que conferiu novamente ao sistema capitalista mundial uma regulação das transações internacionais, o chamado padrão ouro-dólar.

Preocupados com o avanço mundial do comunismo, os grandes centros capitalistas trataram, “(...) portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (BELLUZZO, 1997, p. 168). *Bretton Woods* visaria não repetir a experiência econômica desastrosa dos vinte anos do entre guerras (1919-1939). O fascismo e o nazismo, resultantes da depressão econômica (entre outros fatores), deveriam ser enterrados de uma vez por todas do mapa político mundial. A solução? Desenvolvimento sócio-econômico, altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego dos fatores de produção, aumento dos salários reais, políticas fiscal e monetária ativas e anti-cíclicas, restabelecimento dos canais de comércio e do sistema internacional de pagamentos.

O “consenso keynesiano” durou cerca de trinta anos, e o projeto de enjaular em barras de aço o capitalismo naufragou nos conturbados anos 1970. Segundo Belluzzo, os motivos do fim desse consenso foram: 1. o processo inflacionário; 2. o surgimento do euromercado e mercados *off-shore*, que absorviam o excesso de liquidez produzido pelo déficit do balanço de pagamentos norte-americanos e pelos petrodólares; 3. as taxas flutuantes de câmbio.

A partir daí, o dólar deixou de funcionar como moeda internacional de troca e reserva, e o regime plurimonetário foi uma solução paliativa do sistema monetário-financeiro internacional para a ausência de um centro hegemônico. Todos os países

centrais abandonaram as taxas fixas de câmbio e adotaram taxas flutuantes. Guardadas as devidas proporções e especificidades históricas, o mundo teria mergulhado na anarquia sistêmica parecida com a dos anos 1919-1939, quando a hegemonia inglesa esfacelou-se. Após trinta anos de controle, o capital financeiro estaria livre para retomar as rédeas da dinâmica capitalista e subordinar todas as outras esferas do capital – agrário, comercial e industrial – ao seu domínio completo e soberano. Ou seja, o processo fantasmagórico de reprodução do dinheiro pelo dinheiro, representando logicamente pelo esquema $D-D^{71}$, iria se realizar historicamente no atual regime monetário internacional do dólar-flexível. Pois, segundo Belluzzo (2000, p. 116),

(...) o capitalismo é o regime de produção em que a riqueza acumulada sob a forma monetária está sempre disposta a dobrar-se sobre si mesma, na busca da auto-reprodução. $[D-D']$ não se trata de uma deformação, mas do aperfeiçoamento de sua substância, na medida em que o dinheiro é o suposto e o resultado do processo de acumulação de riqueza no capitalismo.

Daí, surgiria o sistema financeiro desregulado, com as suas três características principais (BELLUZZO, 2000, p. 176):

1. profundidade: desenvolvimento de mercados secundários responsáveis pela “negociabilidade” dos ativos criados após as ondas de inovações financeiras (final 1960, início 1970);
2. liquidez e mobilidade: agentes podem facilmente trocar suas posições assumidas nos mercados;
3. volatilidade: expectativas dos agentes mudam rapidamente, gerando a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de redução de riscos e perda de rendimentos, os chamados instrumentos de hedge – derivativos.

A política monetária do Federal Reserve e a estratégia geopolítica do presidente Ronald Reagan se impuseram firmemente em relação aos Estados nacionais da Tríade capitalista e dos agentes financeiros internacionais, incapazes de oferecer uma

⁷¹ Em sintonia com a teoria do valor apresentada por Fiori, Belluzzo defende que, na lei geral de acumulação formulada por Karl Marx no volume 2 do livro I de *O Capital*, estão os germes da autonomização do capital-dinheiro na forma do capital-juros, que passa a comandar todo o processo de produção e reprodução ampliada capitalista (BELLUZZO, 2000, p. 88). A especulação e criação de capital-fictício também são práticas universais no que Hobson chamou de capitalismo moderno – “a natureza intrinsecamente especulativa da gestão empresarial, nessa modalidade de ‘capitalismo moderno’, traduz-se pela importância crescente das práticas destinadas a ampliar ‘ficticiamente’ o valor do capital existente, tornando necessária a constituição de um enorme e complexo aparato financeiro”. (BELLUZZO, 2000, p. 90) Ou seja, “a função ‘corruptora’ do capital a juros, vislumbrada por Marx em sua imagem do Moloch e concretizada no processo de fazer dinheiro a partir do dinheiro, prescindindo de qualquer mediação do capital produtivo, é também ressaltada por Hobson” (BELLUZZO, 2000, p. 91).

alternativa concreta, ou de criar focos de resistência eficazes ao processo de alinhamento imposto pelos EUA ao resto do mundo. Ao contrário dos antigos regimes monetários internacionais, baseados em acordos consensuais multilaterais, os EUA conduziram o processo de formação do padrão dólar-flexível de uma maneira unilateral, arrogante e coercitiva, sem buscar um entendimento comum com seus antigos sócios, agora devidamente tornados minoritários e sem muita expressão política.

Há algum tempo atrás, tudo levava a crer que os EUA tinham perdido a capacidade de liderar a economia mundial de uma maneira benéfica. Isso continua a ser verdade. Mas por outro lado os americanos, indiscutivelmente, deram, de 1979 a 1983, uma demonstração de sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desiderato. E o fizeram, está claro, com uma arrogância e com uma violência sem precedentes (TAVARES, [1985] 1997, p. 37)⁷².

O choque de juros promovido pelo *Federal Reserve* no final de 1979 tornou atrativos os títulos da dívida pública estadunidense, e os capitais migraram para o topo do sistema. Os Estados Unidos retomaram o controle sobre o dólar, em particular, e sobre o sistema financeiro global, em geral, mesmo com a sua moeda calcada em bases financeiras e patrimoniais e com a sua balança de pagamentos incorrendo em sucessivos déficits estruturais. Em pouco tempo, a sua economia deixou a recessão para trás e cresceu de forma sustentada durante seis “longos” anos, enquanto boa parte do resto do mundo amargou a estagnação econômica. A distância entre o país que ocupava o topo da hierarquia mundial e os demais foi aumentando gradativamente, e a cada ano os Estados Unidos se firmavam como o centro incontestável do sistema-mundo. Enquanto o crescimento econômico “contínuo” estadunidense foi uma trajetória marcante dos anos 1980, a polarização mundial foi a tendência anunciada para os anos 1990 e 2000.

Em um primeiro instante, o arrocho monetário de aumento da taxa de juros pareceu um autêntico tiro no pé, pois a economia estadunidense enfrentou uma recessão de três anos (1980-83), o que gerou falências industriais e insolvência nos mercados bancário e financeiro. Uma onda de quebradeiras atingiu o sistema econômico nacional, e o candidato democrata Jimmy Carter, então presidente, foi derrotado nas urnas. Ronald Reagan, com uma plataforma conservadora, ganhou o pleito presidencial e assumiu o poder prometendo mudar o rumo da história.

⁷² Pode-se perceber nestas formulações de Conceição Tavares que o conceito de hegemonia ora se referem à coerção, ora ao convencimento. Em momento algum da coleção o conceito ganha um tratamento mais sistemático e coerente, oscilando de texto para texto.

A política econômica de Reagan tinha como objetivos as desregulações bancária e financeira internacionais, o controle da inflação para impedir a desvalorização dos ativos em posse da *haute finance*, a redução dos impostos dos ricos para aumentar o volume de aplicações financeiras, via poupança doméstica, e o fortalecimento do dólar (apreciado frente às outras moedas), além de enfraquecer as organizações políticas da classe trabalhadora, que pressionavam por aumentos salariais, então responsabilizados pelas autoridades pela inércia inflacionária da economia (SERRANO, 2004, p. 203-205).

Europa e Japão lutaram e resistiram contra o padrão dólar flexível, imposto pelos Estados Unidos à comunidade internacional. Eles recusaram, de início, o novo padrão, pois este assegurava um enorme grau de poder político e econômico aos Estados Unidos, capazes de controlar operações monetárias e financeiras internacionais a partir das decisões internas do *Federal Reserve* e do Tesouro Nacional, sem consulta aos demais parceiros. O grau de assimetria aumentava substancialmente em favor dos Estados Unidos, não somente em termos da relação centro-periferia, ou entre Estados fortes e Estados “clientes”, mas também entre os próprios países da Tríade capitalista. A União Europeia e o Japão tornaram-se, em um segundo instante, sócios minoritários do padrão dólar-flexível, embora alguns embates esporádicos e pontuais, principalmente no âmbito do comércio e do câmbio, se façam presentes até hoje.

Controlar a moeda internacional sempre foi um instrumento de dominação capitalista, seja na *Pax Britannica*, seja na antiga hegemonia estadunidense. Logo, a novidade da contemporaneidade não estaria aí: ela residiria na supremacia estadunidense em múltiplas esferas sociais diretamente relacionada à “mutação genética ocorrida no próprio DNA do capitalismo, (...) a mercadoria universal ou o equivalente geral da mercadoria” (TEIXEIRA, 2000a, p. 2).

Com o fim do padrão ouro-dólar, a moeda, expressão abstrata da riqueza capitalista, perdeu todos os seus vínculos com um produto material, no caso, o ouro. A mercadoria universal passou a não estar mais atrelada a uma mercadoria singular, qualquer que fosse ela, e hoje se funda em uma base estritamente fiduciária, de confiança. Segundo Aloísio Teixeira (2000a, p. 9),

Essa é a novidade que caracteriza o novo quadro mundial e que permite aos Estados Unidos assumirem o comando das principais alavancas do poder capitalista. Ao impor ao mundo a soberania do dólar (e de um dólar desvinculado do ouro), a economia americana

passou a uma situação em que não está mais sujeita a restrições de balanço de pagamentos. Pode com isso importar livremente e, dessa forma, reestruturar seu parque industrial, praticando déficits comerciais gigantescos; o problema é do resto do mundo.

Apesar da importância desta mudança, outras transmutações ocorreram dentro do capitalismo. Além da “mutação genética” sofrida pela moeda, o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo ganhou, a partir da política econômica estadunidense nos anos 1960, uma feição rentista e especulativa. A financeirização global é, segundo José Carlos Braga (1997), o modo de ser do sistema, padrão de riqueza que perpassa, domina e aprisiona de forma permanente todas as esferas do capital, ou seja, é uma estratégia de acumulação de capital seguida não apenas por bancos, fundos de pensão, seguradoras e rentistas em geral, mas por diversos agentes privados de peso que não operam, estrito senso, na órbita financeira, como, por exemplo, as famílias e as empresas transnacionais. Tal estratégia de gestão dos ativos e porta-fólios chega mesmo a atingir o *modus operandi* das políticas macroeconômicas governamentais, que, ao aderirem ao *asset management*, fecham o ciclo da lógica financeira em torno de praticamente toda a sociedade.

O atual padrão sistêmico de riqueza emergiu nos Estados Unidos através do sistema monetário e financeiro que privilegia uma competição acirrada entre mercados de moeda, crédito e patrimônio, todos altamente entrecruzados e administrados sob a ótica de gestão de ativos. Os agentes privados começam a abrir mão da posse de moeda e depósitos bancários tradicionais em detrimento da posse de ativos financeiros de alta liquidez e facilmente transacionáveis nos mercados securitizados, o que lhes garante mobilidade financeira e raio de atuação global, dada a desregulamentação dos mercados nacionais e internacional de capital. Dois processos aqui se destacam: a substituição da moeda por ativos de grande liquidez dotados de rentabilidade – as quase-moedas⁷³ –, e a desintermediação bancária, pois grande parte do financiamento das unidades econômicas é atualmente provida por organizações não-bancárias.

A financeirização global se manifesta de diversas formas e a mais visível delas é a diferença entre os valores dos títulos financeiros e o valor da produção de bens e serviços, o que demonstraria o descolamento da órbita financeira da base técnico-

⁷³ As quase-moedas são ativos de altíssima liquidez, muito próximas da moeda, geradores de rentabilidade para o seu detentor, que dispõe de um amplo, ágil e vigoroso mercado financeiro global para vender seus ativos e realizar sua riqueza patrimonial. Desta maneira, a financeirização global da riqueza dá-se através de moedas privadas dotadas de alta liquidez e geradoras de juros, quase-moedas emitidas por um sistema de crédito não-regulado pelas autoridades públicas monetárias.

produtiva real. A circulação financeira da riqueza contemporânea é muito superior à demanda de financiamento da produção (ou circulação industrial, como chama Braga), ou seja, a órbita financeira estaria se autonomizando da base produtiva, a partir da emissão privada de quase-moeda por instituições não-bancárias à margem da regulação dos bancos centrais.

Parte da circulação financeira ainda é, contudo, desviada para o financiamento das atividades produtivas, que muda de forma e conteúdo. Antes, tal financiamento era baseado na reinversão dos lucros da empresa na própria atividade, nos empréstimos bancários e nas emissões de ações e títulos. Atualmente, as estratégias de crescimento das grandes empresas estariam calcadas em práticas financeiras mais ousadas, nas quais se buscam fontes externas de financiamento e fontes de receita não-operacionais, do tipo especulação financeira, como afirma Braga (1997, p. 220):

(...) o rentismo não é mais “especialidade” dos detentores de fortunas pessoais ou do capital bancário, ou das empresas do sistema financeiro. Esta preponderância das finanças nas corporações industriais vem a ser um elemento determinante do rentismo institucional-corporativo contemporâneo.

Diferentemente do que falava Braudel, a especulação financeira contemporânea não seria o sinal do outono dos ciclos econômicos, nem das transições hegemônicas mundiais. Nos tempos atuais, ela teria se imposto como uma condição estrutural, um modo de ser do capitalismo, que não parece disposto a abandoná-la tão cedo; ela não é um distúrbio momentâneo, uma alta dose passageira de irracionalidade – se esta existe, se tornou a racionalidade do sistema.

II.2.5. Teorias do ciclo e da crise do sistema-mundo capitalista

Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein produzem, desde os anos 1970, teses importantes a respeito dos ciclos de acumulação e hegemonia e das crises capitalistas. Apesar das diferenças existentes nos resultados das suas pesquisas, ambos os autores podem ser vistos dentro de uma escola teórica, a do sistema-mundo, legatária da obra do historiador francês Fernand Braudel⁷⁴, mas que recolhe importantes indicações da tradição marxista, incluindo a obra de Antonio Gramsci.

⁷⁴ O próprio Braudel indica no livro *Escritos sobre a história* que Marx foi uma das suas principais

A teoria econômica tradicional tende a ver o processo de expansão internacional dos mercados como igualmente benéfico para suas partes. Segundo a teoria ricardiana das vantagens comparativas, cada país é capaz de obter ganhos econômicos nas trocas internacionais desde que respeite suas vocações “naturais”. O desenvolvimento tecnológico, ainda segundo a teoria liberal, também se expandiria e difundiria equitativamente pelos países do mundo inteiro, desde que não houvessem barreiras protecionistas construídas artificialmente pelos Estados nacionais. Assim, como tendência de longo prazo, os processos de intercâmbio internacional (comercial, financeiro, tecnológico) geram um processo de convergência entre os países do sistema mundial. Em poucas palavras, o mercado produziria não só uma economia relativamente homogênea e igualitária, como também a integração dos povos, tendo como resultado a paz perpétua kantiana. Ao longo do tempo, diversas teorias sociais produziram um enfoque radicalmente diferente daquele quadro pintado pela teoria liberal. De acordo com estes enfoques alternativos, o processo de expansão internacional do capitalismo é marcado pela profunda desigualdade entre regiões e países do sistema mundial.

Fernand Braudel tem uma leitura particular e original do desenvolvimento e expansão mundial do capitalismo. Antes de narrar e explicar a longa duração dos movimentos expansivos do capital, Braudel busca distinguir conceitual e historicamente mercado e capital. Segundo sua teoria, a economia de mercado é caracterizada pelas trocas de produtos excedentes de artesãos e camponeses realizadas no pequeno varejo (lojas) e nas ruas das cidades (camelôs, mascates). O chamado *public market* seria permeado por trocas transparentes e lucros normais regidos pela lei de concorrência (oferta e demanda).

O capitalismo seria algo inteiramente diverso e subsume os circuitos locais da economia de mercado. Seus limites seriam dados pelo globo terrestre. Para Braudel, o capitalismo representaria o anti-mercado, considerado um registro superior da economia de mercado. Grandes negociantes e atacadistas, detentores de toda sorte de monopólios (de dinheiro e crédito, de informações, de acesso ao poder político estabelecido), negociariam suas mercadorias longe da regulação estatal (*private market*), nos âmbitos

influências nas análises de longa duração. “O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica” (BRAUDEL, [1969] 1992, p. 75-76).

regionais (feiras europeias, bolsas atacadistas) e mundial, obtendo grandes lucros. Ou seja, o capitalismo ocuparia o lugar mais alto na hierarquia dos jogos da troca.

Para Braudel, as esferas dos jogos de troca são marcadas por hierarquias. Ele, entretanto, também identifica a marca das desigualdades e hierarquias dentro do capitalismo. Elas perpassam, de cima a baixo, todas as esferas da sociedade, do econômico ao cultural, passando pela política e pelo social. Uma das marcas centrais do capitalismo seria a concentração do poder político e do poder econômico nas mãos de poucos banqueiros, comerciantes, industriais e governantes, uma espécie de “privilégio da minoria”. A expansão mundial do capitalismo só poderia ser pensada a partir da fusão do Estado com o capital: “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 55).

A sua obra, todavia, centra-se no reconhecimento das desigualdades nas diferentes regiões que compõem a economia-mundo. O conceito de economia-mundo não designaria a totalidade das unidades econômicas no mundo, mas sim uma determinada região geográfica que possui um pólo, um centro, representado por uma cidade de destaque (Holanda e Amsterdã, Inglaterra e Londres, Estados Unidos da América e Nova Iorque, para citarmos as economias-mundo mais contemporâneas).

A história da economia-mundo europeia, que surge em torno do século XIV, foi uma história de sucessões de pólos dominantes. Em primeiro lugar, houve a ascensão e consolidação da hegemonia das cidades mediterrâneas (Veneza e Gênova), depois Amsterdã e, por último, Londres. Os dois primeiros ciclos dominantes da economia-mundo europeia eram restritos à cidades-Estado e não alcançaram o plano mundial. Isto iria ocorrer somente no século XIX, com a ascensão de Londres, capital de um Estado-nação que seria o centro de um império mundial. Ou seja, primeiro a dominação urbana, depois a nacional⁷⁵ (Braudel, 1987, p. 79). Décadas mais tarde, o papel central da acumulação capitalista e da hegemonia de poder do sistema mundial seria ocupado por uma nação continental, os Estados Unidos, e sua capital financeira, Nova Iorque.

A economia-mundo seria dividida por zonas concêntricas hierarquicamente dispostas. No topo da cadeia, encontraria-se o núcleo (os pólos dominantes citados acima), no qual se concentram as principais frações da riqueza e do poder político. Neste espaço privilegiado, os países gozariam de altos níveis de autonomia nos seus

⁷⁵ “Uma economia nacional é um espaço político transformado pelo Estado, em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico *coerente*, unificado, cujas atividades podem encaminhar-se em conjunto numa mesma direção” (BRAUDEL, 1987, p. 82, grifo do autor).

processos de tomada de decisão, muitas vezes comandando os movimentos econômicos e políticos internacionais do capitalismo. Logo abaixo, haveria as zonas intermediárias, vizinhas ao centro e seus concorrentes diretos, mas que não conseguiriam alcançar a dimensão dos poderes econômico e político da potência central. Por fim, na base da hierarquia, as periferias (as margens), marcadas pela pobreza material e a dependência política. Durante muito tempo, as periferias foram identificadas como sociedades pré-capitalistas, baseadas na escravidão e na servidão, na total ausência de um poder político centralizado como o Estado-nacional. Todas estas zonas concêntricas formariam a totalidade da economia-mundo, e cada uma das suas partes alimentaria a outra em uma relação de uma dependência, ao mesmo tempo mútua e hierarquizada:

De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. E o que é o centro senão a ponta dominante, a *superestrutura* capitalista do conjunto da construção? Como há *reciprocidade das perspectivas*, se o centro depende dos abastecimentos provenientes da periferia, esta depende, por sua vez, das necessidades do centro que lhe dita sua lei (BRAUDEL, 1987, p. 77, grifos originais).

A agenda de pesquisa de Giovanni Arrighi sobre o sistema-mundo começa justamente com um estudo sobre a crise de 1970. O interesse inicial de Arrighi era entender os mecanismos da crise da hegemonia norte-americana e os seus possíveis desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Sob sugestão de Immanuel Wallerstein, o pensador italiano direcionou suas lentes para o passado e percebeu recorrências históricas em graves crises do sistema-mundo capitalista, típicas da transição de um ciclo sistêmico de acumulação para outro.

Recorrendo a Braudel, Arrighi decompõe a *démarche* da longa duração em grandes fases históricas – os quatro longos séculos: Gênova (1450-1600), Holanda (1590-1770), Inglaterra (1750-1900) e Estados Unidos (1870-2000). Conforme pode-se perceber pelas datas, os ciclos se interpõem e são cada vez mais curtos – no sentido temporal – e mais expansivos – no sentido territorial, hegemônico e de densidade das instituições. Ou seja, a rivalidade interestatal e as lutas intercapitalista e interclasses proporcionam, de forma contraditória, a expansão contínua do sistema-mundo ao longo do tempo.

Tal como dizia Braudel, Arrighi (1996, p. 1) entende a transição de um ciclo sistêmico para outro como uma época histórica de “longos períodos de crise, reestruturação e reorganização”, no qual ocorreriam mudanças com descontinuidades,

isto é, o novo ciclo sistêmico não seria uma mera repetição do antigo. Ele traria consigo novas instituições e formas de controle social e ideológico.

A formação e expansão do sistema mundial moderno, portanto, são concebidas como seguindo não uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passando por diversas mudanças para novos trilhos, instalados por complexos específicos de órgãos governamentais e empresariais (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 31).

Existiria, todavia, uma repetição de fatores históricos característicos desses momentos de transição: (1) elevação dos conflitos estatais e da concorrência capitalista; (2) intensificação dos conflitos sociais e coloniais; (3) surgimento de novas potências globais; (4) expansão financeira sistêmica (abundância de capitais circulantes que são disputados pelos Estados do sistema-mundo). O destaque seria a expansão do capital financeiro, representativa da maturidade de um ciclo – como diria Braudel, o “sinal do outono” –, fenômeno recorrente na história do sistema-mundo capitalista, que corresponde ao período de transição de um regime de acumulação para outro. Todas as alterações de ciclos sistêmicos de acumulação mundiais teriam sido precedidas de uma expansão do capital financeiro (capital que se valoriza no circuito D-D’). Segundo Arrighi, cada ciclo sistêmico de acumulação é composto pelas duas fases da fórmula geral marxiana do capital: fase DM (expansão material produtiva de mercadorias e emprego da força de trabalho) e fase MD’ (expansão financeira por meio da aplicação do capital monetário em operações rentistas).

Ao final do período da crise hegemônica, seguiria-se a ruptura hegemônica, na qual emergiria o caos sistêmico, possibilitando a emergência de um novo centro hegemônico, que construirá o seu poder de liderança por meio do consenso em novas bases organizacionais e institucionais. Após a crise de 1970, abriu-se um longo período de transição sistêmica, no qual poderia-se constatar os quatro elementos históricos citados acima, notavelmente a expansão do capital financeiro. Apesar de todas as divergências existentes no debate ideológico, uma coisa é certa: o período atual seria um momento de transição. “Parafrazeando Hobsbawm, parece haver pouco consenso a respeito de qualquer coisa, exceto o fato de que uma era da história se encerrou” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 30).

Daf Arrighi se colocar quatro questões de extrema relevância: (1) qual nação ou região mundial assumirá o papel de centro hegemônico ocupado até o momento pelos

Estados Unidos?; (2) a globalização solapou o poder soberano dos Estados? Qual será a relação estabelecida entre Estados e capital?; (3) quais são as atuais condições sociais dos grupos subalternos? Como está configurada a classe trabalhadora após a revolução tecnológica? (4) chegamos ao final da dominação ocidental no sistema-mundo? Haverá um choque de civilizações tal qual Samuel Huntington previu?

No início do século, especificamente no seu livro *Caos e governabilidade*, Arrighi adotou uma postura cautelosa frente aos questionamentos acima e, procurou, antes de dar respostas definitivas, levantar e problematizar as inúmeras contradições da atual fase do sistema-mundo capitalista. De todo modo, nas suas considerações finais, o autor italiano aposta no deslocamento do centro de gravidade da economia mundial dos Estados Unidos para o leste asiático, com a China ocupando o papel de *hegemon*.

Na mesma linha metodológica da longa duração, tem-se a obra de Immanuel Wallerstein. No livro *O capitalismo histórico*, Wallerstein descreve o início do processo de constituição do capitalismo como uma incessante mercantilização dos bens produzidos e das relações sociais em todas as esferas – trocas, investimento, distribuição e, principalmente, produção, na qual o trabalho humano tornou-se a mercadoria força de trabalho. Por volta da metade do século XV, deu-se a formação do sistema-mundo capitalista, mas somente dois séculos depois suas bases estariam solidamente fincadas.

O motor do desenvolvimento capitalista teria sido a aplicabilidade generalizada da lei econômica de acumulação ilimitada de valores por parte dos agentes produtivos, comerciais e financeiros. Por diversos fatores históricos, a acumulação de riqueza teria operado em um espaço geográfico restrito, a Europa ocidental do século XV. A riqueza econômica concentrou-se nas mãos da classe capitalista, formada por membros identificados e empenhados em acumular capital e reinvesti-lo sistematicamente na sua auto-expansão.

O processo econômico seria acompanhado de um outro processo de acumulação: o de poder político na figura dos Estados modernos. Concentração do poder político estatal: território (controle das fronteiras na movimentação de mercadorias, pessoas e capital), fiscal (máquina de arrecadação tributária), monopólio legal da violência, legislação de controle das relações sociais de produção.

Os principais beneficiados com a concentração do poder político no Estado moderno teriam sido os capitalistas. A política distributiva estatal direcionou grande parte dos fundos públicos para subsídios das indústrias nascentes, investimentos em

infra-estrutura adequada à estrutura produtiva e a socialização dos prejuízos quando estes supostamente não poderiam ser absorvidos pela classe proprietária.

Sem a constituição dos Estados centralizadores do poder político, não seria possível a formação do capitalismo histórico enquanto sistema mundial de trocas desiguais.

De acordo com sua ideologia, o capitalismo supostamente envolvia a atividade de empresários privados, liberados da interferência da máquina estatal. Na prática, contudo, isso nunca ocorreu efetivamente em parte alguma. É inútil especular se o capitalismo teria florescido sem o papel ativo do Estado moderno. No capitalismo histórico, os capitalistas confiaram na sua habilidade em utilizar máquinas estatais em seu proveito, pelas várias formas que esboçamos (WALLERSTEIN, 1985, p. 47).

De um modo geral, os Estados modernos da Europa ocidental, berço do sistema-mundo capitalista, exerciam as mesmas funções. O diferencial entre eles, contudo, residia na capacidade efetiva de exercer o poder soberano.

Enquanto que os tipos de poder exercido por cada Estado eram semelhantes entre si, o grau de poder das máquinas estatais dadas variou enormemente entre os Estados. Eles foram hierarquizados de acordo com seu poder efetivo, que podia ser medido, não pelas dimensões e coesão de suas burocracias e exércitos, nem pelas suas formulações ideológicas acerca de si próprios, mas pela sua capacidade real de, ao longo do tempo, aumentar a concentração de capital acumulado no interior de suas fronteiras, contra seus Estados rivais (WALLERSTEIN, 1985, p. 46).

Desta forma, o sistema-mundo capitalista é marcado desde o seu nascimento por uma hierarquia entre Estados fracos e fortes. Dentro desta hierarquia, os Estados mais poderosos são capazes de impulsionar os seus capitais internos na concorrência mundial, dando-lhes condições de derrotar seus virtuais concorrentes no terreno da competitividade industrial e de impor, por meio da força e do consenso, suas instituições, valores e crenças ao restante das nações do sistema-mundo. Tem-se, assim, uma polarização global entre zonas centrais e periféricas.

Historicamente, formaram-se três ciclos hegemônicos e nisto os dois teóricos dos ciclos sistêmicos e da hegemonia mundial concordam: o holandês no século XVII, o britânico no século XIX e o norte-americano no XX. Segundo Wallerstein, o ponto de partida de um ciclo hegemônico é a expansão competitiva dos capitais produtivos,

comerciais e financeiros de uma nação sobre as demais. Operaria-se, nesse momento, uma concentração de vantagens comparativas em uma determinada nação, que alcançaria a superioridade econômica frente às outras.

A hegemonia mundial, todavia, só se estabeleceria após a vitória no campo militar da nação economicamente superior. Todos os ciclos hegemônicos seriam precedidos de guerras de trinta anos (Guerra dos Trinta Anos de 1618 a 1648, Guerras Napoleônicas de 1792 a 1815 e as duas Guerras Mundiais de 1914 a 1945). Ganha a guerra, a nação hegemônica determinaria, nos tratados pós-conflito, uma espécie de liberalismo global, que ditaria as regras dos jogos mundiais das trocas. Este seria o auge do ciclo hegemônico. O declínio começaria quando as nações rivais e seus capitais têm acesso às tecnologias avançadas produzidas e controladas pela nação hegemônica e começariam a cópia-las em seu proveito próprio, minando a competitividade dos capitais localizados no *hegemon*⁷⁶. Além disso, a economia do país hegemônico, com sua alta capacidade produtiva instalada, geraria um bem-estar para os trabalhadores na forma de altos salários, o que, por sua vez, diminuiria a lucratividade dos capitais nacionais (WALLERSTEIN, 1985, p. 49-50).

Desde o final do século passado, Wallerstein postula a tese de que o ciclo hegemônico dos Estados Unidos estaria chegando ao fim. Para isto, o sociólogo norte-americano evoca inúmeros fatos históricos do final da década de 1960 em diante como forma de corroborar a sua tese. No plano econômico, o desafio competitivo de Japão e Alemanha, os sucessivos déficits da economia norte-americana no setor interno (dívida pública) e no externo (balanço de pagamentos) e o fim do padrão ouro-dólar; no geopolítico, a derrota na Guerra do Vietnã e os levantes de 1968.

A tese do declínio do poder americano é compartilhada por muitos, mas está longe de ser um consenso. Alguns chegam mesmo a dizer que esta tese é um mito (FIORI et al., 2008). O ponto mais polêmico das últimas produções de Wallerstein não está no pouso forçado da Águia do Norte, mas sim na sua afirmação de que o sistema-mundo capitalista teria entrado na sua fase terminal e viveríamos, hoje, uma transição

⁷⁶ “Com o correr do tempo, essas duas tendências [difusão dos conhecimentos tecnológicos e aumento da renda dos assalariados] solapam a vantagem competitiva das empresas da nação hegemônica na produção, no comércio e, por fim, nas finanças. Com isso, o sistema retorna a um novo longo período de expansão competitiva, até que um outro Estado consiga conquistar a tríplice vantagem competitiva – na produção, no comércio e nas finanças – que define a hegemonia” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 33).

anárquica para um outro tipo de sistema-mundo, que terá suas futuras características determinadas pela dinâmica das lutas de classes.

Do ponto de vista teórico, as análises de Wallerstein são guiadas por dois tipos de temporalidades: os ciclos de média e longa duração. Na década de 1920, o economista russo Nikolai Kondratiev criou, a partir de análises empíricas, as chamadas ondas longas dos ciclos econômicos. Tais ciclos seriam divididos em duas grandes fases, cada uma variando em torno de 25 anos. A primeira fase, chamada de A, corresponderia à ascensão das atividades econômicas, com investimento produtivo, emprego da força de trabalho e geração de renda. Já a fase B seria marcada fundamentalmente pelas crises de superprodução e da tendência da queda da taxa de lucro, que resulta em desemprego, especulação financeira, pauperismo etc. Além de recorrer aos ciclos de Kondratiev, Wallerstein analisa as transformações de médio prazo no sistema-mundo pela ótica dos ciclos hegemônicos, que duram em média um século.

Os ciclos hegemônicos de Wallerstein iniciam-se pela expansão competitiva (produção, comércio e finanças) de uma determinada nação, que acumula para si poder econômico e político. A hegemonia dessa nação só seria consolidada após um período de guerras, que duraria aproximadamente trinta anos. À vitória do *hegemon*, seguiria a assinatura de acordos entre as nações do sistema-mundo, baseados na liberalização das relações econômicas. Com isto, a tecnologia se disseminaria rapidamente entre os países centrais e a vantagem competitiva inicial do país-líder desapareceria. Além disso, se verificaria o aumento da renda real de trabalhadores no país central, que só faz aprofundar a sua perda de competitividade. Estabelecem-se, assim, as condições para outras nações disputarem o posto de *hegemon* do sistema-mundo⁷⁷.

O determinante da crise terminal do sistema-mundo capitalista, entretanto, encontra-se traçado a partir das suas tendências seculares. Wallerstein aponta-nos três tendências que causarão a *débâcle* do capitalismo histórico. A primeira delas é o aumento dos níveis salariais por conta da organização política da classe trabalhadora. A despeito da contra-ofensiva neoliberal ter causado perdas para os trabalhadores, no longo prazo os trabalhadores conquistaram importantes direitos sociais e econômicos. A segunda é o aumento dos custos de aquisição de matérias-primas renováveis e tratamento ambiental dos rejeitos industriais. A terceira é o aumento da tributação

⁷⁷ Esquemáticamente, tem-se o modelo: Expansão competitiva → Concentração da vantagem competitiva (produção, comércio e finança) → Guerra mundial → Consolidação econômica e política do hegemon → liberalismo global → disseminação da tecnologia e aumento dos salários na economia central → perda de competitividade → expansão competitiva.

estatal para fazer frente ao aumento das despesas do Estado, tais como segurança, burocracia administrativa e políticas sociais, todas necessárias à manutenção da ordem de acordo com o interesse geral da classe capitalista.

Estas três tendências seculares do sistema-mundo capitalista estariam se realizando com maior impacto nos últimos tempos, em especial na fase A do quarto ciclo de Kondratiev, iniciado no pós-2ª guerra. Juntas elas derrubam a taxa global de lucros, tendência esta anunciada por Marx no livro III de *O Capital*. As chamadas contra-tendências não seriam suficientes para impedi-la, o que colocaria em xeque a acumulação capitalista e, por conseguinte, o próprio capitalismo histórico.

Às três tendências seculares de derrubada da taxa de lucros, soma-se a deslegitimação contínua do Estado na sua função de conservação da ordem social, seja pelo uso da coerção, seja pelo consentimento. Todos estes quatro fatores juntos demonstrariam a incapacidade estrutural da acumulação capitalista continuar ascendente no longo prazo, o que sacramentaria a crise terminal do sistema-mundo tal qual o conhecemos desde o século XV. “Assim, temos três grandes pressões estruturais sobre a capacidade de os capitalistas acumularem capital, resultado de tendências seculares que crescem continuamente. Esta crise, não de crescimento mas de acumulação de capital, é ainda mais complicada por causa de um outro fenômeno, a perda de legitimação das estruturas estatais” (WALLERSTEIN, 2004, p. 72). “Por isto podemos dizer que a economia-mundo capitalista entrou na sua crise terminal, uma crise que pode durar até cinquenta anos” (WALLERSTEIN, 2004, p. 74).

II.2.6. Crise e emergência de um novo padrão de acumulação capitalista

Dentro da tradição marxista, as teorias de David Harvey e François Chesnais a respeito do padrão de acumulação capitalista na era neoliberal têm alguns pontos em comum que merecem destaque na presente tese, pois muitas das suas formulações serão resgatadas no debate sobre a dialética entre crise e estabilidade do atual bloco histórico. Em primeiro lugar, ambos os autores veem o capitalismo contemporâneo como uma nova etapa do imperialismo, buscando as novas determinações históricas do capitalismo. Para isto partem do instrumental analítico dos grandes clássicos do marxismo e da teoria social crítica. Harvey, por exemplo, sofre fortes influências da escola francesa da regulação (ver Harvey, 1994, em especial a parte II) e, depois, incorpora o debate de Marx sobre acumulação primitiva e de Lênin, Rosa Luxemburgo

e Hannah Arendt sobre o imperialismo. Chesnais, assim como Harvey, tem uma forte influência da escola francesa da regulação nos seus primeiros escritos sobre a mundialização financeira. Mas, a partir de 2000, incorpora o debate sobre o capital fictício e portador de juros, um retorno a categorias marxianas do livro III de *O Capital*, movimento que ocorre a partir dos debates promovidos pelo *Séminaire d'études marxistes* na *Maison des Sciences de l'Homme*⁷⁸.

Em segundo lugar, os dois autores marxistas trabalham com a perspectiva da totalidade, unindo economia e política nas suas análises, com o foco na reprodução da base e da superestrutura necessárias à acumulação capitalista e à superação das suas crises. Para Harvey, tal superação se dá por meio das estratégias de compressão espaço-temporal; Chesnais, pela emergência de regimes de acumulação.

Por fim, Harvey e Chesnais veem a superação das crises capitalistas obedecendo a uma lógica. Em um primeiro momento, prevalecem os elementos hegemônicos, sem descartar o uso da coerção. Em um segundo momento, com o aprofundamento das consequências econômicas, sociais e políticas das crises, verifica-se o aumento do uso da coerção a partir dos instrumentos disponíveis pelo Estado.

II.2.6.1. David Harvey e a teoria da ordenação espaço-temporal

A principal contribuição teórico-metodológica do geógrafo inglês David Harvey ao materialismo histórico é a incorporação da questão espacial na estrutura central do método marxista. Segundo Harvey, clássicos da teoria social e econômica, como Marx, Weber, Durkheim e Marshall, colocam a geografia como uma dimensão menor dos seus estudos, constantemente relegada ao segundo plano; quando figura nos esquemas teóricos daqueles pensadores, geralmente surge como uma solução *ad hoc* (HARVEY [1981] 2006, p. 142).

As formulações de Marx a respeito do desenvolvimento da humanidade giraram, de modo geral, em torno da dimensão do tempo, isto é, da história, como se esta ocorresse sobre o espaço, não em comunhão com ele. Harvey argumenta que Marx não estava totalmente enganado ao priorizar o tempo em relação ao espaço, pois, no modo de produção capitalista, o objetivo central é a produção contínua e ilimitada do lucro, e

⁷⁸ Do Seminário de Estudos Marxistas, também participam Claude Serfati, Dominique Lévy, Gerard Duménil, Michel Husson, Suzanne Brunhoff e outros. A última obra coletiva do Seminário foi *La finance capitaliste*, publicado em 2006 na França e em 2009 em língua espanhola (Buenos Aires: Herramienta).

isto ocorre com a diminuição do tempo de trabalho necessário e do aumento do tempo de trabalho excedente de cada mercadoria e do controle do tempo de rotação socialmente necessário (HARVEY [1981] 2006, p. 145).

Também é verdade que Marx não negligenciou por completo a questão espacial. Em importantes títulos e volumes da sua vastíssima obra, alguns deles escritos em parceria com Engels, temas como a urbanização, a divisão social do trabalho entre cidade e campo, a internacionalização da produção e outros temas caros à geografia, aparecem em notáveis passagens. Mas, adverte Harvey ([1981] 2006, p. 143),

(...) nada disso está realmente integrado em formulações teóricas, que são poderosas com respeito ao tema, mas frágeis em relação ao espaço. A variação geográfica é excluída, considerada “complicação desnecessária”. Concluo que a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração, em seu pensamento, de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial.

A era imperialista impôs uma necessidade inadiável de revisão do papel secundário que a dimensão espacial ocupa nas teorias sociais, em especial no materialismo histórico. Os deslocamentos espaciais de excedentes de capital e a conformação de novos espaços de acumulação na periferia do sistema concretizaram aquilo que Marx já havia antevisto: a concentração e centralização de capitais nas mãos de poucos capitalistas – os grandes monopólios – e a internacionalização da produção. Estas tendências do capitalismo tornaram-se uma realidade, mas um pouco distinta daquela analisada por Marx: o mercado mundial unificou, dentro de uma mesma unidade, formações econômico-sociais muito distintas uma das outras. No mercado mundial, espaço universal do capital, convivem, de forma desigual e combinada, países e nações desenvolvidas e subdesenvolvidas (HARVEY, [1975] 2006).

O espaço passou a ter um papel central na acumulação capitalista durante o imperialismo e na tentativa da burguesia em gerenciar crises nacionais, exportando-as para regiões periféricas. Desde *Filosofia do Direito*, de Hegel, o pensamento burguês reconhece a dificuldade que as classes dominantes têm de promover reformas para colocar um fim às desigualdades sociais, fonte eterna de pressão social e política. A saída encontrada pelo Estado e pela burguesia seria a emigração dos membros do povo e a colonização de territórios estrangeiros, visando exportar as tensões sociais para regiões longínquas (HARVEY, [1998] 2006, p. 194). O resultado é conhecido por muitos: as tensões diminuíram em um primeiro instante nos espaços nacionais do

centro, mas retornaram na forma de conflitos imperialistas pelas colônias políticas e econômicas.

No início do século XX, intelectuais marxistas produziram uma série de trabalhos sobre o imperialismo. Hilferding concentrou seus estudos sobre o capital financeiro. Rosa Luxemburgo, a partir dos esquemas de reprodução do capital, afirmou que o capital precisaria se expandir para territórios econômicos não-capitalistas para fechar seus circuitos de acumulação. Mas, segundo Harvey, é na obra de Lênin que se poderia encontrar uma tentativa de preencher aquela lacuna deixada pelo materialismo histórico de Marx. O revolucionário russo, nos seus escritos sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia e o imperialismo, observa com atenção aquilo que Marx, de certo modo, negligenciou: o desenvolvimento capitalista pelos mais distintos territórios e espaços mundiais e as rivalidades geopolíticas estatais.

De todo modo, a tentativa de Lênin de integrar a dimensão do espaço ao materialismo histórico não levaria a uma formulação abstrata e geral das relações existentes entre acumulação, crises, Estado e território no modo de produção capitalista. A tarefa que Harvey ([1981] 2006, p. 144) se coloca é justamente a de

elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classe são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado (incluindo a transição para o socialismo); ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas.

A acumulação capitalista, de acordo com Karl Marx, não deriva de características naturais e aptidões dos indivíduos, tais como ganância, cobiça, egoísmo ou empreendedorismo. A análise marxiana não é realizada do ponto de vista do indivíduo, mas justamente de forças econômicas relativamente autonomizadas das vontades e subjetividades pessoais. Na sua visão, a acumulação capitalista é um processo dinâmico que tende a resultar em uma expansão contínua e ampliada da ordem social burguesa. As leis tendenciais do modo de produção capitalista apontam para o

seu crescimento ilimitado, seja do ponto de vista da exploração dos recursos necessários aos processos de produção (natureza, força de trabalho e outros), seja do ponto de vista da expansão geográfica e social.

O trabalho é a fonte da produção dos valores e a exploração da força de trabalho é a fonte do sobretrabalho apropriado privadamente pela classe burguesa. Todo o processo de produção capitalista é marcado por uma intensa disputa entre as classes envolvidas, como a burguesia e os trabalhadores, ou mesmo entre os próprios burgueses. A disputa gira em torno do controle do processo de trabalho, da concorrência na conquista de mercados e pela distribuição das rendas e riquezas produzidas. Em grande medida, a riqueza produzida tende a fluir para as classes dominantes, mas este padrão de concentração da riqueza não deriva de nenhuma lei férrea dos salários, mas sim das lutas de classes.

O dinamismo tecnológico é uma variável importante na resolução das disputas entre as classes e inter-classes no tocante a distribuição da riqueza. Em termos da concorrência intercapitalista, ganha mais quem produz abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário, e este padrão é determinado pelo grau médio de desenvolvimento das forças produtivas em uma indústria ou ramo de atividade econômica. Já em termos da luta entre burguesia e proletariado, a inovação tecnológica interfere decididamente a favor das classes dominantes, pois desemprega relativamente contingentes da força de trabalho, aumentando a sua oferta no mercado de trabalho, o que, por sua vez, reduz o preço dessa mercadoria, aumentando os ganhos dos proprietários dos meios de produção.

A reprodução ampliada do capital, todavia, é um processo atravessado em todos os níveis de suas contradições internas, que, periodicamente, se manifestam em crises econômicas, políticas e sociais. Embora não deixe de mencionar e, porventura, analisar as crises políticas e sociais, a atenção de Harvey recai sobre as crises econômicas, principalmente as de superacumulação.

A tese da crise do subconsumo é particularmente defendida por Rosa Luxemburgo. Segundo a revolucionária polonesa, o baixo poder aquisitivo dos salários das classes trabalhadoras impediria a total absorção das mercadorias produzidas pelos meios de produção capitalistas. Desta forma, os burgueses seriam obrigados a procurar novos mercados que possam absorver as mercadorias excedentes. Estes mercados seriam encontrados em formações econômico-sociais pré-capitalistas, isto é, em regiões para além do centro do mercado mundial, dominado pelas relações sociais de produção

capitalista. Surgiria, então, o imperialismo, uma tentativa das potências centrais escoarem a produção das suas burguesias nacionais para a periferia e realizar a mais-valia.

Harvey (2004, p. 116), por sua vez, argumenta que, atualmente, poucos acreditam na explicação das crises econômicas capitalistas a partir das teses subconsumistas. As crises econômicas teriam como causa principal a produção excedente de capital, em primeiro lugar, e de força de trabalho, em segundo, para além das capacidades de alocação rentável destes fatores de produção pelos proprietários dos meios de produção. Em poucas palavras, a superacumulação se caracterizaria pela falta de oportunidades econômicas e financeiras lucrativas para o investimento de excedentes de capital e força de trabalho. O subconsumo das massas seria um fator a ser levado em conta na explicação das crises de realização da mais-valia, mas, em boa medida, as crises capitalistas derivariam da superacumulação de capital e de força de trabalho.

As crises econômicas capitalistas, dentre elas a de superacumulação, deveriam ser entendidas como constituintes do modo de produção capitalista, como seus elementos centrais e inelimináveis, e não como uma falha do sistema que o desvirtuaria de um hipotético ponto de equilíbrio estático. A instabilidade e o desequilíbrio seriam o estado “natural” do capitalismo, e não o equilíbrio, como querem os neoclássicos. Diante de tantas crises vivenciadas pelo capitalismo, se deveria colocar a pergunta de como este modo de produção sobreviveu por tão longo tempo: “a sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda quanto da direita, de sua queda iminente, é um mistério que requer esclarecimento” (HARVEY, 2004, p. 77).

A teoria da ordenação espaço-temporal é precisamente o modelo teórico que Harvey criou com o intuito de estudar como os principais agentes do sistema capitalista gerenciam as crises advindas da dinâmica contraditória e instável do sistema econômico e das lutas de classes, tendo em vista a resposta a sua indagação sobre a “improvável” (sobre)vida longa do capitalismo. A questão do gerenciamento das crises diz respeito como as classes dominantes evitam e/ou mitigam os efeitos das crises de superacumulação. Dito de outra forma, a questão gira em torno de como absorver os excedentes de capital e de força de trabalho sem promover a desvalorização e a destruição dos ativos, que sempre acarrentam o descrédito do sistema e podem desembocar na formulação de ideologias alternativas e ações reformistas e revolucionárias.

A teoria da ordenação espaço-temporal, uma criação original do geógrafo britânico, é uma explanação dos mais distintos métodos burgueses de gerenciamento das crises, dando-lhes uma explicação que leve em conta as contradições do sistema capitalista e sua possível superação histórica por um outro modo de produção, o socialista. A seguir, apresentarei os métodos de ordenação espaço-temporal.

O primeiro é o deslocamento temporal dos excedentes de capital. O controle do tempo – com a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do trabalhador, ou o aumento do tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista – é a chave do lucro capitalista. Os processos produtivos e de organização administrativa das grandes empresas também estão sempre em busca da diminuição do tempo de rotação do capital. O capital investido deve retornar, o quanto antes, acrescido de um mais-valor, à conta do capitalista. Além dessa diminuição, o sistema capitalista, busca, por meio do crédito ofertado pelas instituições financeiras privadas e públicas e pela criação do capital fictício (títulos e ações), a não-interrupção das cadeias construídas entre credores e devedores, compradores e fornecedores. O sistema moderno de crédito e de capital fictício possibilita a constante transição do valor de uma forma para a outra (por exemplo, do capital-mercadoria para o capital-dinheiro), sem que haja brusca interrupção nesse incessante processo de transformação do capital (HARVEY, [1975] 2006, p. 51).

O segundo método, que merece atenção toda especial de Harvey, são os deslocamentos espaciais dos excedentes de capital. Em primeiro lugar, há o direcionamento dos excedentes de capital e de força de trabalho do circuito primário de circulação do capital (produção e consumo diretos) para os chamados circuitos secundários (produtivos e de infra-estrutura) e terciários (gastos sociais e pesquisa & desenvolvimento). O objetivo, neste caso, é imobilizar vultosas quantidades de excedentes de capital em atividades de longa maturação do investimento, ou mesmo em atividades que não tenham como fim em si mesmo o lucro, como os gastos sociais do Estado em saúde e educação.

O ajuste espacial expande a base material, social e territorial do capital por todo o globo terrestre, a natureza e sobre novas esferas do ser social. Outras medidas tomadas pelos capitalistas e pelo Estado são a criação de mercados em regiões globais não-capitalistas, de capacidades produtivas e de novas possibilidades de recursos. Setores produtivos inteiros são desterritorializados nas regiões centrais, para, em um instante

seguinte, ser reterritorializados na periferia. O espaço é construído e reconstruído constantemente de acordo com as necessidades de reprodução ampliada do capital.

Harvey destaca que, sem a ativa participação do Estado burguês, não existiria condições mínimas e razoáveis para a acumulação capitalista, que requer regras contratuais e instituições de mercado estáveis e um aparato coercitivo e hegemônico que garanta limites (estreitos) para os conflitos de classe. O Estado moderno, todavia, desempenha um papel ativo no gerenciamento das crises e na reordenação geográfica do capital. A burguesia não toma suas iniciativas de ordenação espaço-temporais sem contar com o auxílio direto do Estado ampliado. Dependendo da situação, um ou mais aparelhos estatais são prontamente acionados em caso de indícios de uma crise econômica ou mesmo de uma crise política de perda de capacidade dirigente das classes dominantes, em especial no plano das relações internacionais. Como afirma Harvey (2004, p. 81) “(...) quando se trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial, bem como de aspectos mais mundanos das relações externas, o Estado há muito tempo, e ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global”.

Segundo o geógrafo inglês, o Estado tem a capacidade, através do orçamento público e da política monetária, de direcionar excedentes de capital (e de trabalho) do circuito econômico primário para os circuitos secundário e terciário. “(...) Tudo isso depende do papel mediador crucial das instituições do Estado e/ou financeiras em revezar o direcionamento dos fluxos de capital entre os três circuitos do capital. (...) As instituições estatais e financeiras detêm o poder-chave de gerar e oferecer crédito. Elas criam com efeito aquilo que se poderia denominar ‘capital-fictício’” (HARVEY, 2004, p. 97)

Os métodos burgueses de gerenciamento das crises buscam, a todo custo, impedir que a irracionalidade da anarquia da produção capitalista venha à tona, mostrando todas as imperfeições deste modo de produção, bem como as graves consequências sociais das crises econômicas. E, por períodos limitados, e em espaços territoriais bem circunscritos, eles são bem sucedidos no seu objetivo. De tempos em tempos, as classes dominantes, a partir das suas estratégias políticas de gerenciamento das crises, conseguem estabelecer ordenações espaço-temporais que trazem uma coerência estruturada, um equilíbrio – sempre momentâneo – a setores dinâmicos da acumulação capitalista. É o que Harvey (2004, p. 88) chama de regionalidade: “referir-me-ei a essas configurações relativamente estáveis com o termo 'regiões', que defino

como economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo – ao menos por algum tempo”.

De acordo com as ordenações espaço-temporais, excedentes de capital e de força de trabalho são investidos em um espaço de acumulação e acabam por criar novas economias regionais, que ganham certo padrão controlável de produção e reprodução das suas condições materiais e permanecem por um tempo médio capaz de proporcionar os ganhos de rentabilidade esperados pelos detentores dos ativos.

Há processos em andamento, portanto, que definem os espaços regionais, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais (HARVEY, [1981] 2006, p. 147).

Apesar do contínuo esforço realizado pela classe burguesa, as ordenações espaço-temporais fracassam no tratamento das crises de superacumulação. O capital e a força de trabalho excedentes precisariam encontrar outros circuitos de circulação e serem absorvidos em novas atividades, mercados ou mesmo territórios. Os deslocamentos temporais e espaciais, contraditoriamente, promovem um rastro de desvalorização e devastação nas antigas localidades. Bairros residenciais e comerciais decadentes, indústrias abandonadas, infra-estruturas física e social ociosas, meio-ambiente degradado: este é o saldo do deslocamento do capital excedente para novas aplicações rentáveis e fronteiras de acumulação. Na busca da solução da crise de superacumulação, a classe burguesa gera novas contradições e problemas, e em uma eterna “fuga para frente”, tenta, de todas as formas, resolver um problema insolúvel e ineliminável do modo de produção capitalista: as crises econômicas.

Por meio dos deslocamentos temporais e espaciais, a classe burguesa tenta amenizar, ou empurrar para o futuro, as crises estruturais do capitalismo, mas elas sempre emergem com mais ou menos profundidade e alcance, dependendo do tipo das medidas adotadas pelas classes dominantes, pelo Estado e mesmo pelas estratégias políticas das classes subalternas. De todo modo, nas crises mais violentas, como a de 1929 (e de toda a década de 1930), vê-se aquilo que a burguesia tenta impedir: a desvalorização de ativos – dentre eles, o rebaixamento do custo da força de trabalho – e a destruição de excedentes. Quando se alcança esse nível, as conseqüências das crises

econômicas são danosas: no plano econômico, falências, colapsos financeiros, desemprego; no social, aumento das desigualdades sociais, miséria e fome; no plano político, há saídas progressistas, como a revolução socialista, ou conservadoras, como o totalitarismo.

A volatilidade, a instabilidade, a insegurança econômica, política e social constituiriam-se, assim, a regra do capitalismo. Nenhuma medida política ou econômica seria capaz de colocar fim às crises. O modo de produção e todos os sujeitos históricos envolvidos seriam obrigados a conviver em um turbilhão de mudanças que dissolvem regionalidades e ordenações espaço-temporais que pareciam sólidas até serem solapadas. Como ressalta Harvey (2004, p. 87-88),

Deve ter ficado claro do que expus até agora que a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas essas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. (...) Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital.

O novo imperialismo e a acumulação por espoliação

A era Clinton representou um período de prosperidade econômica e retomada da hegemonia estadunidense no sistema geopolítico mundial. Desde o seu término, todavia, os EUA enfrentam uma série de problemas e crises internas com rebatimentos mundiais. Primeiramente, uma forte recessão econômica nos anos 2000-2001 impactou negativamente as taxas de emprego e os índices de desigualdade social. Houve também impacto nas contas fiscais do governo, que até então gozavam de uma situação folgada de *superávit*. Nas contas externas, o saldo comercial dos EUA mostrou-se deficitário. Os escândalos corporativos e fraudes contábeis em corporações multinacionais (Enron, WorldCom, Arthur Andersen) trouxeram uma enorme desconfiança do mercado a respeito do *boom* econômico do país nos anos 1990, tido como artificialmente construído sobre números virtuais e uma especulação irracional. Ademais, a crise nos fundos de pensão de tais empresas e a crise da assistência médica criou um clima de

insegurança e instabilidade na classe média estadunidense, desacreditando ainda mais o modelo de desenvolvimento implantado no governo Clinton.

Foi a partir destes desafios que o candidato republicano George W. Bush, após flagrante fraude eleitoral, assumiu a presidência dos EUA em 2000. Sob a sombra da era Clinton, tida por muitos como um dos períodos mais prósperos dos EUA e gozando de pouca legitimidade política nos planos nacional e internacional, Bush precisava de um programa de governo capaz de dar respostas aos problemas da sociedade.

Após um início vacilante, a oportunidade de levar a cabo seu programa neoconservador, apoiado nos setores mais retrógrados do partido republicano, veio com os ataques terroristas de 11 de setembro. A derrubada das duas torres gêmeas do *World Trade Center* e mais o ataque perpetrado ao Pentágono, centro do alto comando militar dos EUA, proporcionou uma conjuntura favorável a que Bush e seus principais assessores – Cheney, Rice, Horowitz, Powell etc. – implementassem um projeto político diferente do de Clinton, agora mais focado na coerção e dominação do que na hegemonia e no consenso. Apesar dos objetivos ainda serem os mesmos – a garantia do retorno dos investimentos da classe proprietária ao redor de todo o mundo –, os métodos usados para manter a dominação capitalista mudaram na gestão de G.W. Bush. “A mudança do governo Bush para o unilateralismo, a coerção em vez do consentimento, para uma visão imperial bem mais declarada e para o recurso ao seu poder militar irresistível indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio norteamericano (...)” (HARVEY, 2004, p. 68).

Com o 11 de setembro, Bush pode apelar para os sentimentos de patriotismo e nacionalismo dos seus cidadãos com o objetivo de gestar a união de todas as classes e indivíduos contra uma ameaça externa, agora não mais o comunismo, mas sim o terrorismo sem pátria da rede *Al-Qaeda*. Diante de uma situação radical como a vivida naquele momento pelos EUA, argumentaram os neoconservadores, nada mais justo do que a instauração de um estado de exceção, com o recurso explícito de métodos coercitivos e de vigilância extremada, com reduções significativas nos direitos civis nos EUA, considerada a terra da liberdade.

Estes novos métodos de manutenção da ordem ganharam asas, e não ficaram restritos ao âmbito interno. O governo Bush adotou, também no plano internacional, uma série de medidas unilaterais – invasão do Afeganistão e do Iraque, apoio ao golpe na Venezuela – que alteraram profundamente o padrão de manutenção do mercado mundial. Do *soft imperialism* da era Clinton passou-se, então, ao novo imperialismo.

De acordo com Harvey, o conceito de imperialismo capitalista opera com duas lógicas de poder distintas mas unidas dentro de uma unidade⁷⁹, a territorial e a capitalista. No período do novo imperialismo, a primeira manifesta-se por meio da doutrina de segurança dos neoconservadores estadunidenses, enquanto a segunda aparece como um novo padrão de acumulação, a saber, a acumulação por espoliação. O que ocorre é

(...) uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do Império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (HARVEY, 2004, p. 31).

A lógica territorial de poder pode ser identificada com o uso explícito da força militar estadunidense para dominar importantes reservas petrolíferas e ocupar países estratégicos do ponto de vista geopolítico (Leste Europeu, Oriente Médio e Ásia Central), isolando a Europa da Rússia e este país da China. A nova geopolítica imperialista dos Estados Unidos ganhou um fundamento estratégico com a formulação da Doutrina de Segurança Nacional da guerra preventiva ao terror.

Já a lógica capitalista de poder configura-se como um padrão contemporâneo de acumulação capitalista, nomeado por David Harvey de acumulação por espoliação. No nosso entendimento, o geógrafo britânico desenvolve uma leitura particular e fecunda a respeito da chamada acumulação primitiva. Seguindo as pegadas deixadas por Marx e tateadas por Rosa Luxemburgo, Harvey diz que os processos predatórios, fraudulentos e coercitivos da acumulação primitiva não devem ser entendidos como uma etapa histórica esgotada no passado da história do capitalismo, lá na sua origem, ou como fatos sociais exteriores ou estranhos ao capitalismo.

Segundo Harvey, os processos constitutivos da acumulação primitiva – vale lembrar: expropriação das terras comunais, saques, pilhagem, mortes e assassinatos,

⁷⁹ “A relação entre essas duas lógicas deveria, pois, ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas. A dificuldade que afeta análise concreta de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico” (HARVEY, 2004, p. 34).

guerras, dívidas públicas⁸⁰ – exercem uma função primordial e ineliminável na manutenção e expansão do sistema capitalista mundial, sendo recursos importantes que as classes dominantes e o Estado burguês se utilizam em momentos de grave crise capitalista. Assim foi na crise no final da década de 1970, quando a hegemonia neoliberal e o padrão financeirizado de acumulação do novo imperialismo ganharam vida nos anos 1980, que os métodos da acumulação primitiva ressurgiram.

Na sua concepção, a acumulação capitalista contemporânea baseia-se em cinco eixos principais: (1) a proletarianização de largas parcelas da humanidade, especialmente a partir da violenta expropriação dos meios de produção da população rural; (2) a financeirização, com seu estilo especulativo, predatório e fraudulento⁸¹; (3) a garantia de direitos de propriedade intelectual sobre elementos biológicos (engenharia genética, biotecnologia); (4) a mercantilização da cultura, que se torna um dos principais espaços de acumulação com o desenvolvimento da indústria cultural e; (5) privatização de bens públicos e da seguridade social a partir das reformas neoliberais do Estado em todo o mundo.

A acumulação incessante de capital, tanto no plano interno quanto no externo, gera, segundo Hannah Arendt – uma das principais referências de Harvey sobre imperialismo –, a necessidade da acumulação incessante de poder. É como se a concentração e centralização de capital nas mãos de poucos proprietários dos meios de produção exigissem a concentração e centralização do poder nas mãos de um único agente político, no caso, o Estado. Este, de fato, nos primórdios do capitalismo, funcionou como um autêntico comitê gestor dos interesses da burguesia, seguindo de perto os ideais dos proprietários, utilizando-se dos seus aparelhos coercitivos para reprimir as organizações dos não-proprietários e manter a ordem burguesa.

⁸⁰ No capítulo XXIV do livro I de *O Capital*, Marx descreve diversos métodos da acumulação primitiva de capital: expropriação das terras comunais e a privatização das terras; o direito burguês da propriedade privada; a mercantilização do trabalho humano e a proletarianização de grandes massas populares; a colonização de territórios estrangeiros e ocupados; a usura e a dívida pública dos Estados nacionais.

⁸¹ “(...) A forte onda de financialização [financeirização], domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapso de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais do capitalismo contemporâneo” (HARVEY, 2004, p. 122-123).

O Estado burguês opera de acordo com a dinâmica das lutas de classes, tanto com a hegemonia/consenso quanto com a dominação/coerção. Estas formas, todavia, variam com as fases do capitalismo e a formação econômico-social. Na atual fase do novo imperialismo, a coerção política e econômica do Estado teria assumido um papel central na manutenção do padrão de acumulação via espoliação. Como diz Harvey (2004, p. 40-41),

o poder econômico de dominar (como o embargo comercial ao Iraque e a Cuba, bem como os programas de austeridade do FMI implementados sob a égide do Tesouro norte-americano) pode ser usado com um efeito tão destrutivo quanto o da força física. Um exemplo disso é o papel destacado das instituições financeiras norte-americanas e do Tesouro norte-americano, apoiados pelo FMI, na provocação de uma violenta desvalorização dos ativos por todo o leste e o sudeste da Ásia, na criação do desemprego em massa e na efetiva reversão de anos de progresso social e econômico obtido por imensas populações da região.

II.2.6.2. François Chesnais e o regime de acumulação financeirizado

A partir da publicação do livro *A mundialização do capital* (1994), François Chesnais tem se destacado internacionalmente com suas análises teórico-políticas sobre as recentes transformações do modo de produção capitalista, sintetizadas nas suas obras sob o nome de mundialização financeira, ou de regime de acumulação financeirizado.

O economista francês busca caracterizar teórica e historicamente o regime de acumulação financeirizado, destacando elementos dos setores produtivos, tecnológicos e financeiros, além de dedicar atenção a elementos políticos, como a luta de classes, os Estados e a geopolítica. Em suas próprias palavras,

Estão em jogo precisamente o prolongamento e o aprofundamento de algo contido nos trabalhos do século XX a respeito do imperialismo e que não vinha sendo metodologicamente explicitado com a clareza necessária. Isto é, a inscrição do movimento da acumulação na História – a das classes sociais e de suas lutas como a das relações entre Estados (CHESNAIS, 2002, p. 13).

Em sua tentativa de historicizar a mundialização financeira, Chesnais dá vida às contradições imanentes ao capitalismo, tais como as crises e as lutas de classe. A partir desse referencial, a mundialização financeira é dividida em quatro fases. A primeira é a internacionalização financeira indireta (1960-1979). Nesta fase, se observaria o

ressurgimento do capital-dinheiro, ou do capital portador de juros, que havia figurado com papel de destaque no início do século XX e no entre-guerras, e a crescente importância dos mercados financeiros (eurodólares e petrodólares) e das instituições financeiras não bancárias, como as seguradoras, os fundos mútuos de investimento e os fundos de pensão por capitalização.

A segunda fase seria marcada pela desregulamentação e pela liberalização financeira (1980-1985). Ela se iniciaria com o choque de juros do FED em 1980 e com a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros que se seguiu após a vitória da Revolução Conservadora na Inglaterra e nos Estados Unidos. Montou-se, nos países centrais do mercado mundial, toda uma estrutura política, econômica e financeira para a manutenção da hegemonia das finanças frente às outras frações da classe burguesa. Deste modo, promoveu-se a securitização da dívida pública, a criação de mercado de bônus da dívida e uma política monetária de taxas de juros reais positivas que garante os ganhos dos barões das finanças. Por último, o período seria marcado pela crise da dívida externa do Terceiro Mundo, motivada pelo choque de juros estadunidense, que elevou enormemente o preço da dívida dos países subdesenvolvidos contraída a taxas de juros negativas na primeira fase da mundialização do capital.

A terceira seria a da incorporação dos chamados mercados emergentes (1986-1995). Às praças financeiras tradicionais (Wall Street, City Londrina, Frankfurt e Tóquio), juntaram-se os países chamados “emergentes”, como Argentina, Brasil, México e, posteriormente, China e Índia. A integração mundial dos mercados financeiros, que alcançou todo o globo terrestre, não derivaria diretamente das possibilidades abertas pelas tecnologias da informação (TIs). Tal integração certamente ganhou um impulso com o desenvolvimento das TIs, mas ela seria resultado sobretudo dos interesses e ações dos rentistas ativos em abrir fronteiras de acumulação de ativos financeiros poupados no centro do mercado mundial, e que não encontravam mercados para aplicação ou taxas de rendimento atrativas. Atraídos pela ilusão de que a entrada de capital externo lhes traria uma era de desenvolvimento econômico, os países subdesenvolvidos praticaram uma política monetária de altas taxas de juros com o intuito de atrair o capital excedente dos países desenvolvidos.

Assim, fechou-se uma fase da mundialização do capital, com a integração (subalternizada) dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial e a consolidação do regime de acumulação financeirizado global, que tem como suas principais características, baixas taxas de crescimento do PIB, crescimento *stop-and-go* (curtos

períodos de crescimento entrecortados por períodos recessivos), altas taxas de crescimento dos ativos financeiros, o aparecimento dos rentistas ativos, a recorrência das crises financeiras e monetárias, a marginalização de países do Sul e o desemprego estrutural.

A história, entretanto, reservaria uma surpresa. Uma grande surpresa. Quando todos já afirmavam a continuidade da hegemonia dos Estados Unidos e a completude da integração dos mercados financeiros, brotou, no leste do globo, uma potência econômica e militar capaz de trazer um abalo à até então incontestável dominação estadunidense. Diz Chesnais (2005a, p. 20-21, grifos do autor):

Mas nos anos 2000, assiste-se a um deslocamento cujo alcance e consequências devem chamar agora a atenção dos pesquisadores críticos. Doravante é na condição de capital concentrado, *em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida*, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam. O papel desempenhado pelos Estados Unidos na expansão do processo de liberalização e de privatização no mundo e o lugar que ocupam na configuração da mundialização capitalista tiveram como consequência a criação de um efeito óptico deformante, encorajando os pesquisadores a enxergar a mundialização como, antes de tudo, a projeção sistêmica da hegemonia norte-americana.

A quarta fase da mundialização financeira iniciou-se com o surgimento, lento e gradual, embora constante e crescente, de um novo polo geopolítico mundial. Dona de um vasto território e da maior população do mundo, a China tornou-se, após as reformas de abertura de Deon Xiaoping, o principal país atrator de investimento direto externo, em especial os provenientes das multinacionais dos Estados Unidos. A ida deste capital estrangeiro levou a China a tornar-se aquilo que a Inglaterra foi no século XIX, isto é, a “fábrica do mundo”. Seus produtos manufaturados, produzidos por uma força de trabalho qualificada, disciplinada e barata, inundaram os mercados de todo o mundo e trouxeram um afluyente canal de recursos econômicos e financeiros abertos pela exportação dos produtos manufaturados, abrindo uma era de espetacular crescimento nacional à nova potência do Leste.

O crescimento da China, combinado com o mini-ciclo de crescimento dos Estados Unidos (2003-2008), funcionou de locomotiva para o crescimento mundial, puxando os demais vagões acoplados à mundialização financeira. A crescente demanda chinesa por bens primários, em particular os alimentícios, minerais e energéticos, conjugada com a especulação financeira nesses mercados, abriu um ciclo de alta dos

preços destes bens, gerando ganhos para os países exportadores de matérias-primas, bem como para os rentistas que especulam com tais bens. Desta forma, se esboçou uma nova divisão internacional do trabalho: os países centrais produziram bens e serviços de alta tecnologia, a China os produtos manufaturados e o restante do mundo matérias-primas e energia.

Aproveitando as oportunidades geradas pela nova divisão internacional do trabalho, os países periféricos voltaram a concentrar seus esforços produtivos em suas “vantagens comparativas naturais”, isto é, produzirem bens primários com baixos custos. Em termos concretos, desmontaram seus (incipientes) parques industriais e reprimarizaram sua estrutura produtiva, exportando mercadorias do setor primário da economia – alimentos, minerais e insumos de energia – a baixo custo, devido à superexploração da força de trabalho e a ausência de legislações sindicais e ambientais.

A reprimarização da periferia do mercado mundial ocorreu, todavia, em paralelo com a centralização e concentração de capital nestes países. A produção primária, agora, seria comandada não mais pelas antigas classes latifundiárias, mas sim por oligopólios do Norte e do próprio Sul, combinando técnicas produtivas avançadas, como o uso intensivo de alta tecnologia (produtos químicos, sementes transgênicas), e relações sociais de produção arcaicas, como o trabalho artesanal, familiar, infantil e mesmo semi-escravo⁸². Como afirma o autor,

os países nos quais a formação de oligarquias “modernas” poderosas avançou junto com fortes processos endógenos de acumulação financeirizada e a valorização de “vantagens comparativas” conforme as necessidades das economias centrais – trunfos naturais para os produtos de base e/ou exploração de uma mão-de-obra industrial barata – são hoje integradas ao funcionamento do regime internacional da mundialização (CHESNAIS, 2005a, p. 22).

O último fator que merece destaque na quarta fase da mundialização financeira é a plena integração da Europa à lógica da acumulação financeira. Muitos projetaram que o modelo de integração regional proposto pela Europa poderia ser um contraponto ao modelo imperialista dos Estados Unidos de integração econômica global, uma espécie de bastião social contra o capitalismo global sem barreiras e freios. Esther Jeffers lembra que a formação dos mercados financeiros contemporâneos se deu na City

⁸² “Eles [os oligopólios] combinam um controle importante da *corporate governance*, um gerenciamento moderno e um uso possível das tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho e do meio ambiente. A extração, a transformação e a exportação de metais de base e da agroindústria são exemplos típicos que o Brasil conhece” (CHESNAIS, 2005a, p. 22).

Londrina e demonstra que “depois dos Estados Unidos, a União Europeia – por meio das principais potências que a compõem – desempenham bem o seu papel de segundo pilar da finança mundial” (JEFFERS, 2005, p. 155).

Estas sucessivas fases da mundialização financeira trazem, independentemente dos fatos singulares que as caracterizam, traços marcantes e comuns a todas elas. Chesnais não entende esses fatos de uma forma isolada, cada um se desenvolvendo de uma forma autônoma do outro. A perspectiva marxiana de totalidade – segundo a qual uma unidade é síntese de múltiplas e contraditórias determinações – é constantemente reafirmada ao longo da sua produção recente. “A necessidade de desenvolver a teoria do capital mundializado e do sistema de relações políticas da ‘globalização’ compreendidos como ‘elementos de uma totalidade, pluralidade dentro da unidade’ (Marx) sempre me pareceu indispensável” (CHESNAIS, 2007, p. 15).

Segundo o economista francês, os fatos singulares das fases da mundialização financeira fazem parte de um todo, constituindo o que ele chama de “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, ou então de “regime de acumulação financeirizada mundial”. “A ideia é que não estamos diante de elementos e problemas disparatados, e sim de dados que ‘fecham um sistema’ e que traduzem um novo conjunto de relações econômicas e políticas” (CHESNAIS, 1998a, p. 20).

Em resumo, o novo regime de acumulação capitalista configura-se em torno das seguintes dinâmicas econômicas, políticas e sociais: (1) crescimento espantoso das transações financeiras e do poder político e econômico das finanças; (2) novo regime salarial; (3) novo padrão de distribuição de renda entre nações e classes sociais; (4) repartição da poupança entre investimento e finanças; (5) características novas da acumulação; (6) desemprego estrutural e precarização do mundo do trabalho e (7) assimetria nas relações geopolíticas e geoeconômicas entre os países. A seguir, veremos com mais detalhes todas estas características, bem como os conflitos políticos e sociais que resultaram na ditadura dos credores e na emergência do regime de acumulação financeirizado mundial.

O regime de acumulação financeirizado (RAF)

A emergência do RAF não é um fenômeno puramente econômico. Para Chesnais (1997, p. 24, grifos originais), foi “*por meio de uma articulação estreita entre o político*

e o econômico [...] que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas”.

A esfera econômica ocuparia um lugar central na dinâmica da sociedade capitalista, e muitas vezes, parece comandar as outras esferas, submetendo os sujeitos históricos à lógica da acumulação ampliada. Porém, “a discussão sobre a mundialização é bem mais que uma simples discussão ‘econômica’. Ela diz respeito às formas do domínio social próprio de uma fase histórica tomada como tal, da qual não podemos saber nem quanto tempo durará, nem por qual caminho a humanidade dela sairá (...)” (CHESNAIS, 1997b, p. 15).

Com estas afirmações, o autor se distancia simultaneamente de leituras economicistas marxistas e da vulgata neoliberal sobre o papel da política e das suas instituições nos movimentos históricos, em particular na criação de regimes de acumulação. Enquanto o marxismo vulgar entende a superestrutura como um reflexo da base econômica, univocamente determinado por esta, a vulgata neoliberal apresenta o Estado como um ente exterior ao mercado, muitas vezes como antagônico aos capitalistas.

Seria impensável entender a emergência do RAF sem colocar em tela a estratégia política burguesa do final dos anos 1970 e início dos 1980. Naquela época, as vitórias eleitorais de Ronald Reagan nos EUA e de Margaret Thatcher no Reino Unido criaram o solo fértil pelo qual pode florescer o RAF. Por meio do consenso obtido pelos governos anglo-saxões de direita, aplicou-se uma série de medidas de desmonte do Estado de bem-estar social e das barreiras e regulações criadas para impedir a livre atuação dos capitais após o fim da Segunda Grande Guerra. Promoveu-se a desregulamentação do mercado de trabalho, a liberalização dos mercados de juros e câmbio, bem como da circulação internacional de capital (comercial, industrial e financeiro) e a privatização de bens e serviços públicos.

Em suma, no início de 1980, e ao longo daquela década e da posterior, as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização foram implementadas em algumas potências imperialistas e depois exportadas para os demais países centrais e para toda a periferia, sob o patrocínio de instituições internacionais. No plano interno de cada país, houve um realinhamento da correlação de forças entre grupos e classes sociais. Rompeu-se com os compromissos sociais sólidos e estáveis estabelecidos entre burguesia, classes médias e trabalhadores assalariados por todo o regime de acumulação fordista. De acordo com François Chesnais, todas estas medidas configuram uma

revolução conservadora, entendida como uma estratégia política das classes dominantes de ofensiva aos regimes de proteção social e organizações políticas populares com o intuito de aumentar os ganhos capitalistas. Para isto, foi necessária a criação de um novo regime de acumulação que organizasse, dentro de um todo articulado e dinâmico, diversas medidas da ofensiva do grande capital.

(...) podemos também sustentar que o objetivo do neoliberalismo, cuja expressão foi a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, era recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação. Entendido dessa maneira, o neoliberalismo, é forçoso constatar, atingiu plenamente seus objetivos, pois ocorreu um grande salto na concentração de riqueza (CHESNAIS, 2005b, p. 57).

No regime de acumulação financeirizado teria ocorrido um golpe de Estado, um movimento político pelo qual uma nova fração da classe burguesa – os rentistas ativos – instituiu o domínio do capital portador de juros, inaugurando a era da ditadura dos credores. Esta fração de classe, apoiada pelo poder econômico, político e militar dos seus respectivos Estados-nação, estabeleceria uma hegemonia frente aos outros grupos e classes dominantes, como a burguesia industrial, e submeteria, por meio da coerção, setores das classes subalternas que não se adequaram ao novo regime de acumulação. Os rentistas ativos, portanto, tornaram-se o grupo hegemônico e passaram a comandar o ritmo e as formas de acumulação de capital segundo seus propósitos e interesses.

Segundo o economista francês, existiriam diferenças históricas entre as finanças no início e no final do século XX, bem como dos seus agentes. Deve-se diferenciar a atual fase do imperialismo – a do capital portador de juros – da sua primeira fase, na qual prevaleceu o capital financeiro. Primeiro, os investimentos das finanças contemporâneas estariam mais concentrados e mais descolados da sua base material, isto é, teriam elementos fictícios da acumulação do capital mais desenvolvidos do que antes. Depois, as aplicações financeiras atuais teriam uma natureza mais de curto prazo, com o objetivo do retorno imediato do investimento. Por último, os mercados financeiros seriam mais voláteis, oscilando para cima e para baixo de acordo com os movimentos (ir)racionais dos seus operadores.

Há outras três diferenças entre as finanças do início do século XX e do seu final e início do XXI. Chesnais pontua a existência das diferenças entre os *rentiers* descritos

por Lênin e os rentistas ativos do RAF, as novas configurações dos oligopólios mundiais e a importância das instituições financeiras não-bancárias.

Rudolf Hilferding analisou o processo de fusão da grande indústria com os grandes bancos na Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial. Por conta da concentração e centralização do capital, características do capitalismo monopolista, as indústrias precisavam aumentar suas escalas de produção a partir da introdução de novas tecnologias (a Segunda Revolução Industrial). O objetivo era baratear o custo de produção das suas mercadorias para concorrer em pé de igualdade com as outras indústrias do setor que disputavam acirradamente cada nicho de mercado disponível. Para isto, as indústrias abriram seus capitais com o intuito de captar recursos capazes de financiar os crescentes custos do investimento tecnológico, muitas vezes desenvolvidos em departamentos internos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos oligopólios.

A forma mais usual encontrada para a captação dos recursos foi a criação de sociedades anônimas (S.A.), pelas quais as empresas vendiam suas ações em bolsas de valores e deixavam de ter uma estrutura de propriedade familiar, com seu controle direto sendo exercido pela burocracia gerencial e o indireto pelos novos acionistas. Os compradores das ações das empresas foram os bancos. Daí a fusão entre o capital industrial e o capital bancário, da qual resultou a constituição do capital financeiro.

Hilferding estudou o caso alemão do final do século XIX e início do século XX de conexão entre indústrias e finanças para criar a categoria ‘capital financeiro’. Chesnais se questiona se aquele padrão ainda seria válido para o novo regime de acumulação financeiro. De acordo com suas opiniões, sim: os estudos do austro-marxista são ainda uma referência no estudo das relações entre finanças e produção. Ele, todavia, aponta que novas determinações surgiram, colocando o desafio para a atualização da teoria clássica do capital financeiro.

A composição acionária dos oligopólios estaria mudando ao longo do tempo, mas isto não caracterizaria uma autonomia das finanças frente à produção, tese muitas vezes imputada à obra de Chesnais. Ao contrário, o que se estabelece é um novo padrão de interconexão entre as esferas econômicas da produção e da finança.

São esses operadores financeiros de um tipo qualitativamente novo, que têm sido, *de longe*, os principais beneficiários da “globalização financeira”. Eles não se desinteressam, por isso, da indústria. Uma parte significativa de seus ativos financeiros gigantescos é detida sob a forma de pacotes de ações. Estes são mais ou menos importantes, mas sempre o suficiente para ditar a política econômica e as estratégias de

investimento dos grupos industriais em questão (CHESNAIS, 1997a, p. 36, grifos do autor).

Além da mudança na composição acionária dos oligopólios, houve alterações nas suas estruturas de organização e gestão. A rigor, se deveria abandonar a nomenclatura “empresas” ou “firmas”, e adotar uma nova: “grupos financeiros com características predominantemente industrial” (CHESNAIS, 1997a, p. 36). Hoje em dia, os oligopólios estariam estruturados sob a forma de *holdings*, controlando os mais distintos setores de operação do grupo, que iriam desde as cadeias produtivas e comerciais, até o controle de bancos e instituições financeiras. As operações industriais ainda continuam sendo importantes dentro da estrutura dos oligopólios, mas, crescentemente, as operações financeiras ocupam uma posição privilegiada nos balanços patrimoniais de tais grupos empresariais.

Outra transformação significativa seria o aparecimento das “empresas-rede”. Os grupos oligopolistas terceirizariam e subcontratariam uma vasta rede de pequenas e médias empresas que operariam, estrito senso, a produção material de mercadorias, enquanto as grandes empresas da *holding* ficariam responsáveis pelas operações de finanças, planejamento, *design*, comercialização e etc. Grande parte dos satélites das empresas-rede estaria localizada na periferia do mercado mundial, onde os salários e os custos ambientais são mais baixos e a sindicalização dos trabalhadores locais é menor do que nos países centrais. Estes são fatores sociais, econômicos e políticos que permitem uma taxa de exploração grande o suficiente para repartir a mais-valia entre a burguesia local e a internacional. Há, assim, a combinação de setores modernos e atrasados dentro da estrutura global dos oligopólios capitalistas, fato também constatado nos trabalhos de David Harvey (1994).

(...) esse modo baseia-se nas transformações da “relação salarial” e em um agravamento muito forte da taxa de exploração (níveis de salário, duração dos contratos, “flexibilidade de contratação” e condições de trabalho nas empresas). Mas seu funcionamento é ordenado sobretudo pelas operações e pelas escolhas de formas de capital financeiro mais concentradas e centralizadas do que em qualquer período anterior do capitalismo (CHESNAIS, 1997a, p. 21).

No passado, os grandes bancos foram figuras centrais na economia capitalista. Eles ainda continuam sendo instituições importantes, gozando de poder e riqueza, mas não seriam mais os protagonistas do capital financeiro, seja do ponto de vista do poder político, seja do ponto de vista dos volumes financeiros transacionados e das poupanças

acumuladas. No RAF, as instituições financeiras não-bancárias, como os fundos de pensão, os fundos mútuos e as seguradoras, ocupariam o topo do *ranking* do mercado financeiro.

Diversas análises e estatísticas amplamente divulgadas atestariam essa alteração na estrutura de poder dos mercados financeiros⁸³. De posse desta enorme massa de capital-dinheiro, as instituições financeiras não-bancárias disporiam de força política e econômica para obter o controle acionário dos maiores oligopólios multinacionais nas Bolsas de Valores e até mesmo o controle relativo das políticas econômicas dos países centrais por meio de pressões de retiradas maciças de capital do país, causando um enorme déficit nos balanços de pagamento, ou mesmo com a indicação de antigos dirigentes dos mercados financeiros para postos-chave dos Bancos Centrais e dos Tesouros Nacionais.

A hegemonia rentista também derivaria da capacidade dos agentes financeiros imporem sua lógica de ação a outros sujeitos sociais. Haveria, no RAF, um padrão de repetição (mimetismo) do comportamento dos rentistas ativos realizado por outras frações da classe burguesa e mesmo da classe trabalhadora. Os investimentos produtivos, no período do capitalismo monopolista, com perspectivas de maturação e retorno de longo prazo, passariam a se adequar cada vez mais à lógica do retorno imediato que prevalece nos mercados financeiros. Além disso, os administradoras adotariam critérios idênticos no cotidiano da gestão das empresas, buscando sempre a maior maximização e otimização do uso dos recursos produtivos, particularmente o da força de trabalho. Por último, os próprios trabalhadores, por intermédio dos seus fundos de pensão, introjetariam na sua consciência de classe, o modo de operação dos agentes financeiros, adotando a acumulação financeira como um meio de aumentar os seus provimentos, antes derivados basicamente da venda da sua capacidade de trabalho.

A superação das crises, a emergência e a sustentabilidade do RAF

As contradições imanentes ao modo de produção capitalista colocariam limites objetivos à contínua expansão da reprodução ampliada do capital. Tais limites se

⁸³ “No fim dos anos 90, o volume dos ativos em posse do conjunto dos investidores institucionais ultrapassava US\$ 36 trilhões. Esses haveres representavam em torno de 140% do PIB dos países da zona da OCDE. Mas, em alguns países, a relação entre os ativos financeiros e o PIB – que representa as pretensões de apropriação da produção econômica presente e futura – é muito mais elevada: 226% no caso do Reino Unido, 212% nos Países Baixos, 207% nos Estados Unidos, 200% na Suíça” (CHESNAIS, 2005b, p. 43-44).

manifestariam na forma das crises econômicas. Sendo intrínsecas ao capitalismo, as crises são administradas de diversas formas pelas classes dominantes ao longo da história. Na dialética entre crises e estabilização no modo de produção capitalista, dificilmente se matura um ciclo de longo prazo, mas sim de média duração (CHESNAIS, 2007, p. 16).

Tudo isso faz com que o movimento do capitalismo não seja marcado de modo endógeno por “ciclos” longos. Ele conhece uma segmentação histórica na qual os cortes são políticos, assumindo a forma de guerras mundiais – sendo a “guerra fria” uma variante –, ou de mudanças importantes na relação “capital/trabalho” (CHESNAIS, 2007, p. 17)

Os estudos de Chesnais sobre os regimes de acumulação são encaminhados pela perspectiva de entendê-los como estratégias políticas para a superação das constantes (e inevitáveis) crises capitalistas. Não seria o capital, muitas vezes entendido como uma entidade abstrata que paira acima dos interesses do ser humano, conduzindo-os como uma mão invisível ou como um Espírito absoluto, mas sim forças e grupos políticos que conduzem a estratégia de implementação de regimes de acumulação.

É evidente (ou deveria ser) que não é o capital como categoria abstrata que opera esses momentos de superação temporária dos limites imanentes da produção capitalista, principalmente quando essas “superações” consistem em respostas a restrições muito fortes oriundas da luta de classes. As “superações” devem-se à intervenção deliberada de forças sociais agindo (...), situadas do lado da burguesia, ou, de modo mais amplo, daqueles que se dão por satisfeitos pela propriedade privada dos meios de produção (ou que acreditam que seja inevitável) (CHESNAIS, 2002, p. 13-14).

Desta maneira, o RAF teria sido criado como uma estratégia econômica, política e ideológica da burguesia rentista para a superação da crise do regime fordista e a concentração da riqueza nos estratos superiores das sociedades capitalistas. Como vimos acima, Chesnais constrói um sistema de análise para o entendimento da dialética entre crises e estabilidade. A possibilidade de superação das crises e a construção de um período histórico médio de estabilidade no modo de produção capitalista pressupõem a emergência daquilo que os regulacionistas franceses chamam de regime de acumulação. Seguindo de perto as indicações desta Escola de economia política⁸⁴, em especial as de Robert Boyer, Chesnais (2002, p. 29) elenca quatro elementos que definiriam um

⁸⁴ Uma boa apresentação crítica da Escola francesa da regulação pode ser encontrada em Elaine Behring, 2002, capítulo 4.

regime de acumulação: (1) organização da produção, (2) horizonte temporal de valorização do capital, (3) distribuição da riqueza e (4) composição da demanda social.

O regime de acumulação fordista teria sido pródigo na combinação entre os quatro fatores, proporcionando um momento econômico e político *sui generis* na história do capitalismo: o duplo movimento de aumento da acumulação capitalista e de aumento do bem-estar social da população em geral, pelo menos no que diz respeito ao centro do mercado mundial. Acordos entre capital e trabalho teriam conformado uma estabilidade sistêmica do capitalismo em diversos países, sem que isto implicasse no fim das lutas de classes; estas foram contidas dentro de certos limites – os limites do reformismo social –, mas nunca extintas. A estabilidade teria sido a regra geral enquanto prevaleceu o regime de acumulação fordista.

De acordo com Chesnais, Michel Aglietta sustenta nos seus textos mais recentes a tese de que o regime patrimonial possuiria uma solidez e uma coerência sistêmica capaz de proporcionar ciclos virtuosos de crescimento aos Estados Unidos. A inovação tecnológica derivada da nova economia, o aumento de produtividade, os efeitos benéficos da governança participativa e a gestão eficaz dos mercados financeiros pelos rentistas ativos, criariam uma base econômica estável e prolongada de crescimento e, portanto, de manutenção do regime patrimonial. A única fonte de crise do regime patrimonial viria de fora, isto é, não das contradições intrínsecas à acumulação capitalista, mas sim da globalização financeira.

Chesnais, por sua vez, coloca-se contrário a tais teses. O novo regime de acumulação capitalista teria demonstrado sua força ao longo dos últimos trinta anos, tanto no aspecto político quanto no aspecto ideológico. Mas não só: as taxas de acumulação e rentabilidade do capital teria crescido, de forma geral, nesse período, seguindo a tendência do aumento da exploração e do pauperismo das classes dominadas. Estes fatores, todavia, não garantiriam a continuidade e estabilidade do RAF. Crises estruturais podem aparecer, e cada vez mais tais chances aumentam, como teria demonstrado a recente crise imobiliária nos Estados Unidos e que ganhou dimensão mundial (CHESNAIS, 2008).

O RAF, diferentemente das configurações econômicas, políticas e sociais do fordismo, carregaria no seu DNA o gene da instabilidade sistêmica.

(...) o espaço ocupado pelos mercados financeiros na arquitetura do regime financeirizado torna pouco verossímil um movimento de

reprodução minimamente estável deste. Tal instabilidade, que pode ser crônica em determinadas conjunturas, não resulta apenas da fragilidade financeira sistêmica oriunda da submissão forçada dos países com mercados financeiros não liberalizados (países com “mercados emergentes”) à mundialização financeira, mesmo que esta agrave a fragilidade sistêmica por choques de retroalimentação. Ela é endógena à constituição e ao funcionamento dos mercados de títulos (CHESNAIS, 2000, p. 30).

Diversos fatores concorreriam para esta instabilidade. A implementação do RAF, diferentemente do ocorrido com o regime fordista, não seria resultado de compromissos sociais firmados entre grupos e classes sociais, notadamente burguesia e trabalhadores assalariados. O ato fundacional do RAF teria sido um golpe classista dos grupos dominantes realizado por meio da força dos Estados imperialistas, excluindo as classes trabalhadoras, os países periféricos e até mesmo certos setores e estratos das classes médias.

Em segundo lugar, o RAF teria remotas possibilidades de gerar crescimento e desenvolvimento econômicos na maioria dos países do mundo. A regra do RAF seria o baixo crescimento econômico. Bastaria olhar para os anos 1990 que se constataria que, somente os EUA, por razões muito particulares⁸⁵, e alguns países do Sudeste Asiático lograram taxas consistentes de crescimento dos seus PIBs. Os demais países centrais e periféricos conviveram com recessão ou mesmo estagnação econômica, além da deterioração de outras variáveis macroeconômicas, em especial as da dívida pública, que se multiplicaram no período. Nas suas palavras,

as coerências sistêmicas, colocadas de chofre no âmbito da mundialização do capital, levam ao surgimento de um tipo de “regime macroeconômico” da economia mundial “globalizada”, dominado pela presença de encadeamentos “viciosos” orientados no sentido de um crescimento lento ou muito lento e também cada vez mais desigual (CHESNAIS, 2002, p. 22).

Em terceiro lugar, o ciclo de inovação tecnológica não teria gerado um aumento geral da produtividade dos fatores de produção nos setores industriais norte-americanos, com exceção dos computadores e microprocessadores. Boa parte do *boom* de inovação tecnológica dos EUA nos anos 1990 não teria sido consequência do fluxo de investimento de capital da NASDAQ, mas sim da fuga de cérebros de países periféricos

⁸⁵ As particularidades dos Estados Unidos residiriam no controle da moeda mundial, a entrada maciça de IDE desde 1997/98, a baixa inflação, a queda dos salários e os baixos preços das matérias-primas.

e da Tríade e da transferência de departamento de P&D de multinacionais europeias para o território estadunidense (CHESNAIS, 2002, p. 23-24). Além disso, se fala do aumento dos gastos governamentais, em particular, os militares e na área de saúde, destinados ao investimento tecnológico no setor privado dos EUA.

Por último, mas não menos importante, Chesnais contradiz Aglietta no que diz respeito aos efeitos benéficos da governança participativa e da gestão eficaz dos mercados financeiros pelos rentistas ativos. Segundo seus estudos, e os de Catherine Sauviat (2005, p. 124-126), os atuais critérios da governança empresarial não seriam capazes de estabelecer limites aos dirigentes dos oligopólios, e muitos deles, como no caso da Enron, da World Telecom e de bancos, quebraram as empresas sob sua gerência direta agindo em benefício próprio. E mais: o controle objetivo exercido pela governança corporativa teria recaído, na verdade, sobre os assalariados⁸⁶, e não sobre os diretores e presidentes das grandes empresas.

Para Chesnais, o RAF seria sistemicamente vulnerável, com a aparição cada vez mais frequente de crises financeiras, que por sua vez detonam crises na economia real, a instabilidade política e o aumento das desigualdades entre regiões do planeta, países e classes sociais, nos âmbitos internacional e nacionais.

A polarização social, a assimetria entre as regiões mundiais, o (re)aparecimento da fome e de graves moléstias, o aumento da exploração e do desemprego desafiam a viabilidade e sustentabilidade do RAF no horizonte analítico previsível. Das tensões, conflitos e revoltas que emergem das atuais contradições da mundialização do capital surgiria a necessidade da militarização da política e da geopolítica e a criminalização dos movimentos sociais para a manutenção do atual regime de acumulação, que cada vez mais apresentaria rupturas do seu tecido social e político, colocando em grave risco sua própria sustentabilidade do ponto de vista da dominação burguesa (CHESNAIS, 2005b, p. 57).

⁸⁶ “A satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a mudança induzida na empresa acompanharam a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o crescimento das desigualdades de renda. Essa situação se concretizou por uma instabilidade e uma crescente insegurança do emprego, sob a constante ameaça de deslocalização e da subcontratação, e também acarretou formas de controle e de intensificação do trabalho, que tiveram como contraponto a precariedade, os baixos salários (exclusão), aumento dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais para a grande massa dos assalariados” (SAUVIAT, 2005, p. 127).

Diante desse conjunto de interpretações sobre a última grande crise do modo de produção capitalista no século XX, sendo algumas delas díspares entre si, indo do liberalismo ao marxismo, passando pela Escola da Regulação francesa e o estruturalismo latino-americano, é possível se fazer um balanço geral das representações ideológicas a respeito daquilo que defendo como sendo uma crise orgânica? E a influência de Gramsci sobre tais visões da crise?

Obviamente Gramsci não aparece nas reflexões dos realistas e pluralistas por estes se embasarem em uma concepção do mundo muito distinta; pelo mesmo nisto guardam um pouco de coerência.

O conceito de hegemonia está no centro dos estudos de Maria da Conceição Tavares sobre as políticas do Estado e das elites estadunidenses para recuperar o domínio sobre as relações internacionais, mas a reconhecida professora não se utiliza de nenhum referencial teórico sólido para problematizar o conceito, que ganha ares de senso comum. Esta lacuna do novo estruturalismo latino-americano poderia ter sido preenchida pelo cientista político José Luís Fiori (1997), que no (extenso) artigo do primeiro livro da coleção *Poder & Dinheiro*, chega a citar Robert Cox de passagem, mas também não se aprofunda nem na obra deste neogramsciano, tido como uma das principais referências contemporâneas nas correntes mais críticas das relações internacionais, nem na de Antonio Gramsci. No novo estruturalismo, o conceito de hegemonia não é relacionado ao consenso ideológico, mas sim confundido com o conceito de dominação/ditadura, que são igualados como se fossem uma única tática da supremacia burguesa.

O marxismo do líder comunista italiano aparece como uma das balizas da obra de David Harvey. O geógrafo inglês aproveita-se dos conceitos gramscianos desde o livro *A condição pós-moderna*, no qual o debate sobre americanismo-fordismo ajuda-o a ter uma perspectiva de totalidade sobre os mecanismos de dominação introduzidos pela burguesia estadunidense no início do século XX, tanto no plano da produção quanto da cultura. Dez anos mais tarde, ele volta a Gramsci e seus conceitos de hegemonia e coerção para estudar o novo imperialismo, sem usar, contudo, o conceito de supremacia como síntese da ditadura e do consenso nas estratégias de dominação burguesa. Outrossim, os dois conceitos servem perfeitamente a Giovanni Arrighi na sua teoria dos ciclos sistêmicos.

Salta aos olhos que nenhum dos autores analisados nesse capítulo II utilizou a categoria gramsciana de crise orgânica, não obstante todos tenham uma concepção

holística da crise capitalista, vendo-a como um marco histórico. Cabe ressaltar que esta categoria relativamente marginalizada pelos comentadores dos *Cadernos do Cárcere* foi usada por dois autores brasileiros, Ana Elizabete Mota e Ruy Braga⁸⁷. Mota ([1995] 2008) aplicou-a, juntamente com outros conceitos gramscianos – como o de hegemonia –, para entender a tumultuada conjuntura brasileira nos anos 1980⁸⁸; Braga (1995), por sua vez, empregou-a na explicação macroestrutural da crise do fordismo nas décadas de 1960-70⁸⁹, sem concretizá-la em uma formação econômico-social específica.

Nas análises de Mota e Braga, publicadas no mesmo ano e, ao que tudo indica, de forma paralela (sem o conhecimento do trabalho do outro), o conceito de crise orgânica é correlacionado às categorias hegemonia, revolução passiva, Estado ampliado, direção intelectual-moral e outros, tal qual foi feito na presente tese. Este me parece um correto procedimento metodológico para o uso do conceito de crise orgânica. A interligação destas categorias, todavia, não elimina o estudo intensivo de cada uma dessas categorias, que devem ser catalogadas ao longo dos 29 cadernos gramscianos e analisadas de acordo com as suas diversas aparições, muitas delas contrastantes umas com as outras. Apesar de usá-lo com bastante segurança e acuidade, os dois autores não dedicam ao conceito de crise orgânica este procedimento quase filológico de tratamento da categoria gramsciana, até porque, na sua época, não dispunham da versão brasileira mais moderna dos *Cadernos*⁹⁰.

Além disto, uma diferença substancial entre os trabalhos de Mota e Braga e o nosso reside no uso do conceito de bloco histórico. Com efeito, este é pouco mencionado nos seus estudos, enquanto aqui adquire uma posição central, pois é usado no sentido de determinar períodos de crise e de estabilidade do modo de produção

⁸⁷ Cabe destacar que o uso do conceito gramsciano de crise orgânica no Brasil foi feito pioneiramente no estudo de René Dreifuss sobre a participação política e intelectual da burguesia nacional no golpe civil-militar de 1964. O conceito serve de base para a análise da crise do populismo nos anos 1950-60 (DREIFUSS, 1981, capítulo IV). Devo esta informação a Demian Mello, doutorando do programa de pós-graduação da UFF e membro do GETTHI-Marx/UFRJ.

⁸⁸ “Esses aspectos, tematizados numa conjuntura de crise, nos permitiram qualificar os anos 80 como um ‘período de crise orgânica’, no qual a burguesia *tenta reestruturar a sua hegemonia*, no interior do processo de correlação de forças entre as classes” (MOTA, [1995] 2008, p. 42, grifos originais).

⁸⁹ “Partindo de nossa interpretação inicial da crise contemporânea como crise orgânica do capitalismo tardio, é possível avançar em direção a uma análise da crise do fordismo que busque superar as interpretações economicistas, reducionistas e politicistas, presentes, em grande medida, no debate acerca do atual processo de reestruturação das forças produtivas” (BRAGA, 1995, p. 97).

⁹⁰ Ambos citam a versão dos *Cadernos* traduzida e organizada por Palmiro Togliatti em 1950, e editada no Brasil nos anos 1960 por iniciativa de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, como Carlos Nelson Coutinho, Ênio da Silveira e Leandro Konder. A respeito do itinerário de Gramsci no Brasil, sugere-se a leitura do livro *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*, de Lincoln Secco (2002).

capitalista. Até pouco tempo, o conceito era usualmente entendido em dois sentidos: o de união da estrutura e superestrutura e o de junção de classes sociais distintas em um acordo político comum. O estado da arte sobre a obra gramsciana desautoriza enfaticamente o segundo sentido, que, contudo, ainda prevalece em algumas pesquisas. Tido como o mais correto, o primeiro é seguido na presente tese, agregando-lhe a possibilidade de enriquecer o seu entendimento como fases históricas de um modo de produção (estrutura + superestrutura), como está presente na nota §13 do Caderno 10 e no espírito geral dos *Cadernos*.

Gramsci não é um consenso entre liberais, estruturalistas latino-americanos, braudelianos e marxistas. Poucos o usam, embora, em alguma medida, suas análises tenham certo nível de convergência. Ignorando-se as visões apologéticas sobre o capitalismo, que ressaltam seu caráter harmônico, conciliador e convergente no poder dos diferentes sujeitos sociais, todos os outros referenciais teóricos compreendem a crise dos anos 1970 como uma crise estrutural do capitalismo, de profunda gravidade – alcançado a economia, a política e a cultura –, e de larga ocorrência, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal. Aliás, a palavra estrutural é um termo presente em quase todos os autores citados neste capítulo, o que revela o tamanho do abalo da crise no sistema capitalista, que se viu diante de crises revolucionárias em várias regiões do planeta, inclusive na Europa.

Um outro fator apontado são as respostas firmes e decididas que as classes dominantes e Estados deram aos efeitos da crise orgânica sem, contudo, debelar as suas causas profundas. Para isto, como disse Gramsci, deve-se alterar não somente o quadro institucional da cultura e da justiça burguesa, ou a funcionalidade e ampliação do Estado, mas sim fazer a revolução socialista. As classes dominantes não se furtaram a instituir medidas coercitivas e consensuais com a meta de promover alterações substantivas e adjetivas na estrutura e nas superestruturas do capitalismo, tendo em vista a restauração do seu poder ameaçado pelas reformas e revoluções das classes subalternas.

Ernest Mandel é mais enfático na leitura da própria crise funcionando como uma ofensiva do capital contra o trabalho. Certamente ele não vê uma orquestração da burguesia em promover crises para atacar a classe trabalhadora, pois ele as entende como um resultado das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. Mas, uma vez desencadeadas, a burguesia usa-as para colocar os trabalhadores na defensiva,

aceitando altas taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários. Como diz o revolucionário belga,

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes (MANDEL, 1990, p. 231).

Por fim, gestou-se um relativo consenso quanto à abertura de uma nova fase do capitalismo a partir dos eventos da última grande crise do século XX. Debate-se ardorosamente o quanto há de continuidade e/ou de ruptura nas medidas tomadas pelas classes possuidoras e os Estados mais fortes, e o quanto há de novo na atual etapa do capitalismo, mas todos trabalham com a hipótese de que o neoliberalismo abriu um período de transformações no modo de produção capitalista, que se adequa às necessidades das classes dominantes de sobrevivência dos seus privilégios diante das lutas de classes do período anterior.

III. A SUPREMACIA NEOLIBERAL E OS INTELLECTUAIS DO SOCIAL-LIBERALISMO

III.1. Gênese, ascensão e supremacia do neoliberalismo

A história do neoliberalismo inicia-se como uma ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados às classes dominantes. O seu pontapé está presente no livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, publicado em 1944. Logo no prefácio da primeira edição, Hayek ([1944], 1977, p. XXXIII) declara sem meias palavras que o livro é uma obra política, colocando-se em posição de ataque contra o intervencionismo e o planejamento econômico, considerados ameaças reais às instituições e valores de uma sociedade livre. No final do terceiro capítulo Hayek ([1944] 1977, p. 40) deixa claro o seu argumento central: “é de extrema importância para a argumentação deste livro que o leitor não esqueça que toda a nossa crítica visa exclusivamente o planejamento contra a concorrência, ou por outra, o planejamento que pretende substituir a concorrência”.

Nesta obra clássica do neoliberalismo, o ultraliberal austríaco afirma que estaria em curso um lento processo de formação de um consenso socialista, entendido pelo autor como uma ideologia totalitária que patrocinaria a intervenção do governo na economia e na vida pessoal dos indivíduos por meio do arbítrio e da coerção. Fascismo, nazismo e comunismo seriam exemplos deste totalitarismo que ameaçaria as sociedades livres. Caso os autênticos liberais – não no sentido do termo nos Estados Unidos, relacionado à esquerda – não percebessem a tempo o crescimento da ideologia socialista, que teria infectado boa parte da população⁹¹ e da *intelligentsia* até mesmo em um país como os Estados Unidos (considerado o principal bastião da economia livre), a pavimentação do caminho da servidão estaria completa em pouco tempo, e as grandes conquistas da civilização ocidental, identificadas com os valores supremos do individualismo, da liberdade e da tolerância, estariam perdidas.

A proposta de Hayek é o combate à ideologia socialista – entranhada nas mentes dos homens comuns e nos gabinetes do governo – via o resgate, divulgação e

⁹¹ Hayek ([1944] 1977, p. 6) considera que “(...) nas democracias, as pessoas cujas opiniões influem nos acontecimentos, todas elas são de certo modo socialistas. Se já não está em voga acentuar que ‘agora todos somos socialistas’, isto ocorre simplesmente porque o fato é demasiado óbvio. Dificilmente haverá alguém que duvide de que devemos continuar caminhando para o socialismo (...)”.

atualização das teses clássicas do liberalismo para os tempos que se abriram após o fim da Segunda Guerra. Cumpre notar que Hayek ([1944] 1977, p. 35-36) não patrocina uma reedição pura do *laissez-faire*, de um Estado mínimo ideal, pois reconhece que o Estado deve regulamentar certas atividades produtivas, criar legislações trabalhistas e sanitárias e ofertar determinados serviços sociais. A ideia-força defendida é que o sistema de concorrência mercantil seria mais eficiente, do ponto de vista econômico, social e moral, do que o planejamento estatal. Os mecanismos livres da concorrência deveriam prevalecer sobre a intervenção do governo na economia, mas para isto o Estado deveria ser responsável, por exemplo, por um moderno e ágil sistema de leis que garantisse, na prática, a propriedade privada e a livre iniciativa dos agentes econômicos. Conforme escreve o pensador austríaco,

A argumentação liberal propugna pelo melhor uso possível das forças de competição como um meio de coordenar os esforços humanos, e não pretende que as coisas devam ser deixadas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde se puder criar uma efetiva concorrência, aí se terá a melhor maneira, entre todas, de guiar os esforços individuais. Essa argumentação não nega, mas até acentua, que, para colher resultados benéficos dessa competição, é necessária uma estrutura legal cuidadosamente meditada, e que os preceitos legais existentes, assim como os do passado, não estão livres de graves defeitos (HAYEK, [1944] 1977, p. 35).

Em 1947, um grupo de intelectuais – Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Milton Friedman e outros –, reuniu-se nos Alpes suíços para fundar a *Sociedade de Mont Pelèrin*. O objetivo deste aparelho ideológico das classes dominantes era formar aquilo que Hayek havia conclamado em *O caminho da servidão*: uma organização coesa e engajada na produção e difusão de uma ideologia opositora às teorias intervencionistas – marxismo e keynesianismo –, resgatando, atualizando e revisando os fundamentos do liberalismo clássico para a nova fase do capitalismo.

Na sucinta declaração de fundação da *Sociedade de Mont Pelèrin*, o mundo que emerge da Segunda Grande Guerra é descrito como envolto em uma grande crise moral e ética, na qual os principais valores da civilização ocidental estariam ameaçados pelo terror do poder arbitrário e tirano das ideologias totalitárias. A crença na propriedade privada e nos mercados competitivos também estaria combatida diante da ofensiva do intervencionismo estatal, do planejamento centralizado ou, em uma palavra, do totalitarismo. Diante desta crise, os fundadores da Sociedade defenderam um movimento de recomposição de valores capaz de resgatar a liberdade e a dignidade

humana. Esta recomposição passaria por seis pontos: 1. um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os fatores morais e econômicos; 2. a redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo; 3. o restabelecimento do Regime da Lei; 4. a defesa do livre mercado; 5. o combate aos credos hostis à liberdade e; 6. a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais⁹².

Atitude ousada dos intelectuais (neo)liberais, pois, à época, a hegemonia era dirigida, nas margens da social-democracia, pelo keynesianismo, e no extremo mais à esquerda, pelo marxismo. Os liberais remavam contra a maré em um período em que o crescimento econômico era atribuído às políticas keynesianas de estímulo estatal a demanda efetiva. Estamos falando dos Trinta Anos Gloriosos, a época de ouro do capitalismo (HOBSBAWM, 1997, p. 253-281). Foram anos no ostracismo intelectual, pacientemente maturando ideias e projetos políticos de fortalecimento de um capitalismo livre dos constrangimentos da democratização da política, resultado da ação da classe trabalhadora em todo o mundo.

A doutrina neoliberal fundamentava-se na reafirmação dos valores de liberdades individuais, comerciais, produtivas e de investimento dos empreendedores econômicos para a geração de riquezas, desenvolvimento tecnológico e, por consequência, segundo os seus cânones, do aumento geral do bem-estar das populações. Liberdade é o conceito central para o neoliberalismo. Esta liberdade é vista como um atributo humano herdado do Estado de natureza que deve ser preservado após a assinatura do Contrato Social pela soberania limitada do Estado, responsável pela garantia dos direitos básicos do cidadão burguês. No período da sua emergência, o liberalismo defendeu a liberdade do cidadão frente à servidão feudal, que prendia o indivíduo ao senhor feudal e seu respectivo território, assim como impedia qualquer tipo de mobilidade na pirâmide social. Na prática, o que ocorreu foi a “dupla liberdade” do cidadão, tanto da servidão quanto dos seus meios de produção, expropriados e privatizados diante de um processo violento.

Na antiga fórmula do liberalismo, o papel do Estado era muito bem definido a partir de funções restritas, sem interferir indevidamente nas ações pessoais dos indivíduos e dos membros da sociedade civil. A retórica da doutrina neoliberal, que encontra pouca correspondência com a prática adotada pelos seus regimes, advoga que cabe ao Estado garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos

⁹² Informações disponíveis no site <<http://www.montpelerin.org/mpsGoals.cfm>>

agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários a manutenção da ordem, tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais, embora tais bens e serviços já se encontrem em boa medida privatizados, como presídios e mercenários das forças armadas estadunidenses nas guerras do Oriente Médio. Para além destas funções, o Estado extrapolaria as suas funções vitais, cerceando o livre desenvolvimento dos mercados e das iniciativas privadas, supostamente prejudicando a produção de riquezas e o bem-estar geral.

Assim como o liberalismo clássico, a doutrina neoliberal defende a promoção da liberdade das forças impessoais e neutras do mercado na alocação e distribuição eficiente dos recursos produtivos entre os agentes sociais. É importante notar que os neoliberais não defendem a total ausência do Estado no controle da vida social. A ação estatal deve ser seletiva e focalizada em esferas vitais para o pleno funcionamento da ordem capitalista, como a defesa dos múltiplos regimes de propriedade privada, desde a terra até o *copyright*.

Os mesmos ideólogos neoliberais sustentam que a desigualdade seria um valor positivo em si mesmo. No livro *Liberalismo segundo a tradição clássica*, Ludwig von Mises comenta a perspectiva que os neoliberais têm a respeito da desigualdade econômica de renda e riqueza. As desigualdades teriam duas funções importantes nas sociedades livres e, por isto, deveriam ser valorizadas. Em primeiro lugar, elas estimulariam a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites: os de baixo querendo subir, os de cima querendo continuar onde estão. Tal competição pela mobilidade social seria um dos fatores preponderantes para os altos índices de produtividade do capitalismo, o que geraria uma riqueza exponencial em ritmo acelerado, supostamente demonstrando a superioridade deste modo de produção sobre qualquer outro.

Em segundo lugar, o consumo de bens de luxo é defendido como algo produtivo para todas as camadas sociais. Por quê? Na lógica neoliberal, a concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de milionários ociosos permitiria a criação de uma indústria de bens de luxo, de alta inovação tecnológica, impulsionando o progresso técnico. Em algum momento do futuro, diz Von Mises, estes bens de luxo estariam disponíveis para as massas, embora o mecanismo de propagação não seja explicitado, mas apenas afirmado. Ou seja, a concentração de renda e riqueza criaria dinamismo a uma economia de livre mercado que, no longo prazo, ajustaria suas curvas de oferta e

demanda com um equilíbrio ótimo para todos os indivíduos. Conforme diz Von Mises ([1927] 1987, p. 35),

a maioria de nós não tem qualquer simpatia pelo rico ocioso, que passa a sua vida gozando dos prazeres, sem ter trabalho algum. Mas até cumpre uma função na vida do organismo social. Dá um exemplo de luxo que faz despertar, na multidão, a consciência de novas necessidades, e dá a indústria um incentivo para satisfazê-las.

Neste tocante, a ideologia do livre mercado busca combinar dinamismo econômico e parasitismo social, argumento teórico já defendido por Thomas Robert Malthus e elogiado por John Maynard Keynes, no qual o consumo das classes proprietárias de corte aristocrático geraria uma demanda efetiva nas economias mercantis, ao invés de gerar um entensouramento da moeda e a queda da demanda agregada.

A valoração positiva da desigualdade social não resistirá à força dos fatos. Os neoliberais irão mais tarde descartar a apologia aberta da desigualdade social como algo natural e positivo de uma economia de mercado, e passarão a adotar uma apologia indireta. Os impactos mais fortes do aumento brutal da concentração de renda e riqueza nas mãos das elites financeirizadas derivadas do projeto neoliberal começaram a ser sentidos na década de 1990, quando surgiu uma onda de subversivismo espontâneo e elementar das classes subalternas, em especial nas periferias. Diante das tensões daí resultantes, o pensamento neoliberal incorporará o tema da “questão social” na suas pesquisas e ações políticas. Cabe discutir na presente tese como se procedeu esta incorporação, que no meu entender, visa neutralizar as proposições igualitaristas representativas da esquerda, rebaixando o horizonte intelectual das forças sociais progressistas com os debates sobre equidade, igualdade de oportunidade, vulnerabilidade/exclusão/coesão social, ativismo ético e virtuoso de indivíduos empoderados e comunidades dotadas de capital social, bem como da funcionalidade do Terceiro Setor.

A resposta ao aumento das desigualdades sócio-econômicas não se restringiu à esfera ideológica. O Estado ampliado burguês, mesmo após as reformas-restauradoras neoliberais, manteve-se política, jurídica e administrativamente equipado com mecanismos institucionais e legais para atender às demandas geradas por determinadas expressões mais agudas da “questão social”. O desmonte do *Welfare State* na era neoliberal não foi total, tendo permanecido de pé algumas das suas estruturas, decerto

com novas funções e operadas por novas forças políticas. Segundo Göran Therborn (2000a, p. 161):

O máximo que eles conseguem conceber é uma rede de proteção (*safety net*) apenas para os mais pobres dos pobres. Eles não têm tido, no entanto, muito sucesso nessas tentativas. Agora começam a ficar claras as razões desse insucesso. A persistência do desemprego, a tendência à elevação do desemprego estrutural e a precariedade dos vínculos nas margens do mercado de trabalho provocam problemas sociais múltiplos. A própria abrangência destes tem acarretado a manutenção de esquemas institucionais do Estado de bem-estar, dificultando a adoção de políticas que restringem benefícios apenas para alguns grupos da população.

Outros cientistas sociais compartilham da análise de Therborn a respeito da parcialidade do desmonte do Estado de bem-estar, o que leva a problematização do debate do Estado mínimo como uma peça de retórica do novo projeto de supremacia burguesa. Maria Lucia Werneck Vianna (1997, p. 157) diz que “(...) não há evidências convincentes de que qualquer desmonte tenha ocorrido em países do Ocidente desenvolvido (...)”. Perry Anderson (2000b, p. 148) vai além e defende uma tese mais ousada, a de que houve até mesmo um aumento ligeiro do *Welfare State* nos países centrais⁹³.

A ideologia neoliberal não conduziu as reformas-restauradoras dos aparatos governamentais a uma simples reedição do liberalismo econômico e político do século XIX, nem muito menos o Estado neoliberal é uma reatualização contemporânea do Estado guarda-noturno. O que existe, de fato, é uma refuncionalização do Estado ampliado burguês diante da emergência da mais recente etapa histórica do capitalismo, o bloco histórico neoliberal.

Na esfera da sociedade política, se observa a formação de aparelhos coercitivos de guerra infinita, vigilância eletrônica e criminalização/militarização da pobreza, de aparelhos coercitivos de espoliação – como bancos centrais independentes que operam políticas monetárias sem controle social, no sentido de estabelecer a “ditadura dos credores” – e aparelhos assistencialistas e clientelistas de serviços sociais de alcance massivo, embora guiados por uma política focalizada e descentralizada de alívio às formas mais extremas do pauperismo. No âmbito da sociedade civil, identifica-se a

⁹³ “(...) Concordo que o Estado de bem-estar social não foi, de forma alguma, desmantelado nos países capitalistas avançados. Eles tiveram, mesmo, um ligeiro crescimento, embora a *taxa* desse crescimento tenha sido restringida pelas políticas neoliberais” (ANDERSON, 2000b, p. 148).

criação de uma teia complexa de aparelhos privados de hegemonia produtores e difusores das mais diferentes versões do pós-modernismo, bem como de operacionalização e suporte das políticas sociais assistencialistas e das políticas econômicas rentistas. O Estado ampliado no bloco histórico neoliberal continua, pois, a atuar firmemente nas mais distintas expressões da “questão social”, refuncionalizando e readequando as estruturas da sociedade política e da sociedade civil para intervir consensual e coercitivamente nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais, conservando a sua atuação classista e sua importância na manutenção da ordem burguesa.

Até meados da década de 1970, o neoliberalismo ainda era uma doutrina ideológica sem força substantiva, pois não havia se materializado em mandatos políticos ou sido incorporado como teoria das massas via um projeto hegemônico das classes dominantes. A estrutura do Estado ampliado burguês mencionada acima ainda não havia sido erigida. As condições objetivas favoráveis à ideologia advogada pela sociedade de *Mont Pelèrin* surgiram somente com a crise orgânica da longa década de 1970.

Além disto, apontava a doutrina neoliberal, a crise de 1970 teria revelado a ineficiência do Estado na alocação dos recursos, trazendo, como consequência, o reverso da sua intencionalidade básica, a saber, a promoção do bem-estar social. Desemprego estrutural, inflação, perda do poder de compra dos salários formaram o quadro no período de decadência do *Welfare State*. Conforme os neoliberais haviam avaliado, não seria possível promover o bem-estar via mecanismos de intervenção direta do Estado, sempre suscetível à corrupção e à nefasta ingerência das classes dominadas nos interesses privados.

A materialidade da ideologia neoliberal ocorreu, contudo, longe do berço do *Welfare State*. O neoliberalismo tornou-se um plano de governo após o golpe de Augusto Pinochet que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o *putsch* pavimentou o caminho para que tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada pelo economista monetarista Milton Friedman, implementassem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária, aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivavam o desmonte da via democrática do socialismo chileno, então operada pela Unidade Popular. No seu lugar,

emergiu um outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais.

Da vanguarda progressista do continente, o Chile retrocedeu para um período de repressão e obscurantismo político e social. A democracia, segundo os principais teóricos neoliberais, seria tolerável até um determinado ponto: quando a participação política das massas populares coloca em xeque a ordem capitalista, contestando o direito de propriedade privada e lutando não só pela socialização da política, mas pela socialização do poder político (NETTO, 2009, p. 6), seria a hora de estancar o processo de democratização.

A tradição política liberal tem, ao longo da sua história – Charles de Montesquieu, Immanuel Kant, Alexis de Tocqueville, Benjamin Constant, Gaetano Mosca, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, etc. –, uma atitude hostil em relação à plenitude dos direitos políticos dos trabalhadores (COUTINHO, 2006a), pois considera a uma ingerência intolerável aos interesses econômicos privados. Os programas populares de intervenção política na economia, centrados em torno de projetos redistributivos e igualitários, deveriam ser restringidos e neutralizados: esforços não seriam poupados para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do poder legislativo, a intrusão ou a ‘invasão’ dos não-proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (LOSURDO, 2004, p. 39).

Ultrapassado este patamar, a ditadura política, em suas diversas faces, é considerada do ponto de vista da classe burguesa como um recurso legítimo, na defesa dos seus interesses enquanto proprietários dos meios de produção. Ou seja, não há incompatibilidade na defesa de uma ditadura por parte dos neoliberais, pois a democracia não é um valor central para eles. Segundo Perry Anderson (2000a, p. 19-20), “a liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse”.

O que chama atenção é que a ideologia neoliberal materializa-se pela primeira vez em um projeto político sob os auspícios da autocracia burguesa, e não dentro das regras do jogo formal da democracia representativa. O uso da coerção é um elemento

presente e decisivo na transmutação do neoliberalismo de uma ideologia para uma estratégica política das classes dominantes, então preocupadas com as sequelas da crise orgânica.

A experiência no Chile, gestada por meio das forças repressivas do Estado burguês, não seria, contudo, replicada diretamente em nenhum país da Tríade capitalista, local onde o neoliberalismo ascendeu e se tornou dominante uma década depois por meio de eleições parlamentares e presidenciais. Mas aquela experiência serviu como uma espécie de laboratório das medidas defendidas pelos neoliberais em termos de política econômica, uma das principais esferas de defesa dos interesses do bloco social que detém para si a supremacia.

O neoliberalismo se fortaleceu quando saiu do círculo de um grupo restrito de intelectuais e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental⁹⁴. Logo no início dos anos 1980, quando a maré virou em favor do neoliberalismo, Milton Friedman, junto com sua mulher Rose, escreveu uma das principais peças publicitárias da versão contemporânea do liberalismo. No livro *Liberdade de Escolher*, o casal Friedman foi cauteloso em afirmar a vitória do neoliberalismo, apontando que sua duração poderia ser efêmera. Eles anotaram que “a reação talvez venha a ser de pouca duração e seguida, após curto intervalo, pelo reinício da tendência para o governo ainda mais poderoso” (FRIEDMAN e FRIEDMAN, [1979] s/d., p. 277). As suas previsões não se concretizaram, e o neoliberalismo tornou-se a principal força política e cultural do final do século XX.

Em 1979, o Partido Conservador inglês ganhou as eleições, após anos de hegemonia do Partido Trabalhista, e indicou a deputada Margaret Thatcher para assumir as funções de primeira-ministra. A pesada mão da Dama de Ferro implementou o projeto neoliberal mais ambicioso e profundo de toda a Europa. As medidas do Partido Conservador britânico incluíram o enfrentamento ao poder dos sindicatos, o equilíbrio fiscal, o aumento das taxas de juro, a liberdade aos fluxos e aplicações financeiros, o corte de gastos sociais e um vasto programa de privatizações. Do outro lado do oceano, um ano depois, o Partido Republicano ganhou as eleições presidenciais com Ronald Reagan, candidato da ala conservadora do partido.

As principais obras e artigos de referência sobre o neoliberalismo identificam o seu prelúdio nos ensaios da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile

⁹⁴ Desde os escritos de crítica à filosofia do direito de Hegel, Marx ([1844] 2005, p. 151) nos adverte que “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”.

(1973) e nos governos eleitos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980). David Harvey (2008) inova ao referir-se também às reformas (neo)liberalizantes chinesas promovidas por Deng Xiaoping em 1978. Todas estas experiências governamentais marcaram a materialização da doutrina neoliberal, pacientemente cultivada pelos pensadores liberais desde a fundação da *Sociedade de Mont Pelerin*.

O início da trajetória política do neoliberalismo não é muito difícil de ser identificado, como apontam os eventos acima. A maior dificuldade no seu estudo é o reconhecimento de um padrão sistemático da sua evolução nos cinco continentes. Este padrão sistêmico pode ser encontrado, mas uma análise superficial e apressada deste fenômeno pode induzir a uma teoria da conspiração, na qual um grupo de intelectuais liberais, atuando em perfeita sintonia – sem atritos dentro do próprio bloco social das classes dominantes e sem as diversas formas de resistência exercidas pelas classes subalternas – produziram e efetivaram uma concepção do mundo de acordo com os interesses da supremacia burguesa. Isto veio, de fato, a ocorrer, mas não de forma linear e harmônica. “Todo o padrão é resultado de uma cadeia de jogadas disparatadas. Mas o padrão continua sendo, apesar disso, estrutural” (GOWAN, 2003, p. 186).

O processo de expansão e legitimação mundial do neoliberalismo não ocorreu simploriamente a partir da adoção fiel e integral de qualquer cartilha ou documento dos *think tanks* imperialistas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, etc.; ao contrário, as ideias-motrizes da doutrina neoliberal entraram em contradição com realidades nacionais, regionais ou locais e enfrentaram resistências no seu longo percurso, demorando a se concretizar como um consenso, o que aconteceu apenas na década de 1990 com o Consenso de Washington. Como escreve David Harvey (2008, p. 28),

(...) quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega o poder que têm as ideias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global.

Alguns exemplos podem ser citados, no sentido de ilustrar como o projeto neoliberal foi sendo erigido em países centrais e periféricos muitas vezes em

contradição com alguns dos corolários da doutrina. A ditadura chilena iniciada em 1973 foi uma das mais brutais da América Latina, tendo desmantelado as organizações reformistas e revolucionárias que atuavam no país, eliminando fisicamente seus integrantes e a memória de lutas e conquistas populares. Com isto, o terreno foi limpo para os *Chicago Boys* colocarem em prática a abertura dos mercados e o desmonte do aparelho estatal construído no governo Allende. Apesar destas condições favoráveis à implementação das ideias liberalizantes, a ditadura Pinochet manteve sob monopólio estatal a mineração do cobre, principal fonte de receita do governo, o que incorre em um flagrante embate com as teses privatistas do neoliberalismo. Nos anos recentes, novas evidências que o Chile desafia alguns postulados sagrados do Consenso de Washington surgiram. Segundo Atilio Boron (1999, p. 14), “o tamanho do Estado, medido como a proporção do gasto público de todos os níveis do governo (nacional, regional e municipal) sobre o PIB, veio crescendo nos últimos quinze anos a tal ponto que o Estado chileno se tornou um dos maiores da América Latina, senão o maior (...)”. Mas nem por isso o Chile deve deixar de ser considerado um país modelo do neoliberalismo...

Margaret Thatcher executou um dos maiores projetos de privatização de bens públicos em toda a Europa, e por isto mereceu a alcunha de Dama de Ferro, nome de uma das bandas de *heavy metal* mais tradicionais do Reino Unido. Ela promoveu a venda de ativos de áreas estratégicas, mas não teve cacife para promover o desmonte generalizado do *Welfare State*, em particular na área de saúde, ainda hoje regida por concepções universalistas e públicas. E Ronald Reagan, um dos paladinos do livre-mercado nas Américas, defensor do Estado mínimo, não seguiu a primeira das medidas sugeridas pela cartilha do Consenso de Washington, o superávit primário. O seu governo teve sucessivos déficits fiscais devido aos altos gastos estatais com o financiamento do projeto Guerra nas Estrelas, a principal arma do governo estadunidense na Guerra Fria dos anos 1980, e que obteve sucesso no final daquela década com a queda do Muro de Berlim e, depois, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Por diferentes meios e caminhos o neoliberalismo, atendendo as especificidades de cada uma das formações econômico-sociais, foi sendo desigualmente efetivado em todas as regiões do planeta – tanto em questão de ritmo como de profundidade –, configurando-se em uma autêntica estratégia político-cultural mundial da burguesia, respeitando-se, como dito acima, as particularidades nacionais e as tensões entre a

ideologia e sua materialização como projeto político das classes dominantes. Segundo Harvey (2008, p. 23),

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como “Consenso de Washington”. (...) O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.

O projeto neoliberal tornou-se uma realidade material, fundamentalmente, por meio de vitórias eleitorais de candidaturas de representantes das alas mais retrógradas dos partidos conservadores. O seu sucesso adveio não de golpes ditatoriais em países subdesenvolvidos e dependentes, como ocorreu no Chile, mas sim de um consenso construído e moldado segundo a imagem e semelhança da burguesia rentista, com diferentes variações nos diversos países. O consenso, consolidado nos pleitos eleitorais estadunidenses e britânicos, pressupunha a participação – muitas vezes passiva e despolitizada – das classes médias e dos trabalhadores daqueles países que, com o seu voto, consubstanciaram o projeto neoliberal, dando uma legitimidade política poucas vezes vistas na história de um sistema formalmente democrático. Perry Anderson (2007, p. 374) afirma, diante da força avassaladora do neoliberalismo, que esta ideologia foi o sistema de ideias mais bem sucedido na história da humanidade, suplantando o cristianismo e o comunismo em termos de expansão geográfica.

Embora se deva reconhecer que grande parte do sucesso do projeto neoliberal seja fruto da atuação hegemônica dos aparelhos privados de consenso sob controle direto e/ou indireto da burguesia, pontua-se aqui que tal estratégia não descarta o uso de métodos coercitivos de repressão aos seus opositores. O projeto neoliberal faz uso sistemático da coerção contra setores de oposição mais radicais e mobilizados das classes subalternas. Até mesmo setores desmobilizados dos trabalhadores, como as populações marginais do exército industrial de reserva que vivem nas periferias das grandes metrópoles – o lumpenproletariado –, sofrem os efeitos coercitivos da atuação dos aparelhos estatais de repressão, tanto por meio da criminalização e da militarização da pobreza e dos movimentos sociais quanto da implementação de sistemas penais de execução e encarceramento como o Estado-penitência, que desdobra-se em uma

ditadura sobre os pobres (WACQUANT, 2001). Além disso, todo um aparato de leis de segurança nacional e vigilância eletrônica, que suprime direitos civis elementares, é desenvolvido em diversos países do centro do mercado mundial em nome da guerra ao terror e ao narcotráfico, que muitas vezes militarizam conflitos políticos contra movimentos guerrilheiros e revolucionários na periferia. É o que alguns pensadores chamam de guerra infinita ou de “neoliberalismo de guerra” (ALGRANATI, 2005).

A repressão e o uso da violência aconteceram e foram marcantes nos centros imperialistas difusores da doutrina neoliberal. Reagan e Thatcher estiveram envolvidos, logo nos primeiros anos dos seus mandatos, em longas greves de setores combativos da classe trabalhadora, e recorreram aos gendarmes para acabar com o movimento operário. Nos EUA, a greve dos controladores do tráfego aéreo; no Reino Unido, a greve dos mineiros, dos trabalhadores gráficos e da imprensa, dos hospitais e das ferrovias.

Na periferia, a força da crise da dívida externa e os efeitos sociais da hiperinflação⁹⁵ foram decisivos para abrir as portas do neoliberalismo, que surgia como uma tábua de salvação diante do fim do desenvolvimentismo e do processo de industrialização via substituição de importação. Mas a coerção apareceu na sua face mais visível, por meio do braço armado do Estado e da promulgação de um conjunto de leis e medidas executivas de refuncionalização do papel do Estado na economia, inclusive autonomizando importantes órgãos públicos do controle popular, que então se tornaram centros da espoliação e da expropriação das riquezas e dos fundos públicos.

O aparato do Estado ampliado neoliberal conjuga, portanto, a combinação entre hegemonia e ditadura, consenso e coerção, naquilo que Gramsci consagrou por meio do conceito de supremacia, discutido no primeiro capítulo da tese. Por isto proponho tratar o projeto neoliberal não somente como uma estratégia hegemônica – embora se reconheça a centralidade de elementos de consentimento – e sim como uma estratégia burguesa de supremacia que tinha como objetivo construir um novo bloco histórico após a crise orgânica dos anos 1970.

Retomando o histórico do neoliberalismo, logo após Inglaterra e Estados Unidos terem colocado em prática as ideias neoliberais, gestadas embrionariamente em idos de 1940, Alemanha e Dinamarca também começaram um processo de operacionalização

⁹⁵ Sobre o caráter pedagógico da hiperinflação na preparação do terreno para o avanço do neoliberalismo no Terceiro Mundo, ver Francisco de Oliveira (2000, p. 26), José Paulo Netto (2000, p. 33) e Emir Sader (2000, p. 36).

dessa doutrina. Lentamente, o neoliberalismo alastrou-se pelo norte da Europa e abarcou países como Finlândia e Noruega, tidos como modelos do Estado do bem-estar⁹⁶. Já o sul da Europa, viveu uma situação diferente, contrariando seu tradicional histórico de governos conservadores e ditatoriais.

A divisão política da Europa foi evidente. No norte, o avanço do neoliberalismo; no sul, uma onda eleitoral a favor da social-democracia varreu países como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia. François Mitterrand (França), Andreas Papandreu (Grécia) e Felipe Gonzalez (Espanha), apenas para citar os casos mais ilustres dessa onda social-democrata na Europa meridional, tentaram implementar um projeto que fosse um contraponto aos governos neoliberais do norte, propondo uma política de reativação econômica via políticas keynesianas, como corte dos juros, aumento dos gastos fiscais etc.

Neste momento, a social-democracia da Europa meridional colocou-se como uma força de oposição à nova supremacia burguesa. O projeto reformista de resistência, contudo, não passaria do plano das boas intenções, da vontade política. A correlação de forças não foi favorável aos progressistas, e os constantes ataques financeiros dos capitais especulativos às suas economias restringiram suas margens de atuação.

A capitulação veio a seguir, com os social-democratas do sul adotando medidas econômicas ortodoxas contrárias às suas plataformas eleitorais. Esta capitulação, todavia, já tinha um histórico que remonta à crise dos anos 1970. Neste período, partidos social-democratas europeus haviam feito a defesa de ajustes recessivos e da austeridade fiscal com cortes nas políticas sociais universalistas (MANDEL, 1990, p. 233-234), medidas típicas da ortodoxia neoliberal.

A derrota da esquerda europeia levou a uma inflexão na supremacia neoliberal. Se antes, nos anos 1960-80, a social-democracia era vista, e combatida, pelas classes dominantes, como uma corrente político-ideológica contrária aos seus interesses, pois fundada em expressivos setores do movimento operário e do sindicalismo, nos anos 1990, os governantes que ainda se proclamavam como social-democratas foram, segundo avaliação de Perry Anderson (2000a, p. 14), “os mais resolutos em aplicar

⁹⁶ No artigo “Estado do bem-estar social: padrões e crises”, José Luís Fiori (1995b) apresenta a polêmica sobre os diferentes padrões existentes de regimes de proteção social no pós-Segunda Guerra Mundial, que ganharam o nome de *Welfare State*. Para isto, Fiori estuda as formas de financiamento, a extensão dos serviços sociais, o peso do setor público, a democratização dos sistemas políticos e a organização institucional. A leitura deste artigo ajuda a desmistificar o mito de um modelo único de Estado do bem-estar social, apresentando três padrões distintos: liberal, corporativas e social-democratas, se usarmos a terminologia de Esping-Andersen.

políticas neoliberais”. A via reformista de transformação social perdeu a sua principal bússola ideológica e moral: gradativamente, desde 1950-60, a social-democracia vinha eliminando dos seus programas políticos o marxismo como concepção do mundo e o socialismo como horizonte das lutas; e, no plano moral, todas as suas reservas foram queimadas com os sucessivos escândalos dos governos socialistas na década de 1990⁹⁷. A social-democracia ficou, desta forma, órfã de qualquer direção intelectual-moral, pronta a ser cooptada pelos neoliberais.

A massiva integração da social-democracia à ordem capitalista não se deu como um raio em céu azul de brigadeiro. É uma marcha contraditória que vem desde o início do século XX, com a adesão aos conflitos imperialistas, e que ganha força no *Welfare State*. Durante todo o bloco histórico fordista-keynesiano, governos social-democratas firmaram importantes compromissos com setores das frações da burguesia, legitimando acordos coletivos entre o capital e o trabalho, representado por sindicatos e partidos políticos (ANTUNES, 2002, p. 38-40). Neste período a social-democracia foi peça-chave na construção de uma seguridade social para os trabalhadores, sempre suscetíveis à perda do emprego, à velhice, à doenças e acidentes de trabalho, bem como na recomposição da renda global dos trabalhadores. Mas tais conquistas se deram por meio de negociações com o capital monopolista, que exigia o rebaixamento da combatitividade da classe trabalhadora e a manutenção das suas demandas no plano econômico-corporativo, abdicando do projeto revolucionário. Esta contradição da social-democracia só foi resolvida com a solidificação do bloco histórico neoliberal, quando os antigos socialistas aderiram à supremacia burguesia e se tornaram, muitas vezes, gestores corruptos e ideologicamente integrados à ordem burguesa.

A vitória da ideologia criada pelas classes dominantes e sistematizada pelos intelectuais neoliberais ainda não era completa. O que parecia devastador, do ponto de vista da esquerda europeia (e mundial), ainda iria piorar. Faltava uma fronteira a conquistar, ou uma última cortina a abrir. A queda do Muro de Berlim e o colapso do socialismo real no Leste Europeu foram golpes que sacramentaram a supremacia neoliberal no Velho Continente. Após a derrocada do socialismo real, os países do Leste Europeu foram tomados de assalto por uma geração de políticos mais realistas do que o

⁹⁷ “A enxurrada de escândalos que varreu a socialdemocracia na Europa Ocidental nos anos 90 não é necessariamente um indicador seguro de seu futuro. Mas é bastante improvável que a coincidência desses episódios nos cinco maiores Estados da União Europeia careça de significação. Eles sugerem uma crise moral mais ampla na identidade das maiores organizações da esquerda na Europa Ocidental” (ANDERSON, 1996, p. 10).

rei, vale dizer, mais radicais do que a Dama de Ferro. Segundo Perry Anderson (2000a, p. 18), os novos líderes realizaram programas de privatização mais intensos e cortes de gastos sociais maiores do que os promovidos pelos governos da Europa Ocidental.

Como se pode imaginar, os efeitos do neoliberalismo no Leste Europeu tiveram impactos negativos, com a destruição da antiga rede de proteção e seguridade sociais. A reação popular não tardou a aparecer, sob a forma de promover o retorno dos antigos partidos comunistas ao poder. Estes, apesar do simbolismo da sua tradição de lutas sociais, não romperam com a supremacia neoliberal, e continuaram a política dos seus antecessores. “A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo” (ANDERSON, 2000a, p. 19).

Operou-se, deste modo, uma cooptação massiva de históricos dirigentes social-democratas e comunistas em toda a Europa, que passaram a operar as políticas neoliberais. Se, até então, o neoliberalismo era efetivado segundo a agenda política dos partidos conservadores, no final de 1980 e início dos 1990, os partidos de esquerda não somente aderiram ao ideário neoliberal como o concretizaram nas suas ações de governo, muitas vezes aprofundando o programa político dos rentistas, pois a adesão maciça da social-democracia e dos ex-comunistas desarmou as bases sociais que poderiam se opor à supremacia burguesia. Sem maiores resistências dos seus potenciais adversários, o projeto neoliberal viu-se livre de amarras e tratou de expandir mundialmente a sua supremacia, atingindo as regiões subdesenvolvidas e periféricas a partir de meados dos anos 1980 e particularmente com força em 1990 tendo como base o Consenso de Washington.

Os impactos da adesão da social-democracia ao neoliberalismo e seus efeitos só ficariam nítidos em meados da década de 1990, quando a antiga social-democracia formulou e sistematizou a sua adesão ao neoliberalismo e propôs a refundação “ética e humanista” do capitalismo no que eles próprios chamaram de Terceira Via. Sobre a cooptação massiva de setores progressistas, Atilio Boron (1999, p. 17) afirma:

Em todo caso, as completas e pitorescas “conversões” e apostasias políticas aludidas acima – entre as quais sobressaem as do PSOE na Espanha, a do Labor Party na Nova Zelândia, a do peronismo na Argentina, a do PRI no México e a do partido socialista no Chile – não deveriam nos surpreender porque um traço característico de todas as ideologias chamadas “de época” é precisamente suscitar a intensa adesão de amplos setores sociais, incluindo os intelectuais e a direção

política que depois, da noite para o dia, emigram em busca de novas certezas e oportunidades. O neoliberalismo não podia ser uma exceção a esta regra.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels ([1848] 1998, p. 17) anunciaram que o rompimento de intelectuais burgueses com a concepção do mundo própria da sua classe de origem, imputando-se a ideologia proletária, é sinal de uma época de crise revolucionária, “(...) períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva”. E o contrário, isto é, a passagem de intelectuais socialistas para as fileiras da concepção do mundo burguesa, o que significa? Como caracterizar, então, o neoliberalismo, época histórica de cooptação massiva e molecular de influentes quadros do movimento operário, que aderem ao bloco social hegemônico e dominando pela burguesia rentista? Neste sentido, Guido Liguori (2008, p. 66, grifo original) contribui para o debate dizendo que:

(...) as categorias interpretativas do pensamento socialista depois de 1989 se tornaram cada vez mais contíguas às categorias centrais do pensamento liberal, submetendo-se à sua *hegemonia*, a partir de uma forte subestimação do papel da política em favor da sociedade civil, no âmbito de um renovado processo, obviamente inconsciente, de “revolução passiva”.

A interrogação que o texto de Liguori suscita é se o processo de passivização e acomodamento das lutas das classes subalternas à ordem burguesa via o transformismo dos seus partidos políticos e sindicatos, que se engajaram resolutamente no projeto neoliberal, teria sido “obviamente inconsciente”. Há indícios que, em alguns casos moleculares, ele pode ter sido inconsciente, com as mudanças do programa intelectual do neoliberalismo terem sido incorporadas como algo “natural” diante das transformações do capitalismo e da suposta falta de alternativas políticas à avalanche da ofensiva burguesa. Entretanto, não parece verossímil que um processo tão massivo de passivização de lideranças históricas do movimento operário internacional, que arrastou os maiores partidos comunistas e socialistas da Europa, não tenha sido um movimento consciente. Tanto é assim que intelectuais coletivos e avulsos fizeram questão de passar a limpo esta história e escrever documentos e livros com depoimentos e entrevistas explicando seus processos de conversão, mascarados como um rito de passagem necessário à integração a nova ordem.

III.1.1. A controvérsia do termo ‘neoliberalismo’

O termo “neoliberalismo” demonstrou uma vitalidade invejável nos anos 1990 a partir da luta ideológica travada pela esquerda contra a chamada globalização capitalista. Com ele, os críticos das mutações gestadas nos últimos 30-40 anos conseguiram demonstrar, com alguma dose de eficácia, os efeitos econômicos, políticos e sociais mais danosos para as classes subalternas. Por isso, muitos dos intelectuais neoliberais renegam a pecha, taxando seus críticos de antiquados, ultrapassados, anacrônicos, que não teriam percebido os ventos inevitáveis da mudança no mundo (pós-) moderno, ou pós-industrial. Como lembra Carlos Nelson Coutinho (2008, p. 99),

nem mesmo os seus primeiros defensores – doutrinários duros e puros, mas que tinham pelo menos o mérito da sinceridade – diziam-se “conservadores”. Hoje, os ideólogos do neoliberalismo gostam de se apresentar como defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a social-democracia “estatista”, apresentando-se assim como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais, precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso. A versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) a sua principal bandeira.

Apesar dessa pequena vitória em denotar o termo neoliberalismo como algo socialmente destrutivo, muitos desses críticos tiveram dificuldades em criar um conceito rigoroso. Difícil defender a tese de que o termo ganhou *status* de categoria conceitual precisa, sistematizada, embora ainda seja de grande valia para os críticos da nova fase do capitalismo nos confrontos ideológicos com os defensores da ordem burguesa.

A verdade é que se criou uma tremenda confusão em volta do termo neoliberalismo. Pierre Salama (2000, p. 142) é categórico ao afirmar a sua inexatidão:

creio que não sabemos ainda precisar com exatidão o que é o neoliberalismo, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um lado é claro que conhecemos os seus efeitos, em termos analíticos ele se transformou num conceito muito escorregadio.

Alguns dos críticos da nova fase imperialista chegam mesmo a duvidar do poder heurístico do termo. Francisco de Oliveira (2006) afirma que o termo estaria aquém da

tragédia⁹⁸, isto é, que não seria capaz de explicar teoricamente os múltiplos movimentos e dimensões do real diante das transformações das últimas décadas. Virgínia Fontes (2010, p. 154) taxa-o de descritivo, com viés para a denúncia das iniquidades do capitalismo, sem atentar para as continuidades do imperialismo no pós-guerra; daí a autora propor o conceito de capital-imperialismo para o entendimento das novas determinações do modo de produção capitalista.

Diante da confusão teórica, o termo ganhou muitas facetas dentro do pensamento social crítico. Na sua maioria, os intelectuais progressistas privilegiam dimensões particulares do real, com ênfase nas esferas ideológicas e políticas. A definição do neoliberalismo enquanto uma força ideológica é uma das mais difundidas dentro do pensamento crítico internacional e nacional.

Um dos textos sobre o neoliberalismo que mais teve influência no Brasil foi “Balanço do Neoliberalismo”, de Perry Anderson. Neste artigo, o historiador britânico nos brinda com um sucinto e competente histórico do neoliberalismo e, ao final, propõe um balanço do mesmo, definido como

um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 2000, p. 22).

Em várias passagens, Anderson sobressalta a dimensão ideológica do termo, mas sempre relacionando-a com as dimensões econômicas, políticas e sociais. Na mesma linha, encontra-se a definição de Göran Therborn (2000b, p. 182), divulgada aqui no Brasil na mesma obra de veiculação do artigo de Anderson:

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição.

⁹⁸ “De nada nos serve agredir a realidade: neoliberalismo, neocolonialismo são termos aquém da tragédia. O subdesenvolvimento, a única teoria alternativa à ricardiana teoria do crescimento econômico, foi uma das criações mais originais na história do pensamento social ocidental. Mas ele também já não serve: o subdesenvolvimento supunha uma espécie de contradição aberta. Com a financeirização, desaparece a porta (...)” (OLIVEIRA, 2006, p. 247).

Entre os autores nacionais, João Leonardo Medeiros usa a categoria visão de mundo para definir o termo. De acordo com os seus apontamentos, essa categoria também pode ser entendida como um sinônimo de “sistema de crenças, paradigma, ontologia ou outra denominação semelhante” (MEDEIROS, 2007, p. 8). A sua linha de pesquisa sinaliza questões ideológicas que envolvem o neoliberalismo, sem perder de vista os impactos sociais das políticas neoliberais, operadas por Estados, mercados e por organismos multilaterais de desenvolvimento e governança como o Banco Mundial, o FMI e a ONU. A partir de uma matriz luckasiana, João Leonardo denuncia os devastadores efeitos sociais do neoliberalismo e explicita a ineficácia das políticas sociais propostas pelo Banco Mundial e pelo Pnud/ONU. Por fim, também denuncia a falsificação e a manipulação fraudulenta de dados e a inconsistência metodológica dos estudos dos organismos multilaterais na mensuração da pobreza mundial, em particular os produzidos pelo Banco Mundial.

O sociólogo Emir Sader é um dos autores que enfatiza a dimensão ideológica do termo, afirmando-o como uma hegemonia das classes dominantes. “Me parece que o essencial é caracterizar o neoliberalismo como um modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas” (SADER, 2000, p. 146). De maneira similar, temos o sentido de Ana Elizabete Mota (1999, p. 38) emprestado ao termo: “o neoliberalismo, como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política de liberdade econômica”.

Um segundo conjunto de definições sobre o neoliberalismo pode ser circunscrito em torno dos seus aspectos políticos. Em linhas gerais, define-se o termo como uma ofensiva da classe burguesa e seus aliados contra os trabalhadores diante da crise capitalista no final dos anos 1970 e início dos 1980. Neste grupo, encontram-se autores como Atilio Boron⁹⁹, Carlos Montaña¹⁰⁰, Elaine Behring¹⁰¹, Immanuel Wallerstein¹⁰², Luciano Vasapollo¹⁰³ e Pablo Casanova¹⁰⁴.

⁹⁹ “O neoliberalismo nos é apresentado como saída única, como a ‘solução técnica’, quando não se trata de nada mais do que a expressão de uma coalizão de interesses das classes dominantes” (BORON, 2000, p. 174).

¹⁰⁰ “*O projeto neoliberal como sendo a atual estratégia do capital monopolista de superação da crise econômica (que se estende desde 1973), de adequação ao sistema de acumulação (flexível e globalizado) e de legitimação política do sistema*” (MONTAÑO, 1999, p. 101, grifos originais).

¹⁰¹ “A partir dos anos 1990, o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial. É um momento histórico com

Na presente tese, viu-se no capítulo II como Peter Gowan, David Harvey e François Chesnais fazem uso do termo, que aparece nas suas obras como uma tentativa da burguesia rentista em reverter a tendência a queda da taxa de lucro, além de combater outras causas das crises capitalistas, atacando as organizações da classe trabalhadora, tidas como politicamente responsáveis pela corrosão das bases da acumulação capitalista (os conflitos distributivos entre rendas e riquezas do capital e do trabalho).

Este segundo conjunto de intelectuais, todos de tendência marxista, apóia a hipótese de a ofensiva neoliberal ser uma estratégia política que a classe burguesa – hegemônica por sua fração rentista –, projetou e colocou em ação para estancar o processo de democratização política e social dos anos 1960 e 1970, cristalizado tanto no *Welfare State* quanto no socialismo real. Para lograr êxito na reafirmação da sua supremacia, as classes dominantes lançaram mão, prioritariamente, de recursos hegemônicos e consensuais e, nos casos mais extremos (mas não tão raros), de recursos de dominação-coerção, como repressão policial brutal, criminalização da pobreza e invasões militares na periferia do mercado mundial. Vale ressaltar que tais autores, ao enfatizar os aspectos políticos de tal ataque do grande capital monopolista, não obliteraram os aspectos econômicos e ideológicos do neoliberalismo.

No Brasil, o termo foi relacionado a conceitos da filosofia política que versam sobre períodos históricos antes da emergência do bloco histórico fordista-keynesiano. Francisco de Oliveira, antes de sugerir o abandono do vocábulo, tratou-o como uma ideologia totalitária que anula a política e a fala dos subalternos, inculcando o consenso

características diferentes do pós-64. Mas, certamente, configura-se como uma contrarreforma social e moral, na perspectiva de *recompôr* a hegemonia burguesa no país” (BEHRING, 2003, p. 113, grifo original).

102 “O raciocínio é, portanto, o seguinte: o triplo processo [de tendência secular] de desruralização/esgotamento ecológico/democratização produziu uma poderosa pressão sobre os níveis de lucro, levando-os a um ponto crítico. Evidentemente, os capitalistas contra-atacam. O conjunto da ofensiva neoliberal nos últimos 20 anos corresponde exatamente a uma tentativa de inverter o sentido da corrente. Os capitalistas tentaram, deste modo, reduzir os salários dos trabalhadores [deslocalização/relocalização das empresas na periferia], as exigências referentes à internalização de custos [agressão ambiental] e os gastos do Estado providência [democratização]” (WALLERSTEIN, 2003, p. 90).

103 “(...) A dominação mundial neoliberal é uma tentativa do capital de solucionar a crise de acumulação que está presente com força desde os anos 1970 e determina a estrutura e a dinâmica do presente modo com que o imperialismo se apresenta. Os países imperialistas devem responder cada vez mais aos processos do capital financeiro internacional, que mais do que nunca é a forma de mostrar as características mundiais do capitalismo com sua busca por superlucro” (VASAPOLLO, 2007, p. 67).

104 “A chamada ‘economia [neo]liberal’ é a nova forma da sociedade civil e da política social no que se refere aos marginalizados e superexplorados, que de outro modo tenderiam a formar frentes coletivas. É uma política de desestruturação da classe trabalhadora” (CASANOVA, 1995, p. 110, grifos originais).

neoliberal à força, como se houvesse uma (nova) “ditadura” no país¹⁰⁵ (OLIVEIRA, 1999). No dossiê *Neoliberalismo e neofascismo* do nº 7 da revista *Crítica Marxista*, Octávio Ianni (1998, p. 118) traça um paralelo entre o neoliberalismo e o nazi-fascismo apontando similitudes entre as suas políticas de terrorismo de Estado, criminalização dos movimentos sociais, xenofobia, racismo etc. Reginaldo Moraes (1998, p. 125), por sua vez, indica que a falência da contrarrevolução neoliberal poderia pavimentar o caminho para saídas fascistas.

Os conceitos de totalitarismo e fascismo usados por Chico de Oliveira, Octávio Ianni e Reginaldo Moraes são mais relacionados ao uso da força bruta do que ao consenso ideológico dentro do *mix* de recursos utilizados pelas classes proprietárias nos seus padrões de supremacia. É importante destacar a existência de elementos ditatoriais na ofensiva neoliberal, mas não se deve perder de vista que tal ofensiva se baseou fundamentalmente em táticas hegemônicas.

No prólogo do primeiro livro da coleção *Poder & Dinheiro*, João Manuel Cardoso de Mello narra a globalização capitalista como uma “contrarrevolução liberal-conservadora”, com a qual as elites dominantes tentam controlar os setores tecnológicos, o sistema internacional de moedas e finanças e o poder político-militar. Os resultados do controle destas dimensões por parte dos governos centrais e suas elites são, para a periferia, o aumento da heterogeneidade estrutural, da exclusão social e da dependência externa (MELLO, 1997). Kátia Lima (2008, p. 2), a partir de um resgate dos textos de Florestan Fernandes, define o neoliberalismo como uma “contrarrevolução preventiva e prolongada, indicando como esse conjunto de ações da burguesia para enfrentamento de suas crises, reconstituição de suas margens de lucro e reprodução do seu projeto de sociabilidade ganha novos contornos e nova racionalidade nos anos de neoliberalismo, seja por meio do ‘neoliberalismo clássico’ ou do neoliberalismo de ‘terceira via’”.

No texto *A época neoliberal*, Carlos Nelson Coutinho (2008) pergunta-se se o neoliberalismo é uma revolução passiva ou uma contrarreforma. A sua argumentação é cuidadosa e se desenrola em um tom longe da polêmica, pois, segundo o autor, o artigo apresenta uma conclusão provisória de que a época neoliberal é marcada por aquilo que Gramsci intitulou de contrarreforma. Em relação à hipótese da revolução passiva, ele se

¹⁰⁵ “A arma da desmoralização da fala, do discurso, tem sido uma das tônicas mais presentes no governo FHC. Sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados, burros, neo-bobos, todos os que se opõem a seus métodos, não tem outro objetivo: a anulação da fala e, através dela, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras” (OLIVEIRA, 1999, p. 80).

mostra “cético”. Além disso, Coutinho pontua que o conceito de contrarreforma tem uma presença marginal nos Cadernos do Cárcere; quando usado, se referiria majoritariamente ao campo cultural. Por tudo isso, mereceria cautela no seu uso.

Segundo o prof. Carlos Nelson, a atual fase do capitalismo pode ser caracterizada como uma contrarreforma porque o neoliberalismo notabiliza-se como um projeto de restauração da classe capitalista, no qual o reestabelecimento de antigos elementos é preponderante em relação ao novo, enquanto nas revoluções passivas, haveria um reconhecimento limitado e seletivo das demandas das classes subalternas (COUTINHO, 2008, p. 98, 102 e 104). Em curta passagem, Carlos Nelson também descarta o uso do conceito de contrarrevolução, pois, nos países centrais, “o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo que caracterizou o *Welfare State*” (COUTINHO, 2008, p. 103).

De todo modo, o filósofo político marxista admite, na seção final do artigo, que o uso do conceito de revolução passiva não seria totalmente descabido para caracterizar o neoliberalismo. A principal razão que justificaria tal uso é o fenômeno massivo do transformismo de intelectuais social-democratas e ex-comunistas, que aderiram ao projeto neoliberal para torná-lo mais palatável após a intensificação das expressões da “questão social”.

Como vimos, nos *Cadernos do Cárcere*, o conceito de revolução passiva, ou “revolução-restauração”, é um acordo firmado pelo alto entre antigas e novas classes dominantes visando transformações na base econômica que excluam as classes subalternas da participação ativa na vida política. Ao mesmo tempo que opera este estilo de transformação conservadora, os processos de revolução passiva fazem concessões sociais – parciais e focalizadas – por conta da pressão espontânea e limitada dos dominados, naquilo que Gramsci intitulou de subversionismo esporádico e elementar.

Ora, como o próprio prof. Carlos Nelson admite, o neoliberalismo tem como uma das suas marcas o transformismo, que será discutido nas próximas duas seções da tese. Mas, o que cabe perguntar é: diante do subversionismo esporádico e elementar das classes subalternas que surgiu em meados dos anos 1990 e abre uma crise conjuntural, a ofensiva neoliberal não teria sido obrigada a adotar mecanismos de reformas passivas para além da restauração do poder da classe burguesa e seus apoiadores?

O que se argumentará ao longo do capítulo é que tais reformas não se configuram como conquistas da classe trabalhadora como as ocorridas nos Trinta Anos Gloriosos, mas como concessões que as classes dominantes fazem sob um invólucro de

medidas assistencialistas, totalmente desvinculadas da noção de direito, de organização de classe e de luta político-cultural.

Assim, defende-se que a ofensiva rentista ajustou sua estratégia inicial de restauração para uma reforma-restauradora a partir da última década do século passado, com o objetivo de manutenção do bloco histórico neoliberal.

III.2. A crise conjuntural do bloco histórico neoliberal nos anos 1990 e a resposta social-liberal

Malgrado a sua força, a doutrina neoliberal encontrou resistências na sua aplicação “pura” e, por isto, não tomou exatamente o rumo idealizado pelos luminares de Mont Pelèrin. Tais resistências – vindas dos subalternos e até mesmo de frações das classes dominantes – ocorreram desde os primórdios da consolidação do neoliberalismo nos governos Pinochet, Reagan e Thatcher. Na realidade, houve um desenvolvimento desigual do neoliberalismo nas diversas formações econômico-sociais.

Na primeira variante ideológica do neoliberalismo, intitulada de *receituário-ideal*, defendia-se uma intolerante doutrina do controle dos gastos públicos, do arrocho salarial, das aberturas comercial e financeira, do desmonte do *Welfare State* e de um amplo processo de privatização, dentro daquilo que ficou consagrado como o Consenso de Washington.

Os planos de ajuste estrutural foram sendo implementados de acordo com a correlação de forças de cada um dos países. Na América Latina, por exemplo, a agenda neoliberal foi aplicada com maior força em países como Argentina, Bolívia, México e Venezuela. No Brasil, diante de um complexo quadro nacional das lutas de classes, no qual a esquerda – liderada pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 – formou um bloco de resistência relativamente eficiente, o neoliberalismo só conseguiu se estabelecer tardiamente no país nos anos 1990 com a cooptação de setores da social-democracia (PSDB), auxiliados por conservadores (o então PFL, hoje DEM) e até mesmo ex-comunistas (PPS, ex-PCB).

Os resultados prometidos às populações não foram alcançados: as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram. Gradativamente tomou-se consciência que o *receituário-ideal* do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas

(falsas) promessas. Um mal-estar generalizado começou a ser sentido pelas classes subalternas diante dessa situação de deterioração social. Era hora, portanto, do neoliberalismo sofrer um suave ajuste na sua direção estratégica.

O diagnóstico apresentado pelas classes dominantes e seus representantes ideológicos não foi o erro na prescrição do remédio, mas a sua baixa dosagem. Em essência, o Consenso de Washington estaria correto: o problema residiria na aplicação parcial do receituário, derivada das resistências que impediam o correto manejo das suas políticas. Seria preciso remover tais barreiras e promover um aprofundamento das medidas liberalizantes, dando ênfase aos mecanismos de mercado na produção da riqueza, ao mesmo tempo em que se passaria a reconhecer as falhas de mercado no tocante à distribuição de renda, além dos problemas ambientais.

A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas (KAMEYAMA, 2001; PEREIRA, 2000), visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar a “questão social”, via o controle da força de trabalho e o atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais (FONTES, 2006).

De acordo com esta reconfiguração, o Estado continuaria seguindo a lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, do equilíbrio fiscal, da desoneração dos impostos das classes dominantes, da desestabilização do poder dos sindicatos e do controle social sobre a força de trabalho, tal qual vinha sendo feito de acordo com o receituário-ideal. As políticas econômicas, que ocupavam um papel central no projeto de retomada da supremacia burguesia, preservariam o seu rumo original e seriam mantidas longe de qualquer ingerência popular. A elas se juntaria um novo conjunto de políticas sociais, as políticas público-privadas fragmentadas e paliativas de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho quanto no de controle social. Como afirma José Paulo Netto (1993, p. 79-80),

(...) em alguma medida, o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o

seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo.

Para a supremacia neoliberal, o Estado não deixaria de ter uma participação ativa no modo de produção capitalista: o que ocorreria é uma modificação nas suas funções, ou melhor, a refuncionalização dos seus mecanismos ampliados de manutenção e legitimação do bloco histórico vigente, seja pelo consenso, seja pela coerção, conservando a sua natureza classista. Na atual fase do capitalismo, o Estado não pode retroceder a um simples aparelho policial de repressão e defesa da propriedade privada. Este retrocesso não parece factível desde o final do século XIX e início do XX, quando as superestruturas dos países “ocidentais” foram profundamente alteradas mediante a socialização da política.

Desde então, a estratégia da supremacia burguesa conjuga o uso alternado e complementar dos distintos aparelhos sócio-institucionais do Estado ampliado, tendo como regra a busca do consenso via os aparelhos privados de hegemonia, sempre encorajados pelos aparelhos de coerção. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2006b, p. 37),

A necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidades próprias) das relações sociais de hegemonia.

Todo este processo de ampliação e consolidação da sociedade civil, como qualquer outro processo histórico, é marcado por contradições internas. Ao contrário do que defende o liberalismo contemporâneo, a sociedade civil não é um espaço social homogêneo, congregador de entidades promotoras da democracia e do bem-estar – sempre vagamente definidos –, um “terceiro setor”¹⁰⁶ eticamente virtuoso, livre das ingerências impuras do mundo da política, da corrupção e da ineficiência do Estado e das falhas de mercado.

A sociedade civil contemporânea comporta, dentro do seu seio, aparelhos privados de hegemonia de recortes político-ideológicos progressistas e conservadores,

¹⁰⁶ A respeito da funcionalidade do “Terceiro Setor” no enfrentamento das expressões da “questão social”, ver Carlos Montaña (2007, p. 186-200).

tradicionalmente ligados aos setores empresariais e rentistas das classes dominantes. Virou moda, no social-liberalismo, empresários bilionários, socialites, celebridades e esportistas milionários e toda sorte de membros das classes proprietárias doarem recursos para instituições do “Terceiro Setor”, sendo que muitos deles assumem o papel de empreendedores sociais com a criação das suas próprias fundações filantrópicas. No limite, alguns membros ativos da burguesia procuram romper com a divisão entre trabalho material e intelectual e se põem a escrever sobre as crises capitalistas e a “questão social” sem, entretanto, produzirem uma teoria consistente a respeito destes fenômenos complexos. As melhores amostras são George Soros, que atualmente financia uma das maiores instituições de caridade mundiais – a Fundação Soros – e publica livros de tons críticos à globalização (SOROS, 1998)¹⁰⁷, e Muhammad Yunus, nomeado de “banqueiro dos pobres”, cujo banco ganhou o prêmio Nobel da Paz de 2006, quando, pela primeira vez, uma instituição privada com fins lucrativos foi laureada com a honraria.

Com a vigência do social-liberalismo, percebe-se que a ideologia dominante prega uma intervenção estatal mais ativa em certas expressões da “questão social”, em particular nas mais explosivas em termos políticos (pobreza e direitos humanos), humanitários (infância e doenças contagiosas) e ecológicos. Gestou-se um consenso mundial em torno de problemas e responsabilidades globais que contaria, segundo os ideólogos da Terceira Via, com o apoio de todos os grupos sociais. Este consenso é bem expresso por Anthony Giddens ([1994] 1999, p. 29):

Os valores da santidade da vida humana, os direitos humanos universais, a preservação das espécies e o cuidado com as gerações presentes e futuras de crianças talvez tenham sido alcançados de maneira defensiva, mas certamente não são valores negativos. Eles implicam ética de responsabilidade coletiva e individual, que (como afirmação de valores) são capazes de passar por cima das divisões de interesses.

Antes da sua guinada social, o neoliberalismo esteve mais afinado com as ideias dos fundadores de Mont Pelèrin a respeito da positividade das desigualdades sociais em estimular a produtividade dos fatores de produção e, por conseguinte, da riqueza. O

¹⁰⁷ Sob influência de Karl Popper, um dos fundadores da Sociedade de Mont Pelèrin, Soros sustenta que o seu objetivo era lutar pela desintegração do comunismo e a preservação do capitalismo. “Apesar das deficiências, [o capitalismo] é melhor do que qualquer alternativa. Ao contrário, quero evitar a autodestruição do sistema capitalista global. Para tanto, mais do que nunca, necessitamos do conceito de sociedade aberta” (SOROS, 1998, p. 32).

essencial seria impulsionar o crescimento das economias capitalistas, pois, em algum momento, os mecanismos impessoais do mercado fariam a riqueza transbordar automaticamente para os segmentos mais populares, como uma economia de cascata¹⁰⁸. O argumento analítico neoclássico por trás destas teorias é que os mais ricos conseguem poupar mais do que os pobres por terem uma fração maior da renda nacional, sendo que a poupança é vista como um fundo monetário previamente acumulado que serviria para o financiamento das atividades produtivas. Ou seja, o incremento da poupança dos ricos geraria o crescimento econômico via o aumento dos investimentos privados e, por consequência, o aumento do emprego e da renda. Recentemente, o Banco Mundial passou a trabalhar com esta base analítica, que deu suporte as suas teorias do gotejamento da riqueza nos programas de alívio da pobreza.

Na segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamada de *social-liberalismo* –, promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades sócio-econômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter novos significados políticos e culturais após a ofensiva conservadora.

O campo das ideologias é atravessado de disputas acirradas nos quais as concepções do mundo das classes envolvidas na luta simbólica acabam sendo mutuamente influenciadas: “as ideologias dominantes (...) têm que se comprometer efetivamente com a experiência vivida das classes subalternas; e a maneira como essas classes subalternas vivenciam seu mundo é tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes” (EAGLETON, [1996] 2007, p. 186). Esta afirmação é valiosa para entendermos o que se passa na ofensiva social-liberal na polêmica sobre a igualdade, tradicionalmente um tema dos movimentos socialistas. Creio que a atual variante da ideologia neoliberal não se comprometa efetivamente com os problemas sociais enfrentados diariamente pelas classes subalternas, tal qual afirma Eagleton – que

108 “As políticas do Consenso de Washington importaram-se muito pouco com as questões de distribuição de renda ou de ‘justiça social’. Se pressionados, vários de seus proponentes argumentariam que a melhor maneira de ajudar os pobres é fazendo com que a economia cresça. Eles acreditam na economia de cascata. Garantem que os benefícios desse crescimento acabarão por alcançar os pobres” (STIGLITZ, 2002, p. 113).

vislumbra em larga medida a possibilidade da concepção do mundo proletária influenciar a burguesia¹⁰⁹ – mas, certamente, procura dar respostas – sempre provisórias e pontuais, impotentes diante das fissuras que se abrem nos blocos históricos capitalistas com as contradições da base econômica e as lutas das classes subalternas – às expressões da “questão social” mais alarmantes e evidentes, que expõem as entranhas do sistema burguês e suas mazelas. Tais objeções, contudo, não apagam o sentido correto que Eagleton ([1996] 2007, p. 187) emprega em determinar a ideologia como

um campo de sentido complexo e conflitivo, no qual alguns temas são estreitamente vinculados à experiência de determinadas classes, enquanto outros são mais “soltos”, puxados ora pra cá, ora pra lá, na luta entre poderes em disputa. A ideologia é um campo de contestação e negociação em que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados.

O objetivo da burguesia em retomar o debate sobre a “questão social” na atual fase do capitalismo consiste na reconstrução do nível de consenso usufruído pela ideologia neoliberal nos anos 1980, quando esta se tornou mundialmente hegemônica. A impressão é que todos, da esquerda à direita, dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade. As fronteiras ideológicas entre as esquerdas e as direitas, algo sólido no passado, teriam se dissolvido no ar, abrindo espaço para uma política pragmática de resultados imediatos. Por isto, fala-se em uma agenda político-cultural para além da direita e da esquerda (GIDDENS, [1994] 1999).

Os aparelhos privados de hegemonia controlados pela burguesia reproduzem diariamente a noção de que existiria um consenso no tocante ao debate sobre as desigualdades: primeiro não haveria mais a divisão entre esquerda e direita, e as disputas políticas estariam esvaziadas dos grandes projetos nacionais e populares de transformação social, restritas somente a questões pragmáticas da pequena política, sem ideologias a embasar as ações humanas; segundo, todos reconheceriam que as desigualdades devem ser combatidas, mas todos também reconheceriam a impossibilidade de superá-las, dadas as diferenças entre os indivíduos. A ideia do mercado é mais uma vez vendida como sendo algo pertencente a uma natureza humana

¹⁰⁹ “Assim como não pode haver classe burguesa sem um proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica de cada uma dessas classes é constituída até a raiz pela ideologia de seu antagonista” (EAGLETON, [1996] 2007, p. 186).

imutável e internalizada como algo completamente natural, inclusive por intelectuais da esquerda que antes a combatia como uma falsa consciência. Quando isto acontece, a derrota proletária é devastadora, restando pouco espaço para a dissidência.

A rendição às várias formas da ideologia de mercado – por parte da esquerda, quero dizer, para não mencionar todos os demais – foi imperceptível, mas alarmantemente universal. Agora, todos se dispõem a resmungar, como se isso fosse uma inconsequente concessão feita de passagem à opinião pública e ao atual saber aceito (ou aos pressupostos comuns da comunicação), que nenhuma sociedade pode funcionar eficientemente sem o mercado, e que o planejamento é obviamente impossível (JAMESON, [1996] 2007, p. 282).

A ideologia social-liberal sustenta a hegemonia burguesa em torno do debate da “questão social”, e para isto promove uma série de ações pedagógicas do novo consenso e até mesmo fabrica a sua dissidência, financiando aparelhos privados contra-hegemônicos ligados aos protestos contra a globalização. Cria-se um limite de atuação inclusive para a oposição ao neoliberalismo e a impressão generalizada de movimentos de contestação atuando livremente, o que garante um grau de legitimidade à democracia representativa. Conforme sustenta Michel Chossudovsky (2010),

Para manter a sua legitimidade, as elites econômicas favorecem formas de oposição limitadas e controladas, com vista a impedir o desenvolvimento de formas radicais de protesto, que podiam abalar as fundações e as instituições do capitalismo global. Por outras palavras, o “fabrico da dissidência” funciona como uma “válvula de segurança” que protege e sustenta a Nova Ordem Mundial.

Nas últimas décadas criou-se uma razão cínica acerca da “questão social”. Fredric Jameson (2004) descreve esta modalidade de encapsulamento e neutralização dos setores radicais das classes subalternas como resultado não da ignorância sobre os fatos da situação miserável na qual estão presos mais da metade da humanidade, mas justamente pelo seu oposto: pelo seu conhecimento generalizado. Antes da globalização midiática, as expressões mais agudas da “questão social” eram denunciadas por ativistas, militantes e simpatizantes de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais progressistas e causavam repulsa e revolta em setores da sociedade. Em algumas ocasiões, estes sentimentos de revolta se traduziam em ação direta para a luta social contra os interesses das classes dominantes; no presente, a agudização de diversas

expressões da “questão social” é noticiada através da indústria cultural pelos agentes promotores das políticas neoliberais que estão na raiz do processo de regressão social. Quantas *mea culpa* “sinceras” (com altas doses de auto-ilusão) de ideólogos ativos do neoliberalismo e revisões do receituário-ideal não foram veiculadas nos últimos anos? E quantos não acreditaram nestes gestos? Até mesmo a ideia de bombardeio humanitário na Guerra dos Bálcãs, idealizada pela Terceira Via dos Estados Unidos, foi vendida no mercado midiático e comprada por milhões de telespectadores.

A razão cínica a qual se refere Jameson está presente na dualidade entre uma retórica defensora de uma face humana para o capitalismo e estratégias políticas dissimuladas que atentam contra os interesses daqueles que sofrem os efeitos nefastos do projeto neoliberal. Como diz Pablo Casanova (2000, p. 52), “(...) as verdades sobre o desastre social do neoliberalismo tendem a ser sustentadas por grupos cada vez mais amplos de especialistas a partir de provas inegáveis, muitas delas oficiais, das próprias agências estatais ou financeiras”.

Há diversas amostras do ilusionismo social-liberal a serem citadas nos documentos oficiais de influentes organismos de governança global.

Desde o final dos anos 1960, operou-se uma inflexão nas políticas de desenvolvimento do Banco Mundial. Recém saído do Departamento de Estado dos EUA, Robert McNamara assumiu a presidência da instituição em 1968 com a expectativa de fabricar uma nova agenda política. A sua preocupação consistia em promover ações de enfrentamento ao pauperismo absoluto – a “cruzada contra a pobreza” – e de promoção da segurança nas regiões periféricas, então envolvidas em processos de crise orgânica que apontavam a revolução socialista como saída. A doutrina da contra-insurgência havia falhado e era preciso um outro tipo de solução para as convulsões sociais na periferia, com ênfase nos mecanismos de consentimento, como educação e desenvolvimento. Segundo Roberto Leher (1999),

essa reorientação do Banco obteve êxito, não tanto pelo sucesso das políticas setoriais, que em geral fracassaram econômica e socialmente, mas em termos políticos mais amplos. A sua influência contribuiu para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera de influência soviética. Além disto, possibilitou a ampliação dos países membros, garantindo sua presença em 179 países (1995).

Naquela primeira rodada de “cruzada contra a pobreza”, nada mais adequado do que evocar o pároco Malthus. Ao tom messiânico que McNamara imprimiu às intervenções do Banco Mundial, juntou-se o enfoque teórico do neomalthusianismo, que pregava o planejamento familiar e o controle populacional como as principais armas de combate à pobreza (PEREIRA, 2010, p. 196). As ações deveriam ser direcionadas a limitar o aumento do número de pobres nos países periféricos, e não atacar as causas que geram a pobreza. Mais uma vez, a “questão social” foi naturalizada.

Em meados dos anos 1970, o Banco Mundial preocupou-se com as questões da pobreza no campo a partir das tensões sociais em várias partes do planeta, criando projetos de “desenvolvimento rural integrado”. A justificativa era focalizar os recursos nos setores mais pobres da população mundial, que se encontravam nas áreas rurais segundo avaliação do Banco. Neste período abandonou-se o debate da equidade em detrimento do debate sobre a pobreza absoluta, desconsiderando-se as desigualdades sócio-econômicas entre classes e nações (PEREIRA, 2010, p. 203-205). Este foi o período de maior produção intelectual do Banco sobre a pobreza, que buscou ganhar *status* de teoria com o livro *Redistribuição com crescimento*¹¹⁰, fruto de uma pesquisa financiada pelo Banco Mundial em parceria com o Institute for Development Studies.

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (RDM) abordou novamente o tema da pobreza em 1980, mas esta iniciativa não teve continuidade durante toda a primeira metade da década, marcada pela gestão de Alden Clausen (1981-86) (PEREIRA, 2010, p. 245). Tempos depois, em 1990, o tema voltou a figurar no RDM do Banco Mundial, que elegeu o combate à pobreza como objeto fulcral de análise e intervenção. Conforme analisa João Márcio Pereira (2010, p. 279-280),

Os tempos, porém, eram outros e o propósito central do RDM 1990 consistia em conciliar e subordinar, analítica e programaticamente, o alívio da pobreza à liberalização econômica radical, num mundo cujas fronteiras, agora, pareciam não oferecer limites a tal expansão. A premissa básica do relatório era a separação entre política “social” e política “econômica”. Ancorado na categoria da “pobreza absoluta”, o RDM 1990 deixava de lado a questão da concentração de renda e riqueza e propunha uma estratégia dual, que combinava programas focalizados com uma ênfase renovada nas virtudes redentoras do crescimento econômico e do subsequente efeito derrame.

¹¹⁰ “O livro partia da distinção entre pobreza absoluta e relativa, deixando de lado a questão da desigualdade na distribuição de renda e da pobreza relativa e trazendo para o primeiro plano o aumento da renda e a redução da pobreza absoluta. A tese fundamental era a de que a redução da pobreza absoluta não era incompatível com o crescimento da economia, i.e., que crescimento e equidade não necessariamente estavam em conflito” (PEREIRA, 2010, p. 204-205).

A esta agenda do binômio ajuste/compensação, como diz João Márcio, juntaria-se, por toda a gestão de James Wolfensohn (1995-2005), um elenco de temáticas típicas do social-liberalismo, como a equidade social, o desenvolvimento sustentável e a participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos. Todos estes temas seriam agrupados em torno daquilo que o Banco Mundial chamou de “enfoque mais integrado do desenvolvimento” (PEREIRA, 2010, p. 332 e 340).

O revisionismo neoliberal também atingiu o Fundo Monetário Internacional, um dos principais patrocinadores dos programas de ajustes estruturais da periferia, que na verdade são programas de saque e pilhagem da riqueza dos países dependentes. No final dos anos 1990, mais especificamente em 1998, após vinte anos de uma defesa fanática do receituário-ideal do neoliberalismo, o FMI definiu em três documentos uma linha de revisão de alguns pontos dos seus ajustes estruturais, levando em conta críticas internas e externas (STIGLITZ, 2002, p. 304, nota 4).

Em 1987, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) patrocinou um estudo chamado *Adjustment with human face*. Durante toda a década de 1990, particularmente na primeira metade, a ONU promoveu o seu ciclo de conferências sociais, debatendo e discutindo temas como infância (Nova Iorque-90), meio-ambiente e desenvolvimento (Rio-92), direitos humanos (Viena-93), população e desenvolvimento (Cairo-94), desenvolvimento social (Copenhague-95), mulher (Pequim-96) e habitação (Istambul-96). Outra iniciativa da ONU que busca angariar apoio para iniciativas social-liberais é a Declaração do Milênio, promovida pelo seu Programa de Desenvolvimento (PNUD) sob o aporte teórico de Amartya Sen. José Paulo Netto (2007, p. 154) sinaliza que a Declaração do Milênio obtém um consenso planetário em torno de medidas de combate às expressões mais dramáticas da “questão social”, como fome, miséria, analfabetismo, doenças infecto-contagiosas etc¹¹¹.

Apesar dos aparentes esforços da ONU (e também do Banco Mundial e do FMI) em promover uma “globalização com face humana”, a situação mundial não melhorou desde a assinatura da Declaração do Milênio, como atestou Mark Brown, administrador do PNUD: “(...) apesar destes compromissos, bem-vindos, de em teoria reduzir a

¹¹¹ A Declaração do Milênio, assinada em 2000 por 189 países, tem 8 objetivos e 18 metas no total. Os objetivos são os seguintes: “1. erradicar a pobreza e a fome; 2. alcançar o ensino primário universal; 3. promover a igualdade de gênero e dar poder às mulheres; 4. reduzir a mortalidade das crianças; 5. melhorar a saúde materna; 6. combater o HIV, a malária e outras doenças; 7. assegurar a sustentabilidade ambiental; 8. promover uma parceria mundial para o desenvolvimento” (PNUD, 2003).

pobreza e avançar noutras áreas do desenvolvimento humano, na prática, (...) o mundo já está atrasado” (PNUD, 2003, p. v). No final da década passada, o relatório do PNUD sinalizou que os países 20% mais ricos do mundo concentravam 86% da riqueza mundial, os 60% medianos tinham 13% e os 20% mais pobres acessavam 1% (PNUD, 1999, p. 2).

A partir de 1990, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) da ONU publicou uma série de relatórios que tinham como objetivo adequar a instituição da nova versão do socialismo burguês. Relatórios como *Transformação produtiva com equidade* (1990), *Equidade e transformação produtiva: um enfoque integrado* (1996), *A lacuna da equidade* (1997), *Equidade, desenvolvimento e cidadania* (2001), dentre outros, buscavam combinar ecleticamente fórmulas teóricas¹¹² e projetos políticos da reestruturação produtiva toyotista, estabilização econômica e justiça social, concluindo pela promoção de medidas sociais compensatórias¹¹³ (SOARES, 2002, p. 99-101). A adesão da CEPAL às teses do social-liberalismo foi marcante e, em momento algum, a Comissão se colocou contrária à hegemonia neoliberal¹¹⁴. O que se tentou, por certo apego nostálgico ao seu passado desenvolvimentista de luta contra a ortodoxia liberal e os programas de desenvolvimento do Norte, foi uma tímida revisão das teses do receituário-ideal do neoliberalismo, como se isto fosse capaz de reformar o atual projeto de supremacia burguesa. A resultante de tal crítica acrítica latino-americana é a validação do reformismo-restaurador neoliberal nesta região periférica, subdesenvolvida e dependente. Na avaliação de Marcelo Carcanholo (2010, p. 138-139),

¹¹² Para uma crítica substantiva ao instrumental analítico da Nova Cepal, consultar Alexis Saludjian (2010).

¹¹³ “Estas políticas compensatórias e focalizadas, conceituadas como de enfrentamento à pobreza, são apoiadas, em geral, pelas elites. Note-se que as políticas sociais mais estruturadoras, como a saúde, as aposentadorias, a educação, dentre outras que os governos neoliberais transformaram em serviços mercantis, são objeto de uma forte reação da direita continental, historicamente patrimonialista, oligárquica e antirreformista, frente a qualquer iniciativa de universalização” (MOTA et. al., 2010, p. 54).

¹¹⁴ Esta avaliação é cercada de uma controvérsia entre dois dos principais historiadores do pensamento econômico latino-americano. Octavio Rodriguez, em parceria com três pesquisadores uruguaios, defende que a nova estratégia de desenvolvimento da CEPAL “(...) se configura como diversa do conjunto de recomendações de longo prazo próprias do enfoque neoliberal” (RODRIGUEZ et. al., 1995, p. 101). Ricardo Bielschowsky (2000, p. 63), economista de carreira da instituição, faz uma crítica velada à nova CEPAL quando afirma que ela “não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-la, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos”.

A agenda cepalina de “reforma das reformas” parece significar muito mais um gerenciamento das “imperfeições” das reformas neoliberais do que uma concepção significativamente distinta de desenvolvimento. No passado, a Cepal caminhava em sentido contrário ao ideário liberal-conservador-ortodoxo. Atualmente, acompanha o pensamento convencional, isso quando não vai a reboque do revisionismo, com seu modelo de “reforma das reformas”.

Ainda na América Latina, Jorge Castañeda e Roberto Mangabeira Unger escreveram o documento *Consenso de Buenos Aires*. O manifesto, assinado por ex-presidentes como Fernando de la Rúa, Ricardo Lagos e Vicente Fox, foi uma tentativa de sumariar as principais teses do social-liberalismo, como ajuste fiscal com responsabilidade social, a promoção da equidade social, o incentivo à participação política dos indivíduos a partir da nova sociedade civil, etc. (SADER, 2003b).

Uma significativa fábrica ideológica do social-liberalismo são os fóruns internacionais que trazem a presença de estrelas da academia, da política e do mercado, sempre contando com ampla cobertura dos monopólios de comunicação, que se encarregam de sua transmissão planetária. O Fórum Econômico de Davos talvez seja o mais significativo, pelo menos em termos midiáticos. Nos anos 1990 a tônica dos encontros na rica estação de esqui suíça era a apologia da globalização, enquanto, uma década depois, o discurso predominante girava em torno dos problemas sociais (STIGLITZ, 2007a, p. 64-65).

A Cúpula da Governança Progressiva é um desses fóruns globais que reúne governantes para o debate de como a nova ideologia neoliberal poderia ajudar a humanidade a ter melhores condições de vida. O incremento do bem-estar viria através de ações conjuntas do Estado com a sociedade civil, estimulando a participação cotidiana dos indivíduos na política. Das suas badaladas reuniões já participaram Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schröder, Thabo Mbeki, Ricardo Lagos, Néstor Kirchner, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, e muitas outras lideranças mundiais e regionais (LIMA e MARTINS, 2005, p. 44).

O social-liberalismo foi, assim, discutido, preparado e fermentado em círculos fechados por seus ideólogos ativos antes de chegar ao senso comum. Evocando antigos signos da modernidade, como a razão, a justiça, a ciência e seus signos matemáticos, busca-se atualizá-los de acordo não somente com um linguajar contemporâneo, mas com técnicas modernas de dominação, como a propaganda e o marketing¹¹⁵.

¹¹⁵ “Essa revolução conservadora de tipo novo tem como bandeira o progresso, a razão, a ciência (a

A ideologia social-liberal é produzida e difundida por uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia: agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não-governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e *business men*. São inúmeros agentes do social-liberalismo, desde os ideólogos ativos – os formuladores das propostas neoliberais – até os passivos, que propagam esta ideologia às vezes sem muita clareza do que realmente está em jogo, reproduzindo no nível do senso comum (e próximo a ele) as teses formuladas no plano da filosofia. É o que Pierre Bourdieu (1998, p. 68) chama de *cumplicidades passivas*:

Esse discurso de aparência econômica só pode circular além do círculo de seus promotores com a colaboração de uma multidão de pessoas, políticos, jornalistas, simples cidadãos que têm um verniz de economia suficiente para poder participar da circulação generalizada dos termos canhestros de uma vulgata econômica. (...) É através de tais cumplicidades passivas que foi, pouco a pouco, se impondo uma visão dita neoliberal, na verdade conservadora (...).

Somem-se aos ideólogos tradicionais e orgânicos da direita, os intelectuais egressos da social-democracia, do socialismo e do comunismo, integrados à supremacia neoliberal por meio do transformismo. Os prêmios, honrarias, bolsas de pesquisa e espaços midiáticos são fartos e amplamente oferecidos para os intelectuais que aderem ao projeto neoliberal, especialmente as antigas lideranças dos movimentos populares. Nesses casos, a cumplicidade nada tem de passiva: é ativa e consciente, com ganhos a ambos os lados, cooptados e cooptadores. As perdas ficam para as classes subalternas, que veem a decapitação das lideranças das suas principais organizações.

Desarmados da sua vocação utópica de uma *práxis* voltada para a transformação social, os intelectuais progressistas vêm gradativamente perdendo sua identidade própria, e cada vez mais são cooptados, objetiva e subjetivamente, pelas classes proprietárias. Parte dos ideólogos e lideranças políticas mais representativas do social-liberalismo é composta por ex-membros da esquerda. Alguns têm, inclusive, sua formação marcada por influxos da tradição marxista e foram, em determinado momento da sua trajetória, intelectuais orgânicos de organizações políticas da classe trabalhadora. Conferem, desta maneira, uma legitimidade que, de outra forma, a supremacia neoliberal não gozaria. De acordo com Bourdieu (1999, p. 111),

economia, no caso), para justificar a restauração e tenta assim tachar de arcaísmo o pensamento e a ação progressistas” (BOURDIEU, 1998, p. 49).

E a força da nova ordem dominante é que ela soube encontrar os meios específicos de “integrar” – em certos casos, pode-se dizer de comprar, em outros, de seduzir – um número cada vez maior de intelectuais, e isso no mundo inteiro. Esses “integrados” continuam frequentemente a se imaginarem como críticos (ou, simplesmente, de esquerda), segundo o modelo antigo. Isso contribui para dar grande eficácia simbólica à sua ação em favor da ordem estabelecida.

Não se estaria muito longe da verdade se afirmarmos que existe, em muitos casos, um abismo entre a cultura e a situação social dos ideólogos do social-liberalismo e a fração rentista da burguesia, fração de classe contemplada nos seus interesses por aquela ideologia. Os representantes literários do social-liberalismo gozam de uma autonomia relativa em relação aos interesses materiais daquela fração de classe. O que os faz representantes do rentismo burguês é a ideologia que produzem, seus horizontes intelectuais e os encaminhamentos políticos e efeitos sociais que daí derivam. A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como principal mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois ao mesmo tempo que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa.

Desta forma, o horizonte intelectual do social-liberalismo restringe-se ao modo de produção capitalista, naturalizado e eternizado como a única forma de produção e distribuição da riqueza. As lutas de classe desaparecem do debate ideológico, assim como a supressão das desigualdades sociais, restando somente as políticas de alívio ao pauperismo absoluto, tal qual vem ocorrendo na era neoliberal. Este seria o máximo de consciência social possível que as classes dominantes e seus ideólogos podem alcançar no atual estágio do capitalismo.

Deve-se destacar, a título de ilustração, representantes ideológicos desta nova corrente ideológica do liberalismo: Alain Touraine, Amartya Sen, Anthony Giddens, Dani Rodrik, Jeffrey Sachs, John Williamson, Joseph Stiglitz e Pierre Rosanvallon. No Brasil, evidenciam-se as produções de André Urani, Luiz Carlos Bresser Pereira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça. Estes são alguns dos ideólogos ativos na elaboração e sistematização da ideologia social-

liberal ao redor do mundo, dando uma forma acabada aos interesses da burguesia rentista.

A despeito da diversidade teórica e política presente no bloco ideológico social-liberal, é possível traçarmos alguns eixos teóricos e políticos comuns às suas produções. O primeiro eixo é a busca pela desideologização dos discursos e práticas políticas. As antigas referências de direita e esquerda teriam sucumbido frente aos acontecimentos dos anos 1980 em diante, em particular a globalização, o fim do socialismo real e a revolução tecnológica-científica. Os debates políticos e teóricos contemporâneos deveriam ser travados a partir de uma posição pragmática, que estaria além do debate partidário e ideológico (STIGLITZ, 2002, p. 12). A grande política teria morrido e seria preciso reconhecer que não haveria mais espaço para transformações macro-estruturais. Daí proporem uma saída intermediária entre os neoliberais e as antigas (e arcaicas) esquerdas, sejam elas social-democratas ou revolucionárias. Neste tocante, o social-liberalismo faz eco com as teorias pós-modernas do fim das ideologias.

Um segundo eixo que une os social-liberais é a crítica acrítica ao mercado como sistema social de distribuição da riqueza. Todos concordam que o mercado seria a melhor estrutura de produção das riquezas e seus fundamentos (concorrência e propriedade privada) deveriam permanecer intocáveis; mas quando se discute o tema da distribuição, reconhecem falhas e limites dos mecanismos mercantis na alocação eficiente e justa dos recursos entre os diferentes agentes. Assim sendo, eles admitem uma ingerência singular do Estado na correção de tais falhas: regulação estatal nas atividades econômicas privadas, parcerias público-privadas no investimento econômico e políticas sociais de perfil focalista, filantrópico e assistencialista para o combate às principais expressões da “questão social”, embasadas teoricamente no conceito de equidade. Todas estas ações estatais seriam complementares ao mercado, e não o substituiria (GIDDENS, 2001, p. 167). O ideal seria uma combinação perfeita entre Estado e mercado que criasse uma nova economia mista (GIDDENS, 2001, p. 59), ou uma economia da inserção social (ROSANVALLON, 1998, p. 143-146).

Herdado da tradição liberal clássica – presente na filosofia política de John Locke – e que reaparece nos anos 1990 nos relatórios das agências multilaterais sobre a pobreza, como o Banco Mundial e a ONU, o conceito de equidade social é um dos pilares teóricos do padrão atual de intervenção burguesa na “questão social”. O que significa, em linhas gerais, este conceito? Significa, antes de mais nada, o deslocamento metodológico à qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades

sociais. A sua perspectiva é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carregaria dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas – como preguiça, indolência, ignorância, ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por estes últimos dons, restaria-lhe a sorte de acumular riqueza, pois tais dons dariam uma enorme capacidade ao indivíduo de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso fosse amaldiçoado por aqueles vícios, restaria-lhe acumular miséria, pois o ócio e a vagabundagem seriam as características típicas desta massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista.

Contemporaneamente, o conceito ganhou uma aparência de tipo progressista, mas manteve suas características essenciais, que naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise. Hoje se admite amplamente que as diferenças naturais podem ser neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como um meio de capacitar mão-de-obra para a concorrência no mercado de trabalho; em outras palavras defende-se a aquisição de capital intelectual pela força de trabalho no mercado da educação: esta é a base das teorias do capital humano. Em termos políticos, o social-liberalismo, ao se guiar pelo conceito de equidade social, defende a promoção da igualdade de oportunidades entre os indivíduos via a educação. A educação, antes uma forma de emancipação humana, fica, de acordo com essa perspectiva, inteiramente subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandado pelo capital. Segundo Gaudêncio Frigotto (2001, p. 27),

(...) afirma-se com uma força extraordinária a ética individualista que no campo pedagógico se manifesta sob as noções de competências, competitividade, habilidades, qualidade total, empregabilidade, mas que no âmbito social mais amplo se define por noções constitutivas de um suposto “novo paradigma”.

No social-liberalismo, é recorrente o argumento de que seria possível reformar o capitalismo e transformá-lo em um sistema econômico que combinaria harmoniosamente eficiência e equidade, rejeitando-se a tese neoclássica mais convencional de que haveria um *trade-off* entre mercado e justiça social. Giddens, por

exemplo, fala em um capitalismo responsável; outros falam em um capitalismo humanizado, ou de uma globalização com face humana. Recentemente uma moda acadêmica versa sobre tipos de capitalismo, dos quais uns teriam se mostrado capazes de promover o bem-estar social, como os países nórdicos da Europa. Toda a ênfase deste discurso está fundada nos adjetivos acoplados ao capitalismo, substantivo que não sofre qualquer crítica substancial a respeito dos seus mecanismos intrínsecos de produção e reprodução em larga escala das desigualdades sociais e econômicas. Sobre o essencial, pouco ou nada se fala a respeito, até porque resiste no núcleo central do social-liberalismo a ideia de que o problema principal não é o capitalismo, mas a forma como ele tem sido gerido nos últimos trinta anos. Caberia aos intelectuais bem-aventurados e compromissados com valores éticos, salvar o capitalismo dos financistas, como teria feito Keynes durante a Grande Depressão (STIGLITZ, 2007a, p. 50).

Dentro desta linha do discurso humanista do capitalismo, também é moda falar nos programas de responsabilidade social e ambiental dos grandes negócios, ou na governança corporativa. Este é o caso de Stiglitz. Para o professor de economia de Columbia, seria preciso um retorno da ética aos negócios. O tema não é palco de uma discussão aprofundada, pontuado aqui e ali nos seus livros (2003, p. 314-316 e 2007a, p. 51), mas merece um pouco de atenção. Por quê?

A ética é apresentada como um sistema de valores capaz de moldar a realidade a partir da ação de indivíduos autônomos e imbuídos de uma consciência dos problemas sociais. Tais indivíduos, que muitas vezes se confundem com os intelectuais tradicionais, teriam a capacidade de comunicar ao mundo tais problemas e apresentar soluções viáveis e realistas, que deveriam ser discutidas indiscriminadamente por todos. O grande público, incluindo-se governantes, empresários, líderes sindicais, ativistas etc., sob o império da razão e da sensibilidade, deveria reconhecer a superioridade de tais propostas e aderir ao novo consenso. Há um forte sentimento de idealismo e utopismo nesta forma de ver a ética e seus rebatimentos na *práxis* de indivíduos, grupos e classes sociais, algo típico de intelectuais que se pretendem neutros, expurgados de qualquer viés ideológico.

A questão que não é posta pelos intelectuais do social-liberalismo é que a ética e a moral não se constituem como valores absolutos e transversais a todas as classes e grupos sociais, formulados de maneira isenta e sem condicionantes sociais e políticos. Cada uma das classes forma, a partir das suas experiências concretas e subjetivas, sistemas de valores diferentes, alguns conflitantes entre si, tal qual acontece com as

ideologias. E mais: se imagina que o capitalismo não teria uma ética a lhe sustentar, e que seria preciso criar uma a partir de cabeças bem pensantes de intelectuais engajados e coerentes com suas próprias teorias, e nunca com interesses escusos.

Marx e Weber, para ficarmos em exemplos marcantes e distintos, buscaram mostrar nos seus escritos que o longo processo de gestação e consolidação do capitalismo frente a outros modos de produção foi marcado pela afirmação de uma ética capitalista, fundada em elementos econômicos, políticos, religiosos, culturais etc. A própria economia política clássica, uma das expressões ideológicas mais marcantes do nascimento do modo de produção capitalista, ganhou uma das suas principais formulações sob a pena de um filósofo moral, o escocês Adam Smith¹¹⁶, que se recusou a dissociar economia e ética. Ou seja, desde os primórdios o capitalismo carrega na sua essência uma ética: a sua morada é a acumulação ilimitada da riqueza cercada por um conjunto de valores que dão suporte à ação prática dos burgueses.

Desta forma, a versão contemporânea do socialismo burguês tece uma crítica moralista ao capitalismo, tal qual fizeram os antigos socialistas utópicos. Apelando a uma ética abstratamente formulada, pensam reformar o capitalismo convencendo ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, governantes e governados a assumirem projetos responsáveis e conscientes para o tratamento de expressões da “questão social”, sem questionarem o essencial do modo de produção. O papel dos intelectuais é superestimado, no sentido de se afirmar a centralidade das ideias na transformação social; de cima para baixo, ou de fora para dentro, a ideologia social-liberal seria absorvida por todos os grupos e classes sociais a partir da ação pedagógica de intelectuais iluminados pela Razão e conduzidos por valores éticos superiores, compromissados com a melhoria do bem-estar social da humanidade. A questão da ética e da responsabilidade no capitalismo é o terceiro grande eixo norteador do social-liberalismo.

O quarto é a atuação do Estado na “questão social”. Experiências passadas avaliadas como mal-sucedidas, como o *Welfare State* e o socialismo, comprovariam a tese de que o Estado, por si só, tutela de forma assistencialista, corporativa e mesmo totalitária a ação dos cidadãos, impedindo o pleno desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. A ação estatal na “questão social” deveria ser acompanhada por uma

¹¹⁶ “(...) é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontada como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto com o distanciamento entre economia e ética” (SEN, 1999, p. 44).

participação ativa e consciente do “Terceiro Setor” por meio dos novos movimentos sociais (TOURAINÉ, 1999). Sociedade civil e Estado – incluindo empresas e bancos –, de forma parceira e equânime, assumiriam responsabilidades pelo combate as sequelas mais deletérias da “questão social”.

Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam se diferenciar da vertente do que chamei de receituário-ideal a partir de três questionamentos. Primeiramente, tecem críticas contra o liberalismo extremado da globalização que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social. Em segundo lugar, discordam da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”. Por último, dão destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as políticas sociais de alívio à pobreza via a transferência de renda e o empoderamento dos indivíduos.

O propósito é motivar uma inflexão no pensamento hegemônico em relação ao debate sobre mercado e bem-estar social, na qual uma epistemologia de direita – maximização e otimização dos recursos, escassez relativa, capital humano – é envernizada por uma ética de “esquerda”, com palavras de ordem como equidade, justiça social, solidariedade e voluntariado. O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para a retomada das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração, nem mesmo de debate teórico-analítico. Restaria, como alternativa “realista”, a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades sócio-econômicas.

III.2.1. Os nexos estruturais do social-liberalismo

A questão que permanece aberta e ainda não foi abordada é o porquê da inflexão ideológica do neoliberalismo. Até aqui se dissertou sobre como a estratégia burguesa de

reação à última crise orgânica do capitalismo incorporou o debate sobre a “questão social”, sem furtar-se a reafirmar a primazia do mercado como espaço regulador das atividades humanas. Resta saber as causas desta mudança tão importante para a compreensão dos atuais mecanismos de supremacia. Em suma, procura-se as causas centrais do projeto neoliberal sofrer um redirecionamento político-ideológico e propor, em resposta a determinadas pressões econômicas e políticas, uma agenda social.

Apresento uma hipótese de trabalho que busca explicar os múltiplos nexos estruturais¹¹⁷ da segunda variante ideológica do neoliberalismo: a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do mercado mundial, as crises financeiras globais e as lutas e resistências contra-hegemônicas da década de 1990 geraram um período de crises conjunturais. Estas crises conjunturais, caracterizadas de acordo com o conceito gramsciano visto no primeiro capítulo, exigem soluções renovadas de disciplina da classe trabalhadora – subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia –, apagando tentativas de rebelião dos subalternos.

O bloco histórico neoliberal e os seus arranjos estruturais e superestruturais ocasionaram uma enorme regressão social para a classe trabalhadora. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 500 milhões de seres humanos vivem com menos de US\$ 1 por dia (miseráveis), e 1,374,6 bilhão com menos de US\$ 2 (pobres). Tais números dizem respeito à metade da força de trabalho mundial. Já o Banco Mundial afirma que a desigualdade social, medida pelo índice de Gini, piorou na década de 1990 em relação a 1980 em todas as regiões do planeta. No final dos anos 1990, a FAO declarou que cerca de 850 milhões passavam fome ao redor do mundo, e esta marca aumentou significativamente, atingido 1 bilhão de pessoas em 2009. Em 1999, a Unicef apontou que 9,7 milhões de crianças menores de 5 anos morriam anualmente devido à péssimas condições de vida e falta de acesso a programas básicos de saúde.

Luciano Vasapollo (2005) apresenta estatísticas e situações concretas na Europa da deterioração do mundo do trabalho e a pobreza e as desigualdades sociais que lhe acompanham. Lá, no Antigo Continente, se tomarmos como parâmetro a zona da União Europeia, já são mais de 55 milhões de pobres e a tendência deste número é aumentar

¹¹⁷ “Quando tentamos identificar uma ideologia e alcançar seus sentidos, tendemos a concentrar esforços em apreender seus nexos estruturais, tomando-a como parte duma dada realidade social. Se bem-sucedidos, conseguimos colocar a ideologia em questão ‘nas relações sociais’ que a sustentam, estabelecendo assim o modo estrutural da sua constituição” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 121).

com o passar dos anos. Nos Estados Unidos, recente relatório do *Bureau of Census*¹¹⁸ divulga que há, no país mais rico do planeta, 37 milhões de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza, o que equivale a 12% da população. E mais: a pobreza e a desigualdade de renda aumentou sensivelmente nos últimos tempos, particularmente nos mandatos do presidente Bush e nos primeiros dois anos de Barack Obama. Ou seja, a regressão experimentada pelo mundo do trabalho não é uma exclusividade dos países periféricos: ela também está fincada no centro do mercado mundial. Em uma palavra, a “questão social” tornou-se global. Como afirma Iamamoto (2003, p. 71),

A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial das desigualdades, mas espraiando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais.

István Mészáros (2002, p. 111-112) alerta que o aumento da exploração e do pauperismo da classe trabalhadora em todas as regiões do mercado mundial pode ser medido pela equalização no índice diferencial de exploração entre países ricos e pobres, e que, tal característica do desenvolvimento capitalista na era neoliberal é acompanhada de uma segunda tendência, qual seja, de um crescente autoritarismo nos países liberais e a perda de legitimidade da política.

O agravamento de expressões da “questão social” para a grande maioria da humanidade, com consequências dramáticas para as classes subalternas, gera um quadro de potencial aumento dos conflitos políticos em torno da reprodução básica da força de trabalho mundial. Este quadro é um dos fundamentos das crises econômicas e de legitimidade, como apontaram Lênin e Gramsci nos seus conceitos de crise revolucionária e crise orgânica/crise conjuntural, respectivamente.

Para piorar o quadro, a década de 1990 foi entremeada de crises que abalaram os mercados globais de finanças, investimento e comércio, que se encontram altamente integrados desde a liberalização neoliberal. A primeira grande crise financeira do neoliberalismo eclodiu em 1994 no México, mesmo ano da entrada do país no Tratado de Livre-comércio da América do Norte (TLCAN; em inglês, NAFTA). A crise cambial, seguida da fuga de divisas internacionais, levou o país a uma bancarrota financeira, obrigando-o a assinar um acordo draconiano com o FMI e o Tesouro dos

¹¹⁸ Cf. matéria do jornal O Globo, *Nos EUA, 37 milhões estão na miséria*. Edição de 20 de agosto de 2006, p.31.

Estados Unidos. Rapidamente a crise transpassou a esfera financeira e deitou raízes nos setores de crédito e produtivos do país, que viu os seus índices sociais enfrentarem sensíveis pioras, afetando dramaticamente a sua população. “No ano de 1995 houve uma queda do PIB de 7% e uma taxa de inflação próxima aos 50%. O desemprego chegou aos 25% da população ativa, enquanto os salários sofriam uma perda de poder de compra na ordem de 55% e dois milhões e meio de pessoas cruzavam o limiar da 'pobreza extrema'” (CHESNAIS, 1998b, p. 288-289).

O temor da oligarquia financeira foi a contaminação de outras economias latino-americanas após a crise mexicana, na época chamada de Efeito Tequila. Brasil e Argentina chegaram a ser relativamente atingidas, mas nada comparado com as crises brasileira de 1999 e argentina de 2001, que resultaram, assim como no México, no agravamento da “questão social” dos países sul-americanos. Como diz Chesnais (1998b, p. 265),

(...) certos abalos financeiros, dominados pelas reações dos investidores estrangeiros, podem se propagar de forma contagiosa, atingindo funções essenciais do sistema financeiro e estendendo-se à esfera da produção e intercâmbio. A crise mexicana de 1994-1995 – em que o desmoronamento do mercado financeiro levou, em poucos dias, a um começo de paralisação do sistema bancário – é um exemplo deste tipo de risco.

Em 1997, o fantasma das crises financeiras atormentou o Leste Asiático. Alguns dos chamados Tigres Asiáticos sofreram ataques especulativos e suas moedas se desvalorizaram da noite para o dia, abrindo-se uma crise cambial muito semelhante com a mexicana. No caso do extremo Oriente, o efeito dominó foi maior do que a da crise latino-americana anterior, pois os Tigres Asiático tinham um alto grau de integração econômica, liderada então pelo Japão, que já se encontrava com sua economia estagnada. A crise financeira, que começou na Tailândia, logo se espalhou para o restante da região, afetando Indonésia, Coreia do Sul, Cingapura e, em menor escala, Hong Kong e Japão.

Até então, este conjunto de países era tido, em geral, como a vedete dos modelos heterodoxos de desenvolvimento nos 20 anos precedentes. Além de exibirem taxas consistentes de crescimento econômico, tais países recusaram-se a seguir o receituário-ideal neoliberal e os programas do FMI e do Banco Mundial por muito tempo, adotando um modelo de desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno e das

exportações via a consolidação de oligopólios do capital financeiro (CHESNAIS, 1998c, p. 305).

A crise asiática não se limitou às finanças e atingiu também as esferas produtivas e comerciais, causando danos à economia real e à classe trabalhadora daquelas nações. “Na esteira das desvalorizações da moeda, os ganhos reais e o emprego caíram verticalmente da noite para o dia, levando à pobreza massiva em países que haviam registrado, durante o período pós-guerra, significativo progresso econômico e social” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 290).

Com poucas alternativas para a solução da crise, os Tigres Asiáticos acabaram por recorrer aos organismos internacionais de desenvolvimento, como o FMI, que não perdeu a chance de enquadrá-los nos seus programas de ajuste estrutural (CHESNAIS, 1998c, p. 305-306).

Em 1998, o Brasil era apontado como a bola da vez, mas a burguesia rentista internacional foi complacente com a reeleição de FHC, negociada no balcão do Congresso Nacional. Em janeiro de 1999, o país sofreu um ataque especulativo e foi obrigado a adotar um regime de câmbio flutuante, que modificou toda a política econômica para algo ainda mais ortodoxo: o aperto fiscal cresceu, a política monetária ficou mais contracionista. Os resultados da crise cambial foram a queda do crescimento econômico, o ligeiro aumento da inflação, o aumento do desemprego e da dívida pública e a concentração de renda em favor do capital (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002, p. 11-22).

Dois anos mais tarde, a Rússia, então em processo de decomposição do sistema socialista e de transição ao capitalista pela via neoliberal, também entrou no seleto grupo de países afetados pelas crises financeiras, decretando uma moratória mesmo com a promessa de receber recursos emprestados. Desde o fim do socialismo, o país foi obrigado pelo FMI a alienar cerca de US\$ 500 bilhões dos seus ativos estatais (indústrias, infraestrutura e recursos naturais), comprados a um preço bem inferior por empresas estrangeiras (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 289). Com a crise, o processo de privatização dos bens públicos se acelerou, ocasionando uma perda ainda maior da soberania do país. Desde a transição para o capitalismo até 2000, a produção industrial russa caiu 60%, mais do que no período da Segunda Guerra, quando o país foi devastado pelos nazistas. O aumento de preços foi tamanho que gerou uma hiperinflação. E a pobreza no final de 1998 era de 24%, sendo que 40% da população total ganhava menos do que quatro dólares diários (STIGLITZ, 2002, p. 194).

Nos anos 2001-2002, a bola da vez foi a Argentina, um dos países mais aplicados na efetivação integral do receituário de Washington. Nem mesmo esta disciplina foi capaz de salvar o país da bancarrota. No final do ano, a Argentina foi sacudida por uma das mais agudas crises financeiras do neoliberalismo, com forte saída de recursos, uma corrida ao setor bancário e o fim da dolarização. Em poucas semanas, o país viu nada menos do que cinco presidentes renunciarem aos seus mandatos diante da crise financeiro-econômica e das mobilizações populares. Os impactos políticos foram minimizados a partir dos governos da família Kirchner, mas os impactos sociais foram brutais: um quinto da força de trabalho ficou desempregado (sem falarmos no subemprego), os salários reais caíram pela metade e quase 70% da população encontrava-se em situação de pobreza e/ou miséria. Segundo Andrés Ferrari e André Cunha (2008, p. 54), “(...) a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração da renda mais próximo à realidade média latino-americana. (...) O quadro distributivo argentino, no auge da crise e após mais de uma década de reformas liberalizantes, era pior do que o verificado em países como Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México e todos os países centro-americanos”.

Mas, por que, crises financeiras em países semi-periféricos, como Argentina, Brasil, Coreia e Rússia, geraram certo temor às classes dominantes do imperialismo central? A resposta a esta questão não é definitiva, mas pode-se elucubrar que as classes dominantes aprenderam, na prática, a lição leninista do elo fraco do imperialismo como *locus* privilegiado das revoluções socialistas. E alguns destes países tinham uma certa tradição de lutas populares, reformistas e revolucionárias. Além disso, como sustenta François Chesnais, a mundialização financeira interconectou diversas praças mercantis de transação de títulos, moedas, ações, derivativos etc., e o risco de contaminação geral do sistema a partir da presença de uma maçã podre no cesto é considerável. Pela primeira vez na história do capitalismo, uma crise financeira em um país periférico é suscetível de abalar seriamente os mercados centrais. Por fim, as paralisias ocorridas na esfera financeira costumam reverberar na produção e no comércio (CHESNAIS, 1998c, p. 295), afetando diretamente os índices de investimento, emprego e renda para baixo. Ora, como vimos com os dados latino-americanos e asiáticos, tais perturbações macroeconômicas geraram crises sociais que, a depender do comportamento da classe trabalhadora, podem vir a se transformar em uma crise de hegemonia, condição necessária – mas não suficiente – para o surgimento de uma crise orgânica ou, pelo

menos, de uma crise conjuntural, o que foi efetivamente registrado em meados da década de 1990.

A reação das classes subalternas à ofensiva neoliberal ganhou força e expressão a partir de então. Em 1994, no dia 1º de janeiro, concomitantemente à assinatura do TLCAN, um levante armado na selva de Lacadona eclodiu em reação ao neocolonialismo estadunidense no México. O Exército Zapatista de Libertação Nacional é uma confluência de movimentos sociais de diferentes orientações políticas e culturais, e segue, de perto, as lutas históricas dos maias contra a dominação estrangeira por mais de cinco séculos, a tradição rebelde dos camponeses mexicanos, a guerrilha guevarista e a ação pastoral progressista influenciada pela Teologia da Libertação (LÖWY, 2000a). A resultante desses quatro ingredientes principais é um movimento dos indígenas mexicanos organizado segundo suas tradições ancestrais e seus anseios por “democracia, justiça e liberdade”, que na opinião de Pablo Casanova (2002, p. 243-248) se configura como a primeira revolução do século XXI. Em meados de 1996, o Exército Zapatista convocou o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, com a participação de grupamentos políticos e intelectuais de todas as partes do mundo.

Ao longo de 1997 e 1998, ocorreram mobilizações contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), definido por José Maria Gómez (2001, p. 19) como o “código de proteção jurídica exclusiva do capital desterritorializado, negociado em segredo no seio da OCDE”. Por conta das pressões populares, o AMI foi suspenso em outubro de 1998.

Em 1999, na cidade de Seattle/EUA, desencadeou-se uma batalha campal promovida pelos manifestantes anti-globalização contra a Rodada do Milênio, patrocinada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Os EUA, considerados o centro irradiador da financeirização da riqueza, tornaram-se o palco das marchas de repúdio ao neoliberalismo, com seu caráter de movimento de base popular. As contradições da nova fase do capitalismo emitiram seus sinais de abalos e choques exatamente do ponto nevrálgico do mercado mundial, que sempre reprimiu duramente movimentos radicais¹¹⁹.

¹¹⁹ Segundo Alexander Cockburn e Jeffrey St. Clair (2001, p. 212), “nos anais do protesto popular dos Estados Unidos, estes foram momentos brilhantes, conseguidos inteiramente fora da arena convencional do protesto ordenado e tolerado, do ativismo bem comportado e das tímidas denúncias da liderança profissional dos grandes sindicatos e dos verdes do establishment. Esta foi verdadeiramente uma rebelião

A onda de mobilização não parou por aí. Na primavera setentrional, a reunião do FMI e do Banco Mundial, em Washington, foi local de uma nova rodada de lutas entre manifestantes e policiais. Trinta mil pessoas tentaram transpor as barreiras construídas em torno do complexo das instituições de *Bretton Woods*. Apesar do fracasso no furo ao bloqueio, os manifestantes obtiveram uma vitória nos seus embates contra o neoliberalismo. Segundo Walden Bello (2001, p. 259), “a mídia se concentrou em Washington e para milhões de pessoas em todo o planeta a primeira impressão sobre o FMI e o Banco Mundial foi a de ser instituições assediadas por pessoas que as acusaram de provocar pobreza e miséria no mundo em vias de desenvolvimento”.

Em setembro de 2000, Praga, capital da República Tcheca, foi a anfitriã da reunião anual do FMI e do Banco Mundial. Mais uma vez ativistas promoveram protestos contra as agências multilaterais. A tática adotada pelos manifestantes foi eficiente a ponto da reunião acabar um dia antes do previsto, dado os bloqueios que impediam a circulação dos delegados oficiais pela cidade. O mais significativo foi, entretanto, o encontro de representantes dos movimentos anti-sistêmicos com a tecnocracia do Banco Mundial e do FMI. Por conta da pressão política, os movimentos anti-sistêmicos, pela primeira vez, ganharam assento, mesmo que provisório e efêmero, nas negociações sobre os rumos da “globalização”. Neste ponto da história das lutas anti-sistêmicas, delineou-se uma possível tendência de reformismo nas instituições neoliberais. O otimismo, se não foi generalizado, ganhou espaço nos movimentos anti-globalização. As pressões sociais dos protestos “(...) obrigaram os dirigentes do FMI, Banco Mundial e OMC a emitir, diante da perda da eficácia e da legitimidade, recorrentes declarações de mea-culpa pelos ‘excessos’ do mercado, para não mencionar as severas advertências sobre os perigos e a irracionalidade do ‘capitalismo cassino’ (...)” (GÓMEZ, 2001, p. 17).

A burguesia não poderia mais fechar os olhos para a situação de miséria, exploração e degradação da vida humana exposta pelos movimentos sociais. O silêncio contra as perdas sociais promovidas por vinte anos da supremacia neoliberal foi rompido e os protestos transbordaram os limites das organizações anti-sistêmicas e ganharam força em espaços públicos internacionais. O progresso dos movimentos anti-globalização foi evidente, e o sinal de alerta soou nos principais centros econômicos do mundo. Das sombras das periferias às luzes da ribalta, amplos setores dos trabalhadores

vinda de baixo, na qual todos aqueles que lutaram para moderar e desviar o turbulento fluxo de revolta popular ficaram humilhados”.

passaram a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações vindas dos dominados.

Após os confrontos de rua em 2000, contudo, o processo efetivo de mudanças nas agências multilaterais de desenvolvimento diminuiu seu ritmo e hoje se encontra em um ritmo muito lento. Pouco se avançou concretamente na resolução das principais reivindicações levadas pelos movimentos anti-sistêmicos à tecnocracia das agências multilaterais, como o perdão das dívidas externas dos países mais pobres, a democratização e transparência das agências e a implantação de mecanismos de regulação de fluxos de capital especulativo, como a Taxa Tobin. As mudanças feitas foram cosméticas e não alteraram significativamente as relações mundiais de poder entre classes sociais e nações imperialistas e dependentes. O reformismo desejado pelos movimentos foi neutralizado pelo reformismo-restaurador social-liberal.

As classes dominantes, a partir de seus ideólogos, agências de governança global e multilaterais de investimento e *think-tanks*, reconheceram o tímido avanço das forças opositoras e começaram a construção de uma ideologia reformista-restauradora sob uma base epistemológica conservadora. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a queda dos padrões de vida dos trabalhadores, então causada pelo neoliberalismo; elas foram, antes de tudo, uma reação conservadora às crises financeiras e econômicas e ao despertar político das classes subalternas, inflamadas pelas mobilizações internacionais e, principalmente, pela situação material das suas vidas, marcadas pelo crescimento da pauperização absoluta e relativa.

Em face da ebulição social provocada pelas mobilizações dos movimentos anti-sistêmicos, as classes dominantes viram alguns dos seus temores ganharem as ruas das principais cidades do mundo, inclusive do centro do sistema, com milhares de trabalhadores reivindicando uma pauta defensiva pela não retirada de conquistas sociais de épocas passadas. O bloco histórico neoliberal sofreu abalos nos anos 1990, mas foi remodelado sobre velhas bases e uma nova roupagem: o que se vislumbra com as teorias do social-liberalismo é um projeto ideológico classista de retomada da supremacia neoliberal que ganhou impulso com o acoplamento de amplos setores da social-democracia e mesmo do comunismo ao novo reformismo-restaurador liberal. O transformismo social-democrata na supremacia neoliberal resultou no aprofundamento de certos pontos da agenda neoliberal, e não a sua amenização. O que importa destacar é

que a operacionalização política e ideológica do neoliberalismo sofreu uma inflexão – contraditoriamente marginal e relevante – após o ingresso da social-democracia na concepção do mundo que fornece a argamassa de solidificação do presente bloco histórico.

O que se sugere aqui é que o receituário-ideal neoliberal e o social-liberalismo não são dois projetos distintos, um conservador, e o outro reformista que busca superar o primeiro; trata-se, acima de tudo, do mesmo programa reformista-restaurador operado por forças políticas diferentes do ponto de vista da sua história e das suas bases sociais, mas que por meio da emergência da supremacia neoliberal, articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários. Diante do transformismo e cooptação das forças progressistas, o neoliberalismo passou a atuar como um centrismo conservador, ditando os mesmos objetivos às suas alas da esquerda e da direita, embora cada uma delas tenha métodos ligeiramente diferenciados de dirigir o projeto neoliberal.

O social-liberalismo comporta, portanto, um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social-democracia, esvaziada das suas lutas reformistas na construção de uma via democrático-institucional para o socialismo, e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo. A resultante destes dois movimentos aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo.

Em termos da dialética hegeliana, no bloco histórico neoliberal, grande parte das forças da antítese abdicou do seu papel de negação radical da tese, conformando-se em um papel secundário de consciência crítica acrítica da tese, sem negar seus pressupostos básicos, apontando apenas seus defeitos, imprecisões e falhas. Com o enfraquecimento da antítese, a tese não pode ser superada, e os choques entre os contrários – transmutados no presente tão somente em diferenças – não são fortes o suficiente para gerar uma nova síntese, daí a aparente incapacidade de mudanças estruturais. Do acordo entre as diferenças (sem mais o choque dos contrários), surge a reafirmação da antiga tese, repaginada sob uma nova aparência na qual os seus elementos essenciais são reafirmados. “Na verdade, da oposição dialética entre tese e antítese só a tese desenvolve suas possibilidades de luta, até o ponto de atrair para si os chamados representantes da antítese” (BRAGA, 1995, p. 63).

Em termos mais concretos, o que houve foi uma incorporação de setores socialistas e comunistas ao novo projeto burguês de fortalecimento da sua supremacia. O mais surpreendente nesta incorporação foi que os social-democratas não se limitaram a ser uma linha de força auxiliar no bloco social neoliberal: em diversas experiências nacionais, eles assumiram o papel de condutores primários do projeto da supremacia burguesa. Os casos mundiais mais emblemáticos talvez sejam o inglês (o Novo Trabalhismo), o brasileiro (o Partido dos Trabalhadores) e o sul-africano (o Congresso Nacional Africano).

No caso do transformismo, os grupos cooptados tornam-se aliados de segunda mão do bloco social-ideológico dominante, nunca assumem o controle da direção política. O que ocorreu no neoliberalismo em algumas formações econômico-sociais é um pouco diferente. O prof. Chico de Oliveira (2010), na tentativa de teorizar sobre o ocorrido, chamou o processo de conversão de setores de esquerda em dirigentes líderes do bloco histórico neoliberal de “hegemonia às avessas”. Ele vai além, afirmando que a força teria desaparecido da hegemonia burguesa e as classes dominantes teriam consentido em serem dirigidas pelos setores cooptados das classes subalternas (OLIVEIRA, 2010, p. 27). Como sustentei em todos os capítulos, o bloco social dominante utiliza-se constante e alternadamente dos aparelhos de coerção e consenso (daí o uso do conceito gramsciano de supremacia) na era neoliberal, e o papel da burguesia e seus aliados continua sendo preponderante dentro da revolução passiva neoliberal.

As teorias da Terceira Via, da Via 2 ½, do pós-Consenso de Washington, da “nova questão social”, do desenvolvimento humano, das informações assimétricas e falhas de mercado etc. – que na sua totalidade conformam aquilo que intitulo de social-liberalismo – são uma variante ideológica do neoliberalismo, na qual as antigas teses do novo consenso burguês são conservadas e ganham um verniz (pós)moderno e “progressista” com a adesão da social-democracia, que já se nega a fazer uma crítica radical dos elementos primários do (neo)liberalismo, aceitando-os quase integralmente. Consoante escreve Michel Chossudovsky (1999, p. 34),

Esse dogma neoliberal “oficial” também cria seu próprio “contraparadigma”, incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no “desenvolvimento sustentável” e na “diminuição da pobreza”, ao mesmo tempo em que distorce e “disfarça” as questões políticas referentes à pobreza, à proteção do meio ambiente e aos direitos sociais das mulheres. Essa “contra-

ideologia” raramente desafia as prescrições da política neoliberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele.

O social-liberalismo é, desta forma, teorizado como uma unidade eclética dos postulados neoliberais com a consciência crítica acrítica da social-democracia contemporânea, que entrou irremediavelmente em mais uma etapa do seu antigo processo de decadência ideológica. A resultante é a gestação de um novo “conservadorismo reformista temperado”¹²⁰. O social-liberalismo é tido não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social.

Por meio da rearticulação entre sociedade política e sociedade civil, as classes dominantes pretenderam retomar a direção intelectual e moral do processo de expansão imperialista, na medida em que a supremacia burguesa foi, gradativamente, perdendo credibilidade e legitimidade a partir da degradação do mundo do trabalho, das crises financeiras e econômicas e das lutas anti-sistêmicas na metade dos anos 1990. A politização da “questão social” forçou as classes dominantes a se articularem em torno de uma nova tática de sua estratégia de supremacia para garantir o consenso e a legitimidade do neoliberalismo, privilegiando os mecanismos de hegemonia sem, contudo, abrir mão do uso dos aparelhos coercitivos de dominação.

Com este projeto burguês, corremos o risco de presenciar algumas medidas pontuais de arrefecimento das tensões derivadas das expressões mais agudas da “questão social” e vermos, no essencial, tudo permanecer como está. Mas isto depende dos rumos da atual crise do capital, que pode vir a se tornar uma nova crise orgânica ou então continuar como uma grave crise econômico-financeira capitalista, sem que os trabalhadores coloquem na pauta do dia alternativas societárias, condição esta necessária – mas não suficiente – para uma resposta progressista à barbárie da sociedade burguesa.

¹²⁰ A expressão é usada por Gramsci para definir a revolução passiva (GRAMSCI, 1999, p. 293 – C10 [1932-1935], §6).

III.3. A ideologia inorgânica do social-liberalismo e seus intelectuais tradicionais

O social-liberalismo é uma ideologia inorgânica de harmonização de interesses opostos das classes sociais fundamentais, ideologias estas que, segundo Gramsci, têm um breve período de vigência, parecendo assim que as contradições – antes sufocadas artificialmente – aflorem (GRAMSCI, 1999, p. 388 – C10 [1932-1935], parte II, §41).

Para Marx, Engels e Gramsci, as ideologias são produtos intelectuais formulados ao nível das classes sociais e sistematizados por indivíduos que exercem a função de intelectual dentro da divisão social do trabalho. Recuperar esta ideia central das teorias marxistas da ideologia é relevante, pois se corre o risco de ver as teorias do social-liberalismo como iniciativas individuais descoladas de qualquer vínculo com uma determinada classe social. Como lembram Martins et. al. (2010, p. 152),

construir o novo senso comum para o século XXI tem sido uma das tarefas políticas mais significativas da nova pedagogia da hegemonia. Isso exige estabelecer conexões reais entre teorias sociológicas e filosóficas e os modos do pensar e do agir, para formar a unidade intelectual e moral necessária ao novo bloco histórico. Nesse sentido, as teorias aparentemente dispersas geograficamente e desordenadas no tempo, que surgiram inicialmente como uma elaboração individual do pensamento de um autor, transformam-se num pensamento genérico, isto, em base do novo senso comum.

Dentro do bloco ideológico do social-liberalismo, há uma infinidade de intelectuais, ativos e passivos, individuais e coletivos, de estrato alto, médio e baixo. Seria impossível inventariar todos na presente tese. Este é um trabalho a ser desenvolvido por um Príncipe Moderno da classe trabalhadora; em menor escala, grupos de pesquisa organicamente ligados aos subalternos executam esta tarefa, como o Coletivo de Estudos de Política Educacional (Fiocruz/EPSJV) coordenado pela prof^a Lúcia Neves. Por conta das minhas limitações, o recorte da tese selecionou alguns intelectuais tradicionais da filosofia social-liberal, como Anthony Giddens, Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Dani Rodrik e Pierre Rosanvallon, todos analisados nas seções subsequentes.

III.3.1. Anthony Giddens e a Terceira Via

Durante a década de 1990, o sociólogo britânico Anthony Giddens debruçou-se sobre sua mesa de trabalho para escrever sobre as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir da globalização, da nova era do individualismo e das relações entre o ser humano e a natureza, consideradas as “mais importantes revoluções do nosso tempo” (GIDDENS, 2005, p. 74). Como resultado do seu trabalho de pesquisa, tem-se os livros *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*, *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, *A terceira via e seus críticos* e a coletânea *O debate global sobre a Terceira Via*.

A Terceira Via é fruto daquela série de transformações ocorridas nos últimos trinta anos e que inauguram os *Novos Tempos*. Em primeiro lugar, ganha destaque a globalização, impulsionada pela revolução tecnológica das telecomunicações, capaz de conectar o mundo inteiro em tempo real, alterando as relações espaço-temporais então vigentes. No aspecto político, a “dissolução do consenso do Welfare”, a “morte do socialismo” e o “descrédito final do marxismo” haveriam forçado intelectuais e políticos que não desejassem se tornar anacrônicos e ultrapassados pela História, a rever seus pontos fundamentais e criar uma nova ideologia e uma nova prática política condizentes com a era das incertezas. Daí a sugestão para uma Terceira Via.

Os Novos Tempos e a Velha Esquerda não podem ter e não tem relação mútua. O objetivo da política da terceira via, no meu entender, é levar a cabo as implicações políticas dos Novos Tempos, reconhecendo que isto significa que as posições e políticas estabelecidas da esquerda têm de ser profundamente reavaliadas. Se os social-democratas querem ter uma influência real no mundo, suas doutrinas devem ser repensadas de forma tão radical quanto foi feito meio século atrás, quando a social-democracia originalmente rompeu com o marxismo (GIDDENS, 2001, p. 36).

A principal inspiração de Giddens, contudo, está na cena britânica. Nos anos 1990, emergiu uma liderança do Partido Trabalhista Inglês que se propôs enfrentar uma dupla batalha: uma contra os neoliberais, fortalecidos por anos de supremacia da era Thatcher, e outra contra a antiga e arcaica social-democracia. A referência aqui é explícita ao Novo Trabalhismo, capitaneado por Tony Blair. O objetivo do ex-primeiro ministro não pode ser desprezado, pois a ambição do Novo Trabalhismo seria nada

menos do que “criar um consenso internacional de centro-esquerda no século XXI” (GIDDENS, 2005, p. 11). Do consenso neoliberal se migraria para o da Terceira Via.

A expressão Terceira Via não teria “nenhum significado especial em si e por si mesma” (GIDDENS, 2005, p. 7). A origem do termo remonta, segundo Marilena Chauí (1999), ao período fascista, quando a reação política burguesa de corte autoritário buscou criar uma alternativa tanto ao liberalismo quanto ao comunismo soviético. Tempos depois o termo foi usado pelos eurocomunistas, no sentido de propor uma alternativa para além do estalinismo e da intitulada social-democracia fraca. Utilizada amplamente no passado por diversas correntes políticas, tanto da direita como da esquerda, a expressão busca adquirir, na obra do sociólogo britânico, um sentido de renovação da social-democracia, indo além da velha dicotomia direita/esquerda e das lutas de classes. “A divisão entre esquerda e direita refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política. Nenhuma destas condições é pertinente agora” (GIDDENS, 2001, p. 46).

Desde o final da Segunda Guerra, pode-se dizer que a social-democracia europeia comungou, a despeito das vicissitudes de cada país, de ideais comuns. Basicamente, os principais pontos programáticos e ideológicos foram a forte presença do Estado na vida social e econômica, o reconhecimento de direitos sociais que se concretizam a partir de políticas sociais públicas universais, a busca da igualdade social e a política econômica de inspiração keynesiana. Assim é definida a social-democracia clássica, ou de velho estilo, como chama Giddens.

A social-democracia, com as configurações contemporâneas das lutas de classes, teria adquirido sentidos ideológicos até então inexistentes e incorporaria à sua agenda programática objetivos políticos originais. Novos atores históricos surgiriam na arena política, renovando as estratégias e táticas de partidos e sindicatos orientados pelas idéias e valores da antiga social-democracia. Ademais, diversos partidos comunistas ocidentais adotariam configurações reformistas e se transmutariam em partidos de recorte social-democrata.

Organizações social-democratas caminharam para posições de centro-esquerda e partidos comunistas se tornaram social-democratas, bem como a direita assumiu tendências consideradas antigamente como progressistas, como o debate sobre a “questão social” e o combate às desigualdades e o alívio à pobreza. Diante deste quadro do ocaso das lutas políticas ordenadas pelas classes sociais, Giddens (2001, p. 50-51)

apela para alianças políticas de compromisso, de conciliação entre todos os setores de uma determinada nação. Teria ocorrido, assim, uma espécie de confluência dos partidos de esquerda e de direita para o centro, formando o que Giddens chama de centrismo da política.

A Terceira Via, neste novo arranjo das forças políticas, deveria ocupar o “centro radical” (GIDDENS, 2005, p. 76), tencionando o debate do centro com proposições sobre “igualdade”, “proteção aos vulneráveis”, “liberdade como autonomia” e “não há direitos sem responsabilidades”, valores caros à social-democracia modernizada. Deveria-se admitir que o horizonte político de hoje seria muito mais restrito do que no passado, quando o socialismo foi uma bandeira de luta de parte da classe trabalhadora. Com o desaparecimento do socialismo do horizonte previsível, restaria discutir os alcances e as maneiras pelas quais se poderiam governar e regular o capitalismo (GIDDENS, 2005, p. 53), tornando-o socialmente responsável. É o que autor chama de capitalismo dos envolvidos, ou capitalismo responsável (GIDDENS, 2007, p. 32).

O futuro da social-democracia ainda seria incerto, e as suas linhas futuras de desenvolvimento não estariam totalmente delineadas. Embora explicita suas indagações sobre os impasses e percalços que a social-democracia enfrenta nos tempos atuais, Giddens vê com certo otimismo o futuro desta corrente política. O revisionismo social-democrata da Terceira Via não parece ser uma tarefa simples e usual, pois tais transformações, marcadas por dilemas e contradições, pretendem ter um longo alcance e profundidade. Apesar das barreiras inerentes a um processo de transformação como este, os antigos partidos políticos social-democratas começam, na opinião do intelectual inglês, a operar uma mudança nas suas formas de agir e pensar, incorporando à sua agenda temas como globalização, meio-ambiente, participação política, desenvolvimento comunitário, identidades locais, assim como a aceitação de princípios do liberalismo, como o individualismo e o mercado¹²¹.

Neste processo, os partidos social-democratas acabaram por perder sua identidade classista, que outrora nutriram a partir das ligações que tinham com a classe operária e seus órgãos representativos, como os sindicatos. Logo, “uma vez que não podem contar com suas identidades prévias, têm de criar novas identidades num ambiente social e culturalmente mais diverso” (GIDDENS, 2005, p. 33). Eis que

¹²¹ “A esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social. A esquerda reformista há muito tempo tem aceitado que os mercados têm importância junto com o governo, mas no passado esta concepção foi admitida com má vontade” (GIDDENS, 2001, p. 42).

surgiria a “nova cultura política”, na qual se opera o ocaso das lutas de classes e a fusão entre o liberalismo de mercado e o progressismo social. Cada vez mais as diversas correntes e forças políticas convergiriam para o centro, apelando-se para o compromisso e a aliança entre todas as classes. Estas não deixam de existir, mas abandonam a luta, conformando-se ao atual modo de produção e às configurações objetivas e simbólicas da cidadania dos Novos Tempos (GIDDENS, 2001, p. 48-51).

A Terceira Via e a estratégia neoliberal

As mudanças propostas por Giddens para a renovação e modernização da social-democracia seriam condicionadas pela globalização e a era do conhecimento. Dentre as principais características do neoliberalismo, estão a defesa do fundamentalismo de mercado, o Estado mínimo, uma sociedade civil autônoma, descolada do Estado, o individualismo econômico, a desigualdade como um valor positivo e ineliminável da ordem social e a promoção da igualdade de oportunidades (GIDDENS, 2005, p. 18 e 21-24).

Na avaliação de Giddens, o neoliberalismo começa a viver no final de 1990 um período de esgotamento das suas propostas políticas. Esta crise do neoliberalismo ocasiona a retração do conservadorismo, abrindo espaço para o avanço de posições mais progressistas. É neste período que surge a Terceira Via, aproveitando-se das oportunidades criadas pelo declínio do neoliberalismo (GIDDENS, 2001, p. 7).

Deve-se frisar, de acordo com os nossos propósitos, que Giddens busca contrapor as teorias e o programa político da Terceira Via das teorias neoliberais, colocando-as como ramos antípodas da filosofia política. Diz o autor: “a social-democracia clássica e o neoliberalismo representam duas tendências de filosofias políticas absolutamente diferentes” (GIDDENS, 2005, p. 17). Esta citação expressa o que é recorrente ao longo dos seus livros: a Terceira Via é tida como uma reação ao modelo neoliberal. “A política da terceira via não é, como é retratada com tanta frequência, uma capitulação ao neoliberalismo” (GIDDENS, 2001, p. 165).

A Terceira Via procuraria soluções alternativas aos problemas deflagrados por aquelas mudanças radicais trazidas pela globalização, e para as quais o neoliberalismo não teria trazido soluções adequadas. O Estado, ao contrário de ser mínimo, deveria ser um Estado forte, capaz de combater as desigualdades e regular setores da economia nos quais o mercado produz externalidades, como o meio-ambiente. O mercado deveria

sofrer um controle externo por parte do Estado e da sociedade civil, que por sua vez usufruiria de certo grau de autonomia, trabalhando em parceria com o Estado democrático para promover a coesão social e a participação cívica dos indivíduos na política. E os indivíduos, portanto, seriam convocados a participar de uma determinada forma na arena política, por meio de organizações de sociedades civis não-lucrativas, nas quais se destacariam as ONGs.

Estas são, grosso modo, as principais ideias que diferenciariam, no entendimento de Giddens, a Terceira Via do neoliberalismo. Abaixo iremos descrever mais detalhadamente algumas das proposições da Terceira Via, enfatizando as temáticas políticas, como a democratização da democracia, a reconstrução do Estado, a renovação da sociedade civil e o novo individualismo.

A resignificação da política e a democratização da democracia

A concepção da Terceira Via a respeito da democracia sofre influências do ideário liberal clássico. A democracia é vista pela Terceira Via, bem como pelo liberalismo do século XX, como um regime de governo que proporciona, através de eleições livres, a alternância do poder entre partidos rivais, respeitando o desejo individual de cada um dos eleitores. A democracia, desta forma, é entendida a partir da perspectiva teórica do pluralismo político, que defende a livre competição entre organizações políticas que lutarão, dentro das normas institucionais, pelos cargos eletivos através de pleitos eleitorais regulares.

Outra concepção típica do pensamento liberal presente nas formulações da Terceira Via é a separação formal entre Estado, sociedade civil e mercado. Cada uma das esferas teria independência total uma da outra e, por vezes, seriam indicadas como antitéticas, com o Estado representando uma força repressiva e autoritária, e a sociedade civil como um espaço social promotor da solidariedade, da harmonia, da promoção da equidade e da liberdade individual dos cidadãos e dos empreendedores mercantis.

Além das eleições regulares e periódicas, os indivíduos participariam da política através de outros meios, como as organizações não-lucrativas da sociedade civil e até mesmo por meio do seu trabalho nas corporações empresariais que promovem programas de responsabilidade social. Ademais, medidas de democracia participativa, como plebiscitos e referendos populares, também deveriam ser implementadas com o objetivo de estimular a participação cívica dos cidadãos. Os indivíduos, assim,

conseguiriam estabelecer canais de comunicação mais eficazes com o governo na busca de consensos para os problemas sociais típicos dos Novos Tempos, como a anomia social, a violência, o desemprego e a perda de identidade cívica. A sociedade civil organizada, do ponto de vista da Terceira Via, seria um espaço privilegiado de confluência de indivíduos conscientes e politicamente ativos interessados na resolução dos problemas sociais e na construção de novos pactos políticos, visando sempre a coesão social.

A Terceira Via prevê uma integração cada vez maior entre o Estado e a sociedade civil. Ambas as esferas políticas deveria buscar, a partir de parcerias público-privadas, as soluções para a “nova questão social” que o socialismo real, a social-democracia clássica e o neoliberalismo não teriam sido capazes de solucionar. O Estado, inclusive, deveria estimular fóruns e canais de comunicação entre os organismos da sociedade civil e suas próprias estruturas burocráticas, criando um espaço de diálogo aberto, cooperativo e transparente que envolva todos os membros da sociedade. A coesão social seria, dentre outros fatores, resultado da comunicação aberta e transparente entre o Estado e a sociedade civil e o conseqüente consenso a que chegariam após os debates promovidos. Isto é o que Giddens chama de democratizar a democracia.

Segundo Giddens, existiria uma série de pré-condições fundamentais para a democratização da democracia: (1) a reconstrução do Estado em bases políticas e culturais originais; (2) a renovação da sociedade civil; (3) a emergência de um indivíduo produto e produtor de novas relações sociais. Vejamos abaixo cada um destes pontos elencados sobre a democratização da democracia.

A reconstrução do Estado

O Estado sofreu profundas mudanças em todo o mundo. Diante do fim da Guerra Fria e da geopolítica bipolar, do avanço do mercado global e do recuo das guerras em larga escala, os distintos Estados nacionais teriam sido obrigados a redefinirem sua soberania, buscando fontes de legitimidade política diferentes daquelas do passado. Tais transformações foram de tal monta que os neoliberais chegaram a vaticinar o fim do Estado nacional, ou pelo menos sua irrelevância no mundo globalizado. Giddens aponta para uma efetiva desvalorização da política e para o

esvaziamento do poder do Estado, mas não compartilha, neste tocante, das teses neoliberais, pois acredita ser possível reencantar a política.

A Terceira Via desenvolve um entendimento diverso em relação às teses do receituário-ideal do neoliberalismo sobre o tamanho, as funções e a organização do Estado. A tese neoliberal do Estado mínimo não estaria de acordo com a era da nova economia, marcada pelo dinamismo dos mercados financeiros, das inovações tecnológicas e das comunicações. Segundo Giddens, o debate deveria ser desviado deste eixo. O Estado, na atual configuração do capitalismo, deveria ser um Estado forte, que mantenha um grau de soberania frente aos mercados que, por si só, não poderiam dar conta de certos problemas, como as desigualdades sociais.

De toda forma, o mercado deveria ser preservado de uma ingerência indevida do Estado tal qual a ocorrida no período da social-democracia clássica, pois, segundo Giddens (2001, p. 41-45), seria a melhor forma de organização social para a produção da riqueza e, em alguns casos, até mesmo para a sua distribuição. “Uma economia de mercado bem-sucedida gera muito mais prosperidade do que qualquer sistema rival. Na verdade, não há sistema rival em nenhum outro lugar, exceto em economias pós-comunistas residuais” (GIDDENS, 2001, p. 43).

Para exercer as funções requeridas pelos Novos Tempos, o antigo *Welfare State* deveria passar por uma profunda reforma, deixando para trás sua pesada burocracia, o comodismo dos seus usuários etc. O primeiro ponto da reforma do *Welfare* seria a descentralização do poder, emergindo de baixo para cima como um poder efetivamente imanente das comunidades locais, dos bairros, das ONGs. O segundo ponto é a transparência dos atos governamentais. Para isto ser uma realidade, o Estado deveria adotar mecanismos de participação ativa da sociedade civil dentro da sua estrutura. O terceiro seria o desenvolvimento de mecanismos de democracia direta pelos quais os cidadãos participariam da política, assumindo responsabilidades e não delegando sua soberania a outrem. O quarto seria o aumento da eficiência administrativa estatal. Este objetivo seria importante para o Estado recuperar legitimidade e credibilidade perante os cidadãos. Segundo Giddens (2005, p. 84), o decréscimo da ineficiência administrativa do Estado, com sua morosidade e burocracia intermináveis, não ocorreria caso os governantes aprendessem os preceitos da “melhor prática empresarial – por exemplo, controle de metas, auditorias eficazes, estruturas de decisão flexíveis e maior participação dos funcionários – o último destes sendo um fator de democratização”. A reconstrução do Estado, necessariamente, passaria pela adoção de soluções baseadas na

lógica mercantil. É o que se chama no Brasil, e em outros países, de choque de gestão administrativa, pelo qual o Estado adotaria medidas formuladas segundo os padrões empresariais de eficiência econômica.

O que ocorre, em resumo, é a busca do equilíbrio entre Estado, sociedade civil e mercado. Deve-se operar uma espécie de síntese entre mercados regulados, Estado forte e sociedade civil ativa, que resultaria em uma nova economia mista. Um poder funciona como o contra-poder do outro, evitando a concentração do poder em uma única esfera da sociedade. Giddens (2001, p. 167) anota que

A boa sociedade é a que alcança um equilíbrio entre governo, mercados e ordem civil. A proteção e o aumento da esfera civil é a principal preocupação da política da terceira via. É um erro contrapor o Estado aos mercados. Sem uma sociedade civil estável, que incorpore normas de confiança e decência social, os mercados não podem florescer e a democracia pode ser arruinada.

Esta estratégia de equilíbrio do poder político parece remeter ao Barão de Montesquieu, que formulou a tese clássica do poder dividido entre três esferas do Estado – executivo, legislativo e judiciário – para evitar, justamente, a formação de governos republicanos, no qual o povo manda, e autoritários, no qual o tirano reina absoluto, sem controles externos. O meio termo, neste caso, seria a monarquia parlamentar. Já no caso da Terceira Via a divisão do poder político não se dá nas entranhas do Estado, mas nas suas relações com o mercado – considerado por Giddens a única forma possível de organização econômica – e a sociedade civil. Deste amálgama da social-democracia modernizada surgiria o pluralismo estrutural: uma sociedade capitalista economicamente dinâmica e empreendedora, socialmente coesa e politicamente estável e democrática (GIDDENS, 2001, p. 60-61).

Renovação da sociedade civil

A partir daqueles preceitos, a reforma do Estado seria, se não perfeita, necessária e adequada àquilo que Giddens chama de democratização da democracia. Mas para ser completa, a sociedade civil deveria ser renovada e participar, em comunhão com o Estado, de forma plena da política.

Um dos pilares centrais do pluralismo estrutural seria a sociedade civil, esfera da vida pública fundamental para a manutenção do equilíbrio do poder político. Segundo Giddens, uma sociedade civil forte, coesa e bem organizada seria capaz de vigiar e controlar, como um poder externo, os mandos e desmandos do Estado e dos mercados. Sem controles externos, estas duas esferas sociais poderiam, de um lado, assumir tendências autoritárias e anti-democráticas, e de outro, tendências ao monopólio econômico, restringindo a livre concorrência, que seria sempre benéfica aos consumidores na opinião de Giddens e da teoria econômica convencional.

A função da sociedade civil de equilibrar os poderes teria uma missão civilizadora de ampliar ainda mais a difusão e dispersão do poder, atuando como uma espécie de guardião em última instância da democracia. A sociedade civil operaria em estreita parceria com o Estado no sentido de ampliar a democratização da democracia, respeitando-se a sua autonomia relativa. O pressuposto seria o de conciliação de interesses e de convergência da ação no sentido do bem-estar coletivo, embora cada parte envolvida tenha interesses e espaços próprios de atuação.

Um grupo de destaque da nova sociedade civil seria o empresariado social. Giddens assinala que a Terceira Via deveria desenvolver o que chama de cultura empresarial. Esta ajudaria na geração cada vez mais ampliada da riqueza. Mas isto não seria tudo, pois a produção crescente da riqueza não geraria, automaticamente, a sua distribuição mais igualitária. Para isto acontecer, o empresariado deveria cultivar uma responsabilidade social e uma cidadania corporativa. Ou seja, a ética nos negócios levaria a uma melhor redistribuição da renda e da riqueza.

Os negócios poderiam ser combinados com a promoção de valores progressistas como a justiça social e a igualdade. A cultura empresarial não ajudaria no combate às desigualdades somente com o desenvolvimento econômico proporcionado pelo mercado, mas também quando passar a usar sua *expertise* na promoção de programas sociais voltados para as populações excluídas. Neste caso, Giddens não tem em mente políticas assistencialistas ou de caridade, mas o estímulo do empresariado à formação de capital social em pequenas comunidades, para que estas sejam protagonistas da vida política e não estejam a reboque de outros grupos e classes sociais. Desta forma, ao proporcionar igualdade de oportunidades com seus projetos sociais, o empresariado socialmente responsável habilitaria os indivíduos excluídos a lutarem, de acordo com suas próprias capacidades, por melhores condições de vida e bem-estar social (GIDDENS, 2001, p. 82-87).

Desde a origem do capitalismo, teorias aristocráticas e liberais concebem a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como fruto da incapacidade física, intelectual e moral do indivíduo de se inserir nas relações sociais de produção capitalista. Seria uma questão de incapacidade inata de certos indivíduos adequarem-se aos requisitos próprios da sociabilidade burguesa, como concorrência, competitividade, produtividade, acumulação etc. Nessa concepção, dizem Kátia Lima e André Martins (2005, p. 62), “o desemprego e a pobreza são interpretados como infortúnios ou consequências da incapacidade individual e devem ser enfrentados por intermédio de valores morais positivos universalmente válidos e mecanismos relacionados à ajuda mútua”.

Tais teorias, entretanto, inicialmente formuladas por Locke e Malthus, ganham uma repaginação na Terceira Via. Recuperando as principais formulações da teoria do capital humano, Giddens entende o indivíduo como um ser racional acumulador de ativos produtivos que lhe gerariam rendimentos futuros. Educação e técnicas de produção são ativos valiosos na geração de dividendos para os trabalhadores, que devem privilegiar a acumulação desses ativos nos seus portfólios de investimentos. A produção de riqueza, segundo a teoria do capital humano, restringe-se à capacidade individual de um trabalhador, que será mais produtivo quanto maior for seu nível de educação formal e de treinamento técnico. De acordo com Gaudêncio Frigotto (1996, p. 41),

A ideia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

A Terceira Via, apesar do seu vínculo estreito com a teoria do capital humano, não defende o isolamento total do indivíduo. A filosofia política dos Novos Tempos visa estimular a sua participação na esfera política e vê, nesta participação, o aumento das chances da promoção da justiça social e do alívio à pobreza e das desigualdades sociais. Certos intelectuais estadunidenses, dentre os quais se destacam Francis Fukuyama e Robert Putnam, vem defendendo nos últimos tempos a teoria do capital

social¹²². Giddens surfa nesta onda. A teoria se assenta na tese que os indivíduos deveriam se articular no nível das particularidades (das corporações), e organizar suas comunidades locais em torno de associações capazes de levar suas demandas até as autoridades governamentais, buscando soluções para os problemas locais e cotidianos através de políticas sociais focalizadas do Estado. Fala-se, assim, em desenvolvimento social sustentado, economia solidária, combate à pobreza e empoderamento dos indivíduos. “Nessa linha”, explicam Lima e Martins (2005, p. 63), “a solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de ‘parcerias’ com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais nas políticas universalizantes”.

O novo individualismo

Os Novos Tempos trazidos pela globalização e pela economia do conhecimento tiveram profundos impactos sobre o indivíduo e sobre as relações sociais. As formulações neoliberais do seu receituário-ideal defendem um determinado comportamento ético do indivíduo no capitalismo. O indivíduo deveria ter uma conduta egoísta e auto-centrada nos seus próprios interesses, e o Estado deveria resguardar, a qualquer preço, o contrato social que estabeleceria a plena liberdade do indivíduo e o empreendedorismo econômico. O gozo dos direitos naturais de liberdade dos indivíduos levaria ao bem-estar do conjunto da população. O egoísmo e o auto-interesse seriam as molas propulsoras básicas da justiça social.

A Terceira Via, contudo, desenvolve uma percepção ligeiramente diferente sobre a ética do indivíduo. O novo individualismo, como chama Giddens, ao contrário do *homo economicus* neoclássico, estimularia o desenvolvimento de uma nova ética para o indivíduo, voltado não somente para suas satisfações pessoais mais imediatas, mas sim para a cooperação e a participação ativa nas comunidades e no mercado. “A competição econômica é desejável, afirmou Hobhouse, mas ela pressupõe comunidade e cooperação, que devem ter uma base ética” (GIDDENS, 2001, p. 90).

¹²² Na década de 1990, as agências multilaterais de desenvolvimento e governança global incorporaram o conceito de capital social, uma variante neoclássica do conceito de capital humano. A respeito desta mudança, ver a tese de doutorado de Vania Motta (2007), *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social*, em especial os capítulos 3 e 4. Para uma crítica da teoria de Putnam, ver André Martins et. al. (2010, p. 111 e 139-140).

A partir desta ética cooperativa e colaborativa, o indivíduo social e moralmente responsável seria convocado a participar de forma plena e ativa da construção da boa sociedade gerada pelo pluralismo estrutural. A sua principal inserção no mundo da política seria através das organizações da sociedade civil que, como apresentado, deveriam regular externamente as decisões do mercado e do Estado. O nível da atuação deste indivíduo competitivo, ético e cooperativo restringe-se – sem que isto seja um problema ou um entrave –, às decisões da sua comunidade local. Tais decisões, contudo, teriam rebatimentos em outros âmbitos, como o regional, o nacional e, quiçá, o global. O âmbito local seria o espaço privilegiado na concepção da Terceira Via de intervenção cooperativa e ética do indivíduo, mas seus efeitos iriam muito além do seu bairro, da sua comunidade mais próxima, alcançando, no limite, toda a humanidade.

O antigo *Welfare State* tratou de forma ligeiramente permissiva os seus usuários, afirma Giddens. Os direitos sociais foram uma garantia legal dos cidadãos sem que o Estado exigisse uma contrapartida qualquer daqueles que usufruíam dos seus serviços. Isto teria gerado uma cultura de comodismo e preguiça entre os indivíduos, agora acostumados a ter serviços sociais sem um correspondente dever.

Nos Novos Tempos, o indivíduo deveria ter responsabilidades frente ao Estado democrático e a sociedade em geral. Não seria mais possível o Estado fornecer uma vasta gama de serviços sociais sem exigir uma contrapartida dos cidadãos. Um exemplo de responsabilidade do indivíduo recorrentemente citado por Giddens (2001, p. 90-93) – e pelos neoliberais – diz respeito a sua condição de pobreza e de exclusão social.

O Estado democrático teria como uma das suas funções precípua o investimento no capital humano. Em parceria com o setor privado e a esfera pública não-estatal, o Estado forneceria, por meio da educação, uma igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, capacitando-os com os novos conhecimentos requeridos pela estrutura econômica globalizada e flexível da nova revolução tecnológica. Todos teriam acesso ao ativo educação e poderiam, desta forma, competir livre e equitativamente nos mercados de trabalho por um emprego e por uma remuneração adequada. Caberia ao indivíduo, neste quadro de equidade social, ser moralmente responsável e buscar sua inserção no mundo da produção e prover seu próprio sustento, sem depender como um parasita do *Welfare*.

Na era do *Workfare*, o indivíduo teria todas as condições de se sustentar e produzir sua própria subsistência sem a interferência direta do Estado, que, como vimos, faria a sua parte proporcionando a igualdade de oportunidades com a provisão da

educação. “Igualdade e desigualdade giram em torno da realização pessoal”, anota Giddens (2001, p. 92). Isto é, o indivíduo que se encontrar excluído das relações de produção, do mercado de trabalho e tiver, conseqüentemente, em uma situação de pobreza e exclusão social, deve debitar o seu fracasso, única e exclusivamente, das suas próprias (in)capacidades individuais, da sua inadaptabilidade aos novos requisitos tecnológicos e organizacionais do capitalismo. A desigualdade social, portanto, não é entendida como uma “questão social” relacionada ao modo de produção capitalista e às lutas dos trabalhadores, mas sim como uma questão individual, pessoal, advinda da natureza humana.

Kátia Lima e André Martins (LIMA e MARTINS, 2005, p. 61-62) nos fornecem um resumo do indivíduo pensado pela política da Terceira Via. Eis o que eles dizem:

Por suas características, é possível afirmar que essa concepção [da Terceira Via sobre o indivíduo] tem como objetivos práticos: (i) construir uma certa consciência política que não permita ao indivíduo compreender seu real papel sociopolítico-econômico no mundo a partir de sua posição nas relações de produção; (ii) induzir a percepção de que seus valores são gerados pela “própria capacidade suprema de se autogovernar” e que é possível definir e realizar os próprios objetivos e metas, independentemente das condições concretas que o envolvam; (iii) orientar e estimular a possibilidade de associação a um outro indivíduo ou a pequenos grupos próximos para a participação em processos políticos mais simples. Pretende-se romper, dessa forma, com a apatia política e o isolamento e criar os pressupostos necessários a um tipo determinado de participação na vida social e política, sem que isso signifique incentivo a níveis mais elevados de consciência política e a senso de pertencimento a uma classe social.

III.3.2. Alain Touraine e os novos movimentos sociais

De acordo com Alain Touraine, a era da modernidade teria começado nos primórdios do movimento renascentista e desabrochado com a razão iluminista, rompendo com a cosmologia religiosa que explicava as relações sociais a partir de uma ordem divina guiando os desígnios dos seres humanos. Segundo os princípios da modernidade, a ordem social seria fruto das relações humanas; a política, atividade de construção da boa sociedade, como pregavam os antigos gregos, não sofreria a interferência dos deuses do Olimpo: ela seria uma atividade dos homens livres da *pólis*.

Este ideal da Grécia Antiga teria sido revivido, de certa forma, pela modernidade nas figuras do cidadão e do Estado nacional.

Na era moderna, o Estado, fruto do contrato social, garantiria os direitos naturais dos indivíduos (o direito a vida, a liberdade e a propriedade privada), mas tais direitos civis, afirma Touraine, não assegurariam uma sociedade igualitária. As sociedades modernas, apesar da evolução histórica, ainda conservariam elementos arcaicos, antigos, de sociedades marcadas por hierarquias, privilégios, desigualdades e opressões. Daí surgirem, na esteira da modernidade, duas concepções democráticas – liberal e revolucionária – que visam, cada uma a sua maneira, abolir tais imperfeições e tornar completo o projeto moderno.

A democracia liberal sustentaria o juízo de que o poder político, representado pela figura do Estado, deveria ser limitado nas suas funções e no seu alcance, não interferindo na vida privada dos indivíduos e dos empreendedores mercantis. No limite da atuação da sociedade política (o Estado), regulada pelas leis, estaria a garantia dos direitos civis. A sociedade civil não deveria ser alvo das legislações estatais. Em outras palavras, as livres forças do mercado não deveriam sofrer qualquer tipo de interferência ou regulação dos aparelhos estatais, pois, como defendem os liberais, os interesses privados dos indivíduos, guiados pela mão invisível do mercado, levariam espontaneamente ao bem-estar coletivo e à harmonia social.

Segundo Touraine (1998, p. 29), os liberais acreditariam que o desenvolvimento natural da sociedade tornaria-a mais complexa, diversificada do ponto de vista dos interesses e compromissos. A consequência desta complexidade seria o aumento das incertezas e dos conflitos, ocasionando perdas econômicas e sociais. A regulação anárquica proporcionada pela livre interação dos agentes econômicos no mercado, pode reduzir o alto grau de incerteza de uma sociedade moderna. Nenhum outro tipo de intervenção mais direta poderia reduzi-lo. Em outros termos, o mercado seria a única forma de interação social capaz de diminuir a tendência à desagregação do todo e, conseqüentemente, de aumentar a coesão social. Neste caso, o mercado seria a forma mais democrática de interatividade humana capaz de destruir as sociedades baseadas nos privilégios, nas hierarquias e nos favorecimentos pessoais, e de instaurar uma sociedade de indivíduos livres e formalmente iguais.

A segunda concepção democrática gestada na modernidade foi a revolucionária. As práticas políticas da democracia revolucionária seriam guiadas pela noção de uma filosofia da história que conceberia a história de forma evolucionista, progressista. No

passado (e também no presente), as massas populares teriam vivido sob o jugo da exploração, da alienação e da opressão. Mas tudo isto poderia mudar a partir da intervenção direta e ativa de uma elite revolucionária capaz tanto de teorizar sobre o atual estado de coisas, traçando as leis de movimento do sistema social, quanto agitando, educando e organizando politicamente as massas para o assalto ao poder. A revolução poderia superar a pré-história da humanidade e instaurar o reino da liberdade. A principal inspiração seria a construção de uma sociedade igualitária e libertária, uma sociedade de indivíduos homogêneos governados por um espírito universalista que tenderia a mascarar (e oprimir) particularidades (étnicas, raciais, gênero etc.) e singularidades.

Na democracia revolucionária, seria forte a presença da noção que as massas populares deveriam participar dos processos políticos de tomada do poder, ocasionando uma transformação radical nas estruturas vigentes. Touraine, todavia, ressalta que o papel reservado pelas vanguardas revolucionárias às massas populares seria um papel secundário, de coadjuvante na condução desses processos revolucionários. O protagonismo da construção da sociedade livre ficaria a cargo das lideranças do partido de corte leninista, com o povo atuando como massa de manobra. O resultado final seria o autoritarismo dos governos comunistas.

A política voluntarista da democracia revolucionária criaria uma sociedade política tão poderosa e inchada que acabaria por sufocar o livre florescimento de uma sociedade civil autônoma. Esta se tornaria subordinada e dependente do partido político burocratizado, de um Estado totalitário e da ditadura do proletariado, o que impediria o surgimento de novos atores sociais. Como conclui Touraine (1998, p. 23) sobre a concepção da democracia revolucionária,

observamos apenas que quanto mais um poder político domina um movimento social, tanto menos oportunidades existem de se criar uma sociedade democrática, e prevalece a tendência para o surgimento de um poder absoluto que se declara o único capaz de estabelecer o reino da igualdade, ou seja, de reduzir ou de abolir as desigualdades sociais, substituindo todas as formas diversificadas de dominação social pela igualdade de todos mediante sua submissão a um poder absoluto.

A democracia liberal surgiu em primeiro lugar, como uma ideologia de combate ao antigo regime, o feudal. Já a democracia revolucionária apareceu tempos depois, justamente como uma reação à ordem burguesa estabelecida pela política dos liberais.

São duas concepções essencialmente antagônicas, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista ideológico. Mas, segundo Touraine, as duas concepções democráticas teriam pontos em comum que devem ser observados, pois se tratam de ideologias e práticas políticas pertencentes ao mesmo período histórico (a modernidade).

As concepções democráticas liberal e revolucionária partiriam de noções como o progresso, as esperanças históricas e o fim da história. Ambas acreditariam que suas práticas e ideologias combateriam uma ordem de privilégios e injustiças e instaurariam, por meio da revolução – burguesa e socialista, respectivamente – uma ordem de igualdade e liberdade. O progresso, assim, é tido como resultado da ação consciente dos indivíduos: enquanto os liberais falariam na livre iniciativa dos empreendedores, os revolucionários falariam da tomada de assalto ao poder.

Estas formas de atuação política de liberais e revolucionários, diz Touraine, comportariam os germes da subordinação do social a uma vontade externa a ele. Os liberais subordinariam o social por meio da imposição da racionalidade econômica da acumulação. Já os revolucionários comunistas, por acreditarem que uma elite vanguardista poderia conduzir as massas no processo revolucionário, impediriam o desenvolvimento autônomo da ação política de atores sociais. A realidade teria provado que a ditadura do proletariado sufocou a livre expressão dos trabalhadores e nenhum novo movimento social surgiu nos regimes comunistas.

Desta forma, as concepções democráticas modernas eliminariam o papel protagonistas dos atores sociais. Esta é a principal crítica de Touraine às duas concepções. No seu entendimento, ambas as ideologias subordinam os movimentos sociais à vontades alheias aos seus desejos, interesses e mesmo identidades culturais. Nos dois casos, os indivíduos seriam alienados e governados por forças externas: o mercado e o Estado. O que deveria ser democrático e libertador, teria tornado-se despótico e totalitário, tirano e opressor. Como salienta Touraine (1998, p. 33),

Nos dois casos, uma visão global e não social impõe sua lógica a uma ordem social que se define de maneira puramente negativa pela exploração ou pela tradição: a visão que elimina a ideia de ator social. Qualquer que seja a racionalidade, a do mercado ou a do príncipe, ela quer se impor a uma organização social definida somente pela irracionalidade dos atores que procuram se proteger, conservar hábitos, vantagens adquiridas, privilégios, canais de influência.

A democracia cultural dos novos movimentos sociais

As mudanças na estrutura econômica do capitalismo foram tão significativas nos últimos trinta anos que nos autorizaria a falar na superação da sociedade industrial pela sociedade da informação (TOURAINÉ, 1999, p. 17-18). Neste novo arranjo social, a informação percorreria os territórios econômicos em tempo real e as empresas tornariam-se o principal espaço da inovação tecnológica. O mapa da divisão internacional do trabalho ganharia uma nova configuração com a constituição das redes produtivas das transnacionais, que transferem plantas manufatureiras para a periferia e mantêm, no centro, seus escritórios de concepção de produtos, finanças, marketing, propaganda etc.

No plano político, o Estado dirigente, centralizador, com forte intervenção na estrutura econômica a partir do planejamento econômico, daria lugar a uma concepção original de atuação estatal, que teria como missão precípua garantir a liberdade individual dos agentes, deixando as livres forças do mercado atuarem segundo seus desígnios impessoais. Ainda no campo da política, o conflito entre empregadores e assalariados já não ocuparia mais um papel central na luta de classes, e os termos socialismo e comunismo ou teriam perdido o sentido ou ganhariam diferentes significados em relação aos do passado¹²³.

O mercado ganharia, desta forma, preponderância enquanto instância reguladora das atividades sociais dos seres humanos, sobre o Estado edificado nos Trinta Anos Gloriosos. Os resultados não foram nada gratificantes, pelo menos do ponto de vista social. Se antes, com o Estado do bem-estar, a política teria logrado dominar a economia, hoje, o capital financeiro teria rompido com as amarras da política e passou a subordiná-la segundo os ditames do lucro imediato.

Seria preciso romper com o pensamento único e reverter a agenda política, recolocando-a sob novos termos que não os ditados pelo capital financeiro, como equilíbrio orçamentário e moedas fortes. Já teria se iniciado, segundo sua avaliação, a era do degelo do liberalismo. A partir de uma ação política que não cederia perante a

¹²³ Desde 1979, ou seja, dez anos antes da queda do muro de Berlim, Touraine desenvolvia o argumento de que o movimento socialista exercia de forma autoritária o poder político e criava barreiras intransponíveis para a democratização da vida social, e por isso a tradição socialista deveria passar por uma profunda reformulação e revisionismo das suas teorias e práticas, apontando em direção ao surgimento inovador dos novos movimentos sociais. Suas reflexões a este respeito estão presentes no livro *O pós-socialismo* (TOURAINÉ, 1988).

força do capital financeiro¹²⁴, a agenda dos debates públicos poderia girar em torno de temas como produção¹²⁵, distribuição de renda, gastos sociais, afirmação da diversidade e o fim das fraturas sociais. Conforme escreve Touraine (1999, p. 32),

nossa principal tarefa é identificar as forças que podem agir positivamente e não confundir a crítica ativa do capitalismo financeiro e da irresponsabilidade governamental, com a denúncia global da economia moderna, tão errada quanto a que ataca e prega a volta às soluções do passado.

Em relação ao mercado e à nova economia, Touraine adota uma posição típica do social-liberalismo. Em primeiro lugar, defende que a modernização econômica teria chegado para ficar e o mercado deveria ser reconhecido por todos como um mecanismo eficaz de produção de riquezas. Mas, sem uma regulação adequada, o mercado produziria imensas desigualdades. Por essas consequências, Touraine (1999, p. 21) defende o controle social da economia. Não seria possível pensar em uma economia capitalista livre de qualquer constrangimento externo, pois os efeitos deletérios de tal posição política seriam quase insuportáveis pelas camadas mais frágeis da sociedade.

Existiria uma enorme diferença entre libertar a economia das intervenções dos tecnocratas de um Estado pesado e ineficiente e o ideal da auto-regulação do capitalismo. O desafio seria combinar o realismo econômico com a formulação de grandes projetos de combate à exclusão social, que resulta das atuais configurações financeiras do capitalismo. A esquerda moderna exigida para os novos tempos deveria ter um programa político que contemplasse a modernização econômica com valores e práticas de justiça social e solidariedade. Escreve o autor que

Deve-se concluir que convém deixar o mercado alocar os recursos? Certamente que não. Mas não é de mais Estado ou de mais mercado que precisamos, mas sim de menos Estado e menos mercado, e de mais iniciativas, negociações, projetos, conflitos propriamente sociais, por meio dos quais construir-se-ão as relações indispensáveis (e constantemente mutáveis) entre as obrigações e as possibilidades

¹²⁴ Touraine (1999, p.32) afirma que a “nossa margem de liberdade é grande”. Para desfazer o mito de que o fim da história chegou e o liberalismo econômico e a democracia representativa burguesa representam o estágio último do desenvolvimento humano, Touraine recai em outro tipo de unilateralidade, desconsiderando todas as barreiras objetivas e subjetivas erigidas pelo capital nos últimos trinta anos à ação política transformadora (reformista ou revolucionária).

¹²⁵ Touraine não compartilha das teses sobre o fim do trabalho. Fala na prioridade que as políticas sociais devem dar ao problema do trabalho e do emprego, assinalando que “o objetivo central deve ser combinar a flexibilidade cada vez maior das empresas com a defesa do trabalho, que não deve ser considerado somente como uma mercadoria” (TOURAINÉ, 1999, p. 129).

da economia e as demandas ou as resistências dos atores sociais (TOURAINÉ, 1999, p. 110).

Trata-se, enfim, não de condenar as mudanças ocorridas na base econômica, com o desenvolvimento e avanço das tecnologias da informação, nem mesmo o mercado, mas uma determinada forma de organização contemporânea do capitalismo, o capitalismo financeiro global. Dentro do social-liberalismo, Touraine é o intelectual mais crítico ao capital financeiro contemporâneo. O livre fluxo dos capitais especulativos ao redor do globo seria diretamente responsável pela desestabilização das economias nacionais e das suas bancarrotas financeiras e desastres sociais, como o ocorrido no Sudeste Asiático, na Rússia e na América Latina. Caberia aos Estados nacionais defenderem-se desta especulação global com o controle de capitais, pensamento que vem ganhando corpo entre economistas liberais, como James Galbraith, Joseph Stiglitz, Paul Krugman e até mesmo o FMI.

Os defensores do livre mercado ficaram cada vez mais isolados nos cenários políticos e ideológicos. As crises financeiras constantes e seus efeitos sócio-econômicos degradantes teriam obrigado os principais defensores da globalização financeira (Banco Mundial e FMI) a renunciarem de suas posições anacrônicas e revê-las, ao ponto de advogarem a maior intervenção do Estado em algumas áreas da economia e da sociedade. É justamente neste período que surgem o social-liberalismo e a terceira via (TOURAINÉ, 1999, p. 124).

Touraine, todavia, não se mostra muito simpático a estas correntes políticas. Após uma brevíssima descrição da Terceira Via – qualificada como uma política de centro-direita – e do anúncio da morte do comunismo, da inviabilidade do liberalismo voluntarista e do esgotamento da social-democracia corporativa, Touraine propõe a via 2 ½ como saída para os impasses da sociedade da informação. A via 2 ½ seria uma alternativa entre a antiga social-democracia e a Terceira Via de Blair e Giddens. O que diferenciaria a via 2 ½ da Terceira Via seria que a proposta de Touraine se posicionaria no centro-esquerda e teria como prioridade a inclusão social dos marginalizados por meio do crescimento econômico e das políticas sociais de promoção e geração de emprego e renda, enquanto a Terceira Via insistiria nas políticas de capacitação e empoderamento dos indivíduos (TOURAINÉ, 1999, p. 124-127).

Os novos movimentos sociais, os direitos culturais e a luta pela diversidade

As novas configurações do capitalismo e os erros do passado cometidos pelos liberais e pelos revolucionários levariam a uma revisão das antigas concepções de democracia. Estas deveriam ser superadas se os dominados não quisessem permanecer na sua condição de oprimidos. Haveria chegado o momento de abandoná-las e de construir uma democracia não mais calcada nos ideais de Progresso, Razão e História, mas sim na política dos atores sociais.

Alain Touraine busca com a Via 2 1/2 uma alternativa ideológica e política entre o liberalismo e a extrema esquerda para os problemas sociais provocados pela globalização e a dominação do capital financeiro. O sociólogo francês entende que aquelas duas vias políticas estariam esgotadas e não poderiam chegar a bom termo no tocante à realização da liberdade e da igualdade. A questão é como promovê-las, e para isto Touraine aponta para uma esquerda social¹²⁶, ou o que se poderia chamar de uma terceira concepção democrática, a democracia cultural dos novos movimentos sociais (ecologia, feminismo, imigrantes, desempregados, os sem-documentos, os sem-moradia, homossexuais portadores do vírus HIV etc.).

Antes de apresentar seu posicionamento frente à última ofensiva capitalista, Touraine descreve uma síntese do cenário francês, ressaltando três das suas correntes mais influentes. É importante notar que *Como sair do liberalismo* não foi escrito como um manifesto a tomar partido de uma corrente política específica, mas suas páginas estão carregadas de uma intenção em “defender, ao mesmo tempo, movimentos sociais independentes e políticas mais ativas de luta pela exclusão” (TOURAINÉ, 1999, p. 15).

Primeiro os liberais, que teriam desenvolvido uma visão apologética da globalização, tida como inevitável no curso natural das atividades humanas. O mercado, na compreensão dos liberais mais ortodoxos, não deveria sofrer qualquer tipo de constrangimento à sua lógica intrínseca, pois, caso isto ocorra, o desenvolvimento econômico seria abortado antes mesmo de ser concebido pela livre interação dos agentes, prejudicando o bem-estar coletivo.

¹²⁶ “A esquerda social parte (...) da ideia de que todo movimento social se forma em torno da defesa ativa de uma realidade social e de um direito. Antontem era a nação contra o rei, ontem os trabalhadores contra os patrões; trata-se, hoje, de defender os direitos culturais de todos (e sobretudo das minorias) contra a assimilação forçada, quer seja empreendida sob a bandeira da cultura de massas, dominada pelo mercado, quer sob a de um poder comunitarista. Tais ações de defesa e de proposta podem ser autônomas, portanto exercer uma influência direta sobre as decisões políticas. Elas não se contentam com denunciar: são impelidas por uma esperança e sua inspiração é, portanto, democrática” (TOURAINÉ, 1999, p. 120).

No lado extremo, oposto aos liberais, posiciona-se a extrema-esquerda, também chamada de “rupturistas totalitários”. Estes, segundo Touraine, se limitariam a denunciar as estruturas de exploração e dominação de povos e classes sociais, sem nunca fornecer uma teoria capaz de emancipar os atores sociais. Ao contrário, acreditariam que somente seus intelectuais poderiam fornecer uma teoria geral e racional da história e, conseqüentemente, respostas adequadas aos problemas sociais do presente, supostamente atuando responsável e eficazmente e produzindo as transformações sociais necessárias à melhoria das condições de vida dos excluídos.

Existiria, outrossim, uma terceira posição na França. O republicanismo pregaria uma defesa intransigente, “quase fundamentalista”, das instituições derivadas do período do Estado providencialista, lutando pela conservação dos direitos sociais conquistados nas lutas do movimento operário na época do fordismo-keynesianismo. Se, no passado, a posição republicana identificou-se com os valores da igualdade e da solidariedade, hoje, a defesa das instituições estatais criaria uma dualidade entre os incluídos e os excluídos.

Liberais, republicanos e os rupturistas totalitários, apesar das divergências, não acreditariam na possibilidade da emergência de novos atores sociais capazes de, não só entenderem as atuais estruturas de dominação e exploração do capitalismo, quanto atuarem, de forma consciente e autônoma, contra os efeitos deletérios do capital financeiro. Seria como se um pessimismo de alto grau tomasse conta de todos e provocasse sua imobilização enquanto agentes da mudança, tornando-os incapazes de se reinventarem politicamente para lutar, primeiro, contra o *status quo* e, depois, na formulação de propostas focadas nos direitos culturais.

Diante do exposto, deduz-se que nenhuma das três posições citadas acima seria satisfatória para gerar o bem-estar social. Todas estariam olhando para o passado (em uma visão tipicamente retrógrada ou romântica) ou para cima (em uma visão elitista), nunca para um futuro construído pela luta libertária e inovadora dos excluídos. Deveria-se, desta forma,

substituir uma lógica de ordem e da desordem, por uma lógica da ação social e política, e de mostrar que, entre uma ordem institucional puramente defensiva e revoltas que seriam exclusivamente contestatórias, existe, e deve ser reconhecido e reanimado, um espaço público que combina os conflitos sociais e a vontade de integração (TOURAINÉ, 1999, p. 9).

O seu argumento central gira em torno de que a globalização e o poder do capital financeiro não seriam processos naturais e que seus resultados e consequências sociais não incapacitariam novos atores sociais de lutarem política e ideologicamente contra os malefícios trazidos pelo capitalismo global. Na sua visão, a globalização, antes de tudo um mito sem fundamento teórico algum, não seria onipotente, nem subjugaria definitivamente os dominados à lógica do capital financeiro, que produziria incessantemente a exclusão social, o racismo, o sexismo, a xenofobia e várias outras formas de opressão.

A questão seria saber como – e com quem – superar o liberalismo. De acordo com os apontamentos de Touraine, não se superaria o atual estágio do capitalismo a partir da reafirmação da identidade nacional, da defesa do Estado tecnocrático e burocrático, do corporativismo das categorias profissionais com direitos sociais adquiridos, nem com a eclosão da revolução socialista; os sujeitos passariam longe daqueles que atuariam de maneira antiquada e arcaica, como seria o caso do movimento operário tradicional.

Em sintonia com os escritos de Benjamin Constant, Touraine (1998, p. 38) decreta o fim da liberdade dos antigos, que se baseou no ideal de uma moral do dever público e em uma política progressista. No seu lugar, surgiu a liberdade dos modernos, fundada na moral privada do indivíduo. Com isto, morreram os deuses da Razão e da pólis, dando lugar ao nascimento do indivíduo, do sujeito pessoal, que se tornaria o responsável pelo desenrolar das tramas políticas. Sua resistência à exploração, à dominação, à opressão, e seus desejos por igualdade, liberdade e pelo reconhecimento das diferenças culturais seriam, agora, as molas propulsoras das lutas sociais. Os indivíduos, assim, deveriam ser reconhecidos como os protagonistas da política.

A terceira concepção democrática proposta por Touraine – a democracia cultural dos novos movimentos sociais – baseia-se no reconhecimento do papel central dos atores sociais no reino da política, algo que seria desconsiderado e descartado nas duas concepções de democracia da era moderna. O ator social, conforme escreve o pensador francês, “(...) engajado em relações sociais concretas, profissionais, econômicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou ao gênero, procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência” (TOURAINÉ, 1998, p. 37).

Os sujeitos sociais¹²⁷ deveriam, a partir das suas identidades culturais e experiências de vida e de trabalho, ter o direito reconhecido e concretamente efetivado de participar simultaneamente dos mercados econômicos globalizados e do mundo da cultura. Com sua “vontade de individuação”, o ator social se voltaria, primeiramente, para a defesa das suas liberdades individuais e, em um segundo momento, fortalecidos pela afirmação das suas identidades culturais, atuaria no espaço público da *Ágora*, o mundo da cultura livremente conquistado pela ação política dos novos movimentos sociais.

Então, não se trata mais de reconhecer o valor universal de uma cultura ou de uma civilização, mas, de maneira bem diferente, de reconhecer em cada indivíduo o direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletiva, a participação no mundo dos mercados e das técnicas com uma identidade cultural particular. O que é preciso reconhecer não é a inspiração universalista de uma cultura, mas a vontade de individuação de todos os que procuram reunificar o que o nosso mundo, economicamente globalizado e culturalmente fragmentado, tende sempre mais fortemente a separar (TOURAINÉ, 1998, p. 65).

Para a saída do liberalismo seria preciso uma agenda propositiva que vá além do simples denunciamento e das antigas práticas de luta política. Ao invés do centro das disputas girarem em torno da repartição igualitária da riqueza, o autor sugere um desvio para a luta da afirmação da diversidade da vida privada em uma sociedade cada vez mais multicultural, dos direitos culturais e dos direitos pessoais a partir de políticas de discriminação positiva, ou como chamam os estadunidenses, de ações afirmativas, ou mais simplesmente, de equidade.

Os conflitos sociais do pós-guerra tiveram por objeto, antes de tudo, a repartição dos frutos do crescimento. Vinculam-se hoje a duas lógicas bem diferentes: a resistência à dualização da sociedade, por um lado, e, por outro lado, a afirmação dos direitos culturais em uma sociedade não só sempre mais multicultural, mas sobretudo na qual a afirmação dos direitos pessoais assume cada vez maior importância, em relação à procura de uma distribuição equitativa dos recursos (TOURAINÉ, 1999, p. 42).

As lutas dos novos movimentos sociais estariam centradas na apropriação coletiva dos bens culturais, pela conquista de direitos culturais e no reconhecimento da

¹²⁷ “Chamo Sujeito esse esforço do indivíduo para ser um ator, ou seja, para agir sobre seu ambiente e criar assim sua própria individuação, que chamo de subjetivação a partir do momento em que se torna um objetivo positivamente valorizado” (TOURAINÉ, 1998, p. 68).

diversidade e das diferenças. O principal mecanismo de dominação não seria mais a de classe. O que ameaçaria a coesão social e a existência dos atores sociais seriam o funcionamento impessoal do mercado e o poder dos dirigentes comunitários. “Trata-se então de proteger as liberdades e a segurança pessoais, e, acima de tudo, o direito de cada um conservar ou adquirir o controle sobre a própria existência” (TOURAINÉ, 1998, p. 48).

A concepção da democracia cultural dos novos movimentos sociais também traria consigo obstáculos à promoção da plena integração social dos indivíduos. As identidades comunitárias e culturais correriam o risco de se fecharem sobre si mesmas e, ao invés de promoverem a integração e a comunicação entre os diferentes grupos, fortaleceriam os guetos, a xenofobia e a segregação existente no mundo dominado pelo livre mercado. De certa forma, no modelo social proposto pelo multiculturalismo, o diálogo entre as diferentes culturas e comunidades se encerraria antes mesmo de começar, e parece não haver possibilidades concretas de abertura de canais de intercâmbio entre aquelas distintas manifestações sociais. Seria aqui que residiria um dos papéis centrais da política dos atores sociais: o estabelecimento de uma rede de comunicação entre os diferentes indivíduos e grupos sociais, e lutar pela tolerância, pelo reconhecimento do outro e pelo livre diálogo. Daí Touraine (1998, p. 63) tecer críticas ao multiculturalismo:

(...) não é exato que nossas sociedades sejam compostas de uma pluralidade de culturas e de formas de organização social justapostas umas às outras, como parece pressupor o modelo multiculturalista. Uma sociedade composta de auto-estradas e de ghettos, de mercados e de comunidades ou ideias fechadas de si mesmas destrói qualquer cultura, se entendemos por esta última um sistema de sentido dado à práticas, pois essa sociedade dissocia sentido e práticas.

Nos tempos atuais, o princípio da igualdade não seria mais alcançado por meio das lutas contra a dominação classista, ou contra a exploração capitalista. A igualdade seria construída a partir do desejo de diferenciação, de individuação dos sujeitos pessoais, que deveriam se tornar atores do seu próprio destino. Esta luta não envolveria mais princípios universalistas, classistas, mas sim singulares, particulares, de afirmação de identidades culturais e do relacionamento harmônico e franco entre diferentes culturais. As diferenças individuais deveriam ser reconhecidas e elevadas a primeiro plano para patrocinar a eliminação das desigualdades do atual sistema social. Como diz Touraine (1998, p. 71-72),

A eliminação de todo conteúdo concreto da categoria Homo, de toda definição universalista do ser humano, deve ser completa. A fase final dessa eliminação, a mais importante é a que reconhece que não existe qualquer Homo, que não existem mais que homens e mulheres e que o ser humano não tem forma mais abstrata, mais universal do que a dualidade do homem e da mulher. Somente assim tornam-se complementares e inseparáveis os termos da igualdade e da diferença. Somos iguais entre nós somente por que somos diferentes uns dos outros.

A sociologia clássica – Marx, Durkheim, Weber, Simmel e outros – procurou entender o funcionamento e as tendências dos sistemas sociais. Na opinião de Touraine, a crescente autonomia da economia frente às outras esferas sociais produziria aquilo que Durkheim chamou de anomia social, esfacelando a sociedade, o que tornaria cada vez mais difícil falar sobre o todo. Daí a proposta do autor para a sociologia abandonar os seus referenciais macroscópicos, as grandes metanarrativas – fazendo coro com Lyotard –, e se voltar para os sujeitos pessoais, para os indivíduos e suas lutas por igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. A referência da nova sociologia proposta seria o indivíduo¹²⁸ e suas identidades e manifestações culturais, indivíduos estes singulares ou particulares (TOURAINÉ, 1998, p. 108-109). Neste exato sentido, Pierre Rosanvallon (1998, p. 158-159) sugere, diante da fragmentação do real em estilhaços microscópicos, o uso e valorização de estudos monográficos e biográficos (isto é, das trajetórias individuais), ao invés do estudo das classes e suas identidades coletivas.

É necessário sublinhar que Touraine não retrocede a um individualismo liberal extremado, que afirma o indivíduo como uma mônada descolada de todo o ser social. Segundo o autor, o indivíduo contemporâneo deveria conjugar ideais de solidariedade, de pertencimento e de reconhecimento das suas identidades dentro de um padrão social multicultural, pelo qual a diferença individual geraria a igualdade social. Diz o sociólogo francês que

(...) a referência ao Sujeito pessoal põe em evidência que toda ação libertadora é a afirmação de uma experiência, de uma cultura e, portanto, de uma solidariedade e mesmo de uma consciência de pertencimento tanto quanto a luta contra uma dominação. E quanto mais esta afirmação de identidade, esta defesa dos direitos subjetivos

128 “O conteúdo social do conjunto dos movimentos é o individualismo, que as forças dominantes interpretam como a liberdade dos compradores nos mercados, e que os movimentos de oposição definem como a autodeterminação, a afirmação do direito de todo indivíduo e de todo grupo à singularidade, com a condição de reconhecer esse direito a todos” (TOURAINÉ, 1999, p. 113).

é direta e forte, menos a ação reivindicativa apela a um princípio transcendente como a razão, a história ou a nação (TOURAINÉ, 1998, p. 74).

A concepção democrática de Touraine visa achar o sentido prático da ação libertadora dos novos movimentos sociais, que não seria mais guiada por princípios universais, abstratos, transcendentais aos indivíduos. As políticas liberal e revolucionária, com o desenrolar da história, teriam se tornado caducas, anacrônicas, autoritárias e elitistas. O conteúdo social das lutas políticas dos dominados não deveria ser procurado para além dos indivíduos, mas na sua atuação cotidiana, nos seus afetos, desejos e emoções. Os atores sociais conciliariam seus comportamentos individuais na esfera da economia modernizada (com sua racionalidade instrumental) e na esfera da cultura (com suas identidades e tradições), objetivando lutar contra a dominação. Conjugando igualdade e diversidade, se poderia acabar com as injustiças, preconceitos e opressões. Este seria o principal objetivo da democracia cultural dos novos movimentos sociais.

III.3.3. Joseph Stiglitz e a nova agenda do desenvolvimento

Formulador de modelos matemáticos aplicados à economia, Joseph Stiglitz foi professor de influentes centros de ensino e pesquisa nos Estados Unidos, como Yale, Princeton e Stanford. A sua carreira acadêmica começou com a graduação em economia nos tumultuados anos 1960, em meio aos movimentos pacifistas e dos direitos civis. A agitação da geração de maio de 68 marcou o jovem estudante, inculcando-lhe uma alta dose de idealismo político. “Queria, suponho, mudar o mundo, mas não sabia ao certo de que maneira; sendo acadêmico, eu precisava primeiro entender melhor o mundo” (STIGLITZ, 2003, p. 9).

Após anos de magistério, largou momentaneamente a vida acadêmica e mergulhou na política, tendo sido presidente do Conselho de Assessores Econômicos do governo Bill Clinton (1993-1997) e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial (1997-2000). O sonho juvenil de mudar o mundo ganhou asas em cargos ligados diretamente ao *status quo* do imperialismo estadunidense.

Depois da sua passagem pela política, Stiglitz retornou à academia como professor da Universidade de Columbia, mas não deixou de intervir nos principais debates sobre globalização e desenvolvimento, lançando livros em mais de 20 idiomas,

publicando artigos de opinião em jornais do mundo inteiro e participando de fóruns de discussão com estadistas, empresários, intelectuais e ativistas. Em 2001 ganhou o prêmio Nobel de economia por seus estudos sobre falhas de mercado e informações assimétricas.

Todas as controvérsias nas quais Stiglitz se envolveu se desenrolam no campo do *mainstream* do pensamento econômico setentrional. Ele não cita, nem muito mesmo comenta, nada a respeito de qualquer corrente teórica heterodoxa ou marxista sobre o desenvolvimento. Conceitos como subdesenvolvimento, dependência e imperialismo não figuram nas suas considerações. A larga bibliografia das correntes alternativas ao *mainstream* é solenemente ignorada.

Sua formação intelectual desenrolou-se nos marcos da economia neoclássica. As vertentes mais ortodoxas desta escola defendem os princípios da livre concorrência, da livre circulação das informações e da perfectabilidade do mercado, inclusive na promoção do bem-estar social. Desde a revolução marginalista, que se deu no final do século XIX, a ciência econômica abandonou o instrumental analítico da economia política clássica, que se baseava na teoria do valor-trabalho e na análise da produção, da distribuição e da acumulação do valor entre as classes sociais. Em lugar do instrumental clássico, ganhou destaque a teoria da utilidade marginal, no qual a busca individual e egoísta dos interesses dos agentes levaria a uma situação ótima de eficiência econômica, onde todos os fatores estariam empregados, gerando os mais altos níveis de renda de acordo com a produtividade do agente.

Uma das mais importantes expressões contemporâneas desta corrente é o modelo matemático de Kenneth Arrow e Gerard Debreu, ganhadores do prêmio Nobel de Economia. O objetivo do modelo Arrow/Debreu é dar consistência matemática ao famoso argumento smithiano da mão invisível e explicar com maior rigor científico a alocação de recursos por meio dos mecanismos de mercado. Conforme escreve Stiglitz (2007a, p. 447, nota 3),

Eles [Arrow e Debreu] definiram as condições ideais dentro das quais Smith tinha razão, mas também identificaram as numerosas instâncias de falhas do mercado, nas quais ele não estava correto – quando, por exemplo, há externalidades (como a poluição) em que as ações de um indivíduo causam efeitos nos outros pelas quais eles não são compensados. Meu trabalho fez acréscimos à lista de situações em que falhas do mercado levam à ineficiência – onde as informações são imperfeitas e/ou assimétricas (isto é, quando alguns indivíduos sabem alguma coisa que os outros desconhecem).

As formulações de Arrow e Debreu abriram uma fissura no edifício neoclássico. A partir desta brecha, foi criado o novo-keynesianismo, considerado por muitos como o novo-monetarismo. Tal escola desenvolve uma agenda de pesquisa que se pretende alternativa aos cânones da teoria econômica, verificando a existência de falhas de mercado e de assimetria de informações. Segundo Stiglitz, tais premissas dariam uma perspectiva mais realista aos modelos teórico-analíticos e uma base consistente para a tomada de decisão dos governos no gerenciamento das crises, nas políticas de desenvolvimento e na arquitetura de uma nova ordem mundial.

O objetivo principal de Stiglitz é participar da batalha das ideias e influenciar os rumos da globalização e do desenvolvimento capitalista a partir da ideologia do social-liberalismo. No passado, três escolas de pensamento lutaram pela hegemonia no debate sobre o desenvolvimento: o livre mercado, o planejamento centralizador do socialismo e a economia mista capitalista. No presente, a crise do neoliberalismo do final de 1990 teria aberto espaço para uma via alternativa e intermediária entre os defensores do livre mercado e do planejamento centralizador. O debate sobre o desenvolvimento teria ficado restrito, portanto, a duas escolas de pensamento: os que defendem o livre mercado e os que defendem um equilíbrio entre governo e mercado, sendo que existiriam pontos de interseção entre elas (STIGLITZ, 2007a, p. 93). Com a queda do Muro de Berlim, a ideologia socialista haveria desaparecido por completo.

Na luta pela hegemonia dos rumos do desenvolvimento capitalista, pela conquista de corações e mentes – expressão frequentemente usada na sua obra e que remete a retórica dos governantes estadunidenses na Guerra do Vietnã – Stiglitz posiciona-se no campo de uma terceira via como saída reformista-restauradora para os problemas gerados pela globalização capitalista. Conforme o autor escreve,

trata-se de uma visão situada em algum lugar entre aqueles que querem um papel dominante para o governo na economia e aqueles que defendem um papel minimalista; mas que também está entre os críticos que consideram o capitalismo um sistema podre até o âmago e aqueles que veem a economia de mercado como imaculada, uma invenção milagrosa do homem que traz prosperidade sem precedentes para todos. Considero o mercado um instrumento poderoso para fazer o bem, mas que não somente não tem exercido seu potencial, como, no processo, tem deixado alguns para trás e outros em situação pior (STIGLITZ, 2003, p. 292).

O posicionamento ideológico de Stiglitz está relacionado com a gestão Clinton nos Estados Unidos e a opção democrata pela Terceira Via¹²⁹. Depois de anos de hegemonia do receituário-ideal neoliberal com os governos republicanos de Ronald Reagan e Bush pai, Bill Clinton assumiu a presidência dos Estados Unidos defendendo uma revisão da política econômica anterior e de combate às crescentes desigualdades, inclusive com a reconstrução de sistemas estatais de proteção social. No plano ideológico, “o desafio era (...) explicar o que havia de errado na ideologia conservadora e apresentar uma visão alternativa. Mas em vez de atacar as premissas e a ideologia, nós aceitamos os termos do debate da maneira como eles haviam sido concebidos” (STIGLITZ, 2003, p. 297). Desta maneira, a Terceira Via estadunidense ficou presa à agenda conservadora do neoliberalismo, restringindo o horizonte intelectual da sua ideologia. A antítese abdicou de fazer uma crítica profunda da tese, limitando-se às fronteiras do programa adversário.

Bill Clinton conviveu no interior da sua administração com um conflito permanente entre forças adversárias: de um lado, seus assessores diretos lutando pela implementação da agenda reformista da Terceira Via; do outro, os defensores da ideologia do livre mercado e da supremacia das finanças. A correlação de forças construída pelos novos democratas não foi suficiente para romper com o poder de *Wall Street*, que continuou a dar as cartas da política econômica. Restou, então, gerenciar a economia nacional a partir de uma política ortodoxa de controle fiscal.

O livro *The Agenda* (1994), de Bob Woodward, descreve, em termos vívidos, como a redução do déficit se deslocou para a frente e para o centro da agenda de Bill Clinton. Não foi essa a plataforma com a qual Clinton fora eleito, mas ele foi persuadido de que, sem a redução do déficit, os mercados financeiros o puniriam, e sem o suporte das Finanças, ele não poderia concluir o restante de sua agenda. Tudo o mais foi posto em banho-maria – grande parte da agenda nunca foi concluída (STIGLITZ, 2003, p. 13).

O inesperado, todavia, aconteceu. O *boom* advindo das inovações tecnológicas da Nova Economia proporcionou um imenso salto de produtividade na economia nacional. Com a onda de crescimento econômico – baseada também em roubos,

129 “Essa visão alternativa tem alguma semelhança com a ‘Terceira Via’ comumente associada ao primeiro-ministro britânico Tony Blair, o presidente americano Bill Clinton e o chanceler alemão Gerhard Schröder. O *Relatório Econômico Anual do Presidente*, nos primeiros anos da presidência de Clinton, articulava essas ideias, relacionando estreitamente o que o governo deveria fazer com as limitações do mercado” (STIGLITZ, 2007a, p. 447, nota 2).

manipulações contábeis e a bolha especulativa das ações do índice Nasdaq –, o governo Clinton obteve recursos extraordinários que foram direcionados para programas sociais, cumprindo certos objetivos da reforma-restauradora da Terceira Via. Entre erros e acertos, o saldo final do governo Clinton teria sido positivo (STIGLITZ, 2003, p. 20).

O desejo de Stiglitz em participar ativamente da política é com o intuito de “(...) incentivar mudanças na maneira como a globalização é gerida – mudanças que são inevitáveis – na direção certa e a acelerar o ritmo das reformas” (STIGLITZ, 2007a, p. 38). Deste ponto de vista, o autor assume uma postura ideológica na qual teoria e política andam de mãos dadas. A sua produção bibliográfica recente tem um nítido caráter de intervenção no debate público. Dificilmente encontram-se passagens áridas e exaustivas de teoria econômica. Quando faz referências aos seus marcos teóricos, Stiglitz usa uma linguagem acessível ao grande público, ou então remete o leitor a uma nota de rodapé.

Ao longo dos seus livros e artigos, o tema do intelectual e da ideologia tem uma presença significativa. Em alguns trechos, ciência e ideologia são tratadas, em uma chave positivista, como antitéticas: enquanto a primeira relaciona-se com a descoberta da verdade e a verificabilidade e refutabilidade das hipóteses teóricas apresentadas, a segunda é tida como uma questão de fé, uma maneira distorcida de compreender a realidade.

Segundo Stiglitz, os intelectuais deveriam se manter como uma comunidade autônoma, isenta de influências políticas de grupos particulares de interesses. Quando a política invade o espaço científico, os intelectuais deveriam se lamentar por perder a sua autonomia plena, ficando impedidos de elaborar uma visão límpida sobre a realidade, como se a teoria fosse conspurcada e perdesse a sua pureza. “Acho que é importante observar os problemas de maneira desapaixorada, deixando a ideologia de lado e analisando as evidências antes de tomar uma decisão a respeito da melhor maneira de agir” (STIGLITZ, 2002, p. 12).

Nas universidades, por exemplo, “a comunidade científica sempre desconheceu fronteiras e nunca reconheceu qualquer autoridade” (STIGLITZ, 2003, p. 18). No Estado, de acordo com a sua experiência no Conselho econômico presidencial, os membros deste Conselho teriam “(...) uma liberdade que não é concedida a outras agências do governo, que estão constantemente sujeitas à pressão de um ou outro grupo de interesse” (STIGLITZ, 2003, p. 17). Ele próprio construiu a auto-ilusão de ser um intelectual independente – que seguiria as suas próprias convicções baseadas em

décadas de estudo da teoria econômica dominante –, e imparcial, apresentando o debate da forma mais transparente possível (STIGLITZ, 2007a, p. 49). Com isto, constrói uma imagem idealizada e ingênua do intelectual desvinculado de condicionamentos sociais de diversas ordens, concedendo-lhe uma autonomia absoluta frente às lutas de classe.

De todo modo, o economista novo-keynesiano assumiu um posicionamento na batalha das ideias e no terreno da política governamental e das instituições financeiras internacionais a partir da sua concepção do mundo, criticando a globalização capitalista conduzida sob os auspícios do fundamentalismo de mercado.

As críticas à globalização

As transformações operadas nos últimos quarenta anos na economia mundial são chamadas pelo nome genérico de globalização. Nos seus títulos, o termo é superficialmente definido como “a remoção das barreiras ao livre comércio e a maior integração das economias nacionais” (STIGLITZ, 2002, p. 10) ou, então, de uma forma um pouco mais extensa – mas não menos inconsistente – como “a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através de fronteiras” (STIGLITZ, 2002, p. 36).

Sem definir conceitualmente o que seria o termo¹³⁰, parte-se do pressuposto que a globalização poderia ser um processo economicamente benéfico para todos os países e seres humanos, “com *potencial* de enriquecer todas as pessoas do mundo, em especial as menos favorecidas” (STIGLITZ, 2002, p. 10, grifo do autor). Diante dos resultados nas últimas décadas, constataria-se que o desenvolvimento econômico na era da globalização seria possível e desejável, desde que boas políticas fossem aplicadas. Stiglitz aponta para uma (imaginária) convergência entre países ricos e pobres no período de auge do Consenso de Washington, afirmando que “na verdade, entre 1991 e 1995, o índice de crescimento dos países de alta renda foi de 2,5%, enquanto o dos

¹³⁰ Para John Kenneth Galbraith, o termo não deveria ter o *status* que recentes modas acadêmicas lhe conferem, trazendo consigo uma carga de dominação dos Estados Unidos frente os outros países. Nas suas palavras, “a globalização não é um conceito sério e que nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países, e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas” (GALBRAITH apud FIORI, 2002, p. 28).

países de baixa e média renda foi de 4,5%” (STIGLITZ, 2007b, p. 473). Mas, polemizando com Thomas Friedman, autor do livro *O mundo é plano*, diz que

ele está correto ao dizer que houve mudanças enormes na economia global, na paisagem global; em algumas direções, o mundo está muito mais plano do que já foi e as pessoas nas várias partes do mundo estão mais conectadas do que jamais estiveram, mas o mundo não é plano (STIGLITZ, 2007a, p. 132-133).

A lição de sucesso de integração à economia globalizada deveria ser aprendida com os países do Leste Asiático, que apesar do *tsunami* financeiro dos anos 1997-1998, apresentaram bons resultados econômicos e sociais por não terem se submetido subservientemente ao receituário do FMI. No impresso *Globalização: como dar certo*, o objetivo do ex-economista chefe do Banco Mundial é “(...) mostrar como a globalização, gerida de forma adequada, como foi no desenvolvimento bem-sucedido de boa parte do Leste Asiático, pode fazer muito para beneficiar tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos” (STIGLITZ, 2007a, p. 47).

Outros tipos de capitalismo também certificariam que uma economia de mercado bem dirigida pelo governo poderia conjugar eficiência e equidade com sucesso. Para Stiglitz, uma boa gestão política teria a possibilidade de eliminar, na prática, o *trade-off* defendido pelos neoclássicos conservadores entre competitividade e justiça social. A Suécia é apontada como um dos casos de êxito na promoção do bem-estar social dentro de uma sociedade capitalista (STIGLITZ, 2007a, p. 46).

A globalização traria, de forma geral, significativas melhoras para o bem-estar social da população mundial, em especial dos países em desenvolvimento. A abertura comercial teria permitido o crescimento econômico de diversos países, a globalização das comunicações teria eliminado o isolamento de culturas mais distantes, a expectativa de vida teria aumentado e o padrão de vida teria melhorado a reboque da industrialização. Estes fatos seriam ignorados pelos críticos mais radicais e menos equilibrados, o que prejudicaria um eventual balanço sobre perdas e ganhos envolvidos no processo de integração mundial.

Com o fim das experiências socialistas da ex-União Soviética e do Leste Europeu, o caminho estaria pavimentado para a humanidade tratar de resolver os problemas da economia de mercado sem as antigas paixões que teriam cegado as pessoas envolvidas nas ultrapassadas batalhas ideológicas entre socialistas e capitalistas

(STIGLITZ, 2007a, p. 42)¹³¹. Ao esposar esta tese, Stiglitz acaba por consubstanciar indiretamente a teoria de Fukuyama sobre o fim da história, embora a renegue diretamente¹³².

Julgando a globalização como um fenômeno neutro¹³³ – mas mal administrado e conduzido sob ideologias como a dos mercados livres e competitivos –, o autor defende mecanismos inéditos de integração e ajuda aos países periféricos que consigam, de forma equilibrada, atender aos interesses tanto dos pobres quanto dos poderosos, segundo regras imparciais e justas (STIGLITZ, 2002, p. 17). A assistência oficial seria um dos mecanismos de auxílio das economias industriais avançadas para os países em desenvolvimento, que só teriam a ganhar com as ajudas vindas do norte e, por isso, não deveriam recusá-las, aceitando-as de bom grado. As nações ricas transfeririam, além de recursos financeiros, conhecimento, tecnologia e prestação de assessoria e planejamento para a execução das reformas necessárias a promoção do desenvolvimento econômico (STIGLITZ, 2007b, p. 487). Um pacote completo de dependência econômica, política e cultural descrito pelo autor como uma ajuda internacional necessária e indispensável. Conforme escreve o economista,

Hoje está claro que países que seguem políticas apropriadas têm mais chance de sucesso econômico do que os que não seguem. E há evidências crescentes que a assistência econômica, quando combinada com boas políticas, promove o crescimento econômico, especialmente entre os países mais pobres. Isso, evidentemente, é boa notícia não só para os países envolvidos, mas também para aqueles que oferecem conselhos e proporcionam ajuda: eles podem fazer diferença (STIGLITZ, 2007b, p. 474).

¹³¹ Em outro trecho no qual disserta sobre o mesmo assunto, Stiglitz deixa mais claro o seu julgamento sobre o comunismo: “Alguns pensavam que com o fim da Guerra Fria acabaria a ideologia. O sistema de livre iniciativa havia saído vitorioso. Nós todos poderíamos continuar a tarefa de aperfeiçoar esse sistema. A derrota do comunismo foi a derrota de uma patologia, de uma perversão, de um regime autoritário, e a luta contra a perversão desviou a atenção das questões mais amplas e profundas do tipo de sociedade que nós desejamos criar” (STIGLITZ, 2003, p. 322).

¹³² “O fim da Guerra Fria deixou os Estados Unidos como a única superpotência e marcou a vitória da economia de mercado sobre o socialismo. O mundo não mais se dividia em termos ideológicos. Podia não ser o fim da história proclamado por Fukuyama, mas, pelo menos, acreditava-se que era o início de uma nova era – e, por uns poucos anos, parecia ser esse o caso” (STIGLITZ, 2003, p. 33).

¹³³ “A globalização em si não é nem boa nem ruim. Ela tem o *poder* de fazer um enorme bem e, para os países do Leste Asiático que aderiram à globalização em seus próprios termos, dentro do seu próprio ritmo, ela tem representado um grande benefício, apesar do baque provocado pela crise de 1997. Mas em muitas partes do mundo, não trouxe benefícios comparáveis. Para muitos, a globalização assemelha-se mais a um desastre iminente” (STIGLITZ, 2002, p. 48, grifos originais).

Apesar da defesa dos princípios básicos da globalização, Stiglitz coloca-se como um crítico do modo como o processo vem sendo gerenciado por interesses particulares dos governos das nações desenvolvidas e das grandes corporações. O problema central estaria na distância entre a promessa dos defensores da integração mundial e os seus efeitos concretos. Em tese, a globalização

tem o potencial de trazer enormes benefícios para as populações tanto do mundo em desenvolvimento como do desenvolvido. Mas há provas avassaladoras de que ela não tem estado à altura desse potencial. Este livro mostrará que o problema não está na globalização em si, mas no modo como ela foi gerida. (...) As regras do jogo foram, em larga medida, estabelecidas pelos países industriais avançados – e, em particular, pelos interesses especiais dentro desses países – e eles moldaram a globalização para promover seus interesses próprios, o que não surpreende. Eles não procuraram criar um conjunto justo de regras, muito menos um conjunto de regras que promovesse o bem-estar dos habitantes dos países mais pobres do mundo (STIGLITZ, 2007a, p. 62-63).

Os limites das críticas de Stiglitz à globalização e ao Consenso de Washington ficam evidentes por meio da defesa que o autor faz da austeridade fiscal, das privatizações e da liberalização do comércio, pilares das políticas do FMI e do Banco Mundial. Tudo dependeria do sequenciamento e do ritmo em que tais políticas fossem implementadas. Respeitando-se prazos e sequência dos acontecimentos e as condições das indústrias locais, no caso das aberturas comerciais, tais políticas poderiam trazer benefícios para os países pobres. No caso das privatizações, defende-se que o mercado, via de regra, administraria melhor as empresas do que o setor público, mas se deveria respeitar a sequência lógica da criação de agências reguladoras, criação de redes de segurança social e de novos empregos para evitar, respectivamente, a formação de monopólios privados, o aumento de preços dos bens e serviços fornecidos pelas empresas privatizadas, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais e o desemprego dos trabalhadores demitidos, resultados indesejáveis da privatização (STIGLITZ, 2002, p. 85-86).

Pode-se afirmar, diante das convicções do autor, que o cerne da questão não está nas propostas do Consenso de Washington, mas no sequenciamento e ritmo das políticas neoliberais (STIGLITZ, 2002, p. 107-113); caso estes fossem respeitados, os países pobres poderiam colher os doces frutos da globalização, ao invés dos seus atuais índices de miséria, pobreza e desigualdades sociais. Além disso, Stiglitz (2002, p. 111-

113) acredita que transformações sistêmicas e radicais – exemplificadas pelo autor como a abolição de taxas escolares em Uganda – podem e devem ser gerenciadas sem maiores sobressaltos e tensões, evitando-se convulsões sociais que colocariam em risco a economia de mercado como um todo.

As críticas de Stiglitz à forma como a qual globalização vem sendo gerenciada ganham tangibilidade e aumentam o tom quando se dirigem às instituições financeiras internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional; a atuação do Banco Mundial também é alvo de questionamentos mas em uma escala menor; e, no balanço geral, o Banco é visto como um “intermediário honesto” e uma instituição-chave no combate à pobreza mundial¹³⁴. Neste sentido, a sua principal crítica dirige-se às “terapias de choque” que o FMI ainda se utiliza para orientar suas políticas de estabilização macroeconômicas, ancoradas nos modelos neoclássicos de concorrência e informações perfeitas.

Em períodos de crise, os países dependentes costumam recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional para quitar suas obrigações internacionais ou para equilibrar suas contas externas. Como qualquer prestamista, o Fundo exige garantias para os recursos emprestados retornarem aos seus cofres com os devidos juros. Para isto, estabelece um contrato com uma série de condicionalidades para a concessão do empréstimo. Dentre estas condicionalidades, incluem-se as principais medidas do Consenso de Washington, como superávit primário, privatização, liberalização comercial e financeira, garantia dos direitos de propriedade etc, com o objetivo de forçar os países a aderirem à economia de mercado.

Embora Stiglitz não seja radicalmente contrário a tais medidas, ele vê um excesso de condicionalidades para a concessão dos empréstimos justamente em momentos que os países estão precisando de recursos. As condicionalidades dos empréstimos do FMI (e também do Banco Mundial) não respeitam a especificidade econômica da nação, tornando-se um receituário universal aplicado indiscriminadamente que, em muitos casos, leva a economia socorrida à bancarrota social. “Tudo isto ressalta as falhas fundamentais do ‘modelo de negócios’ do FMI, que precisa de crises e de empréstimos em crises para financiar suas operações – um

¹³⁴ “A pobreza mundial é um dos problemas mais urgentes do mundo de hoje, e o Banco Mundial é a instituição global mais importante na luta contra a miséria. Embora o que ele faz seja pequeno em relação ao tamanho dos desafios, suas ações fizeram e continuam a fazer uma grande diferença para centenas de milhares de pessoas do Terceiro Mundo” (STIGLITZ, 2007a, p. 33).

conjunto perverso de incentivos, no qual se beneficia do aumento da instabilidade” (STIGLITZ, 2007a, p. 25).

Além disto, o economista estadunidense é enfático ao afirmar que o processo de debate interno e de eleição dos dirigentes do FMI e do Banco Mundial é antidemocrático. Na prática, o governo dos Estados Unidos, com a cumplicidade dos outros países da tríade capitalista, comanda os processos de decisão e votação das instituições financeiras internacionais como se estas fossem um apêndice dos seus órgãos internos, atendendo os interesses estatais e corporativos das grandes multinacionais dos países do Norte. Segundo Stiglitz (2007a, p. 73-74),

No Fundo Monetário Internacional, a instituição encarregada de supervisionar o sistema financeiro global, um único país – os Estados Unidos – possui poder de veto efetivo. Não se trata de um homem, um voto, ou um país, um voto: os dólares votam. Os países com as economias maiores têm mais votos – e nem são os dólares de hoje que contam. Os votos são determinados, em larga medida, com base no poder econômico da época em que o FMI foi criado, há sessenta anos (com alguns ajustes desde então).

Tradicionalmente, os Estados Unidos indicam o presidente do Banco Mundial e a Europa o presidente do FMI. Não há qualquer discussão em torno dos ocupantes das principais cadeiras das instituições multilaterais, nem mesmo qualquer tipo de meritocracia pela qual um dirigente técnico deveria ser escolhido em nome da governança global (STIGLITZ, 2007a, p. 31).

Na sua opinião, uma das principais falhas da globalização derivaria da ideologização da tomada de decisões dos organismos multilaterais de investimento. Afastados de uma análise neutra e científica da realidade mundial, os funcionários do FMI e do Banco Mundial se deixariam guiar pela política e pela ideologia das classes dominantes, e não pela razão, desvirtuando-se dos seus objetivos principais, especialmente o de redução da pobreza nos países periféricos, com o qual Stiglitz diz-se comprometido e empenhado quase como uma missão de vida. A configuração da burocracia interna dos organismos internacionais de Bretton Woods abriria um canal livre para atuação de poderosos banqueiros e industriais, ministros da economia e presidentes dos bancos centrais dos países do G7, mas fechado para a atuação política da “sociedade civil internacional”. Conforme diz Stiglitz (2002, p. 49, grifos do autor)

(...) temos um sistema que poderia ser chamado de *governança global sem governo global*, no qual algumas poucas instituições – o

Banco Mundial, o FMI, a OMC – e alguns participantes – os ministérios da fazenda e do comércio, intimamente ligados a determinados interesses financeiros e comerciais – dominam a cena, mas no qual muitos dos afetados pelas decisões tomadas são abandonados praticamente sem voz.

Stiglitz questiona o excesso de condicionalidades para a concessão de empréstimos às nações pobres, que são efetivados somente após assinatura de carta de intenção do país requerente, o sequenciamento errado da implementação das reformas pactuadas nos acordos assinados com o FMI e o Banco Mundial e a falta de transparência nas ações e na eleição dos presidentes das irmãs-gêmeas de Bretton Woods. Para superar este estado de coisas e da arte a partir da crítica acrítica do social-liberalismo, Stiglitz coloca em debate uma nova agenda do desenvolvimento, com o objetivo de dar uma face mais humana e justa à globalização capitalista (STIGLITZ, 2002, p.18).

A nova agenda para o desenvolvimento e a humanização da globalização

A participação do economista no Banco Mundial na política mundial coincidiu com a onda de protestos contra a globalização neoliberal: Stiglitz viu de perto e sentiu o furor das ruas nas manifestações de Seattle, Genova, Veneza, Praga e as repercussões mundiais do Fórum Social de Porto Alegre (STIGLITZ, 2002, p. 29-30, 35-36 e 47). As suas reflexões sofreram a influência dos protestos anti-globalização, sem que ele se tornasse, de forma alguma, um porta-voz das classes subalternas: a sua teoria é expressão da preocupação das classes proprietárias diante da mobilização popular desde meados dos anos 1990.

Mudanças estavam em curso: o tom das críticas à globalização aumentou diante da presença das vozes do Terceiro Mundo e das tensões sociais derivadas dos efeitos das medidas do Consenso de Washington. Na época, começou a se falar em um “outro mundo é possível”. Tais palavras ecoaram nos principais centros decisórios dos países ricos, que se apressaram a revisar, dentro de limites muito estreitos, o receituário-ideal do neoliberalismo. Este fato é indisfarçável na produção mais recente de Joseph Stiglitz (2007a, p. 79).

Nos primeiros anos do milênio, a confiança no Consenso de Washington já estava desgastada e surgia um pós-Consenso de Washington. O Consenso, por exemplo, havia dado pouquíssima

atenção às questões de equidade, emprego e competição, ao gradualismo e ao sequenciamento das reformas, ou ao modo como deveriam ser conduzidas as privatizações.

Gestou-se um novo consenso a partir das críticas as formas superadas de gestão da globalização. O novo período se abriria com a perspectiva de implementação de reformas inéditas, corrigindo antigos problemas. Os modelos de desenvolvimento do século passado deveriam ser substituídos por um enfoque ampliado¹³⁵. O autor chega a citar o rei do Butão e o seu conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) como exemplo de uma ideia que busca incorporar elementos extra-econômicos (saúde, educação, meio-ambiente, equidade etc.) no debate sobre desenvolvimento (STIGLITZ, 2007a, p. 117). Na ONU, o enfoque ampliado do desenvolvimento ganhou uma fórmula científica com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que virou referência mundial¹³⁶.

Dentro da ideologia hegemônica do século XXI, Stiglitz sustenta uma nova agenda do desenvolvimento, levando em consideração o crescimento das taxas do Produto Interno Bruto dos países e questões qualitativas como democracia (representativa e participativa), desenvolvimento sustentável, igualdade e enfrentamento da pobreza, fatos negligenciados pelas antigas receitas do neoliberalismo.

O eixo central da nova agenda do desenvolvimento é a manutenção de um equilíbrio entre governo e mercado nas ações políticas e econômicas. Em todos os seus livros e artigos, Stiglitz insiste neste ponto. O mercado, deixado ao sabor das intenções individuais virtualmente coordenadas por uma mão invisível, não seria capaz de resolver problemas como a poluição ambiental, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais. Estas são chamadas de externalidades pelos economistas neoclássicos. O governo deveria atuar firmemente nas externalidades geradas pelas falhas de mercado, reconhecendo, todavia, o papel central do mercado e os limites da

¹³⁵ Apresentado como se fosse uma grande novidade, a ampliação do enfoque do desenvolvimento já havia sido discutido há quarenta anos: na década de 1970, o pensamento crítico latino-americano – Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, bem como a própria CEPAL – elaborou o enfoque integrado do desenvolvimento, levando em conta temas como a justiça social, educação, saúde etc. (CASTELO, 2010, p. 206).

¹³⁶ “Diante da distinção (...) entre crescimento econômico capitalista e a satisfação de necessidades sociais, a ONU passou a adotar o IDH com o objetivo principal de oferecer uma alternativa ao Produto Nacional Bruto (PNB), o qual se detinha exclusivamente na produtividade econômica, como forma de averiguar o desenvolvimento. O IDH, pelo contrário, oferecia instrumentos estatísticos que permitiram às organizações multilaterais e governos acessarem um quadro rico e geral sobre a satisfação das necessidades sociais das populações dos diversos países. Daí o IDH passou a adotar uma medida estatística que abrange três parâmetros diversos: além da renda per capita, que não poderia deixar de ser incluída, agrega também em seu cálculo, a expectativa de vida e o nível de educação atingido em cada país” (MARANHÃO, 2010, p. 81).

sua atuação. Em primeira instância, o governo deveria preservar as instituições e convenções básicas de uma economia mercantil, como a propriedade privada e a concorrência, criando um clima de negócios propício à acumulação capitalista.

Stiglitz (2002, p. 15) entende que haveria uma complementariedade entre governos e mercados, “ambos atuando em parceria, e que reconhecessem que, embora os mercados estivessem no centro da economia, havia um papel essencial, ainda que limitado, a ser desempenhado pelo governo”. Neste novo papel, caberia ao Estado fornecer bens públicos essenciais, como a educação, a infra-estrutura, tecnologia e equidade, bem como promover políticas econômicas de pleno emprego. Além disso, uma das suas atribuições seria a regulamentação dos mercados privados, em especial os setores econômicos que passaram por processos de privatização.

A articulação a ser criada entre governos e mercados deveria incluir a participação de indivíduos e comunidade para as ações coletivas ganharem cada vez maior legitimidade. Além disso, Stiglitz reconhece a existência de falhas de governo, que deveriam ser, por sua vez, fiscalizadas por cidadãos engajados na política. Daí o autor falar em mecanismos de democracia representativa e, também, participativa, algo parecido com o que Anthony Giddens e Alan Touraine dizem a respeito do capital social, da democratização da democracia e dos novos movimentos sociais.

III.3.4. John Williamson, Dani Rodrik e o pós-Consenso de Washington

A história do Consenso de Washington remete a 1986, ano de publicação do trabalho *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*. Nesta obra, o economista estadunidense John Williamson e o ex-ministro das finanças do Peru Pedro-Pablo Kuczynski, acompanhados de outros autores, defenderam uma agenda de reformas econômicas para a solução da crise da dívida latino-americana. A grande maioria das propostas do que faria parte do Consenso anos depois já estava presente no livro publicado em 1986, mas a aceitação da agenda de reformas não foi boa. Somente com o Plano Brady de renegociação das dívidas que as reformas propostas começaram a ser implementadas na região (WILLIAMSON, 2004c, p. 284).

No final da década de 1980, o Institute for International Economics (IIE) promoveu em Washington um encontro com a cúpula das classes dominantes internacionais. Representantes do governo estadunidense, tecnocratas das instituições

financeiras internacionais, membros de *think-tanks* e economistas de formação neoclássica reuniram-se para discutir medidas necessárias a adequação da agenda política dos países latino-americanos à era neoliberal. O discurso oficial, todavia, versava sobre as reformas necessárias ao crescimento de áreas periféricas do capitalismo, então envoltas em crises estruturais, como a América Latina e, mais tarde, o Leste Europeu.

Segundo John Williamson, o encontro teria como objetivo esclarecer os pontos defendidos na publicação de 1986 e que passaram a fazer parte do cotidiano da política latino-americana. Para fins didáticos, ele elaborou, sob uma forma de lista, os principais pontos das reformas. E, para fins de propaganda, a lista ganhou o nome de Consenso de Washington. Na publicação *The Progress of Policy Reform in Latin America* (1990), John Williamson fez uma lista de 10 medidas necessárias para supostamente livrar a América Latina dos efeitos macroeconômicos da crise da dívida, como a estagflação. Os pontos eram os seguintes:

1. Disciplina fiscal;
2. Prioridades do gasto público em educação e saúde primárias;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização financeira e taxas de juros;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização comercial internacional;
7. Atração de investimento externo direto;
8. Desregulamentação/desburocratização e mercados competitivos;
9. Privatização;
10. Garantia de direitos de propriedade, em especial dos setores informais.

Aparentemente, Williamson (1993) colocou-se como um intérprete neutro do seu tempo histórico, sem posicionamento ideológico ou político, embora reconhecesse que a sua teoria positiva tivesse impactos diretos na realidade de muitos países. Na sua avaliação, os 10 pontos não teriam o intento de ser um consenso capaz de por um ponto final na política, mas tão somente de expressar, com autonomia intelectual absoluta, uma “convergência internacional” dentro do *mainstream* econômico e dos altos círculos da política internacional a respeito das reformas necessárias ao desenvolvimento da América Latina. O autor, inclusive, expressou certa surpresa (ou seria cinismo?) em torno da polêmica gerada com o *Consenso*, desqualificando as fortes críticas vindas da esquerda como “ideológicas”. Ou seja, a sua produção intelectual não seria ideológica,

mas neutra e científica, enquanto seus opositores seriam comprometidos com os mais diversos interesses políticos e culturais, e por isso não teriam legitimidade. E, como todos os intelectuais do social-liberalismo, o economista do *Consenso* descarta abertamente o rótulo de neoliberal ou de neoconservador, preferindo intitular-se como um “ecclético moderado” que se colocou a missão de “sumariar o núcleo comum da sabedoria abarcada por todos os economistas sérios” (WILLIAMSON, 1993, p. 1334). Aliás, esta opinião é compartilhada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, o verdadeiro autor da frase em um encontro acadêmico internacional no qual Williamson esteve presente.

Segundo declaração do criador do Consenso, a lista original de prescrição para o ajuste estrutural da América Latina teria deixado de lado alguns temas polêmicos, como inflação, controle de capital, fim da indexação, política industrial, preservação ambiental, etc. Ela também conteria outros pontos, muito mais próximos de normas valorativas de ação dos governos, com ênfase maior nos debates sobre equidade. Neste sentido, ele gostaria de ter se colocado na contramão da hegemonia que reinava nos anos 1980 em Washington, cidade na qual se desconsiderava altivamente qualquer polêmica em torno da equidade, mas acabou se curvando diante do clima intelectual da capital dos Estados Unidos, deixando as questões distributivas em segundo plano no receituário do Consenso de Washington em detrimento das questões de eficiência (WILLIAMSON, 1993, p. 1329). Ou seja, a prioridade das políticas econômicas do receituário-ideal do neoliberalismo era a busca de ótimos de eficiência alcançados diante da plena liberdade de operação dos mercados financeiros, bancários, comerciais e industriais; a redução das desigualdades ficaria para um segundo momento.

Segundo Williamson (1993), a formação de consensos não deveria sufocar completamente a dissidência. Em uma típica chave liberal de defesa da tolerância, ele advoga o direito de existência de minorias políticas que baseiem as suas ações em ideologias econômicas consideradas ultrapassadas, como o socialismo e o populismo macroeconômico (que giraria em torno das ideias keynesianas e desenvolvimentistas). Os recentes fracassos das experiências social-democratas na Europa, do desenvolvimentismo na América Latina e do socialismo ao redor do mundo, contudo, seriam a prova cabal da superioridade das políticas econômicas liberais, que deveriam ser adotadas por governos racionais e com bom senso, interessados em resolver seus problemas sociais e políticos. Fora da prescrição do Consenso de Washington, restaria o *nonsense* econômico e os erros políticos que desviariam os países da rota de crescimento, desenvolvimento e estabilidade.

Ao longo das décadas dos anos 1980 e 1990, os países da América Latina – com a honrosa exceção de Cuba – implementaram, sob o domínio imperialista das agências multilaterais de desenvolvimento, dos governos dos países centrais e da alta finança internacional, o receituário contido nos 10 pontos do Consenso de Washington, e os resultados, como vimos na seção anterior da tese, foram desastrosos do ponto de vista da “questão social” e dos interesses das classes subalternas. Segundo José Luís Fiori (2002, p. 86-87),

A crise argentina de 1990 foi o primeiro anúncio da fragilidade do modelo. Logo depois vieram a crise mexicana de 1994 e a crise brasileira de 1998, que obrigou os EUA a mobilizarem um empréstimo internacional de 48 bilhões de dólares para salvar o Brasil da insolvência, no momento em que ruía o Plano Real. Mas foi sobretudo o retumbante fracasso do mesmo modelo, responsável pela destruição econômica e social da Rússia, que acabou desacreditando o Consenso de Washington e obrigando o seu *establishment* a repensar sua estratégia. Começava a nascer o que veio a ser chamado de “Pós-Consenso de Washington”.

A partir da segunda metade da década de 1990, o Consenso de Washington foi alvo de intensas críticas que partiram de diferentes correntes políticas e ideológicas, até mesmo de dentro do *mainstream*. O seu próprio formulador também fez coro e se juntou, de uma forma muito peculiar, aos críticos do receituário do Consenso.

A partir de 1999, em uma conferência na Universidade de Princeton, e em encontros patrocinados pelo Institute for International Economics em 2000 e 2002, um grupo de economistas, capitaneado por John Williamson e Pedro-Pablo Kuczynski, organizou uma publicação coletiva para discutir soluções concretas para a retomada do crescimento da América Latina. O objetivo foi revisar as teses originais do Consenso, buscando superar o que eles consideravam um debate com alto teor ideológico acerca das reformas neoliberais de primeira geração, tornando-o científico e propositivo. No prefácio do livro organizado por Williamson e Kuczynski, C. Fred Bergstein (2004, p. VII), diretor do IIE, deu o seguinte testemunho:

Deliberadamente, demos a ele [o livro] o título de *Depois do Consenso de Washington* para enfatizar nossa convicção de que é mais do que tempo de o mundo deslocar-se de debates ideológicos tendenciosos, nos quais o Consenso de Washington é caricaturado como um manifesto neoliberal, para uma discussão séria sobre a nova onda de reformas de que a região [América Latina] necessita para

reiniciar o crescimento e torná-lo mais equitativo do que foi no passado.

O diagnóstico geral foi que as principais medidas preconizadas pelo *Consenso* não teriam sido capazes de cumprir aquilo que haviam prometido, em especial a retomada do desenvolvimento econômico que a América Latina experimentou nos anos áureos do modelo de substituição de importações (1950-1970). Os resultados da aplicação dos seus dez pontos foram, de acordo com diversas análises, um fracasso, pois se verificou baixas taxas de investimento e crescimento econômico, a recorrência de crises financeiras externas e a persistência e o aumento das desigualdades sociais na região na década de 1990.

Williamson, eventualmente, concorda com alguns pontos das críticas dirigidas ao *Consenso*, em particular aquelas que não atingem o núcleo duro do projeto político de reformas-restauradoras, a saber, a ideia de que o livre-mercado, a despeito de todas as suas falhas e lacunas, seria a melhor forma de organização econômica e social já inventada pela humanidade, superior aos intervencionismos populistas e socialistas. Como fica claro, a sua autocrítica objetiva a relativização das divergências políticas e ideológicas ao *Consenso*. Williamson destaca que as políticas neoliberais teriam sido aplicadas parcialmente pelos governos latino-americanos, se restringido aos pontos da reforma microeconômica, como as privatizações. As reformas da política macroeconômica, como a disciplina fiscal, não foram integralmente implementadas e não alcançaram seus objetivos máximos. O problema, portanto, não estaria necessariamente na formulação ideológica do programa, mas na capacidade dos governos locais em tornar efetivos os dez pontos do receituário neoliberal. Ou seja, Williamson defende que o receituário-ideal do neoliberalismo não foi aplicado na sua inteireza, ignorando-se as resistências populares e os condicionantes internos de cada país. As hipóteses de trabalho sustentadas por Williamson (e todos os co-autores do *Pós-Consenso*) para explicar o balanço negativo da economia na América Latina nos anos 1990 são que as reformas não foram profundas o bastante, que os resultados apareceriam no médio prazo e que os choques exógenos não podiam ser previstos e que eles atrapalharam a condução das reformas. A hipótese que sustenta o equívoco das reformas é descartada (WILLIAMSON, 2004b, p. 269-270).

Além disso, os resultados do impacto na América Latina teriam sido heterogêneos, variando de país para país. O Chile, por exemplo, é citado como um

modelo de sucesso regional do *Consenso*, pois exibiu altas taxas de crescimento econômico após seguir o receituário defendido por Washington e os organismos multilaterais de desenvolvimento. Já a Argentina, embora tenha criado o *currency board*, medida que não figurava em nenhum ponto do *Consenso*, e tida por Williamson (2004a, p. 3-4) com um dos erros da política macroeconômica do país, é apontada como um exemplo de fracasso. Tal fracasso teria ficado evidente após o *corralito* de 2001, no qual a economia nacional quebrou e mais de 50% da população passou a viver abaixo da linha da pobreza. Assim, as evidências falaram mais alto do que a retórica neoliberal, e os adeptos da liberalização do mercado foram obrigados a justificar a tragédia social do país que já exibiu, no século XX, índices sociais comparáveis aos países europeus.

Diante dos resultados negativos da primeira geração das reformas, propõe-se uma segunda geração do programa de ajustes estruturais para a América Latina. A segunda geração das reformas neoliberais – algo muito próximo do programa cepalino de “reforma das reformas” – advoga a operacionalização de uma série de medidas que incluem desde o aperfeiçoamento do projeto inicial¹³⁷ até à incorporação de novos temas ao Consenso, passando pela aplicação efetiva de pontos anteriormente ignorados pelos governos das Américas. Em linhas gerais, argumenta-se a favor do combate às desigualdades por meio da capacitação dos pobres via educação para a livre concorrência no mercado de trabalho e geração de oportunidades, a reforma agrária conduzida pelo mercado, o acesso ao microcrédito e o reconhecimento do direito de propriedade no setor informal, tal qual fala Hernando de Soto. Também se defende a modernização do Estado com reformas nos serviços públicos e Judiciário, o desenvolvimento do mercado de capitais com destaque para a criação de fundos de pensão privados, política econômica com metas de inflação e taxa de câmbio flutuantes, investimentos estatais na economia do conhecimento com prioridade para os níveis básicos de educação, flexibilização do mercado de trabalho com a cooptação dos sindicatos e reforma política (WILLIAMSON, 2004b, p. 271-278).

A lista do Pós-Consenso de Washington elencada por Williamson (2004b, p. 282) diz respeito à “imunização às crises”, a “conclusão das reformas de primeira

¹³⁷ Williamson (2004a) afirma que as privatizações deveriam passar por processos de licitação mais transparentes, evitando a corrupção das primeiras rodadas de venda do patrimônio público ao mercado, e que marcos regulatórios nos setores desestatizados deveriam ser condições necessárias para o início das privatizações. Outro item que deveria ser aprimorado seria o relacionado à liberalização dos mercados financeiros; antes que esta ocorra, o Estado deveria moldar mecanismos confiáveis de supervisão das operações financeiras, além de criar leis e regulamentos para dar mais transparência a esses mercados.

geração”, “reformas (institucionais) agressivas de segunda geração” e “distribuição de renda e a agenda social”. Em linhas gerais, portanto, o Pós-Consenso não nega a paternidade do Consenso, mas diz somente que o programa necessitaria de ajustes para avançar a sua ofensiva neoliberal, que ainda não teria cumprido as suas reais finalidades, mascaradas sob a insígnia do crescimento com equidade.

Em 2002, Dani Rodrik, professor de Harvard, que vem se destacando por seus estudos sobre as variedades do capitalismo, publicou notas críticas acríicas ao Consenso de Washington. Segundo sua avaliação, “após mais de duas décadas de aplicação de uma política econômica neoliberal no mundo em desenvolvimento, estamos em condições de formar um juízo inequívoco sobre seu histórico. O quadro não é bonito” (RODRIK, 2002, p. 277).

O neoliberalismo econômico teria sido um estrondoso fracasso na maior parte do mundo, pois se evidenciou o aumento das desigualdades sócio-econômicas entre indivíduos e países e da insegurança econômica, a deflagração de crises financeiras (México, Leste Asiático, Brasil, Rússia, Argentina e Turquia) e as baixas taxas de crescimento econômico. As exceções a este quadro social e econômico regressivo poderiam ser encontradas em países que não seguiram o receituário neoliberal, como China, Índia e Vietnã, mas que, mesmo assim, teriam assumido posições pró-mercado (RODRIK, 2002, p. 278).

A razão do fracasso do Consenso teria sido a ampliação e aplicação indiscriminadas de medidas políticas para regiões e países do mundo inteiro, com culturas e instituições muito diversas entre si. “O fracasso do consenso original deveu-se a uma aplicação inadequada de um conjunto de princípios que seria essencialmente sensato” (RODRIK, 2002, p. 278).

Suas críticas não param por aí. Elas se estendem também ao Consenso Ampliado de Washington, que teria sido proposto por um conjunto de autores, dentre eles John Williamson, após o reconhecimento quase unânime do fracasso do Consenso original. Nesta segunda fase do Consenso, defende-se uma ampliação das reformas institucionais e uma maior preocupação com a agenda social. Rodrik (2002, p. 292) enumera dez novos pontos do Consenso:

1. Governança corporativa
2. Combate à corrupção
3. Mercados de trabalhos flexíveis
4. Acordos com a OMC

5. Códigos e padrões financeiros
6. Abertura 'prudente' da conta de capitais
7. Regimes de taxas cambiais sem intermediação
8. Bancos centrais independentes/controle da inflação
9. Redes de segurança sociais
10. Meta de redução da pobreza

Rodrik também tem uma visão crítica do Consenso Ampliado, pois suas prescrições continuariam excessivamente gerais, insensíveis aos contextos nacionais e necessidades locais (RODRIK, 2002, p. 278). A crítica as duas versões do Consenso de Washington – original e ampliado – concentram-se, fundamentalmente, na sua aplicabilidade universal sem maiores mediações dos contextos espaço-temporais. Não deveria haver um modelo rígido e completo de medidas políticas para o desenvolvimento. Um projeto bem-sucedido de desenvolvimento econômico deveria levar em conta a história de cada país, respeitando-se suas tradições, costumes e, principalmente, suas instituições. Como declara o economista de Harvard,

Para os críticos do Consenso de Washington, o desafio é este: eles precisam oferecer um conjunto alternativo de diretrizes políticas para promover o desenvolvimento, sem cair na armadilha de terem que propor mais uma receita inviável, que supostamente seria boa para todos os países, em todas as épocas (RODRIK, 2002, p. 278).

Apesar das críticas a alguns pressupostos e aos resultados sócio-econômicos do Consenso de Washington, os trabalhos de Rodrik são orientados pelos princípios econômicos dominantes. De acordo com o autor, o pensamento econômico do *mainstream* não deveria ser confundido com o próprio neoliberalismo. A sua operação ideológica direciona-se, desta forma, na tentativa de salvar o bebê e jogar fora a água suja da banheira. Nas suas palavras,

Os críticos do neoliberalismo não devem opor-se aos princípios econômicos dominantes – apenas à sua má utilização. A análise econômica expõe muitos princípios sólidos e que são universais, no sentido de que qualquer programa de desenvolvimento sensato tem que levá-los em conta (RODRIK, 2002, p. 279).

E quais seriam tais princípios sólidos e universais? O que praticamente todo economista de matriz liberal defende, mesmo aqueles críticos do receituário-ideal do neoliberalismo: (1) a defesa da propriedade privada e a vigência da lei; (2) importância dos incentivos privados ao investimento, alinhados ao custo-benefício social; (3)

administração conservadora da política macroeconômica, comprometida com a sustentabilidade da dívida pública e a estabilidade monetária.

Por último, assim como há tempos fala Stiglitz, Rodrik assinala que não se deveria combater a globalização por si só, pois este processo mundial proporcionaria aos países pobres acesso aos mercados e às tecnologias, o que lhes permitiria, pelo menos em tese, superar suas más condições sociais e econômicas. Neste caso, ele se posiciona contrariamente a “versão 'pesada' da globalização”, na qual organismos multilaterais de desenvolvimento sufocam os países pobres com uma série de recomendações de liberalização e desregulamentação de mercados. Cada país deveria, a partir das suas próprias experiências, seguir aqueles princípios econômicos sólidos e universais dos neoclássicos, pois só assim o desenvolvimento se tornaria uma realidade concreta para eles.

Rodrik defende que os Estados nacionais dos países pobres deveriam adotar medidas de estímulo ao pleno desenvolvimento dos mercados. Mas, como afirma o autor, os mercados não são “autocriadores, auto-reguladores, auto-estabilizadores nem autolegitimadores” (RODRIK, 2002, p. 286). O processo de desenvolvimento nacional requeriria um determinado padrão de intervenção estatal na economia e nos mercados. Primeiramente, um conjunto de instituições deveria ser erigido para estimular as inversões do empresariado nacional privado, tais como instituições criadoras, reguladoras, estimuladoras e legitimadoras de mercado. À criação de todas estas instituições, agregaria-se uma política industrial de incentivos ao empreendedorismo privado, estimulando e ampliando os negócios mais rentáveis e modernos e punindo os fracassados. Com uma mão, o Estado daria a recompensa; com a outra, o castigo (RODRIK, 2002, p. 284).

O fundamento da abordagem de Rodrik baseia-se na imaginação institucional e da política participativa da sociedade civil e do Estado que cada país seria capaz de desenvolver dentro do seu próprio território, conectando-o de forma “leve” aos circuitos de integração mundial da globalização e permanecendo sempre atentos aos princípios do *mainstream* econômico considerados sólidos e universais pelo autor, que seriam aplicados por programas experimentais e sensatos de desenvolvimento econômico nacional.

III.3.5. Pierre Rosanvallon e a “nova questão social”

O debate sobre a “nova questão social” emergiu no final dos anos 1970 e início dos 1980 com as profundas modificações operadas no mundo do trabalho e o desmonte parcial das redes de proteção social do Estado do bem-estar após a ofensiva neoliberal. Segundo seus defensores, estas mudanças alcançariam múltiplas esferas do sistema capitalista (economia, política, cultura, valores etc.) a tal ponto que teria havido uma ruptura com a sociedade industrial e com a antiga questão social, fundada nas relações de assalariamento e de exploração da força de trabalho e da existência de uma classe trabalhadora operária combativa. Fala-se no fim da exploração, das classes sociais e suas lutas políticas.

A mudança do paradigma produtivo da base fordista para a toyotista provocou um aumento nos investimentos em novas tecnologias, intensivamente poupadoras de força de trabalho. A consequência mais imediata deu-se na situação do emprego, que passou da fase da plena utilização dos fatores de produção nos Trinta Anos Gloriosos para o desemprego estrutural na era neoliberal. Com o desemprego em alta, atingindo particularmente os jovens e as faixas etárias mais altas, teria surgido uma nova expressão da “questão social” – a exclusão social –, um dos símbolos mais expressivos da globalização. Em paralelo ao desemprego em massa, constatou-se uma precarização das relações de trabalho, com a instituição de contratos de trabalho por tempo determinado, tempo parcial, a subcontratação, a flexibilização das legislações trabalhistas etc. Desta forma, os vínculos de coesão social proporcionados pelo trabalho e o sentimento de pertencimento que um indivíduo teria com a sua sociedade, teriam ficado fragilizados, aumentando a vulnerabilidade e o processo de desfiliação:

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2000, p. 239-240).

Castel não tem uma visão idealizada da sociedade salarial, embora construa, em última instância, uma teorização positiva da mesma, afirmando não existir alternativas reais que a superem¹³⁸. Ao longo de diversas páginas de *As metaformoses da questão*

¹³⁸ “(...) a margem de manobra é estreita, porque (o desastre dos países do ‘socialismo real’ o demonstra)

social, ele procura problematizar algumas das contradições do capitalismo, demonstrando algum espírito crítico frente ao seu objeto. Aponta como exemplos a reprodução das desigualdades, a exploração da força de trabalho e o controle social de populações “marginais”, como pobres, presos, pessoas com distúrbios mentais etc. Enquanto a ideologia dominante reitera continuamente a imagem da empresa moderna, dinâmica e inovadora “como fonte da riqueza nacional, escola de sucesso, modelo de eficácia e de competitividade”, Castel apresenta um outro lado, obliterado por aquele discurso: o lado da empresa como “máquina de ‘vulnerabilizar’ e ‘de excluir’” (CASTEL, 2003, p. 519). Ou seja, relaciona-se, em certo grau, as expressões da “questão social” com a sociedade mercantil, as empresas e sua lógica econômica de acumulação ilimitada.

E não caberia lamentar por este fato, nem apelar para a boa vontade do espírito cristão dos empreendedores, unicamente preocupados com os seus interesses pessoais. “Aliás”, afirma Castel (2003, p. 522), “toda a história das relações de trabalho mostra que, ademais, não se poderia pedir aos empregadores para ‘fazer social’ (quando o fizeram, como no caso da filantropia patronal no século XIX, foi no sentido exato e limitado da defesa dos interesses da empresa, é claro)”. Cabe aos seres humanos lutarem pela (re)construção do “social”, entendido como o Estado e suas redes profissionais, técnicas e especializadas de atendimento assistencial, supostamente a única maneira de se domesticar o mercado e humanizar o capital (CASTEL, 2003, p. 563).

O advento da estratégia neoliberal de retomada da supremacia burguesa, definida por Castel como uma “ofensiva patronal ao mundo do trabalho”, estabeleceu a hegemonia do mercado livre e auto-regulado, com sua lógica da competitividade, da rentabilidade máxima a todo custo (mesmo o social) e do individualismo negativo ao invés dos valores da solidariedade. O neoliberalismo buscou criar uma autonomia da economia frente ao social, ou do mercado frente o Estado. Os péssimos resultados sociais da primazia do mercado foram logo sentidos, pois, como diz Castel (2003, p. 523), “a problemática da coesão social não é a do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade”.

No plano da política, o fato mais marcante teria sido a crise do Estado do bem-estar. Segundo os teóricos da “nova questão social”, o *Welfare* seria uma forma de

uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física não pode ignorar a lei da gravitação universal. Mas se é suicida ser ‘contra’ o mercado, daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele” (CASTEL, 2003, p. 523).

sociabilidade secundária para dar conta dos efeitos deletérios causados pela lógica empresarial e capitalista da acumulação que conduziria grandes frações dos trabalhadores às zonas de vulnerabilidade e de desfiliação. O Estado do bem-estar no pós-guerra teria exercido uma função primordial para manter a coesão social e promover, a partir dos direitos de cidadania, a dignificação da condição degradada que os trabalhadores assalariados viviam desde a dissolução da antiga ordem feudal e suas redes de sociabilidade primária (família, vizinhança e comunidade territorial). Como escreve Robert Castel (2003, p. 498),

sem dúvida, todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a “fazer social” para mitigar algumas disfunções gritantes, assegurar um mínimo de coesão entre os grupos sociais etc. Mas é através do ideal social-democrata que o Estado social surge como o princípio de governo da sociedade, a força motriz que deve assumir a responsabilidade pela melhoria progressiva da condição de todos.

Quando a lógica do mercado novamente passou a prevalecer frente a lógica do social a partir do final dos anos 1970, gerou-se a crise do *Welfare State*, que deixou de prestar seus serviços de seguridade de forma universalista, pública, gratuita e como garantidora de direitos sociais reconhecidos pelas leis nacionais e passou a gerir um programa minimalista de intervenção nas novas expressões da questão social, com políticas de inserção contra a exclusão baseadas em uma dimensão focalizada e parcial, revitalizando-se a discriminação positiva e o assistencialismo.

Com efeito, ele é bastante cético em relação a essas formas pontuais de atuação na “questão social”, colocando-se criticamente contra as políticas do Terceiro Setor, da cidadania empresarial, da filantropia, da caridade e da economia solidária. O sociólogo francês não compartilha das teses do enfrentamento singular das manifestações da “questão social”. Ele defende, na verdade, um ataque mais direto ao núcleo da “questão social”, identificado nas temáticas do trabalho e da identidade social.

A perspectiva teórica de Castel em relação à “questão social” e suas propostas de intervenção política o aproximam do ideário clássico da social-democracia; por isso, no meu entender, este autor encontra-se relativamente afastado das teses do social-liberalismo. Um autor da “nova questão social”, muito mais afeito ao atual sistema ideológico burguês de intervenção na “questão social”, é Pierre Rosanvallon. Entre ele e Castel, existem pontos de contato. Ambos estudam a “questão social” sob o enfoque da sociologia positivista de Émile Durkheim, que via a sociedade como um organismo

natural sujeito a mazelas, encaradas como doenças típicas de um corpo biológico, muitas vezes causadas por fatores externos. A anomia social, resultante da fragilização dos vínculos econômicos, políticos e culturais que ligam o indivíduo a sociedade, era vista como uma disfunção do organismo capitalista.

Segundo Pierre Rosanvallon, após o esgotamento dos Trinta Anos Gloriosos e a crise do Estado providência passivo, a exclusão social teria se tornado a tônica do sistema capitalista, que afinal teria conseguido romper com o antigo contrato social assinado no pós-Segunda Guerra Mundial, contrato este operado com base em uma solidariedade transclassista entre capital e trabalho no sentido de reconstruir a Europa da destruição causada pelo conflito militar. Como diz o autor,

(...) terminada a década de 1970, a utopia de uma sociedade livre das necessidades, de um indivíduo protegido contra os principais riscos da existência, parecia estar ao nosso alcance. No entanto, já no início da década seguinte, o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza pareciam, ao contrário, afastar-nos desse ideal. Ao mesmo tempo, percebe-se que não há um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim, surgiu uma nova questão social (ROSANVALLON, 1998, p. 23).

Rosanvallon não fala em uma sociedade pós-capitalista, mas escreve explicitamente sobre o fim da exploração capitalista, relegada a um passado não muito distante e certamente ultrapassado. A “nova questão social” inauguraria uma etapa da sociedade salarial, impondo desafios às antigas modalidades de proteção social, tornadas superadas pelo desemprego estrutural e a exclusão social¹³⁹. Abriu-se um período de grave crise do Estado providência passivo, crise esta que atingiria três dimensões: 1. a crise financeira, decorrente do aumento das despesas sociais e a queda na arrecadação fiscal dos governos; 2. a crise ideológica, resultante da burocratização estatal que teria ocasionado a perda de legitimidade das políticas públicas de intervenção na “questão social”, e; 3. a crise filosófica, considerada pelo autor como a mais grave de todas, que consistiria na “degradação dos princípios de organização da solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais (...)” (ROSANVALLON, 1998, p. 25).

¹³⁹ Vale notar que Robert Castel (2003, p. 26) critica a noção de exclusão social como algo estanque, que “não permite recuperar os processos que engendram essas situações [de privações, de carência]”. Para uma crítica marxista ao termo, ver Virgínia Fontes (2005, capítulo 1).

Desde meados do século XIX, com a Revolução de 1848, os trabalhadores europeus lutaram pelo direito ao trabalho e por um sistema público de proteção social contra o desemprego, a invalidez, as doenças e a perda de vitalidade decorrente da idade. A estas lutas operárias, contrapôs-se uma forte resistência dos patrões, que argumentavam que um sistema de seguridade estimularia a preguiça e o ócio, porque o Estado daria uma fonte gratuita de subsistência para as camadas populares. Com o tempo, os liberais, todavia, perceberam que a criação de regimes de seguridade social poderia servir aos seus propósitos, pois eles “terminaram compreendendo que a instauração de um sistema de seguro social lhes permitiria conjurar o espectro do socialismo” (ROSANVALLON, 1998, p. 36).

No final do século XIX, quando surgiram os primeiros sistemas de seguro social, a seguridade foi criada para atender demandas contingentes, cobrindo riscos eventuais. Hoje, com a “nova questão social” centrada na exclusão, vulnerabilidade e precariedade em massa, com riscos permanentes às camadas populares, o seguro social não seria capaz de responder adequadamente a tais anomalias. Pelo menos, esta é a avaliação emitida por Rosanvallon (1998, p. 23):

O surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social, como testemunha o fato de que a crise do Estado Providência, diagnosticada no fim dos anos 1970, mudou de natureza, iniciando uma nova fase a partir do princípio da década de 1990. Além dos problemas lancinantes de financiamento, e das disfunções sempre onerosas dos aparelhos estatais, são discutidos os princípios fundamentais da organização da solidariedade e a própria concepção dos direitos sociais.

A resposta neoliberal ao desmantelamento do *welfare* propôs o renascimento do princípio da responsabilidade do indivíduo pela sua situação social: abandonou-se o princípio da solidariedade entre classes, gêneros, gerações etc. e adotaram-se obrigações e deveres individuais, como a busca constante por meios de educação (*learnfare*), de emprego e trabalho (*workfare*) e de controle de natalidade e manutenção da estabilidade da célula básica da família (*wedfare*). Além disso, exigiu-se uma contrapartida do cidadão assistido socialmente pelo governo, que deveria pagar de alguma forma pela assistência prestada. Os novos modelos de “proteção social” são típicos das sociedades anglo-saxões, células-embrião do receituário-ideal do neoliberalismo. Os riscos sociais, que antes eram repartidos coletivamente mediante acordos mediados pelo Estado nacional entre as classes e suas corporações, agora se encontram individualizados,

prevalecendo a filosofia da responsabilização e dos deveres e obrigações de contribuintes e consumidores.

Como todo social-liberal, Rosanvallon critica o modelo neoliberal clássico, mas reconhece a reforma-restauradora capitalista levada a cabo pela burguesia rentista como sendo natural e irreversível, ao qual os agentes econômicos, sociais e políticos deveriam se adequar. Na sua opinião, pouco ou nada se poderia fazer diante da revolução informacional e do surgimento da medicina preditiva, que teriam rompido o “véu de ignorância” e facilitado o trabalho de mapeamento das diferenças – culturais e genéticas – existentes entre os indivíduos. A tendência seria o abandono dos princípios da justiça social (como John Rawls defendia) e da homogeneização dos riscos em detrimento de um modelo de cálculo individual. Tais revoluções tecnológicas acabaram por favorecer um novo modelo de intervenção na “questão social”, baseado na igualdade de oportunidades e nas discriminações culturais e naturais.

Se a equidade consiste apenas no igual tratamento dos indivíduos, essas desigualdades naturais não constituem um objeto de ação; para isso é preciso adotar o princípio da igualdade de oportunidades. A solidariedade se define então como uma forma de compensar as desigualdades naturais. Essa, aliás, é a fonte da sensibilidade contemporânea a respeito das discriminações (ROSANVALLON, 1998, p. 59).

Todas estas mudanças propostas pelo receituário-ideal do neoliberalismo encaminham para o fim dos princípios de igualdade e de justiça social, do seguro social universal, a desconstrução da noção de direito, a seletividade e focalização dos gastos públicos nos segmentos mais pauperizados e o enfraquecimento das demandas coletivas, que se tornam singularizadas e particularizadas a partir do reconhecimento cultural e natural das diferenças entre indivíduos, raças, gêneros, etnias etc. Por isso, fala-se sobre o fim das classes sociais, tese que é compartilhada por Pierre Rosanvallon (1998, p. 154-155).

Diante deste quadro, o autor trata de apresentar algumas propostas, todas de corte social-liberal. A principal tarefa da política reformista seria a manutenção da coesão social, reconstruindo-se, a partir do Estado, o sentimento cívico nacional (ROSANVALLON, 1998, p. 68-69). Neste sentido, a reformatação da sociedade passaria, em primeiro lugar, pelos valores, privilegiando uma abordagem moralista,

típica do reformismo positivista. Como diz José Paulo Netto (2001, p. 155, grifos originais),

(...) no âmbito do pensamento conservador, a ‘questão social’, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de *ação moralizadora*. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*.

Com efeito, nenhuma das propostas de Rosanvallon diz respeito à redistribuição da propriedade privada, nem muito menos à sua abolição. Elas gravitam em torno de soluções moderadas e conciliadoras entre a modernidade econômica, trazida pela era neoliberal, e o arcaísmo social, símbolo do pós-guerra. Por exemplo, no tocante à crise financeira do Estado providência, o autor prescreve a descoberta de novas fontes de financiamento e o meio-termo entre um Estado provedor de serviços sociais focalizados e segmentados (versão liberal) e um Estado provedor de todos os bens públicos (versão esquerdista) (ROSANVALLON, 1998, p. 85-86); em relação ao antagonismo das lógicas da economia (eficiência) e social (solidariedade), prega a harmonia dos “imperativos sociais com as exigências econômicas” (ROSANVALLON, 1998, p. 95).

Trataria-se, portanto, de remodelar o Estado providência, que, apesar de tudo, deveria elaborar uma abordagem sistêmica da “questão social”, indo além do reconhecimento da exclusão social como o fato mais expressivo dos últimos anos. “Ainda que se considere, apropriadamente, que [a exclusão social] é o mais importante fenômeno social de nossa época, ele não esgota a questão social. Denunciar justificadamente a pobreza e a miséria existentes no mundo não nos deve dispensar de uma abordagem mais global das tensões e contradições sofridas pela sociedade” (ROSANVALLON, 1998, p. 79).

Citando Robert Castel, Rosanvallon discorre sobre a fragilização da condição salarial com a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Ou seja, em certo sentido, o autor busca transcender as expressões da “questão social” e entendê-la a partir do seu núcleo constitutivo, a saber, o mundo do trabalho, descartando as categorias de exploração e classes sociais. As iniciativas estatais deveriam atuar em duas frentes: no tratamento das anomalias e disfunções da sociedade capitalista (exclusão, pobreza, etc.) com políticas sociais seletivas e focalizadas e na reinserção dos desfiliaados via o trabalho, com políticas de renda mínima de inserção, ingresso de jovens no mercado de

trabalho, qualificação profissional, abertura de postos de trabalho para indivíduos pouco qualificados e reinserção de desempregados de longa duração. Tais políticas assegurariam um espaço econômico intermediário entre as empresas eficientes e o Estado solidarista, efetivando a utopia social-liberal de conjugação da eficiência com a equidade.

Em linhas gerais, Rosanvallon (1998, p. 109) propõe novos moldes para o direito do trabalho, sem “a utopia vaga e generosa de 1848” (leia-se a utopia do socialismo), garantidos por um contrato social que formaria um Estado providência adequado à “nova questão social”, equilibrando-se os interesses de acumulação da burguesia rentista com o atendimento pontual e efêmero das necessidades básicas das frações mais pauperizadas das classes subalternas.

III.4. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia da pobreza

A recepção e produção da ideologia do social-liberalismo aqui no Brasil estão circunscritas a um quadro social específico, intimamente ligado às determinações externas do mercado mundial, mas que devem ser analisados sob as mediações das nossas vicissitudes históricas. Nos anos 1980, enquanto a ofensiva capitalista mundial ganhava corpo e avançava em todas as direções, o Brasil parecia escovar a história a contrapelo. Após o fim da ditadura civil-militar, as forças políticas progressistas do país mobilizaram inúmeros militantes na luta pela hegemonia dos processos de transformação social necessários a uma nação que acabara de sair de um regime ditatorial e precisava democratizar suas mais distintas relações sociais.

A princípio, a intensa mobilização dos ‘de baixo’, parecia sinalizar que o leme da nave Brasil estava sob o controle das suas organizações de massa e o país seria refundado segundo os princípios de uma democracia efetivamente republicana e participativa. Vitórias políticas e avanços sociais, alguns deles significativos do ponto de vista das classes subalternas, ficaram registrados nos capítulos da ordem social e em outros itens da Constituição do Brasil de 1988, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”.

A crise da dívida externa, que trouxe a estagflação ao longo da década de 1980, o acirramento das lutas de classes, a organização coletiva das classes trabalhadoras e a possibilidade concreta da vitória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores – à época vista sob o rótulo do socialismo –, fez com que as classes

dominantes internas rearticulassem suas alianças e começassem uma ofensiva burguesa. Como escreve Virgínia Fontes (2010, p. 319, grifos originais),

Mesmo sofrendo importantes derrotas, estas lutas conduziram à conformação de uma nova Constituição, em 1988, que asseverava, ao menos em alguns de seus pontos, uma incorporação mais expressiva de amplos segmentos da população, através da regulamentação jurídica futura dos direitos genericamente prometidos. O feito popular mais significativo residia exatamente numa *nova capacidade organizativa de âmbito nacional*, que reatualizava o pânico das classes dominantes brasileiras, profusamente difundido pela mídia e ecoado por permanentes ameaças militares.

A vitória de Collor representou o primeiro grande passo dessa ofensiva para a retomada da supremacia burguesa. Mas este passo foi insuficiente diante da crise política instaurada pelos escândalos de corrupção do seu governo. Foram necessários mais alguns anos até que um bloco de poder, formado por forças políticas favoráveis às classes dominantes, chegasse ao Palácio Central e implementa-se, de fato, o projeto neoliberal tupiniquim, que recorreu, assim como no exterior, a expedientes coercitivos¹⁴⁰ e consensuais (FONTES, 2010, p. 336).

Operado por uma composição heterogênea de social-democratas, intelectuais e executivos ligados ao setor rentista e oligarcas do setor agrário, o bloco de poder PSDB-PFL, após a vitória presidencial de 1994, promoveu a efetiva inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, adequando o país aos novos padrões globais da acumulação capitalista (PAULANI, 2006). Para isto fez-se necessário uma reestruturação produtiva no parque industrial sob os moldes do toyotismo (OLIVEIRA, 2004) e uma reforma gerencial do Estado (BRESSER PEREIRA, 1996, cap. 16; 1998)¹⁴¹, além de combater as organizações políticas e sociais dos trabalhadores com repressão e cooptação de suas principais lideranças.

A ofensiva neoliberal fundou um novo bloco histórico capitalista no Brasil, com alterações tanto na base econômica quanto nas superestruturas político-ideológicas, a partir do recurso às instituições ditatoriais e hegemônicas do Estado ampliado. Do ponto

¹⁴⁰ A despeito da violência endêmica do Estado e da burguesia brasileira contra os movimentos populares, expressa com maestria na obra de Florestan Fernandes, dois episódios marcam o uso da violência contra o movimento sindical no alvorecer do neoliberalismo no Brasil: a invasão das Forças Armadas na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988, matando três operários, e da refinaria da Petrobras no Rio de Janeiro, em 1995.

¹⁴¹ Sobre o Estado social-liberal concebido pelo ex-ministro da Administração Pública no Brasil, consultar o capítulo 9 do livro *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública* (Bresser Pereira, 2009, p. 145-161).

de vista político, soldou-se um bloco social heterogêneo com participações de distintas frações da burguesia, dos latifundiários, das classes médias, e, a depender do período, do lumpenproletariado e da aristocracia operária.

O projeto neoliberal representou a derrota do movimento operário brasileiro reconstruído na década de 1980, o aborto de um Estado de bem-estar social nacional e, acima de tudo, a vitória da burguesia liderada por sua fração rentista internacionalizada. À esta vitória, seguiu-se uma ofensiva ideológica dos conservadores. Em uma estratégia formulada e conduzida por centros universitários (na sua maior parte privados e de cariz eclesiástico), institutos de pesquisa, ONGs e pela grande mídia, o social-liberalismo chegou ao Brasil para reafirmar e reatualizar o triunfo das classes dominantes.

Não há um consenso entre os especialistas acerca da data de desembarque do social-liberalismo no Brasil. Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2003) afirmam que tal ideologia chega aos trópicos com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT) em 2002. José Luis Fiori (1995, p. 239-243), em contraposição, observa que a social-democracia de Felipe Gonzalez, que se auto-intitulava um social-liberal, funcionou como um modelo de atuação prática para Fernando Henrique Cardoso, sendo uma espécie de pólo magnético da sua bússola política. Segundo esta linha de raciocínio, na qual nos inscrevemos, o social-liberalismo teria chegado ao Brasil durante o governo FHC: esta tese, todavia, não deve desconsiderar a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal¹⁴².

Diante deste quadro histórico, soaram os dobres fúnebres da economia heterodoxa brasileira, em especial suas correntes desenvolvimentistas. A ciência econômica tomou um novo rumo, trilhado nas suas vertentes neoclássicas. Iniciou-se um período de decadência ideológica do pensamento econômico nacional (CASTELO, 2010), tal qual ocorreu – guardadas as devidas proporções históricas – com a economia política clássica na primeira metade do século XIX.

É no cenário da ofensiva mundial do pensamento conservador que os ideólogos nacionais do social-liberalismo constroem uma agenda política e teórica acerca da “questão social” brasileira. Diante das trajetórias desses intelectuais, pode-se deduzir a sua intenção de intervir diretamente na definição dos marcos conceituais do debate

¹⁴² Sobre a polêmica continuidade (conflituosa) do projeto neoliberal nos governos FHC e Lula, ver Francisco de Oliveira (2003, p. 147-148), Armando Boito Jr. (2006, p. 259-260), Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007, p. 223) e Paulo Passarinho (2010, p. 15).

sobre a “questão social” e, principalmente, das formas público-privadas de intervenção na pobreza e nas desigualdades sociais do país. Suas ideias e opiniões buscam, acima de tudo, constituir-se como um sistema ideológico efetivamente prático nos embates políticos da sociedade brasileira, servindo como consciência teórica de determinados grupos e classes sociais. Vale destacar que a versão nacional do social-liberalismo pouco difere da formulada nas agências multilaterais de desenvolvimento, centros universitários e *think-tanks* internacionais, embora não se deva negligenciar as suas especificidades nacionais.

Os principais nomes¹⁴³ vinculados à tradição do social-liberalismo são, na sua grande maioria, profissionais com graduação em escolas nacionais de economia (PUC-Rio, UERJ, UFRJ). Os seus estudos de pós-graduação são quase todos concentrados também em departamentos de economia, sendo a PUC-Rio uma das instituições de maior procura no nível de mestrado. Já no nível de doutorado, boa parte dos ideólogos aqui analisados estudaram fora do país, com destaque para as *Top 5* estadunidenses.

Concluídos seus estudos acadêmicos formais, a maioria tornou-se professor de instituições públicas (UFF e UFRJ) e privadas (PUC-Rio, FGV-Rio) e/ou pesquisadores de centros de excelência do Estado (IPEA, CPS/FGV-Rio) e de organismos internacionais (Banco Mundial). Vale destacar que o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)¹⁴⁴, um dos mais destacados *think-tanks* do social-liberalismo nacional, funciona como um polo aglutinador desses intelectuais tradicionais, pois todos participam das suas atividades como pesquisadores e/ou membros do Conselho de Administração.

Suas trajetórias acadêmicas e profissionais, marcadas por prêmios e distinções universitárias e pela ocupação de altos postos do Estado brasileiro nos âmbitos federal, estadual e municipal¹⁴⁵, os credenciaram como importantes interlocutores do debate a

¹⁴³ No presente trabalho, coloca-se em tela seis nomes do social-liberalismo brasileiros, todos eles citados ao longo do texto: André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça.

¹⁴⁴ Segundo informações retiradas do seu site oficial, o IETS “é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para a produção e a disseminação de conhecimento na área social. Sua missão é fazer a ponte entre a pesquisa acadêmica e as políticas públicas implementadas pelos diferentes setores da sociedade, como governo, setor privado e organizações não-governamentais, para a melhoria da qualidade de vida da população”. Seus projetos são financiados por diversas instituições públicas e privadas, das quais destacam-se: Banco Itaú, Banco Mundial, Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Instituto Unibanco e TIM.

¹⁴⁵ Para citar os exemplos mais notórios: (1) André Urani foi secretário Municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro na gestão César Maia (1997-2000); (2) Marcelo Neri é chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS) vinculado ao IBRE/FGV; (3) Ricardo Paes de Barros foi diretor da área de

respeito da natureza da “questão social” e do enfrentamento às suas expressões. Suas ideias têm conquistado, com o apoio decisivo dos monopólios de comunicação, espaço nos principais fóruns nacionais do debate sobre a “questão social”, conferindo-lhes ainda mais legitimidade e credibilidade frente à opinião pública. Tudo isto dentro de uma estratégia maior de transformar o seu sistema de ideias em uma efetiva potência prática, isto é, em uma ideologia capaz de orientar os caminhos da política social e mesmo definir o norte do desenvolvimento econômico.

Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça (BARROS *et al.*, 2001) trazem um relato empírico e descritivo da desigualdade e da pobreza no Brasil no período de 1977 a 1999, utilizando-se primordialmente da base de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). A hipótese central dos autores reside em afirmar que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. A segunda hipótese de trabalho, intimamente relacionada à primeira, é que a causa principal da pobreza de milhões de brasileiros se encontraria em uma perversa desigualdade na distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social. Segundo Barros *et al.*, a origem da pobreza não estaria na escassez absoluta de recursos, mas sim na péssima distribuição de renda entre as famílias.

De acordo com os números agregados da riqueza nacional, o Brasil ocupa a sétima posição dos países mais ricos do mundo. Atualmente o governo Dilma Rousseff expressou o desejo de fazer a economia nacional a quinta maior do mundo. A contradição estaria na riqueza do país e na pobreza de imensas camadas da população: cerca de 90 milhões de brasileiros, o que equivale a 34% da população em situação de pobreza e 15% em situação de extrema pobreza (BARROS e CARVALHO, 2003, p. 2). Esta contradição, apesar de retratar um quadro de tragédia social, traria uma ponta de esperança para todos aqueles que lutam pela justiça social e o bem-estar popular. O país teria a sua disposição “farta disponibilidade de recursos para combater a pobreza” (BARROS *et al.*, 2003, p. 23). Segundo seus cálculos, seriam necessários de recursos financeiros da ordem anual de R\$ 6 bilhões (2% da renda das famílias) para erradicar a indigência e de R\$ 33 bilhões para eliminar a pobreza. Embasados nestes números,

políticas sociais do IPEA e, no governo Dilma, é o subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que terá na sua alçada o projeto de erradicação da miséria nacional, lema oficial do governo; (4) Rosane Mendonça foi diretora do Departamento de Acompanhamento e Monitoramento dos Programas Sociais do Ministério da Assistência Social; (5) Ricardo Henriques foi o dirigente máximo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC e atualmente é o secretário de assistência social do governo do estado do Rio de Janeiro; (6) Fernando Ferreira, o único a residir no exterior, é economista sênior do departamento de pesquisa do Banco Mundial, nas áreas ligadas à economia do bem-estar social e desenvolvimento econômico.

Barros *et al.* defendem a factualidade e plausibilidade de um novo pacto social que promoveria o fim da pobreza e da indigência no país, tendo em vista os supostos meios fartos dos quais dispomos para tal missão.

A desigualdade social no Brasil não teria sofrido grandes alterações de patamar nos últimos trinta anos, horizonte temporal de análise dos autores, mas sim uma pequena redução do patamar de pobreza no pós-Plano Real (1994), que passou de 40% para 34%. Isto leva os ideólogos ativos do social-liberalismo a afirmar que o Brasil sofreria de uma “estabilidade inaceitável” da desigualdade: entra e sai governo – cai a ditadura militar, entra o regime democrático – e o *status quo* da desigualdade permanece inalterado. Todas as medidas – coeficiente de *Gini*, índice de *Theil*, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres – confirmariam o diagnóstico da “estabilidade inaceitável” das desigualdades sociais.

Segundo Francisco Ferreira, as causas da desigual distribuição de renda entre membros de um país seriam resultados de cinco grupos de fatores, uns de ordem social, outros de ordem natural-genética: (1) as diferenças nas características natas dos indivíduos (raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial); (2) diferenças nas características adquiridas dos indivíduos, como por exemplo, a educação e a experiência profissional; (3) mecanismos do mercado de trabalho (discriminação, segmentação e projeção); (4) imperfeições nos mercados de capitais e; (5) fatores demográficos (fertilidade da população).

De acordo com sua teoria, o primeiro grupo de fatores – acima identificado como as características natas dos indivíduos – constituiria-se como a pedra angular da distribuição de renda entre cidadãos de um mesmo país. Fatores de ordem natural são relacionados como prioritários no entendimento teórico da alocação da riqueza nacional. De posse de suas aptidões inerentes, cada indivíduo passaria a interagir com as instituições educacionais, na busca de uma melhor capacitação para, como dizem Paes de Barros e Mendonça, a “preparação para a corrida” do mercado de trabalho. O terceiro momento seria a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e sua consequente remuneração a partir da venda da sua força de trabalho. Quanto mais apto e melhor qualificado for o indivíduo, diz Ferreira, melhor seria a sua remuneração vis-à-vis outros indivíduos menos capazes, menos esforçados e mais desqualificados. Por último, o indivíduo formaria o que o autor chama de “clubes de consumo” (os domicílios), no

qual a renda poderia aumentar ou diminuir de acordo com suas escolhas matrimoniais e a quantidade de filhos do casal.

Ferreira acredita que o seu modelo teórico superaria a dicotomia no qual o debate brasileiro sobre desigualdade social operaria desde os anos 1970, período marcado por francas polarizações entre as explicações de Albert Fishlow e Carlos Langoni¹⁴⁶, e que agora, passado mais de trinta anos, poderíamos retornar a um debate menos ideologizado e mais científico. O modelo teórico seria uma espécie de síntese que busca, em múltiplos fatores – dentre eles características inerentes do indivíduo, a educação e a luta política –, as causas fundamentais da desigualdade de renda no Brasil. Haveria, entretanto, uma hierarquia entre esses fatores. Não se deveria atribuir o mesmo peso explicativo a todos eles. Ferreira (2001, p. 141) cita o nível de escolaridade de um chefe de família como o principal fator explicativo da desigualdade social entre os indivíduos.

Chegaria, assim, o momento dos economistas deslocarem o foco das suas agendas de pesquisa sobre o mercado de trabalho para o funcionamento das instituições educacionais, responsáveis pelo desenvolvimento do capital humano de um país. Seria no nível formal de educação de cada indivíduo, na sua capacidade de competição no mercado de trabalho que deveria-se buscar as causas primárias e fundamentais do pauperismo, e não nas relações estabelecidas entre as classes sociais (FERREIRA, 2001, p. 144).

As estratégias de combate à pobreza no Brasil, sugerem os social-liberais, deveriam sofrer alterações. Historicamente, o crescimento econômico *per se* e o aumento real do salário mínimo e dos benefícios previdenciários teriam sido privilegiados como os meios cardinais de combate à pobreza. Após realizarem simulações econométricas, compararem a situação social (renda *per capita* e grau de pobreza) do Brasil com outros países, da renda *per capita* nacional com a linha de pobreza e analisarem o padrão de consumo das famílias, tais intelectuais concluem que

¹⁴⁶ Na década de 1970, surgiram dois textos seminais na bibliografia sobre desenvolvimento econômico e distribuição de renda. De um lado, Albert Fishlow, economista estadunidense especializado na economia brasileira, escreveu um artigo em 1972 no qual defendia que os principais determinantes das desigualdades sociais deveriam ser procurados no funcionamento dos mercados de trabalho, que sofrem influência direta do processo de lutas de classes entre proprietários e trabalhadores. Do ponto de vista de uma outra matriz teórico-política, Carlos Langoni publicou em 1973 trabalho de maior fôlego sobre o mesmo tema. No livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, Langoni advogou a tese que as causas fundamentais da nossa desigualdade estavam enraizadas tanto na péssima distribuição do ativo ‘educação’ quanto no retorno proporcionado aos distintos detentores deste ativo. Para a melhor caracterização da controvérsia da distribuição de renda nos anos 1970, ver Maria Malta (2010).

a redução dos níveis de pobreza no país reagiria melhor e mais rápido às políticas sociais compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (democratização dos ativos educação, terra e crédito).

A principal medida de combate à pobreza no Brasil não deveria passar pelo crescimento da economia e da geração de riqueza, mas pela melhor distribuição na renda nacional (NERI, 2005, p. 321). Esta seria conseguida, em larga medida, por meio da alocação eficiente dos recursos escassos já disponíveis. O principal mecanismo operacional desta alocação eficiente seriam as políticas sociais compensatórias, operadas tanto pelo Estado quanto pelo terceiro setor, com o papel central reservado para este último (IETS, 2001, p. 31). Os autores argumentam, entretanto, que uma combinação entre políticas sociais e de crescimento econômico traria um resultado mais eficaz e imediato: em suma, a conjugação de crescimento com a promoção do desenvolvimento social, via equidade, seria o melhor remédio para os males do pauperismo.

O nó cego residiria na ineficiência das políticas sociais. Esta ineficácia ficaria patente quando se constata que o volume de recursos públicos direcionados aos programas sociais não garantiriam a mudança no padrão estrutural da desigualdade social. Os social-liberais brasileiros propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade¹⁴⁷ das políticas sociais: (1) focalização dos gastos sociais nos “mais pobres dos pobres”; (2) avaliação do impacto das políticas sociais e (3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado. Vejamos cada uma das medidas propostas para aumentar a eficiência das políticas sociais.

Primeiro, apesar da suposta generosidade dos orçamentos públicos, conjugados com a beneficência privada, os gastos sociais brasileiros não atingiriam aqueles que mais necessitam da ajuda estatal. A solução proposta seria a focalização dos gastos nos segmentos mais pobres da população. Para colocar em prática esta focalização, as medidas seriam a melhor distribuição dos recursos federais de acordo com as carências dos estados da federação, o remanejamento das verbas entre os programas, a abolição

¹⁴⁷ Os critérios de eficiência de uma política social são definidos pelos social-liberais de acordo com os seguintes parâmetros: (1) expansão da capacidade produtiva do beneficiário; (2) expansão do grau de utilização dessa capacidade, ou seja, dada a oportunidade, o beneficiário tem que se esforçar ao máximo para garantir o seu ingresso de renda; (3) satisfação das necessidades elementares para um ser humano.

ou mudança do viés intergeracional na política social e, por último, a criação de um cadastro único da “clientela”.

Em segundo lugar, eles alertam para o fato do Brasil não ter um sistema de avaliação dos impactos das políticas sociais. O objetivo da criação de mecanismos técnicos de avaliação visa concentrar os recursos nos programas mais efetivos e propiciar a tais programas uma maior flexibilidade no atendimento das necessidades dos beneficiários e das localidades assistidas. Por último, as políticas sociais atuariam de forma desintegrada, sem coordenação entre os três níveis da administração pública e o setor privado, causando a superposição, ineficiência e má distribuição dos recursos.

Para superar os problemas diagnosticados acima, os social-liberais definem três grandes desafios para a nossa sociedade: (1) flexibilidade nas ações de combate à pobreza e miséria, adaptando-se às necessidades locais dos municípios e especificidades das regiões; (2) aumentar o grau de cooperação e envolvimento das comunidades carentes nos programas sociais; (3) elencar a prioridade dos gastos nas camadas mais pobres da sociedade. Desafios menores seriam a unificação e a simplificação da enorme gama de programas sociais existentes, o que já foi de certa maneira garantido com o formato do programa Bolsa Família¹⁴⁸.

O foco dos social-liberais no que diz respeito ao combate à pobreza e às desigualdades sociais não fica somente restrito ao debate sobre as políticas sociais compensatórias. A estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos estaria alicerçada na distribuição desigual do ativo educação. Se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deveria lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do conhecimento. O fim da persistência da desigualdade passaria pela “luta de classes”, conforme escreve Ferreira (2001, p. 144), mas não entre capitalistas e trabalhadores, e sim pela constituição de um novo sistema educacional, com prioridade de financiamento público para a educação primária e secundária em detrimento do ensino superior estatal.

Barros *et. al.* (2000, p. 408) realizaram, a partir de simulações matemáticas, um estudo acerca das causas da desigualdade salarial. Os resultados apontam para um peso

¹⁴⁸ Segundo informações da página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família unifica em torno de si antigos programas sociais de âmbito federal, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

de 11% para fatores gerados pelo mercado de trabalho, como a discriminação racial e a de gênero. Já as desigualdades reveladas pelo mercado de trabalho, isto é, que já existiriam antes da inserção do trabalhador no setor produtivo, os autores identificam um peso de 48%, sendo que a heterogeneidade educacional responde por 39,5%, sendo o fator de maior peso na decomposição da desigualdade salarial brasileira.

À vista disto, seria dever fundamental do Estado proporcionar às crianças e aos adolescentes uma educação básica de qualidade, comprometida com a formação e o investimento do capital humano nacional. Cada um dos jovens cidadãos deveria ter igualdade de oportunidades na busca por uma melhor inserção no mercado do trabalho, e a educação seria o melhor caminho para a promoção da equidade social.

Deste ponto de vista mercadológico, a educação é entendida como um ativo do *portfólio* de investimento de um determinado indivíduo, equiparado a uma ação de empresa, a um meio de produção ou qualquer ativo que gere renda para seu proprietário. O Estado deveria investir na formação do chamado capital humano, pois os retornos sociais seriam altos se comparados com outras políticas sociais. Conforme texto de Marcelo Neri (2005, p. 323),

Os que estudam o problema apontam a educação como o principal determinante isolado da nossa alta desigualdade de renda. Diferenças educacionais explicam cerca de 40% dos diferenciais de renda entre brasileiros. A taxa de retorno da educação no Brasil é de 16% ao ano. Ou seja, o rendimento futuro do estudante deverá subir, em média, 16% para cada ano adicional completado. É difícil pensar em ativo com maior retorno do que a educação.

Enquanto o Estado deveria fornecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros, em particular aos que não podem pagar por este serviço, os indivíduos pobres deveriam investir seus melhores esforços nos estudos escolares, que no futuro poderiam lhe gerar rendimentos monetários. Formaria-se, então, uma espécie de simbiose virtuosa da responsabilidade cívica do Estado com o comprometimento moral do indivíduo. Os pobres deveriam ter um envolvimento maior, esforçando-se ética e moralmente quando as oportunidades aparecerem. Nas palavras de Barros e Carvalho (2003, p. 14), “para que a pobreza seja realmente erradicada, é necessário que os pobres explorem as oportunidades disponíveis, no que precisam empenhar muito esforço. Em suma, a rota de saída da pobreza se baseia, necessariamente, no binômio oportunidade-

esforço”. A ética da responsabilidade, propugnada por Anthony Giddens e Pierre Rosanvallon, surge como um dos elementos orgânicos do social-liberalismo brasileiro.

Às políticas educacionais, consideradas de caráter estrutural, se agregariam outras políticas públicas de combate ao pauperismo. Apesar da posse do ativo “educação” gerar a possibilidade de uma inserção no mercado de trabalho, não haveria garantias reais da efetivação desta inserção, o que por sua vez não geraria renda para o seu proprietário. Nem sempre o indivíduo conseguiria aproveitar as oportunidades do mercado; ou melhor, nem sempre o mercado ofereceria tais oportunidades, pois restrições do mercado de crédito na oferta de dinheiro poderiam interferir no nível de investimento nas atividades produtivas, o que aumentaria o desemprego, e aqueles indivíduos formalmente qualificados não ingressariam no mercado de trabalho. Daí a necessidade do Estado atuar nas falhas do mercado de crédito, corrigindo-as com a oferta de dinheiro barato e acessível para microempresários e empreendedores liberais, inclusive do mercado informal.

O patrocínio da igualdade de oportunidades via a educação e a expansão do microcrédito no Brasil seriam formas de intervenção do Estado na “questão social” vislumbrada pelo social-liberalismo, pois tal intervenção não atentaria contra a liberdade individual dos cidadãos e os mecanismos básicos de regulação mercantil, nem muito menos estimularia a preguiça da classe trabalhadora.

III.4.1. A mistificação das causas do pauperismo

Desde o período colonial até a era neoliberal, a “questão social” brasileira, do ponto de vista da nossa péssima distribuição de renda, permaneceu formalmente inalterada. Alguns estudos apontam, inclusive, que ela chegou mesmo a se deteriorar. Já o estado da arte mudou bastante. Por volta da década de 1970, o IBGE começou a produzir de forma mais sistemática e confiável séries e dados estatísticos mais recentes acerca da “questão social”. Além disso, o aparecimento de *softwares* que emulam regressões econométricas também contribuiu para a difusão dos estudos quantitativos da “questão social”. Os estudos econômicos recentes do social-liberalismo fazem amplo uso (e abuso) destes referenciais quantitativos. Seus trabalhos são ilustrados com referenciais numéricos e estatísticos, sempre baseados em bancos de dados oficiais do IBGE, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a PNAD. A ortodoxia econômica nacional ganhou destaque e relevo nas explicações das causas do

pauperismo, gerando um consenso ideológico construído a imagem e semelhança do social-liberalismo internacional, com destaque para as teses do Pós-Consenso de Washington¹⁴⁹.

No Brasil, a ideologia social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; (2) os gastos sociais não seriam baixos, pelo contrário: se deveria torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; (3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito.

O consenso social-liberal é resultado de uma disputa ideológica intensa na qual os setores dominantes usam recursos de toda sorte para impô-lo a seus adversários. Aqui, os social-liberais adotam um tom polêmico nos seus ataques aos teóricos que reivindicam uma abordagem totalizante da “questão social”. Nas suas próprias palavras, “pelo prisma de um projeto de desenvolvimento mais integral, este despertar dos mortos-vivos é alarmante (...)” (IETS, 2001, p. 29-30). Objetivamente, falam dos novos e antigos desenvolvimentistas.

Toda uma larga tradição do pensamento social brasileiro, que remonta aos textos clássicos de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Chico de Oliveira, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Milton Santos, Octavio Ianni, dentre outros, é desqualificada por parte dos social-liberais. Assim, as teorias sociais totalizantes são descartadas do debate frente a um novo consenso acerca da natureza da “questão social” – reduzida ao pauperismo absoluto – e do seu enfrentamento – via as políticas sociais assistencialistas, o empoderamento dos indivíduos e a distribuição equitativa do ativo ‘educação’.

Os estudos produzidos nos *think-tanks*, departamentos universitários e centros de pesquisa estatal ligados ao social-liberalismo privilegiam o empírico em relação às elaborações teóricas sistêmicas que buscam as causas da “questão social” nas estruturas nacionais e internacionais do capitalismo. Maria Lucia Werneck Vianna argumenta que as ciências sociais atuais padecem de um consenso daquilo que ela chama de “ciência-fotografia”. Os cientistas sociais, diz a prof^a Maria Lucia, em detrimento de uma elaboração teórica consistente e de explicações macro-estruturais, privilegiam, de um

¹⁴⁹ Cabe assinalar que John Williamson foi professor do departamento de economia da PUC-Rio entre 1978-1981.

modo geral, descrições empiricistas da realidade, como se esta fosse acessível somente a partir da sua simples observação dos fenômenos mais aparentes.

É meritório e útil, sem dúvida, o esforço investigativo da ciência social que se pratica hoje no Brasil com vistas a subsidiar o debate em torno do palpitante tema do enfrentamento da questão social. É, porém, insuficiente. Pois, a despeito de tornar a realidade mais visível, porque quantificada e mensurada, bem como as políticas destinadas a operar sobre ela passíveis de avaliação a partir de instrumentos precisos, destitui de validade e importância as grandes interpretações (tentativas e controversas, por suposto). As ardorosas polêmicas acerca dos fundamentos e da capacidade explicativa de teorias rivais esmoreceram (VIANNA, 2007, p. 2).

Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas na perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas de mercado e a não-dotação de certos ativos por parte dos pobres. Como afirma Ianni (1996, p. 91), “é curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade”. A solução para a “questão social” não passaria por medidas que operem uma macro-transformação estrutural, mas deveria sempre recorrer a expedientes de natureza burocrática e administrativa (DUAYER e MEDEIROS, 2003), evidenciando o alcance minimalista das políticas social-liberais frente a uma questão social maximizada (NETTO, 2007, p. 160). De acordo com os social-liberais, o fim da “questão social” seria uma questão de pequenos detalhes, de um “choque de gestão” – em uma palavra, de reformas microeconômicas e administrativas: “o importante, porém, é reconhecer que residem nestes ‘detalhes’ os principais freios ao crescimento econômico, com justiça social, no Brasil; não em formulações usualmente fantasiosas e vazias sobre supostas falhas fundamentais do modelo econômico” (IETS, 2001, p. 41).

Os ideólogos nacionais do social-liberalismo reverenciam os estudos descritivos da pobreza, retratada pelos índices de distribuição pessoal da renda e definida como falta de certos dotes financeiros. Suas pesquisas e análises enfatizam o aspecto econômico da pobreza, qual seja, o de insuficiência de renda. Primeiro quantifica-se a renda *per capita* da família, para depois compará-la com o nível mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas da família, nível mínimo determinado arbitrariamente pelo Banco Mundial como uma renda inferior de US\$ 2 diários. Caso a

família ganhe menos do que o estipulado pela linha da pobreza, seus membros são considerados pobres ou indigentes; logo, poderiam ser cadastrados nos bancos de dados da pobreza oficial.

A essência da “questão social” não é redutível somente à pobreza, unilateralmente definida por critérios econômicos. As raízes da “questão social” devem ser procuradas nas desigualdades geradas e perpetradas pela exploração do trabalho assalariado pelo capital, sob pena de uma análise superficial do pauperismo. Esta exploração, por sua vez, pressupõe uma espécie de desigualdade originária e continuamente repostas (FONTES, 2005, cap. 4): quando da expropriação violenta dos meios de produção dos trabalhadores, restou aos trabalhadores a posse da sua força de trabalho, enquanto os capitalistas acumularam meios de produção e altas somas de dinheiro, capazes de comprar aquela força de trabalho abundantemente ofertada nos mercados.

A propriedade desta ou daquela mercadoria, afirma a teoria marxista das classes sociais, condiciona a inserção dos cidadãos no processo de produção: enquanto os proprietários dos meios de produção inserem-se de forma dominante no reino da produção – tornando-se, portanto, detentores de largas somas da riqueza gerada –, os proprietários da força de trabalho inserem-se de forma subalternizada, sendo obrigados a vender sua mercadoria por valores beirando muitas vezes o mínimo de subsistência¹⁵⁰.

Assim entendida a “questão social”, conferindo-se centralidade à categoria exploração e ao estudo das desigualdades a partir dos seus elementos mais recônditos (como a condição assalariada e alienada dos trabalhadores), o pauperismo – absoluto e relativo – é visto como resultado de uma gama de fatores sociais, e não pela análise reducionista do economicismo social-liberal:

- Políticos: a diferenciação entre assalariados e proprietários, garantida pela existência da propriedade privada, e a capacidade de organização coletiva das classes sociais na luta pela apropriação do excedente econômico;
- Econômicos: os rendimentos derivados da inserção do indivíduo na produção de mercadorias;
- Culturais: condição subalternizada e passiva do trabalhador frente ao capitalista, situação esta que se mantém pela criação de um imenso aparato político-ideológico legitimador das condições subjacentes à produção da riqueza.

¹⁵⁰ Sobre a teoria marxiana do pauperismo, ver Ernest Mandel (1980, cap. 9) e Roman Rosdolsky ([1968] 2001, p. 237-260).

III.4.2. Falhas de mercado e a refundação do Estado brasileiro

A matriz original de formação dos intelectuais do social-liberalismo brasileiro é a economia marginalista. Eles desenvolvem uma agenda de pesquisa dentro do *mainstream* a partir dos referenciais do novo-keynesianismo, apontando a existência de falhas de mercado e de assimetria de informações¹⁵¹. Segundo seus ideólogos, “não se parte, de fato, da hipótese de que os mercados funcionam naturalmente, mas se procura, de diferentes maneiras, fazer com que funcionem do melhor modo possível” (IETS, 2001, p. 38).

As críticas dos social-liberais a possíveis e episódicas falhas do mercado não são radicais, pois não se coloca em tela os fundamentos das atividades mercantis, como a propriedade privada das mercadorias: ao contrário, este direito civil básico é amplamente defendido pelo social-liberalismo brasileiro e internacional. E mais: ao se falar de mercado, mascara-se que a atual organização societária não se baseia estritamente nas relações mercantis, mas sim nas relações capitalistas. Segundo Marx, o modo de produção capitalista é, sem dúvida, marcado pela generalização irrestrita das relações mercantis em todos os âmbitos da vida social. A generalização, entretanto, é determinante quando alcança o ser humano e o transforma em uma mercadoria muito particular, a força de trabalho. Transacionada no mercado de trabalho, a força de trabalho é comprada pelos capitalistas, pois é a única mercadoria que possui a capacidade de criar valores acima daqueles necessários à sua reprodução, gerando, portanto, um valor excedente, ou uma mais-valia. Assim, Marx explica a acumulação capitalista não pelas trocas mercantis, mas pela exploração da força de trabalho no reino oculto da produção.

Ao reduzirem a sociedade capitalista a uma sociedade mercantil, os social-liberais acabam por mascarar e mistificar as bases sociais e políticas do atual modo de produção. Os direitos de propriedade privada dos meios de produção, o assalariamento dos trabalhadores e o caráter classista do Estado, para citarmos alguns aspectos estruturais do capitalismo, não são analisados. Pelo contrário, são reafirmados a todo o instante. Ou seja, a solução da “questão social” não passa pela supressão do modo de

¹⁵¹ Os laureados pelo Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, são importantes referências teóricas do social-liberalismo brasileiro no que diz respeito, respectivamente, às teses da promoção da justiça social e das falhas de mercado.

produção capitalista e da exploração do trabalho assalariado, mas sim pelo seu aprofundamento: “Parodiando Mário Covas, é preciso um choque de capitalismo nos pobres brasileiros (...)” (NERI, 2005, p. 333).

Para promover este choque de capitalismo nos pobres brasileiros, defende-se a tese de refundação do Estado. Os social-liberais advertem que a máquina governamental deveria ter um papel atuante e ativo nas falhas de mercado, principalmente no tocante às desigualdades sociais. Estas funções tampouco seriam bem desempenhadas caso o Estado mantivesse o seu desenho institucional, ou continuasse a manter nos seus círculos restritos de poder uma elite patrimonialista. O Estado brasileiro, desde os seus primórdios, seria sustentado por uma aliança entre ricos e a classe média. Essa elite operaria “socialmente como aliados para garantir acesso privilegiado aos recursos e bens públicos, em detrimento dos pobres e miseráveis” (IETS, 2001, p. 5). Tornaria-se necessária uma profunda reforma administrativa estatal, com o objetivo de adaptá-lo às suas funções de regulação econômica e atuação nas falhas de mercado. E esta reforma só seria possível quando se rompesse aquela aliança entre ricos e a classe média.

Os social-liberais fornecem alguns exemplos da manutenção de privilégios seculares do Estado brasileiro, inclusive nas políticas sociais. O primeiro exemplo, repetido à exaustão na grande mídia, é o sistema previdenciário que direcionaria grande parte dos poucos recursos da União para seletas categorias profissionais, em especial os servidores públicos. Outro exemplo recorrente na sua argumentação é a Universidade Pública, instituição na qual ingressariam, basicamente, membros da elite. O Estado, desta forma, dado o orçamento restrito, deveria destinar seus recursos escassos para o financiamento da educação básica, que atenderia com qualidade os pobres. Nem mesmo o seguro pago pelo Estado aos desempregados escapa. A avaliação dos social-liberais é taxativa quanto ao seguro-desemprego: “este é um exemplo contundente que mostra como a sociedade e as instituições brasileiras legitimam e cristalizam a desigualdade” (IETS, 2001, p. 24).

Os três exemplos citados são ilustrativos de como o social-liberalismo tupiniquim identifica e pretende tratar das fontes das nossas desigualdades sociais. Sustenta que o Estado teria se tornado refém de uma aliança entre ricos e a classe média para a perpetuação das desigualdades seculares do nosso país. Todos os exemplos, todavia, dizem respeito a políticas sociais públicas direcionadas aos setores da classe média e dos trabalhadores. Nenhum deles fala sobre as políticas direcionadas aos efetivamente ricos, como o setor rentista da burguesia. Estas seriam os casos preciosos

das políticas econômica e tributária. Com efeito, os intelectuais social-liberais assumem abertamente uma defesa ampla e irrestrita das chamadas reformas estruturais (privatizações, quebra dos monopólios estatais etc.), da política econômica dos governos FHC e Lula e das novas configurações das políticas sociais que marcam a era neoliberal no Brasil.

a estabilidade macroeconômica, (...), conquistada a duras penas ao longo dos últimos anos, é um bem público fundamental. Sua preservação é necessária para qualquer projeto de país, sobretudo se o foco das preocupações está na geração de uma sociedade mais justa do ponto de vista distributivo (...). Todas as críticas que imputam a este governo [FHC] uma preocupação “exagerada” com a estabilidade econômica, portanto, são infundadas, quando não espúrias, ou até mesmo mal-intencionadas (IETS, 2001, p. 30).

Segundo suas concepções, não haveria uma relação direta entre as políticas sociais do Estado brasileiro e a política econômica. Afirmam que há, “hoje, no Brasil, uma grande independência entre as políticas social e econômica. De fato, a política social não deve representar uma pressão orçamentária, uma vez que o grande desafio não é a sua expansão, mas sim buscar utilizar, de forma mais efetiva, os recursos de que já dispõe” (BARROS e CARVALHO, 2003, p. 15).

Desta afirmação, pode-se supor que não existiria um conflito de interesses entre a política fiscal de *superávit* primário – cada vez maior para pagamentos dos juros das dívidas interna e externa – e o montante cada vez menor de recursos das políticas sociais. Em outros termos, o pagamento dos juros das dívidas externa e interna às oligarquias financeiras – aqui entendido como o maior programa de transferência de renda do país, quase vinte vezes maior do que o Bolsa Família¹⁵² – ficariam intocados. Tanto a política econômica como as políticas sociais ganham um ar de neutralidade tecnocrática, como se não fossem produto das tensões advindas das lutas de classes em torno da direção política dos aparelhos estatais e da repartição da mais-valia entre as classes nacionais (e internacionais).

A descoberta dos pobres e a proposta de refundação do Estado é anunciada como uma novidade. Afirmam que “reduzir a desigualdade de forma significativa e sustentável é um desafio inédito e extremamente difícil para a sociedade brasileira” (URANI, 2002). Comportam-se como verdadeiros paladinos dos pobres, larga parcela

¹⁵² Segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa Família consumiu R\$ 8,7 bilhões em 2007. De acordo com o Banco Central do Brasil, o pagamento de juros nominais alcançou em 2006 a soma de R\$ 160 bilhões, o que equivalente a 6,89% do PIB.

da população que supostamente nunca teria contado com voz e vez na política do país, como se os anarquistas e comunistas não tivessem organizado amplos setores urbanos e rurais da classe trabalhadora nas décadas de 1910 e 1920. Teria chegado, portanto, a hora da opção pelos pobres. “São esses, portanto, os pobres invisíveis, que precisam ser trazidos à luz e impostos à consciência moral da Nação. São o coração do projeto de desenvolvimento proposto neste documento” (IETS, 2001, p. 5).

Apesar do discurso pró-pobre, os ideólogos nacionais do social-liberalismo apostam no consenso político entre classes e grupos sociais como solução para os problemas do país. No plano político, os social-liberais entendem que a viabilidade da nova configuração do Estado, um ente político-administrativo capacitado a promover intervenções criteriosas e eficientes nas falhas de mercado, deveria ser produto de uma unanimidade entre todos os atores sociais da cena política nacional. Conclamam os partidos a abandonarem a competição de projetos políticos díspares para o país e adotem a cooperação como prática corrente (IETS, 2001, p. 52). Todos – independentemente de posicionamentos ideológicos e programáticos das suas organizações coletivas –, deveriam se congregar diante de um esforço nacional de combate à pobreza e às desigualdades seculares. Proferem, inclusive, apelos às elites, àquelas anteriormente criticadas como uma elite patrimonialista que assalta os cofres públicos.

Diante dos erros do Consenso de Washington, os social-liberais convocam todos para uma concertação social, reunindo lideranças de segmentos que abririam mão de representar os interesses particulares das suas bases sociais em prol da vontade geral da nação. Está-se diante de um apelo indiscriminado à sociedade brasileira, como se esta fosse homogênea, integrada e harmônica, e não perpassada, de cima a baixo, por desigualdades, contradições e interesses antagônicos. A política é esvaziada de todo o seu vigor e potencialidade de uma ação humana idealizada e orientada para macro-transformações sociais, e as classes dominantes operam a “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2010), no qual a política fica restrita a questões burocráticas, de conchavos de gabinetes e artimanhas parlamentares.

IV. INSTABILIDADE, VULNERABILIDADE, INCONTROLABILIDADE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E... PERSISTÊNCIA DO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL? À GUIA DE CONCLUSÃO

As crises econômicas e financeiras são inerentes ao sistema capitalista. Elas são inevitáveis, pois decorrem das contradições internas à dinâmica da acumulação capitalista. Apesar da sua constância, nem sempre os mais atentos analistas do sistema, sejam críticos ou apologetas, conseguem identificar o início de uma crise, muito menos a sua profundidade e abrangência. Algumas crises foram rapidamente debeladas, e a retomada do crescimento econômico veio muito antes do esperado. Em outras situações, certamente mais graves e caóticas, a crise prolongou-se por anos a fio, e acabou por se transformar em crises políticas, na qual a legitimidade do consenso e da dominação das elites ruiu, abrindo espaço para reformas e revoluções.

O modo de produção capitalista experimenta, periodicamente, crises econômicas e políticas. Uma alimenta a outra, e é difícil, senão impossível, dizer que existe uma causalidade determinística entre aqueles fatores, do tipo, primeiro ocorre uma crise econômica depois uma crise política, ou vice-versa. Na história do capitalismo, verificam-se ambas as ocorrências.

Entretanto, o capitalismo não deve ser tomado por um sistema em permanente instabilidade. De tempos em tempos, assim como surgem as crises, surgem períodos de (relativa) estabilidade econômica e política, dentre os quais, os Trinta Anos Gloriosos. Em algumas situações históricas, por uma conjunção de fatores, as classes dominantes criam condições objetivas e subjetivas favoráveis às inversões capitalistas. Mas nem sempre há sucesso na gestão das crises econômicas e, em certos períodos, o capitalismo convive com crises estruturais que abrem janelas históricas de uma situação de crise orgânica, ou revolucionária.

Assim sendo, pode-se dizer que existe uma dialética entre crises e estabilização na história do modo de produção capitalista. Como afirma Chesnais (2002, p. 13),

Deixado por sua própria conta, o movimento de acumulação gera contradições cujos fundamentos e intensidade parecem impedir que haja outra coisa senão breves remissões entre uma crise e a próxima e que, portanto, são de natureza a provocar a explosão do sistema. No entanto, o que claramente marcou a história do capitalismo são os períodos de crise (dos quais as guerras no século XX foram uma das formas), mas também fases de estabilização relativa do movimento de reprodução ampliada, algumas das quais são bastante longas; portanto,

também períodos ao longo dos quais as contradições permaneceram contidas.

Periodicamente, as classes dominantes estabelecem leis, normas e convenções hegemônicas e ditatoriais na base e nas superestruturas políticas, culturais e jurídicas com o objetivo de fornecer instituições e ideologias para a manutenção das altas taxas de lucro. Estes padrões de supremacia burguesa têm um prazo de validade de médio alcance, precisando constantemente de ajustes, pois as lutas de classes e a resistência dos trabalhadores continuam ativas, mesmo nos momentos de ápice do domínio dos proprietários.

Mas, como as contradições permanecem vivas, os padrões de supremacia burguesa entram em períodos de crise, muitas vezes motivados por crises econômicas. Apesar de todos os esforços das classes dominantes em conter os efeitos mais deletérios do capitalismo, as contradições intrínsecas a este modo de produção impelem-no a sucessivas crises, que muitas vezes desdobram-se em crises orgânicas, caso haja uma simultaneidade entre crises de hegemonia e econômica. Neste sentido deve-se perguntar como o capitalismo persiste apesar das suas constantes crises políticas e econômicas.

Poder-se-ia objetar que essa teoria pretende provar coisas demais – não que o capitalismo é propenso a crises, mas que o capitalismo é impossível. Mas precisamos compreender, no caso, a diferença entre as tendências e o que realmente ocorre [trajetórias]. As tendências podem ser neutralizadas por períodos mais curtos ou mais longos, embora, se forem fundamentais e inerentes, cedo ou tarde exerçam seu predomínio (MAGDOFF e SWEEZY, 1982, p. 52).

Em termos históricos, estabeleceu-se uma grande controvérsia sobre a estabilidade/instabilidade do bloco histórico neoliberal, que pode ser reconstituída a partir das teorias analisadas no capítulo II da tese. Para Peter Gowan (2003, p. 186), o regime monetário (e de dominação) arquitetado pelos Estados Unidos – o *Dollar Wall Street Regime* – se estabelece como um sistema integrado de poder econômico e político “extremamente volátil, instável e propenso a crises”.

David Harvey usa o conceito de regionalidades para definir configurações do capitalismo que geram uma estabilidade temporária (de médio prazo) da produção/distribuição/troca/consumo, isto é, da base econômica, com o auxílio de mecanismos da superestrutura, como o Estado e a ideologia. Outro conceito que emerge da teoria de Harvey da ordenação espaço-temporal é o de padrão de acumulação, importado da Escola Regulacionista francesa. Tais regionalidades e padrões de

acumulação não seriam, contudo, capazes de reverter a regra geral do capitalismo, a saber, volatilidade, instabilidade e insegurança. No neoliberalismo, a burguesia rentista estadunidense, com apoio restrito das demais burguesias internacionalizadas, construiu o padrão de acumulação por espoliação, que cada vez mais se mostra instável e fragilizado, se mantendo pelo uso reforçado da coerção.

Em uma linha parecida, François Chesnais afirma que o capitalismo é caracterizado por uma dialética entre crise e estabilidade. A regra geral é a crise, mas a burguesia conseguiria, a partir de estratégias classistas, erigir regimes de acumulação ao longo da história – com mudanças na base e na superestrutura – que permitem uma estabilidade ao capitalismo. Atualmente, o regime de acumulação financeirizado traz no seu DNA a instabilidade e a vulnerabilidade sistêmica. A crise de 2008 seria mais uma forte evidência da instabilidade sistêmica da acumulação capitalista na era neoliberal.

Para Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, a essência do capitalismo pode ser definida como sendo instável e propensa a crises periódicas, com as classes dominantes erigindo ciclos sistêmicos com suas instituições políticas e ideológicas para o controle social, em uma busca eterna (e marcada por fracassos) de gerar a prometida estabilidade que nunca chega. O neoliberalismo marca não só uma crise hegemônica e sistêmica, mas, em última instância, uma crise terminal do capitalismo histórico, com a estagnação de longo prazo do modo de produção dominante e sua possível substituição por outra forma de organização social. A crise de hegemonia estadunidense e a ascensão da China seriam apenas aspectos da crise de larga proporção histórica do capitalismo, que pode ser a última, afirmam os autores.

No livro *Para além do capital*, István Mészáros (2002) apresenta algumas teses sobre a dinâmica do modo de produção capitalista. O sociometabolismo do capital se direcionaria no sentido de uma expansão sempre ilimitada de extração do trabalho excedente e nada seria capaz de controlar este movimento capitalista expansivo. As interações entre base e superestrutura seriam marcadas por uma série de contradições internas entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação global. Tais contradições teriam, como consequência, um caráter destrutivo da força de trabalho (superexplorada, alienada, precarizada, pauperizada) e da natureza (devastada, poluída, mercantilizada), levando, em última instância, a auto-destruição do sistema.

Historicamente, a burguesia teria se esforçado – com algum sucesso – em construir mecanismos de resolução temporária das contradições, mas, desde as turbulências econômicas e políticas dos anos 1970, as crises capitalistas teriam

assumido uma nova conformação. Até então as crises tinham uma dinâmica cíclica, com a irrupção quase imperceptível da queda dos lucros, investimento, renda e emprego, seguidas por períodos de longas expansivas. A crise ganhou um caráter estrutural e endêmico no período neoliberal, persistindo como uma constante depressão econômica, sem perspectivas de recuperação econômica e política, o que demonstraria a incontrolabilidade do capital e o fracasso das tentativas de controle do sistema de sociometabolismo do capital no século XX, tais como a acumulação capitalista monopolista, a modernização do Terceiro Mundo e a economia planejada de tipo soviético (MÉSZÁROS, 2002, p. 49). Como diz o filósofo húngaro radicado na Inglaterra,

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. (...) O capital *jamaís* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma autorestrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-lo (MÉSZÁROS, 2002, p. 100, grifos originais).

Em 1994, 1996 e 2001, Emir Sader e sua equipe do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ promoveram três seminários internacionais intitulados Pós-neoliberalismo I, II e III, respectivamente. De lá para cá, Sader reafirma a sua tese que o neoliberalismo enfrenta, desde meados dos anos 1990, um processo lento e gradual – mas perfeitamente visível – de perda do consenso e de hegemonia, abrindo possibilidades reais de contestação popular e de ruptura com a hegemonia imposta pelas classes dominantes, ruptura esta que seria protagonizada, aqui no Brasil, pelo governo Lula (SADER, 2003a, p. 186-188). Na esteira da tese do pós-neoliberalismo, seguiu, por exemplo, Theotônio dos Santos (2002, p. 215-219) e outros cientistas sociais latino-americanos.

Na ocasião do primeiro seminário, Atilio Boron¹⁵³ e José Paulo Netto¹⁵⁴ fizeram objeções sobre a precocidade do prognóstico do pós-neoliberalismo, pontuando a

¹⁵³ “De todas as maneiras, e apesar de ser prematuro dizer que já entramos numa fase pós-neoliberal, creio, sim, que é importante não perder de vista os sintomas de esgotamento que apresenta a experiência neoliberal e os obstáculos objetivos com que ela tem tropeçado no mundo desenvolvido e nos países da periferia” (BORON, 2000, p. 185).

presença de tensões e conflitos no bloco histórico neoliberal que poderiam acentuar suas contradições internas e levar, no futuro, a sua extinção.

A crise estrutural do capital iniciada em 2008 colocou mais lenha na fogueira do debate sobre o colapso do neoliberalismo e, por conseguinte, do social-liberalismo. Analistas já se manifestaram a respeito do fim do capitalismo a medida que cresce a revolta popular contra a crise.

A magnitude e a profundidade da crise gestaram condições objetivas de fragilização do bloco social rentista que sustenta e solda o bloco histórico neoliberal. Joseph Stiglitz (2008) se manifestou a respeito do fim do neoliberalismo, entendido como a ideologia do fundamentalismo de mercado, que teria levado ao mal funcionamento do mercado, tido por ele como a melhor forma de organização social que o ser humano já inventou em toda a sua história. Trataria-se, na verdade, do término do receituário-ideal, e não do projeto neoliberal.

A morte do social-liberalismo também foi anunciada. Em artigo na Agência Carta Maior, José Luís Fiori escreveu o obituário do neoliberalismo social-democrata, como ele intitula a bizarraria da mescla inorgânica entre neoliberalismo e social-democracia contemporânea. Como diz o cientista político brasileiro, “a 'terceira via' teve vida muito curta. Talvez, por causa da superficialidade e artificialidade das suas ideias, talvez, porque seus líderes mais importantes acabaram sendo derrotados nas urnas, ou passaram para a história como grandes fracassos ou blefes político-ideológicos” (FIORI, 2010).

Quando o pânico da crise se generalizou, os Estados imperialistas precisaram intervir de forma direta. Diversas medidas foram utilizadas para evitar, nas palavras de Dominique Strauss-Kahn, diretor-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), “um derretimento do mercado financeiro”. Os Estados fizeram de tudo ao seu alcance para impedir a quebra total da banca, inclusive usando de medidas até então inimagináveis, como a estatização de instituições financeiras e bancárias. Segundo o receituário neoliberal, estas medidas foram tão heterodoxas que alguns analistas do mercado e colonistas da grande imprensa taxaram George W. Bush e Barack Obama, presidentes dos Estados Unidos, Ben Bernacke, presidente do FED, e Henry Paulson, secretário do Tesouro estadunidense, de “neobolcheviques”, em uma analogia ao planejamento

154 “(...) mesmo sem sugerir que a ofensiva neoliberal esteja com seus dias contados, eu diria que ela se defronta com tamanhas tensões e contradições, choca-se tão frontalmente com certos valores culturais hoje incorporados por grandes massas de cidadãos, que me parece pouco provável que tenha uma larga vigência histórica” (NETTO, 2000, p. 32).

central e estratégico das economias nos países socialistas. Falou-se, inclusive, na morte da iniciativa privada. Estas medidas conjugaram-se com uma forte atuação dos Estados e das instituições internacionais, como ONU e Banco Mundial, no tratamento de expressões da “questão social” como a fome e o pauperismo no melhor estilo do social-liberalismo, com liberação de empréstimos para os países mais pobres investirem em políticas sociais focalizadas e assistencialistas em parceria com o chamado Terceiro Setor. Desta forma, o social-liberalismo mantém-se ativo com medidas mais amplas de intervenção do Estado na economia.

Das fileiras do social-liberalismo de esquerda surgem apelos, em forma de salvação, para o Estado agir o quanto antes e salvaguardar a sociedade capitalista da própria ambição e ganância desenfreada dos capitalistas, refundando-a sob novas bases, agora não mais especulativas e irracionais. O sociólogo português Boaventura de Souza Santos, por exemplo, em recente artigo na imprensa alternativa, declarou que “o impensável ocorreu: o Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução”, referindo-se a compra de ativos financeiros por parte dos governos estadunidenses e europeus. Outros dois exemplos ilustrativos podem ser aqui descrito. O economista brasileiro João Sicsú escreveu um texto de opinião na Folha de São Paulo no qual afirmou que “foi a falta de Estado e não a sua ação ativa que causou a crise”. Já Luiz Carlos Bresser Pereira, mentor e condutor da reforma administrativa de privatização do Estado brasileiro, disse que “essa crise marca o fim da onda neoliberal. É fundamental que haja uma intervenção do Estado”.

A questão não posta pelos social-liberais é que o Estado, em nenhuma época, deixou de buscar, dentro do seu alcance, as condições necessárias para a acumulação de capital e para a manutenção da ordem estabelecida. Esta sempre foi a sua principal função; e não será agora, diante de mais uma crise, que deixará de cumpri-la. O Estado não precisa ser convocado para voltar a intervir novamente na economia pelo simples fato que nunca abdicou de tal função na sociedade capitalista. A questão da atuação estatal poderia ser encaminhada de outra forma: como, daqui para frente, o Estado irá intervir na economia? Quem irá se beneficiar? Quem vai pagar a conta? Até agora, na entrada e na saída, privatizaram os lucros e socializaram os prejuízos. Ou seja, como sempre, quem está pagando a conta são os trabalhadores.

Conforme ressaltado ao longo dos capítulos II e III, a acumulação capitalista no bloco histórico neoliberal ganhou um caráter financeirizado, tornando-se o modo de ser do sistema, o padrão de riqueza do capitalismo contemporâneo que perpassa, domina e

aprisiona as esferas do capital e do trabalho. Ela é uma estratégia de acumulação de capital seguida não apenas por bancos, fundos de pensão, seguradoras e rentistas em geral, mas por diversos agentes privados de peso que não operam, estrito senso, na órbita financeira, como, por exemplo, as famílias poupadoras e as empresas transnacionais. Tal estratégia de gestão dos ativos chega mesmo a atingir o modo de operação das políticas macroeconômicas estatais.

Este padrão de riqueza contemporâneo tem sido imposto unilateralmente pelos Estados Unidos ao resto do mundo desde o final dos anos 1970, quando começaram os processos de liberalização dos fluxos de capital a partir da era neoliberal. Praticamente todos os países “aderiram” ao padrão global de financeirização, capitaneado pelo dólar norte-americano, já que grande parte dos títulos que circulam no mercado de capitais (ações, bônus, títulos financeiros, etc.) são denominados na referida moeda.

O cassino global e o jogo especulativo dos rentistas são partes fundadoras do sistema capitalista e constituem uma estratégia política da classe burguesa – liderada pela sua fração rentista – para a reversão da crise orgânica dos anos 1970. A especulação financeira, nos tempos atuais, se impõe como uma condição estrutural, um modo de ser do capitalismo. Ela não é um distúrbio momentâneo, nem uma alta dose passageira de irracionalidade por parte de governantes e agentes do mercado financeiro. Se esta existe, se tornou a racionalidade do sistema, e pequenas reformas-restauradoras, não irão conter a crise, pois não atacam seus fundamentos básicos.

Os fundamentos básicos da crise financeira encontram-se na dinâmica contraditória e essencial do capitalismo, em geral, e na acumulação financeirizada vigente desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. As crises econômicas são intrínsecas ao capitalismo. As crises decorrem das contradições endógenas ao sistema, dentre elas a crescente socialização da produção, que envolve um sem número de conexões entre trabalhadores do mundo inteiro, e a apropriação privada do excedente produzido socialmente. Além desta contradição que muitos marxistas consideram a contradição básica do sistema capitalista, tem-se a anarquia da produção, a tendência da queda da taxa de lucros a longo prazo, a sobreacumulação de capital e de força de trabalho e o subconsumo das camadas populares que, por conta dos seus baixos rendimentos, não são capazes de absorver a totalidade das mercadorias produzidas.

A crise de 2008 que se encontra em marcha atualmente traz elementos de esgotamento e decadência do neoliberalismo, no qual as teorias do social-liberalismo mostram-se relativamente enfraquecidas em fornecer a argamassa ideológica para

manter a coesão do bloco histórico. Isto, entretanto, não parece o fim do bloco histórico. Walden Bello escreveu, em 2009, que as classes dominantes têm tomado a dianteira na resolução dos efeitos da crise, criando um novo consenso capitalista, chamado por ele de Socialdemocracia Global (SDG), algo muito próximo do que defendo como sendo o social-liberalismo. Dentre as principais ações da SDG, Bello aponta a gestão benéfica da globalização, equilíbrio entre crescimento e equidade, defesa do multilateralismo e de reformas nas instituições financeiras internacionais, o cancelamento das dívidas externas dos países mais pobres, o combate à pobreza e à destruição do meio-ambiente etc.

Por fim, David Harvey é um dos poucos investigadores acadêmicos que vem defendendo que o neoliberalismo não acabou. A defesa do patrimônio dos banqueiros, perpetrada pelos governos centrais e periféricos por meio de aportes trilionários, com destaque para os Estados Unidos de Barack Obama, que surgiu como uma promessa reformista mas que rapidamente se alinhou ao poder de Wall Street. O autor é enfático em declarar que a atual crise fortalece a direita e o poder da classe dominante, em detrimento da fragilidade da esquerda e da classe trabalhadora. Nas suas palavras,

o neoliberalismo não acabou. Formas secretas dele ainda estão profundamente arraigadas em instituições e estruturas financeiras, e, se o neoliberalismo tem a ver com a consolidação do poder de classe, é bem possível que vejamos uma consolidação ulterior disso até chegarmos a ficar sem as legitimações ideológicas da ciência econômica do livre mercado (HARVEY, 2009).

De todo modo, a história não chegou ao seu fim e, cada vez mais, com o aprofundamento da crise capitalista, novas fissuras surgem no bloco histórico neoliberal, que se vê impotente em reformar e restaurar o edifício capitalista. Aos poucos as classes subalternas vão promovendo passeatas, greves e rebeliões, na sua grande maioria sem uma direção intelectual-moral muito bem definida, o que prolongaria a sobrevivência do neoliberalismo e da sua variante ideológica, o social-liberalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANATI, Clara (2005). “Lutas sociais e ‘neoliberalismo de guerra’ na América Latina”. In: *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.). São Paulo: Cortez. p. 208-225.

ALI, Tariq (2008). “Anos de luta”. In: *Margem esquerda*, n.11, primeiro semestre. São Paulo: Boitempo. p. 25-31.

ALTVATER, Elmar (1987). “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”. In: *História do marxismo*, vol.8. Eric Hobsbawm (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 79-133.

ANDERSON, Perry (1992). *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

___ (1996). “Introdução”. In: Um mapa da esquerda na Europa Ocidental. Perry Anderson e Patrick Camiller (orgs.). Rio de Janeiro: Contraponto. p. 9-31.

___ (1999). *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

___ (2000a). “Balanço do neoliberalismo”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9-23.

___ (2000b). “Além do neoliberalismo”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 197-202.

___ (2007). “As ideias e a ação política na mudança histórica”. In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Atilio Boron et. al. (orgs.). Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular. p. 365-377.

ANTUNES, Ricardo [1995] (2005). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metaformoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp.

___ (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª edição. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo (2008). “1968 no Brasil”. In: *Margem esquerda*, n.11, primeiro semestre. São Paulo: Boitempo. p. 43-48.

ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp.

___ (1998). *A ilusão do desenvolvimento*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly (2001). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

BABEUF, Graco [1797] (1980). “Manifesto dos iguais”. In: *O socialismo pré-marxista*. Graco Babeuf et. al. São Paulo: Global. p. 17-21.

BARROS, Ricardo Paes de e CARVALHO, Mirela de (2003). *Desafios para a política social brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 985.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2000). “Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil”. In: *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: IPEA. p. 405-423.

___ (2001). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n.800.

BEHRING, Elaine (2002). *Política social no capitalismo tardio*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (2003). *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.

BEIRED, José Luís Bendicho. “A função social dos intelectuais”. In: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. Alberto Aggio (org.). São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 121-132.

BELLO, Walden (2001). “2000: o ano do protesto global contra a globalização”. In: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 256-264.

___ (2009). “Novo consenso capitalista está em gestação”. Disponível em: http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15484. Acesso em 16 de jan. 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1997). “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 151-193.

___ (2001). “Finança global e ciclos de expansão”. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. José Luís Fiori (org.). Petrópolis: Vozes. p. 87-117.

BIANCHI, Alvaro (2008). *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda.

BICCA, Luiz (1987). *Marxismo e liberdade*. São Paulo: Loyola.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha”. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol.1. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record. p. 13-68.

BOBBIO, Norberto (1996). *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro.

___ (1999). *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ (2001). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Unesp.

___ (2003). “Tradição e herança do liberal-socialismo”. In: *Norberto Bobbio: filósofo e a política*. José Fernández Santillán (org.). Rio de Janeiro: Contraponto. p. 505-518.

BOITO Jr., Armando (2006). “A burguesia no governo Lula”. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendências globales y experiências nacionales*. Eduardo Basualdo e Eduardo Arceo (comps.). Buenos Aires: Clacso. p. 237-263.

BORON, Atílio (1999). “Os ‘novos Leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina”. In: *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 3ª edição. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso. p. 7-67.

___ (2000). “O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ (2002). *Império & imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso.

___ (2003a). “O marxismo e a filosofia política”. In: ___. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez. p. 35-62.

___ (2003b). “O constitucionalismo norte-americano e as tradições políticas do liberalismo e do socialismo”. In: ___. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez. p. 115-149.

___ (2007). “El mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina”. Disponível em <http://www.rebellion.org>. Acesso em 20 de fev. 2007.

___ (2010). *O socialismo no século XXI: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular.

BOSI, Alfredo (2010). “Ideologia: o nome e as significações”. In: ___. *Ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras. p. 61-82.

BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRAGA, José Carlos de Souza (1997). “Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da*

globalização. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 195-242.

BRAGA, Ruy (1995). “Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia”. In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. Claudio Katz et. al. São Paulo: Xamã. p. 45-136.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Alvaro (2003). “O social-liberalismo chega aos trópicos”. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/261787.shtml>. Acesso em 19 de nov. 2006.

___ (2008). “1968 e depois: os estudantes e a condição proletária”. In: *Outubro*, São Paulo, n. 17. p. 15-40.

BRAUDEL, Fernand [1969] (1992). *Escritos sobre a história*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva.

___ (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1996). *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34.

___ (1998). *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34.

___ (2006). “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em 17 de jan. 2007.

___ (2009). *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne (1990). *Gramsci e o Estado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CALLINICOS, Alex (2007). “Igualdade e capitalismo”. In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Atilio Boron et. al. (orgs.). Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular. p. 253-269.

CARCANHOLO, Marcelo (2010). “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington”. In: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas. p. 119-141.

CARR, Edward [1939] (1981). *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Editora UnB.

CASANOVA, Pablo González (1975). “A posição política dos autores e as categorias do desenvolvimento”. In: *Sociologia do desenvolvimento*, vol. II. José Carlos Garcia Durand e Lia Pinheiro Machado (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 69-79.

___ (1995). *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2000). “Globalidade, neoliberalismo e democracia”. In: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso. p. 46-62.

___ (2002). “Causas da rebelião em Chiapas”. In: ___. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: LPP, Buenos Aires: CLACSO. p. 219-248.

CASTEL, Robert (2000). “As transformações da questão social”. In: *Desigualdade e a questão social*. Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus e Maria Carmelita Yasbek (orgs.). 2ª edição. São Paulo: EDUC. p. 235-264.

___ (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes.

CASTELO, Rodrigo (2010). “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”. In: ___ (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. p. 191-211.

CEPAL [1990] (2000). “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 2. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record. p. 887-910.

CEPAL/UNESCO [1990] (2000). “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 2. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record. p. 911-919.

CHAUÍ, Marilena (1999). “A fantasia da Terceira Via”. Folha de São Paulo, 19/12/1999.

CHESNAIS, François (1997a). “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. In: *Praga*, n.3, novembro. São Paulo: Hucitec. p. 19-46.

___ (1997b). “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.1. Rio de Janeiro: Sette Letras. p. 7-34.

___ (1998a). “Introdução”. In: ___ (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. p. 11-33.

___ (1998b). “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. In: ___ (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. p. 249-293.

___ (1998c). “Os *crashes* financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional de crise econômica”. In: ___ (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. p. 295-318.

___ (2002). “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. In: *Economia e Sociedade*, vol.11, nº 1 (18). Campinas: Unicamp, Instituto de Economia. p. 1-44.

___ (2005a). “Apresentação à edição brasileira”. In:___ (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo. p. 17-24.

___ (2005b). “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In:___ (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo. p. 35-67.

___ (2007). “As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade”. In: *Outubro*, n.16, 2º semestre. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas; Alameda. p. 11-33.

___ (2008). “El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera”. In: Herramienta, n.37. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=580>. Acesso em 13 de jun. 2008.

CHOSSUDOVSKY, Michel (1999). *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna.

___ (2010). “O fabrico da dissidência”. Disponível em <http://www.odiario.info/?p=1794>. Acesso em 08 de jan. 2010.

COCKBURN, Alexander e St. CLAIR, Jeffrey (2001). “O novo movimento por que estamos lutando”. In: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 200-217.

COUTINHO, Carlos Nelson [1972] (2010). *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

___ (1996). *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez.

___ (1999). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2000). “Notas sobre cidadania e modernidade”. In:___ . *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez. p. 49-69.

___ (2002). “Liberal-socialismo: um sorvete quente?”. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=86>. Acesso em 27 de ago. 2008.

___ (2006a). “Democracia: um conceito em disputa”. In:___ . *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez. p. 13-27.

___ (2006b). “O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje”. In: ___. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez. p. 29-55.

___ (2006c). “O marxismo no Brasil”. In: ___. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez. p. 139-149.

___ (2008). “A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?” In: ___. *Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª edição. São Paulo: Cortez. p. 90-105.

___ (2010). “A hegemonia da pequena política”. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo. p. 29-43.

De CASTRO, Marcus Faro (2001). *De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição*. Caderno n.20 do Departamento de Relações Internacionais. Brasília: UnB.

De FELICE, Franco (1978). “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”. In: *Política e História em Gramsci*, vol. I. Franco Ferri (coord.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 189-257.

Di BIAGIO, Anna (2010). “Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana”. In: *Gramsci no seu tempo*. Alberto Aggio, Luiz Sérgio Henriques e Giuseppe Vacca (orgs.). Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto. p. 87-114.

Dos SANTOS, Theotônio (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2004). “Crise e conjuntura”. In: ___. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras. p. 197-205.

DREIFUSS, René (1981). *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes.

DUAYER, Mario e MEDEIROS, João Leonardo (2003). “Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, n.7, julho-dezembro. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ. p. 237-262.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique (2003). “Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* François Chesnais et al. São Paulo: Xamã. p. 15-41.

EAGLETON, Terry [1996] (2007). “A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental”. In: *Um mapa da ideologia*. Slavoj Žižek (org.). 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 179-226.

___ (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ENGELS, Friedrich [1845] (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

___ [1877] (s/d). “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In: *Obras escolhidas*, vol.2. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Alfa-omega. p. 281-336.

___ [1890] (1977a). Carta a Joseph Bloch. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo. p. 34- 36.

___ [1890] (1977b). Carta a Konrad Schmidt. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo. p. 37-41.

___ [1893] (1977). Carta a Franz Mehring. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo. p. 42-44.

___ [1894] (1977). Carta a Heinz Starkenburg. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo. p. 45-48.

FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira (2008). “As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.17, n. 2, p. 47-80, ago. 2008.

FERREIRA, Francisco (2000). “Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?” In: *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: IPEA. p. 131-158.

FETSCHER, Iring (2002). “Bernstein e o desafio à ortodoxia”. In: *História do marxismo*, vol. 2. Eric Hobsbawn (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 257-298.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo (2007). *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

FIORI, José Luís (1995a). “Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso”. In: ___. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight. p. 231-245.

___ (1995b). Estado do bem-estar social: padrões e crises. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em 23 de out. 2008.

___ (1997). “Globalização, hegemonia e império”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 87-147.

___ (2001a). “Introdução: depois da retomada da hegemonia”. In: *Polarização mundial e crescimento*. José Luís Fiori e Carlos Aguiar de Medeiros (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 9-35.

___ (2002). *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.

___ (2004a). “Formação, expansão e limites do poder global”. In: ___ (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes. p. 11-64.

___ (2004b). “O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”. In: ___ (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes. p. 67-109.

___ (2007). *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo.

___ (2010). “Requiescat in Pace”. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=4761. Acesso em 27 de ago. 2010.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin (2008). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.

FONTES, Virgínia (2005). *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

___ (2006). “Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantropica”. In: *Observatorio Social de America Latina*, n.19, enero-abril. Buenos Aires: Clacso. p. 341-350.

___ (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ.

FOSTER, John Bellamy (1999). “Posfácio. Em defesa da história”. In: *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Ellen Wood e John Bellamy Foster (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 196-206.

FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose [1979] (s/d.). *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1996). *Educação e crise do capitalismo real*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (2001). “A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos”. In: *Teoria e educação no labirinto do capital*. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 23-50.

FURTADO, Celso (1982). *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIDDENS, Anthony [1994] (1999). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Unesp.

___ [1998] (2005). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.

___ [2000] (2001). *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.

____ (2007). “Introdução”. In:____ (org.). *O debate global sobre a Terceira Via*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 17-49.

GILPIN, Robert (2004). *O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

GÓMEZ, José Maria (2001). “Ativismo transnacional e globalização contra-hegemônica: Seattle, Porto Alegre e depois”. In: *Praia Vermelha*, n.4, segundo semestre. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ. p. 10-25.

GOWAN, Peter (2003). *A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record.

GRACIARENA, Jorge [1976] (2000). “Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa”. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, volume 2. Ricardo Bielschowsky (org.). Rio de Janeiro: Record. p. 685-713.

GRAMSCI, Antonio [1921] (2004a). “O povo dos macacos”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 30-34.

____ [1921] (2004b). “Socialistas e fascistas”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 65-68.

____ [1921] (2004c). “Subversivismo reacionário”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 68-70.

____ [1921] (2004d). “Os líderes e as massas”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 71-73.

____ [1921] (2004e). “Os *Arditi del Popolo*”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 73-77.

____ [1921] (2004f). “Os dois fascismos”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 80-83.

____ [1922] (2004). “As origens do gabinete Mussolini”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 122-126.

____ [1924] (1987). “A crise italiana”. In:____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 93-108.

____ [1926] (2004a). “A situação italiana e as tarefas do PCI”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 317-367.

____ [1926] (2004b). “Um exame da situação italiana”. In:____. *Escritos políticos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 367-382.

____ (1999). *Cadernos do Cárcere*. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2002a). *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Maquiavel: sobre o Estado e a política. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2002b). *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2004). *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2005). *Cartas do Cárcere*, vol.1 (1926-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

___ (2007). *Cadernos do Cárcere*. Volume 4: Temas de cultura e ação católica; americanismo e fordismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRUPPI, Luciano [1978] (2000). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal.

GUNDER FRANK, André (1975). “Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia”. In: *Sociologia do desenvolvimento*, volume II. José Carlos Durand e Lia Machado (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 109-182.

___ (1983). *Reflexões sobre a crise econômica mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, David [1975] (2006). “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”. In: ___. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Annablume. p. 41-73.

___ [1981] (2006). “A geopolítica do capitalismo”. In: ___. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Annablume. p. 127-162.

___ (1994). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4ª edição. São Paulo: Loyola.

___ [1998] (2006). “A geografia do poder de classe”. In: ___. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Annablume. p. 191-218.

___ (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.

___ (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.

___ (2009). “O neoliberalismo não acabou”. Disponível em:
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15895.
Acesso em 08 de abr. 2009.

HAYEK, Friedrich [1944] (1978). *O caminho da servidão*. 2ª edição. Porto Alegre: Globo.

HENRIQUES, Ricardo (org.) (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

HOBBSBAWM, Eric [1961] (2003). *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ (1997). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras.

HYMER, Stephen (1983). *Empresas transnacionais: a internacionalização do capital*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal.

IAMAMOTO, Marilda (2003). “A questão social no capitalismo”. In: *Praia Vermelha*, n.8, primeiro semestre. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ. p. 56-83.

IANNI, Octavio (1978). “Apresentação”. In: *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Karl Marx. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 3-5.

___ (1996). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1999). “Neoliberalismo e nazi-fascismo”. In: *Crítica Marxista*, Campinas, n.7. p. 112-120.

___ (2004). *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IASI, Mauro (2007). “Ideologia... quer uma para viver?” In: ___. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular. p. 77-87.

IETS (2001). *Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil*. Policy paper n.1, 2001. Disponível em <http://www.iets.org.br>. Acesso em 25 de fev. 2007.

JAMESON, Fredric [1996] (2007). “O pós-modernismo e o mercado”. In: *Um mapa da ideologia*. Slavoj Zizek (org.). 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 279-296.

___ (2004). “Sobre a intervenção cultural”. In: *Crítica Marxista*, n.18. Rio de Janeiro: Revan. p. 65-72.

JEFFERS, Esther (2005). “A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira”. In: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. François Chesnais (org.). São Paulo: Boitempo. p. 153-173.

KAMEYAMA, Nobuco (2001). “A nova configuração das políticas sociais”. In: *Praia Vermelha*, n.5, segundo semestre. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ. p. 10-39.

KATZ, Claudio (1995). “Evolução e crise do processo de trabalho”. In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. Claudio Katz et. al. São Paulo: Xamã. p. 9-44.

___ (2010). “Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?” In: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas. p. 57-80.

KEYNES, John Maynard [1930] (1982). “Perspectivas econômicas para os nossos netos”. In: *O futuro do capitalismo*. Claudio Napoleoni (org.). Rio de Janeiro: Graal. p. 153-163.

___ [1936] (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 4ª tiragem. São Paulo: Atlas.

___ [1937] (1982). “Algumas consequências econômicas da diminuição da população”. In: *O futuro do capitalismo*. Claudio Napoleoni (org.). Rio de Janeiro: Graal. p. 165-173.

KINDLEBERGER, Charles (1986). *The World in Depression (1929-1939)*. Berkeley: University of California Press.

KONDER, Leandro (1979). *Introdução ao fascismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal.

___ (2002). *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras.

___ (2007). *Sobre o amor*. São Paulo: Boitempo.

LAHUERTA, Milton. “Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo)”. In: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. Alberto Aggio (org.). São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 133-158.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.

LEHER, Roberto (1999). “Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”. In: *Outubro*, São Paulo, n.1, maio de 1999, p. 19-30. Disponível em <http://boletimef.org/biblioteca/185/Leher-Artigo>. Acesso em 08.jan.2011.

LÊNINE, V. I. [1902] (1977). *O que fazer?* In: *Obras escolhidas*, vol. 1. Lisboa: Edições Avante.

___ [1917] (1977). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: *Obras escolhidas*, volume 1. Lisboa: Edições Avante.

___ [1920] (1979). *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*. In: *Obras escolhidas*, volume 3. Lisboa: Edições Avante. p. 275-349.

LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar (2002). *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes.

LIGUORI, Guido (2007). *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LIMA, Kátia (2008). “Novas configurações da luta de classes e refundação do projeto burguês de sociabilidade”. In: *Trabalho necessário*, vol. 6, n.6. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN06%20LIMA,%20K..pdf>. Acesso em 15 de fev. 2009.

LIMA, Kátia e MARTINS, André (2005). “Pressupostos, princípios e estratégias”. In: *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. Lúcia Neves (org.). São Paulo: Xamã. p. 43-67.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam (1999). “Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social”. In: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso. p. 96-127.

LOSURDO, Domenico (2004). *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Editora Unesp.

___ (2006). *Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan.

LÖWY, Michael (1998). *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (2000a). “Fontes e recursos do zapatismo”. In: *Marxismo, modernidade e utopia*. Michael Löwy e Daniel Bensaïd. São Paulo: Xamã. p.

___ (2000b). *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã.

___ (2002). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 15ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (2003). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (2008). “O romantismo revolucionário dos movimentos de maio”. In: *Margem esquerda*, n.11, primeiro semestre. São Paulo: Boitempo. p. 32-37.

LUKÁCS, Georg [1922] (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.

___ [1938] (1968). “Marx e o problema da decadência ideológica”. In: ___. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 49-111.

MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul (1982). *A crise do capitalismo americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MALTA, Maria (2010). “A controvérsia da distribuição de renda no Brasil: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970”. In: ___ (coord.). *Ecossistema do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, vol.1. Rio de Janeiro: IPEA; LEMA/UFRJ. p. 155-179.

MANDEL, Ernest (1976). *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto.

___ (1980). *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

___ (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora Unicamp.

MARANHÃO, Cezar Henrique (2010). “Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais”. In: *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Ana Elizabete Mota (org.). Recife: Ed. UFPE. p. 69-104.

MARINI, Ruy Mauro (1969). *Subdesarrollo y revolución*. México D.F.: Siglo XXI.

___ [1973] (2005). “Dialética da dependência”. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). São Paulo: Expressão Popular. p. 137-180.

___ [1992] (2005). “Desenvolvimento e dependência”. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). São Paulo: Expressão Popular. p. 221-224.

___ (2000). “Processo e tendências da globalização capitalista”. In: ___. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso. p. 269-295.

MARTINS, André et. al. (2010). “Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia”. In: *Direita para o social, esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. Lucia Neves (org.). São Paulo: Xamã. p. 97-153.

MARX, Karl [1843] (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.

___ [1844] (2005). “Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução”. In: ___. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo. p. 145-156.

___ [1844] (2010). “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In: *Lutas de classes na Alemanha*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo. p. 25-52.

___ [1845] (1998). “Teses sobre Feuerbach”. In: *A Ideologia Alemã*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Martins Fontes. p. 99-103.

___ [1848] (1987). *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio.

___ [1852] (1978). *O 18 Brumário*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

___ [1857] (1982). “Introdução (à crítica da economia política)”. In: ___. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. p. 3-21.

_____. [1859] (1982). “Prefácio”. In: _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. p. 23-27.

_____. [1867] (2003). *O Capital, crítica da economia política*, livro 1, volumes 1 e 2. 21ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. [1873] (2003). “Posfácio à 2ª edição alemã de O Capital”. In: _____. *O Capital, crítica da economia política*, livro 1, vol.1. 21ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 21-29.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1844-1850] (2010). *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo.

_____. [1846] (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. [1848] (1998). *O Manifesto do Partido Comunista*. In: *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 7-41.

MEDEIROS, João Leonardo (2007). “Vazio ideológico e tragédia social: o neoliberalismo em crise”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 21, p. 7-34.

MELLO, João Manuel Cardoso de (1997). “A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 15-24.

MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Boitempo.

_____. (2006). “Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda”. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Boitempo. p. 27-44.

MICHALET, Charles-Albert (1984). *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MIGLIOLI, Jorge (1998). “Manifesto Comunista, burguesia e revolução”. In: *Ensaios sobre o Manifesto Comunista: a atualidade de um texto de 150 anos*. Caio Navarro de Toledo (org.). São Paulo: Xamã. p. 101-114.

_____. (2006). “Dominação burguesa nas sociedades modernas”. In: *Crítica Marxista*, n.22, p. 13-31.

MIRANDA, José Carlos (1997). “Dinâmica financeira e política macroeconômica”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 243-275.

MOLON, Alessandro (2002). *Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.

MONDAINI, Marco (2006). *Direitos humanos*. São Paulo: Contexto.

MONTAÑO, Carlos (1999). “Globalização e reestruturação produtiva: duas determinantes para a estratégia neoliberal de Estado e mercado”. In: *Praia Vermelha*: Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2. p. 101-125.

___ (2007). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4ª edição. São Paulo: Cortez.

MORAES, Reginaldo (1998). “Neoliberalismo e neofascismo – *és lo mismo pero no és igual?*”. In: *Crítica Marxista*, Campinas, n.7. p. 121-126.

MOTA, Ana Elizabete [1995] (2008). *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 4ª edição. São Paulo: Cortez.

___ (1999). “Reestruturação produtiva e serviço social”. In: *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 33-49.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela e PERUZZO, Juliane (2010). “O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina”. In: *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Ana Elizabete Mota (org.). Recife: Ed. UFPE. p. 35-67.

MOTTA, Vânia (2007). *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar o consenso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ. 379p.

NAPOLEONI, Claudio (org.) (1982). *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal.

NEGRI, Antonio (2002). “O Contra-Império ataca”. In: *Lugar Comum*, n. 15-16. Rio de Janeiro: NEPCOM/ECO-UFRJ. p. 45-63.

NERI, Marcelo (2005). “Desigualdade e desenvolvimento”. In: *Brasil em Desenvolvimento*, n.2: instituições, políticas e sociedade. Ana Célia Castro et. al. (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 317-333.

NETTO, José Paulo (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez.

___ (2000). “Repensando o balanço do neoliberalismo”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 29-34.

(2001). “Cinco notas a propósito da ‘questão social’”. In: ___. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 3ª edição. São Paulo: Cortez. p. 151-162.

___ (2004). “De como não ler Marx ou o Marx de Souza Santos”. In: ___. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez. p. 223-241.

___ (2007). “Desigualdade, pobreza e serviço social”. In: *Em Pauta*, n.19. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social/UERJ. p. 135-170.

___ (2009). “Democracia e Direitos Humanos na América Latina: aportes necessários ao debate”. In: *Direitos humanos e questão social na América Latina*. Silene de Moraes Freire (org.). Rio de Janeiro: Gramma. p. 3-12.

___ (2010). “Posfácio”. In: *O estruturalismo e a miséria da razão*. Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular. p. 233-286.

NEVES, Lúcia (org.) (2005). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã.

___ (org.) (2010). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (2001). “Prefácio”. In: *Em busca do socialismo democrático: o liberal-socialismo italiano: o debate nos anos 20 e 30*. Campinas: Ed. Unicamp. p. 13-22.

OLIVEIRA, Eurenice de (2004). *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular.

OLIVEIRA, Francisco de (1999). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 55-81.

___ (2000). “Neoliberalismo à brasileira”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 24-28.

___ (2003). “O ornitorrinco”. In: ___. *Crítica a razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. p. 121-150.

___ (2006). “Oração a São Paulo: a tarefa da crítica”. In: *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Cibele Rizek e Wagner Romão (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 243-249.

___ (2010). “Hegemonia às avessas”. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo. p. 21-27.

PASSARINHO, Paulo (2010). “Apresentação”. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 7-17.

PAULANI, Leda (2006). “O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses”. In: *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Júlio Lima e Lúcia Neves (orgs.). Rio de Janeiro: EPSJV, Ed. Fiocruz. p. 67-107.

PEREIRA, João Márcio (2010). *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PEREIRA, Potyara (2000). “A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil”. In: *Ser Social*, Brasília, n.6, janeiro-junho, p. 119-132.

PEREIRA, Leandro e De ALMEIDA, Rodrigo (2010). “A utopia keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes”. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/247-5e5566e256850fa7bdd3a16da63d16a2 .pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/247-5e5566e256850fa7bdd3a16da63d16a2.pdf). Acesso em 14 de jan. 2011.

PNUD (1999). *Human development report*. Nova Iorque: PNUD/Oxford University Press.

___ (2003). *Relatório do desenvolvimento humano 2003*. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Nova Iorque: ONU.

POLANYI, Karl [1944] (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

PORTANTIERO, Juan Carlos (1981). *Los usos de Gramsci*. México: Folios Ediciones.

PORTELLI, Hugues [1972] (2002). *Gramsci e o bloco histórico*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RÊGO, Walquiria Leão (2001). *Em busca do socialismo democrático: o liberal-socialismo italiano: o debate dos anos 20 e 30*. Campinas: Ed. Unicamp.

RODRIGUEZ, Octavio et. al. (1995). “CEPAL: velhas e novas ideias”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, vol.5, p. 79-109, dez. 1995.

RODRIK, Dani (2002). “Depois do neoliberalismo, o quê?” In: *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*, vol.1. Ana Célia Castro (org.). Rio de Janeiro: Mauad; BNDES. p. 277-298.

ROSANVALLON, Pierre (1998). *A nova questão social: repensando o Estado providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

ROSDOLSKY, Roman [1968] (2001). *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto.

SADER, Emir (2000). “A hegemonia neoliberal na América Latina”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 35-37.

___ (2001). “Para um novo internacionalismo”. In: ___. *O poder, cadê o poder?* ensaios para uma nova esquerda. São Paulo: Boitempo. p. 76-86.

___ (2003a). *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo.

___ (2003b). “Lula e o funeral da Terceira Via”. Disponível em <http://alainet.org/docs/4014.html>. Acesso em 12 de Janeiro de 2008.

SALAMA, Pierre (2000). “A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 139-180.

SALUDJIAN, Alexis (2010). “Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica”. In: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas. p. 143-167.

SANTANA, Marco Aurélio (2008). “Caminhando contra o vento: as mobilizações dos operários brasileiros”. In: *Margem esquerda*, n.11, primeiro semestre. São Paulo: Boitempo. p. 49-55.

SAUVIAT, Catherine (2005). “Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário”. In: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. François Chesnais (org.). São Paulo: Boitempo. p. 109-132.

SECCO, Lincoln (2002). *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez.

___ (2006). *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda.

SEN, Amartya (1999). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Cia. das Letras.

SERRANO, Franklin (2004). “Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível”. In: *O poder americano*. José Luis Fiori (org.). Petrópolis: Vozes. p. 179-222.

SHAIKH, Anwar (1983). “Uma introdução à história das teorias de crise”. In: *Ensaio FEE*, vol. 4, n. 1. Porto Alegre: FEE. p. 5-45.

SILVEIRA, Maria José (2002). *Eleanor Marx, filha de Karl: um romance*. São Paulo: Francis.

SKIDELSKY, Robert (1999). *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

SOARES, Laura Tavares (2002). *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

SOROS, George (1998). *A crise do capitalismo: as ameaças aos valores democráticos; as soluções para o capitalismo global*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

STIGLITZ, Joseph (2002). *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura.

___ (2003). *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Cia. das Letras.

___ (2007a). *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Cia. das Letras.

___ (2007b). “Uma agenda para o desenvolvimento no século XXI”. In: *O debate global sobre a Terceira Via*. Anthony Giddens (org.). São Paulo: Ed. Unesp. p. 473-495.

___ (2008). “O fim do neoliberalismo?”. *O Globo*, 16 de julho de 2008.

TAUILE, José Ricardo (2001). *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto.

TAVARES, Maria da Conceição [1985] (1997). “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 27-53.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (1997). “Apresentação”. In: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes. p. 7-13.

TEIXEIRA, Aloísio (s/d). “Mercado e imperfeições de mercado: o caso da assistência suplementar”. Disponível em: <http://www.leps.ufrj.br/txtconsulta.html#Anchor-49575>. Acesso em 17 de mar. 2007.

___ (1999). “Estados Unidos: a 'curta marcha' para a hegemonia”. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. José Luís Fiori (org.). Petrópolis: Vozes. p. 155-190.

___ (2000). “‘O Império contra-ataca’: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 15, p. 1-13.

___ (org.) (2002). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record.

TEXIER, Jacques (2005). *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

THERBORN, Göran (2000a). “A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 139-180.

___ (2000b). “A história não terminou”. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 181-184.

TOURAINÉ, Alain (1988). *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1998). *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru: Edusc.

___ (1999). *Como sair do liberalismo?* Bauru: Edusc.

URANI, André (2002). “Ciência, consciência e paciência”. Disponível em <http://www.desigualdade.inf.br/textos/urani.htm>. Acesso em 21 de ago. 2006.

VALADÃO, Laura (2010). “Alfred Marshall, o capitalismo e mudança social”. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-cd69156c2dfab08ab4e1b22da8a0b4ac.doc>. Acesso em 14 de jan. 2011.

VASAPOLLO, Luciano (2005). *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular.

___ (2007). “Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21”. In: *Outubro*, São Paulo, n. 16, p. 35-73.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck (1997). “Política versus economia: notas (menos pessimistas) sobre globalização e Estado de bem-estar”. In: *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Silvia Gerschmann e Maria Lucia Werneck Vianna (orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 155-175.

___ (2007). “Hiper-realidade ou hipotetoria? A reflexão dos cientistas sociais sobre política social no Brasil de hoje”. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci>. Acesso em 25 de ago. 2007.

Von MISES, Ludwig [1927] (1987). *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal.

WACQUANT, Loïc (2001). “Nota aos leitores brasileiros: rumo a uma ditadura sobre os pobres”. In: ___. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 7-15.

WALLERSTEIN, Immanuel (1985). *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.

___ (2003). “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* François Chesnais et. al. São Paulo: Xamã. p. 71-92.

___ (2004). *O declínio do poder americano: os Estados Unidos num mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto.

___ (2005). “O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?”. In: *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Roberto Leher e Mariana Setúbal (orgs.). São Paulo: Cortez. p. 263-276.

WILLIAMSON, John (1993). “Democracy and the ‘Washington Consensus’”. In: *World Development*, vol.21. n.8, p. 1329-1336.

___ (2004a). “Uma agenda de trabalho para retomar o crescimento e as reformas”. In: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo, Saraiva. p. 1-17.

___ (2004b). “Resumindo”. In: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo, Saraiva. p. 268-282.

___ (2004c). “Nossa agenda e o Consenso de Washington”. In: *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. Pedro-Paulo Kuczynski e John Williamson (orgs.). São Paulo, Saraiva. p. 283-291.

WOOD, Ellen Meiksins (1999). “O que é a agenda ‘pós-moderna’?”. In: *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Ellen Wood e John Bellamy Foster (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 7-22.

___ (2001). “Trabalho, classe e estado no capitalismo global”. In: *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 99-121.

___ (2003). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.

ZIMMERMANN, Matilde (2006). *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Ed. Unesp.